ANTIGÜIDADE ORIENTAL

As mais antigas civilizações da história surgiram na Antigüidade Oriental entre os anos 4.000 a.C. e 2.000 a.C. Foram as chamadas civilizações hidráulicas.

As Principais civilizações da Antigüidade Oriental foram:

- egípcios (Vale do Nilo)
- mesopotâmicos (Vale do Tigre e Eufrates)
- hebreus (Vale do Jordão) fenícios (Líbano atual)
- persas (Planalto do Irã)
- hindus (Planície Indo-gangética)
- chineses (Vales do Tang-tse e Huang Ho).

Estas civilizações apresentaram características comuns como a escrita, a arquitetura monumental, a agricultura extensiva, a domesticação de animais, a metalurgia, a escultura, a pintura em cerâmica, a divisão da sociedade em classes e a religião organizada (estruturada com sacerdotes, lugares para reverenciar os deuses e assim por diante).

A invenção da escrita permitiu ao homem registrar e difundir idéias, descobertas e acontecimentos que ocorriam ao seu redor. Esse avanço é responsável por grandes progressos científicos e tecnológicos que possibilitaram o surgimento de civilizações mais complexas.

Exemplos de tipo de escrita:

- Suméria - cuneiforme (gravação de figuras com estilete sobre tábua de argila)
- Egito - hieroglífica (com ideogramas)
- Fenícia (atual Líbano) Fonético - (alfabeto)

Apesar da fixação dos diversos grupos humanos em áreas próximas aos rios (abastecimento de água e comunicação) ter ocorrido em regiões distintas, a maioria das civilizações da Antigüidade se desenvolveu no Crescente Fértil. Esta área possui a forma de arco e estende-se do Vale do Jordão à Mesopotâmia, além de abrigar os rios Tigres e Eufrates. A revolução agrícola e a fixação de grupos humanos em locais determinados ocorreram simultaneamente no Crescente Fértil. Neste mesmo período outras civilizações se desenvolveram às margens dos rios Nilo (egípcia), Amarelo (chinesa), Indo e Gânges (paquistanesa e indiana).

ASPECTOS ECONÔMICOS

Predomínio da agricultura de subsistência e de regadio, devido ao aumento das comunidades ribeirinhas que tornaram-se conhecidas como civilizações hidráulicas. Neste período, a construção de canais de irrigação que permitiam levar a água onde fosse necessária era de grande importância.

Principal atividade: Cultivo de cereais. Comércio e artesanato eram atividades secundárias.

Exceção: fenícios, dedicados predominantemente ao comércio marítimo (talassocracia no Mediterrâneo).

ASPECTOS SOCIAIS

Predomínio da sociedade estamental; nessa, cada grupo social tem uma posição e uma função definida. A posição social é determinada pela hereditariedade. A estrutura é estática (não há mobilidade social) e hierárquica, sendo vinculada às atividades econômicas.

Regime de trabalho:

A maior parcela da comunidade trabalhava sob um regime de servidão coletiva . As Comunidades camponesas produziam excedentes agrícolas entregues ao Estado sob a forma de impostos (os camponeses não eram escravos já que viviam em comunidades, produziam seus próprios alimentos e construíam suas

moradias).

Divisão da sociedade:

- Soberano e aristocracia (nobres e sacerdotes)
- Grupos intermediários (burocratas, militares, mercadores e artesãos).
- Camponeses
- Escravos utilizados na construção de obras públicas (obras de irrigação, templos, palácios e outros).

Exceções:

- Fenícios, sociedade de classes (hierarquia baseada na riqueza móvel).
- Hindus, sociedade de castas (de origem religiosa e absolutamente impermeável).

Particularidades e diferenças dos modelos econômicos e sociais:

	Egito Vale do Nilo	**Mesopotâmia Tigre e Eufrates**	**Sul da Ásia, Planície Indo-gangética**	**Norte da China, o Hwang Ho**
Soberano e aristocracia	Faraó e os sacerdotes da família real, oficiais do palácio	Nobreza = família real, altos sacerdotes, oficiais reais	Falta de evidências	O rei, a classe aristocrática e a burocracia estatal faziam parte da nobreza guerreira
Grupos intermediá-rios	Sociedade relativamente aberta; habilidade + ambição = mobilidade social	Clientes = cidadãos livres trabalhando para a nobreza	Comércio com a Mesopotâmia, Sul da Índia e Afeganistão	Artesãos/escultores comerciantes
Camponeses	Camponeses = servos, pequenas propriedades de terras	Plebe = cidadãos livres proprietários de terras		Fazendeiros plebeus (servos)

Escravos	Escravos eram prisioneiros de guerra; camponeses eram submetidos a recrutamento forçado tanto para serviços militares como para grupos de trabalhos	escravos		escravos

ASPECTOS RELIGIOSOS

Predomínio do politeísmo (acreditavam na existência de inúmeros deuses). Os deuses tinham estreitos vínculos com as atividades e as forças da Natureza.

Exceções:

- Monoteísmo: hebreus e egípcios durante o reinado do Faraó Amenófis IV
- Dualismo: persas (zoroastrismo).

Modelos Religiosos :

Egito Vale do Nilo	**Mesopotâmia Tigre e Eufrates**	**Sul da Ásia, Planície Indo-gangética**	**Norte da China, o Hwang Ho**
Faraó - considerado uma divindade em forma humana, provando que os deuses se importavam com a população	Hierarquia de divindades (maiores e menores) de acordo com suas funções	Importância da fertilidade = culto à deusa mãe	Rei adorado como um intermediário entre os deuses e os homens
Crença em vida após a morte, reflexo da natureza cíclica das estações e enchentes	Divindades imortais e poderosas, mas com características humanas (hábitos e emoções)	Imagens de deuses em quadros de argila, figuras de animais em argila	Culto às figuras reais falecidas, base do culto aos ancestrais

Pirâmides são símbolos da eternidade da vida após a morte e do poder espiritual e temporal do Faraó	Lendas e crenças populares – história da criação, humanos com características divinas, enchentes		Confucionismo = crença secular na conduta ética e na harmonia social
Curto período de monoteísmo = culto ao deus Sol (Amon-Ra)	Sacerdócio influente		Taoísmo = filosofia que preza o viver em harmonia com as leis da natureza

ASPECTOS POLÍTICOS

Estado fortemente centralizado que possuía as terras e controlava a mão-de-obra.

A religião justificava o poder absoluto do governante, por isto, neste período, havia predomínio das monarquias despóticas (absolutas) de caráter teocrático.

Teocracia é uma forma de governo na qual a autoridade, proveniente de um Deus, é exercida por seus representantes na terra. O Egito Antigo foi um dos exemplos mais extremados de teocracia.

Exceção:

Fenícios, organizados em cidades-estados monárquicas ou republicanas, controladas por oligarquias mercantis.

Modelos Políticos:

Egito Vale do Nilo	**Mesopotâmia Tigre e Eufrates**	**Sul da Ásia, Planície Indo-gangética**	**Norte da China, o Hwang Ho**
O Faraó; rei-deus como ditador absoluto: Teocracia	Cidades-estado chefiadas por guerreiros que se tornaram reis	Governo centralizado, cidades planejadas, com prédios e serviços públicos	Pequenos reinos feudais posteriormente unidos pela dinastia de Zhou
Monarquia centralizada e hereditária	Seqüência de impérios, alguns formados por grupos locais e outros por invasores		Autocracia altamente centralizada e unificação por Ch'in
Longa série de dinastias familiares	Número cada vez maior de códigos legais		Período Dinástico, idéia da permissão dos deuses para governar

ASPECTOS CULTURAIS

Forte influência religiosa na vida cultural, principalmente entre egípcios e hebreus.

Desenvolvimento científico mais importante entre os egípcios (Matemática e Medicina) e entre os caldeus (Matemática e Astronomia).

Arte principal: Arquitetura, tendo a Escultura e a Pintura como artes auxiliares.

Escrita predominantemente ideográfica (no Egito: hieróglifos; na Mesopotâmia: cuneiformes). Criação da escrita fonética pelos fenícios.

Direito baseado no princípio de Talião. Primeiro conjunto de leis escritas: Código de Hamurabi (Mesopotâmia).

MEIO AMBIENTE E SEUS IMPACTOS

As civilizações existentes nesse período tinham muitos pontos em comum. Entretanto, as condições ambientais e naturais nas quais viveram fizeram com que cada um desses grupos se desenvolvesse de forma única e independente.

Egito O Vale do Nilo	**Mesopotâmia Tigre e Eufrates**	**Sul da Ásia, Planície Indo-gangética**	**Norte da China, o Hwang Ho**
Enchentes brandas e previsíveis = possibilidades criativas e positivas	Enchentes violentas = pessimismo, medo de desastres	Enchentes periódicas = renovação e fertilização do solo	Enchentes = renovação e fertilização do solo
Clima árido = bom estoque de alimentos	Muito tributário = cidades-estado dispersas = desunião e guerras	Clima subtropical-úmido = dificuldades no estoque de alimentos	Muitas regiões montanhosas e semidesérticas: assentamentos apenas nas margens dos rios
Rio facilmente navegável = união política e cultural	Regiões pantanosas = irrigação usada para drenagem	Montanhas do Himalaia = proteção contra invernos rigorosos	Enchentes violentas = construção de diques para controlar as águas
Desertos = isolamento	Falta de pedras para construção = estruturas de cana e de tijolos de argila	Monções (ventos) e derretimento da neve = suprimentos abundantes de água	Montanhas e desertos = isolamento cultural

Abundância de pedras = arquitetura permanente		Contato com o Oriente Médio a noroeste	

CONTRIBUIÇÕES E REALIZAÇÕES DAS CIVILIZAÇÕES DA ANTIGÜIDADE ORIENTAL

Sociedade	Região / Período	Contribuições / Realizações
Sumérios	Mesopotâmia meridional (3500-2300 a.C.).	Cidades-estado, matemática (base 60 e sistemas de latitude), veículos com rodas, *zigurates* (templos), escrita cuneiforme, escolas.
Egípcios	Vale do Nilo (Egito) (3100-1200 a.C.)	Irrigação para controlar o rio, expansão de terras cultiváveis, calendário, medicina, monarquia hereditária e centralizada, escrita pictográfica (hieróglifos), tumbas nas pirâmides, mumificação.
Babilônicos	Mesopotâmia (1900-1600 a.C.)	Código de leis de Hamurábi, unificação de toda região mesopotâmica.
Hititas	Turquia e Síria (1800-1200 a.C.)	Metalurgia (ferro)
Fenícios	Líbano atual (1400-800 a.C.)	Navegação marítima, alfabeto fonético, comércio além-mar.
Assírios	Norte da Mesopotâmia (900-612 a.C.)	Sociedade militarista, engenheiros militares, império armado da Mesopotâmia ao Egito.
Lídios	Turquia (700-550 a.C.)	Cunhagem de moedas, sistema monetário.
Hebreus/Judeus/ Israelitas	Terra de Canaã / atual Israel (2.000 a.C.-79 d.C.)	Monoteísmo - conceito de um Deus único, os 10 Mandamentos, a criação de um código de valores éticos e morais; O Velho Testamento.
Caldeões	Mesopotâmia (612-539 d.C.)	Astronomia, fases lunares = 4 semanas por mês, ano solar preciso, astrologia: Zodíaco.
Persas	Irã atual (1200-330 d.C.)	Amplo sistema de estradas, unificação de um povo vasto em um único império, período de paz e de tolerância, regras claras.

EGITO

A Civilização egípcia data do ano de 4.000 a.C., permanecendo relativamente estável por 35 séculos, apesar de inúmeras invasões das quais foi vítima.

Em 1822, o francês Jean François Champollion decifrou a antiga escrita egípcia tornando possível o acesso direto às fontes de informação egípcias. Até então, o conhecimento sobre o Egito era obtido através de historiadores da Antigüidade greco-romana.

O MEIO AMBIENTE E SEUS IMPACTOS

Localizado no nordeste africano de clima semi-árido e chuvas escassas ao longo do ano, o vale do rio Nilo é um oásis em meio a uma região desértica. Durante a época das cheias, o rio depositava em suas margens uma lama fértil na qual durante a vazante eram cultivados cereais e hortaliças.

O rio Nilo é essencial para a sobrevivência do Egito. A interação entre a ação humana e o meio ambiente é evidente na história da civilização egípcia, pois graças à abundância de suas águas era possível irrigar as margens durante o período das cheias. A necessidade da construção de canais para irrigação e de barragens para armazenar água próximo às plantações foi responsável pelo aparecimento do Estado centralizado.

Nilo > agricultura de regadio > construção de obras de irrigação que exigiam forte centralização do poder > monarquia teocrática

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A história política do Egito Antigo é tradicionalmente dividida em duas épocas:

Pré-Dinástica (até 3200 a.C.): ausência de centralização política.

População organizada em **nomos** (comunidades primitivas) independentes da autoridade central que era chefiada pelos **monarcas**. A unificação dos nomos se deu em meados do ano 3000 a.C., período em que se consolidaram a economia agrícola, a escrita e a técnica de trabalho com metais como cobre e ouro.

Dois reinos **Alto Egito** (sul) e **Baixo Egito** (norte) surgiram por volta de 3500 a.C. em conseqüência da necessidade de se unir esforços para a construção de obras hidráulicas.

Dinástica: forte centralização política

Menés, rei do Alto Egito, subjugou em 3200 a.C. o Baixo Egito. Promoveu a unificação política das duas terras sob uma monarquia centralizada na imagem do faraó, dando início ao Antigo Império, Menés tornou-se o primeiro faraó. Os nomarcas passaram a ser “governadores” subordinados à autoridade faraônica.

PERÍODOS DA ÉPOCA DINÁSTICA

A Época Dinástica é dividida em três períodos:

Antigo Império (3200 a.C. – 2300 a.C.)

Capital: Mênfis

Foi inventada a escrita hieroglífica.

Construção das grandes pirâmides de Gizé, entre as quais as mais conhecidas são as de Quéops, Quéfrem e Miquerinos. Esses monumentos, feitos com blocos de pedras sólidas, serviam de túmulos para os faraós. Tais construções exigiam avançadas técnicas de engenharia e grande quantidade de mão-de-obra.

Invasão dos povos nômades > fragmentação do poder

Médio Império (c. 2040-1580 a.C.)

Durante 200 anos o Antigo Egito foi palco de guerras internas marcadas pelo confronto entre o poder central do faraó e os governantes locais – nomarcas. A partir de 2040 a.C., uma dinastia poderosa (a 12ª) passou a governar o País iniciando o período mais glorioso do Antigo Egito: o Médio Império. Nesse período:

- Capital: Tebas
- Poder político: o faraó dividia o trono com seu filho para garantir a sucessão ainda em vida
- Poder central controlava rigorosamente todo o país
- Estabilidade interna coincidiu com a expansão territorial
- Recenseamento da população, das cabeças de gado e de terras aráveis visando a fixação de impostos
- Dinamismo econômico

Matérias > História > História Geral > Antiguidade Oriental > Egito

Os Hicsos

Rebeliões de camponeses e escravos enfraqueceram a autoridade central no final do Médio Império, permitindo aos hicsos - um povo de origem caucasiana com grande poderio bélico que havia se estabelecido no Delta do Nilo – conquistar todo o Egito (c.1700 a.c.). Os hicsos conquistaram e controlaram o Egito até 1580 a.C. quando o chefe militar de Tebas derrotou-os. Iniciou-se, então, um novo período na história do Egito Antigo, que se tornou conhecido como Novo Império.

As contribuições dos hicsos foram:

- fundição em bronze
- uso de cavalos
- carros de guerra
- tear vertical

Novo Império - (c. 1580- 525 a.C.)

O Egito expulsou os hicsos conquistando, em seguida, a Síria e a Palestina.

- Capital: Tebas.
- Dinastia governante descendente de militares.
- Aumento do poder dos sacerdotes e do prestígio social de militares e burocratas.
- Militarismo e expansionismo, especialmente sob o reinado dos faraós Tutmés e Ramsés.
- Conquista da Síria, Fenícia, Palestina, Núbia, Mesopotâmia, Chipre, Creta e ilhas do Mar Egeu.
- Afluxo de riqueza e escravos e aumento da atividade comercial controlada pelo Estado.
- Amenófis IV promoveu uma reforma religiosa para diminuir a autoridade dos sacerdotes e fortalecer seu poder implantando o monoteísmo (a crença numa única divindade) durante seu reino.
- Invasões dos “povos do mar” (ilhas do Mediterrâneo) e tribos nômades da Líbia conseqüente perda dos territórios asiáticos.
- Invasão dos persas liderados por Cambises.
- Fim da independência política.

Com o fim de sua independência política o Egito foi conquistado em 343 a.C. pelos persas. Em 332 a.C. passou a integrar o Império Macedônio e, a partir de 30 a.C., o Império Romano.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Base econômica:

- Agricultura de regadio com cultivo de cereais (trigo, cevada, algodão, papiro, linho) favorecida pelas obras de irrigação.
- Agricultura extensiva com um alto nível de organização social e política.
- Outras atividades econômicas: criação de animais (pastoreio), artesanato e comércio.

ASPECTOS POLÍTICOS

Monarquia teocrática:

- O governante (faraó) era soberano hereditário, absoluto e considerado uma encarnação divina. Era auxiliado pela burocracia estatal nos negócios de Estado.
- Havia uma forte centralização do poder com anulação dos poderes locais devido à necessidade de conjugação de esforços para as grandes construções.
- O governo era proprietário das terras e cobrava impostos das comunidades camponesas (servidão coletiva). Os impostos podiam ser pagos via trabalho gratuito nas obras públicas ou com parte da produção.

ASPECTOS SOCIAIS

- Predomínio das sociedades estamentais (compostas por categorias sociais, cada uma possuía sua função e seu lugar na sociedade).
- O Egito possuía uma estrutura social estática e hierárquica vinculada às atividades econômicas. A posição do indivíduo na sociedade era determinada pela hereditariedade (o nascimento determina a posição social do indivíduo).
- A estrutura da sociedade egípcia pode ser comparada a uma pirâmide. No vértice o faraó, em seguida a alta burocracia (altos funcionários, sacerdotes e altos militares) e, na base, os trabalhadores em geral . A sociedade era dividida nas seguintes categorias sociais:
- O faraó e sua família - O faraó era a autoridade suprema em todas as áreas, sendo responsável por todos os aspectos da vida no Antigo Egito. Controlava as obras de irrigação, a religião, os exércitos, promulgação e cumprimento das leis e o comércio. Na época de carestia era responsabilidade do

faraó alimentar a população.

- aristocracia (nobreza e sacerdotes). A nobreza ajudava o faraó a governar.
- grupos intermediários (militares, burocratas, comerciantes e artesãos)
- camponeses
- escravo

Os escribas, que dominavam a arte da escrita (hieróglifos), governantes e sacerdotes formavam um grupo social distinto no Egito.

ASPECTOS CULTURAIS

- A cultura era privilégio das altas camadas.
- Destaque para engenharia e arquitetura (grandes obras de irrigação, templos, palácios).
- Desenvolvimento de técnicas de irrigação e construção de barcos.
- Desenvolvimento da técnica de mumificação de corpos.
- Conhecimento da anatomia humana.
- Avanços na Medicina.
- Escrita pictográfica (hieróglifos).
- Calendário lunar.
- Avanços na Astronomia e na Matemática, tendo como finalidade a previsão de cheias e vazantes.
- Desenvolvimento do sistema decimal. Mesmo sem conhecer o zero, os egípcios criaram os fundamentos da Geometria e do Cálculo.
- Engenharia e Artes.
- Jogavam xadrez.

ASPECTOS RELIGIOSOS

- Politeísmo
- Culto ao deus Sol
- As divindades são representadas com formas humanas (politeísmo antropomórfico), com corpo de animal ou só com a cabeça de um bicho (politeísmo antropozoomórfico)
- Crença na vida após a morte (Tribunal de Osíris), daí a necessidade de preservar o cadáver, desenvolvimento de técnicas de mumificação, aprimoramento de conhecimentos médico-anatômicos.

Mesopotâmia

Região do Oriente Médio, localizada entre os rios Tigre e Eufrates (a palavra Mesopotâmia significa entre rios), onde se sucederam as civilizações dos Sumérios, Babilônicos, Assírios e Caldeus. A Mesopotâmia não se unificou sob um governo como no Egito, a região era povoada de cidades-estados independentes que periodicamente exerciam forte hegemonia sobre toda a Mesopotâmia.

O meio ambiente e seus impactos

Situada entre os rios Tigre e Eufrates, a Mesopotâmia pertencia ao chamado **Crescente Fértil**. Ao norte, o território é montanhoso, desértico e, portanto, menos fértil; já ao sul, a região é constituída por planícies muito férteis. A aridez do clima obrigou a fixação da população às margens dos rios Tigre e Eufrates, cujas águas permitiram o desenvolvimento da agricultura na região. A construção de obras de irrigação foi fundamental para o aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis na área.

Além disso, por ser uma região de grande fertilidade em meio à regiões áridas, a Mesopotâmia foi vítima de constantes invasões de povos estrangeiros.

Evolução histórica e características de cada civilização:

POVO	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
SUMÉRIOS **(antes de 2000 a.C.)**	Originários do planalto do Irã, fixaram-se na Caldéia. Organizavam-se politicamente em **cidades-estado** (Ur, Uruk, Lagash, Eridu). Em cada cidade-Estado o poder político era exercido por chefes militares e religiosos (rei-sacerdotes) chamados de **patesi** . A religião era politeísta. O templo era não somente o centro religioso como político, administrativo e financeiro. Contribuição cultural: invenção da escrita **cuneiforme** : sinais abstratos em forma de cunha, feitos em tábuas de argila. Na literatura, destaque para os poemas “O Mito da Criação” e “A Epopéia de Gilgamesh”.

ACADIANOS **(antes de 2000 a.C.)**	Povo de origem semita que ocupou a parte central da Mesopotâmia, realizando, por volta de 2300 a.C., durante o reinado de Sargão I, a unificação política. Estabeleceu sua capital em Akkad, daí o nome da civilização acadiana. Disputas internas e invasões estrangeiras levaram ao desaparecimento desse Império.

PRIMEIRO IMPÉRIO BABILÔNICO **(2000 a.C. –1750 a.C.)**	Grupo de invasores **amoritas**, vindos do deserto da Arábia Capital: Babilônia.Grande centro urbano da Antigüidade Oriental, eixo econômico e cultural da região. **Hamurábi** o mais importante rei babilônico unificou politicamente a Mesopotâmia e elaborou o primeiro código de leis escritas: **Código de Hamurábi** (compilação de procedimentos jurídicos). Neste, está prevista a **Lei do Talião** (“olho por olho, dente por dente”), abrange quase todos os aspectos da vida babilônica (comércio, propriedade, herança, direitos da mulher, família, escravidão etc.). Hamurábi realizou uma reforma religiosa, instituindo o culto a **Marduk**, principal divindade em honra de quem foi construído um imponente zigurate. Rebeliões internas e invasões que levaram a um enfraquecimento do Império e fragmentação do poder.
IMPÉRIO ASSÍRIO **(1300 a.C.– 612a.C.)**	Ocupou o norte da Mesopotâmia, perto do curso superior do rio Tigre, região rica em madeira e minério (cobre e ferro). Capital: Assur. Principal atividade econômica: pastoreio e comércio. Grande parte da riqueza vinha do saque das regiões conquistadas; existia uma espécie de sistema bancário. Militarismo: Usavam cavalos e armas de ferro e passaram para a história como o povo mais guerreiro da antiguidade. Formação de um Império. Conquista da Mesopotâmia, da Síria e da Palestina. Crueldade com os derrotados de guerra (esfolamento vivo nas pedras, corte de orelhas, órgãos genitais e narizes); escravização dos sobreviventes. Governante mais conhecido: **Assurbanipal,** ampliou as

	fronteiras do império; ordenou a construção da principal biblioteca da Antigüidade Oriental em Nínive, reunindo importante acervo cultural. Morreu em 631 a.C. passando a ocorrer revoltas dos povos dominados que, chefiados pelos caldeus de **Nabopolasar**, derrubaram o império por volta de 612 a.C.
SEGUNDO IMPÉRIO BABILÔNICO **(612 a.C. – 539 a.C.)**	Origem semita; derrotando assírios, estabeleceu seu poder sobre a Mesopotâmia. Capital: Babilônia. Com o rei **Nabucodonosor II** o império babilônico atingiu seu apogeu. Ampliou as fronteiras do reino, dominando a Fenícia e a Síria.Vitória sobre o Egito, ocupação do Reino de Judá e Jerusalém com escravização dos hebreus (“O Cativeiro da Babilônia”). Construção de grandes obras públicas: templos e palácios; **zigurate** (imponente construção em forma de torre com degraus , conhecido como a torre de Babel) e os famosos “Jardins Suspensos da Babilônia”. Com a morte de **Nabucodonosor II** há o enfraquecimento do reino, tornando-se alvo da expansão persa. Chefiados por Ciro I, os persas invadiram e dominaram a Mesopotâmia, que se tornou uma província do Império Persa.

4_1

Fenícia

A Fenícia corresponde atualmente à região do Líbano. De recursos naturais escassos, além do clima árido e solo pouco apropriado à atividade agrícola, sua localização geográfica favoreceu fundamentalmente a navegação e o comércio. Essa vocação marítima dos fenícios contou ainda com a ajuda das abundantes florestas de cedro, madeira adequada para a fabricação de embarcações, presentes em seu território.

Os fenícios não conheceram, na Antigüidade, a centralização política, organizando-se segundo cidades-estados; unidades autônomas do ponto de vista econômico e administrativo, sendo que as que mais se destacaram foram Biblos, Tiro e Sidon.

A principal classe da sociedade fenícia, pelas próprias atividades econômicas dessa civilização, era formada pelos comerciantes e armadores que controlavam a vida econômica e política das cidades-estado.

A expansão das atividades comerciais levou os fenícios a controlar a navegação no Mediterrâneo, onde fundaram diversas colônias e feitorias. Entre elas destacam-se Palermo, na Sicília, Cádis e Málaga, na Espanha, e, principalmente, Cartago, no norte da África. A cultura fenícia, dado o caráter “aberto” de sua

organização sócio-econômica, assimilou diversos componentes de outras culturas. Cabe, destacar, sua mais importante contribuição para a cultura ocidental: a invenção do alfabeto com 22 letras, matriz de nossa escrita atual.

5_24

Grécia

Estátua em mármore de Venus

Chamamos de civilização grega, ou *civilização helênica* aquela que se desenvolveu a partir do extremo sul da Península Balcânica (a Grécia atual) e se difundiu pelas ilhas do Mar Egeu, costa ocidental da Ásia Menor, litoral do Mar Negro e por certos pontos africanos e europeus do Mediterrâneo.

As origens da civilização helênica são encontradas nos primitivos povos que habitavam a Península Balcânica, os pelasgos, na civilização egéia e nos povos indo-europeus (**aqueus, jônios, eólios e dórios**) que, desde mais ou menos 2.000 a.C. começaram a penetrar nos Bálcãs.

A CIVILIZAÇÃO EGÉIA

A civilização egéia desenvolveu-se, originalmente, nos muitos arquipélagos do Mar Egeu e teve como principal centro a ilha de Creta, daí também ser conhecida por **civilização cretense**. Os egeus chegaram a ocupar também as costas ocidentais da Ásia Menor e a parte meridional dos Bálcãs.

A exigüidade das terras aráveis e das reservas minerais e a facilidade para a navegação (muitas enseadas naturais e ilhas próximas umas das outras) fizeram com que os egeus se notabilizassem como um povo de navegadores.

O comércio marítimo foi a base de sua economia. Conseqüentemente, a civilização egéia caracterizou-se por um notável desenvolvimento urbano, sendo que dentre suas cidades a mais importante foi **Cnossos**, cujos reis recebiam o título de **Minos.**

Cada cidade tinha, provavelmente, o estatuto de uma cidade-estado, ou seja tinha sua autonomia e soberania política. É provável que essas muitas cidades-estados tenham formado uma espécie de federação, sob a liderança efetiva de Cnossos. Parece-nos fora de dúvida que os Minos (reis de Cnossos) exerciam uma efetiva hegemonia sobre os povos egeus. Alguns historiadores chegam a designar essa civilização como **civilização minóica**.

As relações das cidades-estados do Egeu eram pacíficas, já que não existiam resquícios arqueológicos de fortificações em nenhuma delas. Já nas cidades egéias do sul da Península Balcânica encontramos fortificações, o que demonstra a preocupação defensiva gerada pelas sucessivas ondas de povos indo-europeus que lá foram chegando.

Nossos conhecimentos acerca da civilização egéia são limitados pelo fato de que seus sistemas de escrita ainda não foram plenamente decifrados e, conseqüentemente, temos de contentar-nos com suposições feitas a partir de achados arqueológicos e de documentos escritos que já puderam ser decifrados.

Entretanto, algumas afirmações podem ser feitas com relativa segurança: sua religião estava diretamente ligada à natureza e sua principal divindade era representada por uma figura de mulher (a Grande deusa), que era tida como mãe de todos os outros deuses e dos homens.

A arte egéia era viva e brilhante, plena de humanismo e individualidade, ou seja, ela se distingue plenamente das artes anteriores e contemporâneas, mesmo porque ela não estava a serviço nem do Estado nem da religião.

Embora não tenhamos muitos elementos para conhecer a cultura egéia, é certo que ela exerceu profunda influência junto aos povos mediterrâneos, especialmente através dos gregos, que foram seus principais depositários.

Por volta de 1.600 a.C., Cnossos foi destruída por uma aliança de cidades-estados egéias do sul da Grécia, lideradas por Micenas.

A CIVILIZAÇÃO MICÊNICA

O nome de civilização micênica é dado ao conjunto dos povos "gregos" (**aqueus, jônios e eólios**) que assimilaram a cultura egéia e conquistaram boa parte dos domínios egeus, inclusive Cnossos. A designação **micênica** é devida ao fato de que a cidade de Micenas e seus reis exerciam uma efetiva hegemonia sobre os demais povos "gregos". Essa hegemonia não foi estabelecida de forma pacífica. As guerras entre as diversas cidades-estados micênicas foram constantes, sendo que, dentre essas guerras, as mais importantes foram entre Micenas e Tebas e entre Micenas e Tróia (esta imortalizada pela *Ilíada*).

Os micênicos, a exemplo dos egeus, tiveram no comércio sua atividade econômica dominante, sendo o comércio o principal difusor da cultura e da civilização micênica pelo Mediterrâneo.

A Ilíada e **a Odisséia**, poemas épicos atribuídos a Homero, e achados arqueológicos, constituem-se as principais fontes históricas para o conhecimento da História micênica, bem como para os primeiros tempos da civilização helênica .

A decadência e conseqüente desaparecimento da civilização micênica ocorreram, fundamentalmente, devidos à invasão dos dórios, um povo também indo-europeu, altamente belicoso e que chegou à Península Balcânica por volta do século XII a.C.

Como povo tipicamente agrário, os dórios instalaram-se nas melhores e mais férteis terras balcânicas. Tal fato provocou um grande fluxo migratório, bastante desordenado, através do qual os povos micênicos povoaram as terras menos férteis da Grécia, as ilhas do Egeu, partes do litoral ocidental da Ásia Menor e certas regiões em torno do Mar Negro. Esse movimento migracional ficou conhecido como **Diáspora Grega**.

O território da Grécia Antiga (Grécia Continental, Peloponeso ou Grécia Peninsular e Grécia Insular) possui um relevo montanhoso que isola , umas das outras, as poucas planícies mais ou menos férteis lá existentes.

Tal situação de relevo, somada ao fato de o litoral ser altamente propício ao desenvolvimento da navegação (multiplicidade de enseadas naturais propícias ao aproveitamento como portos), ajuda a explicar a vocação mercantil da Grécia.

O caráter com o qual ocorreu a Diáspora Grega e o tipo de realidade geográfica dos territórios ocupados pelos migrantes nos ajudam a entender certos aspectos econômicos e políticos das comunidades gregas.

Cada planície foi ocupada por um clã cujo chefe, normalmente o mais velho dos homens, exercia uma autoridade quase que absoluta.

Inicialmente, a terra era de todos, mas com o crescimento demográfico, a exploração comunal foi passando a ser insuficiente para a população. É o início da propriedade privada, sendo que as terras eram distribuídas por um critério de parentesco em relação ao chefe do clã. As melhores terras eram dadas aos parentes mais próximos, e assim por diante, até que os parentes mais distantes nem sequer recebiam uma propriedade agrária.

Em outros termos, podemos afirmar que, com o advento da propriedade privada, configurou-se uma estratificação social, em cujo topo tínhamos uma aristocracia (proprietários das melhores terras). Em situação intermediária, tínhamos os pequenos proprietários (em posse de terras não tão férteis). Na base, havia uma massa de trabalhadores agrários. É importante notar que os descendentes desses primeiros gregos (os participantes da Diáspora) eram sempre homens livres. Só mais tarde viria aparecer a instituição da escravidão por dívidas.

A GRÉCIA ARCAICA (Séculos VIII a VI a.C)

Já que a economia das diversas comunidades gregas era tipicamente agrária, podemos entender que a propriedade da terra era o elemento fundamental na determinação da condição sócio-econômica do indivíduo, bem como de sua participação política na comunidade. Dentro desses parâmetros, é fácil justificar o fato de que, na maioria das cidades-estados gregas, verificamos uma progressiva concentração de poder nas mãos da aristocracia (classe social dos grandes proprietários de terra). Por meio dessas informações pode-se afirmar que houve na Grécia uma evolução política de monarquias para oligarquias.Só que o domínio político e econômico da aristocracia não perdurou indefinidamente sem contestação.

A concentração da propriedade fundiária nas mãos da aristocracia, o regime de transmissão da herança apenas para o primogênito e o próprio crescimento vegetativo da população foram responsáveis por uma crescente tensão social que ameaçava desestabilizar o dominío da aristocracia.

Nesse contexto podemos entender o desencadeamento do sistema de colonização grega no Mediterrâneo, processo que consistiu na ocupação de terras não-gregas por povos gregos. A invasão dessas terras se concretizava com a instalação de famílias nessas áreas, esses grupos originavam novas cidades-estados.

Os gregos , no movimento colonizatório, ocuparam diversos pontos da Ásia Menor (costa da Anatólia); a região dos estreitos (Mar de Mármora e Mar Negro), onde fundaram Bizâncio; Sicília (onde fundaram, entre outras, as cidades-estados de Siracusa e Agrigento) e no sul da Itália (Tarento, Síbaris, Crotona e Nápoles). As colônias gregas do sul da Itália e Sicília são conhecidas genericamente pelo nome de *Magna Grécia*.

As colônias mantinham estreitas ligações com as terras de origem dos colonos, ou seja, com as cidades-estados na própria Grécia.

A colonização grega no Mediterrâneo trouxe consigo diversas consequências, dentre as quais merecem destaque:

- a helenização cultural de diversos pontos do Mediterrâneo.

- um intenso desenvolvimento comercial entre as colônias e as cidades-estados da Grécia.

As colônias ficavam em regiões de solo fértil, portanto, tinham uma produção agrária diversificada e abundante, cujos excedentes eram exportados para a Grécia.

Clique no mapa para ampliar.

A crescente penetração , na Grécia, de produtos agrícolas coloniais determinou a decadência do sistema agrário tradicional. Inicialmente, os pequenos proprietários viram-se arruinados pela concorrência colonial; depois, a própria aristocracia teve seu poderio econômico abalado.As terras em mãos da aristocracia foram sendo progressivamente aproveitadas para o plantio da vinha e da oliva. Paralelamente, desenvolveu-se a produção do vinho e do azeite. Configurou-se, dessa forma, uma reciprocidade comercial: as colônias forneciam alimentos, a Grécia fornecia vinho e azeite.

O trato da vinha e da oliva exigia grandes contingentes de mão-de-obra, fato este que contribuiu para o crescimento da **escravidão.** Na Grécia, além do escravo obtido por conquista ou compra, havia o escravo por dívidas (o devedor que não podia pagar aquilo que devia era escravizado pelo credor como forma de pagamento). A escravidão por dívidas atingia, fundamentalmente, os pequenos proprietários de terra que, depois de perderem suas propriedades, acabavam perdendo a liberdade.

Verificamos que a colonização trouxe consigo um notável desenvolvimento comercial que serviu de estímulo para o incremento da vida urbana e, conseqüentemente, das atividades artesanais. A camada social constituída por indivíduos ligados a atividades urbanas (comércio, artesanato e funções liberais) viu-se fortalecida e multiplicou-se .

Resumindo: as necessidades da sociedade aristocrática grega levaram à ocorrência de uma colonização no Mediterrâneo; tal colonização desencadeou um desenvolvimento mercantil e uma crise agrária na Grécia; essa crise significou um enfraquecimento econômico e político da aristocracia; o desenvolvimento mercantil gerou um fortalecimento econômico e político das camadas sociais urbanas.

Na Grécia, nesse período (séculos VIII a VI a.C.) o poder econômico concentrava-se cada vez mais nas mãos das camadas urbanas, enquanto o poder político continuava monopolizado pela aristocracia fundiária.Tal contradição, somada às crescentes tensões sociais, serviu de vetor para uma série de transformações políticas que ocorreram nas cidades-estados grega. Essas transformações políticas aconteceram sempre no sentido da evolução de uma oligarquia (governo de poucos) para uma democracia (governo de todos os cidadãos).

Os principais agentes dessa evolução política foram os legisladores e os tiranos. Os legisladores eram indivíduos nomeados pela aristocracia para realizarem reformas capazes de aliviar a tensão social e a contestação política. Os tiranos eram líderes que tomavam o poder pela força, geralmente com apoio popular; uma vez no poder, os tiranos realizavam reformas políticas e sociais mais ou menos profundas.

No Período Arcaico da história da Grécia (séculos VIII a VI a.C.), verificamos uma crescente urbanização econômica e, conseqüentemente, um deslocamento do poder político das mãos da aristocracia fundiária para as mãos das camadas urbanas. Só que tais processos não ocorreram da mesma forma e nem simultaneamente nas diversas cidades-estados gregas.

Cada cidade-estado (polis é o termo grego) da Grécia conheceu seu próprio processo evolutivo; duas delas, Esparta e Atenas, foram as mais notáveis e importantes polis do Período Arcaico.

ESPARTA

Esparta conheceu um desenvolvimento e uma organização absolutamente singulares em relação às demais "polis" gregas. Essa cidade estava localizada no centro da planície da Lacônia, no fértil vale do rio Eurotas. Nos tempos pré-gregos, aí se desenvolvera a civilização mecênica que, por volta de 1200 a.C., fora conquistadas pelos dórios.

A partir da ocupação da Lacônia, os dórios, que deram origem aos espartanos, através de uma série de guerras, foram conquistando os territórios vizinhos, dentre os quais o mais importante foi a planície da Messênia. O imperialismo continental foi uma das características dominantes da história de Esparta. Essa cidade quase não participou do movimento colonizatório grego no Mediterrâneo por ocupar uma região fértil. Seu expansionismo limitou-se ao território da própria Grécia. Essa é uma singularidade de Esparta.

Segundo a tradição, a organização sócio-política e econômica de Esparta deve-se a uma "constituição", que teria sido elaborada por um personagem semilendário chamado *Licurgo*.

Na verdade, a organização espartana não é devida à obra de um único indivíduo e nem foi estabelecida de uma só vez.; ela é resultado de reformas que foram realizadas desde a origem da polis até, mais ou menos, o século VI a.C., quando adquiriu sua feição definitiva.

Em seus moldes finais, a sociedade espartana estava estratificada da seguinte maneira:

Espartanos ou Espartíatas. Camada que agregava todos os indivíduos que possuíam direitos políticos; provavelmente, os espartíatas eram os descendentes dos dórios que haviam conquistado a Lacônia e dado origem à polis de Esparta.

Hilotas

Camada constituída de escravos do Estado que descendiam, provavelmente, dos primitivos habitantes da Lacônia (aqueles que a ocupavam quando houve a invasão dos dórios).

Periecos

Camada composta de indivíduos livres que viviam sob a dominação política dos espartíatas e se dedicavam ao artesanato e à exploração de pequenas propriedades agrárias. Os periecos eram, provavelmente, descendentes dos povos que foram sendo vencidos por Esparta através de suas guerras.

Os espartíatas, além de serem os únicos a possuir direitos políticos, eram submetidos a um regime especial de vida: o homem espartíata era fundamentalmente um soldado e sua mulher era mãe de outros espartíatas. Para que pudessem ser soldados, os espartíatas tinham sua manutenção, bem como a de suas famílias, assegurada pelo Estado. Cada espartíata, ao completar sua educação militar, recebia do Estado um lote de terra e uma ou mais famílias de hilotas que trabalhavam na terra e produziam o suficiente para a manutenção do espartíata, de sua mulher (também uma espartíata) e de seus filhos.

É interessante notar que a sociedade espartíata era absolutamente democrática (todos tinham exatamente os mesmos direitos), os meios de produção pertenciam ao Estado, ou seja, não havia propriedade privada dos meios de produção entre os espartíatas .

Os hilotas, como já dissemos, pertenciam ao Estado e eram cedidos aos espartíatas para serem utilizados exclusivamente pelos cidadãos, sendo que seu trabalho era basicamente aproveitado no trato da terra.

Os periecos, como homens livres , podiam possuir suas próprias terras ou seus próprios meios de trabalho e sobrevivência. Eram obrigados a pagar tributos para o Estado e a prestar serviço militar, quando convocados.

A organização política de Esparta também era singular, em relação às demais existentes na Grécia.

O poder político espartano era exercido nos seguinte termos:

- A **Diarquia** era constituída por dois reis que representavam as duas famílias mais importantes de Esparta (os Europôntidas e os Agíadas) e que exerciam funções religiosas e militares.
- A **Gerúsia** era uma assembléia formada por vinte e oito anciões, recrutados dentre as famílias mais tradicionais, e mais os dois reis; a Gerúsia funcionava como um tribunal julgando os infratores da lei.
- A **Apella** era a assembléia de todos os cidadãos; suas funções eram praticamente ilimitadas; era o órgão que tomava todas as decisões em última instância.
- O **Eforado**, ou **Conselho dos Cinco Éforos**, principal órgão executivo do governo, era formado por cinco cidadãos, eleitos anualmente pela Apella, que deviam fiscalizar a observação da Constituição e das leis.

Nos parâmetros dessa organização política, o que verificamos de fato é que os cinco éforos eram os reais detentores do poder e, exatamente por isso, eram trocados todos os anos para que não houvesse a possibilidade de um indivíduo ou um grupo de indivíduos monopolizar o poder em caráter permanente.

ATENAS

Atenas desenvolveu-se como sendo o centro político e econômico da planície da Ática; esta região se comunica mais facilmente com o mar do que com o interior do continente, em função de seu relevo.

A Ática apresentava um solo relativamente fértil, um boa reserva florestal que fornecia, abundantemente, madeira para a construção naval, grandes reservas de prata e chumbo, muita argila e grandes pedreiras de calcário e mármore. Dentre os recursos naturais disponíveis o ferro era o material mais escasso.

Primitivamente, desenvolveram-se diversas comunidades na planície da Ática, que foram progressivamente sendo unificadas em torno de um centro político instalado na Acrópole de Atenas. Tal processo foi gradual e pacífico e recebeu o nome de *sinecismo; esse*, levou à instalação de uma monarquia.

O fortalecimento da aristocracia, formada por grandes proprietários de terra, fez com que a monarquia se transformasse, progressivamente, numa oligarquia aristocrática. Tal evolução aconteceu pacificamente, através do esvaziamento das funções do **Basileu,** que aos poucos tornou-se apenas um chefe religioso. Simultaneamente, foram surgindo outras magistraturas: o **Polemarca**, a quem competia a chefia militar; o Arconte, responsável pela administração e os seis **Tesmotetas** , que eram os juízes e guardiões da lei.Os magistrados eram eleitos anualmente pela **Eclésia**, assembléia de todos os cidadãos. Havia ainda o **Areópago**, conselho formado exclusivamente por elementos recrutados dentre a aristocracia, os componentes desse grupo cooperavam com os magistrados na direção da polis.

Com a configuração **política da oligarquia**, verificamos o surgimento de uma nova estratificação social que, ao invés de ser baseada em critérios de nascimento, sustentava-se por critérios determinados a partir das rendas e propriedades dos indivíduos. Essa estratificação ampliou o número de cidadãos e tornou possível aumentar os efetivos militares, e conseqüentemente, o poderio do Estado.

O crescimento demográfico, aliado a outros fatores já mencionados, fez com que Atenas empreendesse tenazmente uma ação colonizatória no Mediterrâneo. Tal feito impulsionou as atividades mercantis e fortaleceu as camadas urbanas; ao mesmo tempo, as atividades agrárias conheciam uma radical transformação: o desenvolvimento da vinicultura e das oliveiras.

Um fato relevante é que ao lado da aristocracia, até então hegemônica em termos políticos, passa a existir uma camada social ligada às atividades mercantis (comércio e artesanato) , que conheceu um rápido processo de enriquecimento passando a reivindicar uma posição mais atuante no aparelho do Estado.

O processo de desenvolvimento mercantil foi acompanhado por uma **crise agrária** que atingiu, fundamentalmente, os pequenos proprietários que se viam empobrecidos e mesmo escravizados por dívidas. Em síntese, havia uma crescente insatisfação popular que pôde ser utilizada pelas camadas mercantis como instrumento de pressão para a realização de transformações políticas.

As primeiras manifestações para a transformação política ocorreram de forma pacífica. A própria estrutura oligárquica, pressionada pelos setores urbanos e populares, formou legisladores encarregados de reformas que aplacassem a tensão sócio-política e permitissem a continuidade do domínio aristocrático. **Dracon**,o primeiro legislador, em 621 a.C., elaborou as primeiras leis escritas de Atenas; as **leis draconianas** caracterizaram-se por sua excessiva severidade. Essas regras não chegaram até os documentos escritos; sendo assim, tal legislação não teve seu caráter efetivamente demonstrado. Mais tarde, a simples existência de leis escritas coibiu a arbitrariedade com o qual os juízes (aristocratas) julgavam os não-aristocratas.

Pouco após a elaboração das leis draconianas, um segundo legislado, foi constituído: **Sólon**. Em 594 a.C., Sólon elaborou profunda reformas nas leis de Dracon.

ATENAS

Os principais aspectos das **reformas de Sólon** foram:

- amenização da severidade das leis draconianas;
- fim da escravidão por dívidas;
- devolução das terras que haviam sido tomadas pelos credores dos seus proprietários originais;
- estabelecimento de um tamanho limite para as propriedades agrárias;
- admissão dos tetas (trabalhadores livres não-proprietários de terra) na Eclésia;
- criação do **Heliaea** (tribunal de justiça do qual todos os cidadãos podiam participar);
- as magistraturas passaram a ser exercidas por todos os cidadãos.

Vale a pena destacar o fato de que, em Atenas, eram cidadãos apenas os homens livres não-estrangeiros; sendo assim, os estrangeiros e os escravos não possuíam direitos civis.

Sólon fez com que todos os cidadãos pudessem exercer as magistraturas; entretanto, na prática,só os

indivíduos mais ricos se ocupavam das funções dos magistrados (Basileu, Polemarco, Arconte e Tesmotetas), pois estas exigiam dedicação exclusiva sem remuneração.

As reformas de Sólon ampliaram a faixa de participação dos cidadãos ligados às atividades mercantis, atenderam parcialmente os interesses das camadas populares e aboliram a escravidão por dívidas. Só que essa mudanças não foram bem aceitas nem pela aristocracia e nem pelas camadas populares desejosas de reformas mais profundas do que as efetuadas , grande parte da insatisfação do povo estava ligada à estrutura da propriedade fundiária.Apesar desse descontentamento proveniente de diversas camadas sociais, não há como negar que após as reformas de Sólon, Atenas conheceu um período de relativa paz social; fato este que permitiu o desenvolvimento de uma política imperialista, cuja primeira manifestação concreta foi o conjunto de lutas contra Mégara acerca da posse de Salamino. Nessas batalhas, Pisístrato, grande general, foi importantissímo. Em 561 a.c, com ampla base de apoio popular, esse general tomou o poder em Atenas estabelecendo a **Tirania** , governo de um tirano. Na Grécia Antiga, tirano era o indivíduo que tomava o poder pela força das armas. Pisístrato exerceu a Tirania de 561 a 528 a.C., ou seja, da tomada do poder até sua morte. Com a instalação da Tirania, esse líder não extinguiu a estrutura político-administrativa estabelecida por Sólon, apenas superpôs uma nova e superior esfera de poder, ou seja, o tirano colocou-se acima da estrutura já existente.

Dentre as realizações de Pisístrato, estão:

- o enfraquecimento da aristocracia, através do confisco de parte substantiva de suas terras, e a distribuição destas áreas para os cidadãos pobres;
- a montagem de uma poderosa frota naval, objetivando o estabelecimento da hegemonia ateniense no Mediterrâneo Oriental.

Com a morte de Pisístrato, seus filhos Hiparco e Hípias o sucederam no poder. Pouco após essa sucessão, uma conspiração aristocrática assassinou Hiparco, provocando a adoção de uma política intensamente repressiva por parte de Hípias. Tal forma de liderança causou uma progressiva perda das bases políticas de Hípias, fato que acabou criando as condições necessárias para um movimento insurrecional que derrubou a Tirania. Com o fim dessa forma de governo, o poder foi concentrado nas mãos de um novo legislador, **Clístenes,** que realizou as reformas que conduziram Atenas à condição de uma Democracia. No início de seu governo, Clístenes sofreu uma intensa oposição da aristocracia, que se aliou a Esparta. Os espartanos chegaram a ocupar Atenas, mas logo foram expulsos; esse evento só contribuiu para o fortalecimento de Clístenes e de suas pretensões reformistas.

As **reformas de Clístenes** instalaram em Atenas uma nova sistemática política, cujas idéias fundamentais eram a igualdade política de todos os cidadãos e a participação direta dos mesmos na máquina governamental.

O principal aspecto de suas reformas foi a criação de uma nova estrutura de recrutamento para a participação política. Os cidadãos foram distribuídos em **demos** (unidades organizacionais de caráter local às quais todos os cidadãos eram obrigados a pertencer formalmente).

O conjunto dos demos foi distribuído em três grupos:

- o primeiro reunia os demos da cidade de Atenas (nos quais predominavam os indivíduos ligados às atividades de comércio e artesanato, além dos trabalhadores urbanos);

- o segundo reunia os demos do litoral (que agregavam os navegadores e pescadores);
- o terceiro reunia os demos do interior (que agregavam os proprietários rurais grandes e pequenos).

Cada um desses grupos era dividido em dez Tritia (cada qual formada por vários demos). Três tritias (uma de cada grupo) formavam uma Tribo.

Essas dez tribos formavam a base para o recrutamento político e militar necessário. É importante saber que em cada tribo havia participação indistinta dos diversos estratos sociais.

Cada tribo fornecia uma unidade militar sob o comando de um **Estratego** , eleito pela própria tribo.

A **Boulê ou Conselho dos Quinhentos**, formada por cinqüenta elementos de cada tribo, passou a ser o principal órgão executivo do governo.

As funções legislativas foram integralmente concentradas nas mãos da **Eclésia** (assembléias de todos os cidadãos).

As funções judiciárias pertenciam ao Heliaea (tribunal formado por juízes eleitos anualmente, em número idêntico para cada tribo, pela Eclésia).

Com essas reformas, todos os cidadãos, independentemente de sua condição sócio-econômica, passaram a participar diretamente do exercício do poder político. Com isso, **Atenas atingiu seu esplendor democrático.** Só que o conceito de cidadania era restrito aos homens livres nascidos em Atenas; conseqüentemente, mulheres, escravos e estrangeiros não tinham acesso ao poder político; logo, a democracia ateniense não era o governo de todos, e sim o governo de todos os cidadãos. Ainda assim, as reformas realizadas por Clístenes reduziram muito os níveis de tensão social e contestação política existentes.

Civilização Grega Arcaica (séculos VIII a VI a.C)

As bases da cultura e da civilização grega devem ser buscadas entre os egeus; os povos indo-europeus que deram origem à nação grega assimilaram aquilo de mais significativo produzido por esse grupo.

Em função do desenvolvimento da colonização mediterrânea, particularmente no que diz respeito ao estabelecimento de colônias na Ásia Menor, a civilização grega entrou em contato com as civilizações orientais (egípcia e mesopotâmica principalmente), das quais recebeu fortes influências.

A partir desses dois fundamentos, os gregos desenvolveram uma cultura e uma civilização originais, que podem ser consideradas fatores fundamentais da unidade nacional grega.

Um segundo fator dessa unidade era a religião. Os gregos praticavam um politeísmo cujos deuses, além de serem representados com formas humanas (Antropomorfismo), eram efetivamente humanizados em seus comportamentos e histórias. Os deuses gregos, além de suas virtudes, possuíam defeitos humanos. A vida dos deuses era contada através de lendas (**Mitologia**) que, de uma certa forma, foram sistematizadas nos **poemas homéricos**.

O templo era considerado como a casa do deus e, por isso , merecia um cuidado arquitetônico distinto do dado as demais edificações gregas.

Cada polis tinha seu deus principal, ao qual era dedicado o mais imponente templo da cidade. Ainda assim, havia alguns templos que adquiriam uma importância que transcendia o âmbito restrito da polis. É o caso do Templo de Apolo, em Delfos, cujo oráculo era consultado indistintamente por todos os gregos; é também o caso do Templo de Zeus, em Olímpia, onde, de quatro em quatro anos, eram realizados os Jogos Olímpicos, atividades nas quais atletas de toda a Grécia tomavam parte.

Em termos de literatura, a poesia épica foi o primeiro ramo desenvolvido. No período arcaico, os poemas homéricos conheceram sua primeira edição; nessa época viveu Hesíodo, poeta de origem campesina, cujas principais obras são: A Teogonia, em que tentou organizar a genealogia dos deuses e Os Trabalhadores e os Dias, em que narra o cotidiano da vida rural grega de seu tempo. Ainda no período arcaico, nasceu a poesia lírica, cujos principais representantes, naquele momento, foram Alceu e a poetisa Safo.

Nas suas origens, a ciência e a filosofia se confundiram bastante. No período arcaico, a principal preocupação dos filósofos era a de encontrar o elemento primário da vida, a partir do qual o mundo e o homem teriam surgido. O primeiro dos nomes conhecidos é o de Tales de Mileto, cuja maior especulação dizia respeito à formação das leis que regiam o conhecimento da ciência abstrata. Além disso, Tales desenvolveu uma série de conhecimento práticos, especialmente em Matemática, e formulou a teoria de que a substância primária era a água.

Dentre os discípulos de Tales de Mileto, merecem destaque: Anaxímenes que via no ar a substância primária, e Anaximandro, para quem os mundos eram infinitos em sua perpétua inter-relação. Dois outros filósofos merecem destaque: Xenófanes, que acreditava em um único deus que dirigia as forças do mundo e considerava o politeísmo e as lendas acerca da vida dos deuses como simples invenções da imaginação humana, e Pitágoras de Samo, para quem os segredos do universo estão na harmonia dos números.

A arquitetura grega manifestou sua máxima produtividade e esplendor na construção dos templos. Para

essa arquitetura, as idéias de proporção e harmonia eram fundamentais, partindo delas formaram-se dois estilos básicos: o dórico (severo e funcional) e o jônico (luxuoso e elegante).

A escultura exercia um papel efetivamente independente da arquitetura, sendo que a estatuária, trabalhada fundamentalmente em mármore, preocupava-se com o rigor anatômico e com a precisão dos movimentos e detalhes.

AS GUERRAS MÉDICAS OU GRECO PÉRSICAS

É fato notável de que, no século VI a.C., as poleis gregas da Anatólia (Ásia Menor) e na Magna Grécia (sul da Itália e Ilha da Sicília) apresentavam maior desenvolvimento econômico e cultural que as da própria Grécia. Destaque maior deve ser dado às principais poleis da Anatólia: Mileto, Éfeso, Samos e Lesbos. Estes eram, sem dúvida, os mais prósperos centros irradiadores da civilização helênica.

O Reino Lídio fazia fronteira com as poleis gregas da Anatólia e mantinha intensas relações mercantis com elas. Esse contato fazia com que a Lídia assimilasse, em larga escala, os padrões culturais da civilização helênica; em contrapartida, o Reino Lídio foi estabelecendo uma efetiva hegemonia política sobre a Anatólia.O estabelecimento da hegemonia lídia é facilmente compreensível se levarmos em consideração não só a inexistência de uma unidade política entre as poleis gregas da Anatólia, como também a existência, muitas vezes, de intensas rivalidades entre elas. Em 548 a.C., Ciro, rei dos persas, em sua política imperialista, conquistou o Reino da Lídia e, por extensão, estabeleceu seu domínio político sobre a Anatólia. A sujeição ao Império Persa não alterou, substancialmente, a vida de Anatólia; entretanto, mudou drasticamente os objetivos imperialistas persas.

A partir do estabelecimento de seu domínio sobre a Anatólia, os persas passaram a participar, indiretamente, do comércio mediterrâneo. A inserção dos persas nos assuntos mediterrâneos orientais fez com que o imperialismo persa passasse a almejar o domínio dos Bálcãs. Esse objetivo era favorecido pela fragmentação política da Grécia e pelas freqüentes e intensas rivalidades entre as cidades-estados da Grécia. Entre 499 e 494 a.C., as poleis gregas da Anatólia, apoiadas por Atenas, revoltaram-se contra o domínio persa. Esses dominadores, tendo subjugado os povos revoltosos da Anatólia, voltaram sua atenção para os Bálcãs e, nesse contexto, em 492 a.C., conquistaram a Trácia e a Macedônia, cujo governo foi entregue por Dario I a Mardônio e cuja posse serviria de base de apoio para futuras incursões no território grego.

Em 490 a.C., os persas, sob comando de Mardônio e com apoio de Hípias, tirano deposto de Atenas, iniciaram a invasão da Grécia Setentrional, fixando como objetivo primordial a conquista da Ática. Os gregos, graças a uma vitória na Batalha de Maratona, conseguiram rechaçar essa primeira tentativa de conquista empreendida pelos persas; esse povo atravessou uma série de problemas internos em seu Império (revolta do Egito, morte de Dario I e sua sucessão por Xerxes). Essa situação fez com que, por dez anos, os persas não voltassem a ameaçar diretamente o território grego. Esse período de trégua deu aos gregos, a possibilidade de se organizarem melhor, particularmente através da conscientização de diversas cidades-estados de que o problema persa representava uma ameaça para toda a Grécia e não apenas para Atenas.

Em 480 a.C., teve início uma nova campanha persa na Grécia. De imediato, Tessália foi tomada e o avanço sobre a Ática iniciado; neste, os persas foram retardados pela passagem no desfiladeiro das Termópilas, graças à ação dos espartanos sob o comando de Leônidas.Esse atraso nas Termópilas permitiu que a população de Ática fosse evacuada para Salamina. Quando os persas tomaram e saquearam Atenas, ela estava despovoada. Em seguida, os invasores pretendiam vencer, definitivamente, os gregos concentrados em Salamina.

Desde o final da primeira incursão persa, os atenienses, liderados por Temístocles, haviam montado uma poderosa frota naval, graças à qual foi possível impedir uma derrota na batalha naval de Salamina. Com a perda persa em Salamina, a hegemonia marítima passou para as mãos dos gregos, tal fato foi decisivo para o destino da guerra.

Em 479 a.C., os persas tentaram uma nova investida e, desta feita, foram derrotados pelos espartanos em Platéia (Pausânias era o chefe espartano nessa batalha) e pelos atenienses em Mícale. Diante dessas duas derrotas, os persas tiveram de desistir definitivamente da conquista da Grécia, já que seus exércitos e sua frota naval foram quase que totalmente destruídos.

O APOGEU DE ATENAS

Após as batalhas de Platéia e Mícale, acabaram as lutas entre gregos e persas no território da Grécia, contudo as guerras continuaram.

Em função das pesadas derrotas, a Pérsia precisou de uma trégua para rearticular suas forças, reaparelhar seu exército e sua frota. Nesse mesmo momento os gregos atenienses viam a oportunidade de afastar os persas definitivamente do Mar Egeu.

No fim da guerra, Atenas era a cidade-estado em melhores condições para exercer um papel hegemônico entre os gregos. Além de possuir a maior frota naval do Egeu e um poderoso exército, Atenas, após as reformas de Clístenes, vivia uma relativa paz social e, em função dos sucessos nas Guerras Médicas, seu sentimento nacional estava vivo e forte.

Para as poleis gregas das ilhas do Egeu e da Anatólia, era vital a continuidade das lutas contra o império persa. Sendo assim, não foi difícil para Atenas, acatando a sugestão de um de seus generais das Guerras Médicas, Aristides, propor e conseguir a formação de uma confederação marítima: a Confederação de Delos. Essa **Confederação** agregava quase todas as poleis das ilhas do Egeu e da Anatólia sob a presidência de Atenas. Cada membro da Confederação, ou seja, cada polis que dela participava, devia

contribuir com tropas e navios ou então com dinheiro, que viabilizava o recrutamento de tropas e equipagem para a marinha. Por ser a mais rica dentre as cidades-estados que participavam da Confederação de Delos, Atenas sempre exerceu uma efetiva hegemonia sobre todas as poleis que dela participavam.

Muito cedo, as poleis gregas do Helesponto e do Mar de Mármora aderiram à Confederação. A atuação bélica da Confederação de Delos foi eficiente, pois, em cerca de vinte anos, ela conseguiu afastar os persas do contato direto com o Mar Egeu.

Nos primeiros tempos, a figura dominante em Atenas e, conseqüentemente, na Confederação, foi Cimon e, posteriormente, Péricles, sendo que o último exerceu durante mais de quinze anos um papel absolutamente preponderante na vida ateniense, tanto que os seus tempos ficaram conhecidos sob a designação da Era de Péricles.

Em conseqüência das Guerras Médicas e através daConfederação de Delos, Atenas passou a exercer absoluta hegemonia política, militar e econômica em todo o Mediterrâneo Oriental. Essa situação acelerou o ritmo de desenvolvimento mercantil de Atenas, provocando um intenso crescimento de sua população através do aumento considerável do número de metecos (estrangeiros) e de escravos.

O desenvolvimento mercantil de Atenas fez com que se tornasse obrigatória a consolidação de sua dominação no Mediterrâneo Oriental. Nesse quadro era natural que a Confederação de Delos se tornasse um império Ateniense, ela passou a existir, uma vez afastado o problema persa, para contribuir para o fortalecimento e enriquecimento de Atenas.

Em função dessa realidade é dito que o século V a.C. é o século do apogeu de Atenas e não resta dúvida que essa expansão imperial ateniense inquietou diversas outras poleis na Grécia, particularmente Esparta.

A GUERRA DO PELOPONESO E A GRÉCIA NO SÉCULO IV a.C.

A hegemonia ateniense sobre a Grécia esbarrava, dentre outras coisas, na concepção política do particularismo das cidades-estados. A idéia de nacionalidade, para os gregos antigos, estava ligada à sua polis de origem e não à nação grega.

A ação centralizadora de Atenas, de certa forma, opunha-se à concepção de polis. O império ateniense encontrava forte oposição junto às principais polis da Grécia, principalmente no que diz respeito a Esparta e suas aliadas, que formavam a chamada **Liga do Peloponeso.**

Inicialmente, o imperialismo preocupava-se com as terras litorâneas do Mar Egeu; entretanto seu próprio desenvolvimento fez com que as terras do Mediterrâneo Ocidental passassem a ser áreas atrativas. No Mediterrâneo Ocidental, particularmente na Magna Grécia, havia várias poleis; Siracusa por exemplo, mantinha um próspero comércio que chegava à Grécia principalmente através de Corinto, uma polis aliada a Esparta. Conforme Atenas voltava sua atenção imperialista para o Ocidente, entrava em choque com Corinto e, conseqüentemente , agravava suas relações com Esparta. O apoio ateniense à revolta da Córcira, uma colônia de Corinto, foi suficiente para que toda a Liga do Peloponeso entrasse em Guerra com Atenas. Sendo assim, no ano de 431 a.C. iniciava-se a **Guerra do Peloponeso.**

Durante dez anos, Esparta e seus aliados bloquearam, por terra, a Ática, forçando Atenas a buscar seus suprimentos por mar, principalmente na Ásia Menor. Tal bloqueio, bem como as constantes lutas, fizeram com que a população da Ática fosse concentrada dentro dos muros de Atenas. Isso dificultava o abastecimento desse povo e piorava as condições sanitárias de Atenas. Esse contexto tornou muito propícia a ocorrência de várias epidemias que mataram grandes contingentes humanos, inclusive Péricles.

Em 421 a.C. foi negociada e assinada a Paz de Nícias, que deveria ser mantida por, no minímo, cinqüenta anos. Restabelecida a paz, Atenas retomou sua política imperialista no ocidente e, em 413 a.C., começou a articular planos para atacar Siracusa, que também era aliada de Corinto. Os planos para o ataque a Siracusa foram concebidos por Alcebíades e sofreram forte oposição dos aristocratas de Atenas. Essa oposição causou violentos ataques a Alcebíades, que acabou obrigado a fugir dessa pólis e a refugiar-se em Esparta delatando os planos atenienses aos que o acolheram e que, sob o comando de Nícias, fracassaram. A partir disso, a ocorrência de uma ofensiva espartana por terra impingiu diversas derrotas a Atenas até que, em 404 a.C., com a Batalha de Egos-Pótamos, os espartanos foram vitoriosos.

Com a derrota de Atenas, teve início o período da hegemonia espartana na Grécia. Essa pólis tentou estabelecer seu império através de uma crescente intervenção nos assuntos internos das outras poleis .Além disso, Esparta procurou estabelecer seu controle sobre o comércio do Mediterrâneo Oriental gerando com isso a renovação dos choques contra o Império Persa.

As posições imperialistas de Esparta desestabilizaram sua realidade interna. O crescimento do número de seus escravos provocou novas necessidades militares capazes de preservar a dominação política dos espartíatas. Esses problemas internos fizeram com que Esparta deixasse de preservar suas posições na Anatólia. Dessa forma essa cidade voltou a sofrer pressões e acabou voltando a pertencer ao Império Persa. Esses acontecimentos propiciaram uma aliança entre Atenas e Tebas e a formação de uma nova liga marítima sob a liderança dessas poleis. Ainda nesse período, Esparta teve de enfrentar diversas revoltas de seus escravos. Em suma, a hegemonia espartana viu-se em xeque até que, com a Batalha de Leuctras, 371 a.C., os tebanos, liderados por Pelópidas e Epaminondas, expulsaram os espartanos da Grécia Setentrional.

Em seguida, Tebas apoiou a libertação da Messênia em relação a Esparta e conquistou a Tessália. Assim a hegemonia tebana estabelecia-se sobre a Grécia. Só que em 362 a.C., Atenas e Esparta aliaram-se e derrotaram Tebas; a partir daí, nenhuma polis grega tinha condições de impor sua hegemonia à Grécia.

A CIVILIZAÇÃO GREGA NOS SÉCULOS V E IV a.C.

Estátua em mármore de Venus

No século V a.C., a vida cultural grega encontrou em Atenas o seu principal centro irradiador, o que é natural, se pensarmos que nesse século Atenas era efetivamente a principal potência do mundo helênico.

Se quisermos atribuir uma característica básica para a **cultura grega clássica** (aquela produzida nos **séculos V e IV a.C**.), devemos indicar o **Humanismo** : preocupação com a valorização do homem e do humano.

Esse Humanismo é visível, por exemplo, na escultura. Fídias e Miron, os dois principais escultores da época, antes de pretenderem representar os deuses como divindades, davam-lhes traços marcadamente humanos, tanto no que diz respeito ao seu aspecto físico, quanto na preocupação da fixação de uma emoção em cada imagem esculpida.

Fídias, além de ter sido notável escultor, colaborou com o arquiteto Ictinínio e com **Péricles** na reconstrução de Atenas, após as Guerras Médicas, sendo que dessa reconstrução o monumento mais significativo foi o Partenon, templo da deusa Atena, na Acrópole de Atenas

Na filosofia, após Heráclito, que via no fogo o elemento essencial e que foi o primeiro filósofo a constatar a importância do movimento do universo, e de Demócrito, o formulador da teoria do atomismo, a filosofia grega passou a se preocupar fundamentalmente com o homem; é o caso, por exemplo, dos sofistas (Protágoras foi o mais notável) que, antes de filósofos, eram educadores, ou seja, dedicavam-se a transmitir os conhecimentos adquiridos pela humanidade.

Foi em meio aos sofistas que surgiu Sócrates, o primeiro dos grandes filósofos gregos. Ao contrário do que se fazia até então, Sócrates não se preocupou com a cosmologia e sim com o homem; discutiu, através de seu método denominado maiêutica, as grandes virtudes dos homens. Sócrates não deixou nada escrito e seu pensamento chegou até nós através das obras de seus discípulos, dentre os quais o principal foi Platão, que reuniu os ensinamentos socráticos nos Diálogos.

Estilo Iônico

Platão fundou uma escola chamada Academia. Preocupou-se com a teoria do conhecimento; para ele, a "idéia" é a "forma essencial" de todas as coisas; o mundo real transcende o mundo dos fenômenos aparentes. Outra preocupação de Platão foi a política e, em sua obra República, ele desenvolveu todo um panorama crítico da vida política das cidades-estados.

Dentre os discípulos de Platão, o mais notável foi **Aristóteles** que, a exemplo de seu mestre, também fundou uma escola, o Liceu. Para Aristóteles, a razão é um elemento essencial no conhecimento humano; entretanto, os dados manipulados pela razão são fornecidos pelos sentidos, ou seja, pela experiência sensorial.

Os escritos de Aristóteles abrangeram todos os campos do conhecimento humano de então, desde o mundo material (Física), passando pela teoria do conhecimento (Organum) até política (Política) e as artes (Arte Poética e Arte Retórica).

Outro campo do conhecimento que se desenvolveu no período clássico foi a História.

Heródoto (o "Pai da História") em sua obra Guerras Médicas foi o primeiro a se preocupar com o registro sistemático do passado isento das lendas e da mitologia. Tucídides, autor da Guerra do Peloponeso, acrescentou à observação histórica a crítica histórica, ou seja, preocupou-se em estabelecer relações de causa-efeito entre os fatos históricos. Xenofontes é outro historiador do período.

O MUNDO HELENÍSTICO

A Macedônia é um território ao norte da Grécia. Seu povo foi considerado por muito tempo, pelos gregos, como sendo bárbaro, essa imagem só foi alterada quando os macedônios passaram por um processo de helenização.

Em função do desenvolvimento comercial e das Guerras Médicas, a Macedônia viu suas relações com as polis gregas intensificadas, a ponto da Macedônia passar a ser vista como parte do mundo helênico.

Desde cedo, a Macedônia conheceu um processo político altamente centralizador. A monarquia absoluta era sua verdade em termos de organização do Estado.

Felipe, rei da Macedônia, viveu em Tebas a partir de 356 a.C, onde passou a conhecer profundamente a realidade da Grécia, suas virtudes e fraquezas.

O crescente caos político grego, após o período da hegemonia tebana, deu margem para que Felipe desenvolvesse uma ação política, cujo objetivo era o estabelecimento do domínio macedônico sobre a Grécia. Tal política encontrava entre os próprios gregos inúmeros adeptos. É o caso de Isócrates e de Esquines, que viam no domínio macedônico o único caminho viável para preservar a soberania grega no Egeu, diante do novo expansionismo persa. É claro que entre os gregos também havia ferrenhos opositores a Felipe da Macedônia, caso, por exemplo, do grande orador Demóstenes.

Com o intuito de desencadear um imperialismo macedônico, Felipe realizou profundas transformações nas estruturas militares e sociais de seu reino; por exemplo: adotou a “falange” tebana como unidade de luta de seu exército, confiscou as terras dos aristocratas e distribuiu-as aos homens pobres para que estes também tivessem condições de servir no exército.

Aproveitando as divergências de opinião entre os gregos, Felipe foi estabelecendo seu domínio na Grécia Continental. Teve de enfrentar resistências militares que foram definitivamente sobrepujadas com sua vitória na Batalha de Queronéia, em 338 a.C., em conseqüência da qual foi criada a Liga de Corinto, através da qual a Grécia, menos o Peloponeso, reconheceu a supremacia macedônica.

Clique no mapa para ampliar

Pouco após esses eventos, Felipe foi assassinado e sucedido no trono por seu filho Alexandre, que passou para a história como **Alexandre Magno**.

Alexandre Magno foi educado durante algum tempo por Aristóteles, sendo profundo admirador e conhecedor do mundo grego. Alexandre dizia-se descendente de deuses e heróis e desenvolveu em torno de si toda uma mística que o transformou em personagem semidivino.

Sua curta vida foi dedicada à construção de um **Império Macedônico** universal que ficou conhecido como Império Helenístico. Além de consolidar o domínio macedônico na Grécia, Alexandre conquistou todo o território Persa, Fenícia, Egito e parte da Índia. Morreu aos 33 anos de idade, em 323 a.C., na Babilônia, pouco após haver desposado uma princesa persa.

Em meio ao seu expansionismo militar, Alexandre fundou diversas cidades, que se tornaram centros difusores da cultura grega. Alexandria, no Egito, é a mais importante delas.

Após sua morte, o Império de Alexandre conheceu uma forte crise sucessória, uma vez que seu filho só nasceria após alguns meses e seus generais iriam disputar o controle do Império.

Após intensas e prolongadas lutas, chegou-se à forma de partilha do Império entre os principais generais de Alexandre. Antígono ficou com o Reino da Macedônia, que incluía a Grécia, nessa área foi estabelecida a Dinastia Antigônida. Ptolomeu Lagos ficou com o Reino do Egito, onde foi estabelecida a Dinastia Lágida. Seleuco ficou com o Reino da Síria, que abrangia todos os territórios asiáticos do Império Helenístico, nessa região foi estabelecida a Dinastia Selêncida. O Reino da Síria, por ser o mais vasto e mais heterogêneo em termos de população, conheceu, ao longo de sua história, um processo de fragmentação através do qual tiveram origem uma série de pequenos reinos (Pérgamo, Galácia, Capadócia, Bitínia, Ponto Euxino e Partos).

Entre 197 e 31 a.C., todos os reinos helenísticos foram conquistados pelos romanos.

Cultura Helenística

Acreditava-se que a cultura helenística resultava da fusão da cultura grega com as culturas orientais (principalmente a egípcia e a persa), entretanto, a visão atual diz que a cultura helenística nada mais é do que a própria cultura grega desenvolvida fora da Grécia , a partir do século III a.C.

Essa cultura helenística teve nas cidades de Alexandria, Antióquia e Pérgamo seus principais núcleos de difusão.

Principais realizações da cultura helenística:

Notáveis progressos na Matemática, especialmente com Euclides, autor dos Elementos da Geometria. Na Física, com Arquimedes, grandes descobertas foram feitas

A Filosofia desenvolveu duas correntes:

O **Estoicismo** que nega qualquer forma de validade das coisas materiais e defende a total renúncia a elas.

O **Epicurismo** que, ao contrário do estoicismo, defende a busca do verdadeiro prazer. Nas artes plásticas, os escultores e pintores buscaram fundamentalmente a fixação da idéia desse movimento em seus trabalhos.

Na literatura o desenvolvimento da poesia idílica teve como principal expoente Teócrito.

Roma

A Monarquia (753/509 a.C.)

Praticamente, não existem fontes históricas objetivas e precisas para as origens da cidade-estado de Roma. Os próprios romanos dos primeiros tempos homéricos não conheciam com clareza os dados de sua fundação.

Era corrente, em Roma, uma explicação lendária segundo a qual **Rômulo e Remo** descendentes de Enéias, um príncipe troiano que emigrara para a Itália após a destruição de Tróia, teriam fundado a cidade em 753 a.C. Essa lenda chegou até nós através de **Eneida** poema épico de Virgílio.

Em termos científicos, com base nas pesquisas arqueológicas e demais fontes, a História constata que Roma se originou de aldeamentos militares, estabelecidos entre sete colinas, às margens do rio Tibre, pelos latinos e sabinos, numa tentativa de defender o Lácio contra as freqüentes invasões dos etruscos. Esses aldeamentos militares devem ter sido estabelecidos por volta do ano 1000 a. C. e, lentamente, foram evoluindo para a condição de uma cidade-estado. É certo que, no século VIII a.C., Roma já era uma cidade-estado e, mais do que isso, uma Monarquia.

Em suas origens, a economia romana estava inteiramente voltada para a exploração agrária; conseqüentemente, a propriedade da terra era o elemento estratificador da sociedade, vindo daí o fato de Roma ter originalmente uma sociedade fundamentalmente aristocrática.

Na estrutura social da monarquia romana, encontramos as seguintes camadas sociais:

Patrícios

Aristocracia latifundiária constituída pelos descendentes diretos dos fundadores de Roma. Os patrícios organizavam-se em clãs (comunidades familiares em sentido amplo, que em Roma eram chamadas de "gens"), cujos membros diziam-se descendentes de um mesmo antepassado que era por eles cultuado; cada clã tinha seu homem mais velho, o seu chefe ("Pater Familias").

Clientes

Parentes afastados e pobres dos patrícios; prestavam todo tipo de serviço junto a um clã, em troca de sua subsistência.

Plebeus

Eram os homens que não estavam ligados a nenhum clã: eram os estrangeiros, os artesãos, os comerciantes e os proprietários de terras menos férteis; originavam-se de povos que se integraram a Roma ao longo de sua formação.

Na organização política da monarquia romana, o **rei** era a autoridade máxima e era tido como de origem divina; seu poder estava lastreado em duas instituições fundamentais: o **imperium** (comando supremo do exército) e o **auspicium** (capacidade de conhecer a vontade dos deuses).

O rei era auxiliado no governo por um conselho de anciões, o **Senado**, cujos membros eram recrutados entre os “Pater Familias” dos clãs patrícios.

Havia ainda um conjunto de **assembléias** (**Curiata, Centuriata e Tribal**) que não possuíam atribuições claramente definidas, mas que sempre eram controladas pelos patrícios.

Segundo a tradição, durante a Monarquia, Roma teve sete reis: quatro latinos ou sabinos e três etruscos. Efetivamente, por volta de 650 a.C., os etruscos conquistaram Roma, cujo domínio mantiveram até 509 a.C., quando de lá foram expulsos por uma revolução patrícia que instituiu a República.

Os sete reis de Roma foram:

Rômulo -O primeiro dos reis promoveu a integração dos latinos e sabinos, fato que nos é narrado pela lenda do “Rapto das Sabinas”.

Numa Pompílio - De origem Sabina, foi responsável pela organização do culto religioso romano.

Tulio Hostílio - Responsável pela destruição de Alba Longa (uma cidade rival de Roma), fato que nos é narrado pela lenda dos “Irmãos Horácios e Irmãos Curiácios”.

Anco Márcio - Foi fundador da porta de Óstia.

Tarquínio, o Antigo - Foi o primeiro dos reis etruscos; estendeu seus domínios por todo o Lácio e realizou um programa de construção de grandes obras públicas.

Sérvio Túlio - Foi o responsável pela construção do primeiro muro de Roma.

Tarquínio, o Soberbo - Edificou o Templo de Júpiter e mandou construir a Cloaca Máxima (sistema de esgotos de Roma).

Os reis etruscos, na condição de dominadores estrangeiros, procuraram apoio político junto à plebe, camada social mais pobre, mas também numerosa. Tal ação política feria, frontalmente, os interesses do patriciado.

Para os patrícios, a expulsão dos etruscos significava o controle do Estado. Nesse sentido, podemos entender que o patriciado conspirou, permanentemente, contra a dominação etrusca. Entretanto, para que as conspirações ganhassem a forma de uma revolta, era necessário o apoio da plebe, única camada social numerosa o suficiente para fazer frente aos exércitos etruscos.

Os nascentes problemas internos à Confederação Etrusca faziam com que dois fatos passassem a se caracterizar: de um lado, via-se o enfraquecimento da retaguarda de sustentação à dominação etrusca em Roma; de outro lado, verifica-se uma intensificação da exploração de Roma e dos romanos pelos etruscos.

Essa realidade permitiu que os patrícios, com habilidade política, pudessem fazer nascer, entre os plebeus, um crescente sentimento nacionalista, possível de ser explorado em uma ação contra a dominação etrusca. Em consequência dessa manobra, um incidente (o fato do Sexto Tarquínio, filho de Tarquínio, o Soberbo, ter violentado a casta Lucrécia, jovem de importante família patrícia) serviu de estopim para a deflagração de uma revolta que expulsou os etruscos de Roma e transformou-a em uma República.

Era o ano de 509 a.C. e a República perduraria como sistema governamental de Roma até 27 a.C.

Na mesma época em que as cidades-estados da Grécia iniciavam sua decadência, uma cidade-estado na planície do Lácio, na Itália, transformava-se em grande potência, através do estabelecimento do seu domínio, inicialmente por toda a Península Itálica e, depois, por todo o Mediterrâneo.

Roma passou da condição de uma simples cidade-estado, como Atenas ou Esparta, para a posição de senhora do mais vasto império da Antigüidade. Estudar a história de Roma é, exatamente, analisar as condições e as formas através das quais ocorreu a evolução.

Localização Geográfica

A Península Itálica é limitada ao norte pelos Alpes, que quase a isolam da Europa Central; a leste, temos o Mar Adriático; a oeste, o Mar Tirreno; e, ao sul, o Mar Jônico. Seu relevo é caracterizado pelos Apeninos, uma verdadeira espinha dorsal da Itália, que separam as férteis planícies do Tirreno (Lácio e Campânia são as principais) das também férteis planícies do Adriático (Apúlia é a mais importante). Essas planícies são cortadas por diversos rios (Pó e Tibre, por exemplo) que as irrigam de forma constante e regular. A numerosidade e fertilidade das planícies possibilitavam a exploração agrária em larga escala, ou seja, possibilitavam a produção de gêneros alimentícios em proporções tais que eram capazes de suportar um intenso crescimento demográfico.

O litoral italiano não tem bons portos naturais, fato que, de início, dificultou o desenvolvimento das comunicações marítimas, realidade que colaborou para que, nos primeiros tempos, os povos da Itália vivessem em relativo isolamento em relação aos demais povos mediterrâneos.

Povos Pré-romanos na Península Itálica (séc. X-VII a.C.)© 10emtudo - Todos os direitos reservados.

Primitivamente, a Península Itálica era povoada ao norte pelos lígures e ao sul pelos sículos, povos provavelmente autóctones, ou senão, de origem desconhecida. A partir do início do século XX a.C., povos indo-europeus começaram a penetrar em solo italiano: eram os **italiotas** (subdivididos em diversas tribos: latinos, sabinos, équios, volscos, samnitas, etc.) que ocuparam todo o centro da península.

A partir do século VIII a. C., os gregos começaram a se estabelecer no sul da Itália e na Sicília, dando origem ao conjunto de cidades-estados que ficou conhecido como **Magna Grécia**. Pela mesma época, um

povo de origem asiática, os **etruscos**, ocupava o norte da península.

Os etruscos fundaram doze cidades-estados, que se uniram formando uma confederação. Os etruscos conheceram um notável desenvolvimento mercantil e cultural. Seu comércio pelo Tirreno rivalizava-se com o comércio de Cartago, a principal colônia fenícia no Ocidente. Além da hegemonia territorial no norte da Itália, eles chegaram a exercer uma verdadeira hegemonia marítima no Mar Tirreno.

A REPÚBLICA ROMANA (509 a.C. / 27 a.C)

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Com a República , o **Senado** passou a ser o supremo órgão de governo.

Inicialmente, ele era formado por um, e depois, por **trezentos patrícios**, que exerciam a função senatorial em caráter vitalício. Quando da morte de um senador, o seu substituto era recrutado no Álbum Senatorial (uma listagem dos ex-magistrados).

Era presidido pelo mais velho dos seus membros, que recebia o título de "**Princips Senatus"**.

Era responsável pela preservação da religião, supervisionava as finanças públicas, dirigia a política externa e administrava as províncias.

As funções executivas do governo que, durante a Monarquia, pertenciam ao rei, foram distribuídas entre um conjunto de cargos que constituíam a chamada **Magistratura**.

Todas as Magistraturas eram coletivas e os seus ocupantes eram eleitos anualmente, com exceção dos censores, cujo mandato era de cinco anos.

Os magistrados eram os seguintes:

Cônsules

Em número de dois, eles eram os mais importantes dentre os magistrados; comandavam o exército, convocavam o Senado, presidiam os cultos públicos e, em épocas de "calamidade pública" (derrotas militares, revoltas dos plebeus ou catástrofes), indicavam o Ditador que seria referendado pelo Senado e teria poderes absolutos por seis meses.

Pretores

Ministravam a justiça; havia os "pretores urbanos", que cuidavam da cidade de Roma, e os "pretores peregrinos", que cuidavam da zona rural e do estrangeiro.

Censores

Invariavelmente, eram antigos cônsules; faziam o recenseamento dos cidadãos, com base em sua riqueza, elaboravam o Álbum Senatorial, orientavam os trabalhos públicos e fiscalizavam a conduta moral dos cidadãos.

Questores

Administravam o Tesouro Público e supervisionavam a arrecadação dos impostos e tributos.

Edis

Encarregavam-se da conservação da Cidade de Roma, bem como de seu abastecimento e policiamento.

Tribunos da plebe

Estes magistrados só surgiram ao longo da história da República, em consequência das revoltas dos plebeus e suas pessoas eram consideradas sacrossantas e invioláveis. Além do Senado e dos magistrados, havia diversas assembléias, dentre as quais as mais importantes eram a Assembléia Curiata, a Centuriata e a Tribunícia.

Assembléia Curiata

Tivera grande importância na Monarquia, atinha-se, exclusivamente, a problemas de ordem religiosa. Ela era formada pelas cúrias (associações de caráter religioso que reuniam, predominantemente, patrícios).

A mais importante das assembléias era a Centuriata que, quando convocada pelos cônsules, reunia todo o exército no Campo de Marte, com o intuito de eleger os magistrados e votar as leis. O exército romano tinha como sua unidade organizacional a "centuria", sendo que para a formação das centúrias adotava-se o seguinte critério: como o exército não era profissional, nem permanente, cada cidadão era obrigado a levar seus próprios armamentos e apetrechos; de acordo com o padrão dos armamentos levados, os cidadãos eram distribuídos em cinco categorias. Dentro de cada categoria, organizavam-se as centúrias, que não tinham um número fixo de elementos (quanto pior fosse o padrão dos armamentos, maior era o número de elementos que compunham a centúria).

Em função dessa divisão, verificamos que os patrícios controlavam noventa e oito centúrias, contra noventa e cinco que eram controladas pelos plebeus. Na Assembléia Centuriata, cada centúria tinha direito a um único voto; logo, embora os plebeus fossem majoritários, o controle da assembléia estava nas mãos dos patrícios.

Finalmente, ainda havia a **Assembléia Tribunícia**, que agregava as trinta e cinco tribos romanas (trinta e uma tribos rurais e controladas pelos patrícios e quatro tribos urbanas controladas pelos plebeus). A função dessa assembléia era referendar as leis anteriormente votadas pela Assembléia Centuriata.

Inicialmente a vida dos cidadãos romanos era regida pelo **Direito Pretoriano** (decisões dos pretores). Do qual se originou o **Direito Civil** (Jus Civili) e ao **Direito dos Estrangeiros** (Jus Gentium), estes já escritos.

Religião Romana

A religião romana era efetivamente formalista (plena de rituais) e pragmática (utilizada para a obtenção de favores dos deuses). Ela não continha as idéias de piedade, misticismo e amor aos deuses. Ela não era nem doutrinária, nem dogmática.

Havia um culto doméstico, em que eram reverenciados os antepassados da família, cujas cinzas (os romanos eram cremados normalmente) eram guardadas dentro das casas, em altares chamados de **Lares**.

Havia também o culto público, praticado nos templos, no qual era reverenciado todo um "panteon" de deuses, na sua maioria absorvidos dos gregos. Dentre as principais divindades romanas, destacamos: Júpiter, Juno, Minerva, Ceres, Marte, Vênus, Vulcano, Apolo, Diana, Mercúrio, Vesta, Netuno, Plutão, Saturno e Quirino.

Os sacerdotes romanos não formavam um grupo à parte na sociedade romana; às suas atividades normais, como quaisquer cidadãos, acrescentavam, temporariamente, as funções sacerdotais que, via de regra, eram eletivas e com um período de exercício determinado.

Os sacerdotes, eram agrupados em colégios, cada qual com funções definidas; assim, havia:

Colégio dos Pontífices, cuja função era supervisionar o culto e fixar o calendário; o chefe desse colégio, o **Pontífice Máximo**, era o supremo chefe religioso de Roma

Colégio dos Flâmines, cujos sacerdotes cuidavam do culto individual de cada deus.

Colégio dos Augures, cuja função era praticar a adivinhação e interpretar a vontade dos deuses; o Colégio das Vestais, que mantinha o fogo sagrado aceso e que era formado por jovens castas, escolhidas pelo Pontífice Máximo, que prestavam serviço por 30 anos e depois reintegravam-se na vida comum.

AS REVOLTAS DA PLEBE NA REPÚBLICA ROMANA

Podemos afirmar que, em parte, a história da República Romana é a história da sua democratização. Em seus primórdios, os patrícios monopolizavam o poder republicano, mas, com o tempo, os plebeus foram progressivamente tendo acesso às diversas funções dirigentes da República.

Os principais vetores dessa democratização foram as inúmeras revoltas promovidas pela plebe. Essas revoltas demonstram uma crescente conscientização dos interesses de classe dos plebeus já que, em cada uma delas, as reivindicações eram mais profundas e abalavam de forma mais decisiva as estruturas tradicionais republicanas, ou seja, a hegemonia dos patrícios.

No início da República, além da total marginalização política dos plebeus, Roma enfrentava outros problemas. O espólio (resultado de saques realizados em guerras), era distribuído em partes iguais entre as centúrias. Acontece que as centúrias patrícias eram menos numerosas que as plebéias; conseqüentemente, cada indivíduo plebeu recebia uma parte bastante menor do espólio que aquelas recebidas pelos indivíduos patrícios.

Os plebeus tendo de participar de uma campanha militar, eram obrigados a abandonar seus próprios

afazeres, através dos quais obtinham recursos para prover suas necessidades, bem como as de seus familiares. Por causa disto, eram obrigados, nos tempos de guerra, a contrair empréstimos para fazer frente a suas despesas (inclusive para seus armamentos e para pagar os tributos ao Estado). Os juros cobrados pelos empréstimo, invariavelmente efetuados pelos patrícios, faziam com que a dívida aumentasse incessantemente. Quando um plebeu não podia pagar a dívida, ele era julgado por um tribunal controlado pelos patrícios e, como resultado do julgamento, seus poucos bens eram confiscados e, muitas vezes, ele próprio e seus familiares eram escravizados como forma de dar quitação à dívida.

Podemos concluir que havia um efetivo processo de proletarização da plebe romana. A única solução era a obtenção do direito de participação real na vida política de Roma.

Por isto, em 494 a.C., os plebeus realizaram a **Greve do Monte Sagrado**, ou seja, retiraram-se, em massa, para a localidade de Monte Sagrado, próxima de Roma, deixando a cidade-estado absolutamente desguarnecida de mão-de-obra e de defesa militar.

Diante dessa ação dos plebeus, os patrícios tiveram de ceder às reivindicações plebéias. Dessa forma, foi criada uma nova magistratura: os **Tribunos da Plebe**.

Os Tribunos da Plebe (inicialmente em número de dois e depois de dez) eram necessariamente plebeus, tinham direito de veto sobre qualquer decisão que considerassem adversa aos interesses dos plebeus e sua integridade física era preservada pelo fato de serem considerados sacrossantos e invioláveis.

É importante destacar que, inicialmente, a ação do Tribunos da Plebe foi ineficaz, pois eles eram eleitos pela Assembléia Centuriata (controlada pelos patrícios) e, conseqüentemente, via de regra, eram escolhidos elementos que o patriciado era capaz de manipular.

Em 471 a.C., começaram a realizar uma nova Greve no Monte Sagrado e com isso obtiveram o criação da **Assembléia da Plebe**, formada exclusivamente por plebeus e cuja principal função era a escolha dos Tribunos da Plebe.

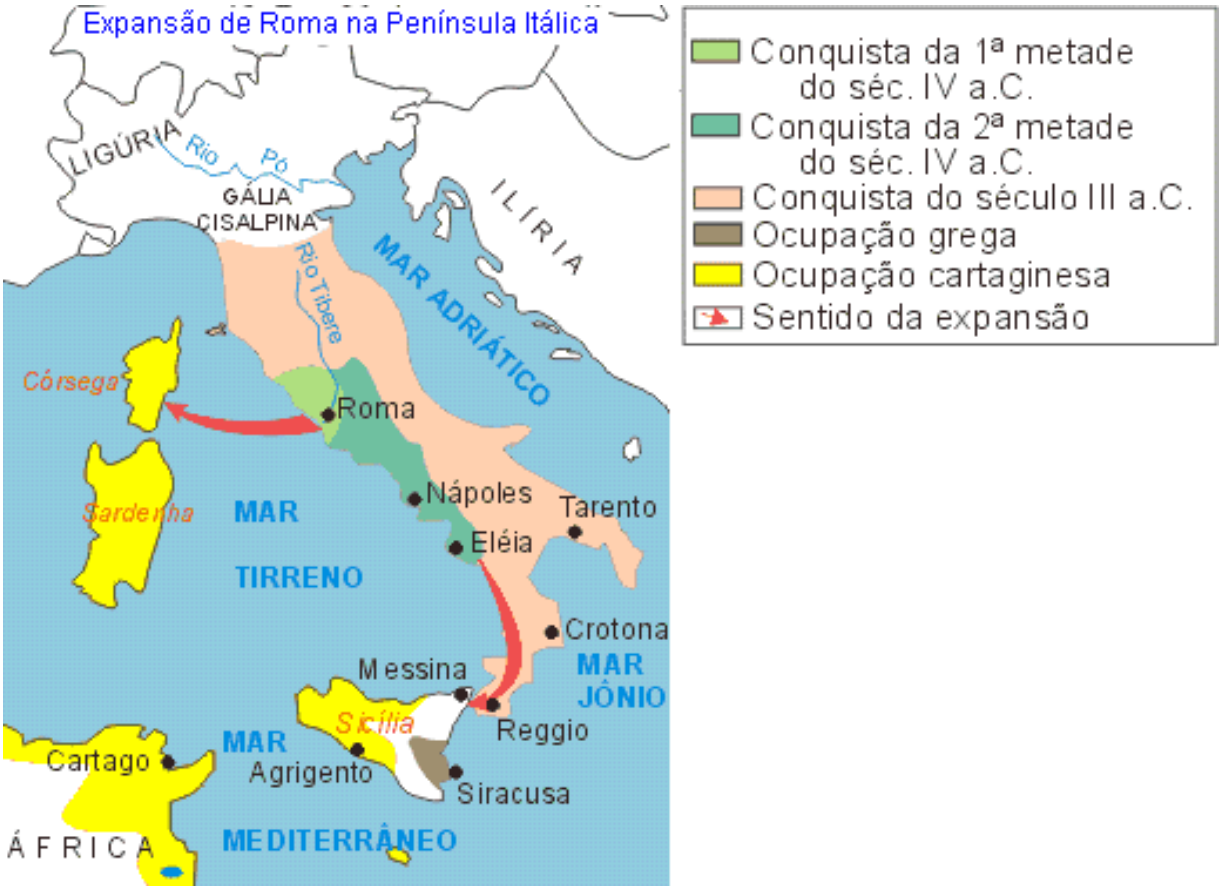
Através de sucessivas revoltas, os plebeus foram, progressivamente, obtendo diversas transformações nas estruturas romanas. Dentre sua principais conquistas, destacamos:

- Entre 450 e 448 a.C., a promulgação das **Leis da Doze Tábuas**, que foram as primeiras leis escritas de Roma.
- Em 445 a.C., a promulgação da **Lei Canuléia**, que permitiu casamento entre patrícios e plebeus.
- Em 367 a. C., a **Lei Licínia Sextia**, que pôs fim à escravidão por dívidas em Roma.
- Em 367 a. C. o direito de os plebeus serem eleitos para o consulado
- Até 300 a.C., os plebeus foram admitidos em todas as magistraturas
- Em 286 a.C., ficou estabelecido que todas as leis votadas pela Assembléia da Plebe teriam validade para todos os cidadãos do Estado.

Através de suas conquistas, os plebeus fizeram nascer um verdadeiro “Estado Patrício” que era a República Romana.

O IMPERIALISMO ROMANO DURANTE A REPÚBLICA

Roma de uma simples cidade-estado passou a ser senhora de um vasto Império que abrangia terras em três continentes. Em suas origens Roma não foi uma potência imperialista. Suas primeiras conquistas territoriais foram conseqüentes de guerras defensivas que ela foi obrigada a fazer, para preservar sua integridade territorial e sua independência. As terras do Lácio eram férteis e ricas e, por isso, atraíam os povos vizinhos, além do que a prosperidade da própria cidade de Roma também era um fator de atração para povos que passavam a objetivar a conquista de Roma.



Em um primeiro momento, Roma realizou a conquista dos territórios da Itália. Anexou, inicialmente, as terras dos italiotas e depois a Etrúria

Além do que os romanos tiveram de enfrentar inúmeras revoltas dos italiotas e uma guerra contra os samnitas, em função da qual anexaram a rica planície da Campânia.

Foi só em 265 a.C. que os romanos derrotaram definitivamente os gauleses e puderam ocupar a Etrúria setentrional e as costas do Adriático.

Um outro aspecto da conquista da Itália pelos romanos foi o das guerras contra os gregos da Magna Grécia (sul da Itália e Ilha da Sicília). Essas lutas se estenderam de 275 a 272 a.C. e terminaram com a vitória romana e anexação da Magna Grécia aos domínios de Roma.

Uma vez completada a conquista da Itália, Roma procurou integrar os seus domínios através da construção de um eficiente **sistema de estradas** para facilitar o deslocamento de tropas, bem como a circulação comercial.

Cada território recebia de Roma um estatuto particular que regia as relações entre conquistados e conquistadores.

Em consequência de haver conquistado toda a Península Itálica, Roma passou a exercer, inevitavelmente, um importante papel no comércio do Mediterrâneo Ocidental, inclusive porque passou a controlar o próspero comércio até então nas mãos dos etruscos e dos gregos da Magna Grécia.

Essa presença comercial de Roma no Mediterrâneo Ocidental era contrária aos interesses de **Cartago**, colônia fenícia do norte da África. Em consequência desse choque de interesses, vamos verificar a ocorrência, entre Roma e Cartago, das chamadas **Guerras Púnicas** (a palavra púnica vem de "punei" = descendente dos fenícios).

As Guerras Púnicas foram em número de três e estenderam-se de 264 a 146 a.C.

Por volta de 264 a.C., Cartago ocupou parte da ilha da Sicília; o restante da ilha estava sob a hegemonia de Siracusa que pediu o apoio de Roma. A intervenção romana foi decisiva e os cartagineses, sob a chefia do rei **Amilcar Barca**, foram definitivamente derrotados em 241 a.C. e tiveram de assinar um tratado pelo qual entregaram a Roma seus domínios na Sicília e as ilhas da Sardenha e da Córsega.

Para compensar a perda das ilhas do Tirreno, Cartago intensificou seu domínio na Península Ibérica, com o intuito de explorar as reservas minerais da península e ter uma base de apoio para uma nova investida contra Roma.

Aníbal Barca, sucessor de Amilcar, preparou cuidadosamente a nova campanha bélica. Em 218 a.C., iniciou a travessia dos Alpes com numerosas tropas que incluíam, inclusive, elefantes. Aníbal recebeu, ao invadir a Itália através dos Alpes, o apoio dos gauleses.

O objetivo inicial de Aníbal era isolar Roma de suas fontes de abastecimento e não atacá-la frontalmente. Nessa manobra, ele contou com a alianças das cidades gregas da Sicília e dos macedônicos. Habilmente, os romanos instigaram uma revolta das cidades da Grécia contra a Macedônia, fazendo com que, dessa forma, Cartago perdesse um precioso aliado: a Macedônia.

Ao mesmo tempo, Roma enviou tropas para a Península Ibérica e para a Sicília, provocando, dessa forma, o isolamento de Aníbal na Itália.

Scipião , o Africano, após haver ocupado a Península Ibérica, passou para a África e sitiou Cartago, obrigando Aníbal a abandonar a Itália para defender sua cidade.

A vitória final de Roma foi obtida, em 202 a.C., na **Batalha de Zama**. Mais uma vez, Cartago foi obrigada a assinar um tratado que beneficiava enormemente sua adversária. Dessa feita, Cartago entregou a Península Ibérica e sua esquadra aos conquistadores, comprometeu-se a pagar, durante cinqüenta anos, um tributo como indenização de guerra, os inimigos de Roma passariam a ser vistos como inimigos de Cartago e, finalmente, Cartago não declararia guerra ao Reino da Numídia (atual Argélia), cujo rei, Massimissa, ajudou os romanos na luta contra os cartagineses.

Privada de seu império marítimo, Cartago intensificou a exploração de suas férteis terras. A produção cartaginesa cresceu rapidamente e logo começou a ser exportada, inclusive para a Itália.

A presença dos latifundiários cartagineses na Itália fazia concorrência com a produção dos latifundiários romanos que, por isso, passaram a pressionar o Senado no sentido de que se promovesse a destruição de Cartago.

O estopim para a eclosão da **Terceira Guerra Púnica** foi o revide cartaginês aos ataques dos numídios, fato que foi considerado uma violação do tratado de 202 a.C.

Em 150 a.C., Scipião Emiliano sitiou Cartago. Os cartagineses resistiram palmo a palmo por quatro anos. Em 146 a.C., Cartago estava inteiramente destruída. As terras de Cartago foram transformadas em “Ager Publicus” (Terras do Estado) e passaram a ser exploradas pelo patriciado romano a título de arrendamento. Cartago passou a ser Província da África.

O IMPERIALISMO ROMANO DURANTE A REPÚBLICA

A conquista das Gálias por Cesar (58-51 a.C)

A partir de sua presença na Península Ibérica, os romanos passaram a intervir na Gália, cuja ocupação só foi completada por **Júlio César** no século I a.C.

Através das Guerras Púnicas e dessas conquistas, Roma estabeleceu sua efetiva hegemonia sobre o Mediterrâneo Ocidental e passou a se preocupar com o Mediterrâneo Oriental.

Felipe V, rei da Macedônia, havia apoiado Aníbal na Segunda Guerra Púnica e tal fato serviu de justificativa para a intervenção romana na Península Balcânica.

As lutas contra a Macedônia estenderam-se de 200 a 146 a.C. Na primeira guerra contra a Macedônia (200 a 197 a.C.), as cidades gregas foram todas desligadas do domínio macedônico e colocadas sob o protetorado romano.Os macedônicos revoltaram-se contra a dominação romana várias vezes.

Em 133 a. C., Átalo, rei de Pérgamo, ao morrer, deixou seu reino e seus tesouros como herança para os romanos; dessa forma, Pérgamo passou a ser Província da Ásia. Ao longo do século I a.C., através de uma série de guerras, Roma transformou os reinos do Ponto, Bitínia e Síria em províncias romanas.

A última conquista do período republicano foi a do Egito, realizada por Otávio em 30 a.C.

Também em relação a essas conquistas no Mediterrâneo, Roma não tinha um estatuto fixo a dar para as terras dominadas; entretanto, o que ocorria normalmente era o seguinte: logo após a conquista, o país era transformado em "**aliado**", depois passava a "**protetorado**" e, finalmente, era reduzido a "**província**". Quando da transformação em província, o Senado elaborava a **Carta Provincia l**, que fixava a organização da nova província, bem como seus deveres para com Roma.

Cada província era governada por um antigo cônsul **(procônsul)** ou um antigo pretor (**propretor**), que possuía poderes absolutos tanto em termos civis, quanto militares. O governador era auxiliado por um Legado de Roma, que cuidava das relações entre a província e Roma, e por um Questor, que cuidava dos assuntos financeiros da província.

Uma parte das terras da província era confiscada e transformada em "**Ager Publicus**", passando a ser explorada, através de arrendamentos, por cidadãos romanos.

As províncias deviam pagar **tributos** à Roma em espécie e em dinheiro. Esses tributos não eram cobrados diretamente pelo Estado Romano. Roma arrendava os direitos de cobrança dos tributos a indivíduos que recebiam a designação de Publicanos.Os publicanos pagavam a Roma uma importância fixa antecipada, depois cobravam os impostos na província, normalmente em importância muito superior àquela que haviam pago ao governo de Roma.

Consequências das conquistas realizadas por Roma

As numerosas conquistas tiveram profundas consequências na vida da cidade. Roma deixou de ser apenas uma cidade-estado para passar a ser a sede de um Império que abrangia vastos territórios dispersos em três continentes e com incontáveis nacionalidades. Praticamente todo o litoral do Mediterrâneo (o "**Mare Nostrum**") passou a ser romano.

Os espólios de guerra avolumavam-se em um enorme tesouro que passou a estar quase que integralmente concentrado em Roma, em algumas poucas mãos, e nos cofres do Estado.

O volume de mão-de-obra escrava cresceu enormemente, de tal forma que o **escravismo** passou a ser, efetivamente, o modo de produção dominante. O comércio de escravos enriqueceu, em larga escala, diversos generais que, após as campanhas militares, negociavam nos mercados.

Verificamos também que o arrendamento do "**Ager Publicus**" (terras confiscadas dos povos vencidos) beneficiou um sem número de ricos proprietários, que haviam participado das campanhas de conquista.

Também os magistrados, incumbidos de administrar as províncias, e os publicanos (arrendatários dos direitos de cobrança dos impostos) enriqueceram e nem sempre através de formas lícitas.

A economia romana deixou de ser tipicamente agrária, para passar a ser principalmente uma **economia mercantil**, ou seja, uma economia marcada por um intenso comércio no Mediterrâneo.

Esse desenvolvimento mercantil gerou uma tendência à especialização das culturas agrárias da Itália em torno de alguns poucos produtos:

- a oliva (para fabricação de azeite).
- a uva (para o vinho).
- as frutas semitropicais.

Essa especialização da economia agrária italiana fez com que a Itália passasse a ter de importar quantidades crescentes de gêneros alimentícios provocando déficits progressivos na Balança Comercial. Tais déficits, por sua vez, provocaram uma forte evasão de divisas.

A preservação e mesmo ampliação do Império tornou-se vital para a própria sobrevivência de Roma como potência. Em outras palavras, a perda do Império significaria a ruína financeira de Roma e levaria ao desencadeamento de violentos déficits na Balança de Pagamento, que provocariam, inevitavelmente, um processo inflacionário que colocaria em cheque todo o poderio de Roma.

A concorrência dos produtos das províncias e a proliferação do escravismo levou pequenos proprietários de terra na Itália a ruína . Já que a pequena propriedade não comportava nem a especialização da produção e nem a utilização da mão-de-obra escrava. Os pequenos proprietários foram obrigados a vender suas propriedades , deslocando-se para as grandes cidades. O resultado de um intenso êxodo rural na Península Itálica acarretou o conseqüente aumento excessivo da população nas cidades, principalmente em Roma.

Com o desenvolvimento das conquistas e da economia mercantil surge uma nova camada social: **Homens Novos** ou **Cavaleiros**. De origem plebéia ligaram-se às atividades mercantis enriquecendo rapidamente.

A elite patrícia também conheceu um processo de enriquecimento graças ao monopólio dos cargos públicos, dos comandos dos exércitos e dos governos provinciais.

Por outro lado, a maioria dos plebeus sofreu um violento processo de empobrecimento já que além de perder suas terras não encontrava trabalho nas cidades, pois o trabalho escravo era abundante e muito barato.

A plebe tornou-se uma classe potencialmente revolucionária, o Estado Romano adotou para apazigua-la a **Política de Pão e Circo**. Esta política consistia na distribuição de alimentação básica e diversão gratuita para as massas urbanas desempregadas.

Com o empobrecimento da plebe aumentou o número de **clientes** (indivíduos que prestavam serviços a ricos senhores em troca de sua subsistência). As clientelas passaram a se constituir em verdadeiros instrumentos de pressão política nas mãos de uma elite enriquecida através das conquistas romanas.

Conseqüências políticas do imperialismo romano:

- Os Homens Novos passaram a disputar com os patrícios a hegemonia política;
- Os plebeus aproveitavam as lutas entre Homens Novos e Patrícios e aproximavam-se, na condição de massa de manobra, ora de uns, ora de outros;
- As populações das províncias, dada a sua crescente importância, vão fazer cada vez mais reivindicações no sentido de terem uma participação ativa na direção do Estado Romano.

Conseqüências culturais do imperialismo romano:

- È comum a afirmação de que Roma conquistou militarmente a Grécia, mas foi conquistada culturalmente por ela.
- Não há dúvida, a partir da expansão imperialista, verificamos uma crescente helenização da cultura romana.

A CRISE DA REPÚBLICA

As contradições geradas pela expansão territorial:

- os patrícios continuavam a ter efetivo monopólio político, embora não possuíssem o controle da vida econômica que passara para as mãos dos Homens Novos que, por sua vez, não tinham uma participação real nos processos dirigentes do Estado;
- o poder econômico havia se deslocado para as mãos dos Homens Novos, enquanto o poder político continuava basicamente nas mãos dos patrícios.

Essas contradições serão o vetor principal das transformações da República, que levarão à implantação do **regime imperial de governo**.

As contradições apontadas serão bastante agravadas pelo processo de pauperização da plebe, processo que transformava os plebeus em uma classe facilmente manipulável em meio a processos revolucionários.

Não há dúvida de que entre os patrícios havia uma elite esclarecida, que tinha consciência da necessidade de realizar profundas reformas nas estruturas do Estado. Foi graças à ação dessa elite que pôde ser instituído o voto secreto nas Assembléias, medida que permitiu que as opiniões pudessem ser manifestadas de forma livre e real.

Em meio a essa realidade, verificamos que, em 133 a.C., **Tibério Graco** foi eleito Tribuno da Plebe e, uma vez no exercício do cargo, encaminhou um projeto de reforma agrária, que encontrou forte oposição por parte dos latifundiários. Estes subornaram Otávio, um Tribuno da Plebe, que vetou a proposta da Reforma Agrária. Tibério Graco conseguiu que a Assembléia da Plebe demitisse Otávio, e ao fazer isso, tornou-se **sacrílego**, pois os Tribunos da Plebe eram sacrossantos e invioláveis.

Em 132 a.C., Tibério Graco foi reeleito Tribuno da Plebe cometendo mais uma ilegalidade já que a reeleição era proibida. Diante das ilegalidades cometidas por Tibério Graco, verificamos que a oposição a ele cresceu muito e ele acabou sendo assassinado.

Em 123 a.C., **Caio Graco**, irmão de Tibério Graco, foi eleito Tribuno da Plebe e retomou os projetos do irmão, só que desta feita com a preocupação de conseguir inicialmente uma sólida base de apoio político para sua proposta. Foi na busca desse apoio que Caio Graco apoiou as reivindicações dos Homens Novos para esses terem uma maior participação política; no mesmo contexto, entende-se a proposta de extensão do direito da cidadania a todos os povos latinos.

Fortalecido por sua ação política, Caio Graco conseguiu que a reforma agrária fosse aplicada em Cápua e em Tarento, bem como fez com que fosse aprovada a **Lei Frumentária**, segundo a qual os cereais seriam distribuídos a baixos preços para a população pobre de Roma.

Em 122 a. C., Caio Graco foi reeleito Tribuno da Plebe e propôs a implantação da reforma agrária nas terras de Cartago. Nesta sua proposta, Caio Graco recebeu forte oposição, uma vez que as terras de Cartago eram consideradas como sendo malditas pelos deuses. Foi devido a esse problema que Caio Graco não conseguiu ser reeleito em 121 a.C. (a reeleição já era permitida desde 125 a.C.). Diante de seu fracasso eleitoral, Caio Graco tentou um “golpe de Estado”, resultando em forte reação de seus opositores, que inclusive exterminaram um número significativo dos aliados de Caio Graco, fato que fez com que suicidasse.

Em função da política imperialista, o exército tornou-se uma instituição bastante importante para Roma, conseqüentemente, os generais e comandantes do exército, além de enriquecerem, ganharam muito prestígio político. É por isso que muitos deles passaram a fazer carreira política.

Um exemplo típico da situação acima descrita é o caso de Mário, Homem Novo de origem, que se notabilizou nas guerras contra Jugurta, rei da Numídia, e nas lutas contra as invasões dos cimbros e dos teutões, povos de origem germânica, na Gália Cisalpina.

A passagem do exército para a condição de profissional e permanente fez com que ele passasse a ser controlado muito mais pelos seus generais que pelos políticos, uma vez que eram os generais que se incumbiam da fixação e do pagamento dos salários, bem como da repartição dos espólios de guerra.

De 105 a 100 a.C., Mário foi sendo reeleito cônsul (o que era proibido pela lei que estabelecia que entre um mandato consular e outro deveria transcorrer um prazo não inferior a dez anos). Nesse período, a popularidade de Mário cresceu, pois ele conseguiu expulsar os cimbros e os teutões da Gália Cisalpina.

Mário sempre recebeu a oposição do Senado em função de suas origens de Homem Novo e em função de suas ligações com o Partido Popular, que lhe servia de base de apoio político.

A partir de 99 a.C., Mário passou a perder o apoio de largas faixas do Partido Popular, em função de haver expurgado diversos de seus líderes por seus excessos demagógicos.

Sila ,originário de uma família patrícia empobrecida, iniciou sua carreira militar e política como subalterno de Mário nas guerras contra Jugurta e adquiriu grande prestígio por sua atuação nas **Guerras Sociais** (91/88 a.C.). Essas foram sucessivas revoltas dos "aliados" de Roma que reivindicavam direito de cidadania romana. Embora Sila tenha vencido essas Guerras, Roma foi obrigada a conceder a cidadania para seus aliados.

Em 88 a.C., com apoio dos patrícios, Sila foi eleito cônsul, recebeu o comando da Província da Ásia e foi encarregado de organizar uma guerra contra o Reino do Ponto cujo rei, Mitridates, vinha adotando uma política expansionista que já massacrara oitenta mil romanos na Ásia Menor e instigara os gregos a se revoltarem contra Roma.

Mário queria esse comando para si, e por isso, fez com que a Assembléia Centuriata cassasse as prerrogativas que haviam sido conferidas a Sila. Este, por sua vez, estando no sul da Itália recrutando tropas, ao saber das manobras de Mário, marchou sobre Roma obrigando Mário a refugiar-se na África. Tendo colocado seus partidários no poder, Sila seguiu para a guerra contra Mitridates.

Durante a ausência de Sila, Mário e seus partidários, com o apoio de Cina, um líder popular, realizou um amplo expurgo no Senado e se fez eleger pela sétima vez cônsul, mas morreu logo em seguida (86 a.C.); seus partidários se mantiveram no poder.

Após seu sucesso na Ásia, Sila retornou a Roma, em 82 a.C., onde teve de enfrentar os partidários de Mário, acabando por vencê-los e tomando o poder para si, poderes praticamente ilimitados, uma vez que o Senado lhe confiou a ditadura por tempo indefinido. Sila, de imediato, realizou um grande expurgo, sendo que os bens dos expurgados foram confiscados pelo Estado. Reformulou o Senado, tendo aumentado o número de senadores para seiscentos, reduziu os poderes dos Tribunos da Plebe e limitou o campo de ação dos publicanos.

A ditadura de Sila representa uma momentânea retomada do poder pelos patrícios, fato que só agravou as contradições romanas, uma vez que os patrícios efetivamente não tinham mais o controle da vida econômica de Roma. Não era mais possível um governo sem a participação decisiva dos Homens Novos.

Os partidários de Sila pretendiam transformá-lo em monarca, mas ele preferiu retirar-se da vida pública em 80 a.C., vindo a morrer no ano seguinte.

Após o afastamento de Sila surgiram novos líderes na história romana: **Crasso e Pompeu**

Em 70 a.C., Crasso e Pompeu foram eleitos para o consulado e desde cedo acabaram com os privilégios que haviam sido restituídos ao Senado por Sila , devolveram a integridade dos poderes dos Tribunos da Plebe e fizeram com que os cargos nos Tribunais passassem a ser distribuídos de forma eqüitativa entre os diversos estratos sociais.

Em 67 a.C., Pompeu recebeu poderes extraordinários para que combatesse os piratas no Mediterrâneo e depois Mitridates no Oriente.

Foi por essa época também que **Júlio César** iniciou sua carreira política , foi Pontífice Máximo, Pretor, Protetor na Península Ibérica e Cônsul.

Em 63 a.C., Cícero, grande defensor da República, elegeu-se cônsul derrotando Crasso e Júlio César, que eram apoiados por **Catilina**, que ao se ver derrotado, passou a articular uma conspiração que pretendia assassinar Cícero e incendiar Roma para, em meio ao caos, tomar o poder. A conspiração foi denunciada e os conspiradores, inclusive Catilina, foram exterminados.

Em 60 a.C., Crasso, Pompeu e Júlio César firmaram uma aliança cujo objetivo era tomar o poder ao Senado: nascia o **Primeiro Triunvirato**.

Júlio César conseguiu para si, por cinco anos, o comando de um exército para completar a conquista da Gália e partir para guerra em 58 a.C. As campanhas da Gália foram descritas por ele em sua obra **A Guerra da Gália.** Derrotados os gauleses foram reduzidos à escravidão e seu líder, após passar seis anos preso em Roma, foi assassinado.

Com a conquista da Gália, Júlio César passou a ter glórias militares e recursos para manter um poderoso exército a seu serviço.

Em 55 a.C., na **Conferência de Luca**, o Triunvirato foi reorganizado:

- Pompeu ficou com a Ibéria.
- Júlio César com a Gália.
- Crasso com a Síria.

Com a morte de Crasso em 53 a.C., desencadeou-se em Roma uma crise entre Pompeu e Júlio César. Essa crise foi marcada por violentas conturbações da ordem em Roma. Pompeu foi nomeado, pelo Senado, Cônsul Único com a missão de restabelecer a ordem. Além disto o Senado exigiu que Júlio César dissolvesse seus exércitos e abandonasse seus títulos. Finalmente, em 49 a.C., o Senado confiou a Pompeu a defesa da República contra as ambições de Júlio César.

Apoiado em suas tropas, sediadas na Gália, Júlio César invadiu a Itália, obrigando Pompeu e inúmeros senadores a fugirem para a Grécia. Júlio César perseguiu-os e venceu-os na Batalha de Farsália. Pompeu fugiu para o Egito, onde foi assassinado a mando do Faraó Ptolomeu.

Ao desembarcar em Alexandria, Júlio César articulou uma conspiração que derrubou Ptolomeu e colocou **Cleópatra** no poder.

A CRISE DA REPÚBLICA

A partir de 45 a.C., Júlio César concentrou o poder nas suas mãos , tornou-se :

- Sumo Pontífice, ele tinha a chefia suprema da religião;
- Ditador Perpétuo, ele podia promover alterações na Constituição;
- Censor Vitálicio, ele podia escolher os senadores;
- **Cônsul vitalício** dava-lhe o "**imperium**", ou seja, o comando militar em Roma e nas províncias.

Na condição de **Tribuno da Plebe Vitalícia**, ele se tornava sacrossanto e inviolável, assim como tinha o direito de veto sobre qualquer medida do Senado ou das Assembléias.

Em síntese, Júlio César tornou-se senhor absoluto do poder em Roma. O período em que ele governou nessas condições é conhecido como o período da **Ditadura de César**.

A primeira preocupação de Júlio César, uma vez investido de todas essas funções, foi a de pacificar Roma e seus domínios, após o que se pôs a realizar um vasto programa de obras públicas e várias reformas na realidade romana.

Dentre as reformas realizadas por Júlio César, merecem destaque:

- o número de cidadãos com direito à "Política do Pão e Circo" foi reduzido;
- os proprietários de terra foram obrigados a empregar trabalhadores livres;
- vastas áreas do "Ager Públicus" foram submetidas a processos de reforma agrária;
- o calendário foi reformulado, tendo sido introduzido, a cada quatro anos, um ano bissexto;
- o direito de cidadania foi estendido a todos os homens livres das províncias;
- os governadores das províncias passaram a ser nomeados diretamente por ele.

É importante reparar que a ação política de Júlio César voltou-se para restringir, ainda mais, o poderios dos patrícios, favorecendo os Homens Novos e os plebeus, classes que lhes serviam de base de apoio.

Uma vez que já era senhor de todos os poderes, Júlio César pretendeu estabelecer hereditariedade de suas funções, o que significaria o fim da República com o estabelecimento da Monarquia. Nessa sua manobra, Júlio César contava com o apoio de **Marco Antonio**, general de grande prestígio popular, que instigara os plebeus contra o Senado.

Os defensores da República, ou seja, a elite patrícia, sob a liderança de **Cássio** e de **Brutus**, articularam uma conspiração que, em 44 a.C., assassinou Júlio César em pleno Senado.

Os assassinos de Júlio César não chegaram a tomar o poder, pois Marco Antonio sublevou o povo romano contra eles, lendo em público o testamento de Júlio César, no qual toda a fortuna era destinada a ser distribuída para o povo. Alguns conspiradores foram chacinados e outros fugiram.

O Senado, aconselhado por Cícero, entregou o poder a **Otávio**, sobrinho e herdeiro de Júlio César. Inicialmente ocorreram divergências entre Otávio e Marco Antonio, mas logo eles firmaram um acordo segundo o qual admitiam **Lépido**, um rico banqueiro, na aliança e passavam a formar o **Segundo Triunvirato**.

Em 40 a.C., pelo **Acordo de Brindisi**, os triúnviros dividiram entre si os domínios de Roma: Marco Antonio ficou com o Oriente, Lépido com a África e Otávio com o Ocidente, sendo que a Itália foi considerada neutra. Para sedimentar a aliança, Otávio fez com que sua irmã, Otávia, se casasse com Marco Antonio, que dela se separou , em 36 a.C., para casar-se com Cleópatra.

Otávio apoderou-se do testamento de Marco Antonio e ficou sabendo que a herdeira seria Cleópatra que, inclusive, ficaria com a tutela de Cesarium (filho de Júlio César) a quem Marco Antonio considerava herdeiro dos domínios de Roma.

Otávio desencadeou uma ação militar contra Marco Antonio derrotando-o definitivamente, em 31 a.C., na **Batalha de Ácio**, (região próxima da Grécia). Ao mesmo tempo que Otávio desembarcava em Alexandria, Marco Antonio e Cleópatra suicidavam.

Otávio considerou o Egito como uma conquista pessoal sua, apoderou-se do milenar tesouro dos faraós e com ele organizou um poderoso exército, à frente do qual retornou a Roma.Todo o trigo estocado nos celeiros egípcios fora levado para Roma, onde foi distribuído para os plebeus.

O ALTO IMPÉRIO

A partir de seu regresso a Roma, Otávio empreendeu reformas políticas de tal forma que a República foi extinta, tendo sido implantada uma outra forma de governo, o Império (os governadores utilizavam o título de Imperador), no qual o poder era exercido pelo comandante supremo do exército.

A instalação do Império significou que a hegemonia do Estado passou para as mãos dos Homens Novos e os patrícios ficaram reduzidos à condição de uma nobreza tradicional.

A exemplo do que fizera Júlio César, Otávio adotou o caminho de acumular uma série de cargos e títulos, através dos quais os poderes romanos foram sendo totalmente concentrados em suas mãos.

Os títulos acumulados por Otávio foram:

- Tribuno da Plebe - Otávio tornou-se sacrossanto e inviolável;
- Imperador- Otávio tornou-se comandante supremo de todos os exércitos romanos;
- Pontífice Máximo- Otávio tornou-se o chefe supremo da religião romana;
- “Princips Senatus”- Otávio passava a ser o primeiro cidadão do Estado e tinha o direito de presidir o Senado.

Em 27 a.C., Otávio passou a receber o título de **Augusto** (filho de deus) que, até então, só era atribuído aos deuses. Com o título de Augusto, Otávio passou a receber a **Apoteose** (o culto pessoal) e a ter direito de indicar o seu sucessor nos poderes que estavam concentrados em suas mãos. **Era o fim da República e o início do Império**.

Otávio governou, como imperador, de 27 a.C. a 14 d.C. Seu governo foi caracterizado , dentre outras coisas, pela implantação de uma nova **estrutura política**:

Os magistrados passaram a ter funções meramentes civis.

O Senado passou a ter apenas o controle administrativo de Roma e da Itália.

Foi criado o Conselho do Imperador, órgão que lhe prestava assessoria direta, formado por cidadãos indicados pessoalmente pelo Imperador e que passou a ter maior importância que o Senado.

Foram criados diversos novos cargos: prefeito da cidade, prefeito do pretório (comandava as tropas que defendiam Roma), prefeito das vigílias (encarregado da polícia noturna e da luta contra incêndios), prefeito da anona (encarregado do abastecimento).

As províncias foram divididas em províncias civis (não eram submetidas à ocupação militar, mas governadas pelo Senado), províncias militares ou imperiais (submetidas à ocupação militar e governadas diretamente pelo Imperador através do “Legati Augusti”).

As fronteiras passaram a ser guarnecidas pelas Legiões (unidades profissionais do exército) e governadas por enviados do Imperador (os “Legati Legionis”).

Os impostos devidos pelas províncias passaram a ser arrecadados diretamente pelo Estado, fato que provocou um significativo aumento na arrecadação e um menor nível de exploração dos provincianos.

Essas reformas políticas significaram, fundamentalmente, um fortalecimento do poder central, ou seja, uma hipertrofia do poder nas mãos do Imperador.

O ALTO IMPÉRIO

Otávio preocupou-se também em **reformular a estrutura social**. Três novas ordens sociais foram criadas com base em um critério censitário:

A Ordem Senatorial, que agregava os cidadãos com uma fortuna superior a um milhão de sestércios (moeda de prata) que tinham uma série de privilégios políticos e o direito de utilizar a tarja púrpura na toga.

A Ordem Eqüestre, que compreendia os cidadãos com fortuna entre quatrocentos mil e um milhão de sestércios; esses tinham o direito exclusivo de ocupar certos cargos na administração e no exército; sua cor distinta era o azul.

A Ordem Inferior, que reunia os cidadãos com fortuna inferior a quatrocentos mil sestércios, que não possuíam direitos políticos.

A situação de paz e prosperidade, vigente durante o governo de Augusto, favoreceu o desenvolvimento

cultural que também foi estimulado pela ação de **Mecenas**, amigo pessoal do Imperador, que sustentava poetas e escritores com seus próprios recursos. Dentre os nomes mais significativos dessa época, podemos citar: **Virgílio** cujas principais obras foram **Bucólicas** e as **Geórgicas**, coletâneas de poemas em que o autor faz a exaltação da vida no campo, e a **Eneida**, em que é narrada a lenda da fundação de Roma; **Tito Lívio**, o mais notável dos historiadores romanos; **Horácio** autor de **Odes**, poemas em que dá conselhos e faz reflexões filosóficas sobre a amizade.

Clique para ampliar

A partir da época de Augusto, os habitantes das províncias passaram a ser admitidos no exército como integrantes das legiões que eram incumbidas de guarnecer as fronteiras. A defesa da cidade de Roma fica exclusivamente a cargo da **Guarda Pretoriana**.

Em termos de política externa, não se pode dizer que Augusto tenha desenvolvido uma ação imperialista. O fato é que ele desenvolveu uma política de consolidação de fronteiras através da fortificação da linha do rio Reno (após uma tentativa fracassada de conquistar a Germânia), da ocupação de terras ao sul do rio Danúbio (os reinos da Récia, Nórica, Panônia e Nécia, respectivamente as atuais Suíça, Áustria, Hungria e Bulgária), a anexação da Galácia e da Judéia, do estabelecimento da soberania romana na Armênia (este território não chegou a ser anexado) e da fixação das fronteiras asiáticas no rio Eufrates, além do qual havia o Reino Parta.

Com Augusto, estabeleceu-se um mecanismo de sucessão imperial através da indicação de alguém pelo Imperador ainda em vida. Normalmente, essa indicação era confirmada pela adoção filial do indicado pelo Imperador. A partir desse mecanismo, podemos entender que, no contexto da história de Roma, uma **dinastia** era uma seqüência de Imperadores, cada qual indicado pelo seu antecessor. Uma dinastia terminava quando o poder passava para as mãos de alguém que não houvesse sido indicado pelo seu antecessor.

Augusto iniciou a primeira das dinastias do Império Romano: a **Dinastia Júlio-Claudiana**, que governou da morte de Augusto em 14 até o ano 68.

Os imperadores da Dinastia Júlio-Claudiana foram:

Tibério (14/37) - Seguiu as orientações que haviam sido traçadas por Augusto; foi acusado da morte do general Germanicus, o que fez com que o Senado e o povo passassem a lhe fazer oposição; a partir desse fato, Tibério desencadeou violentas perseguições políticas.

Calígula (37/41) - Filho de Germanicus, pretendeu tornar-se um monarca em estilo oriental. Foi assassinado por oficiais da Guarda Pretoriana.

Cláudio (41/54) - Tio de Calígula, foi levado ao poder pela Guarda Pretoriana (com esse evento teve início

uma crescente intervenção dos militares na sucessão imperial); conquistou a Bretanha e a Mauritânia; mandou executar a mulher Messalina, mãe de Britanicus, em função de sua conduta moral; casou-se então com Agripina, que já tinha um filho, Nero, o qual foi indicado para a sucessão. Cláudio morreu envenenado por Agripina.

Nero (54/68) - Foi educado pelo filósofo Sêneca e caracterizou-se como um dos mais perversos imperadores de Roma (mandou matar seu irmão Britanicus, sua mãe, suas duas esposas e seu mestre Sêneca) ; foi responsável pelas primeiras perseguições aos cristãos após acusá-los de haverem incendiado Roma; sua ação inconseqüente e sádica provocou uma revolta no exército e o Senado considerou-o inimigo público, levando-o ao suicídio.

Com a morte de Nero, em 68, teve início uma disputa entre os exércitos que pretendiam elevar seus comandantes a Imperador.

Nesse contexto, teve início a **Dinastia dos Flávios**, cujos imperadores, originários das legiões do Oriente, foram os seguintes:

Vespasiano (69/79) - Dedicou-se à pacificação do Império, sendo nesta atividade seu filho Tito notabilizado por haver sufocado uma revolta dos judeus, tendo destruído Jerusalém e dispersado seus habitantes.

Tito (79/ 81) - Seu governo foi marcado por uma erupção do vulcão Vesúvio que soterrou as cidades de Pompéia e Herculano.

Domiciano (81/96) - Desenvolveu intensas perseguições aos judeus e aos cristãos; foi assassinado por uma conspiração palaciana.

Com o assassinato de Domiciano, instalou-se no poder a **Dinastia dos Antoninos**, cujos imperadores eram originários das legiões da Gália e da Península Ibérica. Durante os governos dos Antoninos, o Império Romano alcançou seu apogeu, tendo atingido sua máxima extensão territorial, uma grande prosperidade econômica, paz interna e uma eficiente administração. Os imperadores Antoninos foram:

Nerva (96/117) - Anexou a Dácia, a Armênia e a Alta Mesopotâmia; provocou um grande desenvolvimento da produção agrária em função de haver introduzido o crédito agrícola a baixos juros.

Adriano (117/138) - Sufocou uma revolta dos judeus e expulsou-os da Palestina; foi o responsável pela elaboração do "Édito Perpétuo", redigido pelo juris-consulto Sálvio Juliano, no qual o Direito Pretoriano foi codificado.

Antonio Pio (138/161) - Deu nome à Dinastia.

Marco Aurélio (161/180) - Era filósofo e desencadeou violentas perseguições aos cristãos . Durante o seu governo, os bárbaros germânicos começaram a pressionar as fronteiras do Danúbio. Marco Aurélio morreu em meio às guerras no Danúbio.

Cômodo (180/192) - Filho de Marco Aurélio, teve de enfrentar várias conspirações e, numa delas, foi assassinado.

Após a morte de Cômodo, as legiões do Danúbio conseguiram impor seus comandantes como imperadores, formando a **Dinastia dos Severos**, a qual governou de 193 a 235.

Essa dinastia foi iniciada por **Sétimo Severo**, que foi sucedido por **Caracala** e que teve em **Severo Alexandre** seu último imperador.

A partir da Dinastia dos Severos, o Império Romano passou a ter características políticas semelhantes às dos grandes impérios do Oriente, ou seja, os Imperadores passaram a buscar sua sustentação na máquina burocrática e no exército.

Por essa época, a economia romana começou a apresentar os primeiros sintomas de crise: em função de um êxodo urbano, decorrente de uma crescente ruralização econômica, as arrecadações do Estado diminuíram, obrigando-o a emitir dinheiro e, conseqüentemente, a desencadear um processo inflacionário. As crescente pressões nas fronteiras e as revoltas das províncias agravaram a situação militar e econômica.

O CRISTIANISMO

Não é possível negar que o Cristianismo é, até hoje, uma das mais importantes religiões que já surgiram. O cristianismo originou-se nos ensinamentos de Jesus Cristo, que nasceu há mais ou menos 4 a.C. em Belém, na Palestina.

Desde 64 a.C., a Palestina pertencia ao Império Romano, sendo que Jesus viveu no Reino da Galiléia (uma das regiões que compõe a Palestina) durante o reinado de Herodes Antipas (o Reino da Galiléia era considerado como um "aliado" de Roma e por isso tinha o seu próprio governante, que reconhecia a soberania romana).

Embora tenha nascido em Belém, Jesus passou boa parte de sua vida em Nazaré e, com mais ou menos trinta anos de idade, iniciou as suas pregações, afirmando ser o Messias esperado pelos Judeus, que seu reino era no céu e não na Terra", e que era filho de Deus. Desde muito cedo, Jesus reuniu em torno de si um grupo de discípulos, os **Apóstolos**, que o acompanharam por toda parte. A doutrina pregada por Jesus tinha como seus pontos fundamentais: o desapego aos bens materiais, o perdão às ofensas e o amor ao próximo. Os saduceus e os fariseus acusavam-no de blasfemar ao se dizer filho de Deus, pois, para eles, o Messias não seria filho de Deus.

Condenado com a autorização do procurador romano **Pôncio Pilatos**, Jesus foi crucificado no Monte do

Calvário.

Após a crucificação de Jesus, os apóstolos iniciaram suas pregações em meio aos próprios judeus. Os cristãos formavam uma verdadeira comunidade particular no seio do judaísmo.

Os apóstolos eram os responsáveis pelas pregações doutrinárias. Os fiéis escolhiam os homens mais dedicados para ocuparem a função de **Diácono**, ou seja, o encarregado de prover as condições materiais para a realização do culto. Um diácono de nome **Estevão** acusou os sacerdotes do Templo de Jerusalém de terem condenado o Messias à morte. Tendo, portanto, que sair da Palestina, os apóstolos passaram a correr o mundo levando o **Evangelho** (a "Boa Nova"). Nesse trabalho, destacaram-se **Pedro** e **Paulo** que, dentre outras coisas, levaram o Cristianismo para Roma.

A partir de Nero, os cristãos passaram a ser perseguidos em Roma. Essas perseguições ocorriam em função de diversos fatores: por pregarem o monoteísmo, os cristãos negavam a divindade dos imperadores, sendo que esse atributo era fundamental, pois constituía-se em dos alicerces do poder imperial; o Cristianismo difundia-se fundamentalmente junto às camadas inferiores da população romana e o governo temia as mensagens revolucionárias do Cristianismo.

O fato é que, até 313, durante o governo do imperador **Constantino**, os cristãos foram intensamente perseguidos, sendo que essas perseguições aumentavam nos períodos de crise do Império.

Apesar das perseguições, o número de cristãos cresceu rapidamente. Nos primórdios do século IV, uma significativa parcela da população do Império já estava convertida ao Cristianismo.

Em 313, o imperador Constantino promulgou o **Edito de Milão**, segundo o qual a prática do Cristianismo foi liberada, com isso findaram as perseguições aos cristãos.

Em 391, o imperador **Teodósio** transformou o Cristianismo em religião oficial do Império.

A propagação das idéias cristãs fundamenta-se, inicialmente, nos textos dos "Evangelhos", escritos por **Mateus**, **Marcos**, **Lucas** e **João**, nos "Atos dos Apóstolos", nas "Epístolas" e no "Apocalípse", sendo que esse conjunto de textos forma o **Novo Testamento** da Bíblia. Mais tarde, começaram a surgir os chamados escritos apologéticos, cujo intuito era defender o Cristianismo das acusações que lhe eram feitas pelos pagãos (dentre os escritos apologéticos, o mais conhecido é o **Discurso** de São Cipriano). Depois começaram a surgir verdadeiros tratados da doutrina (as obras de Tertuliano, por exemplo), cujo objetivo era combater as **heresias**; desvios de uma doutrina, ou dogmas aceitos oficialmente pela Igreja, responsável pela prática da religião.

Os **Concílios** (reunião de bispos) tiveram um papel decisivo na consolidação da doutrina cristã. O primeiro deles foi o Concílio da Nicéia, convocado em 325 pelo imperador Constantino e no qual se definiu que Jesus Cristo era filho de Deus e igual ao Pai. Essa definição do Concílio de Nicéia destinava-se ao combate ao **Arianismo**.

O Arianismo foi o movimento herético, iniciado pelo bispo Ário, de Alexandria, que pregava que Cristo não era Deus e, portanto, não era igual ao Pai. A partir do Arianismo, surgiu uma outra heresia, o **Nestorianismo**, que negava a divindade de Cristo e, conseqüentemente, não aceitava que a Virgem Maria fosse mãe de Deus.

Em suas origens, a Igreja cristã não apresentava uma distinção nítida entre seus fiéis e o clero. Os **Padres** ou **Presbíteros** (encarregados da celebração do culto) e os Diáconos (encarregados das condições materiais para a celebração do culto) eram homens comuns que acrescentavam às suas funções civis a obrigação religiosa que lhes era conferida pela escolha dos demais fiéis. Com o aumento do número de cristãos e com a sua difusão geográfica, esse informalismo acabou sendo fonte do surgimento de diversas heresias. Em função dessa realidade, não só as funções sacerdotais foram ganhando aspectos formais e especializados, assim como foi sendo definida uma hierarquia para o clero.

Na base dessa hierarquia, havia os padres e os diáconos, que se subornavam aos **Bispos**. Os fiéis escolhiam os padres e os diáconos que, por sua vez, elegiam os bispos. Os bispos das quatro principais cidades do Império (Alexandria, Jerusalém, Antioquia e Constantinopla) recebiam o título de **Patriarcas**.O bispo de Roma, considerado sucessor de São Pedro, recebia o título de **Papa** e gozava da primazia na Igreja Cristã. Esta hierarquia definia o chamado **Clero Secular**. Havia também o **Clero Regular**, cujos membros viviam em mosteiros, retirados do mundo (“seculum” em latim).

A CRISE DO IMPÉRIO ROMANO

Durante o período imperial, o **Escravismo** foi, efetivamente, o modo de produção dominante em Roma. A frequência das guerras facilitava a aquisição de mão-de-obra escrava, uma vez que a tornava abundante e barata, sendo que essas condições praticamente eliminaram o trabalhador livre da economia romana.

O Império Romano vivia basicamente dos tributos cobrados aos latifundiários e aos comerciantes. Era com essa receita que Roma mantinha seus exércitos, os quais eram essenciais para a sobrevivência do Império, mesmo porque eles eram os principais responsáveis pelo abastecimento de escravos.

Verificamos que desde o século III praticamente tiveram fim as guerras ofensivas, conseqüentemente, diminuiu o número de escravos que eram colocados no mercado romano. A retração no contingente de mão-de-obra provocou, por sua vez, um declínio na produção agrária. Face a esse mecanismo apontado, verificamos que Roma conheceu um círculo vicioso (menos produção implicava menos comércio, ambos os fatos implicavam menos exércitos que, em consequência, aprisionavam menos escravos, fato que diminuía o contingente de mão-de-obra, o que por sua vez implicava menos produção, e assim por diante) que aprofundava sua crise geral.

A crise do escravismo era agravada por outros fatores: a crescente influência do Cristianismo que fixava uma posição em prol da liberdade de todas as pessoas: a escassez de dinheiro, já apontada anteriormente, reduzia a possibilidade de compra de novos escravos; em função das crescentes pressões de povos

bárbaros nas fronteiras, tornava-se difícil a vigilância dos escravos, fato que viabilizava numerosas fugas.

Face aos problemas do escravismo, verificamos que o sistema de arrendamento foi visto pelos latifundiários como uma solução para a crise da mão-de-obra.

Desenvolveu-se em Roma um tipo específico de arrendamento, que nós chamamos de **Sistema de Colonato**: os camponeses pagavam o arrendamento trabalhando gratuitamente alguns dias por semana nas terras do arrendador. Esse tipo de trabalhador recebia o nome de **Colono**.

Houve uma tendência em transformar os próprios escravos em colonos; a mesma tendência era observável em relação aos trabalhadores rurais livres, aos plebeus urbanos, aos bárbaros que viviam nos domínios do Império e mesmo em relação ao pequenos proprietários de terra.

A partir do século III, as cidades deixaram de ser o eixo da vida do Império Romano. A ação econômica tendeu a se concentrar nas **Villas** (latifúndios parcialmente arrendados aos colonos), cujo esforço produtivo se voltava para a auto-suficiência de seus próprios habitantes. As “villas” tenderam, também, a organizar seus próprios recursos de defesa militar. Em suma, o que verificamos é que os senhores das "Villas” foram-se tornando soberanos em termos econômicos e militares e, conseqüentemente, em termos políticos.

Essa tendência à ruralização econômica, tendo a “villa” como unidade de produção básica, levou a um crescente atrofiamento do comércio, sendo que essas tendências fizeram com que as receitas do Estado diminuíssem de forma bastante significativa, gerando, conseqüentemente, um forte desequilíbrio na Balança de Pagamentos que, por sua vez, exigiu cortes drásticos nas despesas do Estado. Além disso, a “Política de Pão e Circo” teve fim, fato que acentuou o êxodo urbano e a conseqüente ruralização econômica.

Os contingentes militares foram reduzidos, o que facilitou a penetração dos povos bárbaros em terras do Império. Algumas tribos bárbaras receberam do Estado Romano terras nas fronteiras onde se poderiam fixar em troca da defesa daquelas mesma fronteiras. Os povos que receberam esse tratamento eram chamados de **Federados**.

As “villas” também tendiam a contratar os serviços de povos bárbaros para a defesa da unidade produtiva, sendo que estes bárbaros passavam a ser chamados de *Hóspedes*.

Entre 235 e 284, Roma viveu uma verdadeira anarquia militar, conhecida por **Crise do século III**, em função dos diversos exércitos estarem constantemente disputando o poder imperial para seus comandantes.

Essa crise só foi solucionada com a tomada do poder por **Diocleciano**, em 284, que estabeleceu a **Tetrarquia**. A tetrarquia consistia no seguinte: o Império foi dividido em duas partes (o Oriente, com capital em Nicomédia, e o Ocidente, com capital em Milão), cada qual com um Imperador que recebia o título de Augusto, sendo que cada Augusto escolhia um sucessor, que o auxiliava no governo e que recebia o título de César.

A idéia da Tetrarquia era a de promover a descentralização política para facilitar a administração e a defesa; entretanto, após a morte de Diocleciano, ela foi deixada de lado, já que os Augustos entraram na guerra que foi vencida em 313 por **Constantino**, que reunificou o Império, estabelecendo sua capital na cidade de **Constantinopla** que fora fundada por ele.

A crise econômica e as crises militares dificultavam a defesa das fronteiras e facilitavam as **Invasões Bárbaras Germânicas**, especialmente, a partir de 375, ano em que os **Hunos** chegaram à Europa, provenientes da Mongólia, e começaram a pressionar os bárbaros germânicos para dentro do Império.

Face as crescentes dificuldades, o imperador **Teodósio**, em 395, dividiu definitivamente o Império Romano em dois Estados: **o Império Romano do Ocidente**, com capital em Roma e que ficou para seu filho **Honório**, e o **Império Romano Oriente**, com capital em Constatinopla e que ficou para *Arcádio,* seu outro filho.

Foi pela época dessa divisão que os **Visigodos**, um dos povos bárbaros germânicos, iniciaram sua grande invasão no Império do Ocidente. Em 410, sob a chefia de **Alarico**, eles saquearam Roma, forçando o Imperador a refugiar-se em **Ravena**. Após longas andanças pela Itália, os visigodos fixaram-se na Península Ibérica e sul da Gália. Eles se consideravam aliados dos romanos. Fixaram sua capital em Toulouse e desta forma deram origem ao **Reino Visigótico**.

Em 406, um grupo de povos bárbaros germânicos (os **Vândalos**, os **Suevos,** os **Alanos** e os **Quados**) atravessou as fronteiras do Danúbio sob a chefia de **Radagásio**. Boa parte desses povos dispersou-se pelo Império do Ocidente, mas os vândalos, sob a chefia de **Genserico**, foram até o norte da África, onde fundaram o **Reino Vândalo**, com capital em Cartago.

Os borgúndios ocuparam o vale do rio Ródano onde, em 443, fixaram o **Reino dos Borgúndios**, com capital em Worms. Os **Anglos**, os **Saxões** e os **Jutos** estabeleceram-se na Bretanha, onde fundaram diversos reinos.

Os **Franco Sálios** ocuparam o norte da Gália e os **Francos Ripuários**, o sul.

Em 451, os **Hunos**, comandados por Átila, abandonaram a Panômia, onde viviam há algum tempo, e invadiram a Itália, saqueando-a, e só não tomaram Roma porque o Papa Leão I pagou um pesado resgate para preservar a integridade da cidade, após esse pagamento Átila e os Hunos regressaram para a Panômia.

Em 476, *Orestes*, antigo lugar-tenente de Átila, assassinou o Imperador Júlio Neops e colocou seu filho **Rômulo Augústulo** no trono. No mesmo ano, **Odoacro**, rei dos **Hérulos**, um outro povo bárbaro germânico, tomou Roma e depôs Rômulo Augústulo, tendo mandado as insígnias imperiais (símbolo do poder) para **Zenão**, Imperador do Oriente.

Odoacro declarou-se Rei da Itália e aliado do Império do Oriente. Entretanto, o domínio hérulo na Itália foi efêmero. Em 488, Zenão fez um acordo com **Teodorico**, rei dos *Ostrogodos*, concedendo-lhe a Itália, que, desta forma, transformou-se em **Reino Ostrogótico**.

Através das invasões bárbaras Germânicas, o Império Romano do Ocidente deixou de existir e em seu lugar passou a haver um elevado número de reinos bárbaros.

7_6

IMPÉRIO CAROLÍNGIO

Dos reinos bárbaros que se estabeleceram na Europa Ocidental e Central, o dos Francos foi o que atingiu maior força política.

Os francos *sálios* e os francos *ripuários* estabeleceram-se na Gália, na condição de aliados do Império Romano do Ocidente, sob a chefia de *Meroveu.*

Clóvis, que era neto de Meroveu, foi o responsável pela unificação dos francos, dando origem, desta forma, ao Reino Franco. Clóvis também foi o responsável pela expansão dos domínios dos francos: em 496, venceu os alamanos na *Batalha de Tolbiac*, oportunidade na qual se converteu ao Cristianismo, tendo sido batizado na Catedral de Reims. Sua mulher, Clotilde, exerceu profunda influência na sua conversão. Segundo o costume dos francos, a religião do chefe era a religião dos chefiados, logo, a conversão de Clóvis significou a cristianização de todo o povo franco.

Os francos, comandados por Clóvis, conquistaram também o Reino Borgúndio e algumas terras dos visigodos e desta forma, estenderam seus domínios até os Pireneus.

Após sua conversão, Clóvis estreitou o seu relacionamento com a Igreja e, inclusive, transformou os bispados em unidades administrativas do seu Reino, sendo que cada unidade era entregue à administração de um *conde* (a palavra conde vem de “comes” e quer dizer guerreiro).

Com o tempo, as unidades administrativas do Reino Franco passaram a ser chamadas de *condados.*

Segundo o costume franco, quando da morte de seu chefe, os domínios deste eram partilhados entres seus filhos. Face a esse costume, com a morte de Clóvis, o Reino foi dividido entre seus filhos:

- Thierry ficou com a região leste, com capital em Reims.
- Childeberto ficou com a região Oeste, com capital em Paris.
- Clodomiro ficou com a região Central, com capital em Orleans.
- Clotário ficou com a região Norte, com capital em Soissons.

Durante o reinado dos filhos de Clóvis, os domínios francos foram alargados através da conquista da Baviera, da Turíngia e de Westfália, sendo que esses territórios ficavam na Germânia.

Clotário, que ficara com o Reino sediado em Soissons, foi o responsável pela reunificação do Reino Franco, mas após sua morte, uma nova divisão aconteceu formando o Reino da Austrásia, com capital em Reims, o Reino da Neustria, com capital em Paris e o Reino da Borgonha, com capital em Orleans.

Apoiado nos proprietários de terras, Clotário II conseguiu reunificar o Reino Franco, vencendo as resistências da Neustria e da Borgonha.

Para obter o apoio da nobreza fundiária, Clotário II promulgou o *Édito de Clotário,* em 614, segundo o qual os condes passariam a ser escolhidos entre os proprietários de terras do condado. Verifique-se que o Édito de Clotário significa um fortalecimento político da nobreza.

A nobreza passou a ter, junto ao Rei, um representante que recebia o título de *majordomus,* cuja importância cresceu incessantemente. Podemos mesmo afirmar que, após o reinado de Dagoberto (629-639), os reais detentores do poder no Reino Franco eram os majordomus, que esvaziaram as funções dos reis, levando-os a viver ociosamente, por isso os últimos reis da Dinastia Merovíngia eram chamados de “reis indolentes”.

A reunificação do Reino Franco não significara a extinção dos três reinos que subsistiam e apenas reconheciam a autoridade superior de um Rei dos francos. Nessa medida, podemos entender que, em cada um dos três reinos, os majordomus constituíram verdadeiras dinastias.

Em 679, *Pepino de Heristal,* majordomus do Reino da Austrásia, submeteu os majordomus da Neustria e da Borgonha, estabelecendo uma efetiva unificação do Reino Franco. Embora a Aquitânia, a Baviera e a Turíngia preservassem uma relativa independência, essa só foi cassada por *Carlos Martel,* filho de Pepino Heristal, portanto, majordomus, devido ao seu grande prestígio após ter vencido os muçulmanos na Batalha de Poitiers, em 732.

Antes de morrer, Carlos Martel dividiu seus domínios entre seus dois filhos, Carlomano e Pepino, o Breve. Como Carlomano foi viver num mosteiro, *Pepino, o Breve,* acabou sendo o único herdeiro de Carlos Martel.

Em 743, Childerico III, o último rei merovíngio, foi coroado rei dos francos. Pepino, o Breve, apoiado pelo Papa Zacarias, internou Childerico III em um mosteiro e tornou-se rei dos francos, em 751. Iniciava-se, dessa forma , a *Dinastia Carolíngia,* que governaria o Reino Franco de 751 a 987.

Entre 754 e 756, Pepino, o Breve, desenvolveu uma campanha militar na Itália, a pedido do Papa Estevão II, contra os lombardos que ameaçavam Roma. Pepino tomou parte das terras dos lombardos e doou-as à Igreja, com o nome de *Patrimônio de São Pedro,* que após o recebimento deste, passou a ter uma fonte efetiva de poder temporal.

Inicialmente, o reino de Pepino, o Breve, foi dividido entre seus dois filhos: Carlomano e Carlos Magno, mas com a morte do primeiro, em 771, Carlos Magno passou a governar sozinho.

Carlos Magno desenvolveu uma política imperialista, tendo conquistado o Reino Lombardo (o que restara

dele após as guerras de Pepino, o Breve), os domínios saxões na Germânia, a Baviera e os domínios ávaros (um povo germânico), também na Germânia. No Ocidente, Carlos Magno envolveu-se em uma luta com os bascos, na qual morreu seu sobrinho Rolando e os francos foram derrotados. Ainda na Península Ibérica, Carlos Magno enfrentou os muçulmanos e fixou, ao sul dos Pireneus, as “marcas” (fronteiras) da Espanha após haver anexado Barcelona e as ilhas Baleares.

Em função dessas conquistas, Carlos Magno tornou-se, de longe, o mais poderoso dentre os soberanos europeus. Tal realidade fez com que o Papa Leão III, em nome da Igreja Cristã de Roma, procurasse a proteção do monarca franco para a Igreja. Esta proteção foi obtida, no ano de 800, através da coroação de Carlos Magno como Imperador do Ocidente. Era o restabelecimento do Império Romano do Ocidente. Em 812, Miguel I, Imperador Bizantino, reconheceu o restabelecimento do Império Romano do Ocidente, mediante o recebimento das regiões de Ístria e Dalmácia, que passaram a fazer parte do Império Bizantino.

Carlos Magno deu uma notável estrutura administrativa a seu Império, que foi dividido em cerca de duzentas unidades administrativas, cada uma confiada ao governo de um conde, que era auxiliado por um bispo. O Imperador reservou para si vastos domínios, a partir dos quais auferia as principais rendas do Estado (não havia distinção entre os bens pessoais do Imperador e os bens do Estado).

Todos os condes e homens livres do Império eram obrigados a prestar um Juramento de Fidelidade ao Imperador e deviam obedecer às Capitulares (nome dado às leis feitas por Carlos Magno). Os *Missi Dominici*, enviados especiais do Imperador, vagavam pelas terras do Império, fiscalizando a ação dos condes e a obediência das Capitulares. Carlos Magno era também chefe da Igreja no Império; era prerrogativa exclusiva sua a nomeação dos bispos e abades.

A partir de Carlos Magno, estabeleceu-se uma situação de segurança militar interna e externa no Império; tal fato possibilitou um relativo desenvolvimento comercial, através do aparecimento de numerosas feiras e mercados, mas o primordial da economia continuou sendo a exploração agrária, a unidade de produção básica continuou sendo a “villa”. O comércio que se desenvolveu tendeu a se concentrar no norte da Europa, uma vez que as relações comerciais mediterrâneas estavam bloqueadas pela presença muçulmana.

Durante o governo de Carlos Magno, verificamos um verdadeiro renascimento cultural que ficou conhecido pelo nome de *Renascimento Carolíngio.* Um dos aspectos básicos desse renascimento cultural foi a política da fundação de escolas determinadas pelo Imperador. Praticamente ao lado de cada mosteiro, foi estabelecida uma escola, que tinha por modelo a Escola Palatina, que funcionava agregada ao palácio imperial e na qual se ensinava gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria e música. Todos os filhos de nobres eram obrigados a freqüentar as escolas.

Na Escola Palatina, viveram homens bastante notáveis, dentre os quais podemos destacar: *Eginhard* (biógrafo de Carlos Magno), *Pedro de Pisa* e *Alcuíno de York.*

A grande importância do Renascimento Carolíngio está no fato de que foi um dos principais responsáveis pela transmissão da cultura greco-romana para os tempos futuros e, nesta medida, exerceu grande influência no desenvolvimento do Renascimento Cultural dos séculos XV e XVI.

Carlos Magno também estimulou bastante as artes, notadamente a arquitetura (foram construídas inúmeras igrejas em estilo bizantino), cuja principal realização foi a Igreja de São Vital em Ravena. A ourivesaria e a ilustração de manuscritos e breviários também conheceram uma significativa produção.

Com a morte de Carlos Magno, em 814, a coroa imperial passou para *Luiz, o Piedoso,* o qual era seu único herdeiro, governando até 840.

Luiz, o Piedoso, teve três filhos e por isso a sucessão tornou-se um assunto delicado. À medida que os domínios francos se constituíam em um Império, não deveria acontecer a partilha entre os herdeiros; logo, *Lotário,* o filho mais velho de Luiz, o Piedoso, deveria ser o novo imperador e senhor de todos os domínios francos. Entretanto, um costume germânico determinava que os domínios fossem divididos entre os filhos do soberano falecido; nesse costume apoiavam-se *Carlos, o Calvo,* e *Luiz o Germânico* que pleiteavam participar da sucessão. Essa disputa acabou por se transformar em uma verdadeira guerra: Carlos, o Calvo, e Luiz o Germânico, através do *Juramento de Strasburgo,* de 842, uniram-se contra Lotário.

A paz foi restabelecida com o *Tratado de Verdun* de 843; o Império foi dividido em três reinos: o da França Ocidental, que ficou para Carlos, o Calvo; o da França Oriental, que ficou para Luiz, o Germânico, e o da França Central, que ficou para Lotário, que também conservou o título de Imperador (título que doravante seria meramente honorífico).

Com a extinção da descendência de Lotário, em 870, a França Central foi dividida entre Carlos e Luiz, com exceção dos domínios italianos, que ficaram para os duques italianos.

Com Carlos, o Calvo, em 843, começa a história da França propriamente dita. Em 877, pela Capitular de Quirzy-sur-Oise, Carlos, o Calvo, estabeleceu a hereditariedade dos condados franceses, fato que contribuiu decisivamente para a descentralização do poder político na França e, conseqüentemente, corroborou o processo de formação do Feudalismo no território francês.

Na França Oriental, os herdeiros de Luiz, o Germânico, tiveram de se defrontar com as invasões normandas que devastaram o país, enfraquecendo o poder central e contribuindo, dessa forma, para a localização do poder político nas grandes propriedades agrárias. Esse processo também serviu para a formação do Feudalismo nos territórios a oeste do Reno. A pressão representada pela invasão dos normandos atingiu tal proporção que, em 911, Carlos, o Simples, rei carolíngio da França, cedeu aos normandos a região que viria a se constituir no Ducado da Normandia. Além dos normandos, as razzias muçulmanas e as invasões dos húngaros (também chamados de magiares) e dos eslavos comprometiam a segurança e a estabilidade dos reinos remanescentes do Império Carolíngio.

Com a extinção da Dinastia Carolíngia na França, após a morte de Luiz V, em 987, Roberto, o Forte, e

alguns outros nobres franceses elegeram *Hugo Capeto*, conde de Paris, para Rei da França. Era o início da *Dinastia dos Capetíngios.*

Com a extinção da Dinastia Carolíngia na França Oriental, após a morte de Luiz, o Infante, que não deixou herdeiros, em 911, a nobreza (cujos principais representantes eram os duques da Saxônia, da Francônia, da Baviera e da Suábia) fundou uma monarquia eletiva chamada *Reino Germânico*, sendo que nessa monarquia os quatro duques acima mencionados eram os Grandes Eleitores, ou seja, eram os responsáveis pela eleição dos reis.

8_5

A Igreja na Idade Média

É costume dividir o período medieval em duas grandes fases: a Alta Idade Média, que se estende do século V ao século XI e a Baixa Idade Média, do século XII ao século XV. Se o nosso atual objetivo é estudar a Igreja na Alta Idade Média, pretendemos verificar sua história no período compreendido entre o século V e o XI.

Não é possível analisar a Igreja se nós não a considerarmos como uma instituição inserida em uma determinada realidade sócio-político-econômica. Por outras palavras, a realidade da Igreja é sempre condicionada à realidade do universo social do qual ela faz parte

É importante que não façamos confusão entre o que entendemos por Igreja e o que chamamos de Religião. Uma religião é um corpo doutrinário voltado para o culto de um ou de alguns deuses. A Igreja é uma instituição social que tem como objetivo primordial a prática de uma religião, mas que como qualquer instituição social tem uma realidade material de existência.

Face ao raciocínio acima, podemos entender que na Alta Idade Média o eixo gravitacional da vida da Igreja estava no campo e não na cidade, uma vez que a Europa conhecia um efetivo processo de ruralização econômica e, conseqüentemente, era no campo que encontrávamos as maiores parcelas da população européia.

A Igreja, que em suas origens atuava apenas na esfera espiritual, aos poucos foi passando a atuar também na esfera temporal. Ao longo da Alta Idade Média, a Igreja foi acumulando vastos domínios territoriais, até chegar ao ponto de ser a maior proprietária de terras da Europa (ela chegou a possui cerca de um terço do total da terras da Europa). Face aos domínios da Igreja, os bispos e abades eram vistos como alguns dos principais senhores feudais da Europa.

Era tamanho o nível de acumulação de riquezas nas mãos da Igreja, à qual , nas épocas de calamidade pública, os menos favorecidos recorriam em busca do provimento de suas necessidades mínimas.

Durante a Alta Idade Média, a Igreja tinha também um verdadeiro monopólio da cultura. Era junto ao clero que os grandes senhores europeus recrutavam seus notários, secretários e chanceleres, sendo que essa realidade fez com que a Igreja passasse a ter notável ascendência na administração geral e financeira dos estados medievais.

Nos primórdios da Igreja, a autoridade do Papa (Bispos de Roma) não era maior do que a dos Patriarcas (Bispos de Jerusalém, Antioquia, Alexandria e Constantinopla). Aliás, isso foi matéria definida pelo Concílio de Nicéia, em 325. O que acontecia é que o Bispo de Roma gozava de maior prestígio que os demais, em função de ser considerado o sucessor de São Pedro, que fora incumbido por Jesus Cristo de edificar a Sua Igreja.

Foi durante o pontificado de Leão I (440 a 461) que se estabeleceu a primazia do Bispo de Roma. Em 455, o Imperador Valentiniano III promulgou o *Édito de Supremacia Papal,* que confirmava o Papa como suprema autoridade da Igreja no Império Romano do Ocidente.

Gregório I, Papa de 590 a 604, foi o grande consolidador da supremacia papal. Aproveitando-se da falência do poder temporal na Itália, Gregório I assumiu o verdadeiro papel de soberano da cidade de Roma; além disso, unificou sob sua autoridade todos os bens da Igreja e fez com que cessasse a influência do Império Bizantino sobre a Igreja. Desenvolveu uma política de conversão dos povos germânicos do Ocidente (principalmente os visigodos, os suábios e os lombardos).

Gregório I encarregou o monge Agostinho de liderar um grupo de sacerdotes, cujo objetivo era a conversão dos jutos, anglos e saxões que viviam na Bretanha. Em 596, foi fundado o Bispado de Canterbury, o primeiro da ilha.

Gregório I escreveu diversas obras, dentre as quais a mais importante foi a “Regra Pastoral”, cujo objetivo era a fixação de um código de conduta para os sacerdotes e que acabou exercendo forte influência sobre o clero durante toda a Idade Média. Ele também compôs hinos religiosos através dos quais introduziu o cantochão ou canto gregoriano na música sacra.

Os sucessores de Gregório I fixaram como sua atividade primordial a continuidade de ação de conversão dos povos bárbaros germânicos. Até o final do século VII, toda a Heptarquia Juto-anglo-saxônica já estava convertida. Na Germânia, São Bonifácio realizou a conversão final dos remanescentes pagãos e além disso reorganizou a Igreja dos francos, fazendo com que os seus bispos jurassem obediência ao Papa.

Em suma, verificamos que, em meados do século VIII, toda a Europa Ocidental e Central já estava cristianizada e obedecia à Igreja de Roma, personificada no Papa.

A partir do recebimento do Patrimônio de São Pedro, em 756, o poder temporal do papado cresceu muito, sendo que esse poder temporal era justificado pelos Papas através de um documento falso, o “Donatio Constantini”, segundo o qual o Imperador Constantino teria concedido ao papado não só a Itália, mas todo o Ocidente. Dessa forma, o Papa seria o suserano supremo de todas as terras que haviam pertencido ao Império Romano no Ocidente.

Na época de Carlos Magno, a autoridade temporal dos Papas foi eclipsada pelo fato de o Imperador se considerar como sacerdote e por isso interferir profundamente na vida da Igreja, mas após sua morte a situação foi invertida, ou seja, verificamos uma crescente influência do papado nos assuntos leigos das monarquias carolíngias.

A partir do século IX, o papado começou a influir decisivamente inclusive na escolha dos bispos, que, embora fossem eleitos pelo clero e pelo povo, deviam confirmar sua eleição junto ao Papa.

À medida que a comunidade cristã crescia, a estrutura organizacional da Igreja ia ficando cada vez mais complexa. É nesse contexto que foi criada a Cúria Romana, que funcionava como uma verdadeira secretaria geral da Igreja. A partir de 1059, os cardeais passaram a se reunir em um Conclave toda vez que era necessário escolher um novo Papa.

A complexidade administrativa gerou grandes despesas para a manutenção da Igreja e, nesse sentido, foi criado o Fisco Pontifical, que centraliza os recursos e as riquezas auferidas pela Igreja através de suas diversas fontes: os resultados da exploração dos domínios territoriais da Igreja; os impostos pagos pelos Estados que se consideravam vassalos de Santa Sé; a "esmola de São Pedro" que era cobrada aos fiéis em alguns países; e, principalmente através das numerosas taxas que eram cobradas pela Igreja, devido aos serviços que prestava.

Durante a Alta Idade Média, verificamos um grande desenvolvimento do *Clero Regular*, cujos membros obedecem a uma mesma regra religiosa. Os sacerdotes do Clero Regular são os monges que, nas suas origens, viviam isolados em mosteiros ou conventos. O conjunto de monges que obedecem a uma mesma regra formam uma Ordem Religiosa.

Em suas origens, o monasticismo (cenobitismo ou vida monástica) era uma tentativa de preservar os elementos característicos do cristianismo primitivo diante da crescente secularização (inserção no "seculum", ou seja, na vida cotidiana laica) da vida eclesiástica.

Os primórdios do clero regular são encontrados no Egito e na Síria, sendo que os seu primeiro fato notável foi, por volta do ano 300, a retirada de Antonio para o deserto. E o primeiro mosteiro foi fundado por Pacônio, que viveu de 292 a 346. No século IV, a vida monástica já se tornara uma prática usual em todo o Oriente. A partir da tradução para o latim da obra *A vida de Antonio,* em 370, o monasticismo começou a se difundir pelo Ocidente.

Em 529, *Bento de Núrsia* (São Bento) fundou um mosteiro em Monte Cassino na Itália e organizou uma regra própria para os seus monges. Essa regra (a Regra de São Bento) estabelecia que os monges:

- deveriam levar uma vida comunitária no mosteiro.
- deveriam viver de acordo com os "Três votos" (pobreza, castidade e obediência), a obediência seria devida ao Abade (chefe do mosteiro), que seria eleito pelos monges.
- deveriam conciliar oração e trabalho para evitar um ascetismo exagerado.
- tinham a obrigação de hospedar os peregrinos e os viajantes no mosteiro.
- deveriam ocupar-se com os pobres e com o ensino.

A regra de São Bento acabou servindo de modelo para a organização de todo clero regular do Ocidente.

Dadas as características de vida dos mosteiros, especialmente o fato de em cada um existir uma escola, fez com que eles se tornassem os principais centros de cultura da Idade Média. As bibliotecas dos mosteiros praticamente reuniam a totalidade das grandes obras dos grandes autores da Antiguidades.

Era inevitável que cada mosteiro ficasse nos domínios de um grande senhor feudal. Por isso, o poder temporal logo começou a interferir na escolha dos abades e, em função dessa crescente intervenção, começaram a surgir os movimentos reformistas, dentre os quais o mais notável foi o que surgiu no Mosteiro de *Cluny,* que fora fundado em 910, pelo Abade Bernon com objetivo maior de afastar toda e qualquer forma de interferência do poder temporal na vida dos mosteiros.

O movimento do Cluny fez com que os mosteiros passassem para a jurisdição direta do Papa; a disciplina voltou a ser rigorosa e restabeleceu-se a plenitude da autoridade dos abades. Esse movimento chegou a agregar cerca de duzentos mosteiros que reconheciam a autoridade do Abade de Cluny.

Dentre as outras Ordens Religiosas surgidas no contexto desse movimento reformista, podemos destacar a dos Cartuxos, que surgiu em 1084 e foi fundada por Bruno de Colônia, e a Cister, fundada em 1098.

Um último aspecto da história da Igreja na Alta Idade Média é o da sua relação com o poder temporal. Essa relação teve início quando Teodósio transformou o cristianismo em religião do Império Romano.

A partir de então, o Estado conferia sua proteção e estímulo à Igreja, que em troca legitimava o poder do Estado à medida que sagrava o Imperador, cujo poder passava a ser considerado de origem divina. Dado esse relacionamento, era fundamental ao Império poder gerir, pelo menos parcialmente, os assuntos da Igreja. É nesse contexto que entendemos o surgimento do Cesaropapismo.

Com o esfacelamento do Império Romano do Ocidente, verificamos que a Igreja passou a buscar sua proteção junto ao Reino Franco, sendo que essa proteção acabou custando uma forte influência do poder temporal no seio do papado.
Apenas no final da Alta Idade Média a Igreja conseguiu começar a se libertar dessa influência política e iniciar um período de supremacia do poder espiritual sobre o poder temporal, sendo que essa nova realidade se estenderia por toda a Baixa Idade Média.

9_3

A Questão das Investiduras

Como já vimos anteriormente, com a extinção da Dinastia Carolíngia na França Oriental, os duques da Francônia, Saxônia, Suábia e Baviera fundaram o Reino Germânico, que era uma monarquia eletiva, cujo rei era um dos quatro duques eleitos pelos demais. Interessa-nos destacar o governo de *Oto* I, iniciado em 936. O fato de haver vencido os húngaros, detendo o seu avanço sobre o Reino Germânico, deu-lhe um imenso prestígio, não só ao nível de seu reino, mas também ao nível de todo o Ocidente, tanto que o Papa *João XII*, em 962, em Augsburgo, sagrou-o Imperador do Ocidente. Mais uma vez, restabelecia-se o Império Romano do Ocidente, desta vez com o nome de *Sacro Império Romano-Germânico.*

A partir de sua investidura imperial, Oto I iniciou um processo de crescente intervenção nos assuntos da Igreja, já que esse era o caminho mais viável para que ele pudesse controlar os duques germânicos. À medida que a Igreja lhe era um instrumento útil, Oto I procurou fortalecê-la através da ampliação dos domínios territoriais controlados pelo clero, sendo que os titulares desses domínios, ou seja, os bispos e os abades, recebiam do Imperador o poder religioso e o poder temporal, sendo que essa transmissão de poder, da forma pela qual era realizada, recebia o nome de *Investidura Leiga.*

Em função de seu fortalecimento através do apoio da Igreja, Oto I acabou por fazer com que o poder imperial, que deveria ser eleito, passasse a ser na prática hereditário.

Devido à intervenção do poder leigo na vida religiosa, esta tendeu a se secularizar. Cada vez mais o clero alemão envolvia-se com a vida mundana e relegava a prática religiosa a segundo plano. Esse desregramento do clero recebeu o nome de *Nicolaísmo.*

Outra disfunção que surgiu no seio da Igreja foi a prática da *Simonia*, que consistia na venda de objetos sagrados, de bens da Igreja e mesmo de cargos eclesiásticos.

A partir do século XI, o Movimento de Cluny, com suas propostas reformistas, já havia ultrapassado os limites do clero regular e voltava-se para o clero secular. No Sacro Império, os adeptos de Cluny lutavam basicamente contra o Nicolaísmo, a Simonia e, conseqüentemente, contra a Investidura Leiga, uma vez que esta era a principal responsável por aqueles fenômenos.

A partir da configuração dessa problemática, que recebeu a designação de *Querela das Investiduras*, formaram-se duas facções distintas: o partido imperial, que apoiava o “status quo”, e o partido reformista, cujos membros eram adeptos do Movimento de Cluny.

O partido reformista encontrava adeptos em toda a Europa e se fortalecia a cada vitória das idéias de Cluny. Foi assim com a instituição da *Trégua de Deus*, deliberação da Igreja segundo a qual apenas durante noventa dias por ano poderiam ser realizadas lutas e guerras. O objetivo dessa medida era conter o alto nível de belicosidade que grassava na Europa e atingia, inclusive, amplos setores do clero.

O passo decisivo para a colocação em prática das reformas propostas pelo Movimento de Cluny foi a eleição do monge *Hildebrando*, da Ordem de Cluny, para a função pontífice, em 1073.

Hildebrando adotou o nome papal de *Gregório VII* e de imediato determinou a realização de diversas reformas na Igreja: instituiu o celibato clerical e, proibiu a Investidura Leiga.

Essas medidas de Gregório VII atingiam frontalmente as estruturas do Sacro Império e por isso o Imperador *Henrique IV* reagiu energicamente.

Henrique IV pretendeu depor o Papa que, por sua vez, considerou o Imperador deposto, excomungou-o e proibiu todos os vassalos de prestarem serviços ao Imperador, sob pena de excomunhão.

A reação de Gregório VII, bem como o apoio que ele recebeu, colocou em xeque a situação do Imperador, que por isso tentou reconciliar-se com o Papa. Para tanto, peregrinou até o Castelo de Canossa, onde estava o Papa, pediu perdão e foi perdoado; estávamos no ano de 1077.

Simultaneamente a esses acontecimentos, os opositores de Henrique IV elegiam no Sacro Império um novo Imperador, Rodolfo, o Duque da Suábia. Para retomar a integridade de seus poderes, Henrique IV teve de lutar até 1080, ano em que Rodolfo morreu. Sentindo-se fortalecido, Henrique IV invadiu a Itália e foi excomungado novamente por Gregório VII. O Papa enfrentou os exércitos imperiais com o apoio normando que, entretanto, aproveitaram-se da situação e saquearam Roma, obrigando o Papa a fugir para Salerno, onde morreu depois.

Henrique IV indicou o Bispo de Ravena para o cargo pontifício e este, uma vez investido no trono da Santa Sé, adotou o nome de *Clemente III*. Ao mesmo tempo, no exílio, era eleito um Papa como sucessor de Gregório VII. Este foi um primeiro Cisma na Igreja do Ocidente: havia simultaneamente dois Papas.

Essa situação só foi resolvida pela *Concordata de Worms*, assinada em 1122, pelo Papa Calixto III e o Imperador Henrique V, estabelecendo que seria competência papal a investidura espiritual dos bispos e abades e seria competência imperial a investidura temporal dos mesmos.

Com a decisão da Concordata de Worms, fugia aos imperadores o controle do clero e, conseqüentemente, da Igreja, sendo que sem esse controle o Imperador deixava de possuir mecanismo para sujeitar os duques. Por outro lado, significativa parcela das terras do Sacro Império passavam para as mãos da Igreja. Diante desse fato, teve início o período de supremacia política do papado sobre os poderes leigos europeus.

10_17

FEUDALISMO

A Estrutura Feudal

A história da Idade Média Ocidental é basicamente a história dos Reinos Bárbaros que se formaram a partir do século V, com a desintegração do Império Romano do Ocidente.

Os povos bárbaros germânicos, ao invadirem a Europa, trouxeram consigo sua própria maneira de viver, na qual a economia tipicamente agrária era um dos traços fundamentais. Esta realidade dos povos germânicos em contato com o processo da ruralização do Império Romano, característico desde o século III, fez com que o alinhamento de forças rumo ao Feudalismo se tornasse bastante claro e sensível.

Ao invadirem o Império Romano, os povos germânicos apresentavam uma organização tribal, na qual a guerra era a atividade fundamental de todos os homens livres; as atividades produtivas da terra (agricultura e criação de animais) eram de responsabilidade das mulheres e dos escravos. Dentre as atividades agrárias, o pastoreiro era a principal e a existência de boas pastagens era condição de fixação de uma tribo em um local. Em outras palavras, os povos germânicos eram seminômades: fixavam-se em um local enquanto lá existissem boas pastagens para o seu rebanho.

Dada a condição de seminomadismo, é fácil entender que a terra era considerada como propriedade comunal. Só a partir de sua penetração no Império Romano é que começaram a surgir as primeiras formas de propriedade privada do solo; mesmo assim, esta coexistia com a propriedade comunal. O que basicamente aconteceu foi que as áreas de pastagem passaram a ser consideradas como propriedade privada, enquanto que as áreas de cultivo continuaram sendo propriedade comunitária.

Em função das constantes guerras na ação de ocupação das terras do Império Romano, verificamos a formação, nas tribos germânicas, de verdadeiras nobrezas guerreiras, às quais todos os demais elementos da tribo tendiam a se sujeitar.

A estrutura familiar dos germânicos era tipicamente patriarcal, sendo que uma tribo era um agregado de famílias. As tribos eram unidades politicamente independentes e só se uniam em função da necessidade gerada por uma guerra ou para um fim específico; logo, não existia entre eles a idéia de Estado centralizado.

As uniões temporárias entre tribos eram fundamentadas em obrigações recíprocas entre os chefes das tribos que se uniam, sendo que para uma tribo a autoridade do chefe era incontestável; logo, as obrigações por ele assumidas eram válidas para todos os membros da tribo. Essas alianças entre tribos davam origem a grupos de guerra que recebiam o nome de *Comitatus.*

INTRODUÇÃO

Teremos como nosso objetivo inicial o de formular um conceito de Feudalismo. Para tanto, basta uma simples afirmação: *O Feudalismo é um modo de produção.*

Feita essa colocação, o nosso problema passa a ser definir Modo de Produção.

Desde já, é importante não confundir o conceito de *Modo de Produção dos Bens Materiais* com o de *Modo de Produção.* É bom lembrar que "modo de produção dos bens materiais" é uma expressão descritiva e se refere apenas à estrutura econômica da sociedade. O conceito de "modo de produção" é absolutamente teórico e abrange a totalidade social, ou seja, tanto a estrutura econômica quanto todos os outros níveis sociais, o jurídico-político e o ideológico.

No dizer de Eduardo Fiorante (*in "El Concepto de Modo de Producción")*:

"Um Modo de Produção é uma combinação, aparece como instâncias ou níveis, isto é, como estruturas regionais com uma autonomia e dinâmica próprias, ligadas a uma unidade dialética. Um Modo de Produção compreende três níveis ou instâncias: a econômica ou infra-estrutura , a político-juridica e a ideológica. Estas duas última constituem a superestrutura. Entende-se que se trata de um esquema abstrato indicativo que é constituído para efeito de análise, e que é impossível adotar outro com diferentes instâncias."

O Modo de Produção está caracterizado por um tipo de unidade que é um todo complexo dominante, onde uma das estruturas que o compõem domina as demais, exercendo uma influência, em última instância, sobre elas. Em um Modo de Produção, a estrutura dominante, em última instância, é a estrutura econômica à qual se reservará o termo de "determinante". A isso acrescentar-se-á que as relações que constituem cada nível ou instância não são simples, mas estão sobredeterminadas pelas relações dos outros níveis.

A determinação, em última instância, da estrutura global pelo econômico não significa que o econômico detenha sempre o papel dominante. Não devemos confundir estes dois termos (determinação em última instância e papel dominante), pois implicam concepções totalmente distintas. Se a unidade constitui a estrutura dominante, isso implica que todo Modo de Produção tenha um nível ou instância dominante, o econômico é determinante apenas à medida que atribui a esta ou àquela instância o papel dominante. Assim Marx nos indica como no Modo de Produção Feudal é a ideologia, sob sua forma religiosa, que detém o papel dominante que, por sua vez, está rigorosamente determinada pelo funcionamento da estrutura econômica própria deste Modo de Produção.

Vejamos nas palavras do próprio Marx (in *"O Capital"*):

"Minha opinião de que o modo de produção da vida material (o que chamamos de estrutura econômica) geralmente domina o desenvolvimento da vida social, política ou intelectual... é justa para o mundo moderno, dominado pelos interesses materiais, mas não para a Idade Média, onde reinava o catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política."

Cada modo de produção é específico e a determinação e sobre determinação dependem da composição de suas estruturas internas e de sua inter-relação dialética. O que distingue definitivamente um Modo de Produção de outro e o que, conseqüentemente, especifica um Modo de Produção é a forma dessa inter-relação ou articulação que mantém seus níveis: é o que chamamos "Matriz" de um modo de produção.

O Modo de Produção é um conceito abstrato-formal que não existe na realidade e que adotamos exclusivamente com fins operacionais para construir um modelo teórico de análise, que nos sirva de instrumento para a interpretação de uma realidade social. Já aparece aqui a necessidade de adotar um conceito diferente do de Modo de Produção, ou seja, o conceito de *Formação Social.*

Formação Social é um termo que designa uma sociedade historicamente determinada, um todo social em um momento de sua existência. Assim como um modo de produção por sua categoria de modelo teórico é totalmente puro, uma formação social, por sua existência real, não pode ser. Ao contrário, é uma combinação particular, específica, de vários modos de produção puros. A formação social constitui, por si mesma, uma unidade complexa, na qual domina um certo modo de produção, que determina o caráter dos outros.

De tudo o que já foi dito, podemos fazer uma afirmação fundamental : *as Formações Sociais da Europa Ocidental e Central, durante a Idade Média, tiveram o Feudalismo como seu Modo de Produção Dominante.*

Antes de iniciarmos o estudo do Feudalismo propriamente dito, vamos especificar alguns outros conceitos que nos ajudarão a compreender os Modos de Produção e de Formação Social.

Chamaremos de *Produção* ou *Processo de Produção,* ou ainda, *Prática Econômica,* a todo processo de transformação de um elemento determinado, natural ou já trabalhado previamente, em um produto específico. Essa transformação se efetua através de uma atividade humana própria, mediante a utilização de instrumentos específicos ou ferramentas de trabalho.

Os elementos , cuja combinação determina o processo de produção, são os seguintes:

- O objeto a ser transformado pode ser: a "matéria-bruta" que provém da natureza, ou a "matéria-prima" que já sofreu alguma transformação através de um processo de trabalho.
- Os instrumentos utilizados na transformação de objeto que Marx chamou de *Meios de Trabalho,* distinguindo entre eles: os "meios de trabalho em sentido restrito", que são as coisas ou conjunto de coisas que o trabalhador interpõe entre ele e o objeto sobre o qual trabalha (por exemplo, a plaina do carpinteiro para polir a madeira, a pá para cavar a terra etc.); os meios de trabalho em sentido amplo, que compreendem todas as condições materiais, que sem intervir diretamente no processo de transformação, são indispensáveis para sua realização (por exemplo, a terra, a fábrica, as estradas,

etc.).

- O objeto mais os meios de trabalho constituem o que chamaremos de *Meios de Produção.* A atividade humana desenvolvida no processo de produção, que Marx chamou de *Força de Trabalho.*
- *O Produto,* que é resultado final do processo de produção.
- O produto é um "valor de uso", pois responde às necessidades humanas determinadas; é preciso ficar claro que, embora todo produto seja um valor de uso, nem todo uso é um produto, pois há elementos que respondem à necessidade humana sem haver sofrido previamente um processo de transformação (é o caso do ar e da água).

Resumindo, podemos dizer que em todo processo de produção intervêm três elementos fundamentais: a força de trabalho, matéria-prima ou bruta e os meios de trabalho, sendo que esses dois últimos elementos constituem Meios de Produção.

Todo processo de produção implica uma produção social, pois todo produto obtido tem um fim social determinado: é um valor de uso, quando é produzido simplesmente para o consumo imediato do produtor e de sua família; ou é um valor de troca, uma mercadoria feita para ser trocada por mercadoria ou por dinheiro.Em ambos os casos, trata-se de uma produção social, pois todo processo de produção se realiza em uma sociedade historicamente determinada. É uma produção realizada pelos indivíduos que vivem em sociedade.

Esta produção social está baseada em uma divisão de tarefas, ou seja, em uma *Divisão do Trabalho*, pois à medida que aumenta a complexidade da sociedade e seu nível de desenvolvimento, maior é a diferenciação de tarefas.A divisão do trabalho é cada vez mais social e complexa, já que no desenvolvimento da sociedade passamos da divisão familiar do trabalho nas comunidades primitivas baseadas em diferenciações de idade e sexo, à divisão social mais complexa na atual sociedade, passando por toda uma série de escalões intermediários.

Podemos distinguir na produção da sociedade dois tipos fundamentais de divisão de trabalho:

- Divisão do Trabalho Social (também chamada de Divisão Social do Trabalho);
- É a divisão da produção social em diversos ramos, esferas ou setores de produção, por exemplo, a divisão entre trabalho agrícola e trabalho industrial, que implica a separação entre o campo e a cidade, ou a divisão entre a indústria de meios de produção e a indústria de bens de consumo; e
- Divisão Técnica do Trabalho.

É a divisão do trabalho que se opera no interior de um processo de produção, por exemplo, numa fábrica a divisão entre um torneiro e um montador.

Antes viu-se como a “matriz” de um modo de produção (articulação das estruturas regionais que o especificam) está determinada, em última instância, pelo nível econômico. Cabe agora perguntar: como funciona essa determinação?

Segundo Marx, (in “O Capital”):

“Quaisquer que sejam as formas sociais de produção, seus fatores são sempre dois: os meios de produção e os trabalhadores. Mas tanto uns como outros serão somente, enquanto estiverem separados, fatores potenciais da produção. Para poder produzir na realidade, têm que se combinar. Suas diferentes combinações distinguem as diversas épocas econômicas da estrutura social. No caso do modo de produção capitalista, a separação entre trabalhador livre e seus meios de produção constitui o ponto de partida dado, e já vimos como e sob que condições se combinam ambos os fatores em mãos do capitalista: como modalidades produtivas de seu capital.”

No texto supramencionado, aparecem os três elementos que procuramos, os dois primeiros como fatores de produção e o terceiro em cujas mãos os dois primeiros se combinam. Chamaremos os três elementos de *Fatores* da base econômica do modo de produção:

- o trabalhador, que é o produtor direto ou força de trabalho.
- os meios de produção, que são o objeto e os meios de trabalho.
- o não-trabalhador que não intervém na produção direta e que se apropriar do produto, isto é, do sobretrabalho.

A combinação destes três elementos caracteriza a base econômica de um modo de produção e como este está determinado, em última instância, por aquela, e segundo a forma como se articulam, aparecerá um outro modo de produção.

No caso específico do Feudalismo, o trabalhador é o proprietários dos meios de produção menos da terra, que pertence ao não-trabalhador, que por sua vez, cede ao trabalhador a posse da terra em troca de um pagamento, geralmente em espécie, ou seja, consubstanciado em uma parcela do produto realizado em um tempo determinado de trabalho do trabalhador em terras, cuja posse é também detida pelo não-trabalhador.

Origens do Feudalismo

O Feudalismo, como qualquer modo de produção, não surgiu de forma abrupta. Ele é o resultado de um longo processo de formação, que se estende do século IV ao século IX, e só a partir de então e até o século XII ele passou a ser o modo de produção dominante nas formações sociais européias.A partir do século XII e até o século XVIII, o modo de produção feudal conheceu profundas transformações que foram fazendo com que ele se desintegrasse e desse lugar, naquelas formações sociais, a um outro modo de produção dominante, que, no caso, foi o Capitalismo.

Podemos afirmar que o Feudalismo surgiu através de um processo de integração de uma série de instituições romanas com uma série de instituições bárbaras germânicas, sendo que esse processo estrutural foi catalisado pela ação conjuntural de diversos fatores, tais como o expansionismo muçulmano pelo Mediterrâneo e as invasões dos normandos, húngaros e eslavos.

Dentre as instituições romanas que contribuíram para a formação do modo de produção feudal, merecem destaque:

- a “villa”, unidade de produção tipicamente rural que dirigia sua produção para obtenção de sua auto-suficiência.
- a crise do Escravismo, que deu origem ao Colonato, relação de produção na qual o trabalhador (o colono) trabalhava, com seus próprios meios de produção, as terras do não-trabalhador (o senhor) e retribuía esse direito de meeiros com serviços que prestavam ao não-trabalhador.
- a crise do poder político que descentralizou a administração através da transferência de poderes para os proprietários de terra.
- Outros elementos importantes para a formação do Feudalismo vieram das instituições germânicas, dentre as quais merecem destaque:
- a economia natural, ou seja, a produção destinada ao consumo imediato e, quando havia trocas, elas eram realizadas em espécie.
- a sociedade dividia-se em guerreiros, homens livres inferiores e escravos, sendo que a mobilidade social era praticamente inexistente.
- o sistema político baseava-se na individualidade das tribos, daí a inexistência do Estado.
- o Comitatus, bando armado para o tempo de guerra, no qual o chefe e os comandados mantinham relações de fidelidade que eram recíprocas, temporárias e contratuais.

A partir desses elementos estruturais, tivemos as bases fundamentais que deram origem ao Feudalismo. Entretanto, para que ele se configurasse plenamente, foi necessária a ação de diversos fatores conjunturais que passaremos a destacar.

Como já sabemos, as invasões bárbaras germânicas do século V, no Império Romano do Ocidente, aceleraram o processo de ruralização econômica que já se fazia sentir na Europa Ocidental e Central desde o século III.

Cada vez mais as “villas” passaram a ser os núcleos vitais da sociedade européia. Os próprios povos germânicos tenderam a se integrar nelas, quer como trabalhadores da terra, quer como braços armados e mesmo, muitas vezes, como senhores e proprietários de unidade produtora.

Um aspecto a ser destacado é o de que os povos germânicos não chegaram à Europa Ocidental e Central de uma só vez. Dessa forma, quando alguns povos germânicos já estavam integrados na vida das “villas”, outros chegaram em pé de guerra.

Essa realidade fez com que as vias de comunicação terrestre se tornassem inseguras e com isso os próprios níveis de comunicação tenderam a diminuir, provocando um verdadeiro isolamento das “villas” entre si.

Contudo, a violência e o impacto das invasões germânicas foram, aos poucos, decrescendo e os bárbaros passaram a se integrar no mundo romano, assimilando sua cultura e sua religião. Na mesma época em que se dava essa integração, uma nova onda de invasões atingiu o sul da Europa.

Desta feita, foram as invasões decorrentes do expansionismo muçulmano que, como já salientamos em outra parte, implicaram o fechamento do Mediterrâneo para o comércio europeu, provocando, desta forma, um verdadeiro isolamento da Europa em relação à Ásia e à África. Eram raros os que se aventuravam a comercializar através das águas que eram dominadas pelos sarracenos.

O comércio extra-europeu passou praticamente a inexistir, ficou restrito a alguns poucos mercadores judeus, sírios e frisões que traziam à Europa Ocidental e Central algumas quantidades de especiarias e de outros produtos orientais.

Além da interdição do Mediterrâneo, os muçulmanos, através de suas *razzias*, provocaram um clima de forte insegurança no sul da Europa, especialmente nas terras litorâneas do Mediterrâneo.

O mesmo clima de insegurança, criado no sul da Europa pela presença dos muçulmanos, foi estabelecido no norte da Europa, a partir do século IX, em decorrência das invasões dos normandos.

Os normandos (que também podem ser chamados de “vikings” como ficaram conhecidos no Ocidente ou de “varegues” como foram conhecidos na Rússia) viviam na Dinamarca, na Noruega e na Suécia. Sua expansão é justificável em função de um complexo de fatores, dentre os quais destacaremos: os problemas demográficos (intenso crescimento populacional que tinha como contrapartida a exigüidade das terras aráveis); as constantes rivalidades entre os reis e os senhores locais, fato que estimulava os guerreiros à emigração em busca de novas terras; o amor à guerra e a busca de prestígio militar que valorizava o indivíduo no contexto social; o conhecimento de técnicas de construção naval que possibilitava a construção de barcos, com quilha e velame, capazes de percorrer longas distâncias.

Os ataques dos vikings eram realizados por mar ou através dos grandes rios e tiveram início no final do século VIII, quando realizaram as primeiras incursões saqueadoras no litoral da Grã-Bretanha e nas costas do norte da Europa

O caráter eminentemente naval dos ataques normandos criava dificuldades para os povos europeus, uma vez que nenhum Estado possuía uma força naval organizada.

Durante o século IX, os vikings dinamarqueses (também conhecidos pelo nome da “danos”) saquearam as Astúrias, Portugal, as Ilhas Baleares, a Provença e a Toscana. No caminho de volta, atacaram e conquistaram a Inglaterra, com exceção do Reino de Wesses, onde o rei Alfredo havia organizado uma frota naval e conseguiu resistir.

Os vikings noruegueses assaltaram a Irlanda e várias ilhas próximas da Grã-Bretanha. A partir de 874, alguns contingentes desse povo ocuparam a Islândia e, em 982, descobriram a Groelândia e Vinlândia (a América) por volta do ano 1.000.

Os vikings suecos tomaram a direção da Rússia, onde entraram em contato com os povos eslavos e ocuparam a região de Novgorod. Por volta do ano 1.000, os varegues foram cristianizados e sedentarizaram-se.

Além de conquistarem a Inglaterra e se fixarem na Rússia, os normandos também se estabeleceram na França e na Itália. Na França, ocuparam a região da desembocadura do rio Sena que, em 911, foi cedida a eles pelo rei franco, Carlos, o Simples, com o nome de Ducado da Normândia. O chefe normando, Rollon, ao receber esse ducado, comprometeu-se a defendê-lo.

No sul da Itália, em 1059, o chefe normando, Robert Guiscard, aceitou a suserania do Papa, tornando-se Duque da Apúlia e da Calábria. Em função dessa ocorrência, teve fim a dominação bizantina no sul da Itália e a muçulmana na Sicília.

No mesmo século IX, outros povos também atacaram a Europa: os húngaros (também chamados de magiares) e os eslavos. Esses povos atacaram a Europa a partir do Oriente, mas seus ataques objetivavam exclusivamente o saque. Nem os húngaros nem os eslavos chegaram a se estabelecer com caráter de permanência na Europa Ocidental ou Central. Suas incursões serviram apenas para criar, do lado Oriental, o mesmo clima de insegurança que fora criado no Sul pelos muçulmanos e no norte pelos normandos.

A partir de todas as colocações que já foram feitas, podemos tirar uma conclusão importante: além do processo de ruralização que a Europa conheceu a partir do século III e que foi acentuado pelas invasões bárbaras germânicas, a Europa, a partir do século VIII, tendeu a se isolar do resto do mundo e, mais do que isso, tendeu a atrofiar os seus contatos internos inter-regionais. É a partir desse contexto que verificamos o surgimento do feudalismo.

Modo de Produção

A estrutura econômica do Feudalismo tem como uma de suas características básicas o fato de ser uma economia tipicamente agrária. A unidade de produção típica do Feudalismo era chamada de *Domínio, Senhoria ou Manor*.

Em um Domínio, coexistiam três regimes de propriedade de terra:

- a propriedade coletiva, que era característica dos bosques e das pastagens; tratava-se de uma faixa de terra de uso comum, onde os servos colhiam frutas, cortavam a madeira e apascentavam seus rebanhos, enquanto os senhores as utilizavam para a caça; essa faixa territorial era normalmente chamada de *Campos Abertos.*
- a propriedade privada, que era característica da *Reserva* (também podia ser chamada de *Manso Senhorial*), abrangia cerca de metade das terras aráveis e pertencia, exclusivamente, ao senhor feudal.
- a co-propriedade, que existia no *Manso Servil* (também chamado de *Tenências*), que era o restante da terra arável; as terras do Manso Servil eram de propriedade do Senhor Feudal, mas os servos detinham a sua posse.

É importante que estabeleçamos com clareza a distinção entre propriedade e posse: a Propriedade implica a posse jurídica e dá ao proprietário o direito de alienação (venda, locação, arrendamento e doação); a Posse, que também pode ser denominada de posse útil, é o direito de utilização do bem sem o direito de alienação.

Face à especificação dos conceitos acima, podemos entender que o Manso Servil era de propriedade do Senhor Feudal, mas os servos detinham a posse útil do mesmo.

Nas formações sociais européias, durante a dominância do modo de produção feudal, verificamos que a tendência era a do Manso Servil aumentar de área em detrimento da Reserva.

Para receberem a posse útil das Tenências, os servos tinham de assumir uma série de obrigações para com o Senhor Feudal, apesar de os demais meios de produção serem de propriedade dos próprios servos. A esse tipo de relação entre o Senhor Feudal e os servos, damos o nome de *Relações Feudais de Produção.*

AS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DOS SERVOS PARA COM OS SENHORES FEUDAIS ERAM:

Corvéia

Consistia no trabalho dos servos e dos vilões no cultivo da Reserva; normalmente, a corvéia era paga com três dias de trabalho por semana (na verdade, de Domínio para Domínio e de época para época, houve uma variação de dois a cinco dias por semana); ao invés do trabalho na Reserva, a corvéia podia ser transformada em trabalho de construção ou manutenção de pontes, estradas, represas, castelos e edificações ou canais.

Redevances

Eram inúmeras e podiam ser pagas em gêneros ou em dinheiro; dentre as Redevances destacaremos a "capitação" (imposto por cabeça pago somente pelos servos), o "censo" ou "foro" (pagamento fixo anual efetuado apenas pelos vilões), "talha" (pagamento em espécie que era efetuado pelos servos e pelos vilões e que consistia em uma parcela da produção das Tenências), "banalidades" (o dízimo pago ao senhor pelo uso das instalações do Domínio como o celeiro, o moinho, o forno, o lagar, os tonéis e as moradias), as "taxas de justiça" (cobradas pelos senhores aos servos e vilões, quando era necessária a utilização dos tribunais presididos pelos senhores ou seus representantes), as "taxas de casamento" (cobradas quando o servo casava com uma mulher de fora do domínio), a "mão morta" (tributo pago após a morte do servo no momento da transmissão da herança).

Prestações

Consistiam em uma espécie de hospitalidade forçada que os servos e vilões deviam oferecer aos nobres e elementos do alto clero, por ocasião de suas viagens, alojamento e alimentação. Deveriam ser fornecidas a toda comitiva.

Os servos e vilões ainda deviam o *Tostão de Pedro*, que era cobrado em épocas especiais pela Igreja, e cujo resultado era enviado para o Papa em Roma.

O processo de produção típico do Feudalismo caracterizou-se pela baixa produtividade e pelo rudimentarismo da técnica empregada. Esta realidade é justificável em função da pequena divisão social do trabalho existente, bem como da reduzida divisão técnica do trabalho. Em outras palavras, um mesmo trabalhador incumbia-se de diversos tipos de atividades agrárias e diversos tipos de atividades artesanais.

É conveniente lembrar ainda que uma maior produtividade implicaria uma maior produção que, por sua vez, implicaria o pagamento de tributos ainda mais pesados. Conseqüentemente, os trabalhadores tendiam a desenvolver o que podemos chamar de esforço mínimo, ou seja, trabalhavam apenas o suficiente, a fim de que a parcela da produção, que ficava em suas mãos fosse suficiente para prover as necessidades mínimas dele e de seus familiares.

Dentre os aspectos rudimentares da técnica empregada para o cultivo da terra na economia feudal, podemos destacar: a divisão da terra em dois ou três campos nos quais se revezavam as culturas em anos consecutivos, sempre deixando um dos campos em pousio para que não houvesse esgotamento da fertilidade do solo (dado esse sistema, verificamos que, a cada ano, pelo menos um terço da terra permanecia improdutiva); os animais eram atrelados ao arado pelo pescoço, o que diminuía a sua força de

tração e, conseqüentemente, o solo era arado superficialmente, o que fazia com que houvesse um baixo aproveitamento das sementes.

As terras da Reserva (via de regra as melhores) eram distribuídas em toda a extensão do Domínio, o mesmo acontecendo com os lotes do Manso Servil. Em função dessa distribuição, verificamos que cada trabalhador era responsável por terras em pontos distantes entre si, embora todas pertencentes a um mesmo Domínio.

Sociedade Feudal

A sociedade feudal deve ser classificada como sendo uma *Sociedade Estamental*, ou seja, uma sociedade na qual os seus membros estão hierarquizados em função do seu "status" (posição na sociedade) , sendo que o "status" de cada um era fixado pelo fato de dever ou receber determinadas obrigações. Uma sociedade estamental tem como uma de suas características fundamentais a de apresentar reduzidos veículos de mobilidade social. Na sociedade estamental feudal, verificamos a presença de dois estamentos básicos:

ESTAMENTO SENHORIAL

Definia-se pela propriedade do feudo (que podia assumir a forma de um pedaço de terra, de um título, de um direito, ou de uma combinação qualquer de dois ou mesmo dos três elementos) pela posse dos servos e pelo monopólio do poder militar, político e judiciário.

ESTAMENTO SERVIL

Definia-se pela posse útil das Tenências, pelo fato de dever obrigações ao Senhor Feudal e pelo direito de ser protegido por ele.

Tanto o estamento senhorial quanto o estamento servil não formavam blocos monolíticos. Entre os Senhores Feudais, as diferenciações se estabeleciam, fundamentalmente a partir do tipo de feudo que cada um possuía, por exemplo, um senhor que só possuísse um título era hierarquicamente inferior, em tese, a um que possuísse um título e uma propriedade territorial. A quantidade de riqueza possuída era também um fator que estabelecia uma relativa hierarquização entre os Senhores Feudais. E, finalmente, havia a distinção entre os Senhores Feudais eclesiásticos (os membros do alto clero, ou seja, os Bispos pelo clero secular e os Abades pelo clero regular).

No estamento servil, as diferenciações eram bem menores que no senhorial e limitavam-se às diferenças determinadas por um melhor ou pior padrão de vida, que era ditado pelas condições específicas de cada Domínio e pelo modo específico de vida de cada servo.

Havia ainda uma séria de estratos sociais que não podem ser enquadrados de forma efetiva em nenhum dos dois estamentos básicos. Esses estratos sociais eram compostos pelos:

- Vilões

Homens livres que deviam ao Senhor Feudal obrigações mais leves que os servos e além disso não estavam presos à terra e por isso podiam mudar, livremente, de um Domínio para outro.

- Escravos

Pouco numerosos (a Igreja condenava a escravização dos cristãos) e geralmente empregados em serviço domésticos.

- Ministeriais

Ocupavam-se da administração das propriedades feudais (geralmente eram ex-vilões e tinham condições de subir na escala social, podendo chegar mesmo a ser cavaleiros, ou seja, membros da pequena nobreza e, portanto, do estamento senhorial).

- Membros do Baixo Clero

Eram os padres no clero secular e os monges no clero regular; normalmente eram originários dos vilões ou dos ministeriais e podiam chegar a cargos do Alto Clero e, por esse caminho, passar a pertencerem ao estamento senhorial.

Como se pode observar, a impermeabilidade social no Feudalismo não era total , ou seja, havia pelo menos dois mecanismos de ascensão social: pertencer ao grupo dos ministeriais ou ao baixo clero.

Politicamente, a característica básica do Feudalismo é a localização do poder do Domínio. Em termos básicos, cada Domínio acabava sendo um verdadeiro Estado (entendendo por Estado uma unidade geográfica, cuja população está submetida a um governo que possui a soberania sobre o território).

Diversos fatores vinham contribuindo, desde o início da Idade Média , para a localização do poder.

As invasões germânicas provocaram o colapso final no poder imperial, que tendeu a se descentralizar primeiro para a mão dos soberanos dos reinos bárbaros e depois para a nobreza fundiária. Em suma, cada unidade de produção agrária tendeu a se transformar em um verdadeiro estado e o seu proprietário, em um verdadeiro soberano local. Esta tendência foi interrompida nos tempos de Carlos Magno, mas voltou a se acentuar logo após a sua morte.

Apesar de sua autonomia, os senhores feudais também precisavam de proteção e obtinham-na junto a outros senhores feudais através do *Juramento de Fidelidade*, o qual era feito por um senhor, que prestava a *Homenagem* a outro senhor, concedendo-lhe a *Investidura*. O senhor que prestava a homenagem passava a ser designado de *Vassalo* e o que concedia a Investidura (também pode ser chamada de *Benefício*) passava a ser o *Suserano*.

AS OBRIGAÇÕES DO VASSALO ERAM:

- prestar serviço militar ao Suserano por certo período anual.
- hospedar o Suserano e sua comitiva toda vez que fosse necessário.
- contribuir para o dote das filhas do Suserano quando estas fossem casar.
- ajudar na formação do equipamento dos filhos do Suserano quando estes fossem ser sagrados Cavaleiros.
- comparecer ao Tribunal dos Pares toda vez que convocados pelo Suserano.
- contribuir para o resgate do Suserano se este fosse aprisionado.

DENTRE AS OBRIGAÇÕES DOS SUSERANOS, DESTACAMOS:

- conceder um Benefício (um feudo de qualquer tipo) no momento em que recebesse a Homenagem.
- fornecer proteção militar ao Vassalo sempre que fosse solicitado.
- proteger os herdeiros do Vassalo e garantir a hereditariedade, por primogenitura,do feudo .
- convocar o Tribunal dos Pares toda vez que fosse necessário.

As relações entre suseranos e vassalos eram múltiplas, pois delas dependiam a proteção e segurança de ambos. Em função dessa realidade, era comum um senhor ser vassalo de vários suseranos ao mesmo tempo. Também era possível um Senhor Feudal ser, ao mesmo tempo, vassalo de um ou de alguns e suserano de outro ou outros.

Em função da realidade prática das relações de suserania e vassalagem, os reis, via de regra, acabavam sendo suseranos de diversos senhores e, muitas vezes, vassalos de outros. Em suma, via de regra, o rei era apenas mais um dentre os muitos Senhores Feudais.

É interessante frisar que a Igreja se inseriu plenamente na realidade feudal. Ela mesma passou a ser uma senhora feudal, aliás, ela se constituiu na maior força política e econômica do Feudalismo.

Como a Igreja tinha um verdadeiro monopólio da cultura, ela acabava tendo um verdadeiro monopólio da interpretação crítica da sociedade. Nesse sentido, é possível entender que a ética cristã passou a ser a moral dominante na sociedade européia e, mais do que isso, suas normas (geralmente contidas no chamado Direito Canônico) acabavam por formar o verdadeiro Direito Feudal.

Notável exemplo desse fato é o de a Igreja haver proibido o lucro e a usura e, em consequência disso, os poucos comerciantes e usuários que existiam não eram cristãos, (na maioria, eram judeus), uma vez que, não sendo cristãos, não havia o peso da interdição da Igreja em relação àquelas atividades.

BIBLIOGRAFIA

H. Pirenne, História Econômica e Social da Idade Média

E. A. Kosminski, História da Idade Média.

H. Pirenne, As Cidades da Idade Média

P. Sweezy, Do Feudalismo ao Capitalismo

11_4

MUNDO ÁRABE

A Arábia Pré-Islâmica

A Arábia está localizada numa região desértica, entre o mar Vermelho e o Golfo Pérsico. A maioria de seu território é impróprio para a agricultura; sua população, durante muitos séculos, dedicou-se ao pastoreio.

Do início de seu povoamento até o fim do século VI, a Arábia não possuía um poder político centralizado e se achava dividida em duas regiões distintas:

- **Arábia desértica**: nesta região, que corresponde à maioria do território árabe, viviam os beduínos, tribos nômades-pastoris em constante disputa pelos oásis e poços de água;
- **Arábia feliz**: esta região era formada por tribos sedentárias, organizadas sob forma de clãs familiares, que, nas regiões litorâneas da Península Arábica, desenvolviam uma economia agrícola e mercantil. Nela surgiram as principais cidades árabes, verdadeiros centros comerciais como Meca e Yatreb. Pontos de passagem de caravanas que ligavam o Oriente ao norte da África, nessas cidades, sobretudo em Meca, surgiu uma aristocracia mercantil, formada por famílias que dominavam o comércio. Em Meca, esse papel era desempenhado pela tribo coraixita.

A religião da Arábia pré-islâmica também favorecia a importância da cidade de Meca. Os árabes, antes de Maomé, seguiam o politeísmo idólatra, isto é, cada tribo cultuava seus ancestrais sob forma de ídolos (imagens) que se achavam conservados na Caaba (templo) de Meca. O deus principal era Alá, simbolizado pela “pedra negra”, que, segundo eles, havia sido enviada dos céus. Anualmente, milhares de peregrinos, oriundos de todas as regiões da Península Arábica, deslocavam-se em direção à Meca, dinamizando ainda mais o comércio e gerando uma riqueza considerável para os mercadores da cidade.

A Unificação Política

Maomé (570 - 632) nasceu em Meca, membro de uma família pobre da tribo coraixita, e foi responsável pelo surgimento de uma nova religião, o islamismo, que garantiu a unidade política à Arábia.

Órfão muito cedo, Maomé foi criado por um avô e um tio. Até os 20 anos foi pastor, quando, então, empregou-se na caravana de uma rica viúva chamada Kadidja, com quem veio a se casar mais tarde e de quem teve uma filha. Atuando como caravaneiro, tomou contato com as duas religiões monoteístas da época: o judaísmo e o cristianismo, das quais extraiu elementos para fundar uma nova religião monoteísta.

Após um isolamento no deserto, voltou à Meca, onde, afirmando ter recebido mensagens de Deus, através do Arcanjo Gabriel, tentou divulgar sua doutrina. Dizia-se instrumento de Deus, enviado aos árabes para ensinar-lhes o caminho da salvação.

Sua doutrina condenava o politeísmo idólatra, fonte de disputas entre os árabes, e defendia o monoteísmo fundado na submissão a Alá e na leitura rigorosa do Corão, livro sagrado dos muçulmanos.

Ao divulgar sua doutrina, Maomé chocou-se com os interesses econômicos dos coraixitas de Meca que temiam que a nova religião diminuísse as peregrinações à Caaba, prejudicando assim seus negócios. Maomé foi perseguido e expulso de Meca em 622 (início do calendário islâmico), dirigindo-se para a cidade de Yatreb, episódio conhecido como **Hégira**.

A cidade de Yatreb, depois Medina (“a cidade do profeta”), recebeu Maomé e seus seguidores, aderindo à religião islâmica e divulgando-a entre os beduínos do deserto. Em pouco tempo, Maomé conquistou uma legião de adeptos que, em 630, se dirigiu e conquistou Meca. Conseguiu, dessa forma, impor uma única religião aos árabes, elemento determinante para a unificação política da região; Maomé, além de chefe religioso, passou a ser o chefe político dos árabes. Em 632, o profeta Maomé morreu e foi sucedido pelos Califas (seguidores do profeta).

A Expansão Islâmica

No final do século VII, a população árabe viveu um intenso crescimento demográfico que gerou a necessidade de novas terras. Um elemento da religião fundada por Maomé serviu de justificativa para a expansão territorial verificada no século seguinte.

Segundo os preceitos islâmicos, todo seguidor de Maomé deve ser um soldado encarregado de levar a fé a todos os “infiéis”(**djihad = Guerra Santa**). Tal motivação levou os árabes, comandados pelos califas, à expansão por vastas áreas do Mediterrâneo.

A expansão muçulmana ampliou os domínios árabes em direção ao mar Mediterrâneo e só foi contida na Europa por Carlos Martel, do reino Franco, em 732, na batalha de Poitiers.

Durante quase mil anos, os árabes-muçulmanos controlaram a navegação e o comércio no Mediterrâneo, bloqueando o acesso dos europeus ao comércio com o Oriente.

A partir de meados do século VIII, o Império Islâmico começou a dar os primeiros sinais de decadência. Inicialmente porque a dinastia Omíada, responsável pelo apogeu expansionista, foi substituída pela dinastia dos Abássidas que, disputando o poder político, acabou por promover a fragmentação do Império

em Califados independentes. Por outro lado, a resistência ibérica à dominação islâmica sobre a região (Guerra de Reconquista) e o movimento das Cruzadas, iniciado no século X pelos cristãos, também contribuíram para o enfraquecimento do Império. Finalmente, os turcos-otomanos convertidos ao islamismo entraram em choque com os árabes pelo domínio do Mediterrâneo.

A Cultura Islâmica

A cultura islâmica assimilou elementos de diversas culturas, reelaborando-os e enriquecendo-os com contribuições originais. Assim, dentre as principais realizações culturais dos árabes, podemos destacar:

- Ciências: campo em que os muçulmanos mais se desenvolveram; na matemática aprimoraram a Álgebra e a Geometria; dedicaram-se também à Astronomia e à Química (alquimia);
- Medicina: grande foi a importância de Avicena que, entre várias descobertas, diagnosticou a varíola e o sarampo e descobriu a natureza contagiosa da tuberculose;
- Artes Plásticas: a pintura e a escultura não contaram com grande desenvolvimento pela proibição de se representar formas vivas; a arquitetura sofreu influência bizantina e persa, utilizando em profusão cúpulas, minaretes e arcos ogivais;
- Literatura: contamos com vasta produção, com destaque para a coletânea *As mil e uma noites* e o poema Rubaiyat, de Omar Khayam.

Nunca é demais enfatizar que o grande legado da civilização islâmica para o mundo foi a religião fundada por Maomé e que conta com milhões de adeptos.

12_4

O IMPÉRIO BIZANTINO

Vimos que a crise do século III abalou seriamente as estruturas do Império Romano, promovendo seu inevitável declínio. Todavia, cada uma das partes em que se achava dividido o Império reagiu de maneira diferente ao abalo, em função das características sócio-econômicas e políticas predominantes. Dessa forma, enquanto a parte ocidental do Império sucumbiu à onda de invasões germânicas, o lado oriental, cuja capital era Constantinopla, sobreviveu por mais mil anos com o nome de Império Bizantino.

Ao contrário do que se verificava na parte ocidental do Império a partir do século III, o Império Romano do Oriente apresentava uma economia dinâmica, um poder fortemente centralizado nas mãos de um monarca e (tido e cultuado como um deus) um exército organizado. Graças a essas características, a sobrevivência de Constantinopla foi garantida quando ocorreram as invasões germânicas sobre o território imperial.

A cidade de Constantinopla, antiga colônia grega de Bizâncio, tornou-se capital do Império Romano, depois de remodelada por Constantino, em 330 a.C. Tendo uma privilegiada localização geográfica - rota de passagem entre Oriente e Ocidente -, desenvolvia intensos contatos comerciais com as regiões próximas, além de próspera atividade agrícola, garantindo-lhe solidez econômica.

Por outro lado, o poder do Estado estava centralizado nas mãos do Imperador, que comandava o exército e a Igreja, sendo considerado um representante de Deus na Terra (teocracia). Além do poderoso exército, o imperador contava com uma eficiente burocracia que fazia suas ordens serem respeitadas, além de cobrar os tributos, em todas as regiões do Império.

O apogeu da civilização bizantina foi verificado durante o reinado de Justiniano

O GOVERNO DE JUSTINIANO (527 - 565)

Justiniano governou Bizâncio entre 527 e 565, período de apogeu, como dissemos, da civilização bizantina. Em seu governo, Justiniano expandiu as fronteiras do Império, retomando, inclusive, diversos territórios conquistados pelos bárbaros no século anterior, como o norte da África, a Península Itálica e o sul da Península Ibérica. Procurava, assim, reconstituir os limites do antigo Império Romano, sonho que não chegou a concretizar.

Outra importante realização de Justiniano foi a compilação, sob sua iniciativa, do Direito Romano, numa obra conhecida como **Código de Direito Civil** (*Corpus Juris Civilis)* ou Código de Justiniano. A obra se achava dividida nas seguintes partes:

- Código: conjunto de leis romanas desde o século II;
- Digesto: comentários dos grandes juristas sobre essas leis;
- Institutas: princípios fundamentais do Direito romano;
- Novelas: novas leis do período de Justiniano.

A legislação romana compilada por Justiniano serviu, durante séculos, de base aos códigos civis. Nela os poderes absolutos do imperador eram garantidos, proteção aos privilégios da Igreja e dos proprietários de terras, além da exclusão da vida política das massas populares. Essa situação, aliada ao excesso de

tributação, por vezes, gerou sérias tensões sociais que culminaram em rebeliões como a de Nika, em 532.

No âmbito cultural, Justiniano mandou ainda construir a Igreja de Santa Sofia, uma das maiores expressões da arte bizantina. Vale destacar também que Bizâncio converteu-se, até por acolher artistas e intelectuais romanos fugidos das invasões germânicas, em depositário da cultura clássica greco-romana. Enquanto na Europa Ocidental, a grandiosa produção cultural clássica sucumbia aos invasores bárbaros, no Oriente ela foi cuidadosamente preservada, servindo de inspiração posterior para os artistas e pensadores do Renascimento.

DISPUTAS RELIGIOSAS

Desde que Teodósio reconheceu o cristianismo como religião oficial do Império Romano, a parte oriental também integrou-se à nova religião. Todavia, no Oriente, o cristianismo adquiriu características próprias, distanciando-se aos poucos do cristianismo predominante na Europa ocidental. Cedo, esse distanciamento provocou dissidências religiosas que ficaram conhecidas como **heresias** - movimentos que questionavam certos dogmas da Igreja Cristã - como os monofisistas e os iconoclastas.

"Muito mais sério, porém, para os destinos do Império Bizantino e suas relações com o Papado foi o movimento iconoclasta. Este representou a negação da validade dos ícones, imagens pintadas ou esculpidas de Cristo, da Virgem e dos santos. Na verdade, mais do que simples imagens, os ícones são 'uma revelação da eternidade no tempo', a comprovação da própria Encarnação, a lembrança de que Deus tinha-se revelado ao homem e por isso é possível representá-lo de forma visível. Em 726, contudo o imperador Leão III, motivado por razões religiosas e políticas, decretou que a adoração de imagens era idolatria e desencadeou por todo o império uma sistemática destruição dos ícones. Por um lado, isso expressava o pensamento de uma corrente que achava incompatível a essência espiritualizada do cristianismo conviver com a materialização de personagens sagradas em pedaços de pano ou madeira. Por outro, demonstrava um certo descontentamento imperial com o crescente prestígio e riqueza dos mosteiros, principais possuidores e fabricantes de ícones. Esse poder de atração que fazia jovens vestirem o hábito monástico tirava do Estado soldados, marinheiros, camponeses e pagadores de impostos. Assim, a sinceridade das intenções religiosas de Leão III era reforçada pelo interesse imperial em limitar um poder monástico perigosamente crescente. Contudo, a espiritualidade popular, profundamente crente no valor religioso dos ícones e na sua capacidade de realizar milagres, reagiu violentamente à determinação imperial. Quando a imagem de Cristo existente no portão do Palácio Imperial foi destruída, o funcionário encarregado da tarefa foi linchado pela população enfurecida. Mas a iconoclastia podia contar com o exército, em sua maior parte formado por elementos originários da Ásia Menor (como Leão III), onde o rigorismo e o puritanismo religioso eram maiores..."

(FRANCO JR., Hilário e ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. ***O Império Bizantino***. São Paulo, Brasiliense, 1985; pp.27-28)

Há que se mencionar também as divergências existentes entre o Imperador e o Papa de Roma, uma ameaça constante aos desejos de poder absoluto do soberano de Bizâncio. Simultaneamente, a constante intervenção do poder temporal do imperador bizantino nos assuntos espirituais (Cesaropapismo), descontentava o pontífice. O aprofundamento dessas divergências provocou, em 1054, o rompimento da unidade cristã, episódio conhecido como **Cisma do Oriente**, do qual surgiram duas instituições: a **Igreja Cristã Ortodoxa Grega**, subordinada ao imperador bizantino, e a Igreja Católica Apostólica Romana, dirigida pelo Papa.

O FIM DO IMPÉRIO

Após a morte de Justiniano, o Império Bizantino entrou em franco declínio devido à perda de territórios, motivada pela expansão árabe iniciada nos séculos VII e VIII. A decadência também foi causada pela rivalidade econômica das cidades italianas de Gênova e Veneza que fizeram de Constantinopla um mero entreposto de comércio com o Oriente. Por último, o Império caiu vitimado por um cerco promovido pelos turcos-otomanos que tinham Constantinopla como um ponto estratégicode economia e política.

Em 1453, os turcos-otomanos tomaram a cidade, depois de muita resistência da população, dificultando, assim, o acesso dos europeus às mercadorias orientais que por ali passavam. Com isso, os europeus foram obrigados a buscar um novo caminho de acesso ao Oriente, gerando o ciclo das Grandes Navegações, marco inaugural da Idade Moderna. Mas essa é outra história.

13_3

Introdução

Chamamos de Baixa Idade Média o período que se estende do século XII ao século XV. Durante a Baixa Idade Média, as formações sociais da Europa Ocidental e Central conheceram profundas transformações em suas estruturas econômicas e sociais. O sentido básico dessas transformações foi o da simultaneidade entre características de crise do Feudalismo e o início do alinhamento de novas condições econômico-sociais que, séculos depois, resultaram na caracterização plena do Modo de Produção Capitalista.

De uma produção voltada para a auto-suficiência, passamos a verificar uma produção cada vez mais voltada para o mercado. As trocas monetárias começam a substituir as trocas em espécie. Começam a surgir a organização empresarial, o espírito de lucro e o racionalismo econômico. Em suma, num linguajar técnico, o Modo de Produção Feudal vai perdendo sua dominância nas formações sociais européias em favor dos modos de produção pré-capitalistas.

As evidências de crise do Modo de Produção Feudal são justificáveis em função de todo um complexo de fatores estruturais (transformações internas às estruturas do próprio Feudalismo), que foram catalisados por fatores conjunturais (externos às estruturas do Feudalismo).

Vejamos um fato: um Domínio Feudal qualquer era estruturado economicamente para a produção

necessária para a auto-suficiência de seus habitantes. Dado que esse Domínio tinha uma área territorial constante e dado que durante o Feudalismo as condições técnicas variaram muito pouco, podemos concluir que em cada Domínio havia uma produção máxima possível, além do que era inviável produzir, a menos que houvesse um acréscimo na área territorial ou uma sensível melhoria nas condições técnicas de produção. Sendo assim a produção máxima possível de um Domínio é constante e deve bastar para a auto-suficiência da população do Domínio; logo, para que isso seja possível, é necessário que essa população também não oscile muito, caso contrário o equilíbrio será rompido. Se houver um decréscimo na população, haverá um excedente de produção. Se houver um aumento na população, haverá escassez de produção.

Nesse raciocínio, podemos encontrar um primeiro aspecto da crise do Modo de Produção Feudal. Do século V ao século X, a Europa, convulsionada por uma série de invasões, (germânicos, muçulmanos, normandos, magiares e eslavos) viveu em permanente estado de belicosidade. Esta realidade provocava uma significativa elevação nos índices de mortalidade e, nessa medida, funcionava como elemento importante do não-crescimento demográfico significativo na Europa. Por volta do ano 1000, as invasões cessaram e tendeu-se a uma acomodação política e militar da Europa em torno da vida dos feudos. Com isso, as taxas de mortalidade diminuiram e, conseqüentemente, a população cresceu. O aumento populacional tornou-se elástico, enquanto a produção continuava inelástica. Em termos práticos: passou a ser difícil para os Domínios manter a auto-suficiência de seus habitantes. Por outro lado, a volta da paz fez com que fosse restabelecida a segurança nas vias de comunicação e, conseqüentemente, pudessem ser retomadas as trocas inter-regionais na Europa.

Face ao contexto de crise, verificamos uma crescente marginalização social encontrada tanto no estamento senhorial quanto no estamento servil. Muitos servos eram expulsos dos Domínios ao cometerem as menores infrações, as quais, em períodos anteriores, eram integralmente relevadas. Um grande número de vilões começou a deixar, espontaneamente, os feudos, em busca de melhores oportunidades, já que não dependiam mais da proteção dos senhores feudais.

Esses contingentes populacionais tenderam a emigrar, provocando o povoamento de novas áreas, principalmente na Europa do leste, ou marginalizaram-se através da prática da mendicância e do banditismo, ou ainda dedicaram-se, quando dispunham de algum capital, ao comércio. Como já dissemos, o próprio estamento senhorial não escapou desse problema. Chegou um momento em que não havia mais feudos a distribuir aos filhos herdeiros e outros beneficiários.

É importante notar que há um limite para a divisão de uma propriedade agrária a partir do qual ela se torna improdutiva e inviável. Diante dessa realidade, os Senhores Feudais passaram a transmitir a herança apenas para seus primogênitos. Os secundogênitos, como não recebiam uma propriedade territorial, tinham de encontrar outro meio para sobreviver.

Esses jovens cavaleiros nobres saíam pela estrada em busca de alguma oportunidade. Podia ser um casamento vantajoso, acompanhado de um dote sob a forma de uma senhoria; podia ser a participação de um seqüestro de um grande senhor em troca de um polpudo resgate para que lhe fosse restituída a liberdade; ou podia ser simplesmente o assalto nas estradas. A belicosidade era a marca desse tempo de crise, sendo evidenciada, por exemplo, através da proliferação dos torneios de cavalaria, torneios nos quais os senhores se enfrentavam em verdadeiras batalhas campais que duravam vários dias.

Para conter a belicosidade da nobreza, a Igreja proclamou a *Paz de Deus*, isto é, a proteção aos cultivadores da terra, aos viajantes e às mulheres. Essa medida foi reforçada pela *Trégua de Deus*, que limitava a noventa o número de dias do ano em que se podia combater.

14_7

AS CRUZADAS

O crescente número de marginais e o elevado índice de belicosidade representavam uma ameaça à estabilidade e à segurança dos feudos. Logo, esse era um problema que afetava diretamente os Senhores Feudais. Como a Igreja já era a maior senhora feudal da Europa, a marginalização social e a belicosidade feriam frontalmente os seus interesses. Mostra evidente disso foram as tentativas perpetradas através da promulgação da Paz de Deus e da Trégua de Deus.

Como essas medidas anteriormente citadas não atingiram os objetivos almejados, era necessário que a Igreja, apoiada no senhorio feudal leigo, encontrasse uma outra solução para o problema. Essa solução veio através das Cruzadas.

Clique no mapa para ampliar.

O nome de Cruzadas é dado a um conjunto de oito expedições militares de cristãos do Ocidente que se dirigiram ao Oriente com o objetivo de libertar o Santo Sepulcro das mãos dos muçulmanos.

À medida que as Cruzadas foram expedições militares, elas não teriam sido possíveis se não existisse, na Europa Ocidental e Central, um contingente de mão-de-obra militar disponível em função da crise feudal. Em síntese, as Cruzadas só foram possíveis em conseqüência da crise feudal e ao mesmo tempo elas representam uma forma de preservar as estruturas feudais, à medida que representaram o afastamento, da Europa, de toda uma massa humana marginal.

Há diversos fatores que devem ser apontados como determinantes para a ocorrência das Cruzadas. Dentre eles, destacamos:

- a espiritualidade e o sentimento religioso do homem medieval eram muito fortes; eles eram, antes de tudo, fiéis servidores de Deus e da Igreja; as Cruzadas representavam para eles, além de uma possibilidade de satisfação material (através da eventual conquista de terras), também o cumprimento de uma obrigação religiosa.
- no contexto de afirmação do poder papal, consagrando desde a Querela das Investiduras, as Cruzadas poderiam desempenhar um papel importante.
- com o Cisma ocorrido durante a Querela das Investiduras, a Igreja passou a ter dois papas (o verdadeiro no exílio e o antipapa em Roma); Urbano II, o Papa no exílio, para demonstrar que era o verdadeiro Papa e que tinha autoridade perante toda a Igreja, convocou as Cruzadas como uma demonstração de força e prestígio junto aos fiéis.
- a ocorrência, em 1054, do, **Cisma do Oriente**.
- o Patriarca de Constantinopla rejeitou definitivamente a supremacia do Papa e passou a se considerar o chefe supremo da Igreja no Império Bizantino, dando origem à Igreja Ortodoxa fez com que as Cruzadas pudessem ser um veículo eficaz na retomada da supremacia papal no Oriente.
- o apoio do Imperador Bizantino às Cruzadas, uma vez que elas poderiam fazer diminuir as pressões muçulmanas ao seu Império.
- o fato de os turcos seldjúcitas, recém-convertidos ao Islamismo, impedirem os cristãos de peregrinar a Jerusalém (Santo Sepulcro).

O Papa Urbano II, ao receber do Imperador bizantino Alexandre Clemont-Ferrand um pedido de ajuda militar contra os muçulmanos, convocou, para 1095, o *Concílio de Clermont*, no qual exortou os fiéis par uma guerra santa contra o Islão.

Antes que a Cruzada pudesse ser efetivamente organizada, um grupo de fiéis exaltados, originários das baixas camadas sociais, partiu para Jerusalém sob a liderança de um místico chamado Pedro, o Eremita. Sem organização, armas e sistema de abastecimento, a *Cruzada dos Mendigos,* como ficou conhecida, foi totalmente destruída ao chegar à Ásia Menor.

Em 1096, partiram oficialmente os cavaleiros da Primeira Cruzada (1096-1099). Seus chefes foram Roberto da Normandia, Godofredo de Bulhão, Balduíno de Flandres, Roberto II de Flandres, Raimundo de Tolosa, Boemundo de Tarento e Tancredo, este um chefe normando do sul da Itália. Como se vê, era uma Cruzada da nobreza, sem a participação de um rei sequer.

Após terem passado por Constantinopla, onde receberam o apoio do Imperador Bizantino, os cruzados sitiaram Nicéia, tomaram o sultanato de Doriléia, conquistaram Antióquia e avançaram sobre Jerusalém, que foi conquistada em 1099 após um cerco de cinco semanas.

Os chefes cruzados fundaram então uma série de Estados Cristãos no Oriente Médio: o Reino de Jerusalém ficou sob a chefia de Godofredo de Bulhão, que após sua morte foi substituído por Balduíno, que tomou o título de Rei de Jerusalém o governou de 1100 a 1118; havia ainda o Principado de Antióquia e os condados de Edessa e de Trípole.

As rivalidades entres esses estados cristão eram intensas e isso enfraquecia suas posições.

A reconquista de Edessa pelos muçulmanos, em 1144, provocou a organização da Segunda Cruzada (1147-1149), que foi chefiada por Conrado III do Sacro Império e Luiz VII da França. Esta cruzada foi pregada na Europa por S.Bernardo.

A aliança de Conrado III com Miguel Comneno, imperador bizantino, e de Luiz VII com Rogério II da Sicília, provocou o rompimento entre os dois chefes cruzados e, ao empreenderem a ofensiva na Palestina, foram derrotados em Doriléia.

A *Terceira Cruzada* (1189-192) foi organizada em consequência da conquista de Jerusalém pelo Sultão Saladino, fato ocorrido em 1187. Esta expedição é conhecida como “A Cruzada dos Reis”, pelo fato de ter sido chefiada por Ricardo Coração de Leão (Rei da Inglaterra), Felipe Augusto (Rei da França) e Frederico Barba Ruiva (Imperador do Sacro Império). O Papa Inocêncio III foi o grande pregador desta Cruzada.

Frederico atacou e venceu os muçulmanos em uma brilhante batalha, mas, logo depois, morreu afogado. Seu filho Frederico de Suábia, o substituiu, mas morreu durante o cerco de São João D’Acre. Ricardo e Felipe tomaram São João D’Acre pouco depois. Ricardo assinou um armistício com o Sultão Saladino, segundo o qual os cristãos eram autorizados a peregrinar até Jerusalém.

Inocêncio III, o mesmo Papa que pregara a Terceira Cruzada, foi o responsável pela pregação da *Quarta Cruzada* (1202-1204), cujo objetivo era o Egito. Seu organizador foi Henrique VI, Imperador do Sacro Império, que contou com o apoio de diversos nobres franceses, tais como Bonifácio de Mont-Ferrat e Balduíno de Flandres.

Ao contrário das anteriores, essa cruzada foi essencialmente marítima, o que foi possível em função do Dodge (título dado aos governantes da República de Veneza que eram eleitos em caráter vitalício) Enrico

Dandalo, ter fornecido o transporte para os cruzados.

A combinação entre os cruzados e os venezianos era a seguinte: para pagar o transporte, os cruzados tomariam a cidade de Zara, no Mar Adriático, que era um importante entreposto comercial a meio caminho entre Veneza e Constantinopla.

As atrocidades cometidas contra os cristão de Zara levaram o Papa Inocêncio III a excomungar os cruzados e os venezianos. Entretanto, nesse meio tempo, Aleixo, príncipe bizantino que fora marginalizado ao trono, em função de seu pai Isaac, o Anjo, haver sido deposto por Aleixo III, propôs ao Doge Enrico Dandalo um acordo, segundo o qual os cruzados ajudariam a tomar o trono imperial e, em troca, os venezianos receberiam o monopólio comercial de Constantinopla e os cruzados recebiam o suficiente para que pudessem pagar o seu transporte até o Egito.

Em função desse acordo, os cruzados, ao invés de seguirem para o Egito, tomaram o rumo de Constantinopla, conquistaram a cidade e colocaram Aleixo no trono bizantino com o título de Aleixo IV. Mas este não conseguiu arrumar o dinheiro que havia prometido aos cruzados. O não-cumprimento de sua parte no acordo custou a Aleixo IV o trono. Mais uma vez, os cruzados liderados pelos venezianos, tomaram Constantinopla, cujo governo foi entregue a Balduíno de Flandres, tutelado pelos venezianos.

O Império Latino de Constantinopla durou até 1261, quando Miguel Paleólogo, com a ajuda dos genoveses, reconquistou a cidade.

Satisfeitos com o saque de Constantinopla e com o monopólio comercial para Veneza, os cruzados abandonaram seus objetivos e voltaram para a Itália.

Em 1212 foi organizada a chamada *Cruzada das Crianças*, que consistiu em um exército formado por jovens, que teria o objetivo de retomar Jerusalém. Os cristão acreditavam que os jovens, inocentes e sem pecados, conseguiriam, com a ajuda de Deus, vencer os muçulmanos. Esse exército aportou em Alexandria e os jovens foram todos aprisionados e vendidos como escravos.

Em função das pregações do Papa Honório III, foi organizada a *Quinta Cruzada* (1217-1221). Os responsáveis pela montagem desta expedição foram André III, rei da Hungria, e Leopoldo VI, duque da Áustria. O comando foi entregue ao Barão João de Brienne e o objetivo era, mais uma vez, o Egito. Depois de algumas vitórias, os cruzados ficaram isolados em consequência das inundações do Nilo e desistiram da Campanha Militar.

Na *Sexta Cruzada* (1228-1229), aproveitando-se da discórdia entre o sultão do Egito e o sultão de Damasco, o Imperador Frederico II, do Sacro Império, conseguiu, através de negociações diplomáticas, que os turcos lhe entregassem Jerusalém, Belém e Nazaré, após o que os cruzados regressaram à Europa.

O Papa Gregório IX pregou a *Sétima Cruzada* (1248-1250) a partir de 1239, mas, antes que ela partisse, os turcos reconquistaram definitivamente Jerusalém em 1244. Então, Luiz IX, o rei da França que se tornaria o São Luiz, tomou a iniciativa de assumir o comando dos cruzados.

Depois de alguns êxitos militares, o exército do rei foi dizimado pelo tifo e acabou cercado pelos turcos que aprisionaram Luix IX. Seu resgate custou o abandono das posições que haviam sido conquistadas e um vultuoso pagamento em ouro.

A *Oitava Cruzada* aconteceu em 1270. Nesta época, reinava a anarquia entre os cristãos do Oriente Médio. As ordens religiosas de monges cavaleiros (os Templários que eram responsáveis pelos hospitais na Terra Santa, e os Cavaleiros Teutônicos que davam atendimento aos doentes), criadas para permanecerem na região e defendê-la, viviam em permanentes conflitos entre si. Além disso, os interesses comerciais dos genoveses e venezianos criavam outras dificuldades, provocando até choques armados entre os cristãos.

Entre os turcos, os problemas não eram menores, pois eles vinham sendo pressionados pelos mongóis que, vindos do Oriente, sob a liderança de Gengis Khan, conquistaram a Síria muçulmana e ameaçavam outras posições turcas.

A presença dos mongóis favorecia os cristãos, pois muitos deles haviam se convertido ao cristianismo. Mas, apesar de instigados pelos cristãos contra os turcos, estes conseguiram afastá-los da região.

Os seldjúcitas do Egito começaram então a realizar diversas ofensivas contra os cristãos, empurrando-os em direção ao mar. Isso decidiu o rei Luiz IX a organizar a *Oitava Cruzada,* sendo que logo após o desembarque dos cruzados em Tunis, Luiz IX morreu e a Cruzada foi suspensa.

Em 1291, São João D'Acre, última fortaleza cristã, caiu nas mãos dos muçulmanos. Os cristãos também abandonaram Beirute, Sidon e Tiro. A ilha de Chipre ainda permaneceu sob controle cristão até 1489. Rodes ficou nas mãos dos cavaleiros da ordem de São João até 1523 e com isso a colonização cristã no Oriente Médio tinha chegado ao fim.

As razões desse fracasso devem ser buscadas, fundamentalmente, no caráter superficial da ocupação. A presença cristã no Oriente Médio limitou-se aos quadros administrativos, não criando raízes entre as populações locais. Há de se levar em conta também as constantes divergências entre os cristão que enfraqueciam qualquer possibilidade de consolidação do domínio. Em resumo, o fracasso foi uma consequência da rivalidade entre as potências ocidentais e da incapacidade do papado em organizar uma força que fosse capaz de sustentar essas dissensões.

A expansão européia iniciada com as Cruzadas não se limitou às expedições já descritas. Ao mesmo tempo, os pequenos reinos ibéricos de Leão, Castela, Navarra e Aragão iniciaram a reconquista da Península Ibérica aos muçulmanos. A ofensiva teve início com a tomada de Toledo, em 1086 e se prolongou até a conquista de Granada em 1492.

As cidades italianas de Gênova, Pisa e Nápoles também iniciaram uma política de reconquista: retomaram as ilhas do Tirreno e a partir delas passaram a atacar posições muçulmanas no norte da África.

De um modo geral, a expansão européia contribuiu para dinamizar as relações comerciais entre o Oriente e o Ocidente. Após séculos do bloqueio muçulmano, os cruzados reabriram parcialmente o Mediterrâneo para o comércio europeu.

O desenvolvimento dessas atividades comerciais mediterrâneas deu vida a vários portos do Ocidente, dentre os quais destacaremos os seguintes: Gênova, Pisa, Nápoles, Amalfi, Bari, Veneza e Marselha. Os comerciantes italianos organizaram entrepostos comerciais (os chamados fondacos) em diversas cidades do Mediterrâneo Oriental, dominadas pelos cristãos, e no litoral mediterrâneo da África. Muitas vezes, esses fondacos foram estabelecidos à força, mediante vitórias bélicas contra os muçulmanos.

Através desse comércio, apesar de ele ser contrário ao pensamento da Igreja, as mercadorias do Oriente se espalharam por todo o mundo ocidental.

O contato estreito com as civilizações bizantinas e muçulmanas despertou nos cristãos do Ocidente um gosto mais apurado e um maior refinamento no modo de vida. Esse fato fez com que o mercado consumidor para produtos orientais se visse ampliado. Entre os artigos introduzidos no Ocidente, podemos destacar: as especiarias (cravo, canela, pimenta, açúcar), o arroz, o algodão, o café, o marfim, as frutas cítricas, os perfumes, os tecidos de seda. Os cristãos aprenderam também novas técnicas de irrigação, de fabricação de tecidos e de produção de aço. Outros elementos importantes foram as práticas financeiras como a letra de câmbio, o cheque e a contabilidade.

O renascimento das atividades comerciais provocou o crescimentos das cidades, o desenvolvimento de uma classe de comerciantes, a difusão do espírito de lucro e o racionalismo econômico.

15_11

O RENASCIMENTO COMERCIAL E URBANO

© 10emtudo - Todos os direitos reservados.

Como já vimos, a partir do século XI verificamos a ocorrência, na Europa, de dois fenômenos bastante característicos: uma crescente marginalização social de elementos do estamento senhorial e do estamento servil e o ressurgimento de condições favoráveis ao desenvolvimento do comércio.

Já pudemos relatar que os excedentes de mão-de-obra militar, egressos do estamento senhorial, destinaram-se, fundamentalmente, à realização das Cruzadas e, secundariamente, ao banditismo e outras atividades marginais. No que diz respeito aos excedentes do estamento servil, verificamos que, além do banditismo e da mendicância, eles tenderam a se envolver em práticas comerciais, já que as condições eram favoráveis para tanto, desde que possuíssem alguma condição para iniciar a prática do novo negócio.

É fácil entender que o Renascimento do Comércio propiciou, simultaneamente, um Renascimento Urbano, que por sua feita

estimulou ainda mais o desenvolvimento do comércio.

Inicialmente, começamos a verificar a proliferação dos comerciantes itinerantes que aos poucos foram se fixando ao redor de um castelo (burgo) ou palácio episcopal, ou ainda no cruzamento das estradas e dos rios, dando desta forma origem a núcleos comerciais que evoluiriam para a condição de cidades. Além dessas novas cidades, verificamos que as existentes desde os tempos do Império Romano voltaram a ser reativadas, tornando a possuir vida própria. Vale a pena destacar também que algumas cidades, principalmente na Itália, nunca, durante toda a Alta Idade Média, deixaram de ter uma vida mercantil mais ou menos próspera.

No século XIV, as maiores cidades do Ocidente eram Paris, Milão, Veneza, Florença e Nápoles, cada uma com uma população em torno de cem mil habitantes; em seguida tínhamos Londres, Gand, Bruges, Ypres, Lübeck, Colônia, Praga, Ruão, Toulouse, Barcelona, Gênova, Bolonha, Roma e Palermo, que contavam com populações oscilando entre trinta e cinqüenta mil habitantes. Na Espanha muçulmana, havia a cidade de Córdova que, já no século XI, possuía uma população de novecentos mil habitantes.

As cidades medievais tiveram um crescimento bastante desordenado e sem nenhuma infra-estrutura. As ruas eram estreitas e sinuosas, não havia sistema de esgoto, as edificações eram quase todas de madeira. Em face a essas condições, as epidemias e os incêndios eram freqüentes e chegavam a devastar cidades inteiras.

Em termos populacionais, as cidades eram constituídas, fundamentalmente, por elementos dedicados ao comércio e ao artesanato, sendo que, via de regra, eles se diferenciavam em dois grupos: o dos comerciantes e artesãos que se dedicavam à produção para o mercado externo e o dos que se dedicavam à produção para o consumo local. O primeiro desses grupos tendia a ser mais forte e rico, embora menos numeroso; tendia, também, a controlar política e administrativamente a cidade. De um modo geral, eles eram chamados de Burgueses, sendo que os primeiros deram origem à "grande burguesia" e os demais, à “pequena burguesia”. Eram freqüentes os choques entre os dois grupos acerca do controle da cidade.

Secundariamente, viviam nas cidades elementos do clero e da nobreza, especialmente da pequena nobreza. Só em algumas regiões da Itália, da França meridional e da Espanha era comum os membros da alta nobreza viverem no perímetro urbano.

Praticamente todas as cidades medievais, em suas origens, estavam agregadas a algum feudo e, portanto, na dependência de um Senhor Feudal que exercia sobre ela o mesmo tipo de dominação feudal que realizava na zona rural. O fato de terem de pagar tributos aos Senhores Feudais constituía-se em elemento nocivo ao desenvolvimento das cidades; por isso, os seus habitantes tenderam a se organizar com vistas à emancipação da cidade.

As organizações de artesãos recebiam o nome de Corporações de Ofício e as de comerciantes eram chamadas de Guildas. Essas organizações muitas vezes negociavam com os Senhores Feudais a emancipação das cidades e mediante os mais diversos tipos de acordos obtinham as chamadas Cartas de Franquia, pelas quais as cidades deixavam de estar sujeitas à autoridade feudal. Outras vezes, só através de verdadeiras guerras é que as cidades conseguiam sua emancipação. Quando a emancipação era obtida através da primeira forma, as cidades eram chamadas de *Cidades Francas* e quando a emancipação vinha por caminhos bélicos, elas ficavam conhecidas como *Comunas ou Municipalidades.* Normalmente, o supremo órgão do governo de uma cidade emancipada era a Assembléia dos seus cidadãos (ou de representantes dos cidadãos), que elegia os Magistrados que se incumbiam das funções executivas de governo. Uma vez emancipada, a cidade passava a ter condições de prover suas necessidades básicas como a urbanização, a construção de muros, a defesa militar, a edificação de prédios públicos. Para tanto, começaram a surgir os tribunos municipais, cujos fundos eram revertidos para a constituição de um Tesouro Municipal. Os primeiros tributos foram sobre a propriedade e depois começaram a aparecer as taxas sobre a circulação de mercadorias e sobre as Corporações de Ofício.

Com o crescimento das cidades, cresceu também o seu próprio mercado consumidor. Com isso, surgiram condições efetivas para o desenvolvimento da produção artesanal, cujos produtos eram destinados ao abastecimento dos habitantes da própria cidade e da população da zona rural circunvizinha.

A produção artesanal foi organizada em torno das Corporações de Ofício ou Grêmios que, além de terem funções assistenciais em relação aos seus membros, cuidavam da política econômica da atividade que lhe dizia respeito.

Uma Corporação de Ofício agregava todos os profissionais de uma mesma atividade em uma cidade e a ela competia realizar uma rígida intervenção na produção através da fixação das quantidades a serem produzidas (procurar evitar a superprodução ou a subprodução), fazer o controle da qualidade da produção, os preços e a remuneração das pessoas envolvidas no processo produtivo.

A unidade de produção típica do artesanato urbano era a *Oficina.* Seu proprietário o *Mestre,* era também o dono da matéria-prima e das ferramentas, ou seja, era dono dos meios de produção além de trabalhar. O Mestre ficava com o resultado da produção e com os seus lucros.

Para auxiliar o Mestre, havia os *Oficiais ou Companheiros,* geralmente filhos ou parentes próximos, que recebiam um salário pelo seu trabalho. Os oficiais poderiam chegar a ser Mestres desde que houvesse uma expansão do mercado, exigindo maior produção, e a Corporação de Ofício permitisse a instalação de uma nova oficina. Antes de chegar a Oficial, o indivíduo passava, desde a infância, um período na condição de *Aprendiz,* quando ficava diretamente subordinado ao Mestre, de quem recebia o aprendizado da profissão e noções gerais de educação, bem como as condições mínimas para que pudesse viver.

Esse sistema de produção artesanal, nas oficinas, adequava-se às necessidades de consumo local. Com o desenvolvimento do comércio a longa distância, apareceram novas relações de trabalho. Os artesãos passaram a depender de um comerciante que fornecia a eles as matérias-primas, pagava-lhes remuneração e ficava com o produto acabado. Os artesãos que passaram a produzir nesse termos eram chamados de

*Jornaleiros (*trabalhavam por jornadas). O comerciante que intervinha na produção dessa maneira era chamado de *Comerciante Manufatureiro.*

O comércio a longa distância encontrava nos entraves feudais um sério problema para o seu desenvolvimento. Em função do particularismo político característico do Feudalismo, eram inumeráveis os pedágios existentes em meio às vias de comunicação terrestre e fluvial. O pagamento desses muitos pedágios onerava o preço das mercadorias e trazia consigo duas implicações básicas: uma redução no número de pessoas que podiam adquirir as mercadorias e uma restrição na margem de lucros dos comerciantes. Outra dificuldade era o péssimo estado das estradas, o que explica a preferência pela navegação fluvial que, por sua feita, também tinha os seus problemas: a precariedade dos portos, a inexistência de guindastes e outros instrumentos.

No que diz respeito à navegação marítima, os problemas eram ainda maiores: não existiam instrumentos adequados para a navegação, era escasso o número de peritos na arte de navegar, não havia mesmo bons navios. As condições eram tão precárias que o único tipo de navegação marítima possível era a cabotagem, ou seja, sempre junto ao litoral, o que fazia com que as rotas se prolongassem e conseqüentemente, onerassem as mercadorias.

A partir do século XI, com o início da reconquista da Península Ibérica e com as Cruzadas, o comércio muçulmano no Mediterrâneo tendeu a desaparecer. Gênova, Pisa e Amalfi passaram a liderar o comércio no Mediterrâneo Ocidental, enquanto Veneza e Sicília monopolizavam o comércio com o Oriente. Os principais produtos orientais comercializados eram: sedas, brocados, estofados de damasco, algodão, marfim, porcelanas e perfumes. Em troca, os venezianos e sicilianos forneciam principalmente tecidos que eram produzidos em Milão, Florença, sul da Alemanha, Flandres e Brabante.

Veneza, uma República aristocrática, tornou-se a primeira potência marítima do Mediterrâneo graças a sua localização, entre o Oriente e o Ocidente, e ao resultado da Quarta Cruzada que lhe garantiu o monopólio do comércio com Constantinopla.

O espírito de lucro levou os comerciantes italianos, particularmente os de Veneza, a estabelecerem relações comerciais regulares com os próprios muçulmanos. Os venezianos exportavam para os haréns da Síria e do Egito jovens escravas que capturavam nas costas do Adriático. Vendiam também madeira e ferro aos muçulmanos, mesmo sabendo que esses produtos se transformariam em navios e armas que poderiam ser utilizados contra os próprios marinheiros venezianos. O espírito de lucro estava acima de tudo, mesmo das preocupações religiosas.

Gênova era a segunda força marítima do Mediterrâneo. Com o apoio de Pisa, libertou a região do Tirreno da pirataria muçulmana. No século XIII, instalou entrepostos comerciais na Criméia, nas costas do Mar Negro, através de uma aliança com o Reino de Nicéia. A partir de então, passou a fazer concorrência a Veneza. Em 1284, subjugou Pisa e, em seguida, incorporou as ilhas de Córsega, Sardenha e Elba ao seu império marítimo. A fundação, em 1407, da “Casa di San Giorgio”, primeiro banco público da Europa, foi o símbolo da grande pujança comercial de Gênova.

As fracas atividades comerciais existentes na Europa setentrional, nos séculos VIII e IX, praticadas pelos judeus e frisões, foram ampliadas pelos normandos a partir do século IX. O rios eram os principais veículos comerciais dos normandos. Eles acabaram dominando as vias comerciais russas, desde o rio Dniepper até Bizâncio. Através do rio Volga atingiram o mundo muçulmano. Seus principais centros comerciais eram Birka, na Suécia, e Haithabu, na Dinamarca. As atividades comerciais dos normandos garantiram a sobrevivência do comércio entre o Oriente e o Ocidente numa época em que o Mediterrâneo estava totalmente dominado pelos muçulmanos. Como se vê, o comércio na Europa setentrional não tinha desaparecido de todo, pois os normandos se incumbiram de mantê-lo vivo. Isso explica por que as rotas do Mar do Norte e do Mar Báltico tornaram-se, na Baixa Idade Média, as mais ativas do comércio a longa distância. Elas completavam o circuito comercial que interligava os entrepostos do Oriente Médio, as cidades italianas e Flandres.

Flandres era o terceiro grande centro do comércio europeu na Idade Média. A atividade comercial se desenvolvia em um conjunto de cidades espalhadas por seu litoral (Brugues, Gand, Lille e Ypres eram as principais). Os contatos de Flandres com o comércio internacional possibilitaram o desenvolvimento das suas indústrias de tecido.

O comércio do Norte da Europa era controlado pelos mercadores da *Grande Hansa Germânica,* que também era conhecida como *Liga Hanseática.* Essa organização chegou a congregar mais de noventa cidades, tinha em Lübeck o seu entreposto central e possuía estabelecimentos em Londres, Brugues, Bergen e Novgorod. Suas atividades comerciais incluíam transações com cereais, peles, cera, mel, madeiras, alcatrão e pescado salgado. Importava tecidos de Flandres, lã da Inglaterra, especiarias do Oriente, vinho e sal dos países do sul da Europa.

Tão importantes quanto essas rotas marítimas de comércio foram as *Rotas Terrestres,* dentre as quais a mais importante era a que ligava o norte da Itália à Flandres e era conhecida pelo nome de Rota do Champagne.

Antes do século XI já havia feiras, mas elas tinham um caráter agrário e local, ou seja, limitavam-se à troca de produtos de primeira necessidade e serviam apenas aos habitantes das proximidades.

As feiras surgidas após o século XI foram um fenômeno internacional e se formaram em pontos estratégicos dos fluxos comerciais. Um elemento indispensável à prosperidade das feiras foi a proteção garantida pelos senhores feudais ou pelos reis. Eles tinham interesses econômicos nas feiras, uma vez que cobravam pesados impostos dos comerciantes.

Em termos práticos, as feiras eram núcleos comerciais temporários que se formavam em épocas e locais determinados e para onde afluíam comerciantes e compradores de todas as partes. Nessas feiras negociava-se de tudo, não só produtos de primeira necessidade, mas também produtos importados, inclusive no Oriente.

Os cambistas (especialmente na troca de moedas) tinham um lugar de grande destaque nas feiras, em função da grande variedade de moedas trazidas pelos comerciantes; os cambistas também emprestavam dinheiro a juros e muito contribuíram para o desenvolvimento dos mecanismo e instrumentos de crédito.

A partir do século XIII, principalmente em função da sedimentação do comércio, as feiras começaram a entrar em decadência. Também contribuíram para essa decadência fatores como o desenvolvimento da indústria têxtil italiana, que fechou o mercado italiano para os panos flamengos; a grande concentração de ouro em Gênova, em consequência do comércio com os muçulmanos, ou a falência de inúmeras casas comerciais italianas, que operavam na região das grandes feiras de Champagne.

Com o desenvolvimento do comércio à longa distância, surgiram as sociedades capitalis, ou seja, as sociedades das quais participava um ou alguns negociantes e um ou alguns sócios capitalistas. Estes entravam com o capital e aqueles realizavam as operações. No final de tudo, os lucros eram repartidos geralmente na proporção de 25% para os negociantes e 75% para os capitalistas.

Essas sociedades se desenvolveram principalmente na Itália, sendo que os homens de negócio italianos diminuíam os seus riscos, fazendo, ao mesmo tempo, operações com diversos grupos de comerciantes.

Existiam também sociedades econômicas familiares que, via de regra, eram muito mais complexas que as sociedades meramente comerciais. Em geral, as companhias familiares abrangiam ao mesmo tempo negócios em diversos ramos: comércio, artesanato, mineração, serviços. Exemplos típicos dessas companhias foram as casa dos Bardi, Peruzzi, Frescobaldi e Médicis. Esta última, sediada em Florença, foi a mais importante de todas e tinha filiais espalhadas por todos os grandes centros urbanos da Europa (Roma, Veneza, Milão, Genebra, Brugues, Londres, Avignon e Lyon).

Durante a Idade Média, ficou estabelecido que as moedas emitidas pelo rei tinham circulação geral e as moedas emitidas pelos senhores feudais tinham circulação local. Por isso, havia uma variedade imensa de moedas, feitas com diversos tipos de metais e em variadas ligas.

A grande variedade de moedas e ainda mais as constantes desvalorizações que elas sofriam exigiam um valor estável entre elas, isto é, um ponto de referência para saber o valor de qualquer moeda através da comparação entre elas. A solução desse problema veio com o aparecimento da “moeda de conta”, uma moeda imaginária invariável.

A escassez de metais tornava a quantidade de moedas insuficiente para acompanhar a expansão do comércio. Face a essa realidade, começaram a surgir novos meios de pagamento. Um dos primeiros foi a "letra de feira", papel usado pelos mercadores que atuavam nas feiras; na "letra de feira" ficava marcado o dia da liquidação da dívida, para a feira seguinte ou para uma data determinada.

Nessa mesma época, começaram a surgir as primeiras formas de "letras de câmbio", documento pelo qual uma pessoa declarava ter recebido uma certa importância em dinheiro e se comprometia a devolver, em data determinada, a mesma soma mais o juro normal.

Genericamente considerada, a economia européia durante a Baixa Idade Média viveu um período de grande expansão. Mas, se atentarmos mais cuidadosamente para os indicadores econômicos (índices de preços, de salários, etc.), verificaremos a seguinte evolução: do século XII até o início do século XIV, temos uma fase de constante prosperidade; durante o século XIV, temos um período de depressão; no século XV, temos uma notável recuperação que se estende até o final do terceiro quartel do século a partir de quando começaram a aparecer novas dificuldades.

O período de depressão, que é conhecido pelo nome de *Crise do Século XIV*, é justificável em função da brusca diminuição da população européia, fato que prejudicou as atividades econômicas em geral.

Essa retração demográfica é explicável, inicialmente, em função da *Peste Negra*, epidemia cujo vírus foi introduzido na Europa em 1348 e que se propagou com incrível rapidez. Em pouco tempo, a Peste Negra dizimou mais de um terço da população européia.

Um outro fator que justifica o decréscimo demográfico foram as secas que prejudicaram a produção agrícola que já era insuficiente. Essas secas começaram em meados do século XIV e se repetiram de forma mais ou menos regular de 5 em 5 anos, até o final do século.

Além dessas causas, a diminuição da população teve um motivo mais amplo, ligado à própria crise do Feudalismo. Esse motivo era a insuficiência da produção agrícola provocada pelas relações de produção dominantes durante o Feudalismo. Enquanto o mercado consumidor crescia, a produção agrícola nos Domínios feudais se mantinha estagnada ou crescia em ritmo mais lento que o crescimento populacional. Face a essa realidade, a produção das cidades, cujo crescimento era mais rápido, não dispunha de quantidades suficientes de alimentos.

Essa retração populacional fez com que a produção e o consumo diminuíssem. A escassez da mão-de-obra valorizou o trabalho rural, elevando os níveis de remuneração e tornando os senhores feudais menos dispostos a substituir as relações servis de produção por outros tipos de relação (assalariadas, por exemplo). Iniciou-se com isso um processo de fechamento do Feudalismo mesmo nas regiões em que até então vinha conhecendo um acelerado ritmo de abertura. Numerosos senhores feudais procuraram reafirmar as leis que lhes davam garantias contra as fugas dos servos. Os feudos da Igreja foram os que tomaram as medidas mais reacionárias.

Há de se levar em conta que vários movimentos sociais vieram dificultar esse fechamento do Feudalismo, e provocaram profundas modificações no regime de servidão. Dentre os movimentos, os mais importantes foram: as rebeliões dos jornaleiros da Flandres, de 1323 a 1328; as insurreições camponesas na França de 1358; as revoltas dos camponeses na Inglaterra em 1381.

Em conseqüência desses movimentos sociais, verificamos que inúmeros senhores feudais tenderam a substituir as relações servis de produção por contratos de renda anual fixa, que deveria ser paga aos senhores pelos trabalhadores da terra.

Passados os efeitos da retração, a economia européia retomou o ritmo de crescimento inicial. A população voltou a crescer, a produção também aumentou e com isso veio a possibilidade de dinamização do próprio crescimento populacional. Entretanto, no último quartel do século XV, tornaram-se graves os obstáculos que dificultavam a marcha desse crescimento econômico e com isso caracterizou-se o que chamaremos de Crise de Crescimento do Século XV.

Dentre os fatores responsáveis pela configuração dessa crise, podemos destacar:

- a produção agrícola apresentava um lento ritmo de crescimento em conseqüência da sobrevivência das relações servis de produção que ainda eram dominantes face a esta realidade, o abastecimento alimentar das cidades era insuficiente e por isso mesmo, havia uma tendência à alta dos preços dos produtos alimentícios nas zonas urbanas.
- a produção artesanal das cidades não encontrava consumidores suficientes na zona rural em função do baixo poder aquisitivo dos trabalhadores rurais; em função desse fato, as tensões sociais urbanas eram bastante fortes e caracterizadas pelas constantes revoltas de jornaleiros que dependiam de uma contínua expansão do mercado para poderem encontrar trabalho.
- o grande número de intermediários no comércio entre o Oriente e o Ocidente fazia com que os preços dos produtos fossem elevados, sendo que isso acontecia ao mesmo tempo que o poder de compra dos senhores feudais, principais consumidores de produtos orientais, estava em plena decadência.
- a escassez de dinheiro, em função do crescente fluxo de moedas para o Oriente e a sua conseqüente desvalorização em função da proliferação de outros meios de pagamento (o processo inflacionário decorrente da proliferação do uso dos instrumentos de crédito).

Para solucionar essa crise de crescimento só havia um caminho: a expansão do mercado europeu, através da dinamização de seu comércio que, por sua vez, poderia ser obtida através de uma expansão marítima.

Com a expansão marítima, os comerciantes europeus poderiam abrir novos mercados e novas rotas

comerciais. Havia uma variedade de mercados a explorar: mercados fornecedores de produtos alimentícios e consumidores de produtos artesanais; mercados fornecedores de especiarias a preço baixo que permitiriam a ampliação do consumo; mercados fornecedores de metais preciosos que poderiam aliviar a escassez monetária, quer seja através da exploração de minas em novos territórios, quer fosse através do recebimento de moedas em pagamento de mercadorias na Europa.

16_17

FORMAÇÃO DAS MONARQUIAS NACIONAIS

Introdução

A partir do século XII, a realidade econômica e social da Europa Ocidental e Central passou por profundas transformações. O sentido geral dessas transformações foi o da simultaneidade de uma crise no modo e produção feudal e o início do alinhamento de forças para a formação do modo de produção capitalista.

Os principais aspectos desse processo transformatório foram: o progressivo enfraquecimento das relações servis de produção; a crescente utilização de relações capitalistas de produção; o desenvolvimento das atividades comerciais e artesanais; o crescimento das populações urbanas; o aparecimento de uma nova classe social, a burguesia, que tendia a assumir o papel de classe economicamente dominante, mas que permanecia alijada do poder político.

Do que já foi exposto, podemos tirar o sentido geral das transformações políticas que vão caracterizar a Baixa Idade Média: a burguesia vai procurar ter uma participação política efetiva na vida européia.

Em outras palavras: as transformações econômico-sociais características da Baixa Idade Média geraram uma inadequação entre a infra-estrutura jurídico-política das formações sociais européias. As transformações políticas que descrevemos a seguir significam exatamente a busca de um novo equilíbrio estrutural.

Em termos práticos, o que vamos verificar, politicamente falando, durante a Baixa Idade Média, é o aparecimento das *Monarquias Nacionais.*

Para que possamos saber o que vem a ser uma Monarquia Nacional, precisamos ter com clareza dois outros conceitos: o de Estado e o de Nação.

Um *Estado* é composto de três elementos fundamentais: um território, uma população e um governo soberano. Toda vez que temos um território geograficamente delimitado, onde vive uma população e existe um governo soberano sobre esse território e essa população, temos um Estado.

Uma *Nação* e um grupo social cujos membros têm um mesmo idioma, um mesmo padrão básico de usos e costumes e um mesmo passado histórico.

Dados esses conceitos, podemos fazer as seguintes observações:

- em um Estado é possível que vivam diversas nações (é o caso, por exemplo, da Tchecoslováquia, que é um Estado onde vive uma nação tcheca e uma nação eslovaca).
- é possível que uma única nação viva em mais do que um Estado (era o caso da nação alemã, que vivia na República Federal Alemã e na República Democrática Alemã, o que não ocorre mais a partir de dezembro de 1990).
- é possível em um Estado viver uma única nação em sua totalidade; nesta hipótese, temos o que chamamos de *Estado Nacional* (por exemplo, França, Inglaterra, etc.).
- quando um Estado Nacional tem a forma monárquica de governo, nós podemos chamá-lo de Monarquia Nacional. O aparecimento das primeiras Monarquias Nacionais, na Europa da Baixa Idade Média, significou o surgimento da primeira forma de *Estado Moderno.*
- durante a Alta Idade Média, verificamos a coexistência de duas formas características de poder político:
- o poder com tendências particularistas, que era representado pela existência de verdadeiros Estados Feudais, que se identificavam com os Domínios e cujo poder era monopolizado pelos Senhores Feudais.
- o poder com tendências universalistas, que era representado pela Igreja e pelo Sacro Império Romano Germânico; a Igreja, através do papado, gozava de grande prestígio internacional, tinha tribunais próprios, não pagava impostos e se atribuía o direito de intervir nos assuntos dos estados europeus; o Sacro Império julgava-se herdeiro das tradições universais do Império Romano e, por isso, julgava-se no direito de intervir nos demais estados europeus.

Em meio às tendências particularistas e universalistas, a Monarquia só existia pró forma, ou seja, praticamente os reis eram meros senhores feudais e, portanto, só tinham autoridade efetiva em seus próprios Domínios; além disso, os reis limitavam-se a possuir uma posição honorífica superior, em tese, à dos demais senhores feudais.

Há afirmação simples que nos explica o advento das Monarquias Nacionais: elas foram resultantes da aliança entre o Rei e a Burguesia.

Vejamos o seguinte: a Monarquia Nacional passou a existir à medida que um Rei conseguia estabelecer sua soberania sobre toda uma nação, unificando-a sob a égide de um único Estado.

Havia reis espalhados pela Europa inteira, mas burguesia forte só havia onde a crise feudal já ia longe e o alinhamento de forças para a formação do Capitalismo já era sensível. Logo, se as Monarquias Nacionais foram resultantes de alianças entre os reis e a burguesia, temos que elas só puderam surgir nas regiões da Europa que vinham conhecendo o desenvolvimento das forças capitalistas.

A burguesia atuou no processo de formação das Monarquias Nacionais à medida que ela forneceu as condições materiais para que os reis pudessem impor a sua soberania à nação e constituí-la em um Estado.

As razões que levaram a burguesia a se aliar aos reis são múltiplas, mas podem ser sintetizadas nos seguintes termos: a formação de um Estado Nacional significa a unificação das leis, da justiça, dos pedágios, dos impostos, das alfândegas, dos pesos e medidas; essa unificação possibilitaria uma maior dinamização do comércio, uma vez que ela acarretaria uma consolidação de um mercado interno e uma aglutinação de forças para possibilitar uma atuação mais eficaz no mercado internacional.

Uma outra vantagem para a burguesia em apoiar a formação de Estados Nacionais seria a de que ela passaria a exercer indiretamente o poder político. Indiretamente porque, nas Monarquias Nacionais, os reis identificavam-se com o Estado, e dessa forma eram eles que exerciam diretamente o poder político, mas o faziam também em nome dos interesses de seus aliados burgueses, que dessa a forma passavam indiretamente a exercê-lo.

Outros elementos que nos ajudam a entender o aparecimento das Monarquias Nacionais são os seguintes:

- a crise do séc. XIV diminuiu a disponibilidade de mão-de-obra, levando os senhores feudais a imporem obrigações mais pesadas aos servos; em consequência disso, eclodiram diversas revoltas campesinas; ameaçados por revoltas, numerosos nobres apelaram para o rei, pois só ele era capaz de organizar as forças da nobreza para conter essas sublevações.
- o descompasso entre o crescimento da produção artesanal urbana e a expansão do poder aquisitivo das massas rurais brecavam o desenvolvimento econômico das cidades e transformavam-nas em focos de grande tensão social; face a esse problema, a burguesia passou a ter mais uma razão para apoiar a centralização do poder nas mãos dos reis, uma vez que este era o único caminho capaz de conter os distúrbios sociais nos centros urbanos.
- a solução para a Crise de Crescimento do Século XIV, como já vimos, era o empreendimento da expansão marítima; acontece que nenhum comerciante, cidade ou hansa estava em condições de encetar empreendimentos de tamanho vulto; somente o rei poderia concretizá-la, pois ele tinha condições de canalizar os recursos da nação para empreendê-la.
- segundo a tradição medieval, o poder real era hereditário e de origem divina; é bem verdade que o rei exercia apenas o poder de direito, pois o poder de fato era monopolizado pela nobreza; mas ter o poder de direito facilitou torná-lo de fato; este aspecto explica por que o processo de centralização não sofria interrupções quando das sucessões hereditárias.
- o aparecimento, na Baixa Idade Média, do ensino universitário foi um fator indireto da centralização; os burgueses formados em Direito passaram a conhecer o Direito Romano e a dar um fundamento jurídico aos costumes vigentes na Idade Média; dessa forma, os atos do poder real eram legalizados; esses legistas fundamentavam o direito exclusivo dos reis em distribuir justiça e fazer leis.

Para ter poder, o rei precisava dominar o aparelho do Estado e para tanto precisava ter o monopólio de três elementos básicos: a força, a justiça e a tributação.

O monopólio da força consistia no controle das forças militares, que foi conseguido através da criação dos Exércitos Nacionais, que eram profissionais e permanentes, em substituição ao exército de Vassalos. Nesse sentido, o aparecimento da infantaria marcou a democratização do exército e o início da decadência da cavalaria e da nobreza.

O monopólio da força permitia ao rei cobrar os impostos , pagos espontaneamente por boa parcela da burguesia, à qual interessava o processo de centralização do poder. Mas os camponeses e artesãos não mostravam a mesma boa vontade, tornando-se indispensável forçá-los ao pagamento dos impostos. A nobreza, o clero e os funcionários continuaram isentos da tributação

A força militar também permitia ao rei ampliar os seus domínios. Para isso, eliminava progressivamente o poder dos nobres até fazer com que o domínio real abrangesse todo o território nacional. Nas terras que iam caindo em seu poder, o rei organizava a administração através de funcionários (os bailios ou senescais) que contratava ou demitia quando bem entendesse.

Era indispensável que as decisões do rei fossem uniformes. Para isso, o rei era obrigado a organizar códigos de leis escritas que substituíam as leis costumeiras dos senhores feudais. A transformação da corte do rei numa suprema corte de justiça da nação foi o passo final no sentido da centralização do poder.

França

O processo de formação da Monarquia Nacional francesa teve início ao longo dos governos dos reis da Dinastia Capetíngia. Durante os primeiros reis desta dinastia (Hugo Capeto - 987 a 996; Roberto, o Piedoso - 996 a 1031; Henrique I - 1031 a 1060; e Filipe I - 1060 a 1108), nada de importante ocorreu, a não ser o fato de eles terem conseguido preservar a dinastia, fortalecendo o princípio da hereditariedade, por meio da sagração do sucessor ainda em vida do rei.

Luiz VI, o Gordo (108 a 1137), dedicou o seu governo ao combate da nobreza feudal. Com a ajuda de milícias paroquiais, desmantelou as principais fortalezas que limitavam sua autoridade, aparecendo diante de seus súditos como um justiceiro, protetor do clero e do povo. Os domínios reais foram bastante ampliados com o casamento do herdeiro do trono (Luiz VII) com Alienor da Aquitânia, herdeira do Ducado da Aquitânia.

Luiz VII (1137 a 1180) abandonou o governo para participar da Segunda Cruzada. Divorciou-se de Alienor, que se casou com Henrique Plantageneta (senhor dos domínios de Anjou, Maine, Touraine e Normandia), futuro rei da Inglaterra (Henrique II).

Até essa época, os progressos materiais dos capetíngios não foram muito grandes, mas o progresso político foi enorme: sobretudo nos meios burgueses e no clero, o respeito e a confiança no rei aumentaram muito.

Foi com Filipe Augusto (1180 - 1223) que o processo de centralização entrou em sua fase decisiva. Através de uma guerra com a Flandres, em 1196, Filipe Augusto anexou o Artois, Amens e Vermandois, estendendo as fronteiras dos domínios reais até o Rio Somme.

Os grandes inimigos da Monarquia Francesa eram os reis ingleses da Dinastia Plantageneta. Filipe Augusto decidiu enfrentá-los. Para tanto, estimulou as intrigas entre os Plantagenetas: apoiou a revolta de Ricardo Coração de Leão e João Sem Terra contra seu pai Henrique II, da Inglaterra; em seguida, apoiou João Sem Terra contra Ricardo Coração de Leão e, finalmente, apoiou Artur da Bretanha contra seu tio João Sem Terra.

Como passo seguinte, Filipe Augusto atraiu Ricardo para a Terceira Cruzada; quando se achava na metade do caminho, voltou e aproveitou para atacar a Normandia. De regresso da Cruzada Ricardo venceu-o, mas morreu em seguida combatendo um vassalo rebelde.

Filipe voltou-se então contra João Sem Terra, o novo soberano inglês. Convocado por Filipe Augusto para comparecer a um tribunal, a que era obrigado por ser vassalo do rei da França, João negou-se e a luta começou. Felipe Augusto derrotou o exército inglês e se apoderou dos domínios plantagenetas na França (Anjou, Touraine, Maine, Normandia e da maior parte de Poitou). Com isso, os domínios plantagenetas ficaram reduzidos ao sul de Poitou e à Guiena.

João Sem Terra organizou então uma vasta coligação da qual participaram o Imperador do Sacro Império e o Conde da Flandres, mas mesmo assim foi derrotado definitivamente na batalha de Bouvines, em 1214. Esta vitória provocou uma grande exaltação nacional na França e uma violenta reação contra o rei da Inglaterra (em 1215, João Sem Terra foi obrigado a aceitar a Magna Carta, imposta pelos barões ingleses, que limitava o poder real).

Até a época de Filipe Augusto, a França estava dividida em unidades administrativas, cada qual sob a autoridade de um “preboste”, que acumulava as funções de intendente, Juiz, tesoureiro e chefe militar. A função de preboste era hereditária e por isso o rei os substituiu pelos “bailos”, que eram funcionários nomeados pelo rei e que podiam ser demitidos quando o rei quisesse.

Para dominar a nobreza, Filipe Augusto aplicou rigorosamente os seus direitos de suserania suprema, exigindo de todos os vassalos o cumprimento dos deveres feudais. Restaurou a antiga “salvaguarda”, proteção especial que o rei concedia a uma cidade, corporação ou indivíduo. Através da salvaguarda, o burguês se tornava um “burguês do rei” e não do senhor feudal; dessa forma, a autoridade do soberano se ampliava para além dos domínios reais.

O sucessor de Filipe Augusto, Luiz VIII, governou apenas de 1223 a 1226. Depois, o trono foi ocupado por Luiz IX (1226 - 1270), que era muito mais religioso e foi o principal responsável pelas duas última Cruzadas.

Durante o governo de Luiz IX, sua preocupação dominante foi a de aperfeiçoar a justiça e preservar a paz. Instituiu o “direito de apelo”, lei pela qual todos os cidadãos podiam apelar para a corte do rei. No terreno da política externa, procurou apaziguar a situação com a Inglaterra. Pelo Tratado de Paris, cedeu o Limousin e o Perigor aos ingleses; em troca, Henrique III da Inglaterra renunciou a todas as outras regiões que os ingleses haviam perdido para os franceses.

A Luiz IX sucedeu Filipe III (1270 - 1285), cujo reinado se destacou pela anexação do Condado de Toulouse.

Em seguida, temos o reinado de Filipe IV, o Belo (1285 - 1314), durante o qual o processo de centralização atingiu o seu apogeu.

Filipe, o Belo, cercou-se de um grupo de legistas (Pedro Flote, Enguerrand de Marigny e Guilherme de Nogaret foram os mais importantes) que, baseados no Direito Romano, procuraram legitimar o poder real proclamando que a vontade real se identificava com a própria lei; pretendiam justificar o poder ilimitado do monarca.

O fato culminante do seu reinado foi a luta contra o poder universal do papado representado pelo Papa Bonifácio VIII. Filipe IV pretendia cobrar impostos sobre os bens da Igreja na França; o Papa se opôs a tanto; o rei passou então a proibir que as rendas das propriedades da Igreja na França fossem remetidas para Roma. O conflito se agravou quando Filipe IV mandou prender um bispo em função de uma questão tributária.

O Papa ameaçou o rei de excomunhão e reuniu um Concílio para julgá-lo. Os legistas publicaram uma carta falsa, atribuída ao Papa, com a finalidade de colocar a opinião pública ao lado do rei. Em seguida, Nogaret acusou o Papa de heresia e simonia. Bonifácio VIII excomungou Filipe IV em 1303. Mas Nogaret, com consentimento do rei, invadiu a Itália e sitiou a vila do Papa, que já idoso e magoado pela agressão sofrida, morreu. Sucedeu-o um Papa de transição, Bento XI (1303 - 1304).

O Papa seguinte, Clemente V, era francês e sua eleição pelo Colégio dos Cardeais foi fortemente influenciada por Nogaret. Tutelado por Filipe IV, Clemente V transferiu a sede do papado para a cidade de Avignon, no sul da França, em 1309; os Papas lá residiram até 1377. É o período conhecido como *Cativeiro de Avignon* ou ainda como o *Novo Cativeiro da Babilônia*.

Durante do Cativeiro de Avignon, o papado tornou-se um verdadeiro instrumento nas mãos do rei da França, inclusive permitindo que o rei cobrasse o dízimo sobre o clero.

A dependência do poder papal em relação ao poder do rei da França ficou ainda mais clara no conflito entre Filipe IV e os Templários. Durante as Cruzadas, os templários acumularam imensa fortuna que

passou a servir de capital de giro para empréstimos ao Papa, aos reis e aos príncipes, com a cobrança de juros anuais. A Ordem dos Templários se constituía em um verdadeiro banco com filiais pela Europa inteira.

Depois de contrair diversos empréstimos junto aos templários, o rei iniciou um processo com a finalidade de confiscar os bens da Ordem. Seus membros foram aprisionados em massa e acusados por Nogaret das maiores perversidades. Ao final do processo, o Mestre da Ordem, Jacques de Molai e mais cinqüenta e quatro cavaleiros foram queimados vivos e seus bens confiscados. Em outros países, a ordem mudou de nome, como em Portugal, onde passou a denominar-se Ordem de Cristo.

Durante o conflito com o papado, em 1302, foram convocados pela primeira vez os *Estados Gerais*, assembléia de caráter nacional que incluía representantes do clero, da nobreza e da burguesia.

Filipe, o Belo, tinha três filhos (Luiz X, Filipe V e Carlos IV), que governaram sucessivamente de 1314 a 1328. Ao morrer, Carlos IV não deixou herdeiros do sexo masculino. A *Lei Sálica*, antiga tradição existente desde os primitivos francos, não permitia a ascendência ao trono de descendentes do sexo feminino. Restaram, portanto, dois herdeiros: Filipe de Valois, filho de Carlos de Valois, que era irmão de Filipe, o Belo; e Eduardo III, filho de Eduardo II da Inglaterra e de Isabel, filha de Filipe IV, o Belo.

Apoiando-se mais uma vez na Lei Sálica, os franceses confirmaram a preferência por Filipe VI de Valois, que deu início à *Dinastia Valois.* Com o início da nova dinastia, iniciava-se também um novo período de lutas com a Inglaterra: a Guerra dos Cem Anos (1337 - 1453).

Os fatores determinantes da ocorrência da Guerra dos Cem Anos foram:

- a pretensão de Eduardo III, rei da Inglaterra, ao trono francês, em 1337; intitulando-se rei da França, iniciou a invasão, a fim de fazer valerem os seus direitos.
- Flandres, rica produtora de tecidos, servia de motivo de disputa entre franceses e ingleses.

Em 1355, a guerra recomeçou e os franceses foram novamente derrotados, desta feita na batalha de Poitiers. Em 1360, foi assinada a *Paz de Brétigny*, segundo a qual os ingleses renunciavam à coroa francesa, mas recebiam a suserania de todas as regiões que já haviam conquistado e ficavam livres de qualquer laço de vassalagem em relação ao rei da França.

Em função das derrotas militares, o poder real francês estava enfraquecido, face ao que a burguesia aproveitou para tentar limitar o poder do rei. Os burgueses, liderados por Étienne Marcel, obtiveram a aprovação de um documento denominado a “Grande Ordenação”, que definia os limites do poder real. Esse conflito terminou em luta armada com a vitória do rei. Na mesma época estourou na Picardia e na Provença uma revolta de camponeses, a *Jacquerie* . Era uma revolta popular contra a nobreza.

Com Carlos V (1364 - 1380), a situação da Guerra começou a favorecer os franceses: novos impostos melhoraram as condições financeiras do reino; o comando das operações militares foi entregue a Bertrand Duguesclin que, através da utilização de uma tática de guerra de guerrilhas, aniquilou três exércitos invasores e dominou Carlos, o Mau, rei de Navarra e aliado da Inglaterra.

Com Carlos VI (1380 - 1422) voltaram as dificuldades para a França: eclodiu uma violenta rivalidade entre o Duque de Orleans e o Duque de Borgonha, sendo que este mandou assassinar aquele, ao que se seguiu uma sangrenta guerra civil entre os "Borguinhões" e os "Armagnacs" (partidários do Duque de Orleans).

As dissensões internas francesas favoreceram os ingleses. Com o apoio da Inglaterra, João Sem Medo, Duque de Borgonha, tornou-se o verdadeiro chefe do reino, mas acabou assassinado por partidários do rei; Filipe, o Bom, filho de João Sem Medo, aliou-se definitivamente aos ingleses.

As primeiras vitórias bélicas couberam aos ingleses, que estavam melhor organizados e possuíam uma excelente infantaria. Em 1346, Eduardo III invadiu a Normandia e venceu os franceses na Batalha de Crecy e, em seguida, sitiou Calais. Por essa época teve início a Peste Negra, que assolou vastas regiões da França, em virtude do que houve uma trégua.

Com o apoio dos Borguinhões, os ingleses impuseram aos franceses o *Tratado de Troyes*, em 1420, que determinou que uma filha do rei da França se casasse com Henrique V da Inglaterra que, dessa forma, passava a ser o herdeiro do trono francês.

Com a morte de Carlos VI, dois soberanos intitulavam-se reis da França: Henrique VI da Inglaterra era reconhecido no norte do país: no sul reinava Carlos VII, herdeiro legítimo do trono que fora despojado pelo Tratado de Troyes.

Em 1429, um fato extraordinário mudou o curso da guerra em favor dos franceses: a praça forte de Orleans, sitiada pelos ingleses, foi libertada por uma camponesa mística, *Joana D'Arc*, comandando um pequeno exército enviado por *Carlos VII*. Outras vitórias abriram caminho para a conquista de Reims, onde Carlos VII foi coroado à moda dos antigos reis franceses.

Joana D'Arc foi aprisionada pelos Borguinhões e vendida aos ingleses que a acusaram de heresia e bruxaria. Depois de julgada por um tribunal da Igreja, foi queimada viva em Ruão em 1431.

O *Tratado de Arras*, estabelecendo a paz entre o Duque da Borgonha e o rei Carlos VII, enfraqueceu os ingleses que, em 1444, pediram uma trégua. Com o reinício das hostilidades, os exércitos franceses passaram à ofensiva e derrotaram os ingleses em Formingy (1450) e Castillon (1453), quando foi tomada a cidade de Bordeaux, pondo fim à Guerra dos Cem Anos.

Além de expulsar os ingleses do território, Carlos VII reorganizou a administração do Estado: incluiu burgueses no Conselho do Rei; dispensou o auxílio dos Estados Gerais; fez com que alguns impostos se tornassem permanentes (o imposto sobre a venda de mercadorias - "aides"; os impostos sobre o sal - "gabela" e o imposto sobre a propriedade territorial - "talha".).

A reorganização financeira criou condições para a manutenção de um poderoso exército permanente que permitiu que a França ocupasse um lugar de grande destaque entre as nações da Europa na Idade Moderna.

Inglaterra

Guilherme, o Conquistador, Duque da Normandia, em 1066, invadiu e conquistou a ilha de Grã-Bretanha ao vencer Haroldo, rei dos Saxões, na *Batalha de Hastings*.

Guilherme tornou-se rei da Inglaterra e iniciador da *Dinastia Normanda ou Angevina.* As terras conquistadas foram distribuídas, pelo rei, aos guerreiros que haviam participado da conquista, tendo tomado o cuidado de não dar propriedades muito extensas e obrigando todos os que receberam terras a prestar juramento de Fidelidade ao Rei.

Em função das precauções de Guilherme, na Inglaterra, desde suas origens, o rei era de fato suserano de todos os senhores feudais, ou seja, na Inglaterra a Monarquia Nacional já nasceu com o poder político centralizado. O país foi dividido em Condados, em cada um dos quais o rei era apresentado por um "xerife", funcionário nomeado e demitido livremente pelo rei, que possuía autoridade sobre os senhores feudais, burgueses e camponeses.

Como os reis da Dinastia Angevina eram de origem francesa, do Ducado da Normandia, eles deviam vassalagem ao Rei da França.

O próximo soberano inglês que merece ser destacado é *Henrique II* (1154 - 1189), que foi fundador da *Dinastia Plantageneta,* e que quando subiu ao trono da Inglaterra nem sequer falava inglês, pois ele era originariamente um grande senhor feudal da França.

Henrique II, três vezes por ano, reunia a Grande Assembléia, na qual promulgava leis que eram válidas para todo o reino. Ele também organizou a justiça e o exército em âmbito nacional. Nomeou juízes itinerantes que percorriam o reino presidindo os tribunais nos condados. Nesses tribunais, os jurados representantes da população local levantavam as provas testemunhais a favor ou contra o réu; essa mecânica deu origem à instituição que permitia ao rei contratar serviços dos mercenários.

A legislação real também atingiu a Igreja, que possuía autonomia judiciária, com tribunais próprios e isentos da jurisdição real. Através da *Constituição de Clarendon* (1164), Henrique II tentou abolir esse privilégio fazendo com que os sacerdotes criminosos fossem julgados nos tribunais do rei. Thomas Becket, Bispo da Cantuária, embora amigo do rei, opôs-se a essas disposições e acabou sendo assassinado por cavaleiros partidários do rei.

Ricardo Coração de Leão (1189 - 1199), sucessor de Henrique II, deu continuidade à obra de fortalecimento do poder real. Mas com *João Sem Terra* (1199 a 1216) teve início um período de enfraquecimento do poder monárquico.

Desprezados pelos ingleses, que o viam como usurpador do trono que havia pertencido a Ricardo, João Sem Terra desenvolveu uma política externa bastante infeliz: perdeu grande parte dos domínios ingleses na França em função de suas guerras com Filipe Augusto; recusando-se a reconhecer o Bispo da Cantuária indicado pelo Papa, foi excomungado e a Inglaterra colocada sob “interdicto” (o clero ficava proibido de ministrar os sacramentos).

A coroa inglesa foi oferecida pelo Papa a Filipe Augusto da França, que desembarcou em Dover, em 1213, forçando João Sem Terra a se submeter à vontade papal. A partir desse fato, os reis da Inglaterra passaram a ser considerados vassalos do Papa.

A situação se tornou ainda mais grave após a derrota, em 1214, dos aliados de João Sem Terra (o Sacro Império e o Condado de Flandres) na Batalha de Bouvines frente às forças de Filipe Augusto.

Em 1215, os barões ingleses impuseram a João Sem Terra a *Magna Carta*, documento de caráter eminentemente feudal que estabelecia:

- o rei não poderia baixar impostos sem o consentimento do Grande Conselho, órgão composto por prelados, condes e barões.
- nenhum homem livre poderia ser preso, nem sofrer qualquer punição, sem um julgamento prévio pelos seus iguais e perante a lei.
- para garantir a execução dessas medidas, vinte e cinco barões seriam considerados guardiões da lei, com autoridade para se apoderarem das terras e bens do rei se ela fosse violada.
- assegurava a todos os ingleses livres proteção contra as arbitrariedades do poder político.

O sucessor de João Sem Terra foi Henrique III (1216 - 1272), cujo reinado se caracterizou, dentre outras coisas, pelo fato de o soberano haver se aproximado de conselheiros estrangeiros, em função do que passou a ser detestado pelos ingleses.

Sua iniciativas militares, caras e malsucedidas, levaram o Grande Conselho, que já começava a ser chamado de Parlamento, dirigido por *Simão de Montfort*, a impor-lhe várias reformas, conhecidas pelo nome de *Provisões de Oxford* (1258), pelas quais o poder político passava de fato à nobreza.

As reformas realizadas foram muito radicais e por isso deram lugar a uma guerra civil na qual o rei foi vencido e aprisionado. Durante o conflito, em 1265, para aumentar o número de seus partidários, Simon de Montfort convocou o *Grande Parlamento*, do qual participaram prelados, condes, barões, cavaleiros e burgueses. Após a morte de Simão de Montfort, Henrique III recuperou o poder e restabeleceu as suas prerrogativas: as Provisões de Oxford foram abolidas, mas o Parlamento continuou a ser convocado.

No reinado de Eduardo I (1272 a 1307), houve uma nova evolução das instituições parlamentares.

As guerras contra os escoceses e gauleses obrigaram Eduardo I a convocar com regularidade o Parlamento, que se tornou uma assembléia regular e permanente, com representantes do clero, da nobreza e da burguesia.

O poder do Parlamento cresceu tanto que em 1327 depôs o rei Eduardo II, sucessor de Eduardo I, e colocou em seu lugar o seu próprio filho, Eduardo III (1327 - 1377), em cujo reinado o Parlamento passou a ser dividido em uma Câmara dos Lordes (prelados e barões) e uma Câmara dos Comuns (cavaleiros e burgueses).

O sucessor de Eduardo III foi o seu neto Ricardo II (1377 - 1399), em cujo governo estourou uma revolta chefiada por seu primo Henrique de Lancaster. Ricardo II foi deposto e morreu na prisão. O próprio Henrique de Lancaster se fez reconhecer rei pelo Parlamento e adotou o nome de Henrique IV, dando desta forma início à *Dinastia dos Lancaster.*

Os inimigos de Henrique IV e de seu sucessor Henrique V agruparam-se em torno dos duques de York, descendentes de Eduardo III, que reivindicavam o trono. O conflito desses dois grupos ficou conhecido pelo nome de *Guerra das Duas Rosas* (1450 a 1485). A rosa branca simbolizava os York e a vermelha os Lancaster.

Em 1461, Eduardo IV, da família de York, depôs os Lancaster e fundou a *Dinastia de York.* Após sua morte, em 1483, a guerra civil recomeçou em função da crueldade de Ricardo III, seu irmão e sucessor.

Em 1485, Henrique Tudor, genro de Eduardo IV e descendente dos Lancaster por parte de mãe, conseguiu conciliar os dois grupos e assumiu o trono da Inglaterra com o título de Henrique VII, dando início ao governo da *Dinastia Tudor*.

Sacro Império

Durante a Baixa Idade Média, o Sacro Império Romano Germânico continuava sendo uma monarquia eletiva. A ascensão do papado, após a Querela das Investiduras, havia reduzido o significado político dos imperadores.

A eleição de *Frederico Barba Ruiva,* em 1152, aliviou a tensão que envolvia as duas maiores casas dinásticas alemãs, os *Welfs* e os *Staufen,* pois o novo imperador era descendente das duas famílias ao mesmo tempo. Com essa ampla base de apoio, Frederico tentou restaurar o prestígio do poder imperial, pretendendo restabelecer a autoridade alemã na Itália. Isso deu origem a um longo conflito com a Itália e com o papado.

Os seus principais opositores foram o Papa Alexandre III e os habitantes de Milão, cidade que ele destruiu em 1162. Apesar de vitorioso nas primeiras campanhas, Frederico começou a sofrer reveses, a partir de 1167, quando as cidades do norte da Itália formaram a *Liga Lombarda* com a finalidade de combatê-lo. Vencido pela *Liga,* Frederico foi obrigado a assinar a paz com o Papa e a aceitar uma trégua com os lombardos.

Reconciliado definitivamente com os lombardos, em 1183, Frederico estendeu sua autoridade sobre os reinos da Boêmia, Hungria e Dinamarca. Através do casamento de seu filho Henrique VI, com a herdeira do trono da Sicília, ampliou sua área de influência. Frederico morreu em meio à Terceira Cruzada em 1190.

Sucedeu-o Henrique VI, que morreu logo em seguida, deixando Frederico II com apenas alguns meses de vida. Essas condições permitiram que o Papa Inocêncio III (1189 - a 1216) passasse a ser tutor do herdeiro e regente do trono. Inocêncio III notabilizou-se pela convocação da Quarta Cruzada, a excomunhão de João Sem Terra, expedição contra os hereges albigenses e aprovação das primeiras ordens de Frades Pregadores e Irmãos Menores.

Após a morte de Inocêncio III, Frederico II passou a exercer o trono e a supremacia política voltou ao Império. Herdeiro do trono da Sicília, Frederico II retomou a política de hegemonia sobre a Itália; com essa intenção, invadiu a Itália, obrigando o Papa Inocêncio IV a se refugiar em Lyon, para onde foi convocado em Concílio que, em 1245, depôs solenemente o Imperador. Frederico II morreu em 1250.

Os papas que se sucederam com habilidade e às vezes com violência impediram a ascensão ao trono germânico de descendentes de Frederico II. Ao mesmo tempo, consolidava-se a descentralização política no Sacro Império: o poder passava de fato para os grandes senhores.

No século XIII, a Itália era bastante fracionada, politicamente falando. No norte da Península, ao lado de estados feudais como o Ducado da Sabóia, havia uma série de pequenas repúblicas (Veneza, Milão, Verona, Gênova e Siena eram as principais), cada uma das quais com capital em uma grande cidade.

Na região central da península, tínhamos os Estados da Igreja que haviam sido expandidos graças à ação de Inocêncio III. O sul era ocupado pelo Reino da Sicília, com capital em Palermo e que fora fundado pelos normandos no século IX.

Os conflitos entre o papado e o Sacro Império afetaram decisivamente a evolução política da Itália. Alguns

chefes políticos italianos apoiavam o Imperador e formavam o partido dos *Gibelinos.* Os partidários do Papado eram chamados de *Guelfos.* A luta entre esses dois partidos ensangüentou a Itália.

A partir de 1250, o chefe dos guelfos era *Carlos de Anjou,* irmão de Luiz IX, rei da França. Carlos tinha recebido do Papa o Reino da Sicília com a incumbência de eliminar os descendentes de Frederico II. Mas a oposição que ali encontrou foi violenta e, após a sua morte, iniciou-se na Itália um período de grande anarquia política, embora as cidades do norte continuassem a conhecer uma grande prosperidade econômica e a desempenhar um importante papel político.

Península Ibérica

Os pequenos reinos cristãos de origem visigótica, formados no norte da Península Ibérica, durante a invasão muçulmana, iniciaram o processo de reconquista a partir do século XI. Com o apoio de cavaleiros oriundos da França e outras regiões da Europa, os soberanos dos reinos ibéricos conseguiram ampliar o seu território, fazendo os muçulmanos recuarem em direção ao mar.

No século XII, apesar de novas invasões muçulmanas provindas do Marrocos, a maior parte da península já havia sido reconquistada e se dividia em diversos reinos, dentre os quais os mais importantes eram: Aragão, Castela, Navarra e Leão. Foi a partir do reino de Leão que se formou Portugal. Da unificação daqueles quatro reinos principais é que nasceria a Espanha. Dois fatos devem ser destacados no nascimento da Espanha: o casamento, em 1469, de Fernando, rei de Aragão, com Isabel, irmão do rei de Leão e Castela; e a expulsão dos mouros de Granada em 1492.

17_2

A crise do século XIV

No século XIV, o feudalismo entrou em sua fase de agonia. Durante a Baixa Idade Média, o rápido crescimento populacional acabou sendo lentamente absorvido pelo comércio, pela melhoria das técnicas de cultivo, pela ampliação das áreas agrícolas, permitindo ao feudalismo uma sobrevida de três séculos. A partir do século XIV, porém, a lenta contaminação da estrutura feudal pelas transformações anteriores, já havia comprometido a base do sistema, fadando-o à queda.

Fatores externos ao feudalismo foram responsáveis pela aceleração de seu declínio, com destaque para a acentuada queda da população verificada no início do século XIV. O declínio demográfico decorreu sobretudo da onda de fome que assolou a Europa, devido às más colheitas e aos surtos epidêmicos, sobretudo a Peste Negra, que dizimaram a população européia no final da Idade Média.

O decréscimo populacional determinou o aumento da exploração dos servos no campo, levando à eclosão de rebeliões camponesas conhecidas como **jacqueries**. Ao mesmo tempo, restringiu o comércio, graças ao declínio do mercado consumidor.

A **Guerra dos Cem Anos** (1337-1453) foi um elemento agravante nesse quadro de crise. Trata-se do conflito que envolveu França e Inglaterra e que teve como causas imediatas:

- a disputa pela posse de Flandres, região possuidora da mais numerosa indústria de tecidos da Europa. Consumia a lã inglesa, enriquecendo os nobres daquele país. Todavia, os franceses desejavam substituir a Inglaterra nesse lucrativo comércio e tentavam invadir a região;
- presença de feudos do rei da Inglaterra em território francês que os reis da França, em pleno processo de fortalecimento de sua autoridade, almejavam anexar a seu reino.

A guerra desenrolou-se de forma equilibrada e devastadora por mais de um século, gerando insegurança e aprofundando os sintomas de crise vividos pela economia européia.

Pode-se, então, concluir que, a crise do século XIV, significou a incompatibilidade entre o dinamismo econômico manifestado a partir do século XI e a estrutura estática do feudalismo; este sistema, por suas próprias características, foi incapaz de conviver com um acelerado ritmo de crescimento econômico e, por isso, mesmo, desintegrou-se. A resposta à crise do século XIV foi a expansão marítima européia que buscava mercados e metais que mantivessem em ritmo acelerado o crescimento econômico europeu. Nascia assim o capitalismo comercial.

18_4

RENASCIMENTO

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Dá-se o nome de Renascimento (ou Renascença) ao movimento de renovação intelectual ocorrido na Europa dentro da transição do feudalismo para o capitalismo. Na realidade, não se pode entender o Renascimento como limitado às Artes e às Ciências, mas sim como uma mudança nas formas de sentir, pensar e agir em relação aos padrões de pensamento e comportamento vigentes na Idade Média.

O Renascimento exprime sobretudo os novos valores e ideais da burguesia, classe ascendente na transição para o capitalismo.

Uma das principais características do Renascimento é o *Humanismo*, interpretado comumente como sinônimo de *antropocentrismo* ou *valorização do ser humano*. O verdadeiro sentido do humanismo renascentista, porém, era o estudo de *Humanidades*, isto é, da língua e literatura antigas. Humanistas foram *Erasmo de Rotterdam* (o :"Príncipe dos Humanistas", autor do "Elogio da Loucura"), *Thomas More* (autor de "Utopia")

e o português *Damião de Góis.*

FATORES DO RENASCIMENTO

FORAM FATORES DO RENASCIMENTO:

o *Renascimento Comercial e Urbano* da Baixa Idade Média, que alterou os valores da época feudal e favoreceu um maior intercâmbio intelectual.

o *mecenato* , isto é, a proteção aos escritores e artistas, que muito estimulou o movimento renascentista. Os primeiros mecenas pertenciam à burguesia, mas houve também papas, reis e príncipes que praticaram o mecenato. A burguesia fazia-o como forma de investimento financeiro ou para adquirir *status;* os governantes, porém, tornavam-se mecenas com o objetivo de aumentar seu prestígio e, conseqüentemente, legitimar o novo poder que estavam implantando: o *absolutismo*.

a *influência das civilizações bizantina e sarracena* (árabe), que contribuíram para intensificar na Europa Ocidental o interesse pela cultura clássica.

a *invenção da imprensa* , que permitiu uma maior divulgação das novas idéias.

a *própria transição do feudalismo para o capitalismo,* da qual decorrem o Renascimento e as mudanças culturais.

Há uma estreita relação entre Renascimento Cultural e prosperidade econômica. Portanto, o berço do movimento renascentista somente poderia ser a *Itália*, onde se localizavam os principais centros mercantis e financeiros da Baixa Idade Média, conseqüentemente, lá haveria melhores condições para o mecenato. Quando, porém, a Expansão Marítima deslocou o eixo econômico europeu para o Atlântico, o Renascimento Italiano entrou em decadência, ao mesmo tempo em que florescia em Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda. Além do maior desenvolvimento econômico, outros fatores contribuíram para que a Renascença se iniciasse na Itália:

- interesse dos príncipes italianos em legitimar seu poder político, geralmente obtido através de usurpação.
- maior tradição clássica, representada pelos monumentos romanos e gregos (este últimos na antiga Magna Grécia, isto é, no Sul da Itália).
- maior influência bizantina, devido ao contato comercial direto com Constantinopla, cujos intelectuais emigraram em grande número para a Itália quando os turcos tomaram aquela cidade, em 1453.

São considerados pré-renascentistas os italianos

- *Dante Alighieri* (1265 - 1321), autor da “Divina Comédia”,
- *Giovanni Baccaccio* (1313 - 1375), autor do “Decameron”,
- *Francesco Petrarca* (1304 - 1374), precursor dos humanistas do Renascimento e autor de “Sonetos”

PRINCIPAIS RENASCENTISTAS

É muito grande o número de artistas, escritores e cientistas que se celebrizaram durante o Renascimento. Os mais importantes foram:

- na Pintura: Leonardo da Vinci, Michelangelo, Rafael e Ticiano, na Itália; El Greco, na Espanha.
- na Escultura: Michelangelo e Donatello, na Itália.
- na Arquitetura: Bramante, na Itália.
- na Literatura: Camões, em Portugal; Cervantes, na Espanha; Rabelais e Montaigne, na França; Shakespeare, na Inglaterra.
- na Astronomia: Copérnico, na Polônia; Kepler, na Alemanha; Galileu, na Itália.
- na Medicina: Vesálio, em Flandres; Paré, na França; Servet, na Espanha; Harvey, na Inglaterra.

© 10emtudo - Todos os direitos reservados.

A expansão marítimo-comercial européia

A necessidade de metais preciosos para a cunhagem de moedas, indispensáveis ao desenvolvimento comercial, bem como de novas áreas fornecedoras de mercadorias que abastecessem o mercado europeu, determinaram a expansão marítima a partir do século XV. Sua viabilização foi favorecida por diversos fatores, entre os quais se destacam: o avanço tecnológico, responsável pela melhoria das condições de navegação (elaboração de mapas, aprimoramento de instrumentos de orientação, construção de embarcações mais rápidas e seguras); o fascínio pelo Oriente, presente no imaginário europeu da Baixa Idade Média, estimulava a busca da riqueza e do exotismo existentes naquela região; a tentativa por parte das recém-formadas monarquias portuguesa e espanhola de romper o monopólio comercial que as cidades italianas, como Veneza e Gênova, impuseram sobre os produtos orientais; finalmente, a centralização política, imprescindível aos empreendimentos marítimos na medida em que somente um poder forte e concentrado seria capaz de assegurar os recursos necessários às viagens, bem como assegurar o domínio sobre as terras descobertas.

A tomada de Constantinopla, entreposto comercial entre o Oriente e a Europa, pelos turcos otomanos em 1453, acelerou o processo expansionista. Ao interromper os contatos mercantis entre Oriente e Ocidente, obrigou os europeus a buscarem uma rota alternativa ao comércio de especiarias.

Nesse processo de expansão, Portugal desempenhou papel pioneiro por ter, durante a Baixa Idade Média, criado as condições necessárias à sua efetivação:

- privilegiada posição geográfica;
- desenvolvimento das técnicas de navegação, sobretudo após a fundação da Escola de Sagres;
- presença de uma burguesia forte e com disponibilidade de capitais para a empresa marítima;
- paz interna e externa;
- centralização política em mãos do rei.

A **conquista de Ceuta** pelos portugueses, em 1415, é considerada o marco inicial da expansão ultramarina européia. A seguir, os navegadores portugueses começaram a realizar o périplo africano, ou seja, tentaram contornar o continente negro para alcançar as Índias. Ao longo da costa africana, fundaram **feitorias,** pontos do litoral onde eram construídos fortes, responsáveis pela defesa da região e onde se realizava o comércio com os nativos. O sistema de feitorias visava exclusivamente a ocupação do território, garantindo, assim, a sua posse e a obtenção de lucros através de trocas de produtos existentes na região conquistada. A colonização, portanto, não estava entre os objetivos dos portugueses, na África.

Na década de 20 do século XV, foram conquistadas as ilhas atlânticas – Madeira, Açores e Cabo Verde - onde os portugueses iniciaram o processo de colonização através do cultivo da cana-de-açúcar.

No decorrer do século XV, vários pontos do litoral africano foram sendo ocupados por Portugal, até que, em 1488, Bartolomeu Dias ultrapassou o Cabo das Tormentas (Cabo da Boa Esperança), abrindo caminho para que, dez anos depois (1498), Vasco da Gama chegasse a Calicute, na Índia

Alguns anos antes, porém, patrocinado pela Coroa Espanhola, o navegador Cristóvão Colombo chegara à América, depois de navegar em direção ao Ocidente. A descoberta de novas terras a oeste da Europa provocou grande disputa entre as potências marítimas ibéricas, exigindo, até mesmo, a intervenção do papa Alexandre VI para arbitrar a querela. Este, em 1492, proclamou a **Bula Intercoetera** que determinava a divisão do planeta em duas partes: a 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde seria traçada uma linha imaginária; as terras localizadas na parte oriental caberiam a Portugal, enquanto que as situadas na oriental pertenceriam a Espanha. A decisão do pontífice, porém, não agradou ao rei de Portugal que contestou a Bula. Provavelmente, os experientes navegadores portugueses já haviam dado conta ao rei da existência das terras da América do Sul. Após negociações diplomáticas ficou acertado que a linha imaginária seria traçada a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde. Assim, o **Tratado de Tordesilhas** assegurou a presença portuguesa no recém-descoberto continente americano.

Com o objetivo de consolidar o domínio lusitano sobre a rota das especiarias orientais, o rei D. Manuel organizou uma poderosa esquadra que se dirigiu às Índias, percorrendo a rota inaugurada por Vasco da Gama. A esquadra contava com duas caravelas, dez naus e 1500 homens e era comandada pelo navegador Pedro Álvares Cabral. A embarcação em que se achava o comandante, porém, afastou-se da costa africana em direção a oeste e, a 22 de abril de 1500, avistou terra. Após rápido desembarque, suficiente para oficializar a posse sobre o novo território, Cabral seguiu viagem em direção ao Oriente. Uma nau, no entanto, retornou a Portugal para dar a notícia da descoberta ao rei.

Mapa: A divisão do mundo entre Portugal e Espanha (Atlas da História do Mundo, pp. 154-155

Ignorar rotas e nomes de cidades. Aproveitar a legenda no que se refere aos domínios português e espanhol

Ingleses, franceses e holandeses iniciaram sua expansão marítima mais de um século depois dos ibéricos. Guerras, ausência de centralização política, inexistência de uma forte burguesia, entre outros fatores, foram responsáveis pelo atraso dessas nações nas grandes navegações.

Os navegadores das outras nações européias que não Portugal e Espanha tiveram que se contentar em

explorar o Atlântico Norte, sendo responsáveis pela exploração e ocupação da América do Norte. A pirataria foi também uma atividade desempenhada pelos ingleses e franceses. Destacamos a seguir as principais viagens de ingleses, franceses e holandeses entre os séculos XV e XVII.

França - 1524: Giovanni Verrazano, italiano ao serviço da coroa francesa, explora o vasto litoral leste da América do Norte;

- 1534: Jacques Cartier, navegando pelo rio São Lourenço, explora a região onde, atualmente, se localiza o Canadá.

Inglaterra - 1497: Giovanni Caboto, navegando sob o patrocínio da Inglaterra, atingiu o norte do continente americano (Canadá)

- 1577: Francis Drake, pirata famoso, realizou sua segunda viagem de circunavegação, assaltando inúmeras embarcações.

Holanda - 1609: Henry Hudson, inglês navegando a serviço da Holanda, descobriu o rio Hudson, nos Estados Unidos.

20_27

ABSOLUTISMO

ASPECTOS GERAIS

O Estado Moderno foi resultante da crise do feudalismo e do debilitamento da Igreja e da nobreza e, ao mesmo tempo, do desenvolvimento da burguesia. À medida que era ampliada a circulação de mercadorias e se desenvolvia a produção manufatureira, como efeito de novas forças produtivas no Modo de Produção Feudal, diminuíam a base econômica da nobreza e da Igreja e a tendência ao particularismo. Certas Formações Sociais Regionais conseguiram, durante a crise feudal (sobretudo nos séculos XIV e XV) um maior progresso econômico e um certo nível de centralização jurídico-política, e puderam impor sua dominação sobre outras Formações Sociais Regionais. Essa dominação foi realizada nos níveis econômico, jurídico-político, ideológico, lingüístico e étnico e o resultado desse processo foi a elaboração das grandes Formações Sociais, identificadas com grandes nações de acordo com as concepções burguesas.

No nível jurídico-político, a monarquia foi o principal instrumento dessa centralização que tanto interessou à burguesia comercial. Os recursos financeiros facilitavam aos soberanos a organização de exércitos permanentes e de grande corpo de funcionários (burocracia, burguesia funcionária). O desenvolvimento do aparelho burocrático do Estado, que lhe permitia realizar suas funções administrativas e políticas, facilitava a eliminação da pluralidade das leis, dos impostos, dos pesos, das medidas, dos padrões monetários, de privilégios e de outros particularmente feudais. Assim era ampliada a centralização; assim era diminuída a força da nobreza e do clero; assim a burguesia ampliava seu raio de ação. O crescente poder Real representava esse processo.

Em termos jurídicos, as bases da centralização foram realizadas por elementos burgueses especialistas em Direito Romano (legistas), que dele retiraram não apenas a noção de propriedade absoluta, que legalizava

a propriedade privada burguesa, mas também a de poder público que legalizava o poder real. Ao mesmo tempo, foi sendo produzida, a partir da idéia de nação, uma ideologia nacionalista, que também justificava o poder público do rei.

No início de sua prática, o poder era limitado pelas assembléias que reuniam os representantes da nobreza e do clero. Aos poucos, à medida que se fortalecia, a burguesia participou de suas reuniões e chegou a dominá-las. Eram chamadas Cortes em Portugal e Espanha, Estados Gerais na França e nos Países Baixos, Parlamento na Inglaterra, Dieta na Alemanha etc.

O Estado Absolutista foi o Estado típico das Formações Sociais de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa. Ele é o próprio Estado Nacional moderno e suas características foram se desenvolvendo enquanto se desenvolvia a transição, enquanto era realizado o progresso da produção manufatureira, da expansão européia, da competição mercantil, das novas concepções ideológicas etc., que aceleraram o enfraquecimento da classe feudal e o fortalecimento do Estado centralizado.

As características do Estado absolutista foram:

- a grande centralização representada pelo grande poder do soberano, que não era controlado por outras instituições políticas ou por leis limitativas de sua autoridade.
- o exercício da soberania, a noção de soberania do Estado expressava o domínio político exclusivo e único sobre a formação social, sem restrições, o Estado sendo a fonte de todo poder político no território nacional; o soberano também a representava tanto no próprio país quanto nas relações internacionais.
- a razão de Estado, que significava a capacidade do Estado realizar práticas consideradas de interesse coletivo.
- o sistema jurídico, constituído de regras de Direito válidas para todos e que substituíram os privilégios de origem feudal; todos os indivíduos passaram a ser considerados súditos do Estado.
- uma burocracia, cujas funções têm caráter de funções do Estado e não de interesses particulares.
- o exército permanente, a serviço do poder “público”, do poder que é apresentado como estando a serviço do interesse geral.
- a política econômica mercantilista, que intervinha na estrutura econômica sob diversas formas, ampliou o estabelecimento de relações capitalistas de produção e foi um dos aspectos da acumulação primitiva de capital.
- a subordinação de uma Igreja, como resultante da crise feudal e da soberania do Estado; as diversas Igrejas subordinadas, católica e protestante, passaram a fazer parte do Estado, justificando pela doutrina o direito divino dos reis.
- a ideologia nacionalista, que se contrapunha ao universalismo da Igreja, expressava as aspirações burguesas e sua competição e justificava a soberania estatal.
- a noção de um soberano acima das classes sociais, produto da complexa situação social durante a transição e de concepções ideológicas de origem feudal (religião) e de origem burguesa (nacionalismo); na verdade, a atuação do soberano, cuja origem social era a nobreza, atendia objetivamente aos grupos dominantes.

A prática absolutista, à medida que se realizava e aperfeiçoava, foi justificada e explicada ideologicamente por doutrinas fundamentadas em noções religiosas e não-religiosas.

Os principais doutrinadores do poder absoluto foram:

- Nicolau Maquiavel (1469-1527) - em suas obras *O Príncipe* e *Discursos* sobre a primeira década de Tito Lívio, fundamentava a necessidade de um Estado Nacional forte e independente da Igreja e encarnado na pessoa do chefe do governo (o "príncipe") para a aplicação da razão do Estado, fortalecimento da nação e o benefício coletivo, considerando válidos todos os meios utilizados para o alcance desses objetivos.
- Jean Bodin (1530-1595) - em *Da República*, argumentava que a soberania do Estado personificada no rei tinha origem divina, não havendo impedimento à autoridade real.
- Bossuet (1627-1704) - *Política Tirada da Sagrada Escritura* reforçou a doutrina do direito divino, que legitima qualquer governo, justo e injusto; todo governo é sagrado e revoltar-se contra ele é, portanto, um sacrilégio.
- Thomas Hobbes (1588-1679) - no *Leviatã* (1651), abandonou a ideologia religiosa para justificar o absolutismo. Sua doutrina do "contrato" afirma que em "estado natural" os homens lutam entre si. Então, para sobreviverem, renunciam a seus "direitos naturais" através de um contrato tácito, transferindo-os ao estado, cuja soberania sobre os súditos é, assim, absoluta, indivisível e irrevogável; sua missão é reprimir o egoísmo e promover a paz. O Estado está representado da forma mais perfeita pelo rei. O filósofo Hobbes foi um dos ideólogos do absolutismo Stuart (Inglaterra). Já na segunda metade do século XVII, foi produzida a ideologia liberal, que retomou a noção do contrato, dando-lhe outro conteúdo para combater o absolutismo real. Seu principal representante no século XVII foi o filósofo John Locke, ideólogo da "Revolução Gloriosa"(1688-1689), cujas idéias foram desenvolvidas no século XVIII pelos iluministas".

INGLATERRA

Na Inglaterra, desde o século XIII (Carta Magna, 1215), certas práticas jurídico-políticas, criadas pela nobreza e pelo clero para limitar o poder real, foram institucionalizadas solidamente. Assim, a lei estava acima do soberano; ele não podia promulgar leis, aumentar os impostos ou criar novos, sem consentimento do Parlamento; nenhum membro da nobreza e do clero podia ser preso ou condenado sem especificação da culpa e sem julgamento legal por seus pares; os funcionários da Coroa podiam ser julgados por crimes cometidos em suas funções etc.

O parlamento, inicialmente assembléia dos senhores leigos e eclesiásticos, foi ampliando sua participação e se divide (desde 1927) em:

Câmara Alta ou dos Lordes - representantes da grande nobreza e do Alto Clero.

Câmara Baixa ou dos Comuns - representantes da pequena nobreza e da burguesia.

No final do século XV, a crise do feudalismo manifestou-se na Inglaterra também por meio de uma enorme crise política, inclusive com a divisão da grande nobreza em dois grandes grupos: o da dinastia York e o da dinastia Lancaster.

O enfraquecimento da nobreza inglesa durante a Guerra das Duas Rosas (1455/1485) e os interesses da burguesia por um Estado centralizado impulsionador do progresso comercial produziram o Estado moderno inglês, com a dinastia Tudor (1485, Henrique VII) e a subordinação efetiva do Parlamento à Coroa.

Durante o período Tudor, foi consolidado o Estado absolutista inglês, em detrimento da nobreza e da Igreja. Essa consolidação foi paralela às transformações econômicas que mudaram cada vez mas rapidamente as condições de existência do Estado. Assim, já no fim do século XV, teve início o processo de concentração capitalista da terra e o início da capitalização do campo (processo de formação de "enclosures"). O confisco de terras de nobres que contestavam o poder real foi ampliado no século XVI, articulado e justificado pela reforma anglicana (Henrique VIII, 1509-1547), também instrumento de afirmação do Estado Nacional Inglês.

As enormes propriedades eclesiásticas das ordens religiosas e bispados foram confiscadas. Parte delas ficou com a Coroa, que assim obtinha fontes de renda e diminuía a necessidade de recursos aprovados pelo Parlamento. Outra parte foi vendida a alguns nobres aliados do rei e a burgueses, assim se formando uma burguesia agrária, que logo competiu com a antiga nobreza pelo controle das funções políticas locais.

Durante o governo de Eduardo VI (1547-1553), o processo continuou. Ao mesmo tempo, a eliminação de várias características católicas presentes na doutrina e nas práticas religiosas anglicanas, com a adoção de dogmas calvinistas, marcou mais ainda o caráter antipapal do Estado Inglês; a Inglaterra passou a ser refúgio de protestantes.

A reação feudal e católica de setores da nobreza foi realizada sob a liderança de Maria Tudor (1553-1558), que tentou restaurar o catolicismo aliando-se a Carlos I da Espanha (casando-se com o futuro Felipe II), envolvendo a Inglaterra na guerra entre França e Espanha e perseguindo os protestantes. Espanha e Igreja Católica passaram a ser considerados os maiores inimigos do Estado inglês depois do

período de Maria Tudor.

O reinado de Elizabeth I (1558-1603) foi o apogeu do absolutismo inglês. A importância do Estado nesse período foi marcada:

I. No nível *econômico,* pelo mercantilismo, caracterizado pelas seguintes práticas:

protecionismo, através de atos de Navegação.

estímulo à construção naval, à produção metalúrgica e têxtil.

concessão de monopólios a indivíduos ou grupos, inclusive para a formação de grandes companhias, a Companhia dos Mercadores Aventureiros (empresários e corsários ao mesmo tempo) criou sociedades como a Companhia do Levante, mas a maior foi a Companhia das Índias Orientais (1600).

início do sistemático esforço explorador (Orake, 2ª viagem de circunavegação) e colonial (Virgínia).

controle da força de trabalho artesanal através do "Estatuto dos Artesãos" e pela atração do trabalhador qualificado no estrangeiro

desestímulo à formação de “enclosures”.

abertura da Bolsa de Londres (1571).

II. No nível *jurídico-político,* através do aperfeiçoamento do aparelho estatal (criação do Tribunal de Alta Exceção, criação do Ministério e dos longos períodos sem convocar o Parlamento, utilizando-se a prerrogativa real).

III. No nível *ideológico,* por meio do Ato de Supremacia de 1559, reafirmando-se a chefia da Igreja Anglicana pelo monarca e consolidando-a.

Externamente, o período elizabetano marcou o início da expansão inglesa, com vitórias sobre os espanhóis.

O desenvolvimento inglês e a derrota espanhola criaram condições para que amplos setores da burguesia, no final desse período, opusessem-se aos monopólios e privilégios das Companhias comerciais e das corporações artesanais e às restrições estatais ao processo de cercamento dos campos. Esses setores se identificavam geralmente com a religião puritana e com seitas não-conformistas em relação à Igreja Anglicana.

Os Stuart eram soberanos na Escócia e herdeiros dos Tudor. Com a morte de Elizabeth, o rei Jaime da Escócia tornou-se também rei da Inglaterra.

O desenvolvimento da economia inglesa, herdado do impulso do período elizabetano, continuou a ser realizado. As bases capitalistas cresciam rapidamente nos setores manufatureiro, mercantil, extrativista mineral (hulha) e agrário. Em muitos pontos, a Inglaterra tinha a economia mais avançada da Europa e destacavam-se a produção de tecidos, a metalúrgica, a construção naval, a mineração. No setor agrário, o

movimento e cercamento dos campos continuou.

Mas as contradições também cresciam. O cercamento provocava desemprego, êxodo rural, fomes (particularmente quando das más colheitas) na crescente população rural. Nas cidades, muitos artesãos independentes se arruinaram diante da concorrência da produção manufatureira e nem todos os recém-chegados dos campos e os artesão arruinados conseguiram emprego nas manufaturas.

O quadro dos trabalhadores diretos, em particular o das cidades, era agravado pelos baixos salários, pelas dificuldades do abastecimento urbano e pelas epidemias. Freqüentes revoltas, articuladas por projetos reformistas, foram realizadas contra o cercamento dos campos, a ampliação da criação de ovelhas e a diminuição das áreas de cereais (que diminuíam o número de empregos e agravavam o abastecimento de gêneros de primeira necessidade), e o fim dos direitos comunais de caça, de pesca e de uso de pastos pela apropriação privada de florestas, campos e pântanos.

Nesse quadro foi formado o excedente social que realizou a colonização da América do Norte e das Antilhas; nesse processo os “servos por contrato” foram muito utilizados.

A grande burguesia urbana, voltada principalmente para o grande comércio externo, desejava uma política externa de agressiva concorrência aos holandeses e de não-aceitação dos direitos adquiridos pelos Estados Católicos na América para ampliação de seus mercados.

No campo, os pequenos proprietários e arrendatários (“Yeomen”) endividados sofriam com a baixa dos preços provocada pela diminuição das entradas de metais preciosos na Inglaterra, com as pesadas condições impostas pelos emprestadores (geralmente grandes proprietários) com a política fiscal da Coroa e com as obrigações financeiras impostas pela Igreja Anglicana, além da eliminação dos velhos direitos comunais já referidos.

Os grandes proprietários de origem burguesa (a “gentry”, cerca de 17.000 famílias em 1600) eram diretamente beneficiários do processo de cercamento; eram contra as tentativas reais de limitar a concentração da terra. Parte desse grupo teve dificuldades com a baixa dos preços, mas parte enriquecia com as atividades extrativistas de hulha, estanho e sua participação em companhias de Comércio.

Os criadores eram interessados diretos no aumento da produção de tecidos e de sua exportação. A “gentry” ocupava a maior parte dos cargos político-administrativos locais e era contrária à política fiscal e à concessão de privilégios da Coroa.

A aristocracia de origem feudal tinha diminuído durante o período Tudor e continuava apoiada na exploração de terras com práticas feudais. Gozava de privilégios como a ocupação de altos cargos, imunidades legais etc. e era a principal base social do absolutismo Stuart, que procurou aumentar seu número concedendo e vendendo títulos, distribuindo pensões, monopólios, terras, etc. Parte da aristocracia, porém tinha-se aburguesado, adotando as práticas capitalistas de exploração rural, explorando minas e manufaturas, participando de companhias de comércio e da exploração colonial na América. Mas a aristocracia também tinha problemas, como o grande endividamento para manter seus negócios e seu padrão de vida luxuoso; sua influência social também diminuiu.

Entre os problemas do progresso econômico inglês, estava o da necessidade de maior volume de capitais. O mercantilismo Stuart e sua política fiscal agravaram esse problema, no momento em que a Europa já começava a receber menos metais preciosos americanos.

No nível jurídico-político, os problemas são representados pela contradição entre o regime absolutista e as necessidades de livre atuação da burguesia. Ao mesmo tempo, as reivindicações dos trabalhadores diretos, camponeses e urbanos, determinavam a necessidade de mudanças no quadro político.

O absolutismo Stuart foi orientado ora pela doutrina do direito divino (Bodin), ora pela doutrina do contrato (Hobbes). Era produto da união de interesses do setor feudal sobrevivente e da grande burguesia mercantil, como demonstra o seu intervencionismo: concessão de monopólios e privilégios, tentativas de paralisação do movimento dos "enclosures", sua imposição da Igreja Única, tentativa de anulação do Parlamento etc. Para sua sobrevivência, portanto, era necessária a instauração do absolutismo do direito.

O Parlamento fora transformado, desde o período anterior, no principal instrumento político da burguesia. Nele repercutia, então, a oposição burguesa à política absolutista dos Stuart. Esses procuraram governar aumentando e criando novos impostos e editando leis sem consultar aqueles, aproximando-se da França (Luiz XIII e Richelieu; Luiz XIV) etc.

No plano institucional, a crise se revelou no choque entre o Parlamento e a Coroa.

A imposição do anglicanismo como religião oficial, da qual o chefe era o soberano, fazia parte da tentativa de estabelecimento do absolutismo de direito ou prerrogativa real. Este necessitava de um poderoso instrumento ideológico de controle social para ser realizado. A manutenção dos setores feudais e dos grandes grupos burgueses, privilegiados com monopólios e outras práticas, exigia a repressão também na vida religiosa. Daí as perseguições aos puritanos e outros "não-conformistas" que, muito mais que os católicos, representavam a oposição burguesa e trabalhadora à política absolutista.

Jaime I (1603 - 1625), também rei da Escócia, logo provocou choques com o Parlamento, devido às suas concepções absolutistas e à sua política religiosa, que provocou, de imediato, a "Conspiração da Pólvora" (1605), organizada por católicos, que foram perseguidos.

Em seu governo teve início efetivo a colonização inglesa na América, com a emigração de puritanos e a ocupação das Antilhas. Os puritanos também se dirigiram para a Holanda.

O reinado de Carlos I (1625-1649) acentuou as contradições já assinaladas. A luta contra a França (apoio aos huguenotes - 1627) e a Espanha levou-o a solicitar recursos financeiros ao Parlamento. Este tentou limitar a prerrogativa real através da Petição dos Direitos (1628), na qual eram pedidas garantias reais contra prisões arbitrárias e se condenava a cobrança de impostos não-autorizados pela assembléia.

No ano seguinte, o Parlamento foi dissolvido e o rei governou um longo período sem convocá-lo (período da "Tirania"), utilizando-se de órgãos como o Conselho Privado, o Tribunal de Alta Exceção, a Câmara Estrelada, realizando grandes perseguições, auxiliado sobretudo pelo conde Strafford e pelo Arcebispo de Canterbury Willian Laud.

Os recursos financeiros foram obtidos, limitando-se os gastos militares (política de paz), venda de cargos e sobretudo cobrança de impostos, inclusive antigos, caídos em desuso, como o "ship money" (imposto medieval cobrado das populações litorâneas para a construção naval) que depois foi restabelecido e cobrado de toda a população. Ele muito contribuiu para que fosse ampliada a oposição ao soberano.

A tentativa de realização desse absolutismo na Escócia, através da imposição do anglicanismo, produziu a rebelião escocesa e a invasão do norte da Inglaterra. O rei convocou o Parlamento para obter recursos financeiros para a guerra, mas a exigência de paz e a anulação das medidas anteriores, consideradas ilegais pela Assembléia, levaram-no a dissolvê-lo (Parlamento Curto). A não-obtenção de empréstimo e a continuação da luta determinaram uma nova convocação parlamentar. O Parlamento Longo (1640-1653) aboliu os impostos da Tirania e recuperou o poder de julgar "funcionários da Coroa", processando e condenando Stanfford e Laud, proibindo o rei de dissolvê-lo sem seu consentimento. A tentativa real de prender os líderes parlamentares e a revolta da Irlanda (1642) desencadearam então a guerra civil.

As contradições sociais determinaram a divisão da Formação Social Inglesa em dois grandes grupos, do ponto de vista político:

o do Parlamento ou cabeças redondas, constituídos pela burguesia, os pequenos proprietários, os trabalhadores agrícolas e urbanos.

o realista ou dos cavaleiros, reunindo a nobreza feudal e burocrática, o clero anglicano e o setor da burguesia mercantil e manufatureira privilegiada.

Os dois grupos, com os respectivos exércitos, defrontaram-se na Guerra Civil. O exército parlamentar, reorganizado e comandado por Oliver Cromwell, derrotou o exército real em Naseby (1645) e obrigou o rei a fugir para a Escócia, onde foi novamente derrotado e aprisionado.

Então, revelaram-se as contradições entre os vários grupos sociais representadas pelo Parlamento:

em um de seus extremos, estavam os grandes proprietários de terras; em termos religiosos, identificados como presbiterianos. Projeto político: monarquia moderada; era a maioria no Parlamento.

no outro extremo, estavam a pequena burguesia e os trabalhadores artesãos e agrícolas; em termos religiosos, identificados como independentes, por pertencerem a diversas seitas. Projetos: igualdade política e religiosa com o fim da Monarquia, liberdade de imprensa e de religião, e voto para a maioria dos trabalhadores; eram liderados por Liburne e apelidados de niveladores.

setor mais radical - trabalhadores que tinham um projeto mais amplo: fim da propriedade privada, devolução aos camponeses das terras cercadas, ocupação das terras públicas (que chegaram parcialmente a realizar); mesmos direitos políticos para todos os homens e, assim, plena igualdade; chamados “diggers” (cavadores, desbravadores)

Os niveladores tiveram forte influência sobre o exército parlamentar, cujos soldados, em sua maioria, eram de origem trabalhadora. A maior parte da burguesia pretendeu eliminá-los, diminuindo o exército sob o pretexto de falta de recursos para mantê-lo. O Conselho Geral do Exército, liderado por Cromwell, embora não partidário das medidas igualitárias, mas liberal e republicano, reagiu da seguinte forma: ocupação de Londres, expurgo e prisão de presbiterianos do Parlamento (1648; passou a ser chamado *Rump Parliament)* , prisão e condenação à morte do rei como traidor (1649) e estabelecimento de um Regime Republicano baseado na maioria dos independentes e no exército.

As contradições de formação social inglesa produziram um regime político altamente centralizado. A instituição da República (*Common Wealth)* começou com a prática da supressão da Câmara de Londres, a repressão aos niveladores mais radicais, aos realistas (partidários da monarquia), presbiterianos e anglicanos, e aos católicos, cujas terras foram confiscadas. Ao mesmo tempo, houve a invasão da Irlanda, cujas melhores terras foram tomadas por ingleses depois de grandes massacres justificados como combate ao catolicismo, e da Escócia, que pretendia o retorno dos Stuart.

O governo era exercido através do Conselho de Estado, do Conselho de Oficiais e do Parlamento.

A centralização chegou ao máximo com o agravamento da situação devido a dificuldades econômicas produzidas por más colheitas e pelo boicote das monarquias européias à competição com os holandeses, ampliada pelo Ato de Navegação de 1651.

As iniciais vitórias holandesas na primeira guerra anglo-holandesa, a insatisfação geral dos trabalhadores

e o domínio dos militares intranquilizaram a burguesia, que pretendia, na conjuntura, a ampliação da força naval e a diminuição do exército. Daí a tentativa de destruir Cromwell e perpetuar *o Rump Parliamen*t.

Em 1653, o conselho de Oficiais cassou o Parlamento e teve início a ditadura de Cromwell, baseada no "Instrumento do Governo", texto elaborado pelo Conselho Militar, que o nomeou *Lord Protector* das repúblicas da Inglaterra, Escócia e Irlanda. Por esse "instrumento", o voto era censitário (baseado na renda) e por ele foram eleitos Parlamentos freqüentemente depurados; os três países foram divididos em onze regiões governadas por generais com plenos poderes; as vendas das terras confiscadas não podiam ser anuladas etc.

O governo de Cromwell representou os interesses da grande burguesia. Durante esse período, o processo de desenvolvimento do setor capitalista da economia inglesa avançou:

as terras confiscadas aos grandes proprietários realistas foram vendidas freqüentemente a comerciantes e oficiais militares.

não foi proibida a formação de "enclosures".

foram mantidos os privilégios das grandes companhias de comércio de longa distância.

com o Ato de Navegação de 1651, foram estimulados a construção naval e o progresso da Marinha Inglesa.

O Mercantilismo de Cromwell foi complementado, no plano externo, pela extensão marítima e colonial, ativada pelo Ato de Navegação. Sua aplicação e a competição na Europa, nas Antilhas, na América do Norte e na Ásia foram os determinantes da primeira guerra anglo-holandesa (1652-1654), vencida pela Inglaterra. A guerra contra a Espanha, realizada em aliança com a França de Mazarino, rendeu a conquista de Jamaica (1655) e a de Dunquerque (na Europa, 1658). O Tratado de Comércio com Portugal (1654) ampliou os mercados ingleses.

No nível ideológico, as grandes e numerosas contradições desse momento da Formação Social Inglesa foram expressas sobretudo pela expansão das diversas seitas religiosas protestantes. O próprio governo se orientava de acordo com a religião puritana, impondo uma grande austeridade pública e privada.

O nacionalismo inglês do período foi marcado pelo misticismo puritano: acreditava-se que o povo inglês era o "povo eleito", cuja vocação era reformar o mundo e prepará-lo para o retorno de Jesus Cristo. A principal exposição literária dessa ideologia foi o poema "Paraíso Perdido" (publicado em 1667), de John Milton.

Com a morte de Cromwell (1658), seu filho Ricardo assumiu o governo, porém logo abdicou, abrindo um período de lutas entre os principais generais, vencido pelo General Monck. Um novo Parlamento (parlamento Convenção) foi organizado e foi aprovada a restauração dos Stuart, com Carlos II (1660).

O retorno da dinastia Stuart foi facilitada pela aversão geral à ditadura militar. Carlos II prometeu anistiar os participantes da Guerra Civil, reconhecer os direitos dos novos proprietários, respeitar a liberdade religiosa e a autoridade do Parlamento no plano fiscal. Em princípio, sua ascensão ao trono significou a vitórias dos realistas (monarquistas), em maioria anglicanos e grandes proprietários. Mas, facilitado pela maioria anglicana no Parlamento eleito em 1661 (Parlamento Cavaleiro), realizou uma política absolutista inspirada na doutrina do direito divino e na experiência francesa. Restaurou a Igreja Anglicana pelo Ato da Uniformidade (1662), restabeleceu a Câmara dos Lordes, perseguiu os partidários da supremacia do Parlamento e do regime republicano: só os anglicanos tinham direitos políticos. O exército de Cromwell foi dissolvido. A política econômica inglesa não foi alterada. A expansão marítimo-mercantil foi reforçada por várias leis (entre elas o Ato de Navegação de 1660) pela competição com a Holanda (segunda e terceira guerras anglo-holandesas); pela penetração de comerciantes e mercadorias inglesas em Portugal, que também cedeu Bombaim (Índia) e Tânger (África) em troca do apoio inglês contra a Espanha e a Holanda (Tratado de "Paz e casamento" de 1661), pela ampliação da colonização na América do Norte e nas Antilhas. O processo de concentração da propriedade de terra continuou.

A realização de uma política externa de aliança com a França contra a Holanda foi acompanhada pela Declaração de Indulgência de 1672, que permitia aos católicos serem funcionários do Estado. O Parlamento reagiu e impôs ao rei *Test Act (ou Bill of Test),* que impunha aos ocupantes de funções públicas a adesão ao anglicanismo (1673). A questão da sucessão ao trono também ampliou os choques entre o Parlamento e a Coroa: Carlos II pretendia que seu sucessor fosse seu irmão Jaime, católico. A maior parte do Parlamento impôs ao rei o *Habeas Corpus Act (ou Bill of Habeas Corpus),* pelo qual ficava garantida a liberdade individual e impedidas as arbitrariedades policiais; e o "Bill" da Exclusão, pelo que o irmão do rei ficava excluído da sucessão.

No nível político, as contradições inglesas se manifestaram nessa ocasião pela formação de duas tendências e agrupamentos políticos:

os *whigs,* defensores do predomínio do Parlamento e contrários ao absolutismo e a Jaime.

os *tories,* partidários da supremacia do rei (prerrogativa real); eram anglicanos na maioria.

Diante da supremacia *whig,* Carlos II governou sem Parlamento nos últimos anos do seu reinado, contando com o apoio financeiro de Luiz XIV, da França, e com empréstimos da grande burguesia.

Com apoio dos *tories,* Jaime II assumiu o trono e logo realizou uma política absolutista, agravada por seu catolicismo. Nomeou católicos para funções importantes, contrariando o *Test Act;* promulgou declarações

de indulgências aos católicos; o *Habeas Corpus Act* não foi respeitado.

Ao mesmo tempo, a aproximação de Jaime II com a França, cujos projetos expansionistas estavam sendo realizados (inclusive a ocupação da Holanda) e ameaçavam vários interesses comerciais, contribuiu para diminuir sua base social de apoio.

O batizado de seu filho na religião católica uniu *tories e whigs*, que apelaram para Maria, a filha do Rei, casada com o "estatuder" da Holanda, Guilherme de Orange. Assim, teve início a Revolução Gloriosa. O rei fugiu para a França e o Parlamento proclamou soberanos Guilherme III e Maria (1689), que se comprometeram a respeitar a Declaração dos Direitos *(Bill of Rights*), pela qual os soberanos não podiam:

- suspender leis e sua execução.
- cobrar novos impostos sem aprovação do Parlamento.
- prender cidadãos sem culpa formada.
- interferir na Justiça.
- convocar e manter o exército sem consentimento parlamentar.

E prometiam:

- respeitar as eleições parlamentares, que devem ser livres e sem pressões.
- respeitar a liberdade de expressão no Parlamento, a qual só poderia ser diminuída por ele próprio.
- respeitar a liberdade de imprensa

A Declaração dos Direitos reafirmou o poder do Parlamento sobre a Coroa definitivamente, eliminando o absolutismo do conjunto das práticas da Formação Social inglesa. O poder do Parlamento foi ampliado pouco depois pelo Ato de Trienalidade (*Triennal Act*, 1669, obrigando os soberanos a convocarem eleições de três em três anos; depois esse período foi ampliado para sete anos) pela elaboração anual do orçamento.

As liberdades especificadas na Declaração foram ampliadas pelo Ato de Tolerância (*Toleration Act,* 1689), que estabeleceu a liberdade de culto para todos os protestantes dissidentes, embora mantendo a Igreja Anglicana como Igreja oficial do Estado. Os católicos e judeus dela foram excluídos. A rebelião dos irlandeses e seu apoio a Jaime II muito contribuíram para a exclusão dos católicos.

A elaboração de um novo tipo de Estado, o Estado Liberal burguês, com um novo regime político em que o poder é dividido (Legislativo e Executivo), deu base à doutrina do liberalismo formulada por John Locke. No século XVIII (*Settlemente Act*), a sucessão ao trono foi regulada pela exclusão de pretendentes católicos, pela designação da Casa de Hannover à sucessão deste.

A Grã-Bretanha (designação da união da Inglaterra e Escócia, 1707), sob os primeiro Hannover (1714-1760), elaborou o parlamentarismo moderno: a maioria parlamentar governa formando o ministério presidido por um primeiro-ministro, o chefe de governo; este só é responsável diante do Parlamento.

A burguesia inglesa, após a Revolução Gloriosa, acelerou sua acumulação de Capital, tornando-se a principal potência econômica e política. A hegemonia francesa no continente foi combatida em nome do equilíbrio europeu (guerras contra a França: da Liga de Augsburgo, 1689-1697, em aliança com a Holanda

e outros Estados, derrota francesa e guerra de sucessão da Espanha, 1701-1714, etc.)

A decadência da Holanda, a fraqueza da Espanha, a derrota e o atraso da França facilitaram a penetração da França, dos produtos ingleses na Europa, a ampliação de seu império colonial (apesar da independência das treze colônias americanas - 1716) e a realização de sua superioridade marítima. Tudo isso preparou a Revolução Industrial do Século XVIII.

FRANÇA

O Estado Nacional francês foi ampliado e consolidado a partir do fim da Guerra dos Cem Anos, quando a Coroa conseguiu estabelecer sua autoridade efetiva sobre alguns grandes feudos, como é o caso da Borgonha.

O poder dos reis crescia paralelamente à formação territorial. Os soberanos da Dinastia Valois (Luiz XII 1498-1515; Francisco I 1515-1547; Henrique II 1547-1559), com o apoio de largos setores da burguesia, impuseram o reconhecimento de seu poder absoluto, justificado pela doutrina da origem divina de poder real, não convocando os Estados Gerais, escolhendo só funcionários, dirigindo a justiça e fazendo executar as Duas Leis. Após a Concordata de Bolonha (1516), o próprio clero ficou subordinado à autoridade do rei, já que competia, daí para frente, ao soberano nomear os chefes eclesiásticos da França.

No nível econômico, o mercantilismo era de base metalista: a saída de metais preciosos da França era simplesmente proibida. A dominância da burguesia mercantil, ligada ao comércio mediterrâneo, impedia a ocorrência de um grande apoio estatal à expansão francesa no Atlântico.

Além dos impostos, um dos recursos da Coroa era a venda de ofícios de finanças e da Justiça, sendo que, aos poucos, esses cargos foram sendo transformados em funções hereditárias.

O poder real era limitado pela sobrevivência de costumes e privilégios da nobreza, pelas dificuldades das comunicações e pela relativa independência dos cargos hereditários da burocracia.

No plano da política externa, o período foi marcado pelas guerras na Itália contra os Habsburgos, (Carlos V e Felipe II), que contribuíram para reforçar o nacionalismo francês; e, por uma aliança com o Império Turco Otomano (1535), cujos objetivos eram a conquista de um apoio contra Carlos V e o recebimento de privilégios para o comércio francês no Império Turco.

Durante o reinado de Francisco I e Henrique II, a doutrina Calvinista foi propagada na França, conseguindo logo um grande número de seguidores que eram denominados huguenotes.

À medida que a doutrina calvinista justificava as práticas econômicas capitalistas, como o comércio e a usura, base mobiliária da riqueza da burguesia, podemos entender que a maior parte da burguesia se tornou praticante do calvinismo. O calvinismo também serviu para que uma parte da nobreza justificasse o seu interesse em confiscar terras da Igreja e, assim, poder superar sua ruína econômica e tentar realizar o projeto de restabelecer sua autonomia política através do enfraquecimento do Estado centralizado, que tinha na Igreja um de seus alicerces. Em meados do século XVI, a França, política e ideologicamente, era dividida em:

- católicos ou papistas, cujo líder era o Duque de Guise.
- calvinistas ou huguenotes, liderados por Henrique Navarra, um membro da família dos Bourbons.

Cada uma dessas facções tinha como objetivo o estabelecimento de seu controle sobre o governo nacional francês. A luta entre elas, conhecida pelo nome de Guerra de Religião, desenvolveu-se durante o reinado dos três últimos Valois e o seu significado maior foi o enfraquecimento efetivo do estado francês.

Durante o reinado de Francisco II (1559-1560), os católicos mantiveram total ascendência sobre a Coroa, mas os huguenotes fortaleceram-se com a adesão de muitos nobres insatisfeitos com a *Paz de Cateau-Cambrésis* (1559) assinada por Henrique II com a Espanha e que assegurou aos Habsburgos o controle do Reino de Nápoles, dos Países Baixos e de alguns outros territórios de menor importância.

Tentando a conciliação entre as duas facções, com a finalidade de evitar a tutela dos grandes nobres católicos sobre seu filho e, conseqüentemente, o enfraquecimento do poder real, Catarina de Médicis, rainha-mãe e regente do trono, fez publicar o *Édito de Tolerância* de 1562, que concedia aos huguenotes liberdade de culto fora das cidades.

No mesmo ano, os católicos realizaram o massacre de Vassy, chacina de um sem número de huguenotes, durante a celebração de um culto. Esse fato deu início à Guerra Civil que se estenderia até 1598 e ao longo da qual ocorreram intervenções estrangeiras: alguns príncipes alemães e o governo inglês de Elizabeth em apoio aos huguenotes; o governo espanhol de Felipe II em apoio aos católicos.

A guerra transcorreu em território francês e foi recheada de massacres. No reinado de Carlos IX (1560-1574), os huguenotes chegaram a possuir grande influência sobre o rei, especialmente através de um de seus líderes, o Almirante Coligny, que era ministro do Rei.

Essa ascensão motivou, em 1572, o *Massacre da Noite de São Bartolomeu:* milhares de huguenotes foram mortos em Paris, onde estavam concentrados com o objetivo de assistir ao casamento de seu líder, Henrique de Navarra, com a irmã do rei Carlos IX. Os católicos agiram motivados pelo temor de um golpe de Estado huguenote.

Henrique III (1574-1589) aproximou-se dos huguenotes com o intuito de fortalecer-se e poder se opor aos católicos que pretendiam depô-lo com o apoio de Felipe II de Espanha, que pretendia o trono francês para sua filha. Henrique III promoveu o assassinato do líder católico, o Duque de Guise, em 1588, e, não tendo descendentes, designou Henrique de Navarra como futuro rei. Em 1589, foi a vez de Henrique III ser assassinado.

O líder huguenote tornou-se Henrique IV (1589-1610) e foi o primeiro soberano da Dinastia Bourbon. Henrique IV derrotou a Santa Liga (nome dado à organização da força católica), mas diante da resistência de Paris, da presença de tropas espanholas, do esgotamento geral, da ruína econômica, da sublevação de camponeses e objetivando obter o apoio da Igreja, o rei converteu-se ao catolicismo, em 1593, entrando em Paris e sendo sagrado rei em 1594. Os espanhóis foram expulsos da França e a revolta dos camponeses foi contida através da diminuição de alguns impostos e outras concessões menores.

A guerra civil terminou definitivamente com a promulgação, em 1598, do *Édito de Nantes*, que determinou a liberdade de culto e a igualdade política entre católicos e huguenotes. Como garantia, os huguenotes conservaram o controle de mais de cem praças fortes, dentre as quais La Rochelle era a mais importante, nas quais eles impunham suas leis e seu poder e, dessa forma, quase chegaram a constituir um Estado autônomo dentro da França.

O fim da Guerra Civil criou uma nova conjuntura, favorável à reafirmação do poder monárquico baseado no direito divino e à reativação da economia. Henrique IV e seus ministros, principalmente o Duque de Sully, realizaram uma política econômica, visando diminuir as importações e evitar a saída de metais preciosos através do incremento da produção de objetos de luxo, principalmente a seda. A nobreza rural foi autorizada a exportar trigo, pantanais foram drenados, estradas foram restauradas, enfim, foi realizado um grande esforço no sentido da reconstrução da economia da França.

O grande comércio marítimo, no entanto, não pôde crescer em larga escala em função do fracasso da criação de uma Companhia das Índias. Em compensação, em 1608, verificou-se a fundação de Quebec no estuário do Rio São Lourenço, no Canadá.

Para sustento do Estado, as finanças foram alimentadas pela elevação de vários impostos, pela obtenção de diversos empréstimos junto à burguesia e mediante a venda de cargos tornados hereditários através do pagamento de uma garantia anual. Os burgueses que ocupavam altos cargos receberam títulos de nobreza, constituindo-se assim uma "nobreza de toga".

Essas medidas, aos poucos, foram provocando sérios descontentamentos, inclusive da nobreza tradicional ("a nobreza de espada"). Henrique IV era considerado por muitos católicos como tirano e usurpador. Vários atentados foram perpetrados contra o rei. Um deles provocou a expulsão dos jesuítas (1594-1603), acusados de apoiarem o regicídio. O apoio de Henrique IV aos holandeses contra a Espanha e aos protestantes alemães contra o Imperador Habsburgo católico ampliou o descontentamento dos católicos franceses. Em 1610, Henrique IV foi assassinado por Ravaillac, um fanático católico.

A menoridade de Luiz XIII justificou a regência da rainha-mãe, Maria de Médicis, grandemente influenciada por Concini, um nobre italiano. A nobreza francesa criticou a regente, aproveitando para retomar sua plena autonomia através da troca do seu apoio à regência por pensões e cargos políticos.

Os huguenotes temiam a reaproximação com o Estado líder da Contra Reforma, a Espanha, em função do casamento de Luiz XIII com a espanhola Ana Tereza da Áustria. A burguesia em geral temia o esgotamento das finanças estatais.

A tentativa de resolver esses problemas mediante a convocação dos Estados Gerais, em 1614, fracassou. Em 1617, a regência de Maria de Médicis teve fim através de um golpe de Estado liderado por Luynes. O novo governo teve de reprimir uma revolta da grande nobreza e uma de huguenotes.

A consolidação do poder real absolutista foi realizada sob a liderança do Cardeal Richelieu, chefe do Conselho de Ministros de 1624 e 1642, cuja política pode ser resumida nos seguintes termos:

- afirmação do absolutismo de direito divino.
- realização de ativa política econômica.
- estabelecimento da hegemonia francesa no continente.

Para afirmar o absolutismo de direito divino, Richelieu empreendeu uma intensa luta contra os huguenotes, diminuindo seu poder através da conquista de inúmeras praças-fortes, inclusive La Rochelle, que foi tomada em 1628.

Em 1629, foi promulgado o *Édito da Graça de Alais*, que manteve o Édito de Nantes, anistiou os huguenotes, mas proibiu-os de possuírem praças-fortes.

No mesmo sentido de consolidar o absolutismo, Richelieu concedeu cargos militares à nobreza , proibiu os duelos, esmagou conspirações da nobreza e revoltas camponesas, reforçou o exército e a marinha, passou a controlar diretamente as províncias através da nomeação dos intendentes que fiscalizavam os governadores, interveio no clero submetendo-o efetivamente à Coroa.

Com o objetivo de ativar a economia, Richelieu promoveu o desenvolvimento da marinha mercante, facilitou a criação de manufaturas e companhias de comércio, incrementou os esforços colonizadores no Canadá e promoveu a instalação francesa nas Antilhas, Guiana, Senegal e Madagascar.

A política externa de Richelieu foi mostrada por dois objetivos: estabelecer a hegemonia francesa no continente e conquistar as "fronteiras naturais" da França, ou seja, o rio Reno e os Pirineus. A consecução dessa política só seria possível mediante a luta contra os Habsburgos. Para tanto, Richelieu promoveu a aliança da França com os príncipes alemães contra o Imperador católico Fernando II, na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

A intervenção nessa guerra aconteceu inicialmente apenas no nível diplomático, mas, a partir de 1635, deu-se também no nível bélico. Os Habsburgos foram derrotados e forçados a assinar, em 1648, o Tratado de Westfália, que determinou:

- o fim das guerras de religião na Alemanha através da presença da autonomia feudal dos príncipes.
- a Alemanha foi dividida em duzentos e noventa e seis Estados e vários domínios dos "cavaleiros imperiais".
- a França obteve a Alsácia e a Suécia, parte da Pomerânia.
- foram reconhecidas as independências da Holanda, Portugal e da Confederação Helvética.
- a França foi conduzida à condição de árbitro da Europa.

Richelieu só deixou seu cargo com sua morte, em 1642. No ano seguinte, Luiz XIII também morreu.

A maioridade de Luiz XIV (1643-1715) determinou a regência de Ana da Áustria, na qual a figura dominante foi o Cardeal Mazarino. Ao longo desse período regencial, verificamos um relativo enfraquecimento do poder real em consequência das chamadas Revoltas de Fronda.

A ocorrência das Revoltas de Frondas foi determinada basicamente em função dos seguintes fatores:

- grande crise econômica provocada pelas más colheitas que geraram fomes, epidemias, desemprego, declínio da renda da nobreza e da burguesia, fato que era agravado pelas sucessivas altas nos impostos.
- as tentativas da nobreza no sentido de eliminar o poder absoluto, sobretudo a nobreza provincial.
- a oposição burguesa e camponesa aos aumentos nos impostos para a manutenção do esforço de guerra (a guerra dos Trinta Anos) e para a manutenção da corte.
- a tentativa da nobreza de Toga no sentido de ampliar a sua influência no aparelho estatal.
- influência da Revolução Puritana na Inglaterra quando o Parlamento inglês derrubou o absolutismo Stuart.

Aproveitando-se da menoridade do rei, da impopularidade do Cardeal Mazarino, que era italiano, e do fato do exército estar entrando na Alemanha, os líderes da nobreza de Toga, membros do Parlamento de Paris (um órgão judiciário), iniciaram, em 1648, a rebelião conhecida como *Fronda Parlamentar*, que foi esmagada no ano seguinte.

Logo em seguida começou a rebelião da nobreza, a *Fronda dos Príncipe*s, que se estenderia de 1649 a 1653.

O esmagamento das revoltas de Fronda foi possível em função do temor da burguesia diante da sublevação popular e das exigências de caráter feudal da nobreza; e o fim da guerra dos Trinta Anos permitiu que Mazarino fizesse uso das tropas regulares do exército contra os revoltosos.

A Fronda dos Príncipes foi a última rebelião na França contra o absolutismo, até as vésperas da Revolução em 1789.

Após a morte de Mazarino, em 1661, Luiz XVI passou a exercer o poder pessoalmente; ele foi a maior expressão do absolutismo de direito divino.

A Corte, mais do que nunca, foi utilizada como instrumento político do domínio do rei sobre a nobreza, que preenchia cargos no ampliado aparelho burocrático do Estado, recebia pensões e outros favores e tinha uma vida faustosa, cujo principal símbolo foi a construção do Palácio de Versalhes.

A administração do Estado era feita através de um enorme conjunto de organismos, dentro dos quais destacavam-se os ministros, o Conselho de Estado e o Conselho das Finanças. As províncias foram ampliadas em detrimento dos governadores. As cidades eram governadas pelos magistrados reis.

O rei exercia também o seu poder despótico, intervindo na Justiça por meio das “ordens de detenção” (*Lettres de cache)* e controlando diretamente a política secreta. Seu despotismo também foi expresso pela força da Igreja Católica, que era controlada pelo Estado, e pelas perseguições ao huguenotes, cujos direitos foram acumulados pela revogação do Édito de Nantes através do Édito de Fontainebleau, de 1685. Milhares de huguenotes, na sua maioria burgueses, fugiram da França para a Holanda, Inglaterra, Suíça e Alemanha.

O poder estatal foi exercido ainda através do paternalismo sobre a produção artística, orientada pelas academias e pelos padrões do classicismo, cujo objetivo precípuo era a exaltação da pena e da obra do rei.

A burguesia foi atendida pela política econômica realizada por Colbert, expressão mercantilista de uma fase de crise, a segunda metade do século XVII, agravada pela diminuição dos estoques de metais preciosos na Europa, em função do declínio da mineração na América espanhola. A escolha de burgueses para altos cargos administrativos também contribuiu para ligar a burguesia francesa ao soberano.

O objetivo principal do cobertismo era o fortalecimento do Estado e a criação das condições financeiras necessárias à realização do absolutismo.

Na política externa, Luiz XVI sustentou a política de hegemonia francesa na Europa, embasado em um poderoso exército, o melhor da Europa na época, e nos *subsídios* (ajuda financeira com fins políticos). Dentre os principais aspectos dessa política externa, destacaremos:

- a *Guerra de Devolução* (1667-1668) contra a Espanha e cujo objetivo era a obtenção dos Países Baixos espanhóis; Inglaterra, Holanda e Suécia formaram a Aliança de Haia e impuseram a *Paz de Aix-la-Chapelle*, segundo a qual a França obteve parte de Flandres.
- o apoio aos governos ingleses de Carlos II e Jaime II com o objetivo de neutralizar a Inglaterra.
- a *Guerra da Holanda* (1672-1678) na qual holandeses e franceses disputaram os Países Baixos espanhóis; Holanda, Espanha e Sacro Império levaram a França a aceitar a Paz de Nimeje pela qual ela obteve da Espanha a região do Franco Nimeje e uma parte de Flandres.
- a anexação de territórios do Sacro Império na bacia do Reno (1679-1688), inclusive Estrasburgo e Luxemburgo, através do aproveitamento das dificuldades do Sacro Império em função das pressões do Império Turco.
- a *Guerra da Liga de Augsburgo* (1689-1697) que foi uma reação ao expansionismo francês através de uma Liga que reunia a Holanda, Espanha, alguns príncipes alemães e Inglaterra; o Tratado de Ryswik obrigou Luiz XIV a renunciar a quase todas as conquistas anteriores e a reconhecer o governo inglês de Guilherme de Orange.
- a *Guerra de Sucessão Espanhola* (1701-1714), motivada sobretudo pelo temor geral da formação de uma superpotência através da união de França e Espanha em consequência da ascensão de Felipe V, neto de Luiz XIV, ao trono espanhol; e pela competição marítimo-mercantil-colonial com a Inglaterra; os Tratados de Utrecht (1713 e 1715) referendavam as derrotas da França de Luiz XIV.
- Essas guerras esgotaram a economia do país, o que é evidenciado pela intensificação da exploração das massas trabalhadoras e manifesto nas várias revoltas populares ocorridas durante o reinado de Luiz XIV.

No século XVIII, o estado absolutista francês manteve-se como a expressão da sobrevivência de práticas feudais que impediam o desenvolvimento do capitalismo.

O Estado assegurava a manutenção dos privilégios da nobreza e do clero, que não pagavam impostos e recebiam rendas do Estado.

O mercantilismo era praticado mantendo-se monopólios e privilégios da grande burguesia e controlando-se as corporações de ofício, impedindo o rápido progresso da produção manufatureira no próprio momento dos primórdios da Revolução Industrial.

A agricultura francesa era realizada com a dominância de técnicas atrasadas e relações sociais do tipo feudal com baixa produtividade. Essa agricultura não atendia às necessidades de alimentos e matérias-primas do povo francês.

O envolvimento da França na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) veio aprofundar todas as contradições francesas. Essa guerra pode ser entendida como derivada dos seguintes fatores principais:

- a competição mercantil e colonial entre a França e a Inglaterra.
- a rivalidade européia entre a Prússia (aliada à Inglaterra) e a Áustria e Rússia (aliadas da França).
- A Guerra dos Sete Anos findou com a assinatura, em 1763, do Tratado de Paris, pelo qual a Inglaterra tomou posse do Canadá, de várias terras das Antilhas e de praças francesas na Índia. Essa guerra aprofundou seriamente os já graves problemas econômicos e financeiros da França.

No nível ideológico, a decadência do Antigo Regime era expressa pelas doutrinas liberais desenvolvidas pelos pensadores do “Iluminismo”.

As diversas tentativas de modernização da administração e da economia, através da revogação de alguns privilégios da nobreza e do clero, realizadas nos reinados de Luiz XV (1715-1774) e Luiz XVI (1774-1789), fracassaram.

O agravamento das contradições entre as reivindicações econômicas e políticas da burguesia e dos trabalhadores, e a persistência do atraso econômico e dos privilégios produziram o processo revolucionário francês em 1789, que marcou o fim do Antigo Regime na França e a criação de condições para sua transformação capitalista.

21_9

REFORMAS

FATORES

As reformas foram um movimento de caráter religioso que, no século XVI, expressaram as contradições inerentes à transição do feudalismo para o capitalismo no nível ideológico.

A igreja controlava grande quantidade dos meios de produção, sobretudo as terras, e se apropriava de grande parte do produto realizado por todos os membros das formações sociais em que ela atuava através da cobrança de dízimos e outras obrigações. Essas obrigações e a exploração feudal de suas terras emperravam o processo de formação do capital e nesta medida contrapunham-se aos interesses mercantis em plena expansão.

A Igreja era um Estado feudal, de território descontínuo, cuja existência dificultava, em função de suas estruturas, o progresso da formação de amplos mercados.

A doutrina da Igreja, através da teoria do preço justo, da condenação da usura, do menosprezo às atividades comerciais e manufatureiras, impedia o desenvolvimento do capital.

À medida que a igreja, enquanto instituição tipicamente feudal, representava um obstáculo real ao desenvolvimento das forças capitalistas, a burguesia tinha, pois, necessidade de destruir o poder da Igreja, sendo que as Reformas Protestantes foram, em última análise, um instrumento para tanto.

Havia uma efetiva contradição entre o processo de formação dos Estados Nacionais centralizados e a existência da Igreja como um Estado de territórios descontínuos. Daí a luta encabeçada pelos soberanos contra os senhores feudais leigos.

Havia ainda uma profunda contradição entre as necessidades econômicas dos diversos grupos sociais e o fiscalismo, a simonia (venda de cargos eclesiásticos) e a venda de indulgências (perdão para os pecados), que a Igreja realizava como um Estado opressor.

E, finalmente, havia a contradição entre as afirmações da doutrina e a prática da Igreja: opressão econômica, desregramento de costumes, nepotismo (prática de nomeação de parentes do Papa para altos cargos eclesiásticos).

Nos séculos XIV e XV, essas contradições foram produzidas e ampliadas como efeito da crise geral do feudalismo. Movimentos contrários à Igreja, de base camponesa, foram considerados heréticos e esmagados. As tentativas de reformas purificadoras internas, realizadas por humanistas, como Erasmo, e tendo como modelo a Igreja cristã primitiva, também fracassaram.

REFORMA LUTERANA

A Alemanha no início do século XVI era um Estado feudal não-centralizado; o Sacro Império romano-germânico, na prática tinha muitos Estados feudais e várias cidades livres. O imperador era eleito na Dieta (assembléia feudal) por sete príncipes, quatro leigos e três eclesiásticos. A nobreza, grande e pequena, tinha ampla autonomia. O sul do país era uma região de transformações econômicas com ativa e importante burguesia, onde se destacavam os banqueiros Fugger, em Augsburgo, ligados aos Países Baixos e à Itália. A Igreja controlava um terço da Alemanha.

Desde a fase aguda da crise feudal, a nobreza aumentava a taxação feudal e eliminava o uso comum, pelos trabalhadores camponeses, de terras de comunidades, do direito de caça etc. Parte da pequena nobreza tornou-se assaltante de estradas. Nas cidades e nos campos, freqüentes rebeliões expressavam a situação dos trabalhadores. A burguesia queria a centralização do poder. Esse foi o sentido político do financiamento, pelos Fuggers, da eleição de Carlos V de Habsburgo como Imperador.

Martinho Lutero (1483 - 1546) era monge agostiniano, professor de Teologia na Universidade de Wittemberg, quando o Papa Leão X renovou a indulgência para a obtenção de fundos necessários à construção da Basílica de São Pedro. O descontentamento geral com o Papado aumentou na Alemanha quando o frade Tetzel lá chegou para pregar a indulgência.

Em 1517, Lutero publicou suas “95 Teses”, condenando as indulgências, e logo foi amplamente apoiado, tendo sido Tetzel expulso da cidade de Wittemberg. Recusando retratar-se, Lutero foi excomungado pelo Papa e declarado fora da lei por Carlos V e pelo Édito de Worms, sendo, no entanto protegido pelo duque Frederico da Saxônia. Em 1522, retornou a Wittemberg, onde permaneceu até a morte.

O luteranismo afirma a “justificação pela fé” na graça de Deus, que realiza a salvação do homem condenado às chamadas boas obras (caridade, penitência, cumprimento das obrigações eclesiásticas). Sua doutrina do “sacerdócio universal dos cristãos” abole a necessidade de intermediários (clero) entre Deus e os homens. Todos os homens, portanto, são iguais, não se justificando as hierarquias feudais e eclesiásticas.

Na Igreja Luterana, o ofício eclesiástico foi suprimido. O culto reduziu-se a comentários da Bíblia e cânticos de salmos; mantiveram-se dois sacramentos: batismo e eucaristia; suprimiu-se o culto à Virgem e aos Santos; foi negada a existência do purgatório; os sacerdotes luteranos são apenas guias mais instruídos, podendo casar-se.

A doutrina de Lutero afirmava o individualismo no plano religioso, mas não admitia ainda a usura, não rompendo totalmente, nesse aspecto, com a antiga ordem feudal. Ela expressou mais os anseios da nobreza alemã que da burguesia. Mas esta encontra nele justificativa para se lançar contra a Igreja e adere ao luteranismo na Alemanha. Em seu “Discurso à Nobreza da Nação Alemã”, atacando o Papado como potência estrangeira, Lutero expressou também o nacionalismo alemão (inclusive traduzindo a Bíblia para o alemão). Dessa forma, sua doutrina coincidia com as necessidades de amplos setores sociais.

Em 1522 - 1523, a pequena nobreza fez a Revolta dos Cavaleiros, que pretendia a expropriação de terras da Igreja. Em 1524 - 1525, ocorreu a grande guerra camponesa no centro-sul da Alemanha, aproveitando-se da derrota dos cavaleiros.

Inicialmente, os camponeses rebelaram-se contra as corvéias e as taxas em dinheiro, eles queriam igualdades com o clero e a nobreza, isto é, o fim da servidão e a anulação das diferenças de classe, baseando-se numa interpretação das idéias luteranas, ganhando apoio de trabalhadores urbanos e de alguns cavaleiros. Lutero exortou os trabalhadores e os príncipes à não-violência. Mas o movimento assumiu caráter revolucionário, liderado pelo anabatista Thomas Münzer, que pregava uma espécie de igualitarismo místico. Lutero o condenou, formulando a doutrina da subordinação e obediência dos súditos (e da Igreja) às autoridades leigas, porque toda autoridade política, afirmava, foi instituída por Deus. Logo, a Igreja também deve subordinar-se ao Estado.

A rebelião camponesa foi esmagada. Como consequência, os camponeses permaneceram submetidos à servidão até o século XIX (exceção da Westfália e outras poucas regiões); os príncipes (grandes nobres) ficaram mais poderosos, a Reforma Luterana passou a ser também o movimento político de maior parte dos príncipes contra o Império e o Papado, inclusive tomando bens da Igreja. Seguindo essa linha, o grão-mestre da Ordem dos Cavaleiros Teutônicos criou, com as terras da Ordem, um Estado Leigo, a Prússia (1525).

O Imperador Carlos V tentou impor seu absolutismo de base católica e ordenou aos reformados que se submetessem (1529 , Segunda Pieta de Spira), mas esse protestaram contra a Ordem, apresentaram a "Confissão de Augsburgo" redigida por Melanchton (1530, exposição da doutrina alemã) e formaram a Liga da Esmalcalda (1531), que teve apoio da França e da Inglaterra, temerosas do projeto político Habsburgo de hegemonia na Europa.

O Imperador, diante da expansão do Império Turco na bacia do Danúbio, não teve condições de guerrear com os protestantes, a não ser em 1546/1547 (Guerra Esmalcalda). Mas fracassou e abdicou. A luta terminou pela paz de Augsburgo (1155), na qual foi estabelecido o princípio segundo o qual a religião dos súditos seria a de seus respectivos príncipes ("cujus regio ejus religio"), só luteranos podiam ter liberdade de culto e os príncipes luteranos podiam manter as terras tomadas à Igreja. Essa foi uma solução de compromisso; o problema foi retomado no século XVII (Guerra dos Trinta Anos, 1618 - 1648).

O luteranismo tornou-se a expressão religiosa do nacionalismo na Suécia e na Noruega, então em luta contra a Dinamarca, onde também se impôs.

REFORMA CALVINISTA

A Suíça, na Idade Moderna, caracteriza-se por ser uma região basicamente voltada para uma economia de subsistência e por ser um ponto de passagem obrigatória das rotas comerciais terrestres, que partiam da Itália buscando o resto da Europa.

Dadas suas condições específicas, podemos entender que sua sociedade era constituída por uma massa de pequenos lavradores, alguns poucos nobres proprietários de terras e uma crescente camada social urbano-mercantil. Politicamente, a Suíça constituía-se em uma Confederação (a Confederação Helvética), que se tornara independente em 1494, em relação ao Sacro Império Romano Germânico.

A primeira manifestação reformista religiosa na Suíça foi liderada por Ulrich Zwinglio.

Zwinglio (1484 - 1531) era um humanista e pároco em Zurique, atacou os abusos eclesiásticos e rejeitou as práticas religiosas tradicionais: o celibato, a abstinência de carnes, a veneração de imagens e o caráter de sacrifícios na missa.

Segundo Zwinglio, cada comunidade deveria escolher os seus pastores e decidir acerca dos rumos de sua vida. Discordou de Lutero quanto à Eucaristia. Enquanto este acreditava na presença corporal de Cristo, Zwinglio considerava a Eucaristia como a comemoração do sacrifício de Cristo em benefício dos homens.

Zwinglio foi morto pelos católicos suíços. O zwinglianismo propagou-se fundamentalmente pelas regiões germânicas da Confederação Helvética.

O movimento reformista, ocorrido na Suíça, de maior profundidade e maior influência, foi aquele liderado por Calvino. João Calvino (1509 - 1564) era francês e fez estudos humanísticos. Após sua conversão ao luteranismo, foi obrigado a fugir de seu país para a Suíça em conseqüência das perseguições religiosas a que foi submetido. Sua doutrina foi sintetizada na obra “Instituição Cristã”, publicada em 1536, e cujos principais princípios foram:

- todo homem está predestinado à salvação ou à condenação ao inferno.
- salva-se aquele que cumpre seus deveres segundo a Sagrada Escritura.
- a Eucaristia é uma união espiritual com Cristo.
- o culto deve ser reduzido à prece e à pregação.
- a repulsa às imagens.
- preconizava a subordinação do Estado à Igreja.

Calvino condenava o luxo e o esbanjamento, não condenando nem a usura nem o comércio e incentivando o trabalho sob todas as formas. Apoiado na idéia da predestinação, o Calvinismo foi a melhor expressão ideológico-religiosa das novas realidades sociais da transição para o capitalismo. O lucro e o êxito eram vistos como sinais da predestinação do homem trabalhador e parcimonioso. Nessa medida, havia uma efetiva identificação entre o Calvinismo e a ética burguesa.

Calvino fixou-se em Genebra e governou-a como um tirano baseado em sua austera moral e com grande intolerância.

O Calvinismo propagou-se na França, onde seus adeptos formaram a facção Huguenote. Nos Países Baixos, os Calvinistas foram duramente reprimidos pelo Absolutismo espanhol de Felipe II. Na Escócia, John Knox transformou-o em religião do Estado com o nome de Presbiterianismo. Nos Países Baixos e na Escócia, o Calvinismo identificou-se com o Nacionalismo.

REFORMA ANGLICANA

A insatisfação com a Igreja era muito grande na Inglaterra desde o fim do século XIV, quando Wyclif (tradutor da Bíblia para o Inglês) apresentou uma das doutrinas precursoras do protestantismo.

As pregações de Wyclif serviram de base ideológica para o movimento reformista dos “lollards” contra as riquezas eclesiásticas. Com o passar do tempo, a insatisfação aumentava e foi expressa pelos humanistas, como Thomas More, que defendiam a tolerância religiosa. A reação contra a venda de indulgências também era bastante grande.

A Coroa controlava o Clero nomeando-o. Estava interessada em desligar-se do Papado e obter para si as rendas da Igreja e desta forma ampliar seu poder.

O fator que desencadeou a Reforma na Inglaterra foi a negativa do Papado em atender ao pedido de divórcio do rei Henrique VIII (1509 - 1547), que era casado com Catarina de Aragão, tia de Carlos V.

Os ataques à Igreja foram multiplicados, inclusive quanto à interferência do Papado, como potência estrangeira, nos assuntos internos do Estado Inglês (o argumento para o divórcio era a necessidade de um herdeiro para o trono)

Em 1534, o parlamento votou o Ato de Supremacia, que transformava o soberano em chefe supremo da Igreja na Inglaterra. Os mosteiros foram suprimidos e suas enormes terras foram vendidas à burguesia, ampliando o processo de formação dos “enclosures”. É importante que fique claro que, através do Ato de Supremacia, além do rompimento com o Papado, nada foi mudado na prática da religião.

No reinado de Eduardo VI (1547 - 1553), a Reforma foi aprofundada através do primaz da Igreja Anglicana, Thomas Crammer, mediante a introdução de idéias e de liturgia de inspiração Luterana e Calvinista. Essas reformas foram impostas ao clero através do “Common Prayer Book”. A missa e o celibato foram suprimidos.

No governo da Católica Maria Tudor (1553 - 1558), casada com Felipe II da Espanha, os setores católicos ingleses reagiram violentamente através do terror e abolindo o Ato de Supremacia. Mas, como expressão dos interesses de grandes setores da sociedade inglesa, o Anglicanismo foi restaurado e consolidado por Elizabeth I (1558 - 1603), reafirmando-se o Ato de Supremacia.

Através do “Bill dos Trinta e Nove Artigos”, o Anglicanismo foi estabelecido como religião oficial do Estado e consolidou-se fundamentado em três idéias gerais: a influência do Calvinismo; a obediência absoluta ao rei; a manutenção da hierarquia e de parte do ritual católico.

A maneira pela qual o Anglicanismo se consolidou deu margem ao surgimento, na Inglaterra, do Puritanismo (Calvinistas radicais) e dos Independentes (defensores da liberdade absoluta das comunidades religiosas).

REAÇÃO CATÓLICA

As reformas protestantes provocaram na Igreja Católica um movimento de reforma interna que inicialmente decorreu de iniciativas isoladas como a mudança das Regras das ordens religiosas, bem como a formação de novas ordens como a dos Capuchinhos, das Ursulinas, dos Barnabistas e dos Jesuítas.

Os Jesuítas (a Companhia de Jesus) foram organizados por Inácio de Loyola, autor de uma obra intitulada "Exercícios Espirituais", antigo oficial do exército espanhol, sendo que sua organização foi aprovada pela Papa Paulo III em 1540. A companhia de Jesus formou uma das bases de recuperação da Igreja na Europa e da conquista de novos fiéis através da ação missionária na América e na Ásia. O êxito das Jesuítas é devido a seu preparo teológico, à rígida disciplina, a seu preparo intelectual e ao seu eficiente sistema pedagógico.

A Inquisição, criada no período feudal para o combate às heresias, foi muito utilizada na Espanha, desde o século XV, contra os mouriscos e os judeus. Para o combate aos protestantes, ela foi restabelecida, em 1542, como órgão oficial da Igreja, dirigida de Roma pelo Santo Ofício, que era um órgão presidido pelo Grande Inquisidor.

A Inquisição partia do princípio de que eliminar as pessoas mais destacadas, quando consideradas culpadas, era o melhor meio de controle sobre as classes trabalhadoras. A tortura era prática normal para a obtenção de confissões.

Em 1543, a Igreja criou um outro órgão, a Congregação do Index, que recebeu a função de examinar todas as obras que viessem a ser publicadas, editando uma relação periódica dos livros considerados perigosos à doutrina e à moral dos fiéis.

O Concílio de Trento (1545 - 1563) foi convocado pelo Papa Paulo III para garantir a unidade da fé católica e da Igreja.

Ele discutiu e aprovou uma série de reformas para a Igreja Católica, dentre as quais destacaremos:

- Criação dos seminários, escolas especializadas para a formação de sacerdotes.
- Proibição da venda de indulgências.
- Rejeição das propostas do humanista Erasmo de que a missa passasse a ser celebrada em idiomas nacionais e de que tivesse fim o celibato clerical.
- Todos os princípios doutrinários que haviam sido atacados pelos protestantes foram reafirmados.
- A autoridade papal foi reafirmada como suprema dentro da Igreja.

- Foi estabelecido o princípio da infalibilidade das decisões do papa em matéria de dogma.
- A Vulgata foi estabelecida, como tradução oficial da Bíblia.
- Foi elaborado um catecismo como resumo da doutrina.

22_6

MERCANTILISMO

O SENTIDO DO MERCANTILISMO

A doutrina e a política mercantilista situam-se numa fase histórica precisa: a do capitalismo mercantil, etapa intermediária entre o esfacelamento da estrutura feudal, de um lado, e o surgimento do capitalismo industrial, de outro. Portanto, qualquer abordagem do mercantilismo pressupõe o conhecimento das características marcantes do regime feudal e também dos fatores que ocasionaram sua desintegração.

O sistema feudal, estrutura sócio-político-econômica típica da Idade Média Ocidental, resultou, fundamentalmente, do declínio do Império Romano e da deteriorização de seu regime escravista de trabalho. Em linhas gerais, podemos descrever o processo de feudalização como a distribuição de terras entre os senhores e a simultânea transformação dos trabalhadores rurais em servos de gleba. O regime feudal, cujos principais traços podem ser vistos no esquema seguinte, foi-se desenvolvendo, até atingir a plenitude de suas características, do século V ao X da Era Cristã.

Em seus momentos iniciais, o feudalismo promoveu um grande desenvolvimento das técnicas e dos instrumentos de produção. De fato, o aparecimento do arado de ferro, o aperfeiçoamento da viticultura, da vinicultura, da horticultura e também da criação de eqüinos, ao lado de outras realizações materiais, assinalaram, de maneira expressiva, o referido progresso. No entanto, apesar de seus êxitos momentâneos, o sistema de produção feudal, depois de uma prolongada crise, entrou em colapso.

Numa perspectiva global, a desintegração do regime feudal de produção derivou dos abalos sofridos pelo sistema, em decorrência do ressurgimento do comércio a longa distância no Continente Europeu. Efetivamente, a ampliação do raio geográfico das atividades mercantis provocou, como veremos, transformações relevantes na estrutura feudal. A abertura do Mediterrâneo à presença ocidental, possibilitando o comércio com o Oriente, e o conseqüente aumento do volume das trocas entre regiões européias até então comercialmente isoladas geraram um universo econômico complexo, diante do qual o feudalismo reagiu de modos diversos. De um lado, nas áreas próximas às grandes rotas comerciais, onde a presença do comerciante era constante, o desenvolvimento do setor mercantil e da economia de mercado levou a uma natural e inexorável dissolução dos laços de dependência servil. Do outro, em regiões menos desenvolvidas comercialmente, onde o contato com o mercado era privilégio das elites dominantes da sociedade feudal, o renascimento comercial promoveu, numa primeira fase, o reforço dos laços de servidão.

Realmente, vitimado pela febre do consumo, atraído pelo número crescente de bens supérfulos colocados à sua disposição pelos mercadores, o senhor feudal, carente de renda, passou a tributar pesada e diferentemente os seus servos. Pouco a pouco, a camada servil, para atender às necessidades financeiras dos seus senhores, deixaria de pagar suas contribuições em produtos para fazer contribuições em dinheiro. Assim, progressivamente, os servos, agora obrigados a trocar sua produção por moedas, passariam a vender o produto do seu trabalho nas feiras e mercados urbanos. Dessa forma, em breve, a cidade capitalizaria o campo.

Essa alteração da taxação senhorial, acompanhada da exigência de quantias cada vez mais elevadas, fez da servidão um fardo insuportável. Em consequência dessa situação opressiva, milhares de servos abandonaram os campos, buscando melhores oportunidades nas áreas urbanas. Outros, aqueles que permaneceram nos feudos, esmagados por tributação abusiva, foram levados à violência. Logo, a Europa Ocidental conheceria a explosão de inúmeras insurreições camponesas - fenômeno típico do período final da Idade Média. Assim, uma grave crise social no campo abalaria os alicerces do feudalismo.

Também nas cidades sopravam os ventos da mudança. A expansão do mercado e o crescimento das atividades de troca estimulavam as diferenciações sociais no meio urbano: os mestres enriquecidos tornavam-se capitalistas; os mais pobres — oficiais e aprendizes — transformavam-se em assalariados. As atividades artesanais insuficientes para atender à crescente demanda mostravam claros sinais de decomposição. A proletarização de grande número de produtores simples, agora desprovidos de seus instrumentos de produção levaria a crise social para dentro dos muros das cidades: incontáveis levantes urbanos sangrariam o Ocidente Europeu.

Todas essas tensões sociais, que assolaram os campos e as cidades do Velho Mundo, refletiam as radicais alterações sofridas pela estrutura feudal em função do desenvolvimento da economia mercantil. Sem dúvida, as mudanças foram substanciais: o crescimento do mercado e o impulso dado às trocas acelerando o declínio do feudalismo, condicionaram realidades econômicas complexas e até então desconhecidas. Logo o Continente Europeu conheceria uma grave convulsão: a especialização regional da produção. Com efeito, áreas inteiras, atingidas pela economia mercantil, dedicaram-se à produção de gêneros exclusivos, umas procurando nas outras o que não produziam e oferecendo ao mercado seus bens. Assim, a especialização das atividades produtivas — a divisão social do trabalho alargaria o universo das trocas, originando, a longo prazo, um mercado interno prenunciador dos mercados nacionais. Em pouco tempo,

regiões européias, secularmente separadas entre si, passariam a ser ligadas pelo incessante fluxo de mercadorias através de movimentadas rotas comerciais.

Não obstante, o regime feudal, mesmo decadente, ainda apresentava obstáculos ao progresso das atividades mercantis. A Europa era vítima de uma contradição: sua velha realidade política, o feudalismo, conflitava com sua nova realidade econômica, o comércio a longa distância. De fato, a permanência dos feudos, unidades políticas isoladas e plenamente independentes, contrastava com o movimento de alargamento do mercados. Dessa forma, o sistema feudal, caracterizado pelo particularismo político, pela fragmentação do poder e pela total autonomia tributária, ao retalhar o Continente Europeu, retardava o ritmo de crescimento do comércio. Impunha-se, portanto, a extinção do fracionamento feudal. Nesse ponto residia o núcleo da maior fonte de tensões sociais e políticas no final da Idade Média.

O desenvolvimento das novas formas econômicas de produção e comércio passou a depender da superação das profundas e persistentes crises que marcaram o desaparecimento do sistema feudal. Em outras palavras: um novo regime político, que permitisse a solução daqueles problemas sociais, se fazia necessário, sob o risco de esfacelamento das novas conquistas econômicas. Os Estados Nacionais e as Monarquias Absolutistas foram, como veremos, a resposta àquela exigência.

As Funções básicas do Estado Nacional centralizado

As monarquias absolutistas, como dissemos anteriormente, foram instrumento político empregado na superação das crises determinadas pela desintegração do feudalismo. Efetivamente, a unificação territorial e a centralização política dos Estados Nacionais europeus, rompendo o isolacionismo dos feudos, possibilitaram o disciplinamento das tensões resultantes da expansão do setor mercantil. Sem dúvida, aí temos a primeira função da monarquia absolutista: a manutenção da ordem social interna dos Estados Nacionais, mediante a sujeição de todas as forças sociais — do plebeu ao nobre — ao poder real.

Em breve, o Estado Nacional centralizado desempenharia um segundo papel: o de estimular a expansão das atividades comerciais. De fato, ao findar a Idade Média, o comércio europeu chegara a um impasse: a economia do Velho Mundo, além de abalada pelas tensões sociais advindas da crise do feudalismo, sofria uma severa depressão monetária. A Europa, possuidora de diminutas reservas de ouro, contava basicamente com linhas externas de abastecimento do precioso minério. Tal situação provocou uma feroz competição entre os principais centros de comércio, todos eles interessados no domínio exclusivo das grandes rotas mercantis. Os mercadores italianos de Gênova e Veneza, por seu turno, controlavam o setor comercial mais importante da época (século XV): o de produtos orientais. Os demais núcleos mercantis — ingleses, holandeses, franceses e ibéricos — tiveram, portanto, de buscar novas e melhores rotas. Entretanto, a abertura de novas frentes de comércio dependia de uma ação ousada: a penetração no oceano desconhecido. Esse empreendimento, a par de envolver uma grande margem de risco, requeria uma quantidade de meios financeiros superior às possibilidades das empresas mercantis medievais. Na realidade, tão grande mobilização de capital e rentabilidade a longo prazo da aventura marítima tornaram-na inviável para as precárias estruturas empresariais então existentes. Somente uma forma organizacional mais sofisticada, como a do Estado Nacional, poderia levantar os recursos, humanos e materiais, necessários à gigantesca tarefa de desbravar os mares misteriosos. Podemos, assim perceber a íntima conexão entre esses dois processos quase simultâneos: a formação dos Estados Nacionais europeus e a expansão ultramarina. Na realidade, Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França só puderam

lançar-se à corrida colonial à medida que se estruturaram internamente como Estados Modernos, isto é, centralizados e unitários.

As conquistas ultramarinas e o conseqüente desenvolvimento da economia européia, enquanto fenômenos concretos, propiciaram, a um grande número de pensadores europeus, a elaboração de um projeto teórico que serviria de guia para o estabelecimento de uma política econômica que era favorável ao fortalecimento dos Estados Nacionais e ao enriquecimento de suas camadas mercantis. Esse conjunto de doutrinas e normas ficou conhecido pela denominação genérica de Mercantilismo.

A teoria mercantilista

Devemos destacar, primeiramente, que o Mercantilismo teve um objetivo preliminar estritamente prático e imediato: estabelecer as diretrizes econômicas do Estado Nacional centralizado. Por essa razão, não partiu de uma conceituação científica pura ou de uma contemplação desinteressada da vida econômica. Ao contrário da maioria das correntes da Economia Política, percorreu o caminho inverso: as diretrizes mercantilistas nasceram da intervenção concreta na realidade econômica, assumindo a forma inicial de uma série de receitas para superar os obstáculos que se interpunham à expansão da economia de mercado e à prosperidade das nações. Mais tarde, é verdade, plenamente amadurecido, o Mercantilismo firmou-se como uma teoria sistemática de explicação da realidade econômica. Isto, entretanto, resultou da necessidade, experimentada pelos defensores das medidas mercantilistas, de justificar, no plano teórico, a exatidão de suas normas e recomendações práticas.

A compreensão do papel desempenhado pelo Mercantilismo na formulação da política econômica do Estado Nacional moderno depende, em primeiro lugar, do exame dos seus principais fundamentos teóricos:

METALISMO

A doutrina mercantilista propunha como básico o princípio de que o grau de riqueza de uma nação era proporcional à quantidade de metais preciosos amoedáveis existentes no interior de suas fronteiras.

CONCEITO MOBILIÁRIO DOS BENS ECONÔMICOS

A idéia metalista envolvia uma noção bastante ingênua da natureza dos bens econômicos: a de que os lucros se apresentam como vantagens obtidas no processo de circulação das mercadorias. Noutros termos: segundo os preceitos mercantilistas, em qualquer transação comercial - operação que envolve pelo menos duas partes - os lucros de uma delas decorrem inevitavelmente dos prejuízos sofridos pela outra.

DOUTRINA DA BALANÇA DE COMÉRCIO FAVORÁVEL

O metalismo e o conceito mobiliário da natureza dos bens econômicos levaram os teóricos mercantilistas a desenvolver a doutrina da balança comercial favorável, isto é, a noção de que as rendas obtidas com as exportações devem superar as despesas provenientes das importações. Conforme esse princípio, na época expresso pelo slogan “vender sempre, comprar nunca ou quase nunca”, os Estados Nacionais lançaram-se a uma política agressiva de vendas no mercado internacional, coibindo, paralelamente, a entrada de manufaturas estrangeiras em seus territórios.

PROTECIONISMO

Interessadas no equilíbrio favorável de suas balanças comerciais, as monarquias absolutistas adotaram uma sólida política protecionista. Seguindo, primeiro, uma orientação estritamente tarifária, os Estados Nacionais passaram a tributar pesadamente os produtos que adentravam suas alfândegas. Em seguida, numa perspectiva protecionista mais ampla, fomentaram a produção nacional de todos os produtos que concorressem vantajosamente nos mercados externos.

Uma simples análise dos postulados mercantilistas revela claramente seu objetivo primordial: o desenvolvimento nacional a qualquer preço. Nesse sentido, ao adotar uma política econômica orientada pelo Mercantilismo, o Estado Moderno buscou propiciar todas as condições de lucratividade para que as empresas privadas exportassem o maior número possível de excedentes. Assim, o aparelho estatal absolutista incentivava o processo de acumulação de capital por parte de sua burguesia mercantil. Com essa finalidade, todos os estímulos passaram a ser legítimos, até mesmo aqueles que, eventualmente, viessem a prejudicar o bem-estar social. Por isso, o Mercantilismo pregava uma política de salários baixos, além de crescimento demográfico descontrolado, como meio de ampliação da força de trabalho interna. Dessa forma, o Estado Moderno garantia o barateamento dos custos da produção nacional, visando à conquista dos mercados estrangeiros. Paralelamente à proteção dispensada ao processo de acumulação de capital da burguesia mercantil, o Estado Nacional, a título de retribuição, fortalecia-se pela aplicação de uma rígida política tributária.

Pelo que dissemos acima, percebe-se então, que Estados Absolutistas e Capitalistas Comerciais são dois pólos interagentes de uma mesma realidade: a superação do modo de produção feudal e o surgimento do capitalismo moderno. Em resumo, foi o desenvolvimento do Estado Nacional absolutista que garantiu a ascensão da burguesia mercantil. Segundo Fernando Novais, *"tratava-se, em última instância, de subordinar todos ao rei, e orientar a política da realeza no sentido do progresso burguês"*.

Entretanto, a implantação do Estado Absolutista, por si só, não assegurava a expansão do ritmo das atividades da burguesia comercial. Na realidade, a camada mercantil ainda deparava-se com inúmeros entraves de ordem econômica. Esses obstáculos — tais como a depressão monetária, a carência de matérias-primas em solo europeu e a relativa pobreza dos mercados continentais — geraram a necessidade de apoios externos para manter o processo de acumulação de capital. Nesse sentido, atuaram como poderosas alavancas a expansão ultramarina e as economias coloniais.

23_5

O SISTEMA COLONIAL

O SIGNIFICADO BÁSICO DO SISTEMA COLONIAL MODERNO

Numa primeira abordagem, o sistema colonial moderno foi o principal fator do processo de superação das barreiras que se antepuseram, no final da Idade Média, ao desenvolvimento da economia de mercado e ao fortalecimento da burguesia.

Com efeito, a mera enumeração das funções reservadas às colônias pelos teóricos do Mercantilismo já nos permite entrever o papel por ela desempenhado na ruptura dos acanhados limites em que se movera, até então, a economia mercantil.

Até a mais superficial observação dos objetivos propostos às colônias indica que elas deveriam estimular o crescimento global da economia européia, apresentado-se como retaguardas econômicas de suas respectivas metrópoles. Realmente, garantindo a auto-suficiência do Estado colonizador, as zonas coloniais aceleraram a acumulação de capital por parte das burguesias nacionais do Velho Continente. Temos, assim, o significado básico do sistema colonial mercantilista: constituir-se em elemento essencial à formação do capitalismo moderno.

A instalação do sistema colonial da Época Moderna, que deu início à organização da vida econômica e social do Brasil, conheceu duas fases claramente distintas. Num primeiro momento, ainda no século XV, a expansão ultramarina européia perseguiu objetivos limitados e restritos: a abertura de mercados para o capitalismo mercantil e a descoberta de fontes de matérias-primas para alimentar as atividades produtivas do Velho Mundo. Com esse intuito, os navegadores portugueses estabeleceram feitorias comerciais no litoral africano e no subcontinente indiano. Desde logo, nesses entrepostos passaram a ser realizadas proveitosas trocas entre mercadores e povos nativos. Nessa fase inicial, o capitalismo comercial, responsável pela aventura marítima, não se interessou pela produção dos gêneros por ele adquiridos.Em resumo, a atividade econômica européia, levada a efeito nas feitorias africanas e asiáticas, limitou-se à mera circulação de mercadorias. Também em terras americanas, descobertas no curso das Grandes Navegações, o caráter basicamente mercantil desse empreendimento se fez notar. De fato, pouco depois, ávidos comerciantes encetariam, com os aborígenes da região, um lucrativo escambo (troca direta) de produtos naturais.

Página 2

Pouco a pouco, entretanto, a desenfreada competição internacional pela conquista de territórios ultramarinos provocaria inúmeros conflitos em torno da partilha do mundo colonial. Dessa forma, as potências mercantis européias até então pouco interessadas nas terras descobertas, viram-se diante de uma imposição: garantir a posse delas. A solução encontrada pelo capital comercial europeu foi o povoamento e a valorização econômica das novas terras, ou seja, a colonização. Assim, os Estados Nacionais, com a finalidade de tornar rentáveis os seus domínios, foram obrigados a implantar sistemas produtores nas zonas coloniais. Essa transição — da simples comercialização para a produção de mercadorias em regiões periféricas — inauguraria o segundo momento da expansão européia. Podemos perceber, então, que o esforço colonizatório dos tempos modernos se apresentou, em primeiro lugar, como um desdobramento da expansão marítima que assinalara os instantes finais da Idade Média. Na verdade, dava-se um grande salto: o capital comercial, ultrapassando o âmbito da circulação de mercadorias, promovia, agora, a intervenção direta do empresariado europeu na órbita da produção.

Apesar de transcender à dimensão de simples exploração marítimo-comercial, a ação colonizadora não perdeu o caráter de empreendimento mercantil. Pelo contrário, esse traço marcaria profundamente a organização econômica implantada nas zonas coloniais. Efetivamente, foi a inexistência de bens comerciáveis em muitas das áreas descobertas que levou o mercantilismo a montar uma estrutura para a produção de gêneros destinados aos mercados europeus. Atuando nesse sentido, o movimento colonizador buscou ajustar os territórios periféricos às necessidades de crescimento nas economias metropolitanas. *"A colonização moderna, portanto, como indicou Caio Prado Jr., tem uma natureza essencialmente comercial: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia européia — eis, no fundo, o sentido da colonização"* (Fernando Novais).

A COLONIZAÇÃO E O ESTADO MODERNO

O papel histórico do sistema colonial mercantilista somente pode ser entendido no quadro das vinculações existentes entre os processos paralelos da expansão mercantil e da formação do Estado Moderno. Como já afirmamos anteriormente, a empresa ultramarina, em virtude de inúmeras dificuldades técnicas e econômicas, exigiu uma grande quantidade de recursos. Sabemos, também, que as formas de organização empresarial vigentes no final da Idade Média, em função do seu estágio embrionário, revelaram-se incapazes de proporcionar os meios necessários a tão vasto empreendimento. Por essa razão, o Estado centralizado — podendo mobilizar recursos em escala nacional — tornou-se o pré-requisito indispensável à empresa marítima. Uma vez implantados os mecanismos de funcionamento do sistema colonial, a exploração mercantil ultramarina acelerou o desenvolvimento econômico das metrópoles e fortaleceu o Estado colonizador com a criação de novas fontes de tributação. Dessa maneira, a expansão marítimo-comercial, impondo a centralização do poder político para tornar-se realizável, tornou-se um instrumento essencial de poder do Estado Nacional.

Podemos fixar, agora, os dois aspectos fundamentais do antigo sistema colonial da era mercantilista. Em primeiro lugar, graças ao seu caráter de empreendimento comercial ele, contribuiu para acelerar a acumulação de capital pela burguesia européia. Em seguida, transformou-se no fator primordial do poderio do Estado Absolutista.

O “EXCLUSIVO METROPOLITANO” E O SISTEMA COLONIAL

O sistema colonial moderno, conforme acabamos de ressaltar, visava estimular a acumulação de capital em mãos da burguesia comercial européia. No entanto, o bom andamento desse processo somente seria possível se satisfeitas duas condições preliminares. Em primeiro lugar, as nações colonizadoras precisavam assegurar, de modo incontestável, a posse de seus respectivos domínios coloniais. Em segundo lugar, era necessário instituir um regime específico de relações entre as metrópoles e as colônias, que possibilitasse a transferência de renda das economias periféricas para as centrais. Caberia ao Estado Nacional, patrocinando a colonização, o encaminhamento positivo do primeiro encargo.

Com efeito, só o aparelho estatal centralizado seria capaz — em função de seu poder militar — de preservar e garantir a valorização das regiões ultramarinas. No tocante à segunda incumbência, isto é, ao funcionamento das economias coloniais em proveito das metropolitanas, a solução encontrada foi o regime do monopólio do comércio colonial.

O comércio foi, de fato, a coluna dorsal do movimento colonizatório moderno — pois só o desenvolvimento das atividades mercantis européias e a conseqüente expansão da economia de mercado justificavam as pesadas despesas provenientes da ocupação e valorização das áreas periféricas. Por esse motivo, a produção colonial, ou seja, a gerada pelos centros produtores instalados no ultramar, assumiu um caráter estritamente mercantil. Com a finalidade de colocar o Comércio colonial a seu serviço, as nações mercantilistas disciplinaram, através de um conjunto de regras e normas jurídicas, as relações comerciais entre as metrópoles e suas colônias. O regime de comércio assim estabelecido, o monopólio colonial na época denominado exclusivo metropolitano, viria a ser o verdadeiro elemento definidor do antigo sistema colonial. Desse modo, implantavam-se os mecanismos reguladores que iriam ajustar as economias periféricas às necessidades de acumulação de capital das metrópoles. Nesse sentido, afirma Fernando Novais, *“o monopólio do comércio das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem a sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido”*.

De forma sucinta, o exclusivo metropolitano consistiu na reserva da produção e do mercado das colônias para a burguesia mercantil européia. Numerosos seriam os efeitos provocados por essa medida. Em primeiro lugar, detendo a exclusividade da compra dos produtos coloniais, os mercadores metropolitanos podiam reduzir muito pouco os preços desses gêneros , pouco acima dos custos de sua produção. Como é fácil perceber, o produtor colonial, submetido às restrições monopolistas, era coagido a aceitar as condições impostas pelo seu único e obrigatório cliente: a burguesia comercial metropolitana.

Dessa maneira, em função dos parcos lucros obtidos pelos sistema produtores coloniais, formava-se um excedente de renda apropriado pela camada empresarial ligada ao comércio ultramarino. Por outro lado, a revenda dos produtos coloniais nos mercados da metrópole ou do exterior transferia rendas do consumidor europeu para o mesmo grupo privilegiado: a burguesia mercantil. Assim, os mercadores do Velho Mundo lucravam duas vezes sobre os mesmos produtos: na compra; em detrimento do produtor colonial; e na venda, em virtude dos altos preços vigentes na metrópole. O regime monopolista do comércio colonial possibilitava, ainda, outra fonte de acumulação de capital. Efetivamente, os mercadores europeus, adquirindo, a preço de mercado, manufaturados na metrópole e, em seguida, revendendo-os ao consumidor colonial, obtinham lucros exorbitantes. De qualquer modo, as vendas e as compras que eram efetuadas nas

áreas periféricas sob o exclusivo metropolitano deslocavam para as economias metropolitanas a maior parte da renda gerada pela produção colonial.

Esse processo de transferência de capitais, atendendo às necessidades de expansão da economia de mercado européia, aceleraria a formação do capitalismo moderno. Paralelamente, assegurando o funcionamento de todo esse sistema, o Estado Nacional realizaria uma política em favor dos interesses burgueses.

Dessa maneira, *"o Estado centralizado e o Sistema Colonial conjugaram-se, pois, para acelerar a acumulação de capital comercial pela burguesia mercantil européia"* (Fernando Novais).

24_7

24_7

Revoluções Inglesas do Século XVII

O Antigo Regime europeu correspondeu ao modo de vida da população européia ao longo da Época Moderna, tendo como pilares de sustentação o Absolutismo Monárquico e o Mercantilismo.

A partir de meados do século XVII, porém, essa estrutura começou a dar sinais de declínio devido às transformações sócio-econômicas por que passava o continente europeu nesse momento histórico. Tais transformações, observadas inicialmente e com maior intensidade na Inglaterra, refletiram-se sobre a organização política e cultural dos países europeus, levando à derrocada do Antigo Regime como um todo.

Certamente, o processo foi lento e gradual, mais intenso em determinadas regiões, mais prolongado em outras. De qualquer modo, as bases do Antigo Regime começaram a ser abaladas na segunda metade do século XVII e alguns fenômenos históricos foram responsáveis por esses abalos: as Revoluções Inglesas de 1640 e 1688, a Revolução Industrial, a filosofia do Iluminismo e a Independência dos Estados Unidos. Cada um a seu modo contribuiu para o questionamento da ordem vigente na Europa até aquele momento: os privilégios da nobreza feudal, o intervencionismo estatal na economia, os poderes absolutos do rei. Iniciemos nosso estudo acerca da crise do Antigo Regime europeu pelas Revoluções Inglesas do século XVII.

Matérias > História > História Geral > Época Moderna > A Crise do Antigo Regime > Revoluções Inglesas do Século XVII

A INGLATERRA NO INÍCIO DO SÈCULO XVII

Vimos que o apogeu do Absolutismo inglês deu-se sob a dinastia Tudor: Henrique VIII e Elizabeth I. Durante o reinado desses dois monarcas, a autoridade do rei impôs-se à da nobreza feudal e à do Parlamento, a prosperidade econômica, conquistada graças a uma eficiente política naval e comercial, associada à estabilidade política obtida em função do duplo apoio social ao rei (burguesia e nobreza), fizeram da Inglaterra uma poderosa nação no cenário europeu.

A sociedade inglesa da época achava-se dividida da seguinte forma:

Nobreza: ao lado da antiga nobreza feudal, latifundiária, exploradora da mão-de-obra servil, detentora de privilégios, havia uma nova nobreza, chamada de **gentry**, a qual havia surgido após a Reforma Anglicana, quando Henrique VIII vendeu as terras da Igreja Católica. O rei confiscara os bens da Igreja e vendera-os a burgueses enriquecidos pelo comércio, obtendo, dessa forma, recursos consideráveis para sustentar o aparelho do Estado. Por outro lado, o processo de **cercamento** das terras comunais ("enclosures") havia expulso do campo milhares de camponeses e as terras acabaram concentrando-se em mãos dessa nova nobreza. Esses novos nobres, por sua vez, passaram a dedicar-se à agricultura comercial visando o abastecimento dos núcleos urbanos que se desenvolviam. Investiam capitais oriundos de outras atividades econômicas, sobretudo do comércio, na agricultura, originando assim uma nobreza empreendedora.

Burguesia: também esse grupo não era homogêneo. Havia uma burguesia mercantil e monopolista que, além de grande riqueza acumulada, usufruía de enormes privilégios junto ao rei (freqüentava a Corte, recebia concessões monopolísticas da Coroa) e, por isso, apoiava incondicionalmente o Absolutismo. Esse grupo, em troca das vantagens econômicas auferidas junto ao rei, garantia os recursos necessários à plena manutenção do Estado Absolutista, antecipando lucros e impostos. Havia, entretanto, um outro segmento burguês no interior da sociedade inglesa: a burguesia manufatureira. Tratava-se de um grupo ligado à produção de manufaturas - sobretudo têxteis - que não usufruía de qualquer vantagem econômica, social ou política e que, acima de tudo, desejava a ampliação do mercado consumidor para seus produtos. Para isso, era necessário abolir os laços servis e converter camponeses e trabalhadores urbanos em consumidores. Além disso, exigia o fim das restrições mercantilistas e a liberdade de produção e comércio.

Povo: chamaremos de povo ao restante da população inglesa formada tanto por camponeses sujeitos às obrigações servis junto à nobreza proprietária de terras, quanto aos camponeses expropriados pelos cercamentos, que abandonaram o campo e dirigiram-se para as cidades, constituindo o proletariado urbano. Este grupo desejava retornar às atividades rurais e, por isso, condenava o absolutismo promotor de sua expulsão. Ainda compunham o povo os pequenos comerciantes e os artesãos que moravam nas cidades.

Devido ao absolutismo em vigor na Inglaterra do início do século XVII, não haviam canais de expressão social e política que representassem ideologias ou classes sociais. O único veículo de expressão aceito eram as religiões e, nesse sentido, a população dividia-se da seguinte forma, conforme seu apoio ou crítica ao absolutismo monárquico:

anglicanos: eram o grupo ligado ao poder, formado, basicamente, pela nobreza emergente e pela burguesia monopolista; defendia a manutenção do absolutismo pelas vantagens conseguidas junto ao rei;

católicos: era a nobreza feudal, que perdera muito de seu poder e prestígio com o fortalecimento da autoridade real, mas que ainda usufruía de largos privilégios, como, por exemplo, o recebimento das obrigações servis; temiam, sobretudo, perder o que ainda lhe restava de prestígio e, por isso, não se colocavam contra o rei;

calvinistas: protestantes divididos em puritanos (mais radicais, defensores da República) e presbiterianos (mais moderados, advogavam uma Monarquia Parlamentar); representavam a burguesia desprivilegiada e os setores mais humildes da sociedade inglesa, principalmente, o proletariado urbano de origem camponesa, descontente com o processo de cercamentos e que sonhava voltar à terra que lhe fora confiscada. Tais grupos assumiram uma posição política nitidamente anti-absolutista.

A DINASTIA STUART

A família Stuart, que assumiu o poder político na Inglaterra após a morte do último monarca Tudor, Elizabeth I, em 1603, procurou dar continuidade ao absolutismo de seus antecessores. As alterações sócio-econômicas por que passara a Inglaterra ao longo do século XVI, porém, impediram-nos de concretizar plenamente seu objetivo.

Jaime I (1603-1625) foi o primeiro monarca da dinastia Stuart. Seu reinado caracterizou-se pela ausência de habilidade política, excesso de vaidade pessoal, teimosia e grande erudição, o que lhe valeu o "título" de "imbecil mais sábio da cristandade". Durante seu reinado, desenvolveu uma forte perseguição a católicos e calvinistas, com vistas ao fortalecimento do anglicanismo no reino e, conseqüentemente, do absolutismo. Ao mesmo tempo, com o aumento dos gastos do Estado para sua manutenção e queda da arrecadação do tesouro, o rei foi obrigado a adotar uma política fiscal e tributária de péssimas repercussões. Procurou criar novos impostos e aumentar os já existentes, mas, para isso, necessitava da aprovação do Parlamento (não esquecer da Magna Carta de 1215), o qual se negou a colaborar com o rei e, por isso, foi dissolvido em 1614, assim permanecendo até 1621.

Seu filho, Carlos I (1625-1649), substituiu-o e, apesar de mais hábil nas questões políticas, também procurou manter a concentração absoluta de poderes herdada dos Tudor. As dificuldades financeiras avolumaram-se durante seu reinado e o Parlamento, reconvocado em 1621, negava-se a ajudar o rei a resolver os problemas orçamentários. Carlos I procurou negociar com o Parlamento a aprovação de novos impostos e, em 1628, conseguiu que aprovasse, mediante o juramento da **Petição de Direitos** que previa o fim das prisões arbitrárias e imposição de tributos ilegais, novos tributos que aliviassem a difícil situação financeira da Monarquia.

O rei, porém, uma vez aprovados novos tributos, dissolveu novamente o Parlamento, que permaneceu em "recesso" até 1637. Nesse ano, ocorreu a invasão da Inglaterra pelos escoceses devido à tentativa do monarca de anglicanizar a Igreja Presbiteriana da Escócia. Para se retirarem do território inglês, os escoceses exigiam o pagamento de uma pesada indenização, para o qual o rei não possuía recursos. Foi, portanto, obrigado a reconvocar o Parlamento que, mais uma vez, negou-se a colaborar com o monarca e, mais uma vez, foi fechado em 1640. Desta vez, porém, o fechamento do Parlamento, gerou uma violenta reação por parte dos setores anti-absolutistas da sociedade inglesa que passaram a enfrentar o rei, primeiro criticando, mas depois pegando em armas, originando uma guerra civil.

O conflito armado entre adeptos do absolutismo monárquico (chamados **cavaleiros**) e seus opositores (conhecidos como **cabeças redondas** e liderados por Oliver Cromwell**)** iniciou-se em 1642. Depois de violentos conflitos, os cabeças redondas, melhor organizados e mais disciplinados que os cavaleiros (Cromwell havia criado o "Exército de Novo Tipo" que garantiu uma melhor estruturação militar aos cabeças redondas), venceram, aprisionaram e executaram o rei e instauraram o regime republicano na Inglaterra, em 1649.

A vitória dos cabeças redondas significou a vitória das forças radicais anti-absolutistas que desejavam a implantação da República. Esse radicalismo, porém, serviu para isolar os puritanos e levá-los à derrota, anos mais tarde.

"Os ingleses estavam divididos em dois campos: os Cavaleiros, partidários do rei, e os Cabeças Redondas, partidários do Parlamento. De início, esses dois campos não estavam separados por diferenças sociais bem nítidas e foram freqüentes as mudanças de campo.

O rei mantinha bem o Norte e o Oeste, enquanto o Parlamento organizava as suas forças no sul e no Leste, economicamente mais desenvolvidos. De resto, Cabeças Redondas e, mesmo, Cavaleiros eram bem pouco versados na arte da guerra e careciam de recursos. Dos dois lados, viu-se combaterem gentil-homens e milicianos mal pagos, e houve arrecadação de impostos. Teve o rei algum contato com os irlandeses que o desconsideraram. O Parlamento teve-os com os escoceses, sem muita eficácia. Em 1644, a guerra declinava. Pym e Hampden estavam mortos. Entabolaram-se negociações, porém a intransigência do rei fê-las malograrem.

A guerra recomeçara. Havia que levá-la à frente. O Parlamento recorreu a Oliver Cromwell, fidalgo camponês que se distinguira à frente de seu regimento, os "Costelas de ferro", disciplinado e fanático. Era um homem simples e enérgico, um puritano arrebatado, persuadido de que tinha uma missão a cumprir. Revelou-se um organizador. O Parlamento decidiu remodelar o exército a exemplo dos "Costelas de ferro" (New Model). Em 1645, o exército real foi esmagado em Naseby. Carlos I refugiou-se na Escócia. Todavia, como ele se recusasse sempre a reconhecer o Covenant, os escoceses entregaram-no ao Parlamento de Londres por 40.000 libras."
(CORVISIER, André. *História Moderna*. 2ª.ed, São Paulo, DIFEL, 1980; p.175)

A REPÚBLICA PURITANA (1649-1658)

A República, proclamada em 1649 e que se estendeu até 1658, teve um caráter essencialmente pequeno-burguês. Liderada por Oliver Cromwell, aclamado Lorde Protetor da República, a República Puritana pretendia estabelecer na Inglaterra um regime afinado com os anseios da burguesia manufatureira e, até mesmo, em alguns momentos, com o proletariado urbano.

Logo que assumiu o poder, Cromwell teve que enfrentar uma rebelião de católicos na Irlanda, descontentes com o triunfo do calvinismo. Cromwell reprimiu com violência a revolta, confiscou as terras pertencentes aos irlandeses católicos e as entregou a protestantes ingleses. Isso agravou o descontentamento da Irlanda com relação ao governo inglês, situação que se agravou quando este tomou também o poder naquela região.

Em 1651, Cromwell instituiu os **Atos de Navegação**, determinando que todas as mercadorias que entrassem ou saíssem dos portos ingleses deveriam ser transportadas por navios ingleses. Assim, o governante procurava fortalecer a construção naval no país e o comércio externo da Inglaterra, obtendo a supremacia naval inglesa. Tal ato, porém, desagradou enormemente os holandeses que detinham a hegemonia marítima até então. A guerra entre Holanda e Inglaterra foi inevitável e terminou com uma importante vitória inglesa, a qual se tornou a primeira potência naval européia e mundial.

Apesar de contar com o apoio do Parlamento nos primeiros tempos de seu governo, o caráter radical da República Puritana acabou por afastar indivíduos mais moderados que passaram a criticar certas medidas do novo governo. Diante das críticas do Parlamento, que se tornavam cada vez mais freqüentes e intensas, Cromwell dissolveu-o, em 1653, instituindo uma ditadura pessoal baseada no poder do exército por ele formado. O Parlamento, mesmo não concordando com a neutralização de seus poderes políticos, aceitou a ditadura de Cromwell sobretudo porque, em seu governo, a estabilidade política e a prosperidade econômica foram características marcantes.

A República Puritana, porém, não sobreviveu à morte de seu fundador, em 1658. Substituído por Ricardo Cromwell, menos eficiente e competente que o pai, forças ligadas à monarquia fortaleceram-se e acabaram por restaurá-la em 1660.

A RESTAURAÇÃO STUART E A REVOLUÇÃO GLORIOSA

Em 1660, diante da instabilidade do governo de Ricardo Cromwell, o Parlamento foi reconvocado e reinstituiu a Monarquia na Inglaterra, coroando Carlos II (1660-1685). Este monarca, educado na França durante o período republicano e simpatizante do catolicismo e do absolutismo, promoveu uma política de aproximação com aquele país e com Roma. Burguesia e nobreza anglicana, temendo por seus privilégios, uniram-se para enfraquecer a autoridade real e, em 1679, o Parlamento aprovou o **Ato de Exclusão**, segundo o qual os católicos deviam ser afastados dos postos do governo e dos cargos públicos. Aprovou ainda, nesse mesmo ano, a lei do **Habeas Corpus** que protegia os cidadãos de detenções arbitrárias, além de garantir liberdades pessoais. Novamente, em 1683, o Parlamento foi fechado.

A morte de Carlos II fez subir ao trono inglês o já idoso Jaime II (1685-1688). Católico convicto e declarado, o novo monarca ameaçou restabelecer o catolicismo como religião oficial na Inglaterra,

almejando, assim, restaurar o Absolutismo e reduzir a influência política da nobreza anglicana e da burguesia monopolista.

Diante da ameaça católica e absolutista, o Parlamento inglês ofereceu, em 1688, a Coroa britânica ao marido da herdeira de Jaime II (Mary Stuart), Guilherme de Orange. Este, por seu turno, era também herdeiro do trono holandês e, para assumir o trono inglês, abdicou da sucessão holandesa. Além disso, teve que jurar o **Bill of Rights** (Declaração de Direitos) que estabelecia as bases da monarquia parlamentar na Inglaterra: o Parlamento era responsável pela aprovação ou não de impostos, garantia-se a liberdade individual aos cidadãos e a propriedade privada, o poder seria dividido em executivo, legislativo e judiciário. Na prática, a autoridade do rei, a partir de então, ficava subordinada à autoridade do Parlamento.

A substituição de Jaime II por Guilherme III foi pacífica e tornou-se conhecida como a Revolução Gloriosa. Graças a ela, que instituiu como já dissemos, a monarquia parlamentar inglesa, consolidaram-se as bases político-institucionais que permitiriam, a longo prazo, a consolidação do capitalismo na Inglaterra, através da Revolução Industrial.

25_14

PRIMEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

FATORES

Em termo de Revolução Industrial, a Inglaterra precedeu o resto do mundo em cerca de um século. Nesta medida, nosso estudo sobre a Revolução Industrial deve ser iniciado com a abordagem do problema específico da Inglaterra na segunda metade do século XVIII.

Em sentido restrito, podemos afirmar que: a *Revolução Industrial foi um processo de renovação tecnológica, cujo fato básico foi a invenção da máquina ou, mais genericamente, a mecanização da indústria.*

A partir desse conceito, podemos formular a idéia de que a Revolução Industrial significou uma alteração radical na disponibilidade dos *Meios de Produção* (é importante lembrar que existe uma diferença básica entre ferramenta e máquina; aquela é propelida pela energia humana). Em termos conclusivos, temos o seguinte: se a disponibilidade dos meios de produção e as relações de produção foram alteradas, o que de fato mudou foi a própria estrutura *Econômico-Social* ou *Infra-Estrutura* da sociedade. A mudança na infra-estrutura, que desempenha papel determinante no todo social, determinou mudanças nas demais estruturas (jurídico-política e ideológica). Em síntese, em função da Revolução Industrial, tivemos a emersão de um novo *Modo de Produção*.

Dentro dessa linha de raciocínio, podemos concluir que: a *Revolução Industrial é um processo histórico de radical transformação econômica e social, através do qual o modo de produção capitalista assumiu a dominância de certas formações sociais.*

Para o desencadeamento da Revolução Industrial, certas pré-condições tiveram de ser preenchidas:

- à medida que a Revolução Industrial significa a mecanização da indústria, ela acarreta um significativo aumento na produtividade e, conseqüentemente, na produção real. Logo, são necessários mercados consumidores capazes de absorver esse acréscimo de produção.
- a substituição do processo artesanal de produção pelo processo mecânico exige a realização de um significativo investimento e uma considerável imobilização inicial de capital. Logo, é necessária a pré-existência desse capital acumulado.
- a Revolução Industrial demanda um crescente consumo de mão-de-obra urbana. Neste sentido, a existência de abundante disponibilidade de mão-de-obra é condição fundamental para a ocorrência do próprio processo.
- à medida que a Revolução Industrial significa, em sentido restrito, a mecanização da indústria, o avanço tecnológico representado pela própria invenção das máquinas é condição essencial para que a Revolução Industrial ocorra.

A interação e simultaneidade dessas pré-condições necessárias e suficientes levaram ao desencadeamento da Revolução Industrial.

A história da Inglaterra na Idade Moderna é inteiramente dominada pelo desenvolvimento do comércio marítimo. Trata-se de um comércio fundamentalmente de intermediação: os ingleses desembarcavam, em seus portos, produtos ultramarinos e depois os distribuíam pela Europa. Além disso, vendiam no Báltico os produtos adquiridos no Mediterrâneo e vice-versa. Os ingleses também tendiam a substituir os holandeses nos transportes de mercadorias para outros Estados, ou seja, havia uma grande frota inglesa que navegava pelo mundo prestando serviços a outras bandeiras.

Havia ainda o comércio praticado pelos ingleses, que dizia respeito à exportação de seus próprios produtos: ao lado dos manufaturados, principalmente tecidos, o trigo, embora com uma participação cada vez menor, e a hulha (carvão mineral).

Segundo levantamentos estatísticos feitos por alguns historiadores, no final do século XVIII o controle da Inglaterra sobre o comércio internacional era tal que de cada dez navios mercantes existentes no mundo nove eram ingleses.

O Estado inglês aplicava uma política econômica mercantilista, a economia era orientada no sentido de atingir ao máximo a auto-suficiência do país: importar o mínimo possível e exportar o máximo era a regra. Uma Balança Comercial altamente favorável e a abundância dos metais preciosos eram os indícios da prosperidade. O Estado agia junto à economia através de suas leis, seus regulamentos e sua política. O Ato de Navegação de 1651, elaborado por Oliver Cromwell, reservava aos barcos ingleses parte considerável do comércio marítimo mundial. O Tratado de Utrecht, de 1713, e o de Paris, de 1763, condicionaram juridicamente a hegemonia marítimo-comercial da Inglaterra.

Essa hegemonia marítimo-comercial da Inglaterra conferia-lhe uma condição singular em termos de acumulação de capital. Por exemplo, a essa hegemonia a Inglaterra deve o fato de haver podido assinar com Portugal, em 1703, o Tratado de Methuen, em função do qual uma grande parte do ouro explorado no Brasil, no século XVIII, foi acabar nos cofres ingleses.

O fato é que, ao final do século XVIII, a Inglaterra possuía a maior acumulação de capital que qualquer outro país europeu e, por que não, do mundo.

O grande desenvolvimento do comércio internacional e das manufaturas, principalmente no setor têxtil, provocou uma mudança radical no sistema de exploração agrária da Inglaterra. Havia uma crescente demanda de lá para a indústria, assim como de trigo e de carne para as cidades que se encontravam em pleno desenvolvimento.

A burguesia, ao adquirir os domínios senhoriais, pretendia, como não poderia deixar de ser, tirar o máximo proveito deles. A nobreza, por seu turno, não manifestava em relação às atividades lucrativas o mesmo preconceito da aristocracia francesa, que via nessas atividades uma prática deselegante para o seu “status”.

Até então, a estrutura agrária inglesa não era favorável à exploração intensiva e racional. O regime predominante ainda era o dos campos abertos (“open fields”), ou seja, os campos de cultura não eram cercados. Os rendeiros hereditários eram considerados da terra, embora fossem mantidos os direitos eminentes da propriedade para os senhores. Cada rendeiro dispunha de diversas faixas de terras descontínuas, que eram exploradas por ele simultaneamente.

Com o objetivo de aumentar a rentabilidade agrária, a burguesia e a nobreza passaram a cercar os seus campos (“enclosures”), agregando-se em lotes contínuos. Mesmo as glebas comunais foram submetidas ao sistema de “enclosures”.

Nessa circunstâncias, porém, os rendeiros ficaram, na maior parte dos casos, arruinados, pois receberam as piores áreas, além de pagarem as despesas com o cercamento e de não mais poderem levar o seu gado para pastar naquilo que outrora haviam sido terras comunais.

Aos rendeiros, tornou-se impossível fazer frente à concorrência dos grandes proprietários que, por disporem de maior volume de capital, tinham melhores condições de aplicar as novas técnicas agrárias. Dessa forma, os rendeiros eram obrigados a vender suas terras aos latifundiários, transformando-se em proletariado agrícola ou, o que era mais freqüente, migravam para a cidade.

Além desse fenômeno, há de se considerar ainda que, de um predomínio da atividade cerealista, passou-se

ao predomínio do pastoreio de ovelhas, fato que, por si só, já significou uma liberação da mão-de-obra, forçada a emigrar para as cidades, a fim de fugir do desemprego rural.

Em resumo, a ocorrência dos “enclosures” gerou a disponibilidade de mão-de-obra para que as indústrias pudessem conhecer o seu desenvolvimento, lançando mão de uma massa trabalhadora abundante e barata.

Na Inglaterra, a aristocracia fez-se burguesa, ou seja, preocupada com a racionalização da produção e com a comercialização dos produtos. Muitas vezes, inclusive, ela passou da exploração do solo à das minas. Além disso, com o direito de transmissão de herança por primogenitura, que era extremamente rígido, os secundogênitos das grandes famílias proprietárias de terras entregavam-se, cada vez mais, ao comércio e às finanças.

Face a todas essas realidades, verificamos que foi diminuindo a distância entre a nobreza agrária e a burguesia e, conseqüentemente, o comércio, por intermédio da sociedade que ajudou a criar, dirigia a vida administrativa e política da Inglaterra desde o final do século XVII.

Politicamente, a Inglaterra era uma monarquia constitucional com um rei e duas câmaras que se constituíam em órgão representativos da elite econômica e financeira da Inglaterra.

A Câmara dos Lordes era composta dos grandes senhores, dos lordes hereditários, dos bispos da Igreja Anglicana e dos lordes que o Rei podia nomear a seu bel-prazer e que eram, via de regra, recrutados entre os homens mais ricos do país.

A Câmara dos Comuns era composta de deputados eleitos pelas cidades e pelos condados através do sufrágio censitário, de forma que só os ricos acabavam podendo participar do processo eleitoral, quer seja como eleitores, ou como candidatos.

Em resumo, a vida política inglesa do século XVIII era absolutamente coerente com os interesses das camadas sociais economicamente dominantes.

Se quisermos sistematizar a realidade inglesa no século XVII, poderemos fazê-lo nos seguintes termos:

- face ao seu domínio dos mares e do comércio internacional, a Inglaterra era o país que mais amplos mercados consumidores controlava.
- em função do domínio do comércio mundial, a Inglaterra era o país que maiores capitais havia acumulado.
- em função dos "enclosures", a Inglaterra possuía, no século XVIII, abundante disponibilidade de mão-de-obra urbana.
- a Inglaterra, em função do processo de suas revoluções políticas do século XVII, mais do que qualquer outro país europeu, apresentava uma estrutura política adequada aos interesses do desenvolvimento industrial.

Além de todas essas condições já apontadas, há de se mencionar ainda que a Inglaterra foi palco de alguns dos progressos tecnológicos mais importantes do primeiro momento da Revolução Industrial.

Em termos tecnológicos, o fato maior da Revolução Industrial, no século XVIII, foi a invenção do Motor a Vapor, realizada por Newcomen e, posteriormente, aperfeiçoada por James Watt, que registrou a patente de seu motor a vapor em 1769.

O motor a vapor foi a primeira forma regular e estável de obtenção de energia inventada pelo homem, e boa parte dos demais progressos técnicos da Revolução Industrial, na Inglaterra, constituíram-se em simples agregações do motor a vapor às ferramentas já existentes.

As máquinas em particular, e as invenções técnicas em geral, nascem de um desequilíbrio econômico e da necessidade de reduzir os custos e aumentar a eficiência da produção. Por sua vez, cada invento cria um novo desequilíbrio econômico e determina a procura de novos inventos.

Ilustremos o raciocínio acima formulado através do exemplo da indústria têxtil inglesa no século XVIII: desde o início da utilização da "lançadeira volante", havia acontecido uma grande aceleração na produção de tecidos; entretanto, como os fios continuavam a ser produzidos manualmente nas rodas de fiar, havia um desequilíbrio entre a oferta e a procura pelos fios, ou seja, a demanda de fios era muito maior do que a sua produção. Os tecelões tinham problemas especialmente no verão, quando boa parte dos fiandeiros, em busca de melhores rendimentos, dedicava-se às colheitas. Os comerciantes que haviam recebido encomendas confiando na produtividade dos teares munidos de lançadeiras volantes não podiam honrar seus compromissos em função da falta de fios, o que fazia com que eles colocassem boa parte dos tecelões em desemprego, além de perderem sua clientela.

Essa crise da produção têxtil tornou-se aguda a partir de 1763, em função dos novos mercados conseguidos no Oriente pela Inglaterra através da Guerra dos Sete Anos. Tal situação estimulou Hargreaves a incrementar suas pesquisas, que resultaram na invenção da "jenny", uma máquina que permitia ao fiador produzir até oitenta fios de cada vez; entretanto, o fio produzido pela "jenny" era pouco resistente e partia com facilidade na hora da tecelagem. Para resolver essa deficiência, Crompton, em 1779, inventou a "mule", nova máquina de fiar que tinha a mesma produtividade que a "jenny", mas cujo produto era mais resistente.

Com a invenção de Crompton, a fiação ficou à frente da tecelagem, ou seja, esta não era capaz de consumir toda a produção daquela, pois, apesar da lançadeira volante, o tecelão continuava a trabalhar manualmente. É nessa perspectiva que encontramos os esforços de Cartwright que, em 1875, inventou o tear mecânico.

A partir da invenção de Cartwright, configurou-se a seguinte situação: dois teares mecânicos operados por um rapaz de quinze anos teciam três peças e meia de pano por dia, enquanto que um artesão, por mais hábil que fosse no uso da lançadeira volante, não conseguia produzir mais do que uma peça por dia. Destarte, o fio produzido mecanicamente passou a poder ser consumido, o preço dos tecidos baixou e, conseqüentemente, a clientela aumentou.

Outro setor industrial que conheceu novos processos na Inglaterra do século XVIII foi a metalurgia, sendo que neste setor o fato mais significativo foi a descoberta do processo de fundição do ferro através do uso do coque.

Com a generalização do uso da energia a vapor e dos processos de fundição através do coque, o carvão mineral valorizou-se extremamente como matéria-prima industrial. Este fato é mais um elemento a justificar o pioneirismo inglês na Revolução Industrial, pois na Inglaterra havia abundante reserva de carvão mineral. Aliás, a crescente importância do carvão mineral para a produção industrial condicionou a própria localização geográfica da indústria inglesa, que vai se concentrar principalmente nas regiões carboríferas.

ASPECTOS TECNOLÓGICOS

O aparecimento das máquinas não significa apenas um progresso técnico, através do qual se verificou um aumento da produtividade. A introdução das máquinas na produção industrial significou uma substituição do tipo de equipamento que era utilizado até então, ou seja, as ferramentas, e uma liberação da mão-de-obra.

A máquina substituiu o homem parcialmente como recurso de produção sob dois aspectos:

- trabalhador direto não-qualificado, ou seja, aquele cuja contribuição exclusiva para a produção era o seu dispêndio de força física, foi, na maioria das operações, substituído pelas fontes de energia não-humanas.
- determinadas tarefas, que na época do trabalho manufatureiro dependiam de um certo número de trabalhadores diretos, com a invenção das máquinas passaram a depender de um número bastante menor de trabalhadores diretos.

O fato de a máquina ocupar parcialmente o lugar da mão-de-obra significa uma desvalorização desta, sendo que desvalorização de mão-de-obra se traduz por baixos salários.

Um aspecto adicional da mecanização da indústria é o de que muitas das tarefas para as quais anteriormente a força do homem era vital agora poderiam ser exercidas por mulheres ou por crianças. Face a essa realidade, verificamos uma crescente utilização da mão-de-obra feminina e infantil, submetidas a níveis de remuneração ainda mais baixos.

De início, deve ficar claro que “oficina”, “manufatura” e “fábrica” são tipos diferentes de unidades de produção industrial.

A *oficina* é a unidade de produção industrial na qual os meios de produção são de propriedade do trabalhador direto que, desta forma, exerce um efetivo controle, não só sobre a produção, como também sobre a comercialização dos produtos. A oficina foi a unidade de produção industrial predominante na Idade Média.

Com o desenvolvimento do comércio à longa distância, especialmente a partir das Grandes Navegações e Descobertas dos séculos XV e XVI, dois novos fatos passam a ser considerados na sistemática da produção industrial:

- em função da incorporação de novos mercados consumidores, verificou-se um substancial aumento na demanda de produtos industrializados.
- comércio deixou de ter o aspecto local que permitia ao próprio trabalhador direto industrial realizar as operações de comercialização do produto.

Face ao primeiro aspecto apontado, verificamos a necessidade de uma mais profunda divisão técnica do trabalho, como forma de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a produção. Face ao segundo aspecto, verificamos que, entre o produtor e o consumidor, vai ser necessário a existência de um intermediário, ou seja, o burguês comerciante.

Muitas vezes, o burguês comerciante ganhou também o papel dos empresários, ou seja, ele vai fornecer as matérias-primas e, mesmo, chegará a ser o proprietário das instalações onde se desenvolve a produção e, por isso tudo, ele terá a função de realizar a comercialização do produto final. Nesta situação, o trabalhador direto, que continua dono de suas ferramentas, é contratado para a execução de certas tarefas para o burguês empresário. Este tipo de unidade de produção industrial é chamado de *manufatura*.

Observe-se que na manufatura existe uma primeira separação entre o trabalhador direto e a propriedade dos meios de produção, pois uma parte desses meios de produção passa a pertencer à burguesia. A forma pela qual a burguesia participa do processo de produção faz com que seja em suas mãos a verificação efetiva do chamado processo de acumulação de capitais.

Foram exatamente os capitais acumulados durante o período manufatureiro que permitiram à burguesia concentrar totalmente em suas mãos a propriedade dos meios de produção a partir da Revolução Industrial.

A *fábrica* é a unidade de produção industrial na qual o trabalhador direto não tem de forma alguma a propriedade de qualquer dos meios de produção. Por outras palavras, na fábrica existe uma total e efetiva separação entre o trabalhador direto e a propriedade dos meios de produção.

No sistema fabril, o trabalhador direto é dono de sua força de trabalho e por isso é obrigado a vendê-la ao proprietário dos meios de produção em troca de uma remuneração periódica chamada salário.

A instalação de uma fábrica pressupõe a realização de um investimento sob a forma de instalações, máquinas, grandes quantidades de matéria-prima, contratação de mão-de-obra etc. Para a realização desse investimento, era necessária a existência de uma acumulação de capital, sendo que este fato alijava a grande maioria dos trabalhadores diretos da propriedade dos meios de produção que, por sua vez, passariam a estar concentrados nas mão da burguesia, já que esta era a detentora principal dos capitais acumulados durante a Idade Moderna.

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

A separação do trabalhador direto da propriedade dos meios de produção fez com que duas novas classes sociais se configurassem plenamente:

- a Burguesia Capitalista, que é a classe dos proprietários dos meios de produção.
- o Proletariado, que é a classe que reúne os trabalhadores diretos, cuja única propriedade é a sua força de trabalho, vendida à Burguesia Capitalista em troca de um salário.

Em uma situação intermediária e transitória entre essas duas classes sociais, encontramos um grupo altamente heterogêneo, denominado Pequena Burguesia, o qual pode ser caracterizado por sua grande diversidade no que diz respeito ao nível de renda, status, condição cultural e profissional, posição ideológica dos seus membros. A grande característica da Pequena Burguesia é a heterogeneidade que a define.

O caráter dessa nova estratificação social que se configura plenamente a partir da Revolução Industrial provocará uma grande irregularidade na distribuição das rendas: o proletariado será espoliado no seu trabalho de forma crescente e intensiva, enquanto a burguesia capitalista acumulará quantidades crescentes de capital em suas mãos. Essa nova realidade social, por sua vez, propiciará o advento de novas determinações de ordem ideológica e de ordem jurídico-política.

A REVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

É preciso notar que, se a existência de mão-de-obra urbana abundante e disponível é uma pré-condição da Revolução Industrial, o próprio processo de industrialização catalisará o processo de urbanização dos Estados onde ela se verifica.

Nessa medida, um crescente índice de urbanização é um primeiro aspecto do que estamos denominando de Revolução Demográfica.

Um segundo aspecto é a verificação de uma alteração no ritmo do crescimento populacional, sendo que essa alteração é devida a uma alta nas taxas de natalidade e uma baixa nas taxas de mortalidade.

Tanto a alta da natalidade quanto a baixa da mortalidade são justificáveis a partir da ocorrência de progressos técnicos (por exemplo, na área da medicina, farmacopéias e higiene), que possibilitaram a baixa nos índices de mortalidade infantil ao mesmo tempo que se alongava o período médio da vida humana.

O crescimento populacional, especialmente o crescimento da população urbana que, apesar de consumir alimentos, não os produz, provocou um substancial aumento na demanda de produtos agrícolas. Esse aumento na demanda tornou a agricultura e a pecuária atividades econômicas mais lucrativas e, nesta medida, passou a existir um maior estímulo para a realização de investimentos no setor agrário.

É nesse contexto que as relações de produção capitalistas foram progressivamente penetrando na zona rural. Além disso, novas técnicas foram aumentando a eficiência do trabalho agrícola.

Novos sistemas de drenagem e irrigação fizeram crescer as áreas de cultivo. A descoberta dos adubos

químicos aumentou a produtividade do solo (até essa descoberta, a Inglaterra realizava apenas uma colheita anual de trigo; a partir dela, passou a realizar duas).

Nesse primeiro momento da Revolução Industrial, não é possível falar em mecanização da agricultura, mas sim em uma progressiva penetração do capitalismo nos campos, do aumento da área de cultivo e na utilização de melhores e mais eficientes técnicas agrícolas.

As divergências entre os historiadores acerca do momento de origem do Capitalismo são bastante grandes e as posições variam do século XII ao XVIII. Entretanto, dada a posição metodológica por nós adotada, podemos fixar a seguinte posição: as relações capitalistas de produção (o trabalhador direto não é proprietário dos meios de produção e, por isso, vende sua força de trabalho em troca de um salário) de certa forma são encontráveis em qualquer momento da história; no entanto, elas só passam a desempenhar um papel dominante em formação social a partir da Revolução Industrial. Por isso dizemos que com a Revolução Industrial nasce o Capitalismo Liberal ou Capitalismo Industrial.

No contexto do Capitalismo Liberal, o Estado deve desempenhar a função de instituição responsável pela preservação da paz, da ordem e da segurança. O Estado não deve ter participação ativa no processo econômico, que deve ser inteiramente deixado a cargo da iniciativa privada.

O regime de comercialização dos produtos no Capitalismo Liberal é o da livre concorrência que, segundo os ideólogos do Capitalismo Liberal, leva a uma baixa nos preços e/ou a uma melhoria nos padrões de qualidade (futuramente, teremos oportunidade de demonstrar que tal fato nem sempre é verdadeiro).

A livre concorrência deve se manifestar tanto no plano interno quanto no internacional, daí o Capitalismo Liberal ser livre- cambista, ou seja, todo e qualquer entrave ao comércio mundial de exportação e importação era criticado. Não há lugar para o protecionismo alfandegário no mundo do Capitalismo Liberal.

A posição livre-cambista é plenamente coerente com a realidade histórica do final do século XVIII e primeira metade do século XIX. Por essa época, a Inglaterra era, sozinha, a grande potência industrial do mundo. Logo, para ela, quanto maiores fossem as facilidades de comercialização internacional, melhor seria. Por outro lado, para os países não-industrializados, não havia sentido em dificultar as importações através de um protecionismo alfandegário, já que suas próprias condições estruturais os obrigavam a importar os produtos ingleses. Por sua vez, a adoção do livre-cambismo funcionava como um fator castrativo de qualquer pretensão industrialista, pois uma eventual produção nacional já nasceria tendo de concorrer com a produção inglesa, que invariavelmente possuiria melhores condições tecnológicas e, portanto, mais elasticidade de preços.

ILUMINISMO E DESPOTISMO ESCLARECIDO

SÉCULO XVIII- CULTURA E IDEOLOGIA

CIÊNCIAS

No século XVII, no plano religioso e artístico, verificamos uma generalizada intolerância e fanatismo derivados dos conflitos católico-protestantes. Entretanto, no plano científico e filosófico, assistimos ao desabrochar de novas maneiras de pensar que podem ser vistas como herdeiras do período renascentista.

Essa maneira "moderna" de pensar não consiste apenas em negar os dogmas e modelos medievais, mas fundamenta-se na idéia positiva de que a norma da descoberta e interpretação da ciência é a experiência e não a autoridade. Dada essa premissa, a atividade científica deixará de ser uma mera observação e classificação dos fenômenos e passará a se preocupar com a determinação das leis que regem os fenômenos. É exatamente esta atividade da ciência experimental e seu método de trabalho (a análise) que alimentaram a atividade filosófica do século XVII.

Esses novos métodos de investigação científica tiveram em *Francis Bacon* (autor de *Novum Oranum*, publicado em 1620) um de seus iniciadores e, seguramente, um de seus principais formuladores. Ele afirmou que a partir das experiências podemos inferir leis gerais dos fenômenos e, desta forma, fundou o Empirismo.

Uma outra contribuição notável foi a de *René Descartes* (autor de *Discurso sobre o Método*, publicado em 1637), que transformou a dúvida em instrumento de reconhecimento e desta forma estabeleceu as bases do racionalismo. Embora Descartes tenha sido um verdadeiro sistematizador do pensamento racionalista, ele preservou uma crença arcaica na existência das idéias inatas.

Graças ao paulatino progresso do método experimental como norma de conduta científica, verificamos notáveis progressos nas ciências ao longo do século XVII.

Matérias > História > História Geral > Época Moderna > A Crise do Antigo Regime > Iluminismo e Despotismo Esclarecido

A Astronomia foi um dos domínios do conhecimento humano que mais prosperou: o alemão Keppler provou, em 1609, que os planetas descrevem órbitas elípticas e, desta forma, eliminou a antiga noção, formulada por Aristóteles, segundo a qual a órbita de todos os astros eram círculos perfeitos; na mesma época, Galileu Galilei descobriu os satélites de Júpiter, observou as manchas solares, estudou as fases de Vênus e pôde comprovar aquilo que muitos afirmavam sem condições de provar, ou seja, os movimentos da Terra.

Através do estudo dos corpos celestes, Galileu tornou-se o primeiro a dar bases científicas para a Física. Foi ele quem pela primeira vez fez a aplicação sistemática da Matemática ao estudo dos fatos concretos.

Os horizontes do conhecimento humano foram bastante ampliados, tendo em vista as necessidades e possibilidades sociais e a curiosidade intelectual existentes.

O inglês Isaac *Newton* é um outro exemplo do grande número de pensadores da época, mistos de filósofos e cientistas. Em seu livro *Princípios Matemáticos de uma Filosofia da Natureza*, publicado em 1637, ele explicou matematicamente o movimento dos astros pela atração que exercem uns sobre os outros. Fundamentado nos conhecimentos obtidos por Keppler nas conclusões de Galileu, Newton chegou à conclusão de que as leis verificáveis na Terra valem para o Universo. Daí a imagem formulada por ele de que o Universo era uma grande máquina funcionando harmonicamente.

Algumas outras conquistas científicas do período que merecem ser destacadas são:

Na Matemática

1614: tábua de logaritmos — Napier.

1633: régua calculadora retilínea — Oughtred.

1637: geometria analítica — Descartes e Fermst

1687: cálculo infinitesimal — Newton e Leibnitz.

1713: cálculo de probabilidades — Bernouilli.

Na Física

1589: lei sobre a queda dos corpos — Galileu.

1609: lei sobe o movimento dos planetas — Keppler.

1618: refração da luz — Snell.

1638: lei do movimento — Galileu.

1675: cálculo da velocidade da luz — Romer.

1687: teoria da gravitação universal — Newton.

1738: hidrodinâmica — Bernouilli.

1787: princípio de conservação da matéria — Lavoisier.

Na Biologia e na Química

1677: espermatozóides — Leeuvwen Hoek.

1735: classificação das espécies — Linnec.

1766: hidrogênio — Cavendish.

1774: oxigênio — Scheele e Priesley.

1780: teoria da combustão — Lavoisier.

ILUMINISMO

No final do século XVII, a realidade da Inglaterra de progresso da propriedade privada capitalista e de avanço da burguesia foram expressas nas doutrinas de *John Locke*, filósofo e ideólogo da Revolução Inglesa, que é considerado um dos pais da empirismo inglês e o Pai do Liberalismo.

A finalidade da política é a busca da felicidade, que reside na paz, na harmonia e na segurança; essa era a premissa de Locke. Os homens saíram do estado natural para o de sociedade civil com a finalidade de garantir a propriedade privada, base da propriedade geral, através do livre contrato entre governantes, sendo que nessa perspectiva o poder supremo deve ser concentrado nas mãos do Legislativo, que é o poder representativo da sociedade. Para Locke, o Absolutismo que consiste na concentração do poder nas mãos do Executivo é um fenômeno antinatural.

Essas idéias, expressas sobretudo na obra *Ensaios sobre o Governo Civil*, publicada em 1695, foram desenvolvidas no século XVIII e aplicadas na Revolução Francesa e na Independência dos Estados Unidos.

A obra de Locke é a sistematização da defesa da propriedade privada e do Estado burguês, além de ser a afirmação do individualismo, da tolerância e da liberdade religiosa, sem as quais não seria possível o progresso econômico e científico.

Em uma sociedade, a estrutura econômico-social, também chamada de infra-estrutura, exerce a função de determinância, ou seja, embora nem sempre ela seja dominante, ela sempre é determinante das mudanças do todo social. Se ocorre um processo de transformação econômica, esta transformação determinará alterações simultâneas nas estruturas jurídico-política e ideológica.

A Revolução Industrial foi, antes de tudo, uma profunda transformação da estrutura econômico-social. Nesse sentido, ela determinou transformações nas demais estruturas do todo social.

Nessa altura de nosso estudo, interessam-nos, particularmente, as mudanças no nível da estrutura ideológica e, nesta perspectiva, a Revolução Industrial engendrou o aparecimento de duas grandes correntes de pensamento: o Liberalismo Econômico e o Socialismo. O primeiro constitui-se na própria ideologia do Capitalismo e o segundo é a sua antítese, ou seja, é uma primeira posição crítica ao Capitalismo Liberal, em particular, e ao Capitalismo, em geral.

Chamamos de Iluminismo ou Ilustração o conjunto das transformações ideológicas das formações sociais européias, verificadas ao longo do século XVIII (o “Século das Luzes”) e que marcam a etapa final da transição para o Capitalismo no nível da estrutura ideológica.

Podemos considerar as raízes do iluminismo nos seguintes elementos: no Humanismo renascentista dos séculos XV e XVI; no raciocínio filosófico do século XVII expresso por Descartes, Locke e outros; na nova visão da realidade baseada na Ciência e que foi desenvolvida no século XVII por homens como Bacon, Keppler, Galileu e Newton.

A Ilustração manifesta-se como um conjunto de críticas ao chamado Antigo Regime (entendido como formação social dominada pelo clero e pela nobreza através do Estado Absolutista, domínio este que era justificado pelo cristianismo). Essas críticas foram feitas em nome da racionalidade burguesa que vinha se formando desde os tempos do Humanismo. Dentre as características do pensamento iluminista, podemos destacar:

- racionalismo: afirmou-se o primado da razão como elemento essencial do conhecimento.
- otimismo: fundamentado no conhecimento das Ciências Físicas do século anterior, acreditava-se no funcionamento harmonioso do Universo devido à existência de leis naturais sábias; a partir desta idéia eles inferiam que também a sociedade estava submetida às leis naturais, que em conjunto constituem um direto natural e impõem uma moral natural baseada na tolerância e generosidade; este otimismo estava expresso também na crença no progresso da humanidade.
- Liberdade e igualdade: a liberdade é um direito natural e fundamental do indivíduo e é expressa na liberdade civil de produzir, de comerciar e de pensar; se todos nascemos livres, todos devermos ser iguais perante a lei, as diferenças econômicas entre as pessoas são decorrentes das diferentes capacidades de cada um.

O acirramento das contradições sociais na formação social francesa fizeram com que as condições, para que o pensamento iluminista se desenvolva, fossem lá mais propícias que em qualquer outra formação social européia. Nesse contexto, podemos entender que o pensamento iluminista se desenvolveu com maior intensidade na França.

Teóricos Políticos e Sociais

Voltaire criticou violentamente a Igreja, a nobreza e a administração real. Em suas *Cartas da Inglaterra*, demonstrou conhecer e admirar as idéias de Locke e o sistema político inglês, embora tenha sido exilado por longo tempo na Inglaterra. Ele era contra a Igreja Católica, mas não contra a religião, que julgava ser necessária como um instrumento de controle do povo. Era favorável à monarquia constitucional, mas acreditava que nos países mais atrasados o ideal seria um Despotismo Esclarecido.

Montesquieu foi o autor de *Espírito das Leis*, publicada em 1748, em que afirmava a influência dos fatores naturais na elaboração das formas de governo (é uma espécie de determinismo geográfico). Para ele, a garantia da liberdade era a legalidade, para esta existir era necessária a separação e equilíbrio entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Esta idéia desenvolvida por Montesquieu está presente na Organização dos Estados Unidos e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 na Revolução Francesa.

Jean Jacques *Rousseau* foi o mais popular dos iluministas. Em suas obras *Discursos sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* e *Contrato Social*, defendeu idéias caracteristicamente democráticas.

Na primeira das obras citadas, criticava a propriedade que, em seu ponto de vista, era a raiz das infelicidades humanas. Ele diz que o aparecimento da propriedade privada arrancou o homem de seu "doce contato com a natureza" e acabou com a igualdade. Rousseau preconizava a existência de uma sociedade formada por pequenos produtores independentes.

Foi em *Contrato Social* que Rousseau desenvolveu sua concepção de que o soberania reside no povo, importando muito pouco o direito individual e muito mais a vontade da maioria que era expressa pelo sufrágio universal. O Estado, como representante dessa maioria, deveria ser todo poderoso.

Rousseau diferenciava Estado de Governo. Estado tinha o sentido genérico de sociedade organizada em termo políticos, ao passo que Governo não passava de um executor da vontade da maioria. Para Rousseau, a liberdade dos indivíduos dependia exclusivamente da igualdade entre todos os membros da sociedade.

As sociedades intelectuais (as academias), a Franco-Maçonaria e os livros veicularam a filosofia da Ilustração.

A obra fundamental na propagação do conhecimento e da "filosofia das Luzes" foi a *Enciclopédia das Ciências, Artes e Ofícios,* publicada em 1751 a 1764. Esta obra foi organizada por Diderot e D'Alembert com a colaboração de matemáticos, médicos, professores, sacerdotes e técnicos, na sua maioria burgueses. O objetivo da obra era apresentar ao grande público todo o conhecimento da época através de uma ótica racionalista.

Fora da França, há uma série de nomes que podem ser enquadrados nos parâmetros do pensamento iluminista; é o caso de Kant, Goethe, Schiller e Lessing na Alemanha; e de David Hume na Inglaterra.

O pensamento iluminista teve suas influência na esfera do pensamento econômico e deu origem a uma escola de pensadores, que formulou uma teoria denominada *Fisiocracia*. Dentre os principais fisiocratas, há de se destacar os nomes de Quesnay e de Gournay.

Para os fisiocratas, toda a riqueza originava-se na exploração da terra e não no comércio como diziam os mercantilistas. Aliás, o traço maior da Fisiocracia era exatamente a crítica ao Mercantilismo, tanto é assim que a premissa básica dos fisiocratas era *"laissez faire, laissez passer"* (deixa fazer, deixa passar). Segundo eles, o Estado não deveria intervir de forma alguma no processo econômico que deveria ser deixado exclusivamente para a iniciativa privada. Ao Estado, competia apenas a função de zelar pela paz e pela segurança.

Economistas

O Liberalismo Econômico, enquanto sistema de idéias econômicas, encontra sua origem imediata no pensamentos dos economistas fisiocratas. Foram as idéias da Fisiocracia que serviram de base para que Adam Smith formulasse as posições fundamentais do Liberalismo Econômico em seu livro *A Riqueza das Nações,* cuja primeira edição apareceu em 1776.

Adam Smith é considerado o *Pai da Economia Moderna* e o iniciador da chamada Escola Clássica de Economia, em cujo seio foi desenvolvido, ao nível teórico, o Liberalismo Econômico.

O pensamento de Adam Smith e, conseqüentemente, da Escola Clássica, está assentado nas seguintes premissas:

- os fenômenos econômicos, da mesma forma que os fenômenos naturais, estão sujeitos às leis universais, que foram designadas por Smith como sendo as leis naturais da economia.
- o denominador comum de todos os bens é o de que eles são resultantes do trabalho humano; neste sentido, o que diferencia o valor dos bens são as quantidades diversas de trabalho humano contidas em cada bem.

A partir da idéia do valor trabalho, Smith conclui que a origem de todas as riquezas é o trabalho, e não o comércio, como diziam os mercantilistas e nem a terra como afirmavam os fisiocratas. Esta é, aliás, a principal divergência entre o Liberalismo Econômico e a Fisiocracia.

Smith, a exemplo dos fisiocratas, era defensor do princípio de *"laissez faire, laissez passer"*, ou seja, da abstenção do Estado em relação ao processo econômico e, conseqüentemente, a favor do absoluto predomínio e liberdade para a empresa privada, assim como dos princípios de livre concorrência e livre cambismo.

Dentre os discípulos de Smith, há dois nomes, em particular, que merecem destaque: Thomas Robert Malthus e Davi Ricardo.

Malthus é o autor de *Ensaio sobre a População*, onde além de concordar, em linhas gerais, com o pensamento de Smith, formulou a teoria de que o ritmo de crescimento da população é mais intenso do que o da produção de alimentos e, nesse sentido, a humanidade estaria condenada a perecer de fome. A partir dessa colocação, Malthus chegou a duas conclusões: as catástrofes (guerras, epidemias, terremotos etc), apesar de seu aspecto negativo, são úteis à humanidade, pois diminuem o desnível entre o crescimento da população e o da produção de alimentos; era preciso diminuir as taxas de natalidade através do exercício de um rigoroso controle moral sobre a sociedade.

Davi Ricardo, autor de *Princípios de Economia Política e Tarifas*, é talvez o maior dos seguidores de Smith. Ricardo, além de aprofundar as posições originalmente enunciadas pelo ilustre escocês, acrescentou uma série de contribuições pessoais ao pensamento da Economia Clássica. Dentre essas contribuições originais de Ricardo, a mais conhecida é a *Lei férrea dos salários*, segundo a qual quanto mais baixos forem os salários pagos aos trabalhadores, menores serão as possibilidades de esses trabalhadores constituírem famílias numerosas, o que seria, de acordo com Ricardo, o caminho ideal para evitar o colapso da humanidade previsto por Malthus.

Despotismo Esclarecido

Vários pensadores do Iluminismo eram partidários do monarca *esclarecido.* Segundo esses pensadores, o monarca deveria governar como primeiro funcionário ou servidor do Estado e deveria orientar o seu trabalho pelos princípios da razão e do direito natural.

Esse Despotismo Esclarecido foi realizado, na prática, pela necessidade de reformas em todos os níveis das formações sociais mais atrasadas em termos de formação capitalista. A função do Despotismo Esclarecido, para essas formações sociais, era a de evitar os riscos de uma revolução e dessa forma preservar o Absolutismo. A partir dessa colocação, podemos entender que o Despotismo Esclarecido foi um movimento de caráter marcadamente reformista e expressou a crise do Antigo Regime.

Os principais exemplos de práticas desse reformismo foram os governos de Frederico II da Prússia, Maria Teresa e José II da Áustria, Catarina II da Rússia, Carlos III da Espanha e do Marquês de Pombal, como ministro de D. José I em Portugal.

Independência dos Estados Unidos

FATORES

É com a expansão territorial inglesa que tem início a história dos Estados Unidos da América do Norte. Cronologicamente, ela ocorreu como será exposto a seguir.

Em 1607, é fundada Jamestown, na região de Virgínia, local atingido por Sir Walter Raleigh. Em 1620, chegam à América os puritanos do Mayflower, que são considerados os verdadeiros pioneiros da colonização. Radicam-se na região de Nova Inglaterra, fundando a cidade de Plymouth. Outra leva de puritanos, em 1628, chega em Massachussets. Dois anos depois fundam a cidade de Boston, que passará a exercer o papel de centro principal das jovens colônias. Em 1643, um católico, Lord Baltimore, funda Maryland. Finalmente, em 1681, quando Nova York e Nova Jersey já existiam, William Penn funda a colônia da Pensilvânia.

Logo já se pode notar a existência de três grupos distintos de colônias, fato de primordial importância no desenvolvimento norte-americano: o do “norte” (Massachussets, New Hampshire, Connecticut e Rhode Island), o do “centro” (Pensilvânia, New York, Delaware e New Jersey), e o grupo de “sul” (integrado por Maryland, Geórgia, Virgínia, Carolina do Norte e Carolina do Sul).

As colônias do norte (Nova Inglaterra) e do centro agrupam, aproximadamente, um milhão de habitantes que vivem de uma agricultura de tipo europeu (intensiva, praticada em pequenas propriedades, com mão-de-obra livre). Desenvolve-se aí a indústria artesanal e o comércio marítimo. Os grandes portos, como Boston, vão burlar o "pacto colonial" espanhol e fazer comércio com as Antilhas. Uma burguesia mercantil dominava a vida política e intelectual.

Já as colônias do sul dedicavam-se a uma agricultura de tipo extensivo, como na América Espanhola, produzindo gêneros tropicais de exportação (principalmente algodão e tabaco). Os grandes latifúndios pertenciam a uma aristocracia de ricos plantadores, que detinham o poder político e empregavam uma grande massa de escravos.

Cada uma das treze colônias gozava de ampla autonomia política entre si e em relação à própria Metrópole e eram governadas por um governador nomeado pelo rei e por uma assembléia eleita por sufrágio censitário, que se limitava a votar o orçamento local. No plano econômico, os colonos não possuíam o direito de comerciar com outro país se não a Inglaterra, mas esta não se opunha ao tráfico de contrabando, que era praticado intensamente em toda a costa americana.

A oposição à política mercantilista da Metrópole foi uma das causas da Guerra de Independência. Como já foi ressaltado, as várias leis promulgadas pelo Parlamento britânico, com o fim de regular o comércio e arrecadar rendas, foram severamente combatidas pelos americanos. As mais antigas eram as Leis de Comércio e Navegação (1660/1672), que interditavam o comércio da Inglaterra com as colônias em navios que não fossem de propriedade ou de construção inglesa e proibiam a exportação de certos artigos, tais como o tabaco, o açúcar e o algodão.

A Lei do Selo, outra causa da Guerra. Estando o tesouro britânico extremamente comprometido devido à Guerra dos Sete Anos, muitos estadistas ingleses defendiam a opinião de que as colônias deviam arcar com uma parte da dívida, pois a Guerra as havia beneficiado. Decretada em 1765, a Lei do Selo estabelecia um imposto sobre documentos jurídicos, livros e jornais, que deveriam ser selados. O imposto não seria muito oneroso, se bem que os comerciantes receassem um forte escoamento da moeda, pois todos os conhecimentos de embarque incidiriam na taxa e as estampilhas só poderiam ser compradas com dinheiro sonante. Não obstante, a lei suscitou uma oposição tempestuosa e violenta por parte de todas as classes.

O rei Jorge III (1760/1820) e aqueles que defendia no Parlamento promoveram uma série de outras medidas humilhantes de restrição aos colonos americanos: proibiram a colonização de terras a oeste dos montes Apalaches e limitaram o comércio interior, proibiram também a abertura de novas fábricas, o que iria, fatalmente, acabar com a independência econômica, principalmente das colônias do norte.

O movimento de independência se inicia; os radicais Thomas Jefferson, Samuel Adams e Richard Lee fundam em Massachussets comitês de correspondência, embrião de um movimento separatista que alcançará grande difusão alguns anos mais tarde, com o panfleto "Common Sense" de Thomas Paine. A agitação aumenta e se faz sentir em Londres, onde o Parlamento se decide pela abolição das taxas aduaneiras que gravaram mercadorias importadas. Mas não abole a taxa sobre o chá. Em 1773, os ingleses tentam garantir o monopólio da venda deste produto à Companhia das Índias Orientais. Em dezembro de

mesmo ano, dá-se um motim conhecido como *Boston Tea Party*. Durante a festa do chá em Boston, alguns colonos fantasiados de índios invadem três navios da Companhia das Índias Orientais e lançam ao mar uma partida de chá. Era o início da ruptura.

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Como punição ao motim ("*Boston Tea Party*"), o governo britânico interditou o porto de Boston, decretando o estado de exceção (até que o chá fosse pago) e colocando tropas de prontidão. O general Gage, comandante da guarnição britânica do Boston, foi encarregado de executar esses "decretos intoleráveis", como os chamavam os colonos. Contudo, a repressão serviu apenas para aumentar a solidariedade continental: Virgínia une-se a Boston e ambas apelam para outras colônias.

Em 1774, reuniu-se o *Primeiro Congresso Continental da Filadélfia*, onde se resolveu interromper todo o comércio com a Inglaterra, enquanto não se restabelecessem os direitos anteriores a 1763. Esse Congresso também redigiu e divulgou uma *Declaração de Direitos*. No entanto, a maioria ainda era favorável a um acordo pacífico com Londres, mas a intransigência do governo britânico provocou sua ligação às posições separatistas da minoria radical.

Um segundo congresso, então, reuniu-se em Filadélfia. Nesse, decidiu-se pela criação de um exército cujo comando caberia a George Washington, rico fazendeiro e chefe da milícia de Virgínia. A primeira batalha ordenada travou-se em Bunker Hill: a infantaria inglesa, ao subir para assaltar uma colina onde estavam entrincheirados os americanos, perdeu cerca de mil homens. Algum tempo depois, a Virgínia proclamou-se uma república independente, sendo imediatamente seguida pelo conjunto do congresso.

A 04 de julho de 1776 foi assinada uma declaração proclamando que "estas Colônias Unidas são, e devem ser de direito, Estados livres e independentes". A Declaração, redigida basicamente por Thomas Jefferson, contém a primeira formulação dos direitos humanos (todos os homens nascem livres e iguais e possuem certos direitos inalienáveis, entre eles: o direito à vida, à liberdade e à busca de felicidade).

Sobre a Declaração, R. Remond escreveu, em *História dos Estados Unidos:*

"Este texto, justamente famoso, do qual a república americana comemora religiosamente cada ano o aniversário, erige em direito a insurreição e enuncia um sistema de valores aos quais se reportarão todas as gerações de homens de Estado. Forma, ainda nos nossos dias, o fundamento da filosofia política do povo americano. Compõe-se principalmente de uma evocação das queixas das colônias contra a Inglaterra, mas marca também uma data na História Universal. Antes da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (Revolução Francesa), e pela primeira vez no mundo, uma nação proclama solenemente um certo número de princípios fundamentais, sobre os quais deve basear-se a existência das sociedades políticas. Esta declaração está nas origens de dois movimentos históricos. É, de um lado, a primeira vez que colônias se emancipam; a revolução americana enuncia assim, com antecedência, todos os movimentos de independência colonial. Deixa no âmago da mentalidade americana o reflexo anticolonialista. Os Estados Unidos não devem sua existência por recusar depender de uma Metrópole? De outro lado, é a origem da onda revolucionária que, retomada e amplificada pela Revolução Francesa, vai através dos tempos abalar os regimentos estabelecidos até a Revolução de 1917. A revolução americana é, ao mesmo tempo, a precursora das revoluções dos movimentos de independência."

Contudo, após a Declaração, a Guerra de Independência ainda continuou. Os insurretos, logo de início, conheceram inúmeras dificuldades, devido à falta de experiência, de armas e de dinheiro. Assim sofreram vários reveses. Entretanto, o entusiasmo das tropas e um melhor conhecimento do terreno permitiram a obtenção de importantes vitórias como Trenton e Princeton. Em 1777, dá-se a batalha de Saratoga, da qual os americanos saem vitoriosos.

Enquanto isso, Benjamin Franklin negocia na Europa a adesão da França e da Espanha, cujos interesses coloniais se chocam com a expansão inglesa. Essa aliança será de grande importância para os americanos, cuja vitória definitiva será conseguida em 1781, na batalha de Yorktown.

Em 1783, foi assinada a "Paz de Versalhes", pela qual a Grã-Bretanha reconhecia oficialmente a independência das treze colônias, agora 13 Estados, e lhes cedia os territórios do oeste até o rio Mississipi. A Espanha e a França recebiam de volta alguns territórios coloniais, sendo que para essa última as dívidas contraídas com a guerra debilitaram ainda mais as finanças, o que, somado à recepção dos voluntários franceses como heróis da liberdade, faz aumentar as críticas ao "Antigo Regime".

A Espanha conheceu uma reabilitação militar e econômica, mas seu engajamento favoreceu a propagação das idéias separatistas nos seus domínios ultramarinos.

Na nação recém-libertada, principia um conflito que agitará o próximo século: trata-se da disputa entre dois rivais, os federalistas, que pretendiam formar uma República Federativa (união e centralização dos Estados), e os republicanos (futuro partido democrata), partidários da autonomia dos Estados frente ao poder central.

Os Estados iniciaram as suas reformas de maneira heterogênea. O Governo Central não podia, de acordo com o critério dos "Artigos da Confederação", agir contra os indivíduos. Sua ação limitava-se aos governos, daí a inexistência de exércitos e impostos federais. Existia um radicalismo econômico, ao lado da fraqueza desses governos. Em 1786, em Anápolis, Madison e Hamilton, presentes à convenção que lá

se realizava, convencem os outros delegados a convocar uma nova convenção no ano seguinte, a fim de "rever os artigos da Confederação".

Na cidade de Filadélfia, em 1787, tem lugar o esperado encontro dos delegados dos Estados. Logo de início, é aceita a teoria de Madison, que era a de abolir os "artigos" e criar uma Constituição. A grande característica dos congressistas era a sua pouca idade (40 anos em média) e a experiência e capacidade que já possuíam para eventos de tal envergadura. O notável Thomas Jefferson não participou desta reunião, por ser na época o embaixador norte-americano na França.

Graças a Benjamim Franklin, resolveu-se também o problema de representação dos Estados Unidos. O Congresso seria composto pelo Senado e pela Câmara dos Representantes. Cada Estado teria dois senadores; contudo, o número de deputados na Câmara de Representantes seria proporcional à População do Estado. Era a primeira vez que, efetivamente, o mundo tomava conhecimento de um regime federalista. É certo, entretanto, que as idéias dos delegados sobre a democracia eram um tanto conservadoras; eles confundiam democracia com populacho e, para muitos, "o Estado tem por finalidade proteger os proprietários contra as tentativas niveladoras".

Quanto ao relacionamento do Estado Federal com os Estados o primeiro regeria os problemas externos e regulamentaria as transações com estes. Todavia, o conflito entre os Estados e a União seria, doravante, uma constante no cenário político do país.

28_29

REVOLUÇÃO FRANCESA

INTRODUÇÃO

É inegável a grande importância histórica da Revolução Francesa de 1789. Muitos historiadores costumam mesmo usá-la como marco divisório da Idade Moderna para a Idade Contemporânea. Dada essa importância, é conveniente que nos preocupemos em saber quais as razões que a levaram a tal magnitude histórica.

Antes de tudo, é preciso dizer que a Revolução Francesa é, acima de qualquer coisa, uma “revolução burguesa” no sentido mais estrito do termo, ou seja, ela significa a tomada do poder pela burguesia. A mesma burguesia que funcionou como um dos pilares do Absolutismo realizou a sua revolução no sentido de assumir ela mesma o controle do aparelho do Estado.

Em termos estritamente franceses, podemos dizer que a Revolução de 1789 foi o fato histórico através do qual a burguesia, na França, assumiu o poder político em termo nominais e efetivos.

A questão é que não devemos entender a Revolução de 1789 como um fenômeno apenas francês; seu significado transcende qualquer caráter nacional. Na verdade, a Revolução Francesa de 1789, juntamente com as Revoluções Inglesas do século XVII e com a independência dos Estados Unidos representam os pontos culminantes de crise do Antigo Regime.

Por sua feita, a crise do Antigo Regime representava o momento final da transição do Feudalismo para o Capitalismo, e, em termos de Europa, no que diz respeito aos aspectos jurídico-políticos.

Em suma, estamos afirmando que a Revolução Francesa está inserida no contexto geral de transição para o Capitalismo e, como tal, deve ser vista de forma muito mais ampla do que nos seus limites nacionais franceses. Ela representa o coroamento da ascensão burguesa no que diz respeito ao poder político. Sua influência, quer seja através das companhias napoleônicas, quer seja através da simples difusão de suas idéias, transcendeu em muito o território francês; representou a afirmação política da burguesia em termos do mundo ocidental.

Podemos afirmar que a Revolução Francesa e a Revolução Industrial na Inglaterra representam os momentos decisivos de nascimento do Capitalismo Liberal, ou seja, do mundo eminentemente burguês.

FATORES

Não há dúvida que devemos buscar as origens da Revolução de 1789 nas próprias condições estruturais na França no final do século XVIII. Para tanto, façamos uma retrospectiva das condições gerais daquele país ao longo do século XVIII, ou seja, no momento da crise do Antigo Regime.

A economia francesa do século XVIII continuava a ser essencialmente agrária, basta lembrar que as atividades de exploração da terra representavam a ocupação econômica básica de cerca de quatro quintos da população total da França.

A exploração agrária ainda se fazia em termos bastante tradicionais, ou seja, ainda havia a sobrevivência efetiva de resquícios de Feudalismo, especialmente no que diz respeito à cobrança de tributos feudais, bem como as condições técnicas de trabalho ainda bastante precárias.

Cerca de 40% das terras aráveis estavam ocupadas por pequenos proprietários mais ou menos independentes, enquanto os outros 60% ainda eram representados por latifúndios nas mãos da nobreza e do clero, que os exploravam em termos nitidamente feudais; ou latifúndios pertencentes à burguesia, que ensaiava um capitalismo rural na França.

Havia uma efetiva pressão no sentido de mudar as estruturas agrárias francesas. Essa pressão era representada pelo crescimento populacional, que exigia uma maior produtividade pela difusão das idéias dos fisiocratas, que defendiam a experiência inglesa dos “enclosures”. Essas mudanças, no entanto eram dificultadas pela exigüidade de capitais, pela força da tradição e pela resistência da significativa massa de pequenos proprietários.

A atividade industrial, na França do século XVIII, ainda permanecia, fundamentalmente, uma atividade desenvolvida em termos tradicionais, ou seja, sob a égide das medievais Corporações de Ofício, que continuavam exercer uma estreita regulamentação da produção, sendo que este fato representava uma séria limitação à iniciativa privada e ao progresso tecnológico.

Um fato concreto e definitivo acerca da indústria francesa no século XVIII é que mal começava a separação entre o trabalhador direto e a propriedade dos meios de produção. Por outras palavras, o Capitalismo ainda era incipiente na atividade industrial francesa, embora já se manifestasse principalmente na indústria têxtil, cujo principal centro era a cidade de Lyon.

Em termos comerciais internacionais, verificamos que a França concentrou o fundamental de suas atividades no próprio continente europeu, ou seja, não chega a ser significativa a participação francesa no comércio marítimo a longa distância. O comércio internacional francês voltava-se basicamente para os mercados consumidores europeus; seus principais produtos de exportação eram a seda, artigos de luxo e vinho; seus principais núcleos exportadores eram Lyon e Paris.

Durante todo o século XVIII, verificamos um desenvolvimento mais ou menos intenso do comércio interno da França, fato que demonstra a existência de uma consolidação do mercado interno e, conseqüentemente, de um significativo fortalecimento da burguesia francesa.

A sociedade francesa do Antigo Regime dividia-se, basicamente, em três camadas: o Primeiro Estado era constituído pelo conjunto dos elementos do clero; o Segundo Estado agregava os elementos da nobreza; e

finalmente, o Terceiro Estado reunia todas as camadas burguesas e populares.

Na verdade, a estrutura social francesa do século XVIII era bem mais complexa que isso, pois cada um dos Estados apresentava notáveis cisões e contradições internas.

O clero era formado por cerca de 130.000 pessoas, que além de exercerem as funções sacerdotais, ocupavam numerosos cargos públicos nos mais diversos níveis. O clero desfrutava de inúmeros privilégios, tais como a isenção tributária e o fato de seus membros não estarem sujeitos à justiça comum e sim aos seus próprios tribunais. O clero possuía duas fontes básicas de renda: a exploração de cerca de 15% das terras francesas, que eram propriedade da Igreja; e a cobrança do dízimo eclesiástico sobre todas as terras, inclusive as pertencentes à nobreza. O clero beneficiava-se com a alta dos preços dos gêneros alimentícios, uma vez que uma parcela substancial das colheitas era proveniente de suas propriedades fundiárias.

Os membros do alto clero eram, quase que invariavelmente, recrutados junto à nobreza e levavam uma vida superior em nível de riqueza àquela levada pelos grandes senhores.

Enquanto isso, os elementos do baixo clero levavam uma vida semimendicante, ou seja, em níveis estritos de sobrevivência e, como tal, solidarizavam-se com o Terceiro Estado na reivindicação de reformas profundas para a França.

No que diz respeito à nobreza, podemos dividi-la em uma nobreza de espada (de origem tradicional) e uma nobreza de toga (constituída por elementos que compraram ou receberam do rei títulos de nobreza).

A nobreza de espada subdividia-se em dois grupos:

- a nobreza da Corte cujos membros viviam junto ao rei e lhe prestavam serviços pessoais. Era, portanto, uma nobreza parasitária, pois levava uma vida em alto estilo e não produzia qualquer tipo de riqueza.
- a nobreza provincial cuja principal renda era a exploração dos direitos feudais que, aliás, estavam em plena decadência, o que fazia com que os nobres das províncias fossem, em sua maioria, bastante pobres.
- A nobreza de toga era fundamentalmente recrutada junto à burguesia e exercia a maioria dos cargos burocráticos e administrativos do Estado.

A nobreza como um todo desfrutava de inúmeros privilégios dentre os quais merecem destaque: as dignidades nobiliárquicas, a posse de tribunais particulares para julgá-los e, principalmente, os privilégios tributários, que consistiam na total isenção em relação à maioria dos impostos (todos os impostos diretos e grandes benefícios nos indiretos).

As principais fontes de renda da nobreza eram a exploração de suas terras que perfaziam cerca de 20% do território francês; a exploração dos direitos senhoriais e feudais; o recebimento de pensões e gratificações do Rei.

Os grandes senhores da nobreza beneficiavam-se com o desenvolvimento econômico; via de regra eles eram ideologicamente liberais, mas pretendiam controlar a monarquia mais de perto através da limitação dos poderes do Rei. Os setores menos favorecidos da nobreza procuravam maximizar seus minguados direitos feudais e, nesse sentido, também tinham interesse em limitar os direitos reais. No todo, às vésperas da Revolução Francesa, era como falar em uma crescente reação aristocrática ao absolutismo monárquico.

O Terceiro Estado congregava cerca de 90% da população francesa e sua principal característica era a heterogeneidade da condição social de seus membros:

- a burguesia que atuava na área financeira na nascente indústria capitalista, no grande comércio e na construção de navios.
- a pequena burguesia constituída pelos profissionais liberais, pequenos artesãos e pequenos comerciantes.
- os camponeses, pequenos proprietários de terra.
- um proletariado urbano e rural que efetivamente agregava a maior parcela da população francesa.

Da mesma forma que o Terceiro Estado era heterogêneo na sua composição, diversificados eram os interesse materiais e ideológicos de suas diversas camadas: a burguesia era a classe economicamente dominante, mas não tinha uma participação direta no poder político e, por isso, pretendia consegui-la; a pequena burguesia, enquanto vanguarda intelectual e camada social que expressa a síntese das contradições sociais, era o segmento da sociedade francesa com maior potencialidade revolucionária; os pequenos proprietários de terra almejavam a extinção dos privilégios feudais que favorecem os latifundiários (nobreza e clero), mas fixavam-se na preservação da propriedade privada. Junto ao proletariado (cujos membros eram chamados de “sans-culotte”), quer seja o rural, ou urbano, os níveis de consciência política e social eram bastante baixos, o que permitiu que eles viessem a ser utilizados como massa de manobra pelos demais segmentos sociais. Foi ao longo das lutas revolucionárias que os “sans-culottes” foram adquirindo um nível de organização que lhes permitiu, em certa fase da Revolução Francesa, reivindicar seus próprios interesses.

No terreno da estrutura jurídico-política, a França era uma monarquia absoluta justificada através da teoria da origem divina do poder real. É interessante notar que o absolutismo monárquico na França era temperado por um caráter legalista, pois o soberano devia sujeitar-se a uma série de princípios básicos que eram denominados Leis Fundamentais do Reino, as quais se assentavam nas tradições culturais e históricas da França.

O caráter absolutista da França se consubstanciava, por exemplo, através dos seguintes aspectos:

- o Rei era a fonte de toda a justiça, embora ele, com freqüência, delegasse as atribuições judiciárias aos tribunais.
- O Rei era o responsável pela elaboração de todas as leis.
- O Rei dirigia, em última instância, toda a administração.
- O Rei dirigia a política externa e comandava o exército.

O caráter legalista do absolutismo francês evidenciava-se através da existência de determinadas instituições, dentre as quais merecem destaque as seguintes:

- Os Estados Gerais, se bem que eles não eram convocados desde 1614 e suas funções eram meramente consultivas.
- Os Estados Provinciais, que eram convocados periodicamente em cada uma das províncias que conservavam algumas atribuições políticas e, principalmente, tinham o direito de votar os impostos.
- os parlamentos e cortes soberanas, principalmente o Parlamento de Paris, que funcionavam, na prática, como os efetivos tribunais de justiça do país.

O Rei era assessorado por um conjunto de ministros que dirigia os serviços administrativos; o controlador Geral das Finanças, que além das atividades financeiras, dirigia o comércio, a indústria e a agricultura; o Chanceler que era o chefe dos magistrados; os quatros Secretários de Estado, cada qual cuidando de uma das seguintes atividades: a guerra, os negócios estrangeiros, a marinha e o palácio do rei.

Havia ainda uma série de conselhos que atuavam junto ao rei: o Alto Conselho que o ajudava a tomar as decisões mais importantes; o Conselho das Finanças; o Conselho dos Despachos e o Conselho Privado que tinha atribuições mais especializadas.

Um último aspecto da realidade francesa do século XVIII que merece ser destacado é o que se refere aos impostos então existentes. Essa demonstração poderá ser feita através do seguinte quadro:

Para o efetivo entendimento do significado dos quadros anteriores, é importante que façamos algumas observações:

- os impostos diretos representavam a parte mais substantiva da arrecadação do Estado francês.
- na prática, apenas o Terceiro Estado paga os impostos diretos.

Feitas essas afirmações, nós podemos concluir que o Primeiro Estado (o clero) e o Segundo Estado (a nobreza) eram camadas sociais privilegiadas também no que diz respeito aos tributos; todos eles eram pagos exclusivamente pelo Terceiro Estado.

Afora os impostos diretos e indiretos, havia ainda os tributos feudais que os camponeses (trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terra) deviam pagar aos grandes senhores e ao clero.

ANTECEDENTES

Luís XVI era neto de Luís XV e, ao assumir o trono, contava com vinte anos de idade, era casado com Maria Antonieta, filha da Imperatriz Maria Teresa da Áustria. Luís XVI cercou-se, desde cedo, de excelentes assessores, dentre os quais o maior destaque deve ser dado a Turgot.

Turgot foi transformado em Controlador Geral das Finanças e, como colaborador de Enciclopédia, era adepto das idéias de Fisiocracia e sua administração foi caracterizada exatamente por ser uma tentativa de aplicação das idéias fisiocráticas à realidade francesa.

A essência do programa econômico de Turgot consistia em reduzir as despesas e aumentar as receitas do Estado francês através da aplicação de um conjunto de reformas inspiradas em princípios de um liberalismo econômico.

O número de funcionários do Estado foi reduzido com o intuito de reduzir as despesas; entretanto, Turgot não conseguiu pôr fim às prodigalidades do Rei, que se consubstanciavam sob a forma de vultosa pensão, gratificações abusivas e despesas suntuárias da Corte.

Com o objetivo de aumentar as receitas do Estado, Turgot desenvolveu uma série de mecanismos, visando a estimulara a produção e o comércio; estabeleceu a liberdade do comércio de cereais; aboliu as Corporações de Ofício, cujas regulamentações representavam um óbice ao desenvolvimento das atividades industriais; suprimiu a corvéia real, substituindo-a por um imposto sobre a propriedade fundiária, que deveria ser pago inclusive pelas camadas sociais privilegiadas.

As camadas privilegiadas sustentaram uma forte oposição à política de Turgot, sendo que essa oposição foi aprofundada em conseqüência da péssima colheita de 1774, que agravou enormemente as contradições sociais francesas. Turgot foi levado a um progressivo desgaste que o levou a cair em desgraça em 1776.

Em substituição a Turgot, foi nomeado para o cargo de Controlador Geral das Finanças um rico banqueiro de origem genovesa chamado Necker, que permaneceu no cargo até 1781. Necker recebeu a França em uma grave situação financeira que, aliás, foi agravada em conseqüência do envolvimento da França na Guerra da Independência dos Estados Unidos.

A política de Necker consistiu em realizar uma compressão das despesas públicas e fazer empréstimos externos que, embora equilibrassem momentaneamente o orçamento, implicavam um significativo aumento da dívida pública, ou seja, comprometiam os futuros orçamentos do reino em função do aumento das despesas representadas pelos pagamentos de juros e amortização de empréstimos. Verificando as necessidades reais da França, Necker procurou forçar a realização de reformas econômicas e financeiras mais profundas através da publicação, em 1781, do Orçamento do Estado, no qual ficava claro que um dos problemas cruciais da França era o alto dispêndio financeiro representado pelos gastos suntuários com a Corte. Esse ato valeu a demissão de Necker.

Necker foi substituído por Calonne, que permaneceria no cargo até 1787 e que deu prosseguimento à

política de empréstimos externos. A gravidade da situação francesa logo demonstrou que só reformas profundas poderiam solucionar a situação e que, dentre essas reformas, a que se fazia mais urgente era a universalização do imposto fundiário.

Em 1787, Calonne tentou aprovar o seu projeto de reforma tributária através de uma Assembléia de Notáveis (representantes do clero e da nobreza), cujos membros foram designados pelo Rei. A Assembléia recusou-se a examinar os projetos financeiros de Calonne e obteve a sua renúncia ao cargo de Controlador Geral das Finanças.

Desde 1778, a economia francesa conhecia um período de depressão: baixa no preço dos vinhos (importante parcela da renda dos pequenos proprietários de terra) e do trigo, dizimação do rebanho de carneiros em conseqüência de uma peste em 1785, as populações rurais tiveram suas rendas diminuídas e, conseqüentemente, passaram a consumir menos produtos industrializados em um momento em que um Tratado Comercial com a Inglaterra (1786) abria o mercado francês à concorrência britânica; o desemprego reduzia ainda mais a capacidade de consumo da população francesa.

Uma má colheita em 1788 transformou essa depressão econômica em sua verdadeira crise. O preço dos gêneros alimentícios aumentou consideravelmente ao longo do terrível inverno de 1788/1789, a miséria era um fenômeno generalizado na França de então. Em 1789, houve uma regularização da colheita, mas o descontentamento social ainda estava bastante vivo.

Luís XVI substituiu Calonne pelo Arcebispo de Toulouse, Loménie de Brienne, que encontrou os mesmo problemas de seus predecessores e que, ao propor reformas financeiras, passou a sofrer as mesmas oposições por parte das camadas privilegiadas.

O agravamento da situação de crise fez com que eclodissem, em diversas províncias do reino, pequenas revoltas cujo ponto culminante foi atingido em julho de 1788, quando se decretou a “greve dos impostos”, ou seja, as populações das províncias recusavam-se a pagar quaisquer tributos até que os Estados Gerais fossem convocados.

Diante dessa situação de fato, Luís XVI foi obrigado a capitular; demitiu Brienne e reconvocou Necker, que, em agosto de 1788, resolveu convocar os Estados Gerais para maio de 1789, apesar de toda a oposição das camadas privilegiadas.

As eleições para os Estados Gerais foram realizadas quase que por sufrágio universal, fato que permitiu que houvesse um significativo aumento no número de deputados do Terceiro Estado.

ETAPAS DA REVOLUÇÃO

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE (1789/1791)

Por determinação do Rei, ao longo do processo eleitoral para os Estados Gerais, foram elaborados os chamados “Cadernos de Queixas”, nos quais os representantes dos três estados sociais registravam suas pretensões e reivindicações.

Em termos gerais, os privilegiados desejavam a preservação de suas prerrogativas, enquanto os representantes do Terceiro Estado solicitavam profundas reformas: abolição dos privilégios, liberdade econômica, Constituição etc. Nos “Cadernos de Queixas”, o pensamento liberal é absolutamente dominante, mas todos se diziam fiéis à Monarquia.

No processo de instalação dos Estados Gerais desenvolveu-se uma contradição fundamental: enquanto a maioria dos deputados desejava a realização de profundas reformas, o rei pretendia limitar a competência dos Estados Gerais à solução da crise financeira.

A abertura solene dos Estados Gerais aconteceu em 05 de maio de 1789 e provocou uma grande decepção nos deputados do Terceiro Estado em função dos discursos de Necker e do Rei, que nem sequer se referiram às reformas que haviam sido reivindicadas.

A partir da abertura dos trabalhos, surgiu uma forte cisão no seio dos Estados Gerais: os Deputados do Terceiro Estado desejavam que cada deputado tivesse direito a um voto (fato que lhes daria o controle dos Estados Gerais, uma vez que eles eram a maioria), os deputados do Primeiro e do Segundo Estado sustentavam a posição favorável à preservação da tradição, segundo a qual cada Estado Social tinha direito a um único voto. A discussão desta questão levou os deputados do Terceiro Estado a romperem com os Estados Gerais e a se proclamarem como uma Assembléia Nacional arrogando-se o direito de decisão sobre a política tributária na França.

Luís XVI procurou quebrar a resistência do Terceiro Estado impedindo que os seus deputados tivessem acesso à Assembléia, mais exatamente ao local onde a Assembléia se reunia. Diante dessa interdição, os deputados reuniram-se em um estádio de “jogo da péla”, onde celebraram um solene juramento de permanecerem unidos até que fosse elaborada uma Constituição para a França.

Diante da resistência do Terceiro Estado, Luís XVI se viu obrigado a, em 27 de junho de 1789, determinar que os deputados do clero e da nobreza se juntassem aos do Terceiro Estado e formalizassem a existência da Assembléia Nacional Constituinte, o que foi feito em 09 de julho de 1789.

Simultaneamente a esse acontecimentos, verificamos uma crescente agitação popular, principalmente em Paris, cujas origens eram os preços dos alimentos, a proliferação do desemprego, a concentração de tropas reais em torno da capital e agitação revolucionária estimulada pela atuação de inflamados oradores, como Camille Desmoulins. Nesse contexto de tensão social, a demissão de Necker, em 11 de junho de 1789, pareceu anunciar um golpe de força do Rei contra a Assembléia Nacional Constituinte.

Diante desses fatos, o Terceiro Estado, sob a liderança da burguesia, tomou a iniciativa: em 13 de julho foi organizada uma milícia popular que recebeu o nome de Guarda Nacional e foi organizado um Comitê Permanente de direção da insurreição (este comitê daria origem à Comuna de Paris); em 14 de julho de

1789, após intensas manifestações de rua com forte apoio popular, o Terceiro Estado, através de seus deputados e na liderança de um movimento popular, marchou sobre a prisão da Bastilha que era um verdadeiro símbolo do Absolutismo e de suas arbitrariedades, sendo que após várias horas de sítio, a fortaleza capitulou.

Em função da crescente insurreição popular e da progressiva organização da Guarda Nacional que se espalhava pela França inteira, Luís XVI foi forçado a ceder e a readmitir Necker, além de desativar as tropas que haviam sido concentradas em torno de Paris, aceitar a bandeira tricolor e reconhecer La Fayette como comandante da Guarda Nacional.

O movimento parisiense salvou a Assembléia Nacional e fez com que os primeiros nobres começassem a emigrar. A propagação, deformada e ampliada, dos acontecimentos de Paris, espalhou pelas províncias uma situação de verdadeira revolta social e, com isso, instalou uma realidade de pânico por toda a França.

Diante da crescente revolta social, a Assembléia Nacional Constituinte, que, na sua maioria, era constituída por elementos da burguesia, resolveu adotar uma série de medidas que acalmasse os ânimos e contivesse as agitações sociais: os dízimos eclesiásticos e todos os direitos feudais foram abolidos em 04 de agosto de 1789; alguns dias depois foi aprovada uma Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que proclamava a liberdade e igualdade de todos diante da lei.

Os acontecimentos revolucionários contribuíram para que houvesse um agravamento da crise econômica e financeira, sendo que este fato era principalmente verificado em Paris. Ao mesmo tempo, Luís XVI negava-se a ratificar a abolição dos privilégios e a Declaração dos Direitos.

No dia 05 de outubro, uma passeata de mulheres, seguida por homens do povo e por membros da Guarda Nacional, dirigiu-se para Versalhes, exigindo comida. Diante dessa manifestação, o Rei se viu obrigado a ratificar os decretos de agosto. No dia seguinte, o palácio real foi tomado pelos populares que obrigam o Rei e sua família a se mudarem para Paris. Em Paris, a família real foi instalada nas Tulherias e declarada prisioneira dos parisienses. Essas jornadas populares de outubro de 1789 foram seguidas de uma nova vaga de emigração de nobres e membros do alto clero.

O grande significado do período da Assembléia Nacional Constituinte reside no fato de que ela representou a instituição de toda uma nova organização estrutural para a França no nível jurídico-político.

Desde o início das atividades da Assembléia Nacional, verificamos que os deputados tenderam a se agrupar politicamente em função de suas tendências ideológicas e interesse materiais, sem contudo, chegarem a formar o que poderíamos chamar efetivamente de partidos políticos. Dentre esses agrupamentos políticos, os que merecem maior destaque são:

- os partidários da Corte que se caracterizavam como sendo eminentemente anti-revolucionários.
- os constitucionais, cuja principal figura era Sieyés, que eram partidários de uma estrita observação da Constituição que estava sendo elaborada.
- os democratas, cuja figura mais significativa era Robespierre, que defendiam a necessidade do aprofundamento das medidas revolucionárias.

Além da formação de agrupamentos políticos no seio da Assembléia, constatamos que esse período foi marcado por uma intensa vida política, que se manifestava através da multiplicação do número de jornais e pela formação de diversos clubes políticos, dentre os quais destacaremos:

- a Sociedade de 89, que defendia uma posição de moderação revolucionária e que tinha em La Fayette, Sieyés e Condorcet os seus principais líderes.
- os Cordeliers, que defendiam idéias bastante democráticas e cujos principais líderes eram Desmoulins, Danton e Marat.
- os Jacobinos, que também defendiam posições mais ou menos democráticas e que se ramificaram rapidamente pelas províncias.

Após jornadas de outubro de 1789, o período da Assembléia Nacional foi caracterizado por dois problemas sociais básicos: crescentes agitações nas províncias que eram estimuladas pelos partidários da Corte (também chamados de realistas); constantes agitações nos meios militares em função dos soldados que se ligaram aos clubes políticos mais radicais se amotinarem contra os oficiais que, via de regra, eram egressos da aristocracia.

Efetivamente, a principal realização da Assembléia Nacional foi a elaboração da Constituição que passou a vigorar em setembro de 1791 e cujas principais determinações eram :

- a França passava a ser uma Monarquia Constitucional.
- o Poder Legislativo seria exercido pela Assembléia Legislativa cujos deputados seriam eleitos indiretamente através de um critério censitário.
- o Poder Executivo seria exercido pelo Rei cuja função permanecia hereditária. Este deveria escolher seis ministros fora da Assembléia, que seriam responsáveis perante a Assembléia pela administração do reino; o Rei também possuía o veto suspensivo sobre as leis elaboradas pela Assembléia Legislativa.
- o Poder Judiciário seria exercido por Juízes eleitos por voto indireto e censitário, e pagos pelo Estado.
- em termos administrativos, a França ficava dividida em oitenta e três departamentos que se subdividiam em distritos cantões e comunas, sendo que cada um desses níveis era administrado por

funcionários eleitos na localidade por voto censitário e indireto.

- afora a Constituição, outras realizações importantes da Assembléia Nacional foram:
- a lei Chapelier que, além de haver posto um fim definitivo às Corporações de Ofício, interditou o direito de greve e proibiu as massas trabalhadoras de se organizarem em entidades com o intuito de defenderem seus interesses.
- por sugestão de Talleyrand, em 02 de novembro de 1789, os bens do clero foram confiscados e colocados à disposição da nação; o resultado da venda desses bens nacionais serviu de lastro para a emissão de títulos bancários, denominados de "assignats", que foram levados a público em grande abundância, sendo que esse volume de emissão contribuiu para a depreciação da nova moeda.
- todos os impostos indiretos foram suprimidos e os diretos foram substituídos por três contribuições: a fundiária, a mobiliária (sobre as rendas) e a de patentes (sobre os ofícios industriais).
- a Constituição Civil do Clero, que colocou a Igreja e o clero sob a jurisdição do Estado a quem os sacerdotes deviam prestar um juramento.

Com um balanço da Assembléia Nacional, podemos afirmar que esse foi um período de hegemonia da burguesia, embora os setores inferiores do Terceiro Estado também tenham obtido algumas conquistas.

Alguns fatos também contribuíram para caracterizar o período: o agravamento da situação financeira através dos crescentes déficits orçamentários e da desvalorização dos "assignats"; a divisão do clero em um setor juramentado (adeptos da Constituição Civil do Clero) e um setor refratário (fiel ao Papa e que se recusava a jurar a Constituição Civil do Clero); as crescentes agitações da nobreza emigrada que se concentrava principalmente na cidade austríaca de Coblença.

Embora Luís XVI tenha jurado a Constituição de 1791, ele jamais chegou a aceitar o novo regime, daí o fato dele haver tentado fugir da França em junho de 1791 para se juntar aos emigrados em Coblença. Em meio à fuga, Luís XVI foi preso na localidade de Verennes e reconduzido a Paris onde a Assembléia Nacional o suspendeu de suas funções.

A tentativa de fuga do Rei afastou uma parte dos revolucionários da Monarquia e com isso a idéia republicana passou a encontrar setores mais amplos para sua difusão. Um manifesto republicano, conhecido como Manifesto do Campo de Março, chegou a angariar um número significativo de assinaturas. Entretanto, a idéia republicana era efetivamente eclipsada pelo fato de a maioria das lideranças revolucionárias ser constituída por moderados, ou seja, por elementos ligados à burguesia.

Em termos de política externa, o quadro da situação francesa neste período pode ser expresso da seguinte forma: de início, os vizinhos da França mantiveram-se indiferentes à Revolução, entretanto, logo começaram a inquietar-se, temendo a difusão dos ideais revolucionários, sendo que a maior evidência dessa inquietação foi a Declaração de Pillnitz, de 25 de agosto de 1791, na qual o imperador da Áustria e o Rei da Rússia, de uma forma mais ou menos prudente, ameaçavam intervir na França caso houvesse uma continuidade e aprofundamento do processo revolucionário.

Após haver restabelecido Luís XVI em suas funções, a Assembléia Nacional Constituinte dissolveu-se em 30 de setembro de 1791.

Assembléia Legislativa (1791/1792)

Nenhum dos deputados que havia participado da Assembléia Nacional Constituinte fez parte da Assembléia Legislativa, fato que era uma conseqüência da proposta de Robespierre que fora aprovada pela Assembléia Nacional.

Na Assembléia Legislativa, verificamos que os deputados se agrupavam nos seguintes partidos políticos:

- os *Feuillants*, que representavam a direita política e eram partidários de uma monarquia moderada e de estrita aplicação da Constituição; esse partido contava com 260 deputados.
- os Jacobinos, que representavam a esquerda política e eram partidários de uma democracia burguesa; um de seu principais líderes era Brissot (daí eles serem chamados também de *brissontinos*) eram 136 deputados quase todos egressos da pequena burguesia.
- os Constitucionais, que representavam o centro político e eram em número de 345 deputados, não possuíam um programa claro e definido, oscilavam entre as duas outras tendências, embora fossem efetivamente partidários da Revolução.
- havia, ainda, um pequeno número de deputados ligados às camadas populares e que eram freqüentadores do Clube dos Cordeliers; representavam a extrema esquerda política.

Diante dessa estrutura política da Assembléia Legislativa, o rei Luís XVI apoiava os Jacobinos de Brissot na esperança de que a política extremista deles levasse a França à guerra e à catástofre e, com isso, ficasse viabilizada a contra-revolução.

No período da Assembléia Legislativa, a França conheceu sérias dificuldades, tal como um aprofundamento da crise econômica, que se manifestava através de diversos aspectos, dentre eles, os mais significativos eram: um forte processo inflacionário; sérias dificuldades na revitalização das cidades; os agricultores estocavam suas colheitas com o objetivo de provocar a elevação dos preços dos produtos alimentícios. Esse conjunto de fatos provocou uma forte agitação social nas cidades e no campo.

A situação francesa era agravada pela articulação dos emigrados que, a partir da cidade de Coblença, começavam a organizar uma invasão da França, que, desta forma, vivia em permanente ameaça externa.

Diante da concreta ameaça de uma guerra, La Fayette, liderando a maioria dos *Feuillants,* acreditava, que a guerra poderia consolidar o regime. Brissot, e boa parte dos Jacobinos, via na guerra uma forma de obrigar o Rei a se definir politicamente. Apenas Robespierre, à frente de uma dissidência dos Jacobinos, sustentava a tese da paz como uma necessidade objetiva e real da França. A corte defendia a idéia da guerra, pois acreditava que tanto uma vitória quanto uma derrota seria o caminho mais curto para o restabelecimento do Absolutismo.

Em março de 1792, Luís XVI constituiu um novo mistério formado, exclusivamente, por partidários de Brissot, que vão desencadear um processo bélico através da formalização de uma Declaração de Guerra, votada em abril, contra a Áustria (era lá que ficava a cidade de Coblença, principal núcleo dos emigrados). Logo em seguida, a Prússia aliou-se à Áustria, contra a França.

O exército francês estava bastante desorganizado, principalmente, em conseqüência de a maioria de seus oficiais, egressos da nobreza, haverem emigrado diante do desenrolar da Revolução. A integração das antigas tropas reais com os novos batalhões de voluntários também era bastante difícil e contribuía para diminuir, ainda mais, a eficiência do exército francês. O fracasso da ofensiva na Bélgica abriu as fronteiras francesas para a invasão dos exércitos austro-prussianos.

Os “sans-culottes” acreditavam que os insucessos militares eram devido à traição do rei e dos aristocratas e, por isso, pressionaram a Assembléia para que ela votasse uma série de decretos, sendo que os mais significativos falavam da deportação dos padres refratários e da concentração de tropas da Guarda Nacional em torno de Paris. Luís XVI fez uso de seu direito de veto suspensivo em relação a esses dois decretos. Essa crise política acabou levando à queda do ministério dos partidários de Brissot que, por sua vez, implicou uma grande manifestação popular, conhecida como a Jornada de 20 de junho de 1792.

A notícia de que um exército prussiano estava em vias de invadir a França fez com que a Assembléia declarasse, em 11 de julho, a “pátria em perigo” e se desencadeasse uma campanha de recrutamento militar em função da qual afluíram voluntários de todo o país.

O Duque de Brunswick, comandante do exército prussiano, divulgou, em 25 de julho, um texto redigido por um emigrado francês. Este texto é conhecido como o Manifesto de Brunswick, no qual se ameaçava Paris, onde as manifestações populares de repúdio ao regime haviam voltado a acontecer. O manifesto chegou a Paris em 1º de agosto e precipitou toda uma série de novos acontecimentos: o povo de Paris, apoiado pela Guarda Nacional, iniciou uma nova insurreição, que, em 10 de agosto, tomou as Tulherias (o palácio real).

Os “sans-culottes”, articulados em torno da Comuna Insurreicional, pressionaram a Assembléia, que se viu obrigada a votar a suspensão do Rei e a convocar eleições, por sufrágio universal, para uma nova Constituinte, que receberia a designação de Convenção Nacional. Enquanto a Convenção não foi instalada, o poder executivo foi exercido por um Conselho Executivo Provisório, onde se destacou a figura de Danton.

Simultaneamente a esses acontecimentos, Brunswick invadiu a França e ocupou diversas cidades, dentre

as quais a de Verdun. La Fayete, comandante do exército francês, desertou; o comando do exército passou, na prática, a ser exercido pela Comuna Insurreicional que agora já era conhecida como a Comuna de Paris e que tinha em Robespierre seu principal líder. Através da ação da Comuna, milhares de voluntários foram engajados no exército e cerca de três mil suspeitos de traição foram presos e julgados por um Tribunal Revolucionário que fora criado.

As notícias dos insucessos militares fizeram com que houvesse uma intensificação da agitação revolucionária em Paris: instigados por jornalistas como Marat, os “sans-culottes” e os federados (nome dado aos membros da Guarda Nacional) tomaram de assalto diversas prisões e massacraram durante vários dias (02 a 05 de setembro) padres refratários, nobres e suspeitos de traição em geral. Estes episódios são conhecidos como “Os Massacres de Setembro”.

Em 20 de setembro, os exércitos franceses conseguiram deter o avanço prussiano em função de sua vitória na Batalha de Valmy e, nessa mesma data, a Assembléia Legislativa era substituída pela Convenção Nacional.

Convenção Nacional (1792/1795)

O primeiro ato importante da Convenção Nacional foi tomado em 21 de setembro de 1792: a abolição da Monarquia. A Convenção Nacional era formada por 749 deputados que, malgrado o sufrágio universal, haviam sido eleitos por uma minoria dos eleitores potenciais da França.

Os deputados da Convenção agregavam-se nos seguintes partidos:

- os Girondinos (160 deputados), que eram partidários da legalidade e da liberdade econômica pretendiam limitar a influência do povo de Paris, cuja ação julgavam excessivamente radical.
- os Montanheses (140 deputados) que se apoiavam, basicamente, nos “sans-culottes” (a maior parte desses deputados havia sido eleita pelos votos de Paris), defendiam uma forte radicalização do processo revolucionário e seus principais líderes eram Carnot, Saint-Just, Marat, Danton e Robespierre.
- o Centro (também conhecido como Planície ou Pântano e que agregava o restante dos deputados) inicialmente apoiava os Girondinos, mas aos poucos, tendeu para os Montanheses. A essência do pensamento destes deputados era a defesa da Revolução, sem que se praticassem radicalismos exagerados.

Por pressão dos Montanheses, foi desencadeado um processo contra o Rei que, apesar da oposição dos Girondinos, acabou por condenar o soberano à morte. Luís XVI foi executado em 21 de janeiro de 1793.

Após a vitória em Valmy, o exército francês passou a desenvolver uma ação ofensiva cujo sentido maior era o estabelecimento de fronteiras naturais para a França: Savóia, Nice, Bélgica. As terras da margem esquerda do Reno foram conquistadas e anexadas à França. Este imperialismo francês determinou que vários países europeus se unissem contra a França: formou-se a Primeira Coligação da qual fizeram parte Áustria, Prússia, Sardenha, Inglaterra, Holanda, Espanha, Rússia e diversos príncipes alemães e italianos.

Diante da Coligação, o exército francês conheceu algumas derrotas que obrigaram a evacuação da Bélgica e, ao mesmo tempo, exércitos anglo-austro-prussianos começaram a ameaçar as fronteiras francesas.

Com a radicalização do processo revolucionário e com o esforço de guerra, a situação econômica da França agravou-se ainda mais; conseqüentemente, a tensão social aprofundou-se e deu margem a que os "furiosos" (líderes populares parisienses de extrema esquerda) pudessem reivindicar profundas medidas de exceção.

A adoção de uma série de medidas repressivas contra o clero refratário e a execução do Rei determinaram uma forte hostilidade dos camponeses e pequenos proprietários de terra do oeste da França. O recrutamento de trezentos mil homens, decidido pela Convenção para reforçar o exército, em fevereiro de 1793, serviu de estopim para a deflagração de uma revolta na reunião da Vandéia que se transformaria em uma longa guerra civil, na qual se verificou uma forte infiltração dos emigrados.

Diante do agravamento da situação, os Girondinos não puderam impedir a Convenção de adotar todo um conjunto de medidas de exceção, dentre as quais destacamos a criação oficial de um Tribunal Revolucionário e de um Comitê de Salvação Pública.

As insurreições de 31 de maio e 02 de junho, organizadas pelos "sans-culottes" e lideradas pelos montanheses, levaram à prisão todos os principais líderes girondinos. Este golpe de força provocou, de imediato, diversas reações nas províncias que foram aproveitadas pelos realistas no sentido de tentarem reforçar suas posições políticas.

Em meados de 1793, a situação da Convenção Nacional era desesperadora: uma Constituição bastante democrática (ela incluía itens de direito do trabalho, o princípio do *referendum* para as medidas do governo, etc) foi votada, mas, logo em seguida, sua execução foi suspensa em função das imensas dificuldades internas e externas pelas quais a França estava passando. Decidiu-se que a França teria um governo revolucionário até o estabelecimento da paz total.

A organização do Governo Revolucionário significou uma forte centralização do poder: o Comitê de Salvação Pública, eleito pela convenção, passou a ser o efetivo órgão de governo; seus principais membros eram Robespierre, Carnot e Saint-Just. Havia ainda o Comitê de Segurança Geral que dirigia a polícia e a justiça, sendo que estava subordinado ao Tribunal Revolucionário que tinha competência para punir, até a morte, todos os suspeitos de oposição ao regime.

O conjunto de medidas de exceção adotadas pelo governo revolucionário deram margem a que essa fase da Revolução viesse a ser conhecida como o Período do Terror. Dentre os acontecimentos mais notáveis do Período do Terror, destacaremos os seguintes:

- a Lei de Máximo, que estabeleceu um rígido tabelamento dos preços dos gêneros alimentícios.
- uma série de decretos promulgados entre fevereiro e março de 1794, segundo os quais os bens das pessoas executadas pelo Tribunal Revolucionário deveriam ser partilhados entre os indigentes.
- um sem número de igrejas foram fechadas e foi estimulado o fim do celibato clerical.
- foi adotado um calendário revolucionário que considerava como Ano I o da Proclamação da República.
- determinou-se um rápido sistema de promoções para os militares com o objetivo de restabelecer os quadros do oficialato do exército francês.

O governo revolucionário conseguiu conjurar o perigo externo graças aos esforços de Carnot, que conseguiu reestruturar o exército através do restabelecimento da disciplina e da nomeação de jovens republicanos, como Hoche, Marceau e Jourdan.

A França conseguiu retomar as iniciativas militares e após uma série de vitórias, na primavera de 1794, conseguiu reconquistar a Bélgica.

A reestruturação do exército também permitiu que se estabelecesse uma relativa paz interior através de uma série de vitórias sobre focos de resistência à revolução, que ainda existiam no interior da França.

O governo revolucionário, cuja principal figura era Robespierre, encontrava, basicamente, dois focos de oposição: à esquerda, os “herbistas” (partidários de Herbert), que queriam um aprofundamento do Terror, principalmente no que dizia respeito à Igreja. Robespierre os fez prender e guilhotinar em março de 1794. Os "indulgentes" ficavam à direita, liderados por Desmoulins e Danton, que queriam pôr fim ao regime de exceção e que foram executados por determinação de Robespierre em abril de 1794.

Numa tentativa de dar uma base religiosa ao regime, Robespierre, apoiado nas idéias de Rousseau, tentou instalar o culto do Ser Supremo, que consistia em uma espécie de religião para a França.

O ápice das medidas de exceção foi atingido em junho de 1794 com o chamado Grande Terror, desencadeado através da Lei de 22 Prairial, que suprimia o direito de defesa e o arrolamento de testemunhas no Tribunal Revolucionário que, daí em diante, só teria duas opções em suas decisões: absolver o réu ou condená-lo à morte. Em menos de três meses, cerca de duas mil pessoas foram executadas, dentre elas o poeta André Chenier e o químico Lavoisier.

O agrupamento do Terror, a tentativa religiosa, o arrocho salarial e a liquidação dos “herbistas” fizeram com que Robespierre perdesse o apoio de uma parcela significativa de suas bases políticas, principalmente

dos “sans-culottes” parisienses. Começaram a surgir significativas fissuras no próprio Comitê de Salvação Pública.

Quando, em 8 do Termidor (06 de julho de 1794), Robespierre anunciou que faria uma nova depuração da Convenção e nos Comitês, Tallien e Fouché, dois líderes moderados, conseguiram reunir em torno de si a maioria dos deputados da Planície e, em 9 do Termidor (27 de julho), conseguiram fazer com que a Convenção aprovasse a prisão de Robespierre, sendo executado no dia seguinte.

A prisão e a execução de Robespierre colocou fim ao período de domínio montanhês na Convenção Nacional. Era o início da chamada Reação Termidoriana. É conveniente notar que, apesar de todos os seus excessos, a Convenção montanhesa salvou a França revolucionária.

Através da Reação Termidoriana, as facções revolucionárias moderadas retomaram o poder político na França, conseqüentemente vamos verificar uma moderação do processo revolucionário ao mesmo tempo que se vai buscar uma solução definitiva para os problemas internos e externos do país.

No contexto da moderação revolucionária, verificamos a ocorrência do fechamento do clube dos jacobinos, bem como a prisão e a execução dos elementos mais radicais. Foram reduzidas as atribuições e os poderes do Comitê de Salvação Pública. Boa parte das leis e decretos que haviam sido promulgados durante o período montanhês foram simplesmente revogados (é o caso da Lei dos Suspeitos e da Lei do Máximo). A Comuna de Paris foi extinta. Todas as medidas de taxação e regulamentação econômica foram abandonadas.

Embora a maioria dos deputados da Convenção continuassem a ser, basicamente, anticatólicos, procurou-se desenvolver uma política de apaziguamento religioso: foi estabelecida uma nítida separação entre a Igreja e o Estado e respeitada a liberdade de culto.

A Reação Termidoriana significou, também, uma reviravolta na política externa: em função de novas vitórias militares, a Holanda foi conquistada e se proclamou a existência de uma República Batava; com a moderação revolucionária, verificamos que se tornou mais difícil o recrutamento de soldados para o exército e, com isso, a condição francesa de sustentar a guerra tornou-se mais precária; por outro lado; os crescentes desentendimentos entre a Áustria, a Prússia e a Rússia, acerca da questão polonesa, também contribuíam para que houvesse um arrefecimento da guerra.

Diversos tratados de paz foram, então, assinados, de forma que apenas a Áustria e a Inglaterra continuaram a guerra contra a França. Os tratados assinados foram os seguintes:

- Tratado de Bâle (abril de 1795), com a Prússia, que reconhecia as fronteiras francesas no Reno.
- Tratado de Haia (maio de 1795), com a República Batava, que concedia a Flandres holandesa para a França.
- Tratado de Bâle (julho de 1795), com a Espanha, que concedeu o leste da Ilha de São Domingos para a França.

Internamente, a situação não era tão favorável: uma significativa alta nos preços dos gêneros alimentícios se verificou, havia uma série de dificuldade em realizar o abastecimento das cidades; além disso, a ostensiva opulência da burguesia enriquecida instigava a cólera popular. Várias insurreições populares vão ocorrer, mas todas elas foram duramente reprimidas, aliás, com a condenação à morte e execução dos seus principais líderes.

A liquidação da oposição jacobina e o desgaste político da esquerda, em função dos momentos de intensa violência pelos quais a França havia passado, fizeram com que a opinião pública passasse a ser menos hostil à idéias de Monarquia e, com isso, os realistas puderam reaparecer em cena: muitos emigrados voltaram clandestinamente à França e puderam, mesmo, desencadear um verdadeiro Terror Branco, ou seja, uma violenta perseguição aos Jacobinos, principalmente nas províncias. Em função das mesmas razões, houve um reacendimento da Revolta da Vandéia, que, efetivamente, tinha um caráter marcadamente realista.

Pretendendo limitar a influência popular no poder político, e, ao mesmo tempo, uma ditadura, os termidorianos elaboraram uma nova constituição, que ficou conhecida como a Constituição do Ano III, cujas principais características eram as seguintes:

- o regime eleitoral voltava a ser censitário.
- o Poder Legislativo era dividido entre duas assembléias: o conselho dos Quinhentos e o Conselho dos Anciãos, este formado por duzentos e cinqüenta deputados com mais de quarenta anos de idade cada.
- o Poder Executivo seria exercido pelo Diretório, órgão composto por cinco membros indicados pelo Conselho dos Quinhentos e eleitos pelo Conselho dos Anciãos.

Para obstar a ameaça realista e assegurar a maioria no Conselho dos Quinhentos, os termidorianos, através de um decreto, decidiram que dois terços dos deputados eleitos seriam necessariamente escolhidos entre os antigos convencionais. Este decreto tirou aos realistas toda a esperança de poderem voltar ao poder, e, por isso, eles responderam com a Insurreição Realista de 1795, que foi subjugada pelo jovem general Bonaparte.

No dia 26 de outubro de 1795, a Convenção se dissolveu e deu lugar ao novo regime criado pela Constituição do Ano III.

Como um balanço final do período da Convenção, podemos apontar as seguintes realizações principais:

- a supressão total e definitiva dos últimos resquícios de rendas feudais.
- a aceleração da venda dos bens nacionais, o que permitiu um aumento significativo no número de pequenos proprietários de terra.
- o estabelecimento do sistema de partilha igualitária das heranças entre todos os herdeiros.
- a abolição da escravidão nas colônias.
- a organização de um sistema nacional de arrecadação dos impostos.
- foi estruturado um sistema nacional de ensino nos níveis primário, secundário e superior.
- foram criadas diversas organizações de caráter científico e cultural dentre as quais destacaremos: o conservatório de Artes e Ofícios; o Arquivo Nacional; o Museu do Louvre etc.
- a adoção do sistema métrico decimal.

Salvando a França de uma ocupação estrangeira e lançando as bases de uma nova sociedade, a Convenção Nacional realizou uma obra bastante importante.

Diretório (1795/1799)

Entre a Convenção Termidoriana e o Diretório não houve efetivamente uma mudança significativa: os mesmos homens e o mesmo ideal político foram preservados. Entretanto, ao longo do período do Diretório, o agravamento dos problemas externos e internos obrigou as camadas dirigentes da França a buscar o apoio de um militar de prestígio que pudesse estabelecer um governo forte e apto a pacificar internamente a França e a vencer os inimigos externos.

A situação francesa era catastrófica: a arrecadação de impostos atingia níveis bastante baixos, os “assignats” continuavam em constante depreciação, ao ponto de, em 1796, ser necessário substituí-los pelos “mandatos territoriais” que logo entraram no mesmo processo inflacionário, que caracterizou a vida dos “assignats”.

A situação política não era muito melhor: em 1796, a Revolta da Vandéia havia sido praticamente pacificada, mas, em Paris, a agitação Jacobina retomava a sua força através da Conjura dos Iguais, movimento de caráter marcadamente social cujo principal líder foi Gracchus Babeuf, que defendia a extinção da propriedade privada dos meios de produção. Esta Conjura foi sufocada através da execução de um grande número de conjurados, inclusive Babeuf, que foi morto em maio de 1797.

A França continuava em guerra com a Áustria e com a Inglaterra. Em 1796 tentou-se um desembarque na

Irlanda, que fracassou; daí para frente procurou articular uma ofensiva contra a Áustria: dois exércitos marcharam sobre Viena, enquanto uma pequena força, comandada por Bonaparte, atuava secundariamente nos domínios austríacos da Itália.

A genialidade de Bonaparte e seu Estado Maior acabaram por determinar profundas alterações nos planos do Diretório: enquanto os dois exércitos principais fracassavam em sua ação direta contra a Áustria, Bonaparte conseguia inúmeros sucessos na Itália:

- a conquista da Lombardia, após expulsar os austríacos da Sardenha.
- o sítio a Mântua, ao longo do qual Napoleão Bonaparte venceu quatro exércitos austríacos.
- a marcha sobre Viena, sendo que, quando ele estava a cerca de cem quilômetros da capital austríaca, Bonaparte impôs aos adversários a assinatura de um documento denominado de Preliminares de Leoben (18 de abril de 1797).

Sem querer consultar o Diretório, Bonaparte negociou e assinou o Tratado de Campo Fórmio (18 de outubro de 1797), segundo o qual foi estabelecido:

- o Piemonte cedia Nice e Savóia para a França.
- a Áustria cedia à França a Bélgica e a Lombardia e, em troca, recebia Veneza.
- eram criadas as duas repúblicas irmãs: a República Cisalpina (Lombardia, Módena, Bolonha e Ferrara) e a República Liguriana (Gênova).

A Campanha da Itália deu a Napoleão Bonaparte um enorme prestígio e transformou-o no general mais popular da França.

O sucesso militar francês não impediu que o Diretório conhecesse, simultaneamente, uma grave crise política cujo sentido maior é o de uma crescente ascendência, tanto dos Realistas, quanto dos Jacobinos, que chegam, aliás, a ocupar alguns cargos no próprio Diretório. Estas fissuras políticas criavam, no seio da burguesia, uma profunda intranqüilidade e, por isso, começa a ser alimentada a idéia da necessidade de um governo forte que pudesse amenizar as tensões sociais francesas e, com isso, restabelecer a prosperidade econômica, que era indispensável para a burguesia.

Em meio a essa crise política idealizada, a Campanha do Egito, com a qual Bonaparte pretendia cortar a rota inglesa para as Índias e, com isso abalar a economia inglesa e, indiretamente, enfraquecê-la militarmente. Talleyrand, Ministro da Relações Exteriores, apoiava integralmente o plano de Bonaparte, apesar da relativa indiferença demonstrada em relação a ele por parte dos Diretores.

Napoleão, a frente de trinta e oito mil soldados, seguiu para o Egito em maio de 1798, tomou Alexandria e o Cairo, mas, em agosto, o Almirante Nelson, da Inglaterra, destruiu a frota francesa na Batalha de Aboukir. Em agosto de 1799, Napoleão deixou o comando das tropas de ocupação para Kleber e embarcou secretamente para a França.

A continuidade, pelo Diretório, da política imperialista que fora desencadeada pela convenção, determinou que, em 1799, fosse formada uma Segunda Coligação Européia, fazendo parte: Inglaterra, Áustria, Rússia, Sardenha e Turquia.

O desfecho da Campanha do Egito e a formação da Segunda Coligação inquietaram ainda mais a burguesia que já se via às voltas com o ascenso dos Realistas e dos Jacobinos.

Sentindo-se ameaçada em sua hegemonia política, a burguesia, grande beneficiária da Revolução, começou a tramar um golpe de Estado através do qual fosse estabelecido um governo forte. Este complô tinha como seus principais líderes dois diretores (Sieyés e Roger Ducos) e dois ministros (Talleyrand e Fouché).

Os golpistas precisavam de um militar de prestígio para que o golpe contasse com o apoio do exército, encontraram-no na pessoa de Napoleão Bonaparte.

Em 18 Brumário (09 de novembro de 1799), foi desfechado o golpe de Estado que é conhecido pelo nome de Golpe do 18 Brumário, Bonaparte foi nomeado comandante das tropas de Paris e os três diretores, que se mantinham fiéis ao regime, neutralizados. No dia seguinte, a resistência do Conselho dos Quinhentos foi quebrada graças à ação conjugada de seu presidente (Luciano Bonaparte, irmão de Napoleão) e das tropas de Paris.

O Diretório foi suprimido e substituído por três cônsules provisórios: Bonaparte, Sieyés e Roger Ducos.

Diretório (1795/1799)

Entre a Convenção Termidoriana e o Diretório não houve efetivamente uma mudança significativa: os mesmos homens e o mesmo ideal político foram preservados. Entretanto, ao longo do período do Diretório, o agravamento dos problemas externos e internos obrigou as camadas dirigentes da França a buscar o apoio de um militar de prestígio que pudesse estabelecer um governo forte e apto a pacificar internamente a França e a vencer os inimigos externos.

A situação francesa era catastrófica: a arrecadação de impostos atingia níveis bastante baixos, os “assignats” continuavam em constante depreciação, ao ponto de, um 1796, ser necessário substituí-los pelos “mandatos territoriais” que logo entraram no mesmo processo inflacionário, que caracterizou a vida dos “assignats”.

A situação política não era muito melhor: em 1796, a Revolta da Vandéia havia sido praticamente pacificada, mas, em Paris, a agitação Jacobina retomava a sua força através da Conjura dos Iguais, movimento de caráter marcadamente social cujo principal líder foi Gracchus Babeuf, que defendia a extinção da propriedade privada dos meios de produção. Esta conjura foi sufocada através da execução de um grande número de conjurados, inclusive Babeuf que foi morto em maio de 1797.

A França continuava em guerra com a Áustria e com a Inglaterra. Em 1796 tentou-se um desembarque na Irlanda, que fracassou; daí para frente procurou articular uma ofensiva contra a Áustria: dois exércitos marcharam sobre Viena, enquanto uma pequena força, comandada por Bonaparte, atuava secundariamente nos domínios austríacos da Itália.

A genialidade de Bonaparte e seu Estado Maior acabaram por determinar profundas alterações nos planos do Diretório: enquanto os dois exércitos principais fracassavam em sua ação direta contra a Áustria, Bonaparte conseguia inúmeros sucessos na Itália:

- a conquista da Lombardia, após expulsar os austríacos da Sardenha.

- o sítio a Mântua, ao longo do qual Napoleão Bonaparte venceu quatro exércitos austríacos.
- a marcha sobre Viena, sendo que, quando ele estava a cerca de cem quilômetros da capital austríaca, Bonaparte impôs aos adversários a assinatura de um documento denominado de Preliminares de Leoben (18 de abril de 1797).

Sem querer consultar o Diretório, Bonaparte negociou e assinou o Tratado de Campo Fórmio (18 de outubro de 1797), segundo o qual foi estabelecido:

- o Piemonte cedia Nice e Savóia para a França.
- a Áustria cedia à França a Bélgica e a Lombardia e, em troca recebia Veneza.
- eram criadas as duas repúblicas irmãs: a República Cisalpina (Lombardia, Módena, Bolonha e Ferrara) e a República Liguriana (Gênova).

A Campanha da Itália deu a Napoleão Bonaparte um enorme prestígio e transformou-o no general mais popular da França.

O sucesso militar francês não impediu que o Diretório conhecesse, simultaneamente, uma grave crise política cujo sentido maior é o de uma crescente ascendência, tanto dos Realistas, quanto dos Jacobinos, que chegam, aliás, a ocupar alguns cargos no próprio Diretório. Estas fissuras políticas criavam, no seio da burguesia, uma profunda intranqüilidade e, por isso, começa a ser alimentada a idéia da necessidade de um governo forte que pudesse amenizar as tensões sociais francesas e, com isso, restabelecer a prosperidade econômica, que era indispensável para a burguesia.

Em meio a essa crise política idealizada, a Campanha do Egito, com a qual Bonaparte pretendia cortar a rota inglesa para as Índias e, com isso abalar a economia inglesa e, indiretamente, enfraquecendo-a militarmente. Talleyrand, Ministro da Relações Exteriores, apoiava integralmente o plano de Bonaparte, apesar da relativa indiferença demonstrada em relação a ele por parte dos Diretores.

Napoleão, a frente de trinta e oito mil soldados, seguiu para o Egito em maio de 1798, tomou Alexandria e o Cairo, mas, em agosto, o Almirante Nelson, da Inglaterra, destruiu a frota francesa na Batalha de Aboukir. Em agosto de 1799, Napoleão deixou o comando das tropas de ocupação para Kleber e embarcou secretamente para a França.

A continuidade, pelo Diretório, da política imperialista que fora desencadeada pela convenção, determinou que, em 1799, fosse formada uma Segunda Coligação Européia, fazendo parte: Inglaterra, Áustria, Rússia , Sardenha e Turquia.

O desfecho da Campanha do Egito e a formação da Segunda Coligação inquietaram ainda mais a burguesia que já se via às voltas com o ascenso dos Realistas e dos Jacobinos.

Sentindo-se ameaçada em sua hegemonia política, a burguesia, grande beneficiária da Revolução, começou a tramar um golpe de Estado através do qual fosse estabelecido um governo forte. Este complô tinha como seus principais líderes dois diretores (Sieyés e Roger Ducos) e dois ministros (Talleyrand e Fouché).

Os golpistas precisavam de um militar de prestígio para que o golpe contasse com o apoio do exército, encontraram-no na pessoa de Napoleão Bonaparte.

Em 18 Brumário (09 de novembro de 1799), foi desfechado o golpe de Estado que é conhecido pelo nome de Golpe do 18 Brumário: Bonaparte foi nomeado comandante das tropas de Paris e os três diretores, que se mantinham fiéis ao regime, neutralizados. No dia seguinte, a resistência do Conselho dos Quinhentos foi quebrada graças à ação conjugada de seu presidente (Luciano Bonaparte, irmão de Napoleão) e das tropas de Paris.

O Diretório foi suprimido e substituído por três cônsules provisórios: Bonaparte, Sieyés e Roger Ducos.

29_12

Era Napoleônica

Introdução

A fim de compreender o significado histórico de Napoleão, é necessário conhecer alguma coisa da sua vida particular e do papel que desempenhou nos acontecimentos dramáticos precedentes à sua ascensão ao poder. Nascido em 1769, numa cidadezinha da Córsega, exatamente um ano depois de a ilha ter sido cedida à França, Napoleão pertencia a uma família de pequenos burgueses.

Em 1779, ingressou numa escola de Brienne, na França, cinco anos depois foi admitido na Academia Militar de Paris. Não se distinguiu em nenhuma das disciplinas acadêmicas, com exceção da Matemática, mas aplicou-se tão assiduamente à ciência militar que, aos dezesseis anos, conquistou o posto de Subtenente de Artilharia.

Napoleão e a Revolução

Os acontecimentos de 1789 foram recebidos com entusiasmo por Napoleão, imbuído que estava pelas idéias Iluministas. O progresso da revolução e as guerras com o estrangeiro deram-lhe oportunidade de promoção rápida, pois a maioria dos oficiais nomeados pelo antigo regime havia emigrado. Pouco a pouco, Napoleão foi subindo de posto em razão do grande número de vagas existentes nas fileiras.

No final de 1793, começou a se projetar, graças à vitória conseguida no cerco da cidade de Toulon. Napoleão é então promovido a General-de-Brigada.

Poucos dias antes de partir para a Itália, Napoleão conheceu Joséphine de Beauharnais, viúva do conde de Beauharnais, com quem se casou a 09 de março de 1796. Dias depois, Napoleão partia para assumir o comando geral do Exército da Itália. A Campanha da Itália foi a sua consagração, pois permitiu a submissão do exército australiano, através do Tratado de Campo Fórmio.

Era uma paz brilhante para a França e para Napoleão, mas trazia sementes de uma guerra futura pelas anexações feitas por Napoleão. O seu retorno a Paris foi triunfal, sendo ele recebido como o herói que os franceses tanto esperavam.

O ministro das Relações Exteriores, Talleyrand, sustenta na França um projeto de Napoleão ao qual não são poupados elogios: trata-se de uma expedição ao Oriente, tendo em vista cortar a rota das Índias ao comércio inglês e reconquistá-la.

No Egito, Napoleão vence a famosa Batalha das Pirâmides, onde profere a famosa frase: “Soldados, do alto destas pirâmides, quarenta séculos vos contemplam”. Entretanto, no Mediterrâneo, próximo ao Egito, os franceses são derrotados pelo Almirante Nelson, na famosa batalha naval de Abukir.

Enquanto Napoleão está no Egito, na Europa o Diretório continua com sua política de anexação territorial em plena paz e intensifica a propaganda revolucionária. Esses fatos provocaram a formação da Segunda Coligação contra a França (1799), da qual participaram a Inglaterra, o rei de Nápoles, a Turquia e a Rússia. As primeiras operações militares são desfavoráveis à França e os exércitos franceses são obrigados a abandonar as regiões anteriormente conquistadas e anexadas. Logo se tornou evidente aos franceses que as conquistas de anos anteriores iriam reduzir-se a nada.

Além disso, o Diretório vinha sofrendo uma perda muito grande de prestígio, em virtude da sua conduta nos negócios interiores: convocou mais elementos para o Exército, lançou novos tributos e ainda outras medidas antipopulares, que o desacreditaram e provocaram o ódio das facções políticas.

Napoleão, que acabara de chegar do Egito (17/10/1799), aproveitando-se do descontentamento, pensa em tornar-se senhor da situação, preparando para isso um golpe de Estado de comum acordo com três membros do Poder Executivo (Sieyés, Barras e Ducos), alguns ministros, chefes do Exército e membros do Conselho.

O prestígio de Napoleão torna-se maior com sua vitória frente à Segunda Coligação. A burguesia francesa aspirava a um regime estável e se apoiara totalmente no Exército, transformando-o na grande força estabilizadora do regime. Assim, aceitaram o golpe de Napoleão como um movimento efetivo e necessário.

A 09 de novembro de 1799 (18 Brumário), encerrou-se na França a Era da Revolução. O acontecimento que assinalou esse fim foi o golpe de Estado de Napoleão Bonaparte. Nessa data, inaugurou-se o período de estabilidade governamental mais longo que a França conheceu nos tempos contemporâneos.

O período de Napoleão que, politicamente, pode ser dividido em duas grandes fases (Consulado e Império), pode ser considerado como uma verdadeira reação do século XIX às idéias liberais que tinham tornado possível a Revolução. Apesar de Napoleão afirmar sua simpatia por alguns desses ideais, a forma de governo que se estabeleceu era muito pouco compatível com qualquer um deles. Seu verdadeiro objetivo, no que se refere à Revolução, era manter as conquistas que se coadunassem com a glória nacional e com as suas próprias ambições de glória militar, ou seja, alimentou e fortaleceu o patriotismo revolucionário e levou avante as realizações de seus predecessores, que se podiam adaptar aos objetivos de um governo centralizado.

Consulado (1799/1804)

O novo governo instituído por Napoleão, após o Golpe de 18 Brumário (09/11/1799), era uma autocracia mal disfarçada.

O Primeiro Cônsul, que era naturalmente o próprio Napoleão Bonaparte, tinha autoridade para propor todas as leis, além de poder nomear toda a administração, controlar o exército e conduzir as relações exteriores. Apesar de assistido por dois outros Cônsules, monopolizava todo o poder de decisão.

No entanto, os autores da Constituição simulavam acatar a soberania popular, restabelecendo o princípio do sufrágio universal. Em dezembro de 1799, o novo instrumento do governo foi submetido ao *referendum* popular e aprovado por uma esmagadora maioria. A Constituição assim adotada entrou em vigor a 1º de janeiro de 1800, mas, como ainda estivesse em uso o calendário revolucionário, é conhecida como a Constituição do Ano III.

O Consulado procedeu uma reorganização administrativa do país. A administração departamental tornou-se extremamente centralizada com a Lei do Pluvioso (fevereiro de 1800). Na chefia de cada departamento, encontrava-se o Prefeito, nomeado pelo Primeiro Cônsul e responsável diante dele.

No plano jurídico, saliente-se a construção do Código Civil (1804) ou o Código Napoleônico, destinado a conciliar os grandes princípios revolucionários com a concepção autoritária do regime em vigor. Os princípios do Código denotam já nessa fase da revolução da sociedade burguesa um extremo conservadorismo por parte da classe dominante. Revelavam, entre outras coisas, o temor de uma democracia radical. Entretanto, deve ser lembrado que, para as nações ainda ligadas ao Antigo Regime, o código era extremamente revolucionário. Sua adoção representou uma conquista para a burguesia.

Inúmeras alterações se processaram no ensino, sobretudo no secundário. Para satisfazer à necessidade de instrução da burguesia e, principalmente, para dar aos futuros oficiais e funcionários uma formação uniforme, Bonaparte substituiu, em 1802, as escolas centrais dos departamentos pelos liceus submissos a uma estrita disciplina militar.

Enquanto esses fatos ocorriam no plano interno, no exterior, a luta contra a Segunda Coligação continuava: através da via diplomática, Napoleão conseguira a retirada da participação russa à Coligação e, a seguir, voltou-se contra a Áustria com todas as forças de que dispunha, com grande rapidez. Após rápida campanha, o imperador austríaco foi obrigado a aceitar a Paz de Luneville (1801), que contemplou a de Campo Fórmio e substituiu, na Itália, a influência austríaca pela francesa.

A luta continuou a ser sustentada pela Inglaterra, até que sua economia se viu de tal forma abalada que os ingleses concordaram em ceder as possessões apreendidas durante a guerra, na chamada Paz de Amiens (1802). De suas conquistas coloniais, a Inglaterra deveria manter somente o Ceilão e Trinidad, enquanto que a França recuperaria muitas de suas colônias.

No tocante ao restabelecimento da religião católica, verificamos a assinatura, com o Papa Pio VII, da Concordata de 1801. Através desta, os bispos passariam a ser nomeados pelo Primeiro Cônsul, mas receberiam a investidura espiritual de Roma. Trata-se portanto, da restauração da união entre o Estado e a Igreja Católica, onde o clero obteria uma pensão do Estado, mas reconheceria a perda dos seus bens, e os sacerdotes prestariam juramento de fidelidade ao chefe do governo francês.

Os triunfos de Napoleão consolidam seu poder, que se torna ilimitado. Entretanto, não satisfeito, em 1802, consegue o consentimento do povo para tornar vitalício o seu cargo de Primeiro Cônsul. Só restava agora tornar a sua posição hereditária.

Império (1804/1814)

Em 1804, por meio de outro plebiscito, Napoleão obteve permissão para converter o Consulado num Império, tornando-se Imperador, com o título de Napoleão I. Elabora-se a Constituição Imperial ou a Constituição do Ano XII, que determinou a conservação do Senado, do Corpo Legislativo e do Conselho do Estado. No dia 12 de dezembro, em presença de Pio VII, Napoleão foi coroado na Catedral de Notre Dame; no entanto, não se deixou coroar pelo Papa e colocou pelas próprias mãos a coroa à cabeça, coroando, em seguida, sua esposa, a Imperatriz Joséphine.

A excelente estrutura do exército francês e a elevada competência do imperador e de seu Estado-Maior concorreram, até 1809, para um grande número de sucessos militares e políticos. Os militares foram às guerras contra as coligações (Terceira, Quarta e Quinta) e a intervenção armada na Espanha; dentre os sucessos políticos destacava-se principalmente o estabelecimento do Bloqueio Continental.

As operações militares por mar não favoreceram os franceses. Napoleão reuniu, no Campo de Bolonha, com a ajuda dos espanhóis, um exército destinado à travessia do Canal da Mancha e à invasão da Inglaterra. Entretanto, o almirante Villeneuve, encarregado de afastar a frota britânica, não consegue resistir à supremacia naval da Inglaterra, sendo derrotado pelo almirante Nelson na Batalha de Trafalgar, a 21 de outubro de 1805.

Já em 1793, a república francesa decidira suspender a importação de mercadorias inglesas, num sistema de bloqueio que se tornou, de 1803 a 1806, um sistema costeiro, abrangendo as costas européias até Hanover. Estabelecido através do Decreto de Berlim (1806) e do Decreto de Milão (1807), o Bloqueio proibia aos países da Europa continental o comércio com a Inglaterra.

Os objetivos do bloqueio eram de restringir, através da interdição dos portos das nações européias e de suas colônias, o mercado consumidor para os produtos manufaturados britânicos, arruinando, dessa forma, a economia inglesa. Assim, afastando seu principal concorrente, a França teria o caminho aberto para a afirmação de sua indústria. O imperialismo francês passou, a partir do bloqueio, a ser imposto às nações subjugadas de maneira brutal. Uma vez obtida a hegemonia e provocada uma crise econômica na Inglaterra, o que levaria à instabilidade social e política, Napoleão esperava a negociação de uma paz vantajosa com os ingleses.

Os objetivos imperialistas do bloqueio levaram Napoleão a investir militarmente contra as nações que se recusaram a aceitá-lo. Assim invadiu as regiões do mar do Norte, lançou-se contra Portugal, onde a dinastia de Bragança foi deposta, e invadiu a Itália, tomando os Estados Pontifícios e declarando o Papa prisioneiro no Vaticano.

A revolta espanhola, irrompida em 1808, foi o primeiro episódio que marcou o começo do declínio de Napoleão. Em maio desse ano, Napoleão enganara o rei e o príncipe desse país, levando-os a abrir mão dos seus direitos ao trono e a promover seu irmão José, rei de Nápoles, a rei da Espanha.

Contudo, nem bem o novo monarca havia sido coroado, estourou uma revolta popular. O general Murat, novo rei de Nápoles, no lugar de José, foi o encarregado da repressão. O massacre dos patriotas madrilenhos marcou o começo da guerra de independência.

Estimulados e auxiliados pelos ingleses, os espanhóis sustentaram uma série de guerrilhas que ocasionaram grandes desgastes do lado francês. O inimigo invisível estava em toda a parte, atacando os comboios, interceptando as estradas, massacrando grupos de soldados isolados. Os insurretos organizavam-se em assembléias ou “Juntas”, lideradas pela Junta de Sevilha, a organização central que não reconhecia o novo governo, declarando-se fiel a Fernando VII (o príncipe herdeiro). O levante popular era instigado pelo baixo clero, abalado com a possibilidade de secularização (decretada em 1808) e de um regime anticristão. As Juntas eram dirigidas principalmente pelos nobres e pelo clero.

Napoleão decidiu intervir pessoalmente, transferindo uma boa parte do Grande Exército que operava na Alemanha para a Espanha. Em novembro, os soldados franceses, sob o comando do Imperador, chegam à Península Ibérica. É decretada a abolição das velhas instituições e introduzido o Código. Algumas cidades são tomadas após batalhas sangrentas. Napoleão deixará a Espanha sem ver a guerra terminada. Nos anos que se seguiram, aumenta a presença inglesa na Espanha, o que contribui para a derrota final dos franceses, em 1814.

Em 1811, a Europa Napoleônica compreendia a França, os países anexados, que eram as "regiões que estavam sob sua autoridade direta" (Reino da Itália e Províncias Ilíricas), os Estados Vassalos (Confederação do Reno — 36 Estados, Grão-Ducado de Varsóvia e Confederação da Suíça) e, finalmente, as regiões do "sistema familiar" (reinos da Espanha, de Nápoles e da Westfália, e Grão-Ducado de Berg).

Os enormes impostos, cujo aumento era provocado pelas guerras contínuas, pesavam seriamente sobre os ombros da burguesia. Os constantes recrutamentos para o exército suscitavam o descontentamento e o protesto dos camponeses e dos operários. Grandes recrutamentos eram realizados também nos Estados Europeus independentes. Soldados de diversas nacionalidades, que combatiam obrigados e sem compreender a língua francesa, formavam uma parte importante do exército. Nessas condições, realizar-se-ão as campanhas posteriores.

Como país puramente agrícola, a Rússia vira-se com uma dura crise econômica quando não pôde mais, em razão do Bloqueio Continental, trocar o excesso de sua produção de cereais por produtos manufaturados da Inglaterra.

Ante o estrangulamento da economia russa, o Czar Alexandre I resolveu reabrir os portos russos aos ingleses, não dando atenção às ameaças de Napoleão. A Rússia aliou-se à Inglaterra, formando a Coligação Européia, enquanto Napoleão formava um exército de 600.000 homens (de doze nacionalidades diferentes). Em junho de 1812, 410.000 soldados do "Grande Exército" penetravam na Rússia. Estava em jogo a sobrevivência do Império, a derrota seria fatal. Mas Napoleão pensava em liquidar os russos e dar-lhes uma "lição exemplar", o que, inclusive, amedrontaria os outros povos.

A campanha terminou em terrível desastre aos franceses. Os russos, sem oferecer resistência, atraíram-nos cada vez mais para o interior do seu território. Em setembro, é travada a batalha de Moscowa, na vila de Borondino e, após perder 30.000 homens, Napoleão entrou em Moscou. A cidade estava semideserta e havia sido incendiada pelos próprios russos. Os franceses defrontaram-se então com o terrível inverno russo, sem alimentos, sem provisões, e sem abastecimentos de retaguarda. Os efeitos do frio logo se fizeram sentir e a retirada então foi ordenada por Napoleão. Essa foi uma das mais penosas e sangrentas. Os russos, tomando a ofensiva, assediavam constantemente os invasores, causando, juntamente com o frio, milhares de baixas entre eles. Do Grande Exército, apenas 100.000 homens conseguiram voltar vivos.

Diante do enfraquecimento de Napoleão, a Prússia e a Áustria aderiram à Coligação Européia (Sexta Coligação) em 1813, unindo seus esforços para combater o exército francês.

Napoleão é o primeiro a marchar ao encontro de seus inimigos e, na primeira fase das operações militares, bateu conjuntamente os exércitos em Lutzen e Bautzen. Contudo, após a intervenção austríaca, o exército foi derrotado na Batalha de Leipzig (outubro de 1813). As forças inimigas eram pelo menos duas vezes superiores. Leipzig ficou conhecida como a Batalha das Nações. Como consequência, toda a Alemanha se

sublevou contra o Império. A Confederação do Reno, a Espanha, a Holanda e uma parte da Itália estavam perdidas e as antigas fronteiras da França, diretamente ameaçadas.

Em janeiro de 1814, o exército prussiano, comandado pelo general Blucher, depois de atravessar o rio Reno, invadiu a França. O exército austríaco, comandado por Schwartzenberg, irrompeu também no país, através da Suíça. A guerra começava a ser travada em território francês e, finalmente, a 31 de março de 1814, os aliados entravam vitoriosos em Paris. Depois de haver tentado transmitir a coroa imperial para seu filho, Napoleão abdicou incondicionalmente no dia 06 de abril. Foi assinado o Tratado de Fontainebleau, pelo qual foi destituído de todos os direitos ao trono da França e, em troca, era-lhe concedida uma pensão de 2 milhões de francos anuais e a plena soberania sobre a Ilha de Elba (situada no Mediterrâneo, perto da Córsega).

Os vencedores, juntamente com o Senado Francês, dedicaram-se então à tarefa de reorganizar o governo da França. Resolveu-se, de comum acordo, restaurar a dinastia dos Bourbons na pessoa de Luís XVIII, irmão de Luís XVI, que morrera durante a Revolução. Teve-se, no entanto, o cuidado de estipular que não haveria restauração completa do regime.

Deu-se a entender a Luís XVIII que não deveria tocar nas reformas políticas e econômicas que ainda sobreviviam como frutos da Revolução. Atendendo a essa exigência, o novo soberano promulgou a Carta Constituinte (04/06/1814) que confirmava as liberdades revolucionárias dos cidadãos e estabelecia uma monarquia moderada.

Cem Dias (1815)

A restauração de 1814 teve vida curta. O novo governo, não obstante os desejos e bons esforços de Luís XVIII, incorreu no desagrado de quase toda a França pois, entre os camponeses e os elementos da classe burguesa que haviam se tornado novos proprietários de terra, muitos temiam que um retorno da nobreza e do clero expropriado pudesse ocasionar a perda de suas propriedades. Muitos oficiais do exército foram afastados, gerando um grande descontentamento entre as fileiras do exército.

Napoleão, do fundo de seu retiro, não deixava de se informar do que sucedia no continente. Conhecendo as deficiências do governo, sabe que o exército quer vê-lo novamente no comando. Foi em tais circunstâncias que Napoleão fugiu da Ilha de Elba e desembarcou na costa Meridional da França, a 1º de março de 1815. Foi recebido em toda a parte com alegria delirante pelos camponeses e pelos ex-soldados.

A partir de 20 de março de 1815, Napoleão reinará por mais cem dias. A retomada do poder, entretanto, não fez ressurgir o antigo despotismo imperial. O regime se reorganizará através de um “Ato Adicional” à Constituição, tornando-se um império liberal.

Os soberanos coligados, então reunidos no Congresso de Viena, surpreendidos com o acontecimento, renovam a aliança, declaram Napoleão fora da lei e decidem levantar novo exército destinado a destruir de vez Napoleão Bonaparte. Entendendo ser melhor tomar a ofensiva, a fim de frustrar os planos de seus inimigos, Napoleão marcha sobre a Bélgica e vence os prussianos, comandados por Blucher, em Ligny. Dias depois, em Waterloo, na Bélgica ainda, foi fragorosamente derrotado pelo Duque de Wellington e pelo general Blucher, à frente de um exército coligado. No dia 21 de junho, Napoleão abdicou pela segunda vez, sendo deportado em exílio definitivo para a ilha de Santa Helena, onde morreu alguns anos

mais tarde. A dinastia dos Bourbons voltou a reinar na França. Era o fim do império.

LEITURA COMPLEMENTAR

O BLOQUEIO CONTINENTAL

Durou pouco a trégua com a Inglaterra. E quando, em 1804, as hostilidades recomeçaram, Bonaparte, que aproveitara a paz para se tornar Cônsul Vitalício, valeu-se da atmosfera de guerra para tornar-se Imperador da França. Passou, pois, a ser chamado Napoleão I.

A significativa derrota naval de Trafalgar convenceu o novo monarca da impossibilidade da invasão da Grã-Bretanha. Como seus exércitos, porém, dominassem a Europa Continental, conseguiu fazer com que, em 1806 e 1807, os governos do Continente aderissem ao seu audacioso projeto de arruinar a economia britânica.

Trata-se do Bloqueio Continental, ratificado pelo Tratado de Berlim, em 1807 e que pode ser resumido nas seguintes palavras: a nenhum navio inglês se permitiria entrar em qualquer porto do continente e nenhum artigo proveniente da Inglaterra ou de suas colônias podia ser desembarcado ou vendido em territórios das nações "aliadas" (isto é, submissas). Não precisamos acrescentar que navio algum desses países poderia dirigir-se à Grã-Bretanha.

Embora numerosos contrabandistas "furassem" o Bloqueio, mesmo porque havia enorme extensão de litoral a fiscalizar, foi pequena a quantia de mercadorias inglesas que, uma vez firmado o acordo, conseguiu penetrar na Europa Continental. Viu-se obrigada, portanto, a produzir tudo aquilo que dantes lhe vinha das fábricas britânicas. E as indústrias nela tiveram notável incremento, conquanto nem sempre fossem favorecidas as populações, com o preço e a qualidade dos artigos da nova procedência. A França, lucrou imensamente com isso.

Acontece que a Inglaterra contrabandeava, por sua vez, com os países submetidos à França. A esses não chegavam, pois, exceto através de audazes entrepolos, os produtos de além-mar, os célebres gêneros coloniais que tão largo consumo tinham no Velho Mundo. Daí surgiram esforços consideráveis para substituir, com recursos locais, tudo que antes costumava vir da América, da África e das Índias. Essas tentativas, em alguns casos, deram ótimos resultados. Haja vista o aperfeiçoamento do processo de extrair açúcar de beterraba, que rapidamente se generalizou, e depois das coisas normalizadas, acabou trazendo não pequenos prejuízos a diversos países tropicais produtores de cana, inclusive o nosso.

Inicialmente, porém, o açúcar de beterraba ficava por preço elevadíssimo. O encarecimento geral da vida foi uma das consequências do Bloqueio, que também veio contrair os hábitos há muito arraigados entre os europeus. A falta de café, entre outras coisas, fortemente se fez sentir. E todas essas restrições não concorreram, por certo, para atenuar o descontentamento das populações sobre as quais Napoleão estendera seu domínio. Outra causa do aborrecimento residia nos prejuízos sofridos por produtores e exportadores de certos artigos — notadamente o trigo — que anteriormente tinham na Inglaterra seus melhores mercados de consumo ou distribuição.

Para obrigar os povos conquistados a suportar todas essas contrariedades, viu-se o Imperador obrigado a contínuas intervenções armadas, em que se foram desgastando as energias da França.

Determinou admirável reação na Inglaterra o golpe, sem dúvida terrível, trazido ao comércio e à indústria pelo Bloqueio Continental. Não perderam um só momento os enérgicos dirigentes desse país. Logo que tiveram notícia de estarem vedados às suas mercadorias os portos europeus, procuraram conquistar novos mercados que compensassem, pelo menos parcialmente, tão grande perda.

As possibilidades eram as possessões portuguesas e espanholas da América, onde ainda vigorava o regime monopolista. Se essas colônias viessem a conseguir sua independência, os novos países assim formados constituiriam mercados esplêndidos, onde os britânicos poderiam despejar, em condições altamente compensadoras, os produtos de suas indústrias. Não só essa vantagem estava ligada à emancipação de tais regiões, pois outro problema preocupava a Inglaterra. Acumulara ela, durante o século XVIII, capitais consideráveis para os quais precisava encontrar rendosa aplicação. Ora, todas as nações que surgissem nas Américas teriam necessidade de dinheiro, a fim de começar sua vida, e aí estariam, pressurosos, os banqueiros ingleses a lhes satisfazer os pedidos de numerários, mediante empréstimos que, forçosamente, seriam muito vantajosos — para quem os concedesse. Havia conveniência, portanto, em fomentar e apoiar diretamente os esforços de libertação dos territórios ibero-americanos. E os ingleses não demoraram a pôr as mãos à obra, conquanto seu astuto governo raramente tomasse atitudes declaradas que o comprometessem nos acontecimentos. No Brasil, a princípio, não lhes foi necessário auxiliar nenhum movimento político ou militar, pois o próprio desenvolvimento dos eventos europeus lhe permitiu aqui virem buscar, sem riscos nem dispêndios, a primeira grande compensação ao prejuízo do Bloqueio Continental.

30_7

CONGRESSO DE VIENA

Reunido de setembro de 1814 a junho de 1815, o Congresso de Viena representou uma tentativa de reorganização européia e de segurança coletiva, baseadas em dois princípios: o da legitimidade dinástica, que pretendia que cada nação voltasse ao seu legítimo soberano, e outro puramente prático, o do equilíbrio do poder. Inspirado em concepções diplomáticas do antigo regime, esse equilíbrio de forças, construído pelos diplomatas da nobreza, ia de encontro à idéia revolucionária da soberania nacional. O novo mapa político que se estabeleceu foi resultado do concerto europeu de princípios reacionários. O retorno de Napoleão da ilha de Elba não interromperá os trabalhos do Congresso, pelo contrário, os estimulará.

Considerando-se as transformações conhecidas por cada um dos diversos países sob a expressão do império napoleônico, podemos dividir a Europa em várias zonas distintas.

Zonas assimiladas

Eram as anexadas ao império e inteiramente dependentes dele (é o caso do reino da Itália, todos os estados italianos, menos o reino de Nápoles e os estados pontifícios).

Zonas de influência

Regiões anexadas indiretamente. Era a situação da maior parte dos territórios alemães entre os rios Reno e Elba, o Grão-Ducado de Varsóvia (futura Polônia), o reino da Ilíria e o reino de Nápoles (reino das duas Sicílias).

Zonas de resistência positiva

A Prússia, cujos dirigentes passaram a pôr em prática amplas reformas sociais e modernizar a nação, considerando esse o melhor meio de retomar a luta contra a França.

Zona de resistência passiva

A Áustria e a Rússia, nas quais a luta contra a França não se fez acompanhar de nenhuma reforma profunda.

A Inglaterra

Nunca foi conquistada, tendo a adoção do liberalismo facilitado a estabilização política e o desenvolvimento econômico, transformando-a no maior oponente de Napoleão.

O Congresso

Chamar a este corpo de “Congresso” é uma impropriedade de termo, pois, na realidade, jamais ocorreu uma sessão plenária da qual participassem todos os delegados. Todas as decisões que iremos enumerar foram tomadas por um número mínimo de indivíduos que passaram a ser donos da Europa, a partir de então. Os principais participantes do Congresso foram:

- pela Áustria, Metternich, primeiro-ministro deste país e presidente do Congresso.
- pela Rússia, o Czar Alexandre I.

- pela Prússia, o rei Frederico Guilherme III.
- pela Inglaterra, Wellington e Lord Castlereagh.
- pela França, Talleyrand.

A diretriz inicial desses congressistas era a de arrasar com a França, por considerarem-na principal responsável por todos os problemas que a Europa vinha passando, desde 1789. Contudo, graças a Talleyrand, o habilíssimo diplomata que representou a França, toda essa diretriz foi alterada. Talleyrand apresentou um princípio que passou, a partir de então, a ser a idéia básica que orientou os trabalhos do Congresso. Este princípio era o da Legitimidade e tinha por finalidade proteger a França contra punições drásticas por parte de seus vencedores, mas acabou sendo adotado por Metternich, como expressão apropriada da política geral de reação, contra as idéias revolucionárias. O princípio da Legitimidade estabelecia que as dinastias reinantes na Europa, nos termos pré-napoleônico e pré-revolucionário, deveriam ser restauradas e que cada país devia adquirir, essencialmente, os territórios que possuía em 1789. Era a volta do “status quo”.

O princípio de Legitimidade prestava-se aos interesses dos vencedores da França e, ao mesmo tempo, salvaguardava esta de perdas territoriais e da intervenção governamental estrangeira. Com as resoluções do Congresso de Viena, a Europa ficou assim configurada:

Clique no mapa para ampliar

- a Áustria retomou suas antigas províncias da Ilíria, nos Bálcãs, além do Tirol e da Galícia, e do restabelecimento de sua hegemonia na Itália.
- a Prússia alargou seu território mediante a anexação da Pomerânia e da uma grande parte da Renânia.
- a Inglaterra ficou com o Principado de Hanover, no continente, e obteve possessões marinhas e militarmente estratégicas: a ilha de Malta e as Ilhas Jônicas do Mediterrâneo, a ilha de Heligoland no Mar do Norte, algumas ilhas nas Antilhas e, no caminho das Índias, o Cabo e o Ceilão, cedidos pelo rei da Holanda.
- a Rússia conservou a Finlândia, tomada da Suécia; a Bessarábia, tomada da Turquia e dois terços da Polônia.
- a Suécia ficou com a Noruega, que era da Dinamarca.
- foi novamente instituído o Reino Unido dos Países Baixos, reunindo a Bélgica e a Holanda.

- criou-se a Confederação Germânica, que agrupava 30 estados praticamente independentes e que se reuniam em Frankfurt numa Dieta (Assembléia) federal, cuja presidência cabia à Áustria.
- os estados da Igreja foram restabelecidos

A acolhida favorável dada ao retorno de Napoleão da ilha de Elba e ao governo dos cem dias, as medidas pelas quais ele ensaiou uma retomada da tradição revolucionária para despertar o entusiasmo popular, exerceram uma grande influência sobre as últimas decisões do Congresso de Viena. Este passou a orientar contra a França a organização de uma nova Europa. Os estados novos ou aumentados deveriam constituir uma barreira contra ela.

O Congresso de Viena foi um dos mais técnicos em violar o Princípio da Legitimidade e em espezinhar a doutrina da auto-determinação dos povos. Os ideais foram postos de lado, por motivos de conveniência e de cobiça nacional. Todos os arranjos foram feitos com total desprezo aos interesses dos povos neles envolvidos. Assim, por exemplo, não obstante diferirem os belgas radicalmente dos holandeses em matéria de cultura e religião, foram forçados a submeter-se ao governo da Holanda. Esses crimes contra as nacionalidades prepararam terreno para o desenvolvimento de rancorosos conflitos no futuro.

SANTA ALIANÇA

Um dos principais objetivos de Metternich foi tornar Viena um baluarte permanente do “status quo”. Com este fim em vista, criou-se a Quádrupla aliança entre Inglaterra, Áustria e Rússia, como um instrumento para manter o acordo intacto. Em 1818, a França foi admitida na combinação, convertendo-a em Quíntupla Aliança, que se encarregou de fazer funcionar o “Sistema Metternich”. (Congresso de Aix-la-Chapelle).

Essa aliança é, também, muitas vezes denominada “Concerto Europeu”, uma vez que seus membros se comprometiam a cooperar na supressão de quaisquer distúrbios, decorrentes de tentativas dos povos para depor seus governantes “legítimos” ou mudar as fronteiras internacionais. No espírito dos liberais e nacionalistas da época, a Quíntupla Aliança foi, muitas vezes confundida com outra combinação chamada Santa Aliança, um produto do idealismo do Czar Alexandre I. A Santa Aliança foi adotada, mas nenhum de seus reais colegas a tomou a sério. Embora muitos tivessem assinado o ajuste, proposto por ele, tendiam a considerar tudo como um palavreado místico. O fato é que a Santa Aliança nunca passou de uma série de votos piedosos. A verdadeira arma que garantiu o triunfo da nação não foi ela, mas o Concerto Europeu.

Os representantes das nações que dele participavam firmaram um acordo que patenteava a intenção, por parte das grandes potências, de intervirem pela força das armas, na repressão da Europa.

Em 1822, por exemplo, convocou-se o congresso de Verona para tratar da insurreição na Espanha, que

também tivera o efeito de impor a Fernando VII um regime constitucional. O movimento é conhecido como “o grito de Riego”, coronel que sublevou as guarnições militares de Cadiz, Saragoça e Madri. Decidiu-se que o rei da França enviaria um exército à Espanha para ajudar seu parente Bourbon.

Com a vitória das tropas francesas, organiza-se uma dura represália aos insurretos, o coronel Riego é enforcado e com o fim da Constituição volta o Absolutismo.

Outras intervenções semelhantes ocorreram em quase todos os países da Europa que se rebelaram contra o “status quo”, determinado pelo Congresso de Viena. Contudo, essas intervenções somente ocorriam quando as revoltas liberais não correspondiam aos interesses dos membros do “Concerto Europeu”. Das dezenas de revoltas que ocorreram na Europa, no período de 1815 a 1830, apenas duas obtiveram sucesso, pois estas revoltas correspondiam aos interesses dos “Concertistas” que, inclusive, contrariando todas as suas diretrizes, apoiaram-nas. Estas duas revoltas ocorreram na Bélgica e na Grécia.

Desde o século XVI, a Grécia era dominada pela Turquia. Durante muito tempo, esta dominação foi aceita passivamente, porém, a partir do momento em que o ideal de liberdade e nacionalismo foi-se espalhando pela Europa, graças à Revolução Francesa, começou a nascer, na Grécia, um sentimento de revolta contra o dominador.

Em 1822, os liberais gregos reuniram-se no Congresso de Epidauro e resolveram proclamar a independência. É lógico, porém, que o governo turco não aceitou passivamente esse ato de rebeldia, e procurou reprimi-lo violentamente. A guerra se iniciava.

Durante os primeiros dois anos, poucas batalhas ocorreram. Inicialmente, os turcos enforcaram em Constantinopla o primeiro patriarca da religião grega. Como vingança, os gregos arrasaram a cidade turca de Tripolitzna. Por sua vez, os turcos invadiram a ilha grega de Chió e queimaram os noventa mil gregos que lá moravam.

Massacre após massacre, a luta continuava, até que a Rússia, Inglaterra e França, paradoxalmente, resolveram apoiar a Grécia. Este apoio foi dado pois as potências européias aspiravam ao desmembramento do império turco, para poder desenvolver o seu nascente Imperialismo, enquanto que a Rússia desejava derrotar a Turquia para conseguir, também, a livre passagem pelos estreitos de Bósforo e Dardanelos.

Em 1827, na batalha de Navarim, a marinha turca é totalmente destruída e, em 1829, o sultão implora a paz. Em setembro de 1829, o Tratado de Andrinopla consagra a independência da Grécia. O “princípio de legitimidade” não valeu para o Império Otomano; começava a perder sua razão de ser, apesar do pretexto

de o império não ser cristão. O que contava, na verdade, eram os interesses políticos e econômicos das potências.

31_7

A GUERRA DE SECESSÃO

Em 1776, os Estados Unidos tornam-se o primeiro país livre da América, servindo de exemplo para que as demais colônias americanas também lutassem por sua autonomia diante das metrópoles européias. A trajetória histórica norte-americana ao longo do século XIX, levou os Estados Unidos à condição de grande potência capitalista no início do nosso século. É essa trajetória que iremos estudar neste momento, lembrando, contudo, que após a independência dos Estados Unidos, as antigas colônias - atuais estados - do sul controlavam a vida política do país. A riqueza propiciada pelas exportações de algodão, produzido em grandes propriedades pela mão-de-obra negra escrava, garantia à aristocracia latifundiária sulista o predomínio sobre as decisões políticas no novo país. Os presidentes eleitos até meados do século XIX foram todos representantes dessa categoria social, bem como o Congresso americano por eles era dominado.

A região norte dos Estados Unidos mantinha sua tradição industrial, abastecendo de manufaturados o sul escravista e outras áreas latino-americanas. A produção industrial, porém, no início do século passado, era modesta e sofria a poderosa concorrência da indústria inglesa.

O processo de expansão para o Oeste americano alterou profundamente esse quadro, na medida em que favoreceu o fortalecimento econômico dos burgueses do norte, os quais passaram a exigir uma maior participação na cena política do país. A rivalidade entre norte e sul gerou, em meados do século XIX, uma sangrenta guerra civil nos Estados Unidos, conhecida como **Guerra de Secessão**. Os resultados do conflito ajudam a entender o rápido desenvolvimento industrial norte-americano e sua ascensão como potência mundial.

A CONQUISTA DO OESTE

No início do século XIX, os Estados Unidos da América, antiga colônia inglesa que conquistara a independência em 1776, aparecia aos olhos europeus como o local das oportunidades, sobretudo a região norte, dotada de importante estrutura comercial e industrial. A imigração para os Estados Unidos nas primeiras décadas do século passado proporcionou um aumento extraordinário da população (em 1776, a população norte-americana beirava os 3,5 milhões de habitantes; em 1810, esse número saltara para 7 milhões).

Concentrada nos centros urbanos do norte do país, essa população em crescimento tornou-se excessiva e, até, perigosa, gerando a necessidade de ampliação territorial. Aos poucos, caravanas de pioneiros passaram a deslocar-se em direção ao oeste, dizimando a população indígena, conquistando e povoando as terras do interior, nas quais desenvolviam a atividade agro-pecuária ou mineradora.

A justificativa utilizada para a expansão territorial era a “doutrina do destino manifesto”, segundo a qual, Deus escolhera os norte-americanos para conquistar e dominar os territórios entre o Atlântico e o Pacífico, justificativa essa que, mais tarde, já no século XX, seria utilizada pelos norte-americanos para interferir nas questões políticas latino-americanas, apresentando-se como legítimos guardiões da democracia.

As formas pelas quais os norte-americanos conseguiram expandir seu território foram a **compra** (em 1803, a Louisiânia foi adquirida à França por 15 milhões de dólares; a Flórida, em 1819, foi comprada aos espanhóis por 5 milhões; e o Alasca foi comprado à Rússia, em 1867, por 7 milhões de dólares); a **diplomacia** (em 1846, após negociações intensas, a Inglaterra cedeu aos Estados Unidos a região do Oregon, recebendo, em troca, áreas no Canadá); e a **guerra**, sobretudo a de 1848 contra o México graças a qual os Estados Unidos receberam, como indenização, os territórios do Texas, Califórnia, Novo México, Utah e Nevada. Além disso, em 1898, depois da guerra contra a Espanha, os Estados Unidos conseguiram anexar o Havaí aos seus domínios, e estabelecer o controle político sobre Cuba e Porto Rico, que se tornaram protetorados norte-americanos.

A expansão territorial para o oeste inverteu o problema: se antes havia gente e não havia terras, agora as terras precisavam ser ocupadas e a população não era suficiente para isso. Mais uma vez, verifica-se um intenso fluxo migratório da Europa para os Estados Unidos, num momento em que o Velho Mundo enfrentava sérias dificuldades econômicas. A população passou de 9 milhões de habitantes, em 1820, para cerca de 30 milhões, em 1860. Para isso, contribuiu, e muito, a lei de terras norte-americana, conhecida como Homestead Act.

“A legislação norte-americana da mesma época propôs-se ao objetivo oposto, para promover a colonização interna dos Estados Unidos. Gemiam as carretas dos pioneiros que iam estendendo a fronteira, às custas de matanças dos índios, até as terras virgens do oeste: a Lei Lincoln de 1862, o Homestead Act, assegurava a cada família a propriedade de lotes de 65 hectares. Cada beneficiário comprometia-se a cultivar sua parcela por um período não menor do que cinco anos. O domínio público colonizou-se com uma rapidez assombrosa: a população aumentava e se propagava como uma enorme mancha de óleo sobre o mapa. A terra acessível, fértil e quase gratuita, atraía os camponeses europeus como um ímã irresistível: cruzavam o oceano e também os Apalaches rumo às pradarias abertas. Foram os granjeiros livres, assim, os que ocuparam os novos territórios do centro e do oeste. Enquanto o país crescia em superfície e em

população, criavam-se fontes de trabalho agrícola para evitar o desemprego e ao mesmo tempo gerava-se um mercado interno com grande poder aquisitivo, a enorme massa dos granjeiros proprietários, para sustentar o desenvolvimento industrial".

(GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 22ª. ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986; p. 144)

Como revela o texto, a expansão para o oeste propiciou mercado interno para os artigos manufaturados das áreas industriais do norte que, em contrapartida, adquiriam os gêneros produzidos pelos pequenos proprietários do oeste. O desenvolvimento econômico do norte foi extraordinário, fortalecendo os homens de negócio da região.

Assim, as transformações econômicas ocasionadas pela conquista do oeste refletiram-se no plano social: o norte contava, em meados do século XIX, com uma rica e, agora, poderosa, burguesia industrial e comercial, além de um operariado em expansão; no centro e oeste, proliferavam lavradores e pecuaristas cujos interesses aproximavam-se da burguesia nortista; o sul, porém, mantinha seu caráter aristocrata e escravocrata, com uma economia voltada exclusivamente para a exportação, mas que ainda controlava a vida política do país.

Foi esse antagonismo que gerou, em última instância, a Guerra Civil norte-americana em 1860.

A GUERRA DE SECESSÃO (1861-1865)

As origens da rivalidade norte-sul nos Estados Unidos remontam ao período colonial: enquanto no norte desenvolveram-se colônias de povoamento, com economia voltada para dentro e burguesia industrial, no sul nasceu a "plantation" escravocrata, gerando uma elite aristocrática voltada para a exportação de gêneros primários, sobretudo o algodão.

A expansão do território para o oeste promoveu profundas alterações econômicas, as quais, como vimos, refletiram-se no âmbito social e político. Desde a independência, a vida política norte-americana era dominada pelos democratas sulistas. O fortalecimento econômico da burguesia nortista, gerou descontentamento entre esse grupo que passou a lutar por maior espaço de participação nas decisões do país. As tensões concentraram-se, a princípio, no Congresso americano, onde a burguesia industrial do norte contava, em geral, com o apoio dos novos proprietários do oeste.

À rivalidade política, somava-se a rivalidade econômica centrada em duas questões: a escravidão e o protecionismo. Enquanto para os sulistas, que utilizavam em larga escala a mão-de-obra escrava, a

abolição era impensável, os nortistas, visando uma ampliação ainda maior do mercado interno, advogavam a libertação dos escravos. Ao mesmo tempo, esse grupo defendia a adoção de medidas protecionistas (aumento de taxas alfandegárias para importações de gêneros industrializados) que ajudassem a fortalecer a indústria norte-americana, enquanto os latifundiários do sul, dependentes ao extremo das exportações de gêneros primários e importações de artigos industrializados, rejeitavam essa possibilidade, defendendo o livre-comércio.

As tensões acentuaram-se ao longo da década de 1850 e culmiram na eclosão do conflito chamado de Guerra de Secessão. O estopim da guerra foi a vitória eleitoral de Abraham Lincoln, candidato republicano (nortista) à presidência da República, em 1860. Temendo, com razão, que o presidente eleito adotasse medidas contrárias aos seus interesses, os estados do sul romperam com a União, formando os **Estados Confederados da América.**

A liderança do movimento coube à Carolina do Sul ao qual se agregaram a Virgínia, a Carolina do Norte, a Geórgia, o Mississípi, a Flórida entre outros. Richmond, na Virgínia, tornou-se a capital do novo país e Jefferson Davis foi aclamado o presidente dos Estados Confederados. As tropas rebeldes eram lideradas pelo comandante Robert Lee.

A guerra foi sangrenta: "yankees", como eram chamados os federalistas do norte, e confederados enfrentaram-se em inúmeras batalhas. Os primeiros desejavam manter a união, enquanto os sulistas almejavam a independência. O norte, porém, dotado de indústrias que se converteram em fábricas de armamentos, estava melhor preparado para os combates e venceu boa parte das batalhas. Os sulistas chegaram a convocar escravos para lutar contra os "yankees".

Em 1863, ocorreu a batalha mais importante - a batalha de Gettysburg - a qual garantiu a vitória para as forças da União. Nesse mesmo ano, o presidente Lincoln decretou a abolição da escravidão em todo o país, que só passou a vigorar com o fim dos combates e a derrota definitiva do sul, em 1865.

A guerra civil norte-americana, como dissemos, foi sangrenta. Milhões de homens foram mobilizados durante o conflito (cerca de 2,5 milhões), modernos recursos bélicos foram usados (telégrafo, ferrovias, trincheiras, armamentos). Ao final do conflito, os Estados Unidos contavam 600 mil mortos e a devastação dos estados do sul, que se enfraqueceram econômica e politicamente, ao mesmo tempo em que se consolida a hegemonia do norte. Com isso, triunfa o espírito capitalista e burguês, garantindo o crescimento econômico norte-americano. Em pouco tempo, os Estados Unidos converteram-se em potência econômica do mundo capitalista. Em 1865, Abraham Lincoln foi assassinado por um fanático sulista.

Encerrado o conflito nos Estados Unidos, consolidou-se a tendência ao desenvolvimento econômico no país. Mais uma vez, a emigração garantiu um significativo aumento populacional que passou de 30 milhões, em 1865, para 90 milhões, em 1914. A prosperidade econômica, assegurada por um mercado interno integrado e forte, não tardou.

Por outro lado, a abolição da escravidão não significou para os cerca de 4,5 milhões de negros que viviam nos Estados Unidos a integração social: a segregação racial, social e política foi mantida e gerou problemas raciais que se prolongam até os dias de hoje.

A POLÍTICA EXTERNA

Durante o século XIX, os Estados Unidos adotaram uma política externa cujas características principais foram o **isolacionismo** em relação à Europa, expressa na Doutrina Monroe, e o **intervencionismo** em relação à América Latina, observado através do Corolário Roosevelt.

A Doutrina Monroe, divulgada em 1823, opunha-se às tentativas restauradoras do Congresso de Viena. Sob o lema “A América para os americanos”, os Estados Unidos mostravam sua disposição em impedir interferência européia nos assuntos do continente americano, garantindo, dessa forma, a supremacia econômica sobre a América Latina.

Já o Corolário Roosevelt, decorrente dessa doutrina, previa intervenções militares em áreas latino-americanas, onde os interesses dos Estados Unidos estivessem ameaçados. O Corolário inaugurou a política do **Big Stick** (“grande porrete”) e alguns países da América Latina foram vítimas dessa política. Ocorreram intervenções militares em Cuba, no Panamá e na Nicarágua entre finais do século XIX e início do XX.

32_5

A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA ESPANHOLA

São muitas e complexas as causas da luta pela independência das colônias latino-americanas. Umas, remotas, acumulando-se ao longo dos tempos coloniais; outras, imediatas, mais próximas dos acontecimentos revolucionários.

- Restrições econômicas devido à doutrina do mercantilismo, ou seja, monopólio comercial em benefício da Metrópole e dos cidadãos peninsulares.
- Demasiada centralização do governo, que tornava as colônias excessivamente dependentes da Metrópole (com os naturais prejuízos decorrentes). Além disso, a política dos Bourbons, na Espanha, ao pretender fortalecer o poder central, diminuía os direitos tradicionais dos municípios americanos.
- Estruturação da sociedade em função das diferenças raciais. O grupo mais privilegiado era o dos espanhóis peninsulares (chapetones), que ocupavam os altos cargos do governo civil, religioso e militar. Os "criollos", descendentes puros de espanhóis, nascidos nas colônias, eram donos dos principais latifúndios e das minas. Por sua situação economicamente forte e alto nível cultural, essa classe aspirava ao domínio político de suas nações, com a eliminação dos peninsulares.

Havia ainda um grande número de mestiços, resultantes da mistura de diversas raças aqui existentes. Sem nenhum direito no início, iam, pouco a pouco, ascendendo. O grupo mais oprimido da população era formado pelos índios, expulsos de suas terras e submetidos política e economicamente aos conquistadores. Em algumas regiões, concentravam-se núcleos de escravos negros, que também viviam em péssimas condições.

- A política fiscal dos Bourbons, que era mais severa que a dos seus antecessores, provocou reações.
- Diversos fatos que criavam a consciência do próprio valor americano e desenvolviam sentimento nacional.

Exemplo:

A luta vitoriosa dos portenhos contra as tropas inglesas, cuja repercussão foi mundial.

Fatores Externos

- Programação das idéias liberais do século XVIII: as doutrinas do Iluminismo e dos enciclopedistas.
- A proclamação do princípio da autodeterminação dos povos feita pelos Estados Unidos da América.
- As influências e a colaboração inglesas: estímulo e simpatia dos governos ingleses para com os revolucionários hispano-americanos pelo interesse em prejudicar a Espanha inimiga e em obter novos mercados para o comércio e a indústria da Inglaterra.
- A Revolução Francesa.
- A invasão da Espanha pelas tropas napoleônicas, em 1808.

ANTECEDENTES

- Peru: rebelião indígena de Tupac-Amaru (índio das zonas minerais) em 1780.
- Nova Granada: rebelião criolla dos comuneros (gente comum do povo) contra os aumentos dos impostos, 1781.
- Chile: conjuntura para estabelecer uma república independente (influência do pensamento enciclopedista).
- Caracas: conspiração em prol da liberdade venezuelana e da proclamação da república. Os conjurados foram descobertos e presos; e 45 deles foram executados.
- México: duas tramas revolucionárias e republicanas (1794/1797).

O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

As contradições existentes na América só precisavam de um pretexto para explodir numa luta violenta. Foi a situação na Espanha esse pretexto. Sob Carlos V, a Administração espanhola apresentava-se enfraquecida e sem uma organização definida. A fim de efetivar o Bloqueio Continental, Napoleão atravessa a Espanha para invadir Portugal. Estoura uma rebelião na Espanha que obriga Carlos V a abdicar em favor de seu filho, Fernando VII. Em seguida, Napoleão impõe a renúncia dos dois e coloca a coroa real espanhola na cabeça de seu irmão, José Bonaparte.

Os "criollos" aproveitam-se da situação caótica da Espanha para proclamar a independência. O “município” da cidade do México, e “cabildo” de Buenos Aires e outras instituições semelhantes dominadas pelos "criollos" tentaram tomar o poder em nome do rei Fernando VII. No México, essa tentativa fracassou devido a um golpe de Estado organizado pelos espanhóis peninsulares. Nas outras regiões, em consequência dos atos realizados pelos municípios ou “ayuntamientos”, a luta continua até a consumação da independência.

México

No México, em 1810, explode uma violenta rebelião, na cidadezinha de Dolores. A insurreição foi, de início, encabeçada por Don Miguel Hidalgo, e dela participavam muitos índios e mestiços. Contudo, em 1811, Don Miguel Hidalgo é derrotado e executado.

A rebelião continua sob o comando de outro sacerdote, o padre José Maria Moreles, que também cai prisioneiro e é executado em 1815. O movimento se mantém apenas no sul da Nova Espanha, encabeçado por Vicente Guerrero.

Depois de várias outras tentativas frustradas, Agustín Iturbide, em 1821, proclama a independência mexicana. Um ano depois, proclama-se imperador, mas é derrotado pelos republicanos, que o fizeram fugir para a Europa. Tendo voltado ao México para tentar recuperar o poder, é preso, condenado e fuzilado pouco depois de seu desembarque (1824). No mesmo ano (04 de outubro de 1824), proclama-se a Constituição da República do México.

Venezuela, Colômbia e Equador

Caberá a Simón Bolívar, natural de Caracas, a libertação dessas regiões. Esse militar levou a cabo uma série de campanhas em todo o Continente Sul-americano, tentando manter a Unidade da América Latina contra a Espanha e também contra os Estados Unidos. Libertou grande parte da Nova Granada e atirou-se à conquista da Venezuela. Obtém triunfos e derrotas. Conquista Caracas (1813), mas torna a perdê-la. Em 1814, a Espanha recupera sua independência e envia poderosas forças, sob o comando do general Morillo, a fim de esmagar definitivamente o exército revolucionário de Bolívar. Este retira-se para Jamaica.

Da Jamaica, auxiliado pelo presidente Pétion, que lhe oferece navios e armamentos, passa para a Venezuela, e, em 1817, reinicia a luta. Grandes vitórias vão sendo alcançadas por suas forças. A vitória da Batalha de Boyacá (1819) garante a libertação da Colômbia. Na Venezuela, as forças espanholas são vencidas no combate de Carabobo (1821). Em 1822, Sucre, oficial de Bolívar, vence em Pechincha, libertando o Equador. Todavia, para conseguir tal feito, Sucre contou com apoio de forças argentinas comandadas por Necochea.

As Províncias do Rio da Prata

A Revolução Argentina começa a 25 de maio de 1810. Buenos Aires proclama a liberdade do Rio da Prata e elege uma Junta Governativa Provisória. San Martin — o futuro libertador do Chile e do Peru — chega a Buenos Aires em 1812 e organiza o famoso regimento de Granadeiros a Cavalo, obtendo sua primeira vitória contra os espanhóis em San Lorenzo.

Em 1816, no Congresso de Tucumã, os argentinos proclamam a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, cortando todos os laços com a metrópole e com a Coroa Espanhola. O Paraguai declara-se independente em 1813. O Uruguai, após uma série de problemas internos, emancipa-se, finalmente, em 1827.

Chile e Peru

As primeiras revoltas populares no Chile começaram em 1808, contudo, a verdadeira revolução começou em 1811. Em 1814, na batalha de Rancágua, os realistas esmagam a independência chilena e muitos revolucionários fogem para Mendonza, onde são acolhidos por San Martin.

Em pouco tempo, porém, a situação militar sofreu uma completa reviravolta. Bolívar, ao norte, e San Martin, ao sul, desabam sobre os espanhóis. San Martin despista os espanhóis do Chile e atravessa a Cordilheira dos Andes. Ganha, a seguir, a batalha de Chacabuco. Em 1818, a vitória de Maipu firma definitivamente a independência chilena.

A conquista de Lima foi realizada em 1821, após as forças libertadoras, sob o comando de San Martin, terem sido transportadas pelos navios de Lorde Cochrane. As últimas forças realistas retiraram-se para o interior do país, sendo finalmente derrotadas por Bolívar e Sucre.

A INDEPENDÊNCIA DO HAITI

A revolta haitiana surge com Toussaint Louverture, um patriota negro de notáveis qualidades, em 1791. Sucederam-se os líderes separatistas e as tropas napoleônicas (a colônia era francesa), que foram finalmente derrotados, em 1804, quando foi proclamada a independência do Haiti.

A parte ocidental da ilha (futura República Dominicana) fora abandonada à França, pela Espanha, em 1795. Em 1821, um núcleo de patriotas dominicanos proclama a independência. No ano seguinte, porém, os haitianos invadem e subjugam Santo Domingo. Em 1844, graças sobretudo à ação de Juan Pablo Duarte, os invasores haitianos são expulsos e se instaura a República Dominicana. Após um breve retorno à tutela espanhola (1861/1865), sobrevém a independência definitiva (1866).

LEITURA COMPLEMENTAR

Panamá — O Malogro de Bolívar e o Triunfo do Desmembramento

Pouco tempo após a Declaração de Monroe, o Congresso do Panamá, que se realizou no Istmo em 1826, por iniciativa de Bolívar, foi uma tentativa bem mais séria para transformar em realidade a solidariedade interamericana. As guerras de Independência haviam provocado o esfacelamento das Índias de Castela e dado origem a várias repúblicas. Bolívar, que governava um grande número desses Estados — Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia — tentou realizar a unidade da América republicana em face da Europa monarquista e sempre ameaçadora. Todos os Estados americanos foram convocados a comparecer através da diplomacia do libertador. Mas a hostilidade declarada da Inglaterra — que não desejava ver constituir-se, sob a forma de uma grande unidade política, uma potência suscetível de lhe impor, nas suas relações comerciais, condições de igual para igual — a desconfiança dos Estados Unidos — que recusaram investir de poderes os seus delegados, que chegaram depois do encerramento do conclave — e finalmente, e sobretudo, as divisões intestinas do mundo latino-americano, onde a geografia fazia valer exigências durante muito tempo reprimidas, a anarquia em que se debatiam os Estados recém-fundados, a sua desconfiança mútua, incentivada pela diplomacia inglesa (nem as Províncias Unidas do Rio da Prata, nem o Chile, nem o Brasil se fizeram representar, eram outras tantas razões para o malogro de uma tentativa fora de tempo.

A hora que a América Latina vivia era a do desmembramento. Apenas o Brasil conseguiu salvaguardar a unidade do seu passado colonial. Depois da reunião do Panamá, a grande Colômbia fraciona-se. Em 1839, as Províncias Unidas da América Central esfacelam-se. Desde a criação do Panamá (1903), são 19 os Estados que ocupam o território da América Espanhola.

(Pierre Chaunu - *História da América Latina*)

*27/11/81

33_6

Revoluções Liberais

CONCEITO DE LIBERALISMO

Liberalismo é a ideologia burguesa do século XIX, com raízes no *Iluminismo* do século XVIII.

Essencialmente, consiste na defesa da *liberdade*, seja ela política, econômica ou intelectual; contrapõe-se, portanto, ao *Antigo Regime*, que se embasava no *absolutismo*, no *mercantilismo* (política econômica intervencionista) e na intolerância religiosa e intelectual.

Todavia, o liberalismo não se confundia com a democracia, à medida que as práticas liberais privilegiavam os burgueses, assim, o liberalismo político se apoiava no *voto censitário*, que excluía a participação do povo; o liberalismo econômico combatia a intervenção do Estado na economia e nas relações de trabalho, o que deixava o proletariado à mercê do poder econômico patronal; e o liberalismo intelectual não beneficiava as camadas inferiores, pois essas geralmente não tinham acesso à escola.

Apesar de ser visceralmente burguês, o liberalismo conseguiu durante algum tempo empolgar as massas urbanas, manipulando-as revolucionariamente. Foi o que ocorreu nas *Revoluções Liberais de 1830 e 1848*

— verdadeiras ondas revolucionárias que varreram a Europa, mas foram reprimidas em sua quase totalidade.

RESTAURAÇÃO EUROPÉIA

O *Congresso de Viena* (1814/15) promoveu a *Restauração Européia*, recolocando em seus tronos as dinastias destronadas pela Revolução Francesa ou por Napoleão e restabelecendo o absolutismo na Europa (exceções: Grã-Bretanha / monarquia parlamentarista; França / monarquia constitucional sob Luís XVIII; e Suíça / confederação republicana). Esse ensaio de volta ao Antigo Regime provocou a hostilidade da burguesia e do povo. Para assegurar a continuidade da Restauração, as três principais potências absolutistas (Áustria, Prússia e Rússia) organizaram a *Santa Aliança* que, aplicando o "Princípio de Intervenção", criado pelo chanceler austríaco *Metternich*, combateria os movimentos liberais. A Santa Aliança sufocou rebeliões antiabsolutistas em *Nápoles* e na *Espanha*, mas acabou desfazendo-se quando a Rússia, contrariando os princípios da organização apoiou a independência da Grécia contra a Turquia.

Revolução de 1830

O epicentro do movimento revolucionário foi a *França*, onde Carlos X (de tendências absolutistas e pertencente à Dinastia de Bourbon), sucedeu a seu irmão Luís XIII, que governara constitucionalmente. Em 1830, Carlos X, depois de iniciar a conquista da *Argélia* para granjear popularidade, dissolveu o Câmara dos Deputados, determinou a elevação do *censo eleitoral* (nível de renda exigido para se votar) e estabeleceu a censura à imprensa. Reagindo, a burguesia e o povo depuseram-no e colocaram no trono *Luís Felipe I*, da Dinastia de Orleans, o qual apresentava uma postura liberal. Com sua ascensão ao trono francês, a burguesia firmou sua supremacia na França.

A Revolução de 1830 repercutiu em outros países europeus, onde a seu caráter liberal uniu-se o sentimento *nacionalista*, assim, a *Polônia* tentou sem êxito libertar-se da Rússia e a *Bélgica* — apoiada pela Grã-Bretanha — conseguiu tornar-se independente da Holanda. Na Alemanha e na Itália, que se encontravam divididas em vários Estados independentes, houve também revoltas liberais, facilmente reprimidas pelos príncipes locais, que receberam o apoio da Áustria absolutista, ainda governada pelo chanceler *Metternich*.

REVOLUÇÕES DE 1848

A Revolução de 1848 na França

Luís Felipe instaurou na França uma monarquia liberal, a partir de 1830, e promoveu o desenvolvimento econômico do país, através da industrialização. Seu principal sustentáculo era a burguesia. Mas, a partir de 1846, crises agrícolas e a saturação do mercado industrial interno provocaram a alta dos gêneros alimentícios, a retratação econômica e o desemprego. O governo de Luís Felipe, através do primeiro-ministro *Guizot*, reagiu ao descontentamento da burguesia e do povo adotando uma política de cerceamento às liberdades. Em fevereiro de 1848, uma revolução conduzido pela *burguesia liberal*, com o apoio dos *socialistas utópicos*, derrubou Luís Felipe e proclamou a *II República Francesa* (a I República existiu de 1792 a 1804, durante a Revolução Francesa).

Formou-se um governo de coalizão liberal-socialista, com predomínio da burguesia. A experiência socialista utópica das *oficinas nacionais* fracassou, provocando o fechamento das mesmas e a saída dos socialistas do governo. Em conseqüência, os socialistas tentaram uma insurreição armada, reprimida com violência. Nas eleições presidenciais que se seguiram, o vencedor foi *Luís Napoleão Bonaparte* que, em 1852, através de um golpe de Estado, transformou-se de presidente em imperador, com o nome de Napoleão III, dando início ao *II Império Francês* (1852/70).

As Revoluções de 1848 na Europa

A queda de Luís Felipe na França suscitou na Europa um onda revolucionária liberal e nacionalista, denominada *Primavera dos Povos*, devido a seu caráter efêmero. Ocorreram revoluções na Áustria (onde Metternich renunciou ao cargo de chanceler), nos Estados Alemães e Italianos, na Boêmia e Hungria. Na Alemanha, a *Assembléia de Frankfurt* tentou unificar o país dentro de um regime liberal, mas o rei da Prússia esmagou o movimento e manteve o absolutismo dos príncipes germânicos. Na Itália, a tentativa de unificá-la sob a forma republicana também fracassou. Na Áustria, apesar da demissão de Metternich, restaurou-se o absolutismo. Quanto à Boêmia (parte da atual Tchecoslováquia) e Hungria, que procuravam se emancipar da Áustria, esta reprimiu as revoltas militarmente, sendo que no esmagamento da rebelião húngara houve colaboração da Rússia.

Conclusão

As Revoluções de 1830 e 1848, lideradas pela burguesia, revelaram-se prematuras, não alcançando seus objetivos liberais e nacionalistas, com exceção da Bélgica. Na segunda metade do século XIX, porém, o avanço da industrialização com o conseqüente crescimento do proletariado e do movimento socialista levou reis absolutistas e a burguesia liberal a se unirem em defesa de seus interesses, dando origem a *monarquias liberais* mais ou menos inspiradas no modelo britânico. Exceções: a *França* (república liberal a partir da queda de Napoleão III, em 18780) e o Império Russo (que permaneceu absolutista).

TEORIAS SOCIALISTAS

Consideram-se socialistas as teorias surgidas a partir do século XIX que procuravam melhorar as condições do proletariado, cuja situação de miséria, no início da Revolução Industrial, era indescritível. Durante o século XIX, podem-se dividir as teorias socialistas em três categorias:

- Socialismo utópico: foram as primeiras propostas para se melhorar a condição dos proletários, mas, como não enfocavam a questão social dentro do contexto geral do capitalismo industrial, tentaram soluções parciais, que na prática resultaram em insucesso. É o caso do inglês *Owen* (que criou uma comunidade cujos membros agiriam com base apenas em sua própria consciência) e dos franceses *Fourier* (criador dos falanstérios — fábricas controladas pelos próprios operários) e *Louis Blanc* (autor da oficinas nacionais, patrocinadas pelo Estado).

- Socialismo científico: proposto por *Karl Marx* em seu *Manifesto Comunista* de 1848 e desenvolvido em obras posteriores, mediante colaboração com *Friedrich Engels.* Seu objetivo final é a implantação de uma *sociedade igualitária mundial* ("comunismo"), através da supressão de propriedade privada e da estrutura de classes, bem como pela eliminação do próprio Estado.

  Como etapas para se alcançar esse objetivo, haveria a *revolução armada,* a *ditadura do proletariado,* a *construção do socialismo,* a *expansão mundial da revolução* e a *instauração do comunismo*.

Observação

No começo do século XX, o austríaco *Eduard Bernstein* reformulou o pensamento marxista, retirando-lhe o caráter revolucionário e ditatorial e criando a social-democracia, que pretende estabelecer a sociedade igualitária por um processo gradual, democrático e não-violento.

- Socialismo cristão: apresentado pelo papa *Leão XIII* na Encíclica *Rerum Novarum* (1891), sugere a harmonização entre o capital e o trabalho, com base na fraternidade cristã entre patrões e empregados.

A COMUNA DE PARIS

Deu-se o nome de *Comuna de Paris* à primeira insurreição comunista do mundo, inspirada diretamente pela *Associação Internacional de Trabalhadores* (“Primeira Internacional”) criada por Marx em 1864. Aproveitando a desorganização que se seguiu à derrota da França diante da Prússia, os socialistas franceses desencadearam uma violenta revolta de operários, com o objetivo de tomar o poder. A rebelião foi, contudo, esmagada sangrentamente pelo Exército Francês, com o consentimento da Prússia, cujas forças ainda ocupavam a França. Assim, a burguesia francesa manteve-se no poder e os comunistas somente conseguiram um primeiro sucesso em 1917, com a Revolução da Rússia.

Observação

Não confundir a *Comuna de Paris* de 1871 (insurreição comunista) com a *Comuna de Paris* da Revolução Francesa (órgão municipal revolucionário radical que agrupava os *sans-cullotes*/camadas baixas urbanas e apoiava os *montanheses* ou *jacobinos*).

34_13

Unificações Alemã e Italiana

A UNIFICAÇÃO ITALIANA

A Itália, como o Congresso de Viena a definiu, nada mais era do que uma “expressão geográfica”. Ficara dividida em sete estados principais:

- o reino da Sardenha e Piemonte, ao norte.
- o reino das Duas Sicílias, ao sul.
- os Estados da Igreja.
- o reino Lombardo-Veneziano.
- o ducado de Toscana.
- o ducado de Módena.

O reino Lombardo-Veneziano pertencia à Áustria, ao passo que os Três Ducados da Itália Central, Parma, Módena e Toscana, eram governados por dependentes do Habsburgos. No período de ocupação napoleônica, a burguesia italiana do Norte prosperou; surgiram na região centros industriais ativos, onde as classes liberais, policiadas pelo sistema absolutista e intervencionista de Metternich, passaram a se agrupar em sociedades secretas.

À medida que o fervor revolucionário de 1848 se alastrava pela Península, os governantes, um após outro, concederam reformas democráticas. Logo se evidenciou, porém, que os italianos estavam mais interessados em nacionalismo do que democracia. Havia alguns anos que os patriotas românticos vinham sonhando com o *Risorgimento*, a ressurreição do espírito italiano que restauraria a nação gloriosa na posição de domínio que havia desfrutado na Antigüidade e na Renascença. Para consegui-lo, admitia-se universalmente que toda a Itália devia fundir-se num Estado só.

Os moderados monarquistas, partidários de uma unificação sob a forma de monarquia parlamentar, tendo por defensor Carlos Alberto, do reino Sardo-Piemontês, afirmando, também, que se a Itália desejava realmente uma independência nacional, só a conseguiria com a exclusão da Áustria dessa Liga. Os principais líderes dessa corrente eram César Balbo, D'Azeglio e Camillo di Cavour, primeiro-ministro do reino Sardo-Piemontês.

A Itália terá que "fazer-se por si" ("L'Itália fará da se" — palavras de Carlos Alberto); para isso, era necessário que predominasse um só pensamento numa só ação. O único rei partidário de uma guerra contra a Áustria era Carlos Alberto; o rei das Duas Sicílias procurava atrasar a partida das tropas que prometera. O duque de Toscana, de origem austríaca, desconfiava da política ambiciosa de Carlos Alberto. O Papa Pio XI hesitava entre o amor à pátria e a preocupação com a universidade católica; como austríacos também eram católicos, não enviou seu contingente.

Todo o peso da guerra cabia, assim, aos piemonteses, que derrotados nas batalhas de Custozza (1848) e Novara (1849), viram restaurada a autoridade austríaca. O último a depor as armas foi Giuseppe Garibaldi. Derrotado, Carlos Alberto abdicou em favor de seu filho Vítor Emanuel II.

O movimento revolucionário de 1848/49 mostrara que a Itália ainda estava fraca militarmente; demonstrara também ser absurda a pessoa do Papa como líder do movimento unificador. Caíram os partidários de Gioberti.

Vítor Emanuel II escolheu para chefe de seu ministério Massimo D'Azeglio, símbolo do patriotismo na Itália, o qual cuidou da reorganização interna do reino, em moldes liberais. O general La Marmora, à frente do Ministério da Guerra, procurava reorganizar o exército do ponto de vista da disciplina, instrução e armamentos, para fazê-lo reencontrar o prestígio perdido em Custozza e Novara. À frente do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, estava o diretor do jornal "Risorgimento", Camillo di Cavour.

A situação era difícil para o Piemonte (esse reino tinha apenas 5 milhões de habitantes contra 37 milhões da Áustria), que possuía agora dois inimigos: a Áustria e os Estados Pontifícios; as demais potências eram indiferentes à questão. Entretanto, o panorama internacional mudou quando a França e a Inglaterra iniciaram contra a Rússia a Guerra da Criméia. Para atrair a Inglaterra e a França à causa da unidade italiana, Cavour ofereceu-lhes ajuda do Piemonte, sem procurar obter promessas de vantagens (1855). Finda a guerra, Cavour compareceu ao Congresso de Paris (1856) como representante do Estado mais fraco, tomou atitudes reservadas nas questões que não lhe interessavam, mas procurou atrair a atenção de seus colegas franceses e ingleses para a causa italiana. Chamando a atenção das potências européias para Piemonte, esse reino passou a ser oficialmente o protetor dos italianos oprimidos. O governo austríaco protestou contra as pretensões do Piemonte de falar em nome de toda a Itália; mas esta, de um modo geral, acolheu bem a idéia da proteção que lhes oferecia Cavour.

Procurando o apoio dos patriotas, entre os quais Garibaldi, Cavour conseguiu fundar a Sociedade Nacional, que tinha por missão proteger na Península todos os que desejassem se unir ao Piemonte para realizar a obra de libertação da Itália. Foram chegando então ao Piemonte numerosos emigrados que passavam a ocupar não apenas cadeiras nas Universidades, como também lugares no Parlamento. Preparava-se assim, na cosmopolita Turim, capital do Piemonte, a unidade italiana.

O Piemonte, numa calma aparente, armava-se cada vez mais; suas forças, porém, não eram suficientes para enfrentar a Áustria. De seu lado, Napoleão III, à frente do Governo Francês, desejava, como protetor das nacionalidades, auxiliar o Piemonte; entretanto, adiava sempre o momento, a fim de não descontentar os católicos de seu país, já que as terras do Papa seriam forçosamente anexadas à Itália unificada.

Deu-se então, o encontro do Plombières (1858) entre Cavour e Napoleão III, que não passou de mero acordo verbal, embora lançasse as bases de uma futura aliança entre a França e o Piemonte, a fim de afastar a Áustria da Itália. No ano seguinte, uma aliança política redigiu de forma concreta os acordos estabelecidos verbalmente em Plombières: ficava estabelecido que o Piemonte teria o auxílio francês, mas só no caso de um ato agressivo da Áustria.

Cavour iria então provocar essa agressão, aumentando o efetivo do Piemonte; a Áustria protestou e exigiu o desarmamento do Piemonte, que recebeu o ultimato como uma declaração de guerra.

Apesar de estar-se saindo vitorioso, a situação política não permitiu que Napoleão III continuasse a guerra. É que havia, externamente, o perigo da Prússia, que se armava para conseguir a unificação da Alemanha em seu proveito e, internamente, o descontentamento dos católicos franceses que não apoiavam a causa italiana.

Assim, foram suspensas as hostilidades, para que os franceses e austríacos fixassem as preliminares de paz em Villafranca (julho de 1859) que foram as seguintes: a Áustria cedia a Lombardia ao Piemonte, os Estados italianos passariam a constituir uma Confederação presidida pelo Papa, a Venécia, embora fizesse parte dessa Confederação, continuaria a pertencer à Áustria. A desilusão provocada na Itália por essas preliminares de paz foi imensa.

Assim sendo, em março de 1860, um plebiscito anexava os Estados centrais aos domínios do Piemonte; por sua vez, Cavour entregava à França a Sabóia, berço da casa reinante do Piemonte, e Nice, terra de

Garibaldi, que, por esse motivo, atacou violentamente o Primeiro-Ministro do Parlamento. A partir daí, a unificação italiana passaria a ser feita por etapas, através de anexações.

Em outubro de 1860, a Expedição dos Mil, sob o comando de Garibaldi, atacava e conquistava o Reino das Duas Sicílias, que desde o ano anterior sofria ante o Absolutismo de Francisco II, filho e sucessor de Fernando II. Daí, partia Garibaldi para atacar as terras do Papa Pio XI; em novembro de 1860, o território pontifício ficava restrito unicamente ao Lácio, onde estava Roma.

A 08 de fevereiro de 1861, Vítor Emanuel II era proclamado rei da Itália, embora restasse ainda resolver as questões do Lácio e da Venécia. A fim de preparar-lhe o caminho, Cavour enviou, em princípios de 1861, o general Afonso La Marmora para felicitar Guilherme I por sua ascensão ao trono da Prússia; o general italiano levava instruções para transmitir aos prussianos que, “por analogias existentes entre as tendências históricas da Prússia e as do Piemonte, os italianos tinham por hábito considerar a Prússia como um aliado natural”. Com isso, aproveitando-se da guerra austro-prussiana, o Piemonte aliou-se à Prússia; vencidos em Sadowa, os austríacos entregaram pelo Tratado de Praga (1866) a Venécia à Itália.

Cavour, que morrera a 06 de junho de 1861, não pôde assistir à anexação da Venécia; essa vitória porém lhe cabia, pois foi dele a idéia de aproximar o Piemonte da Prússia, através da missão La Marmora. Não conseguiu também ver o final da Questão Romana que ele próprio encaminhara. Os discursos que fez alguns meses antes de morrer levou o Parlamento italiano a reivindicar a união de Roma à Itália, como capital aclamada pela opinião nacional. Entretanto, a ocupação de Roma deixava de ser apenas italiana, pois ela era antes de tudo a capital da Igreja Católica, com adeptos em todos os países.

O Papa Pio XI, que se recusava a reconhecer a anexação de seus territórios ao Piemonte, havia excomungado Vítor Emanuel II e seus ministros. Por sua vez, Roma, desde 1849, encontrava-se garantida pela ocupação militar francesa, quando o Papa se viu cercado pelos revoltosos por haver-se negado a enviar tropas para lutarem contra a Áustria. Enquanto essa situação perdurasse, qualquer ataque a Roma provocaria um conflito armado com a França.

Reconhecendo oficialmente o Reino da Itália, Napoleão III obteve a promessa de Vítor Emanuel II de que não tentaria invadir Roma, que assim, no prazo de dois anos, seria evacuada; foi esse o objetivo da Convenção de Setembro (14 de setembro de 1864). Entretanto, só em agosto de 1870, diante do perigo da guerra franco-prussiana, é que as tropas francesas deixaram Roma. Com a queda do Segundo Império (04 de setembro de 1870), Vítor Emanuel II considerou-se desligado dos compromissos feitos ao Imperador na Convenção de Setembro; assim, Roma foi invadida quando um plebiscito posterior consagrava a anexação.

Roma tornava-se capital da Itália, enquanto Pio XI fechava-se no Palácio do Vaticano, considerando-se prisioneiro. Em 1871, o Parlamento italiano promulgou a Lei das Garantias Pontifícias, a qual se propunha definir a situação do Papa como soberano reinante. Era-lhe conferida plena autoridade sobre os edifícios e jardins do Vaticano e de Latrão, bem como o direito de nomear e receber embaixadores. Além disso, era-lhe dada a franquia dos correios, telégrafos e estradas de ferro da Itália e destinava-lhe, a título de indenização, uma pensão anual de aproximadamente 645.000 dólares. Pio XI imediatamente rejeitou essa lei sob a alegação de que os assuntos que diziam respeito ao Papa resolver-se-iam por um tratado internacional com a sua própria participação. Entretanto, fechou-se no Vaticano e recusou ter qualquer contato com “um governo que tratara tão vergonhosamente o vigário de Cristo na Terra”.

A solução para a Questão Romana só veio em 1929, com o Tratado de Latrão, assinado entre Pio XI e Benito Mussolini. Segundo ele, o papado permaneceria soberano da Cidade do Vaticano, que seria assim um Estado independente, bem como seus anexos, Latrão e Castel Gandolfo.

A UNIFICAÇÃO ALEMÃ

O Congresso de Viena (1815) terminou com a Confederação do Reno, criada por Napoleão I, substituindo-a pela Confederação Germânica, formada por 39 Estados soberanos. Esse ato unia os príncipes e as cidades livres, por meio de uma Dieta indissolúvel, cujo objetivo era “a manutenção da segurança interna e externa e a independência e a integridade dos Estados particulares”. Faziam parte da Confederação Germânica (Deutshcer Bund), além dos pequenos Estados, cinco Reinos; Prússia (apenas a parte ocidental), Hanover (que por herança pertencia ao rei da Inglaterra), a Baviera e o Wurtemberg, além de quatro cidades livres: Frankfort, Hamburgo, Lubech e Bremen.

Independentes, os Estados Alemães tinham suas barreiras aduaneiras próprias e isso constituía um entrave ao desenvolvimento do comércio na região. Faziam parte da Confederação Germânica dois Estados: a Prússia e a Áustria, que haviam comparecido ao Congresso de Viena como grandes potências; logo esses dois Estados iriam transformar-se em rivais dentro dessa organização política.

Procurando afastar a Áustria da Confederação, a Prússia iniciou a primeira etapa da unificação da Alemanha dentro do setor econômico. Conseguiu assim, aos poucos, formar o Sollverein (Zoll = alfândega e Verein = união), com os diferentes Estados da Confederação. Trata-se de uma união econômica fixada nos seguintes termos: abolição dos direitos alfandegários internos sobre matérias-primas, sistema alfandegário idêntico em todos os territórios, uniformidade de moedas, pesos e medidas, órgão especiais para supervisionar o comércio, bem como conferências anuais para as devidas informações e modificações do sistema, por consentimento unânime.

A Áustria, que até então vivera no sistema medieval protecionista, desejou também entrar no Zollverein. A Prússia não o desejava, mas os estados do sul eram favoráveis à admissão da Áustria. Graças à assinatura de um acordo, a Prússia conseguiu conservar a Áustria fora do Zollverein, prometendo admiti-la mais tarde.

Unido pelo Zollverein, o grande desenvolvimento comercial e industrial experimentado pelos estados alemães levou-os a conseguir transformar a Dieta Frankfort em Parlamento eleito (1848). Teve início, então, uma tentativa de união política; a Prússia passou a negociar com os diversos príncipes o estabelecimento de uma união restrita, sem a participação da Áustria. Estava sendo bem-sucedida, mas quando a Áustria se viu livre das revoltas que enfrentara na Hungria e Itália (1849), resolveu, com o apoio da Rússia, voltar-se contra a Prússia. Encontraram-se em Olmutz os representantes austríacos e prussianos; a ameaça de uma guerra fez a Prússia recuar, daí o episódio ser conhecido como Humiliação de Olmtz. Em seguida, a Áustria restabeleceu a Dieta Germânica de Frankfort sob sua preponderância (1850), em lugar da tentativa liberal de um Parlamento.

Quando, em 1860, Cavour animava a Expedição dos Mil, sob o comando de Garibaldi, a atacar o Reino das Duas Sicílias, a Prússia lhe fez saber que não podia apoiar essa política, embora ambos tivessem a Áustria como inimiga comum à unificação. A resposta de Cavour ao enviado prussiano foi profética: *"Eu dou o exemplo que, provavelmente, dentro de pouco tempo, a Prússia se sentirá feliz em imitar"*.

Para tornar a Prússia uma potência militar, o ministro da Guerra, Von Roon, necessitava de muito dinheiro e o Landtag (assembléias deliberativas dos estados alemães recusava-se a votar com antecedência esse crédito anual. Desesperado, Guilherme I tentou abdicar, no que foi impedido por Von Roon, que o aconselhou a chamar o embaixador prussiano em Paris, Otto Von Bismarck, pois ele resolveria a questão.

De fato, contrariando a oposição interna do Landtag, ele levou avante a reforma militar; entregou a empresa a Von Roon, conservado no Ministério da Guerra e que contava com o auxílio do Von Moltke, chefe do Estado-Maior.

Governando sem o Landtag, conseguiu o que o programa de 1860 previa para o exército: aumento dos efetivos permanentes, serviço militar de três anos e homens na reserva até os 32 anos; pronto o exército, o sucesso da política exterior explicaria a atitude de Bismarck que colocou as demais questões internas em plano secundário. A partir daí, a obra de Bismarck consistiu em preparar diplomaticamente três guerras com a finalidade de formar em redor da Prússia a sonhada unidade alemã, contra a qual inúmeros obstáculos internos e externos se levantaram.

A GUERRA DOS DUCADOS

Para iniciar, Bismarck sonhava ver a Prússia instalada nos ducados de Holstein e Schleswig (habitados principalmente por alemães e que se encontravam, por determinação do Congresso de Viena, sob o domínio da Dinamarca), onde o porto de Kiel lhe convinha em particular. Por isso, atraiu a Áustria a uma guerra com a Dinamarca. Iniciada a chamada Guerra dos Ducados, os dinamarqueses logo foram vencidos. Pela Paz de Viena (1864), a Dinamarca entregava os ducados aos dois aliados. Reunidos em Castein (1865), os soberanos austríaco e prussiano resolveram que a Áustria administraria o Holstein, encarregando-se a Prússia do Schleswig. A Prússia, porém, além de se instalar em Kiel, obteve também o direito de abrir através do Holstein um canal ligando o Báltico ao mar do Norte. A passagem dos prussianos pelo Ducado de Holstein, entregue aos austríacos, redundaria numa série de conflitos; estes serviriam de pretexto para a segunda guerra arquitetada por Bismarck - a guerra contra a Áustria.

A GUERRA AUSTRO-PRUSSIANA

Para assegurar-se de sua plena vitória numa luta contra a Áustria, Bismarck teve primeiro de garantir-se com a neutralidade da França. Para isso, entrevistou-se em Biarritz com Napoleão III, que, arvorando-se em defensor das nacionalidades, desejava entregar a Venécia, então em poder dos austríacos, aos italianos. Para conseguir a neutralidade da França num conflito contra a Áustria, a Prússia aceitou a imposição de Napoleão III e fez uma aliança com o Piemonte, prometendo entregar-lhe a Venécia.

A Áustria, apesar de constantemente provocada pelos prussianos no Holstein, procurava sempre evitar a guerra. Entretanto, após conseguir espalhar o boato de que os austríacos, em atitude belicosa, armavam-se, Bismarck levou à Dieta de Frankfort um projeto, propondo a exclusão da Áustria da Confederação. A Áustria, que tinha a maioria na Dieta, conseguiu dessa uma mobilização dos Estados Confederados contra a Prússia; Bismarck, declarando dissolvida a Confederação, lançou um apelo nacionalista ao povo alemão, mas não foi ouvido.

Fortemente armado, o exército prussiano foi rapidamente mobilizado antes mesmo que os demais estados alemães pudessem fazê-lo; as tropas austríacas, além da mobilização lenta, tiveram ainda que se dividir com a entrada do Piemonte na guerra.

Para surpresa geral, as operações iniciadas pela Prússia foram rápidas, bastaram alguns dias para serem vencidos os principais Estados que se haviam mantido fiéis à Áustria. No final, defrontaram-se o exércitos prussiano, comandado por Von Moltke, e austríaco, tendo a frente Benedeck; a batalha de Sadowa (1866) marca o encontro decisivo.

Assinado o Tratado de Praga (1866), destacaram-se as seguintes cláusulas:

- a Áustria reconhecia a dissolução da antiga Confederação Germânica, tal qual existira até então, e não se oporia a uma nova organização da Alemanha, da qual ela não faria parte.
- reconhecia ainda a anexação dos Ducados de Holstein e Schleswig pela Prússia; salvo os distritos do norte do Schleswig, cujas populações, livremente consultadas, desejaram permanecer ligadas à Dinamarca.
- a integridade do Império Austríaco seria mantida, salvo a Venécia, que passaria a pertencer aos italianos do Piemonte.

A Guerra franco-prussiana

Bismarck se utilizou dos acontecimentos para levantar o nacionalismo alemão contra a França, agora que a Áustria fora afastada de vez.

Com prudência e habilidade, Bismarck encaminhava os estados alemães para a unidade, assinando com eles tratados secretos de aliança militar ou de caráter político-econômico. Mas, Napoleão III, acossado pela oposição interna desde o Tratado de Praga, não desejava sofrer nova decepção; criava assim todos os obstáculos possíveis à unificação alemã, pois não desejava ter uma nação forte em sua fronteira. A França seria por isso a próxima inimiga a vencer; Bismarck sabia que a Prússia estava pronta e conhecia as falhas do exército francês, desmoralizado e diminuído pela campanha do México. O ministro prussiano procurava apenas um pretexto para o início das hostilidades. Este surgiu num incidente diplomático a respeito da questão de sucessão ao trono espanhol e a candidatura Hohenzollern.

Em setembro de 1868, Isabel II foi deposta por uma revolução, deixando vago o trono espanhol. O General Prim, Ministro da Guerra do Governo Provisório, ofereceu a coroa ao príncipe Leopoldo Hohenzoller, primo de Guilherme I da Prússia. A França se opôs a tal projeto, dirigindo-se a Berlim em vez de procurar primeiro Madrid. A forte pressão que fizeram sobre Guilherme I, a Rússia e a Inglaterra, aliadas à França nesta questão, fizeram-no aconselhar ao primo a renunciar às pretensões ao trono espanhol. Isso para a França foi um sucesso diplomático e Bismarck pensou até em demitir-se.

Mas a França, não se dando ainda por satisfeita, mandou Benedetti procurar novamente o rei da Prússia para obter um compromisso de que tal candidatura jamais seria proposta. Guilherme I, acreditando haver liquidado a questão, recebeu com surpresa a nova exigência francesa. Não podendo receber em audiência a Benedetti, pois deixava naqueles dias Ems com destino a Berlim, mandou-lhe responder por seu ajudante-de-ordem que considerava a questão terminada. O embaixador francês não tomou tal atitude como uma ofensa, e a prova é que foi até a estação despedir-se do rei que retornava a Berlim.

Sobre o caso, Guilherme I envia um despacho a Bismarck, que o publica resumidamente, modificando assim o espírito da questão. O Despacho de Ems foi tomado como um insulto ao embaixador francês e explorado num artigo publicado na “Gazeta da Alemanha do Norte”. O trecho deturpado do Despacho de Ems foi conhecido em Paris; pressionado pela opinião pública, que não esperou ao menos Benedetti para as devidas explicações, Napoleão III viu-se obrigado a declarar guerra à Prússia, atraindo contra a França a opinião pública do mundo civilizado, pelas aparências de uma agressão injustificada.

A Rússia prometeu a Bismarck invadir a Áustria, caso essa potência viesse em auxílio da França. A Inglaterra, eternamente desconfiada com o Império Francês, ficou neutra; a Itália só ajudaria a França se essa lhe garantisse a posse de Roma, o que não era possível, por causa dos católicos franceses. Assim, a França ficava sozinha diante de uma Europa indiferente ou hostil.

As operações militares tiveram início em agosto de 1870 e já no dia 1º de setembro Napoleão III era

vencido em Sedan sobre o rio Moza; Von Moltke exigiu a rendição sem condições e, no dia seguinte, era assinada a capitulação de Metz. Ao saber do fato, a oposição interna determinou a queda do 2º Império, sendo proclamada a Terceira República.

A guerra, porém, continuou, pois os republicanos franceses declararam que não cederiam Strasburgo reclamada por Bismarck. De derrota em derrota, eis Paris irremediavelmente sitiada, onde a população sofria grandes privações. A 04 de fevereiro de 1871, o governo provisório francês se resignou às negociações, o Tratado de Frankfort (maio de 1871) cedia à Alemanha toda a Alsácia, 1/3 de Lorena e pesada indenização de guerra.

A Alemanha estava unificada e sua proclamação se fizera na própria França, no Palácio de Versalhes (Galeria dos Espelhos).

O Império Alemão

Constitucionalmente, o Império assemelhava-se a um Estado Federativo, constituído de 25 membros com importância própria. Cada um dos 25 Estados conservava sua Constituição, seu soberano e certo número de atribuições. O governo assim criado não tinha senão dois característicos por que podiam ser positivamente considerados como democráticos: por um lado, o sufrágio universal masculino nas eleições nacionais e, pelo outro, o Parlamento com uma Câmara Baixa, ou Reichstag, eleita por voto popular.

A outros respeitos, o sistema se adaptava muito bem ao governo conservador. Ao invés de copiar o sistema de gabinetes, o Chanceler (Bismarck foi o primeiro) e os demais ministros eram responsáveis unicamente perante o imperador. Esse não era um simples chefe nominal, disposto ao contrário de extensa autoridade sobre o Exército e a Marinha, as relações exteriores, a promulgação e a execução das leis. Podia, ademais, declarar a guerra se as costas ou o território do Império fossem atacados, e na qualidade de rei da Prússia controlava um terço dos votos no Bundesrat, Câmara Alta do Parlamento Imperial.

Não obstante, o império alemão não era uma autocracia completa. Embora o Kaiser pudesse influenciar a promulgação das leis, não tinha o direito de veto. Todos os tratados que negociasse tinham de ser aprovados pelo Bundesrat e não podia obter dinheiro sem o consentimento do Reichstag. Na verdade, esse último órgão estava longe de ser uma simples sociedade de debates, como alegaram muitas vezes os inimigos da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial. Pelo contrário, tinha poderes legislativos virtualmente equivalentes aos de Bundesrat e foi bastante forte para arrancar concessões a diversos chanceleres.

Bismarck, visando à consolidação da unificação, realizou diversas modificações:

- a unificação dos códigos de leis.
- aumento dos impostos indiretos, que eram a principal fonte de renda do Governo Imperial.
- instituição do marco como moeda única para o Império, bem como a criação do Reichbanck, que possuía o monopólio na emissão de moedas.
- estatização das estradas de ferro.

Como a república na França, o novo Império Alemão também teve suas desavenças com a Igreja. O movimento anticlerical alemão dos século XIX é conhecido como Kulturkampf, ou “luta pela cultura”, iniciada por Bismarck em 1872. Os motivos de Bismarck eram quase que exclusivamente nacionalistas. Percebeu em certas atividades católicas uma ameaça ao poder do Estado que acabava de criar. Desagradava-lhe principalmente o apoio que os padres católicos continuavam a dar ao movimento em prol dos direitos dos Estados da Alemanha Meridional e à queixas dos alsacianos e poloneses. Além disso, estava ansioso por obter um apoio mais entusiasta da parte dos “nacional-liberais” burgueses no fortalecimento das bases do novo Império. Por essas razões resolveu-se desferir tamanho golpe na influência católica na Alemanha que essa nunca mais pudesse tornar-se um fator de importância na vida política nacional ou local: em primeiro lugar, induziu o Reichstag a expulsar todos os jesuítas do país.

Em seguida, fez passar no Landstag prussiano as chamadas Leis de Maio, que colocavam os seminários sob o controle do Estado e capacitavam o governo a regular a nomeação de bispos e padres. Ninguém poderia ser nomeado para qualquer cargo eclesiástico se não fosse cidadão alemão e, ainda assim, somente depois de um exame oficial. Ao mesmo tempo, era estabelecida a obrigatoriedade do casamento civil.

Embora Bismarck houvesse ganho algumas batalhas mais importantes da Kulturkampf, acabou perdendo a campanha. Foram diversas as causas desse fracasso. Em primeiro lugar, o Chanceler incompatibilizou-se com os seus adeptos progressistas por haver recusado atender-lhes às exigências de responsabilidade para os ministros. Em segundo lugar, o partido católico, ou do centro, bateu-se tão eficazmente em favor do clero perseguido e adotou um programa econômico tão eficiente, que se tornou o partido mais forte da Alemanha. Nas eleições de 1874, conseguiu quase um quarto das cadeiras do Reichstag. Em terceiro lugar, Bismarck estava alarmado com o desenvolvimento do socialismo e sobressaltou-se ainda mais quando os campeões dessa filosofia, os social-democratas, fizeram aliança com os centristas. Se continuassem a crescer no mesmo ritmo, esses dois partidos não tardariam a constituir maioria no Reichstag. Na esperança de impedir tal resultado, Bismarck relaxou a perseguição aos católicos. Entre 1878 e 1886, foi revogada quase toda a legislação e a Kulturkampf caiu no ouvido, como tantos outros erros dos estadistas. A Igreja Católica foi, assim, praticamente restituída à sua antiga posição na Alemanha.

35_12

A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, NEOCOLONIALISMO E IMPERIALISMO

A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Na segunda metade do século XIX, a revolução Industrial deixou de ficar restrita à Inglaterra, expandindo-se para a Bélgica, França, Alemanha, Itália, Rússia e Estados Unidos — foi um período de *profundas transformações*, como:

- mudanças na organização econômica com o surgimento de sociedades bancárias mais poderosas, que passaram a controlar o crédito, interferindo no desenvolvimento do setor industrial.
- aparecimento das novas estruturas de empresas: sociedade por ações (que eram negociadas nas bolsas de valores) — fortalecimento do capital financeiro, que tende a unir-se ao capital industrial.
- inovações nas fontes de energia: petrolíferas e elétricas (permitindo entre 1868 e 1880 o motor a explosão interna e o desenvolvimento do automóvel e mais tarde da aviação).
- inovações técnicas e novos inventos:
- desenvolvimento das indústrias química e metalúrgica: corantes, graxas, combustíveis, explosivos, fotografia, melhoria na produção do aço, alumínio, etc.
- tecnologia traz conforto aos lares: máquina de costura, fogão a gás, etc.
- melhoria e novos inventos nas comunicações, como telégrafo elétrico, cabo submarino, telefone, rádio, ferrovias, navio a vapor, trens metropolitanos (o primeiro em Londres em 1860).

- outras invenções: cilindro rotativo de imprensa, ascensor hidráulico, concreto armado, dinamite, dínamo, carabina de repetição, fonógrafo, lâmpada elétrica, cinematógrafo, turbina a vapor, submarino, etc.
- A Segunda Revolução Industrial foi a era da *concentração industrial* (formando inúmeros agrupamentos industriais), que podiam ser:
- concentração horizontal — quando fabricantes de um mesmo produto se agrupavam sob uma mesma direção.
- concentração vertical — quando empresas complementares se uniam para a produção de uma determinada linha de artigos.
- Tipos mais usuais de concentração industrial ou econômica:
- truste: com a fusão de empresas do mesmo ramo.
- holding: associação que detinha o controle acionário de diversas empresas, que funcionavam coordenadamente.
- cartel: associação de empresas do mesmo ramo, que estabeleciam normas rígidas sobre as condições de venda, prazo de pagamento, qualidade dos produtos e divisão do mercado entre as empresas participantes (visava evitar o aparecimento de novos concorrentes).
- A Segunda Revolução Industrial trouxe nova divisão internacional do trabalho e nova racionalização do mesmo:
- as áreas coloniais e dos novos países independentes da América Latina (normalmente de clima

tropical) ocupam um lugar complementar e periférico, ficando com *economia dependente*.

- na racionalização, o *Fordismo* e *Taylorismo* com divisão e especialização do trabalho mais eficiente e o surgimento da produção em massa.
- teve como consequência e *Neocolonialismo*.

O IMPERIALISMO E O NEOCOLONIALISMO

Por volta de 1860, a Revolução Industrial assumiu feições novas, tão diferentes de suas feições anteriores, que podemos falar numa Segunda Revolução Industrial.

A própria Segunda Revolução Industrial pode ser dividida em dois períodos: o período inicial, que se caracteriza pela invenção do processo Bessemer (transformação do ferro fundido em aço), em 1856; desenvolvimento do dínamo (1873) e invenção do motor a combustão interna (1876). Essa fase caracteriza-se pela introdução crescente do maquinismo e pela criação de grandes complexos industriais. Data dessa fase, também, a expansão da Revolução Industrial à Europa Central e Ocidental e à América. A segunda fase caracteriza-se pela introdução do novo processo de fabricação, criado por Ford e conhecido como “linha de montagem”.

Durante a segunda fase, temos um desenvolvimento extraordinário das comunicações sob todas as suas formas: transportes (estradas de ferro, navios a vapor e automóveis), comunicações (telefone, rádio e televisão).

A primeira fase está situada entre 1860 e 1908, sendo que a segunda fase se inicia em torno de 1908 e termina com a introdução da indústria, do automobilismo cibernético, por volta de 1945.

A Linha de Montagem (Ford)

Por volta de 1908, a incipiente indústria automobilística enfrentava dois grandes problemas: o da mão-de-obra especializada e o do alto custo da produção, que era quase artesanal. Henry Ford introduziu, então, um sistema revolucionário, baseado na correia transportadora e na linha de montagem, no qual cada trabalhador executa apenas uma operação altamente padronizada. O sistema Ford, baseado na extrema divisão do trabalho, permitiu resolver os dois problemas que impediam o crescimento da indústria automobilística. De fato, especialização numa única operação resolveu o problema da mão-de-obra e o sistema de linha de montagem, possibilitando a fabricação de um automóvel Ford modelo T em uma hora e trinta e três minutos; resolveu também o segundo problema: o do custo.

A indústria automobilística e a seguir todas as outras adotaram o processo Ford e puderam, então, produzir quantidades nunca vistas, a preços satisfatórios.

O processo Ford tem, porém, implicações: sendo somente viável para a grande produção em série, ele implica a criação de grandes unidades industriais, o que, por sua vez, implica grandes concentrações financeiras.

Ora, é praticamente impossível encontrar um particular que possa financiar, por si só, tal tipo de indústria. Em conseqüência, desenvolveram-se as Sociedades Anônimas. Paralelamente à criação de grandes unidades industriais, teve lugar a formação de grandes bancos de investimento e de poderosas companhias de seguro. Essas instituições, puramente financeiras, devido às suas disponibilidades de capitais, passaram a ter um papel cada vez mais marcante na sociedade industrial, chegando, finalmente, ao controle total daquela. Esse controle se deu através da aquisição, por parte dos bancos e das companhias de seguro, de ponderáveis proporções de ações com direito a voto, as quais garantiam às instituições financeiras o controle efetivo das unidades industriais. Como desenvolvimento desse processo, temos a formação de “holdings” e de “trusts” que visam à concentração industrial e ao aniquilamento da concorrência. Um dos primeiros exemplos de domínio da indústria por instituições financeiras foi a formação da United States Steel Co. sob controle de J.P.Morgan & Co. (do famoso Banco J. Pierrepont Morgan: vinte sócios, capital de vários bilhões de dólares e controle de duas a três centenas de indústrias).

O sistema de propriedades, parcelado através da emissão de ações, cria uma situação nova, que é a do anonimato do proprietário real da separação entre a direção das empresas.

Matérias > História > História Geral > Mundo Contemporâneo > Século XIX > A Segunda Revolução Industrial, Neocolonialismo e Imperialismo

A Revolução Industrial fora da Inglaterra

No continente, os progressos foram mais lentos, em geral por falta de capitais, que só o grande comércio marítimo podia proporcionar. A Holanda possuía-os, mas a sua indústria estava decadente, em virtude da falta de matérias-primas que lá não podiam ser produzidas e que os países vizinhos, no seu afã de se industrializar, não permitiam fossem exportadas. Em consequência, os holandeses passaram a aplicar capitais na Inglaterra, França e diferentes principados alemães, contribuindo sobremaneira para a industrialização dos mesmos.

No continente, a indústria contou com o apoio do Estado, por razões estratégicas, quais sejam: de uniformes, armas e pólvora — imperativos para a manutenção do poderio militar nacional. Por outro lado, a ajuda oficial e o conseqüente incremento das exportações eram necessários para sustentar a política externa dos diversos países. A participação do Estado, através de concessões de monopólio ou de tarifas alfandegárias protecionistas, nunca foi suficiente para assegurar, por si só, o sucesso de empreendimentos.

A França dispunha de grande comércio marítimo e de capitais abundantes. Mas, a sua técnica financeira era ainda pouco desenvolvida. A indústria francesa não pôde dispensar a participação do Estado. Ora, este, devido à sua desorganização financeira, pouco podia fazer, de modo que os progressos da industrialização foram mais lentos do que na Inglaterra.

A companhia mineira de Anzin, fundada em 1756, sob concessão real, dispunha de mais de quatro mil operários, antes de 1789, de poços, cuja profundidade variava entre 50 e 300 metros, sendo que um deles chegou a 1200 metros, todos eles drenados por 12 “Bombas de Fogo” (uma enorme quantia para a época). A sociedade de Anzin produziu, em 1789, a quantia de 275.000 toneladas de hulha. Poucas podiam, porém, comparar-se à sociedade de mineração. Somente uma ou outra companhia fabril como Oberkampf, empresas siderúrgicas, o Cresutot da família Schneider podiam cogitar tal honra. No geral, a indústria permanecia artesanal, ou então, em alguns casos, estava no primeiro ou segundo estágio da concentração.

No resto da Europa, o processo foi ainda mais lento. Apesar dos esforços dos príncipes, esses Estados encontravam-se em condições desfavoráveis, não participavam do comércio internacional e, portanto, não possuíam capitais suficientes para a industrialização. Por outro lado, não possuíam mercados consumidores que justificassem investimentos vultosos em aumento de produção.

O Estado teve que intervir em todos estes países, mas sempre de forma indireta, seja criando as empresas e vendendo-as, seja, o que era comum, obrigando nobres, comerciantes e judeus a fundarem tais tipos de empresas; todas essas empresas estavam evidentemente isentas de qualquer taxa além de lhes ser entregue muitas vezes o monopólio da produção do gênero. A mão-de-obra era às vezes constituída de trabalhadores forçados como, por exemplo, mendigos, ou soldados, ou mesmo mulheres de má vida.

Na França e, em menor grau, na Inglaterra, a produção desses Estados (geralmente principados alemães) dependia essencialmente do artesanato caseiro. É o caso das facas de Solingen que eram fabricadas em casa por 14.000 operários de inúmeros outros ramos.

Conclusão

A revolução Industrial criou um mundo mais impessoal, porém muito mais eficiente: novos líderes apareceram no cenário internacional.

Além disso, a indústria recebeu a força motriz e modernizou-se, a agricultura se mecanizou, aumentando bastante a produção, que cada vez mais era exigida em grande escala para os centros industriais e as cidades que delas se originaram.

Os transportes e as comunicações se desenvolveram rapidamente, possibilitando a união entre os centros produtores e consumidores, encurtando, assim, as distâncias. O Capitalismo estendeu seu domínio a quase todos os ramos de atividades econômicas.

Entretanto, a luta pelo mercado consumidor, a mesma que gera novas pesquisas e novos progressos, também vai atirar as indústrias numa disputa voraz por novos lucros, provocando conflitos e levando, finalmente, à crise de 1929.

Após este período de crise, o Capitalismo se torna cada vez mais humano e menos egoísta, possibilitando um mundo com menos desníveis entre as classes.

Resumo

O capital acumulado durante a Revolução Comercial, na formação do capitalismo comercial, nos séculos XVI e XVII, foi a base que veio permitir a futura ascensão do capitalismo industrial.

A Inglaterra era o país que mais lucrara na Revolução Comercial; além disso, tinha muitas outras vantagens para que a industrialização se desenvolvesse: o grande desenvolvimento de seu sistema bancário e da sociedade por ações, a situação de país mais liberal da Europa, estabilidade política e social.

O exemplo da industrialização inglesa é fornecido pela indústria de lã, que era toda feita por particulares, até que a enorme procura exigiu uma produção maior e mais uniforme, passando a indústria de lã a ser dominada pelos manufatureiros, pois eram os comerciantes que distribuíam o produto.

As invenções que ajudaram a industrialização nem sempre vinham em sua forma final e foram sendo criadas de acordo com as necessidades de se produzir mais e melhor. A primeira indústria que se desenvolveu foi a manufatureira (algodão) porém, a Revolução Industrial compreendeu a industrialização de quase todos os produtos de consumo.

Nos países da Europa, a industrialização teve a ajuda do Estado, sendo muito lenta, principalmente pela falta de capital. A revolução Industrial poder ser dividida em duas fases: a primeira, que foi um período de criação e difusão de inúmeros tipos de máquinas, e a segunda, que será a época de invenções ultra-revolucionárias, com grande impulso nas comunicações e transportes (estradas, telégrafos, automóvel, navegação e aviação).

A invenção do processo Bessemer, o desenvolvimento do dínamo e a invenção do motor de combustão interna marcam o início da segunda fase da Revolução Industrial que, por sua vez, tem dois períodos: o primeiro, com grande desenvolvimento do maquinismo e a criação dos grandes complexos industriais; o segundo, com a criação da linha de montagem por Ford, período que vai até a introdução do automobilismo cibernético na indústria.

As consequências da Revolução Industrial foram:

- mecanização da indústria e agricultura.
- aplicação da força motriz à indústria.
- desenvolvimento do sistema fabril.
- aceleramento dos transportes e comunicações.
- controle capitalista sobre quase todos os ramos de atividade econômica.

PRINCIPAIS INVENÇÕES

- Máquina a Vapor = Thomas Newcomen — 1712
- Máquina a Vapor melhorada = James Watt — 1769
- Máquina de Fiar = James Hargreaves — 1767
- Máquina de Fiar melhorada = Samuel Crompton — 1779
- Tear Mecânico = Cartwright — 1785
- Locomotiva = George Stephenson — 1830
- Barco a Vapor = Robert Fulton — 1800
- Telégrafo = Samuel Morse — 1844
- Aço = sir Henry Bessemer — 1856
- Dínamo = Michael Faraday — 1831
- Motor Diesel = Rudolf Diesel — 1897
- Motor de Combustão = Karl Benz — 1880
- Telefone = Alexander Graham Bell — 1876
- Telégrafo sem fio = Marconi — 1899
- Lâmpada = Thomas Edison — 1879
- Colonialismo antes do século XIX.
- Aplicado principalmente ao Continente Americano.

- Surgiu paralelamente à Revolução Comercial.
- Caráter mercantilista e procurava sobretudo metais preciosos (ouro, prata) e produtos tropicais, cuja venda era bastante lucrativa na Europa (especiarias).
- Visava especialmente ao fortalecimento do Estado, mediante a exploração das riquezas das colônias e através dos regimes de monopólio.
- Colonialismo após o Século XIX.
- A partir da segunda metade do século XIX, verificou-se a conquista econômica e política das áreas inexploradas do mundo e daquelas subdesenvolvidas. É a *fase do imperialismo:*
- as novas áreas periféricas deveriam absorver os excedentes de capitais, de mão-de-obra e de produção dos países industrializados.
- surgiu como decorrência da Segunda Revolução Industrial: necessidade de conquista de novos mercados produtores de matérias-primas.
- usam como justificativa para a colonização os argumentos do dever das “raças superiores” de dominar e civilizar as “raças inferiores” salvando suas almas, mentes (da ignorância) e modernizando-as (livrando-as das privações causadas pelo primitivismo).
- aplicado à África e Ásia (não mais à América, defendida pela doutrina Monroe).
- surgiu paralelamente à Revolução Industrial.
- colonialismo de cunho imperialista.
- visava estabelecer protetorados em pontos estratégicos (militares).
- cobiçava novas fontes de matéria-prima, não mais ouro e especiarias, sobretudo materiais indispensáveis à indústria.
- ambicionava novos mercados.

A partir de 1873, a conquista de novos mercados assumiu um caráter de modernização das áreas periféricas (América Latina, África e Ásia), passando a investir nas novas regiões: nas vias de comunicações (ferrovias, portos e canais), na instalação de uma rede bancária, no aparecimento da produção agrícola, na exploração de recursos minerais, e na criação de uma infra-estrutura urbana.

O Neocolonialismo do século XIX repartiu as áreas coloniais da África e da Ásia entre as potências industrializadas, ou, na América Latina, as áreas de influência, dando margem a conflitos freqüentes que aumentavam as rivalidades internacionais, ameaçando a paz.

O início do século XX aparece então com dois blocos político-econômicos: os países industrializados (pólo central) e os países dependentes (áreas periféricas) — o resultado foi a divisão internacional do trabalho, sendo que cada bloco ocuparia uma função específica na produção mundial na relação produção-consumo.

FATORES

- Necessidade de novas fontes de matéria-prima: ferro, cobre, petróleo, manganês, trigo, algodão, etc.
- Necessidade de novos mercados consumidores, para dar vazão à crescente indústria das metrópoles.

- Superpopulação da Europa e conseqüente necessidade de novas áreas, para o excesso de habitantes. Os colonos continuariam a ser cidadãos (pagar impostos) e a fornecer contingentes humanos, para os exércitos das metrópoles.
- Necessidade de aplicação de capitais excedentes.
- Desejo de conquista de bases estratégicas, visando inclusive à segurança do comércio marítimo.
- Progressos da tecnologia: facilidades de comunicação (navios rápidos, telégrafo, etc.)
- Expansão de novo ciclo missionário das igrejas cristãs da Europa e América.

O PROCESSO DA COLONIZAÇÃO AFRO-ASIÁTICA

França

Argélia, Tunísia, Marrocos, Sudão (África Ocidental Francesa), Madagascar, Somália Francesa.

Inglaterra

Egito, África Oriental Britânica (atual Quênia), Rodésia, Uganda, Gâmbia, Serra Leoa, Cabo, Costa do Ouro, Nigéria.

A Inglaterra possuía, desde a guerra com Napoleão, a colônia do Cabo (arrancada aos holandeses). Após serem descobertas minas de ouro em Johannesburg (Transvaal), a Inglaterra entrou em guerra contra os Boers (leia-se “burs”), calvinistas holandeses, agricultores estabelecidos em duas pequenas repúblicas — Transvaal e Orange — as quais, após a vitória inglesa (1899/1902), foram ligadas às colônias de Cabo e de Natal. Todas elas, juntas formaram, em 1910, a União Sul-Africana.

Alemanha

Camerum (atual República dos Camarões), Togo, África do Sudoeste, África Oriental alemã (atual Tanganica).

A Alemanha perdeu todas as suas colônias após a Primeira Guerra Mundial.

Índia

Os portugueses foram os primeiros europeus a chegar: Vasco da Gama, em 1498. No século XVI, apareceram holandeses, franceses e ingleses. A Inglaterra apossou-se definitivamente da península em 1763. Em 1806, a Birmânia foi anexada à Índia.

Japão

Durante séculos, o Japão viveu sob regime feudal, até que, em 1542, chegavam os primeiros navegadores portugueses que foram bem acolhidos. Depois, vieram espanhóis que organizaram diversas missões jesuíticas. Em 1597, todavia, começaram portugueses e espanhóis a serem perseguidos e exterminados. Em 1616, ordenou-se o extermínio de todos os católicos, sendo mortos 37.000 católicos japoneses. Em 1648, o Japão fechou os portos aos estrangeiros e isolou-se do mundo exterior, durante mais de dois séculos. Em 1854, uma esquadra norte-americana forçou a abertura dos portos japoneses ao comércio mundial. Esse fato provocou uma revolução interna, através da qual se aboliu o feudalismo e o país foi rapidamente europeizado, técnica, científica, econômica e militarmente, conseguindo duas grandes vitórias.

- contra a China, na "Guerra da Coréia" (1894/95), os japoneses ficaram com Formosa e a Coréia.
- contra a Rússia, na "Guerra da Manchúria", na qual os japoneses se apossavam de Porto Artur e da metade sul da Ilha Sacalina (1904/05).

China

Uma série de guerras pressionou os chineses a abrirem os portos do país ao comércio estrangeiro:

- "Guerra do Ópio" — vencida pelos ingleses que ganharam com isso Hong-Kong e a supressão do sistema fiscalizador, em Cantão (1839/41).
- guerra contra a França e a Inglaterra (1856/60), faz com que a China perca mais partes de seu território e faça novas concessões ao comércio.
- guerra contra o Japão: os chineses são novamente derrotados e perdem Formosa e Coréia (1894/95).

Tudo isso levava a crer que a China iria ser partilhada entre as potências imperialistas, quando em 1900, estourou uma revolução nacionalista, chefiada por uma sociedade secreta: "Punhos Unidos". Os "Boxers", como eram chamados, logo mergulharam o país numa confusão total. Uma força expedicionária internacional (ingleses, franceses, alemães, russos, japoneses e americanos) subjugou o movimento em poucas semanas. Mas o levante nacionalista, assim como as rivalidades entre as diversas nações interessadas na China, fez com que essas desistissem do desmembramento. Aliás, muito pelo contrário, decidiram manter-lhe a integridade.

Alguns anos após a efetivação da paz, um partido nacionalista democrático, sob a liderança de Sun-Iat-Sen, promoveu uma revolução contra a monarquia, conseguindo, após a vitória, proclamar a República (1912).

36_24

A Primeira Guerra Mundial

FATORES

LUTA PELOS MERCADOS

Não iremos aqui retomar o estudo referente à Revolução Industrial: já sabemos que a existência de um mercado consumidor de vulto justifica a transferência de parte dos lucros comerciais para a área de produção. Sabemos também que o mercado consumidor interno, devido à filosofia empresarial da época ("o lucro vem primordialmente devido aos baixos custos e, portanto, não é compensador remunerar-se melhor os empregados"), podia ser considerado quase fixo, tendo a massa proletária poder aquisitivo muito baixo.

- Sobram os mercados externos, e é para eles que as nações produtoras vão dirigir-se vorazmente. Tais mercados externos podem ser divididos em dois grandes grupos:
- das colônias, regiões dominadas política, econômica e militarmente pela metrópole (país industrializado e em busca de mercado).
- dos países que não podiam ser colonizados. Neste caso, o domínio se restringiria à área econômica e, através dela, à área política.

É esse o sistema de domínio conhecido como imperialismo. Certos países europeus eram colonialistas e/ou imperialistas (o melhor exemplo é a Inglaterra). Outros, todavia, em fase crescente de industrialização, buscavam por todas as formas impérios coloniais ou, pelo menos, zonas de influência econômica.

A Rivalidade Industrial entre a Alemanha e a Inglaterra

A Alemanha, após a fundação do Império em 1871, atravessou um período de grande desenvolvimento econômico. Em 1914, estava produzindo mais ferro e aço que a Inglaterra e a França juntas. Em produtos químicos, corantes de anilina e na manufatura de instrumentos científicos, achava-se à frente do mundo inteiro. Os produtos da sua indústria desalojavam os congêneres ingleses de quase todos os mercados da Europa Ocidental, bem como do Extremo Oriente e da própria Inglaterra.

Há indícios de que certos interesses britânicos começavam a alarmar-se seriamente com a ameaça da competição alemã. Conquanto essa opinião não fosse nem oficial, nem representativa do pensamento da nação como um todo, refletia a exasperação de alguns cidadãos influentes.

Depois de 1900, o ressentimento diminuiu por algum tempo, mas tornou a inflamar-se nos anos que precederam o deflagrar da guerra. Parecia reinar a forte convicção de que a Alemanha estava movendo à Inglaterra uma guerra econômica deliberada e implacável, visando tomar-lhe os mercados por meios fraudulentos e escorraçar os seus navios dos mares. Permitir que a Alemanha saísse vitoriosa dessa luta, significaria para a Inglaterra o fim de sua prosperidade e uma grave ameaça à sua existência nacional. Os cidadãos britânicos, que se preocupavam com tais assuntos, viam a sua pátria como vítima inocente da agressividade alemã e sentiam-se plenamente justificados em tomar quaisquer medidas que se fizessem necessárias para defender a sua posição.

O Nacionalismo

O MOVIMENTO PELA GRANDE SÉRVIA

Desde o começo do século XX, a Sérvia sonhava estender a sua jurisdição sobre todos os povos que passavam por ser da mesma raça e cultura que os seus próprios cidadãos. Tais povos habitavam as províncias turcas da Bósnia e da Herzegovina e algumas províncias meridionais da Áustria-Hungria. Entretanto, em 1908, o Império Austro-Húngaro dá um golpe de morte nas pretensões sérvias, anexando a Bósnia e a Herzegovina. A partir daí, a Sérvia passará a instigar os nacionalistas eslavos da Áustria, ocorrendo uma série de conspirações contra a paz e a integridade da Monarquia Dual, e o clímax fatídico dessas conspirações será o assassínio do herdeiro do trono austríaco.

O PAN-ESLAVISMO

Baseava-se na teoria de que todos os eslavos da Europa Oriental constituíam uma grande família. Argumentava-se por conseguinte que a Rússia, como o mais poderoso dos Estados eslavos, deveria ser guia e protetora das suas pequenas irmãs dos Bálcãs. O pan-eslavismo não era apenas o ideal interessado de alguns nacionalistas ardentes, mas fazia verdadeiramente parte da política oficial do governo russo.

O PANGERMANISMO

Baseado num papel pacificador do povo alemão e numa pretensa superioridade da raça ariana, esse movimento visava a incorporação de todos os povos teutônicos da Europa Central. Muitos além da simples união Alemanha e Áustria-Hungria, o pangermanismo desejava a anexação, ou pelo menos, tornar “zonas de influência” países como a Bulgária e a Turquia.

O “REVANCHISMO” FRANCÊS

Desde 1870, só se falava, na França, em vingança da derrota sofrida na guerra Franco-Prussiana. Desde Émile Zola, o famoso escritor, até o político Poincarè, era voz comum que a “revanche” não podia tardar, fato ainda agravado pela perda das ricas regiões em carvão e ferro da Alsácia e Lorena. Por volta de 1914, essa idéia era fortemente combatida pelos socialistas e por muitos líderes liberais.

O Sistema de Alianças

O sistema de alianças múltiplas remonta à década de 1870 e seu arquiteto inicial foi Bismarck. Os objetivos do Chanceler de Ferro eram pacíficos. A Prússia e os aliados alemães tinham saído vitoriosos da guerra com a França e o recém-criado Império Germânico era o Estado mais poderoso do continente. Almejava Bismarck, acima de tudo, preservar os frutos dessa vitória. Não obstante, perturbava-o o receio

de que a França pudesse iniciar uma guerra de desforra. Era pouco provável que tentasse sozinha tal coisa, mas fazê-lo auxiliada por uma outra potência. Conseqüentemente, Bismarck resolveu isolar a França, ligando todos os seus possíveis amigos à Alemanha.

Assim, para enfrentar todas as possíveis reações francesas, Bismarck prosseguiu nos preparativos de ordem militar, cogitando estabelecer um sistema de alianças preventivas para garantir as aquisições territoriais alemãs e as vantagens econômicas resultantes. Da Áustria, que a Prússia expulsou da Alemanha em 1866, era essencial obter o esquecimento do passado. Da Rússia, cujas ambições balcânicas deviam ser respeitadas, era essencial não despertar a atenção para reivindicações pró-germânicas dos barões das províncias balcânicas ocidentais. Era, pois, necessário à diplomacia alemã estar em condições de controle da política da Rússia e da Áustria-Hungria, para desanimar qualquer tentativa francesa de revanche.

Foi nessas condições que nasceu o plano diplomático, designado sob o nome de sistema de Bismarck, que consistiu em ligar as duas monarquias da Europa Central ao Império russo. Resultaram as negociações em um acordo germano-russo e em acordo austro-russo ao qual aderiu a Alemanha. A habilidade bismarckiana no caso era levar a Rússia e a Áustria, cuja rivalidade nas questões balcânicas era patente e inconciliável, a concluírem uma convenção que submetia todo e qualquer litígio a uma consulta pessoal entre os dois soberanos. Constituiu-se, desse modo, a Aliança dos Três Imperadores.

Essa situação diplomática, incontestável vitória de Bismarck, não se revelava nem sólida, nem estável. De fato, era de maior interesse para a Alemanha manter a seu lado a Áustria-Hungria do que a Rússia de Alexandre II. Por isso, quando os acontecimentos dos Bálcãs estremeceram as relações austro-russas em 1878, Bismarck não hesitou em aproveitar para concluir, em 1879, uma aliança defensiva com a Áustria, secretamente contra a Rússia. O Kaiser Guilherme tinha-se oposto à semelhante combinação contra o Czar, mas a ameaça de Bismarck de se demitir o levou a assinar o pacto.

Extinta a Liga dos Três Imperadores, Bismarck cimentou uma nova aliança, agora muito mais forte, com a Áustria. Em 1882, essa parceria expandiu-se na célebre Tríplice Aliança, com a adesão da Itália. O governo de Roma ofereceu sua aliança às potências centrais em decorrência do despeito ao fato de ter a França anexado à Tunísia (1881) um território que considerava como legitimamente seu. Sacrificavam os italianos os seus sentimentos nacionalistas, desistindo de suas esperanças de recuperar as populações italianas do Trentino austríaco. Em compensação, obtinham da dupla monarquia católica o compromisso de não despertar a questão romana em favor da Santa Sé.

Entre 1890 e 1907, a Europa passou por uma revolução diplomática, que aniquilou, praticamente, a obra de Bismarck. É verdade que a Alemanha ainda tinha a Áustria a seu lado, mas perdera a amizade tanto da Rússia quanto da Itália, ao mesmo tempo que a Inglaterra saíra de seu isolamento para entrar em ajustes com a Rússia e a França. Esse deslocamento do equilíbrio de poderes teve resultados fatídicos: convenceu os alemães de que estavam rodeados por um anel de inimigos e, portanto, tinham de fazer o que estivesse ao seu alcance para conservar a lealdade da Áustria, ainda mesmo que fosse preciso prestar apoio às temerárias aventuras dessa no estrangeiro.

Não é necessário procurar muito longe as causas dessa revolução diplomática. Em primeiro lugar, desavenças entre Bismarck e o novo Kaiser, Guilherme II, determinaram o afastamento do chanceler em 1890. Seu sucessor, o conde Caprivi, estava interessado principalmente numa tentativa de cultivar a amizade da Inglaterra e, por isso, deixou caducar o tratado com a Rússia. Em segundo lugar, o desenvolvimento do pan-eslavismo na Rússia colocou o império do Czar em conflito com a Áustria e a Rússia; a Alemanha muito naturalmente preferiu a primeira. Uma terceira causa do abandono do isolacionismo pela Inglaterra, mudança essa devida a várias razões: uma delas foi a preocupação pelo crescente poder econômico da Alemanha; outra, o fato de terem os ingleses e os franceses descoberto, por volta de 1900, uma base de cooperação para a partilha da África do Norte. Uma última causa da revolução diplomática foi a mudança de atitude da Itália em relação à Tríplice Aliança. Pelas alturas de 1900, estavam os republicanos franceses consolidados no poder, não tendo pois a Itália mais do que temer uma intervenção monárquico-clerical em favor do papa. Além disso, a maioria dos italianos tinha-se conformado com a perda da Tunísia e tratava apenas de reaver os territórios em poder da Áustria e de ganhar o apoio da França para a conquista de Trípoli. Por essas razões, a Itália perdeu o interesse em manter a lealdade à Tríplice Aliança.

O primeiro resultado importante da revolução diplomática foi a Tríplice "Entente". Chegou-se a ela por uma série de estágios. Em 1890, a Rússia e a França iniciaram uma aproximação política que aos poucos amadureceu numa aliança. Essa aliança dual entre a Rússia e a França foi seguida pela "Entente Cordiale" entre a França e a Inglaterra. Durante as duas últimas décadas do século XIX, ingleses e franceses haviam tido amiudadas e sérias alterações a respeito de colônias e comércio. As duas nações quase chegaram a vias de fato em 1898, em Fachoda, no Sudão Egípcio. Subitamente, porém, a França abandonou todas as suas pretensões na África e iniciou negociações para um entendimento amplo em relação a outras contendas.

Por essa política de aliança, vê-se que em 1907 a Europa estava dividida em dois grupos antagônicos: de um lado, o da "Tríplice Entente": França, Rússia e Inglaterra. Enquanto, porém, essa última ia em vias de desenvolvimento, a primeira foi muitíssimo enfraquecida pela defecção da Itália. Em 1900, o governo italiano firmou um acordo secreto com a França, estipulando que em troca da liberdade de ação em Trípoli a Itália se absteria de qualquer interferência nas ambições francesas no Marrocos. Em 1902, os dois países concluíram outro pacto, secreto, pelo qual cada um se comprometia a manter a neutralidade em caso de ataque por uma terceira potência. Assim, a obrigação italiana anterior, decorrente da Tríplice Aliança, de ajudar a Alemanha no caso de um ataque francês ficava praticamente anulada. O auge da deslealdade foi alcançado pela Itália no “Acordo de Racconigi” de 1909, com a Rússia. Por esse acordo, o governo de Roma prometia “encarar com benevolência” as pretensões russas ao controle dos estreitos e de Constantinopla, em troca do apoio diplomático à conquista de Trípoli.

POLÍTICA DA PAZ ARMADA

Segundo a política bismarckiana, Guilherme II continuou a desenvolver as forças militares terrestres alemãs, dedicando somas enormes a material de guerra; anexou, ainda, a tudo isso, os armamentos marítimos que o governo anterior havia desprezado. O almirante Tirptz construiu em pouco tempo uma possante frota de guerra, a segunda do mundo, depois da inglesa.

De medíocre país agrícola que era antes de 1870, a Alemanha foi aos poucos tornando-se uma das grandes potências econômicas do mundo. Isso porque resolveu dedicar-se ao setor industrial, valendo-se da riqueza mineral do seu subsolo e da abundância de mão-de-obra. O comércio alemão se desenvolveu de tal forma que Hamburgo se tornou o primeiro porto do Continente Europeu. Para vencer a batalha comercial, aprimoraram seus métodos, fazendo com que seu efetivo da marinha mercante tivesse perfeito conhecimento de línguas estrangeiras, senso prático e paciência. Procuraram, por outro lado, aprimorar, cada vez mais, as mercadorias que vendiam.

Os progressos obtidos em todos os setores não bastaram à sempre crescente ambição alemã. A formação da Liga Pan-germanista tornou-se uma ameaça mundial, daí a chamada política da paz armada seguida por vários países. Esses passaram à semelhança da Alemanha, a aumentar seus armamentos, tornando obrigatório o serviço militar, elaborando planos de mobilização geral etc. Por outro lado, a diplomacia secreta mantinha a atmosfera de suspeita entre as potências.

Nessa época, o czar Nicolau II empreendeu uma viagem por vários países da Europa: visitou a Áustria, a Alemanha, a Inglaterra e a França. Aos governos destes países, fez ver que seguiria uma política de paz, convidando-os então para uma conferência destinada a estudar a limitação de armamentos. Eis a origem da Conferência de Haia em 1899. A Alemanha e a Inglaterra recusaram-se a aceitar essa questão sobre os armamentos, dando, assim, continuidade à política da paz armada.

AS CRISES DO MARROCOS

A crise marroquina nasceu de um choque de interesses econômicos franceses e alemães. No começo do século XX, era o Marrocos um país independente, governado por um sultão. Seu território, porém, era relativamente rico em minerais e produtos agrícolas, que as nações européias cobiçavam. O que despertava principalmente a cupidez dos franceses e alemães eram as jazidas de ferro e manganês e as excelentes oportunidades de comércio.

Em 1880, as principais potências do mundo haviam assinado a Convenção de Madrid, estabelecendo que os representantes de todas as nações teriam privilégios econômicos iguais no Marrocos.

Os franceses, contudo, não se satisfizeram por muito tempo com tal combinação. Em 1903, o seu comércio marroquino ultrapassava o de qualquer outro país e a França almejava nada menos que um monopólio. Além disso, cobiçavam o Marrocos como uma reserva de tropas e como um baluarte na defesa da Argélia. Por conseguinte, em 1904, a França entrou em acordo com a Inglaterra para estabelecer uma nova ordem no território do sultão. Segundo os artigos secretos do acordo, em época oportuna, o Marrocos seria desmembrado: uma pequena parte fronteira a Gibraltar seria dada à Espanha e o resto caberia à França. A Grã-Bretanha tinha como recompensa a liberdade de ação no Egito.

Foi esse acordo de 1904 que precipitou a encarniçada disputa entre a França e a Alemanha. Em 1905, os alemães resolveram obrigar a França a desistir de suas pretensões sobre Marrocos, ou então oferecer compensações. O Chanceler Bulow induziu o Kaiser a desembarcar no porto marroquino de Tânger e pronunciar ali um discurso, declarando que a Alemanha estava pronta para defender a independência do território. O resultado foi uma crise que levou a Europa a dois passos da guerra.

A fim de resolver a disputa, reuniu-se, em 1906, a Conferência Internacional de Algeciras; embora confirmasse a soberania do sultão, a conferência reconhecia ao mesmo tempo os interesses especiais da França nos domínios daquele: esse resultado convinha, admiravelmente, aos franceses, que podiam agora penetrar na terra dos mouros sob o manto da legalidade.

Em 1908, deu-se uma segunda crise e, em 1911, uma terceira, ambas resultantes de tentativas dos alemães para proteger o que consideravam seus legítimos direitos no Marrocos. A terceira crise foi de particular importância devido à atitude positiva assumida pelos ingleses. Em julho de 1911, David Lloyd George, no seu célebre discurso da prefeitura de Londres, virtualmente ameaçou de guerra a Alemanha se essa tentasse estabelecer uma base na costa marroquina.

A controvérsia em torno de Marrocos foi resolvida nos fins de 1911, quando a França concordou em ceder uma porção do Congo Francês à Alemanha. Nenhuma das partes, todavia, esqueceu os ressentimentos, nascidos da contenda. Os franceses afirmavam terem sido vítimas de uma chantagem pela qual lhes foi arrebatado um território valioso. Os alemães alegavam que a porção do Congo cedida pela França não era compensação suficiente para a perda dos privilégios econômicos em Marrocos.

A CAUSA IMEDIATA DA GUERRA

A causa imediata da Primeira Guerra Mundial foi o assassínio do arquiduque Francisco Fernando, em 28 de junho de 1914. Foi a faísca lançada ao barril de pólvora das suspeitas e ódios acumulados. Francisco Fernando não era simplesmente uma figura inútil da nobreza austríaca: era um homem que em breve se tornaria imperador. O monarca reinante, Francisco José, atingira os oitenta e cinco anos e sua morte era esperada a cada momento. Por isso, o assassínio do herdeiro do trono foi considerado como um ataque ao Estado.

O assassino de Francisco Fernando foi um estudante bosníaco chamado Princip, que não passava de um instrumento dos nacionalistas sérvios. O assassínio, embora tenha ocorrido em Serajevo, capital da Bósnia, resultou de uma conspiração urdida em Belgrado. Os conspiradores eram membros de uma sociedade secreta oficialmente conhecida como “União e Morte”, mais comumente chamada “Mão Negra”. Documentos importantes vieram à luz ultimamente, mostrando que o governo sérvio tinha conhecimento da conspiração. Nem o primeiro-ministro, nem qualquer dos seus colegas, porém, tomou medidas eficazes para impedir a execução ou, pelo menos, alertar o governo austríaco. Isso leva, naturalmente, a indagar os motivos que levaram a agir os assassinos. O principal deles parece ter sido o plano de reorganização do Império dos Habsburgos, que se sabia estar sendo arquitetado por Francisco Fernando. Esse plano, denominado trialismo, incluía uma proposta no sentido de transformar a monarquia Dual numa Monarquia Tríplice. Além da Áustria alemã e da Hungria magiar, já então praticamente autônoma, haveria uma terceira unidade semi-independente composta pelos eslavos. Tal coisa era exatamente o que os nacionalistas sérvios não desejavam. Temiam que, se tal acontecesse, os seus consangüíneos croatas e eslovenos se conformassem com o domínio dos Habsburgos. Decidiram, portanto, eliminar Francisco Fernando antes que se tornasse imperador da Áustria-Hungria.

A Áustria, senhora desses elementos, foi procurar aproveitar a ocasião para eliminar a Sérvia como fator político nos Bálcãs e evitar que aquele país se transformasse em centro do movimento eslavista.

Com tais objetivos, a 23 de julho, os austríacos enviaram um ultimato ao governo sérvio que continha onze exigências. Entre outras coisas, a Sérvia devia fechar os jornais anti-austríacos, liquidar as sociedades secretas, excluir do governo e do exército todas as pessoas culpadas de propaganda anti-austríaca e aceitar a colaboração das autoridades austríacas na eliminação do movimento subversivo contra o Império dos Habsburgos. A 25 de julho, dentro do prazo-limite de quarenta e oito horas, o governo Sérvio transmitiu a sua resposta, através de um documento ainda hoje sujeito a variadas interpretações. Do total de onze exigências, somente uma era categoricamente repelida e cinco eram aceitas sem reservas. O chanceler alemão considerou-o como uma capitulação quase completa e o Kaiser afirmou que todos os motivos para a guerra tinham desaparecido. A Áustria, no entanto, declarou insatisfatória a resposta Sérvia, rompeu as relações diplomáticas e mobilizou parte do seu exército.

Nesse ponto, a atitude de outras nações assume extrema importância. Com efeito, algum tempo antes disso, diversos governantes das grandes potências haviam assumido atitudes bem definidas. Já em 18 de julho, Sazonov, ministro russo do Exterior, avisara a Áustria de que a Rússia não toleraria qualquer tentativa de humilhar a Sérvia. Ao tomar conhecimento do ultimato à Sérvia, o governo russo ordenou uma série de preparativos para pôr o país em pé de guerra. O governo de Moscou contava com o apoio da França ao assumir essa atitude beligerante.

A atitude da Alemanha nesses dias críticos foi aparentemente mais moderada. Se bem que o Kaiser ficasse chocado e enfurecido com o assassínio do arquiduque, o seu governo não formulou qualquer ameaça nem tomou deliberações especiais para a guerra senão depois de dar motivo para alarma da Rússia. Infelizmente, porém, tanto o Kaiser quanto o chanceler von Bethmann-Hollweg adotaram a premissa de que uma punição severa deveria ser aplicada sem mais delongas à Sérvia. Esperavam com isso colocar as potências diante de um fato consumado e evitar assim uma guerra geral.

O CONFLITO ARMADO

A Áustria declarou guerra à Sérvia em 28 de julho de 1914. Por um efêmero e ansioso momento, houve a tênue possibilidade de circunscrever-se o conflito. Foi ele, todavia, rapidamente transformado numa guerra de maiores proporções pela ação da Rússia. A 29 de julho, Sazonov e a clique militar persuadiram o Czar a emitir uma ordem de mobilização geral não só contra a Áustria, mas também contra a Alemanha. Antes, porém, que fosse a ordem executada, Nicolau mudou de idéia ao receber um apelo urgente do Kaiser, para que ajudasse a preservar a paz. A 30 de julho, Sazonov e o general Tatichtchev trataram de fazer com que o Czar mudasse de idéia.

Já não havia possibilidade de recuar diante do abismo. Os alemães estavam alarmados com os preparativos de guerra dos russos.

A última medida tomada pelo governo do Czar tornava a situação muito mais crítica, uma vez que nos círculos militares alemães, assim como nos franceses e russos, mobilização geral significava guerra.

Ao saber que o decreto do Czar tinha sido posto em execução, o governo do Kaiser expediu um ultimato a São Petersburgo exigindo que a mobilização cessasse dentro de doze horas. Na tarde de 1º de agosto, o embaixador alemão solicitou uma entrevista com o Ministro russo das Relações Exteriores. Pedia a Sazonov que desse uma resposta favorável ao ultimato alemão. Ele respondeu que a mobilização não podia ser detida, mas que a Rússia estava disposta a entrar em negociações; o embaixador entregou então uma declaração de guerra ao Ministro.

Nesse meio tempo, os ministros do Kaiser tinham também enviado um ultimato à França, exigindo que ela desse a conhecer as suas intenções. O primeiro-ministro Viviani, a 1º de agosto, respondeu que a França agiria "de acordo com os seus interesses" e ordenou imediatamente a mobilização. Em 03 de agosto, a Alemanha declarou guerra à França.

Todos os olhares voltaram-se, então, para a Inglaterra. Que faria ela agora, ao ver que os dois outros membros da Tríplice Entente se haviam atirado à guerra?

Durante algum tempo, depois de ter-se tornado crítica a situação no continente, a Inglaterra vacilou. Tanto o gabinete quanto a nação estavam divididos.

Sir Edward Grey e Winston Churchill advogavam uma atitude resoluta em favor da França, com o recurso às armas se os interesses britânicos fossem ameaçados. Alguns de seus colegas, porém, encaravam com pouco entusiasmo uma intervenção da Inglaterra nas disputas continentais. Conquanto Grey tivesse em várias ocasiões animado os russos e franceses a contar com o auxílio inglês, só depois de ter recebido promessas de apoio, dos líderes do partido conservador, é que tomou compromissos formais. Em 02 de agosto, informou os franceses de "*se a esquadra alemã entrasse na Mancha ou cruzasse o Mar do Norte para realizar operações hostis contra a costa ou os navios franceses, a esquadra britânica dispensaria toda a proteção que estivesse a seu alcance*".

Diante da promessa feita à França, era difícil acreditar que a Inglaterra pudesse permanecer muito tempo fora da guerra, mesmo que a neutralidade da Bélgica não tivesse sido violada. Com efeito, ainda em 29 de julho, Sir Edward Grey advertira o embaixador alemão em Londres que, se a França fosse arrastada ao conflito, a Inglaterra lhe seguiria os passos. Não obstante, foi a invasão do território belga que forneceu o motivo imediato para que a Inglaterra desembainhasse a espada.

Em 1839, juntamente com as outras grandes potências, assinara a Inglaterra um tratado garantindo a neutralidade da Bélgica. Além disso, havia um século que a Grã-Bretanha seguia a política de impedir o domínio dos Países Baixos, que lhe ficavam fronteiros no outro lado do estreito por qualquer nação poderosa do continente.

Contudo, o famoso Plano Schlieffen dos alemães dispunha que a França fosse atacada pela Bélgica. Por conseguinte, pediram ao governo belga permissão para enviar tropas através do seu território, prometendo respeitar a independência da nação e indenizar os belgas de todas as depredações causadas às suas propriedades. Como a Bélgica recusasse, as tropas alemãs começaram a atravessar a fronteira.

O Ministro Britânico do Exterior compareceu imediatamente ao Parlamento e declarou que o seu país devia correr em defesa do direito internacional, protegendo as pequenas nações. No dia seguinte, 04 de agosto, o gabinete resolveu mandar um ultimato a Berlim, exigindo que a Alemanha respeitasse a neutralidade belga e desse, até a meia-noite, uma resposta satisfatória. Os ministros do Kaiser não tiveram outra resposta a dar senão que se tratava de uma necessidade militar e que era questão de vida ou de morte para a Alemanha poderem os seus soldados alcançar a França pelo caminho mais fácil e mais rápido. Quando o relógio bateu meia-noite, estavam em guerra a Alemanha e Inglaterra.

Outras nações foram rapidamente lançadas no terrível sorvedouro, e, a 07 de agosto, os montenegrinos juntaram-se aos seus consangüíneos sérvios na luta contra a Áustria. Duas semanas depois, o Japão declarou guerra à Alemanha, em parte devido à sua aliança com a Inglaterra, mas sobretudo com o objetivo de conquistar as possessões alemãs do Extremo Oriente. Em 1º de agosto, a Turquia negociou uma aliança com a Alemanha e em outubro, iniciou o bombardeio dos portos russos do Mar Negro.

A Itália, no entanto, embora ainda fosse oficialmente um membro da Tríplice Aliança, proclamou sua neutralidade. Insistiam os italianos em que a Alemanha não estava fazendo uma guerra defensiva e, por conseguinte, não tinham a obrigação de auxiliá-la. Nada diziam, está claro, sobre o seu acordo secreto com a França, firmado em 1902. A Itália manteve-se neutra até maio de 1915, quando, seduzida por promessas secretas da cessão de territórios austríacos e turcos, lançou-se à guerra ao lado da Tríplice Entente.

A Guerra do Movimento
(agosto/setembro de 1914)

É um período caracterizado pelas rápidas investidas. Os alemães baseiam sua ação no “Plano Von Schlieffen”: a França seria invadida e rapidamente dominada pelo milhão e meio de soldados alemães e, depois, a Alemanha voltaria todas as suas forças contra a Rússia. O plano falha ante a resistência heróica da Bélgica em Liège, resistência que dá possibilidade à mobilização dos franceses e russos.

Em um mês (setembro de 1914), a luta chega às vizinhanças de Paris - a situação parecia perdida. Entretanto, graças à extrema habilidade do general Joffre, os alemães são obrigados a recuar até o vale do rio Marne, verificando-se a Primeira Batalha de Marne, onde lutaram cerca de 2 milhões de homens. Não houve triunfos decisivos, mas o rápido avanço alemão estava detido.

Os russos, entretanto, são vencidos pelo general Hindenburg, na batalha de Tannenberg (26 a 30 de agosto de 1914). Pouco depois, nova derrota é infligida aos russos, na batalha dos Lagos Masurianos (06 a 15 de setembro).

Na Ásia, frente aos japoneses, e na África, frente às forças franco-britânicas, a Alemanha perde possessões. A Primeira Batalha do Marne é muito importante, no sentido de que assinala o fim da guerra de movimento. Os alemães tentam ainda tomar o porto de Calais, mas são detidos na Batalha de Yser. Para ter maior liberdade de ação, o governo francês transporta-se para Bordéus.

A Fase da Guerra das Trincheiras (fins de 1914 a início de 1918)

A guerra estaciona. As forças estão equilibradas. Do Mar do Norte até a fronteira com a Suíça, constroem-se trincheiras; inicia-se a mais longa e cruel fase da guerra. Nesse meio tempo, a Polônia a Romênia e a Sérvia tinham caído sob a força das "Nações do Eixo". Forças navais francesas e inglesas tentam dominar o Estreito de Dardanelos, sem consegui-lo: é o frustrado desembarque de Galipoli (1915).

Na frente meridional, os italianos conseguiram manter suas posições frente aos austríacos, até 1917 a batalha de Caporetto), quando esses últimos conseguiram uma brilhante vitória que abalou profundamente os italianos, os quais não mais conseguiram recuperar-se, até o fim da guerra.

Enquanto isso, ocorriam fatos importantes que vieram modificar o panorama da luta, principalmente na frente ocidental.

Os Estados Unidos, desde o início da guerra, auxiliavam os "aliados" europeus, enviando-lhes armas, munições, víveres, roupas etc. Em fevereiro de 1915, os alemães anunciaram o bloqueio submarino à Inglaterra, afirmando que seriam torpedeados todos os navios, de países neutros ou não, que se dirigissem à Inglaterra. Realmente, foi o que fizeram logo a seguir, afundando nas costas inglesas, a 07 de maio, o "Lusitânia", navio inglês, mas com inúmeros passageiros americanos. Tal fato veio causar uma onda de protestos de toda a população americana, e quase provoca a entrada dos Estados Unidos na guerra (que somente se verifica dois anos mais tarde).

O ano da entrada de Portugal na guerra, 1916, foi um período de batalhas épicas. A mais famosa delas talvez seja a batalha de Verdun com sete meses de duração: os alemães tentavam dar o golpe final no poderio da França, mas acabaram sendo desbaratados pelo general Pétain. A partir daí, nítida vantagem se verifica a favor dos aliados. Os alemães são derrotados nesse mesmo ano, na batalha de Somme (750 mil baixas em ambos os lados) onde, pela primeira vez, os tanques de guerra são entregues (pelos ingleses).

Ainda em 1916, dá-se a famosa batalha naval de Jutlândia (ou Skager Rak), entre ingleses (chefiados por Lord Jellicoe) e alemães, batalha considerada a maior da história, até aquela data. O resultado ficou indefinido: se, por um lado, em termos de tonelagem, a esquadra britânica fora derrotada, a esquadra germânica ficara imobilizada, em suas bases, depois do conflito. O ano seguinte (1917) vai-se caracterizar por uma série de acontecimentos que vão mudar o rumo da guerra.

Desde 1915, a Inglaterra sofre um bloqueio submarino por parte dos alemães. Entretanto, a 1º de fevereiro de 1917, a Alemanha anuncia o início do bloqueio submarino irrestrito. Dessa forma, todo navio de país neutro ou não que navegasse nas costas da Inglaterra, França, Itália e Mediterrâneo Oriental, seria afundado. Os alemães erraram, com tal gesto: isso acarretou a entrada dos Estados Unidos na guerra (06 de abril de 1917). A participação desse país vem a ser decisiva, desequilibrando completamente a distribuição de forças.

Por outro lado, os alemães conseguiram retirar suas forças da frente oriental, graças à Revolução Bolchevista. Os alemães sabiam que a Rússia passava por uma fase conturbada, sendo o governo do czar Nicolau II bastante impopular. Faltava apenas um líder para canalizar o ódio do povo e chefiar a revolta, e os alemães encontram esse líder na pessoa de Lenin, revolucionário refugiado na Suíça. Escoltam-no, em um vagão blindado, até a fronteira e lá o deixam. Em pouco tempo, Lenin tomava o poder e firmava um armistício (15 de dezembro de 1917) com os alemães, segundo o qual a Rússia se retiraria da guerra. Pelo Tratado de Brest-Litovsk (03 de março de 1918), a Rússia concordava em perder a Polônia, a Ucrânia e algumas regiões fronteiriças.

Enquanto isso, como já vimos, a Itália vê suas forças derrotadas pelos austríacos, em Caporetto. Os italianos recuam até o rio Piave e os aliados lhe mandam auxílio. Com a Rússia fora da guerra, os alemães encontram novas forças para lutar. Termina aí a guerra das trincheiras e reinicia-se a guerra de movimento.

A Volta à Guerra de Movimento (1918)

Retirando suas forças da frente oriental, os alemães comandados por Ludendorf concentram-nas novamente sobre a França (1918).

O avanço alemão chega às extremidades de Paris e essa é bombardeada com armas poderosas, como o famoso canhão Berta, cujo poder de alcance chegava a 120 quilômetros. A situação era crítica para os aliados, até que surgiu a figura do general francês Foch, que derrotaria as forças alemãs na Segunda batalha do Marne (julho/agosto de 1918).

A Alemanha estava derrotada. Foch, ampliando a ofensiva, ataca por vários pontos. Os aliados do “Eixo”, derrotados (Áustria-Hungria havia sido derrotada pelos italianos em Vittorio-Veneto), rendiam-se. A Alemanha está só. Para piorar a situação, uma revolução socialista republicana irrompe na Alemanha e o Kaiser Guilherme II foge para a Holanda (09 de novembro). Finalmente, a 11 de novembro, a Alemanha se rendia.

Os Tratados do Pós-Guerra

O TRATADO DE VERSALHES

A 19 de janeiro de 1919, reunir-se-iam em Paris vinte e sete países para debater o problema das nações derrotadas e da paz. Na verdade, somente três países puderam tomar as decisões importantes: a França, representada por Clemenceau, a Inglaterra, representada por Lloyd George, e os Estados Unidos, pelo presidente Woodrow Wilson. Um ano antes, Wilson já arquitetara os famosos “14 pontos da paz” que serviriam de base às negociações, e cujos principais itens eram:

- devolução, pela Alemanha, da Alsácia e Lorena à França.
- restauração da independência da Bélgica, Polônia, Sérvia e Romênia.
- desenvolvimento autônomo dos povos não-germânicos do Império Austro-Húngaro.
- abolição da diplomacia secreta.
- estabelecimento da liberdade de trânsito nos mares e de comércio.
- criação de uma Liga das Nações, que seria a responsável pela preservação da paz.

Nos fins de abril de 1919, estavam prontos para serem submetidos ao inimigo os termos do Tratado de Versalhes e a Alemanha recebeu ordem de enviar seus delegados para ouvi-lo. Uma delegação chefiada pelo conde von Brockdorff-Rantzau, ministro do exterior do governo republicano provisório, chegou a Versalhes e foi encarcerada num hotel, sendo virtualmente tratada como prisioneira. Uma semana depois, os membros da delegação tiveram ordem de comparecer perante os representantes dos Aliados, a fim de conhecerem a sentença imposta à sua nação.

Como von Brockdorff-Rantzau protestasse dizendo que os termos eram duros demais, informou-o Clemenceau de que a Alemanha teria exatamente três semanas para resolver se assinaria ou não. Entretanto, foi preciso prolongar o prazo, pois os chefes do governo alemão preferiam demitir-se a aceitar o tratado.

Os Três Grandes (Clemenceau, Wilson e Lloyd George) fizeram então alguns arranjos subsidiários, principalmente a instâncias de Lloyd George, e a Alemanha foi notificada de que se procederia à invasão do país se essa não aceitasse o tratado. Um novo governo provisório anunciou que se rendia ante a "força esmagadora e acedia aos termos dos vencedores. Em 28 de junho, representantes do governo alemão e dos Aliados reuniram-se no Salão dos Espelhos, onde há quarenta e oito anos havia sido fundado o Império Alemão, e firmaram o Tratado de Versalhes, cujas conseqüências foram desastrosas para a Alemanha.

As disposições gerais do Tratado de Versalhes podem ser esboçadas da seguinte maneira:

- a Alemanha devia entregar a Alsácia-Lorena à França, Eupen e Malmédy à Bélgica, a Schleswig setentrional à Dinamarca e a maior parte da Posnânia e da Prússia Ocidental à Polônia; a posse das minas carboníferas do Sarre passou para o Estado francês.
- a região alemã do Sarre seria administrada pela Liga das Nações até 1935, data em que se realizaria um plebiscito para decidir se ele continuaria submetido à Liga, se voltaria para a Alemanha ou se seria concedido à França.
- Observação
- Em 1935, o povo da região do Sarre optou pela Alemanha.
- a Alemanha renunciaria a todas as suas colônias.
- o território alemão da Prússia Oriental ficou isolado geograficamente do resto da Alemanha pelo chamado Corredor Polonês, que abria um acesso ao mar.
- a Alemanha deveria reduzir seu exército a 100.000 homens, destruir seu material bélico, extinguir a aviação militar, sendo que a esquadra de guerra deveria ser entregue aos aliados (os próprios alemães, para evitar isso, vão afundá-la).
- a posse das minas carboníferas do Sarre passou para a França.
- a Alemanha foi forçada a reconhecer sua responsabilidade nas calamidades resultantes da guerra e obrigada a pagar uma indenização e reparar os prejuízos sofridos pelos vencedores (acabou não pagando).
- foi incorporada ao texto do Tratado de Versalhes a ata constitutiva da Liga das Nações.

Dos quatorze pontos propostos por Wilson, apenas três foram aceitos: a restauração da Bélgica, a restauração da Alsácia-Lorena e a criação da Liga das Nações.

Outros Tratados

De um modo geral, o Tratado de Versalhes aplicava-se unicamente à Alemanha. Pactos separados foram redigidos para ajustar contas com os seus aliados - Áustria, Hungria, Bulgária e Turquia. A forma definitiva desses tratados menores foi dada principalmente por um Conselho dos Cinco, composto por Clemenceau como presidente e de um delegado dos Estados Unidos, um da Inglaterra, um da França e um da Itália.

O Tratado de Saint Germain, firmado com a Áustria, impunha a essa o reconhecimento da Hungria, da Tchecoslováquia, da Iugoslávia e da Polônia, e a cessão de grandes porções do seu território a esses novos países. Era, demais, obrigada a entregar a Itália Trieste, o Tirol meridional e a península da Istria. A nação austríaca ficou reduzida a pequeno estado, sem acesso ao mar, com quase um terço de Viena. A única esperança de prosperidade para o país residia numa união com a Alemanha, mas isso era estritamente proibido pelo tratado.

O segundo dos tratados menores foi o Nevilly, com a Bulgária, assinado em novembro de 1919. Na suposição, sem dúvida, de que ela não tomara parte ativa na provocação da guerra, a Bulgária foi tratada com mais brandura que as outras potências centrais. Não obstante, teve de entregar quase todos os territórios que adquirira desde a primeira guerra balcânica. A Dobrudja voltou à Romênia, a Macedônia Ocidental para o reino da Iugoslávia e a Trácia Ocidental para a Grécia.

Como a Hungria fosse agora um Estado independente, tornava-se necessário impor-lhe um tratado separado: foi ele o Tratado de Trianon, assinado em junho de 1920. Exigia que a Eslováquia fosse cedida à República da Checoslováquia, a Transilvânia à Romênia e a Croácia-Eslavônia à Iugoslávia. O território húngaro ficou reduzido de 350.000 para 90.000 quilômetros quadrados e a sua população de 22 para 8 milhões de habitantes.

O ajuste final com a Turquia resultou de circunstâncias excepcionais. Os tratados secretos haviam cogitado da transferência de Constantinopla e da Armênia para a Rússia e da divisão entre a Inglaterra e a França, da maior parte do que restava da Turquia. Mas, a retirada da Rússia do campo de guerra após a Revolução Bolchevique, juntamente com as exigências da Itália e da Grécia, no sentido de obterem o cumprimento das promessas que lhes tinham sido feitas, impunham uma revisão considerável no plano primitivo.

Por fim, assinou em Sevres (agosto de 1920), perto de Paris, um tratado que foi submetido ao governo do sultão. Estabelecia ele que a Armênia fosse organizada como uma república cristã, que a maior parte da Turquia fosse entregue à Grécia, que a Palestina e a Mesopotâmia se convertessem em mandatos britânicos, que a Síria se tornasse um mandato da França e que a Anatólia Meridional fosse reservada como esfera de influência da Itália. Do velho Império Otomano, não restariam mais que a cidade de Constantinopla e as partes Setentrional e Central da Ásia Menor.

Intimidado pelas forças aliadas, o decrépito governo do sultão concordou em assinar esse tratado. Mas, um governo revolucionário, constituído de nacionalistas turcos e organizado em Ancara sob a chefia de Mustafá Kemal, resolveu impedir que fosse posto em execução o Tratado Sèvres. As forças de Kemal riscaram do mapa a república da Armênia, enxotaram os italianos da Anatólia e reconquistaram a maior parte do território turco europeu que fora dado à Grécia. Por fim, em novembro de 1922, ocuparam Constantinopla, depuseram o sultão e proclamaram a república. Consentiram então os Aliados numa

revisão de paz.

Em 1923, um novo tratado foi concluído em Lausanne, na Suíça, permitindo aos turcos conservar praticamente todo o território que haviam ocupado. Embora bastante reduzido no tamanho em comparação com o antigo Império Otomano, a república turca tinha uma área de cerca de 780 000 quilômetros quadrados e uma população de 13 milhões de habitantes.

CONSEQÜÊNCIAS DA I GUERRA MUNDIAL

ECONÔMICAS

A guerra, que viria para solucionar todos os problemas, agravou-os tremendamente. Os países europeus, empobrecidos, lutavam para recuperar-se. Nos anos seguintes à guerra, a inflação na Alemanha atingiu níveis inacreditáveis. Os países passaram a evitar as compras no exterior, fato que impediu os países industrializados de exportarem seus manufaturados. Como reflexo, paralisaram-se as indústrias locais e a dispensa de operários deu-se em massa. Surgem, a partir daí, inúmeros movimentos antiliberais, pregando a incapacidade dos governos locais e ganhando rápida popularidade - surgem os “governos fortes” que se estabeleceram na Espanha, Portugal, Itália e Alemanha.

Todos os países perderam com a guerra, exceto um: os Estados Unidos. A guerra trouxe a nação americana para o primeiro plano do cenário internacional, ocupando o lugar até então ocupado pela Inglaterra. De devedores, posição anterior à guerra, os Estados Unidos passam a credores da Europa em vários bilhões de dólares. Inicia-se uma produção desenfreada que trará conseqüências drásticas no futuro.

POLÍTICAS

O mapa da Europa foi modificado: inúmeras colônias mudando de dono, a queda do czarismo e a ascensão dos bolcheviques na Rússia, Checoslováquia e Polônia e o sucesso de regimes radicais, entre outras, foram algumas das conseqüências políticas do conflito.

37_23

REVOLUÇÃO RUSSA

ANTECEDENTES

Já em 1905, os camponeses, os trabalhadores urbanos, os profissionais liberais e até mesmo parte da nobreza, em duvidosa aliança, haviam abalado a autocracia, compelindo-a a conceder o estabelecimento de um Parlamento Nacional, a Duma. O objetivo de sua fundação era o de propiciar um fórum, onde o governo pudesse manobrar os segmentos mais influentes da sociedade russa e, através deles, pôr em prática as reformas que, durante a Revolução de 1905, se verificou serem necessárias.

Porém, enquanto a Revolução se diluía no passado, enfraquecia o senso de urgência da tarefa e os velhos hábitos de autocracia se reafirmavam, reforçados pelo temor de uma violência social, pela lembrança das barricadas em Moscou, dos incêndios nos campos, dos linchamentos e dos assassínios. Na ala direita da Duma e na Câmara Alta, o Conselho de Estado, surgiram fortes grupos, dos quais o governo veio a depender cada vez mais para obter maioria; eram grupos preocupados em castrar, ou retardar indefinidamente as reformas que, temiam eles, poderiam abrir as comportas da Revolução. Entre os intelectuais e na ala esquerdista da Duma, esse processo gerava crescente desilusão e amargura com a ação política.

É nesse cenário de estagnação política e de desengano que se deve observar o aparecimento de uma figura que, para muitos historiadores, exemplifica a decadência final do czarismo. Grigory Rasputin era um camponês da aldeia de Pokrovskoye, na Sibéria Ocidental. Ao surgir, pela primeira vez em São Petersburgo, em 1903, sua figura robusta e mal vestida, e suas maneiras e ensinamentos independentes conquistaram-lhe as graças da czarina e uma legião de adeptos na corte (onde tradicionalmente as religiões místicas eram buscadas como panacéia para males sociais insolúveis).

Havia razões especiais pelas quais Rasputin viria a atrair a atenção do casal imperial. O herdeiro tão esperado, o Czarevitch Alexey, herdara a hemofilia familiar, e a forte e tranqüilizadora personalidade de Rasputin mostrara-se capaz de minorar a dolorosa e perigosa hemorragia interna, características dessa moléstia. Dessa maneira, ele conquistou a devoção da imperatriz, cuja preocupação pelo filho a transformara numa mulher histérica e solitária.

Nos anos de desilusão, particularmente a partir de 1911, que se seguiram ao fracasso da tentativa de um trabalho conjunto do governo e da Duma, tanto o imperador quanto a imperatriz passaram a ver em Rasputin um representante dos camponeses simples da Rússia, dos quais, acreditavam, com pesar, a Duma e a burocracia os haviam separado. Rasputin cuidava de preservar essa imagem de camponês, chegando até a participar de banquetes na corte sem se lavar e mergulhando as mãos imundas na terrina de sopa. Ou, então, conversava com o casal imperial sobre os sofrimentos dos camponeses e as medidas que poderiam ser tomadas para aliviá-los.

Rasputin representava, assim, não apenas um sintoma do alheamento do casal imperial, diante da política em transformação na Rússia contemporânea, mas um fator de agravamento desse sintoma. Os políticos liberais desabafavam sua frustração por meio de venenosas insinuações, que eram estendidas até mesmo à família imperial, e assim contribuíram para a atmosfera de inimizade e de suspeita em que se apoiavam e desenvolviam as atividades políticas nos últimos anos do império.

O irromper da guerra restabeleceu uma unidade temporária e um sentimento de objetivos comuns. A Duma aceitou docilmente uma prorrogação indefinida e os partidos de oposição deram sua total solidariedade ao esforço de guerra. Algumas medidas foram tomadas para aumentar a efetiva cooperação entre o Exército, o governo e a sociedade, no terreno da produção industrial e dos suprimentos.

Por conseguinte, a partir de agosto de 1915, Nicolau II passou a exercer cada vez mais seu domínio pessoal. A situação, todavia, era complexa demais para uma solução tão simples e drástica por parte do Czar. O único resultado que obteve foi se ver mais isolado, perdendo o contato com os homens sérios que tinham senso de responsabilidade e da realidade, dirigindo a nação sob a exclusiva dependência de sua querida e infeliz esposa, de seu “salvador", Rasputin, e dos bajuladores sempre dispostos da alimentar suas ilusões comuns.

Os partidos na Duma e as organizações sociais estavam impotentes. Por um lado, sentiam que a política monárquica só conduzia à derrota militar certa e, provavelmente, à revolução; por outro lado, temiam levantar as mãos contra o monarca, no receio de precipitar uma revolução das massas, que acreditavam não poder controlar. De novo a política russa se transformava num mundo sombrio de suspeita e conspiração, ainda complicado pela dupla ameaça de derrota nacional e da revolução social.

O príncipe Yusupov, jovem nobre abastado, deu início à trama que resultaria no assassínio de Rasputin. Yusupov contou com dois cúmplices principais: o Grão-Duque Dmitry Pavlovich e Purishkeivich. Com o auxílio desses dois homens, Yusupov convidou Rasputin a visitá-lo, na noite de 29 para 30 de dezembro de 1916, e assassinou-o.

Esse crime representou um melodrama inútil e macabro. Na realidade, com ele, Yusupov e seus cúmplices não conseguiram evitar a queda do regime czarista. Além de não terem resolvido nenhum dos problemas reais com que a Rússia se defrontava, ainda aumentaram a crescente amargura que separava o casal imperial de quase toda a nação. Removendo um dos sintomas à guisa de curar uma enfermidade, o crime expôs a autocracia czarista em toda sua nudez: ídolo capaz ainda de inspirar devoção, pronto a ser abandonado por todos os grupos populares, partidos, instituições ou unidades militares, aos primeiros sinais da revolta de março de 1917.

FASE BURGUESA DA REVOLUÇÃO

O assassínio de Rasputin não contribuiu para restabelecer as graças da monarquia ou para aumentar o respeito popular pelo Czar. Se o afastamento de seu amigo reduziu a influência da Czarina nos assuntos nacionais, Nicolau, porém, não demonstrava nenhuma inclinação para ouvir as advertências de seus ministros mais liberais. Ao contrário, voltou as costas tanto para o governo quanto para a Duma e passou a confiar em sua própria autoridade imaginária, exercida principalmente através de seu Ministro do Interior, Protopopov, que dominava a administração.

Durante o mês de janeiro de 1917, a tormenta da guerra continuava a cobrar seu preço da economia e o descontentamento aumentava. A escassez de gêneros alimentícios e o custo de vida em rápida ascensão resultaram numa inquietação geral entre os operários da indústria, particularmente em Petrogrado e em Moscou.

A 20 de janeiro, Rodzyanko, presidente da Duma, avisou o Czar de que estavam sendo previstas manifestações muito sérias. A Rússia clamava por uma mudança de governo porque, afirmava ele, “não resta nenhum homem honesto a seu lado; todas as pessoas decentes ou foram demitidas ou saíram voluntariamente”. Esses avisos, todavia, nenhum efeito tiveram sobre o teimoso e autocrático Czar.

Rodzyanko, porém, sabia que tudo estava em processo de deterioração e a 23 de fevereiro preveniu o Czar de que era possível uma revolução. Nicolau não deu ouvidos ao aviso, dizendo que, caso os deputados não refreassem sua linguagem, a Duma seria dissolvida. Essa última reuniu-se no Palácio Tauride em 27 de fevereiro e o governo, esperando problemas durante a sessão, endureceu a sessão, endureceu a censura e deteve todos os agitadores em potencial. A tensão na capital aumentou. Uma semana depois, 07 de março, o Czar resolveu deixar Petrogrado e partir para o quartel-general do exército, em Mogilev.

No dia seguinte, eclodiram revoltas na capital, que, dentro de uma semana, levariam à derrubada da monarquia. Aparentemente sem qualquer orientação central e de início sem quaisquer objetivos políticos definidos, os operários de várias grandes fábricas em Petrogrado entraram em greve. Seu movimento representava principalmente um protesto contra a redução dos gêneros alimentícios, mas a reação nervosa das autoridades logo formou a inquietação industrial e econômica em protesto político.

A Duma estava impossibilitada de tomar qualquer decisão e transformá-la em ação eficiente. Quando seu presidente Rodzyanko mandou uma mensagem ao Czar, dizendo que o destino do país e da monarquia estavam em jogo, e que medidas urgentes deveriam ser tomadas, Nicolau respondeu com uma ordem de dissolução da Duma. Embora temesse enfrentar abertamente o Czar, a Duma continuou reunida informalmente e, no dia 12 de março, elegeu um comitê provisório, integrado por doze membros, que incluía elementos do Bloco Progressista, com Alexandre Kerensky, social-revolucionário, e Chkheidze, social-democrata. O comitê assumiu a impossível tarefa de restaurar a ordem.

No mesmo dia, em outro local, surgia outro organismo. Era o soviete dos representantes dos trabalhadores e soldados de Petrogrado, que representava os interesses dos operários revoltosos, dos soldados e dos grupos e partidos democráticos e socialistas. O país como um todo estava, agora, em mãos desses dois organismos.

Rodzyanko manteve o Czar informado sobre o desastroso curso dos acontecimentos, concitando-o,

primeiro, a instituir reformas e, depois, quando a situação se agravou, a abdicar no interesse da monarquia como instituição. Quando dois delegados da Duma chegaram a Pskov (local onde se encontrava o Czar), Nicolau entregou-lhes finalmente um documento em que dizia: “Por meio destes transmitimos nossa sucessão a nosso irmão, o Grão-Duque Miguel, e o abençoamos por sua ascensão ao trono do Império Russo”.

Porém, após refletir um pouco, Miguel recusou-se e, dessa maneira, terminou a monarquia na Rússia. No mesmo dia em que o Czar assinou o ato de sua abdicação, criava-se, em Petrogrado, um governo provisório. Ele, porém, tinha de compartilhar do poder com o soviete, e o conflito entre as duas organizações iria ocupar os oito meses seguintes do ano de 1917.

Nota: Em 1917, a Rússia ainda continuava usando o calendário juliano, cujas datas são treze dias atrasadas em relação ao calendário gregoriano adotado no mundo ocidental. Assim, o que se chama Revolução de Março, denominou-se para os russos, a Revolução de Fevereiro, o mesmo sucedendo com relação à Revolução de Novembro, que para a Rússia ocorreu em outubro.

FASE BOLCHEVIQUE

Introdução

A derrubada do regime autocrático-czarista em março de 1917 (ou fevereiro, segundo o calendário juliano) foi uma extraordinária vitória para os povos da Rússia. Aliada ao Exército, a classe trabalhadora lutou e conquistou a liberdade política. O país inteiro organizou-se em uma extensa rede de Sovietes (conselhos) e comitês de soldados e camponeses.

O poder estava dividido no país, mas desde junho o governo provisório havia estabelecido uma ditadura, auxiliado pelos mancheviques e pelos social-revolucionários. Nenhum dos objetivos sociais da Revolução fora atingido. Nem o governo do Príncipe Lvov, nem o de Kerensky, que o sucedeu, deram terra aos camponeses ou libertaram-nos da servidão em que eram mantidos pelos proprietários de terras. Nas fábricas e usinas, os operários continuavam a ser cruelmente explorados, seu padrão de vida declinava acentuadamente, seus salários eram reduzidos e a fome imperava nas cidades.

Um país esgotado pela Primeira Guerra Mundial tinha agora sede de paz e, no entanto, a política do governo provisório era dar prosseguimento à guerra.

A Rússia debatia-se em meio a violentas contradições. O progresso da agricultura era retardado pela concentração de áreas enormes nas mãos dos donos das terras. Ao mesmo tempo, a indústria moderna vinha-se implantando no país, com grande concentração do processo produtivo e da mão-de-obra. A classe urbana estava organizada em sindicatos e muito aprendera sobre lutas políticas na revolução fracassada em 1905.

O Partido Bolchevista

O Partido Bolchevista, liderado por Vladimir Ilitch Ulianov (Lenin), orientava a luta da classe operária para a conquista do poder, a solução da questão agrária, o término da guerra, o estabelecimento do controle de produção pelos operários e nacionalização dos bancos e dos ramos mais importantes da indústria. Mas, essa luta dos operários e camponeses defrontou-se com a acirrada resistência das classes dominantes.

Em setembro de 1917, o partido da burguesia russa, o dos Democratas Constitucionais e os círculos militares reacionários, chefiados pelo general Korlinov, tentaram executar um "putsch" contra-revolucionários, e implantar uma ditadura militar. Essa conspiração despertou oposição generalizada do povo e fez com que as forças revolucionárias cerrassem fileiras em torno dos bolcheviques.

A influência dos bolchevistas nos sovietes ampliou-se rapidamente por todo o país, nos meses de setembro a outubro. Em quase toda parte, eles passaram a ser o principal elemento dos sovietes. No outono de 1917, a Revolução atingiu seu estágio decisivo.

Todas as classes e todos os setores da sociedade russa foram envolvidos pela crise revolucionária. Uma crise que afetou a nação inteira. pois manifestou-se em todas as esferas da vida nacional, envolvendo a massa trabalhadora, as classes dominantes e os partidos políticos. Com implacável precisão, Lenin revelou a inevitabilidade do colapso da economia russa, dominada pela burguesia e pelos proprietários de terras, e da política econômica do governo provisório.

O colapso da política de alimentação do governo provisório teve um efeito particularmente grave sobre a condição da massa popular. A lembrança dos dias de março de 1917, que haviam provocado revoltas contra a falta de alimentos, ainda estava bem fresca na memória do povo. Às vésperas da Revolução de Outubro, a situação alimentar do país piorou, como resultado da política dos governos provisórios, notavelmente o de Kerensky, o qual não se preocupava com as principais necessidades do povo.

Sinal bastante evidente da crise nacional foi o colapso dos partidos dominantes, dos social-revolucionários e dos social-democratas (mencheviques). A formação, em ambos, de grupos de esquerda, a intensificação dos conflitos entre a liderança desses partidos e seus membros, e entre as chefias partidárias, as organizações locais, além de forte rejeição, pelos comitês locais social-revolucionários e mencheviques, do lema de coalizão com a burguesia, foram resultados diretos do colapso da política reformista desses partidos.

Início das Hostilidades

A partir de meados de outubro de 1917, a guerra aberta dos trabalhadores contra o governo provisório passou a ser ocorrência diária na vida da nação. Em toda parte, os operários se armavam, o número de seus destacamentos em armas, os Guardas Vermelhos, aumentava rapidamente, eles ampliavam seus contatos e planos de ações comuns com as guarnições das principais cidades.

Uma resolução aprovada num congresso de sovietes da província de Vladimir, em 29 de outubro, declarava que o governo provisório e todos os partidos que o apoiavam eram traidores da causa revolucionária e que todos os sovietes daquela província estavam em guerra aberta e resoluta contra o governo provisório. A mesma resolução foi aprovada pelos sovietes de outras cidades. Quando um congresso de sovietes na província de Ryazan resolveu transferir imediatamente o poder para os sovietes, o ministro do interior, Niktin, exigiu o emprego da força armada contra a população de Ryazan.

O soviete da província de Moscou propôs que todos os sovietes da província ignorassem as ordens dadas pelo governo provisório. O soviete de Vladivostok, a uns 9000 km de Moscou, baixou instruções segundo as quais qualquer desobediência às ordens do soviete seria considerada ato contra-revolucionário. Os sovietes dos Urais afirmaram que a tarefa principal era derrubar o governo provisório.

Foi a classe operária industrial e seu partido que assumiram a vanguarda desse movimento popular. Comitês de fábrica surgiram em toda parte, rapidamente tornavam-se fortes e eram dominados pelos bolcheviques.

Revoltas Camponesas

A força do movimento operário multiplicava-se em virtude de os trabalhadores da indústria exercerem tremenda influência sobre os camponeses e, em troca, receberem apoio sob a forma de uma crescente guerra camponesa contra os proprietários rurais.

"Se num país de camponeses, após sete meses de república democrática, as coisas chegaram ao ponto de uma revolta camponesa, isto prova, sem sombra de dúvida, o fracasso nacional da Revolução, a crise com que se defronta, além de tornar claro que as forças contra-revolucionárias estão chegando ao limite de seus recursos", escreveu Lenin em meados de outubro de 1917.

Mas, a representação oficial do campesinato, na ocasião, era o Conselho Russo de Representantes Camponeses, eleito num congresso de camponeses em maio, e que de há muito perdera qualquer direito de representar quem quer que fosse. O Comitê Executivo do Conselho Russo dos Representantes Camponeses sancionava as expedições punitivas contra os homens do campo e apoiava a política de hostilidade ao campesinato mantida pelo governo. As massas camponesas que se haviam revoltado contra os latifundiários conseguiram empreender uma ação decisiva.

Nos principais centros de rebelião camponesa, sob influência dos trabalhadores da indústria, a luta contra os donos das terras assumiu forma organizada, com objetivos definidos. Os 332 delegados presentes a um congresso na Província de Tver tomaram a decisão unânime de entregar imediatamente todas as terras à administração dos comitês agrícolas. Os comitês agrícolas da província de Tambov apoderaram-se de todas as terras pertencentes à Igreja e aos proprietários rurais e arrendaram-nas a camponeses que não

possuíam terra alguma, ou tinham muito pouca. Atos semelhantes repetiram-se em todo o país.

O Governo Provisório organizou expedições punitivas e apresentou várias propostas legislativas de eventuais reformas cujo objetivo era “pacificar” os camponeses e, certamente, não o de satisfazer as suas exigências de repartir a terra.

As ações empreendidas pelos camponeses forçaram o Governo Provisório a distribuir suas tropas por inúmeras áreas, onde havia rebeliões e motins.

As autoridades locais, porém, logo perceberam a inutilidade de utilizar a força contra a massa camponesa. Ao longo dos levantes, até mesmo os comitês rurais que apoiavam o governo eram forçados a confiscar as propriedades dos donos de terras e distribuí-las entre os camponeses mais necessitados.

Os social-revolucionários, os Kadetes (democratas constitucionais) e os mencheviques tentavam, por todos os meios, minimizar a importância da luta camponesa, sob a alegação de que não passava de “selvagem anarquia”, falando de massacres e “desordeiros”. Essa falsificação da verdade é desmentida pelos fatos: nos principais centros de rebelião, os camponeses transferiam a terra para os mais pobres, de maneira organizada.

A experiência de oito meses de Governo Provisório demonstrou que, sem outra revolução, a massa camponesa jamais receberia qualquer terra ou se libertaria da opressão dos latifundiários. Foi essa experiência que levou as massas camponesas a uma sublevação que, aliada à luta dos operários da indústria, criou as condições favoráveis à vitória da revolução socialista.

Os Bolcheviques tomam o Poder

Em novembro de 1917, o Partido Bolchevique contava com cerca de 350.000 membros. Sua força, no entanto, seria medida pela influência que exerceria sobre os milhões de pessoas organizadas nos sovietes, sindicatos, comitês de fábricas, comitês de soldados e de camponeses. Num momento em que a revolta armada se processava em âmbito nacional, a tarefa do partido revolucionário de Lenin foi cuidar da organização política e militar das forças rebeldes. No centro desse trabalho de preparação, encontrava-se a classe operária. Os Guardas Vermelhos adquiriram experiência de luta, aprendiam a tática do combate nas ruas, criavam e fortaleciam seus contatos com as unidades revolucionárias do exército.

Nos bairros habitados por pessoas de outras nacionalidades, os bolcheviques conquistavam o apoio da população oprimida, que encarava a vitória de uma revolução socialista como a garantia de sua emancipação social e nacional. Importantes núcleos de luta revolucionária instalaram-se em todos esses bairros e serviram de ligação entre o movimento de libertação nacional e o movimento de camponeses e operários, unindo Moscou e Petrogrado às regiões mais distantes em um único fronte revolucionário.

A decisão de trabalhar visando a um levante - tomado no Sexto Congresso do Partido Bolchevista, em agosto de 1917 — era consistentemente posta em prática. Em 23 de outubro, numa reunião da qual Lenin participou, o Comitê Central dos Bolcheviques aprovou uma deliberação a respeito do levante. A decisão não fixava uma data, mas salientava que um levante armado é inevitável e o momento é oportuno.

No dia 29 de outubro, numa sessão especial do Comitê Central dos Bolcheviques, aprovou-se a decisão de organizar um levante armado e constituir um centro militar revolucionário. O líder e organizador desse órgão foi Yakiov Severdlov, bolchevique de 32 anos de idade, com um passado de 17 anos de atividade revolucionária, prisões, trabalhos forçados e sete fugas à deportação.

Em fins de outubro, ocorreram, em todo o país, conferências e congressos distritais e provinciais dos sovietes, comitês de fábrica, comitês do Exército e da linha de frente. A história jamais havia presenciado tão maciça mobilização de forças populares, em torno da classe operária, para um ataque decisivo ao sistema capitalista.

Enquanto isso, o governo provisório tentava retornar à iniciativa. A 1º de novembro, dissolveu o soviete de Kaluga, cercou Moscou e Minsk com tropas cossacas e tentou deslocar de Petrogrado as unidades revolucionárias de guarnição das capitais. O único efeito dessas ações foi tornar ainda mais ativas as forças revolucionárias.

Ao anoitecer de 06 de novembro, Lenin abandonou seu esconderijo secreto e chegou ao quartel-general do levante armado que, sob sua liderança, se desenvolveu com muito maior rapidez. Na noite de 06 de novembro e na manhã do dia seguinte, as tropas do Comitê Militar Revolucionário ocuparam a central telefônica, diversas instalações ferroviárias e o Banco do Estado. A capital russa caíra nas mãos do povo rebelado.

Na manhã de 07 de novembro, Lenin redigiu seu apelo aos cidadãos da Rússia, anunciando a passagem do poder do Estado para as mãos do Comitê Militar Revolucionário. Esse documento, o primeiro que surgiu da revolução vitoriosa, foi logo impresso e distribuído ou fixado nas ruas de Petrogrado.

Naquele mesmo dia, reuniu-se o soviete de Petrogrado, onde Lenin anunciou a vitória da revolução socialista. Num discurso breve e comovente, definiu as tarefas mais importantes da Revolução: a constituição de um governo soviético, o desmantelamento da velha administração soviética, o término da guerra, uma paz justa e imediata, o confisco das propriedades rurais e o controle dos operários sobre a produção industrial.

Durante todo o dia 07 de novembro, realizaram-se reuniões das facções partidárias do Congresso dos Sovietes no Instituto Smolny. Os detalhes da composição partidária do segundo Congresso Russo dos Sovietes dão testemunho da profundidade e da extensão do prestígio bolchevique entre o povo. No primeiro congresso, os bolcheviques contavam com apenas 10% dos delegados, mas no segundo, já representavam 52% deles. Os bolcheviques obtiveram a adesão de numeroso grupo da ala esquerda dos social-revolucionários (mais de 15% do total dos delegados), enquanto no primeiro Congresso não houve um só deles. Mencheviques e social-revolucionários de direita, de todos os matizes e opinião, que, indubitavelmente haviam dominado o primeiro Congresso dos Sovietes (84% dos delegados), representavam apenas 26% dos delegados ao segundo Congresso.

É desnecessário apresentar qualquer prova adicional para demonstrar até que ponto os partidos pequeno-burgueses se haviam desintegrado; o declínio de 86%, em junho de 1917, para 26%, em outubro, é bastante eloqüente. Não obstante, os bolcheviques não tentaram antagonizar ou isolar os demais partidos que formavam parte dos sovietes.

O enorme salão de colunas brancas do Instituto Smolny fervilhava de gente. Em seu interior, encontravam-se representantes de toda a Rússia, de seus centros industriais e regiões dos cossacos e de todas as frentes de combate e guarnições militares do interior. Era uma assembléia representativa de toda a Rússia, com a missão de decidir o rumo futuro da Revolução.

Após algumas ruidosas manifestações e muitos gritos histéricos e apelos, os social-revolucionários de direita e os mencheviques conseguiram deixar o recinto do congresso levando em sua companhia um grupo insignificante de pessoas (cerca de 50 delegados). Ao mesmo tempo, ocorreu significativo reagrupamento de forças no congresso. O número de social-revolucionários reduziu-se de sete, mas o grupo dos social-revolucionários de esquerda aumentou para oitenta e um. Os mencheviques desapareceram totalmente, porém o grupo de internacionalistas mencheviques elevou-se para vinte e um. Isso significava que muitos membros da facção dos mencheviques e dos social-revolucionários não obedeceram à decisão de seus dirigentes de abandonar o congresso, preferindo passar para os grupos de esquerda.

Por volta das 22 horas de 07 de novembro, as tropas revolucionárias que cercavam o Palácio de Inverno atacaram, após o sinal dado por um tiro de canhão disparado pelo Cruzador Aurora. O Palácio de Inverno foi tomado. Antonov Oyseyenko prendeu os membros do governo provisório e encarregou os Guardas Vermelhos de levá-los para a Fortaleza de Pedro e Paulo.

Assim foi resolvida a principal questão da revolução; em termos legislativos, estabelecia-se o poder dos sovietes. Os problemas mais difíceis, em torno dos quais se travara dura luta durante os oito meses da revolução — as questões da paz, terra, controle operário, autodeterminação das nações, democratização do Exército — foram apresentados e resolvidos, aberta e francamente, nesse documento.

O apelo dos trabalhadores, soldados e camponeses foi aprovado com apenas dois votos em contrário e doze abstenções. Era a vitória das idéias de Lenin de transferir todo o poder aos sovietes. O primeiro decreto aprovado pelo Segundo Congresso Russo dos sovietes falava da paz.

Às 9 horas da noite de 08 de novembro, iniciou-se a segunda sessão do congresso dos sovietes. Lenin subiu ao palanque. “A questão da paz é questão primordial, a questão mais premente deste momento”, começou Lenin. A revolução proletária não se enfeitava com a roupagem vistosa de palavras bonitas, nem se ocultava por detrás de ruidosos manifestos e de promessas impossíveis. Ela deu início, de maneira prática e metódica, à grandiosa e difícil tarefa de libertar os povos da Rússia e de todo o mundo de sangrenta carnificina.

Havia um tom de confiança e de firmeza nas palavras contidas no decreto de Lenin, o qual propunha que todos os povos em guerra e seus governos entabulassem imediatamente conversações a respeito de uma paz justa, sem anexações ou indenizações.

O decreto sobre a paz foi aprovado unanimemente pelo Congresso dos Sovietes.

De imediato, o Congresso voltou sua atenção para a segunda questão: a imediata abolição dos direitos de propriedade dos latifundiários. Os anseios do povo e seus sonhos seculares de libertação dos senhores das terras estavam expressos no decreto sobre a terra: “ficam abolidos os direitos de propriedade fundiária, imediatamente sem quaisquer compensações”, dizia o decreto.

O decreto sobre a terra foi aprovado pelo voto geral dos delegados, com apenas um voto contrário e oito abstenções. Dessa forma, também sobre essa questão capital da revolução os bolcheviques alcançaram vitória total. O campesinato recebeu terra das mãos da classe operária urbana vitoriosa. Isso transformou a aliança entre o proletariado e a classe camponesa numa força tremenda, capaz de promover o progresso posterior da revolução. Abolindo a propriedade privada da terra, o decreto sobre a terra deu o primeiro passo no sentido de liquidar o propriedade capitalista dos bancos, dos empreendimentos industriais, dos transportes, etc.

Uma vez que possuía esmagadora maioria, era natural que o partido de Lenin formasse o novo governo. No decorrer do congresso, o Comitê Central do Partido Bolchevique mantivera intensivas negociações com os social-revolucionários de esquerda a respeito de sua participação no governo. Os social-revolucionários de esquerda haviam sido membros do Comitê Militar Revolucionário e participado (embora não sem alguma hesitação) de levante armado, e apoiado as principais decisões do Congresso. Todavia, estavam estreitamente ligados a seus colegas da direita no partido, e dependiam de sua orientação

política para decidirem uma imediata adesão ao governo soviético. Só resolveram-se um mês mais tarde.

Assim, os bolcheviques assumiram a responsabilidade de formar um novo governo. "*Queríamos um governo de coalizão de sovietes. Não excluímos ninguém dos sovietes. Se eles (social-revolucionários e mencheviques) não quiserem cooperar conosco, pior para eles. As massas de soldados e de camponeses não os seguirão*", afirmou Lenin.

O decreto sancionado pelo Congresso, referente à formação de um governo de operários e camponeses, chefiado por Lenin, tornou-se, com efeito, um documento constitucional. Ele determinava o nome do novo governo: Soviete dos Comissários do Povo, nome que refletia o fato de o novo governo estar intimamente ligado ao povo e haver-se desenvolvido a partir dos sovietes. O decreto estipulava, em termos gerais, que o novo governo ficava sujeito ao controle do Congresso Russo dos sovietes e a seu Comitê Executivo Central. Assim, estabelecia o princípio constitucional concernente à responsabilidade do governo dos trabalhadores e camponeses perante os organismos supremos do regime soviético: o Congresso dos Sovietes e o Comitê Executivo Central Russo, que tinham o direito de afastar os comissários do povo.

Uma vez vitoriosa em Petrogrado, a revolução estendeu-se rapidamente a todo o país. Logo depois de Petrogrado, os sovietes lograram sucesso em Moscou, onde as batalhas pelo poder foram violentas durante cinco dias, culminando, a 16 de novembro de 1917, com a vitória dos sovietes. Em três meses, a revolução socialista vencera em todo o imenso país: da frente ocidental às praias do oceano Pacífico, e do mar Branco até o Mar Negro.

Desde o início de seu desenvolvimento, a revolução socialista russa obteve êxito naquilo que a Comuna de Paris tentara fazer, porém, fracassara. Os trabalhadores, camponeses e soldados da Rússia criaram uma nova administração, formaram seu próprio governo no congresso de operários, resolveram as questões de paz e terra, e ofereceram a todos os povos da Rússia a possibilidade de independência nacional.

A vitória da Revolução Bolchevique foi tão grande que teve influência nos destinos da humanidade.

A Guerra Civil

Apenas haviam concluído a paz com as potências centrais, os bolcheviques viram-se a braços com uma terrível guerra civil. Os proprietários e capitalistas não se conformavam com a perda de seus bens. Além disso, os aliados estavam decididos a punir a Rússia e para isso enviaram tropas a esse país, a fim de apoiar as forças dos generais reacionários. Resultou daí uma prolongada e sangrenta luta entre os vermelhos, ou bolcheviques de um lado, e os brancos, ou seja, os reacionários e seus aliados estrangeiros do outro. De parte a parte foram cometidas horríveis barbaridades. Os brancos chacinavam os habitantes das aldeias tomadas, tanto homens quanto mulheres e crianças. Os vermelhos instauraram o reinado do terror, a fim de eliminar espiões e contra-revolucionários. Foi criada uma comissão extraordinária, conhecida como Tcheká, para prender e punir as pessoas suspeitas.

Sob a liderança de Trotsky, o Exército Vermelho venceu gradualmente a guerra civil. Em 1920, os generais brancos tinham sido derrotados. Os poloneses tentaram invadir a Rússia, mas foram derrotados, e o Exército Vermelho invadiu a Polônia. Trotsky se opôs. Declarou que a revolução não podia ganhar terreno exclusivamente através de baionetas e que os trabalhadores poloneses acabariam respondendo aos apelos de patriotismo e combatendo os russos. Lenin, ao contrário, afirmou que o Exército Vermelho seria bem recebido na Polônia e que, quando alcançasse a fronteira da Alemanha, os comunistas alemães também se insurgiriam. Mas, o Exército Vermelho foi derrotado às portas de Varsóvia. Lenin mudou de tática e passou a insistir na paz. O Tratado de Riga entregou à Polônia grandes áreas de território étnico russo.

A Nova Política Econômica (NEP)

Durante a guerra civil russa, três quartos do país estiveram ocupados por tropas estrangeiras ou contra-revolucionárias. Ao baterem em retirada, essas acabavam com o gado, as provisões e as matérias-primas, além de destruírem fábricas, estradas e pontes. As minas eram inundadas e as máquinas destruídas.

O nível da produção industrial caiu para um sétimo, em relação aos índices de antes da guerra. As estradas de ferro estavam em estado deplorável: milhares de locomotivas e vagões imprestáveis e centenas de quilômetros de trilhos inaproveitados, com dormentes apodrecidos e pontes destruídas. Os trens gastavam semanas em viagens que normalmente levariam um dia. Os passageiros amontoavam-se nas plataformas, estribos e mesmo no teto dos vagões.

Durante anos, o povo estivera faminto. E agora a produção agrícola estava um terço abaixo do nível do período anterior à guerra. De tempos em tempos, operários e soldados recebiam carne e manteiga nas suas rações, mas o açúcar era considerado um luxo inacessível. Havia escassez de roupas, sapatos e remédios.

Os camponeses, que já haviam suportado privações terríveis, estavam nitidamente insatisfeitos com o Estado, que se apropriava do excedente da produção agrícola. Era através desse sistema que o Estado impedia a alta dos preços e a expansão do mercado negro. O comércio privado era terminantemente proibido. O campesinato como um todo estava insatisfeito e passou a exigir o direito de dispor livremente de seus excedentes. Na luta contra o Estado soviético, os contra-revolucionários (guardas brancos) tentaram tirar proveito deste descontentamento camponês. Os "Kulaks" (camponeses ricos) levantaram-se então em protesto em todos os distritos um após o outro.

Em face do descontentamento camponês, era fundamental uma mudança completa na política econômica. Não seria possível continuar com o “Comunismo de Guerra” em tempo de paz.

A resposta a esses problemas foi a nova política econômica de Lenin. Ela pretendia oferecer uma solução definitiva para o problema da união dos trabalhadores e camponeses.

O Estado soviético defrontou-se, então, com o problema de como levar a cabo uma reorganização socialista da agricultura, através da criação do cultivo socializado em larga escala. Mas, esse problema não poderia ser imediatamente solucionado, pois a realização do plano envolvia a criação de condições básicas ao seu desenvolvimento, sendo necessário um trabalho de organização longo e cuidadoso. Além disso, também era preciso contornar os problemas surgidos com pequenos proprietários individuais.

O vínculo econômico entre a cidade e o campo tinha que ser reforçado e a troca de produtos agrícolas por bens manufaturados deveria ser realizada de maneira a satisfazer os camponeses.

Para atingir esse objetivo, Lenin propôs a substituição do sistema de apropriação de excedentes, permitindo aos camponeses reter parte de seu excedente e, através da venda direta dos produtos, comprar aquilo de que necessitassem. A NEP incentivou o camponês a aumentar sua produção, assegurando, assim, as bases para uma rápida reconstrução da agricultura. Essa, por sua vez, seria a base do crescimento industrial.

Naturalmente, a liberdade do comércio privado envolvia uma questão muito séria para a continuidade do estado Bolchevique: os "Kulaks" e os comerciantes poderiam trabalhar (como de fato o fizeram) no sentido de reforçar sua posição política e econômica, contrária ao regime.

Além disso, os ideólogos hostis, tanto no país quanto no estrangeiro, assim como alguns elementos dentro do próprio Partido Comunista Russo, começaram a questionar se a NEP não significava uma rendição da construção do socialismo. Esses argumentos não tinham nenhuma base teórica ou prática. E a eles o governo respondia, afirmando que uma tolerância parcial e temporária de certos mecanismos do capitalismo não significava um retorno ao capitalismo. O Estado soviético manteve sua posição de senhor absoluto e os elementos capitalistas na indústria, na agricultura e no comércio dependiam totalmente da autoridade do governo. Mais tarde, o socialismo lançaria a o ataque final contra o capitalismo russo em todos os setores da economia.

Para assegurar a vitória do socialismo, os comunistas tiveram que aprender a comerciar e a dirigir correta e eficientemente a economia. E sua tarefa mais importante era a reconstrução e o desenvolvimento da indústria, especialmente da pesada.

Muito breve, porém, suas esperanças desapareceram. O mês de abril marcou o início de uma longa e terrível seca. Maio e junho continuavam secos e quentes e as más previsões diárias do tempo alarmavam toda a população. Os jornais já noticiavam a perda das colheitas de inverno de trigo e centeio.

A seca espalhou-se, atingindo as áreas agrícolas mais importantes da União Soviética. Malograram as colheitas ao longo do Volga, no leste da Ucrânia, ao norte da Cáucaso, nos Urais, no Casaquistão e na Rússia Central — regiões já devastadas pela Primeira Guerra Mundial e pela guerra civil.

A economia arruinada pouco podia fazer pelos 30 milhões de camponeses nas áreas afetadas. Faltava-lhes o essencial, os instrumentos de trabalho: animais de carga, ferramentas para a agricultura, fertilizantes, sementes de trigo e mesmo força de trabalho.

Muitas foram as vítimas da fome durante aquele ano. Na primavera de 1922, já somavam um milhão de vítimas fatais. Uma vez mais o país defrontou-se com a necessidade de uma mobilização de ordem geral: dessa vez, a luta era no sentido de conseguir comida e sementes para o plantio do ano seguinte, antes que fosse tarde demais.

De cada região do país foram enviados víveres e dinheiro para as áreas afetadas. Somente as doações voluntárias forneceram 150.000 toneladas de alimentos. “Camaradas camponeses! Paguem imediatamente uma taxa voluntária em espécie! Os campos das províncias do Volga não podem esperar para serem semeados! O atraso no suprimento de sementes significa morte e ruína.” Esse apelo ocupava uma página inteira de um exemplar do *Pravda* de agosto.

A vinda de sementes deu nova coragem e confiança aos camponeses. Deu-lhes também nova força, criou um incentivo para o trabalho e abriu-lhes a perspectiva de conservar suas propriedades.

Eles conseguiram semear 75% das terras disponíveis para a colheita do ano seguinte.

Todos ajudaram durante a semeadura da primavera de 1922.

O auxílio bem organizado em larga escala prestado pelo governo e pela sociedade soviética salvou enormes áreas do país da ruína completa. Por volta de 1922, a NEP já erradicara quase totalmente a insatisfação entre os camponeses, fazendo desaparecer os efeitos dos anos de guerra e as lembranças das desapropriações de produção.

Desse modo, a NEP conseguiu recuperar o nível da agricultura do período anterior à guerra. Porém, o potencial dos camponeses estava completamente esgotado: espalhados em pequenas unidades, contavam com nível de produção relativamente baixo, com poucos tratores, e poucas máquinas. Agora, a produção agrícola e, conseqüentemente, o progresso do país como um todo dependiam de uma transformação radical na estrutura da agricultura. Aumentou a produção de roupas, sapatos, açúcar, papel, carvão e óleo. As estradas de ferro retornaram gradativamente ao normal. Os trabalhadores superavam a escassez de

recursos materiais, através da labuta incessante.

Como nos dias da guerra civil, por toda a parte havia turmas que trabalhavam voluntariamente, sem receber pagamento aos sábados e domingos.

Como Lenin previra, a NEP revitalizou certos elementos capitalistas. A parcela que os comerciantes receberam em 1923 correspondia a 83,3% de todo o comércio varejista, enquanto o Estado e as cooperativas mantinham a posição dominante no comércio por atacado. Porém, a partir do outono de 1923, a participação de Estado e de todas as cooperativas no volume comercial começou a crescer de maneira bastante rápida. Em 1926, a reconstrução econômica estava praticamente completa, mas a indústria soviética ainda estava muito atrasada em relação ao Ocidente, o que forçava o país a realizar um programa de industrialização acelerada. Isso se traduziu em coletivização: estabelecimento de unidade em larga escala e eliminação dos camponeses ricos.

A DITADURA DE STALIN

Após ter vencido a guerra civil e resolvido com êxito as dificuldades econômicas e a fome, Lenin teve sua atuação reduzida, vítima que foi de uma série de derrames. Durante os anos de 1922 e 1924, ele esteve praticamente impossibilitado de atuar vindo a falecer em 21 de janeiro do mesmo ano. Fora da Rússia, supunha-se em geral que Trotsky seria o sucessor do chefe morto. Não tardou, porém, a transparecer que o comandante do exército vermelho tinha um rival formidável no obscuro Joseph Stalin.

Nascido em 1879 e filho de um camponês sapateiro da Geórgia, Stalin dedicou-se desde jovem às atividades revolucionárias. Em 1917, Stalin tornou-se Secretário Geral do Partido Comunista, posição que lhe permitiu construir uma máquina partidária. A batalha entre Stalin e Trotsky não foi simplesmente uma luta pelo poder pessoal, senão que também envolvia pontos fundamentais de política. Sustentava Trotsky que o socialismo na Rússia só poderia alcançar completo êxito quando o capitalismo fosse eliminado dos países vizinhos. Insistia, por isso, numa cruzada constante pela revolução mundial.

Stalin estava disposto a abandonar temporariamente o programa da revolução mundial, a fim de concentrar-se na construção do socialismo na própria Rússia. Sua estratégia para o futuro imediato era essencialmente nacionalista.

Em 1927, Trotsky foi expulso do Partido Comunista e, dois anos depois, desterrado do país. A teoria Stalinista do “Socialismo num só país” fornecia igualmente o pretexto para erradicar seus rivais, mesmo os que recentemente haviam integrado a facção stalinista.

No período que antecede a eclosão da Segunda Guerra Mundial, dois aspectos são marcantes na política de Stalin: instalação de uma estrutura de poder ditatorial, cuja ação se fazia sentir através dos expurgos políticos em massa, realizados, principalmente, entre 1935 e 1939, e a elaboração e execução dos primeiros planos quinqüenais.

A vitória do Stalinismo significou a fim da NEP. Para o sucesso de Lenin, o Socialismo deveria ser edificado com os próprios recursos da URSS.

Em dezembro de 1927, o XV Congresso do Partido Comunista decidiu a estatização de todos os meios de produção da URRS. Uma comissão de Estado, a GOSPLAN, foi instituída com a finalidade de elaborar Planos Qüinqüenais cuja principal função seria estabelecer os objetivos básicos da economia para o período. Antes da Segunda Guerra Mundial, foram organizados e postos em prática 3 Planos Qüinqüenais: o primeiro iniciou-se em 1928, durando até o ano de 1933. Seus principais objetivos foram o estímulo ao desenvolvimento da extração mineral, da produção de máquinas, energia, cereais, e algodão; o segundo, de 1933 a 1938, estabeleceu, principalmente, o desenvolvimento da indústria têxtil e alimentar, e o terceiro, de 1938 a 1943, teve como principal objetivo o desenvolvimento da produção de energia e da indústria química.

Esses primeiros planos qüinqüenais tiveram como principais consequências o desenvolvimento e a valorização de novos territórios da URSS, o grande desenvolvimento da indústria pesada soviética, que passou a ser uma das maiores do mundo, e a permanência, a baixo níveis, da produção de mercadorias para consumo.

38_2

A Crise de 1929

Em 1929, o mundo capitalista enfrentou uma de suas maiores crises. O centro da crise foram os Estados Unidos e, a partir desse país, alastrou-se para boa parte do mundo capitalista, ocasionando drástica redução da atividade econômica, inflação e desemprego.

As origens da crise remontam ao final da Primeira Guerra Mundial. Terminado o conflito, a Europa achava-se economicamente devastada e os Estados Unidos transformaram-se no principal abastecedor de mercadorias agrícolas e industriais para os países europeus, além de conceder empréstimos e realizar investimentos com vistas à recuperação das economias devastadas pela guerra.

A atividade econômica norte-americana atingiu ritmo acelerado, gerando no país um clima de grande euforia. O desemprego era baixo, os salários eram respeitáveis, as condições de vida da população eram boas. Ao lado, porém, do crescimento da atividade econômica, iniciou-se um perverso movimento de especulação financeira, facilitada pelas linhas de crédito abertas pelo governo. A Bolsa de Nova Iorque era o centro econômico do mundo capitalista, por onde circulavam milhões de dólares diariamente. Era também o termômetro sobre a saúde do capitalismo.
No entanto, a partir de 1925, a economia européia, auxiliada pelos americanos, começou a dar visíveis

sinais de recuperação. O consumo de produtos originários dos Estados Unidos caiu bruscamente, provocando, por conseguinte, uma queda da produtividade econômica naquele país. O desemprego aumentou, os salários baixaram e, simultaneamente, o poder aquisitivo da população. Acentuou-se a queda da produção e, com ela, o preço das ações das empresas.

Em 24 de outubro de 1929, a Bolsa de Nova Iorque registrou os mais baixos índices de movimentação de capitais, levando à falência centenas de empresas e ocasionando a demissão de milhares de trabalhadores. O país mergulhou numa terrível recessão.

Visando a recuperação econômica do país, o presidente Franklin Roosevelt instituiu um programa econômico, inspirado no economista John Keynes. O “New Deal”, como ficou conhecido o plano de recuperação econômica instituído por Roosevelt, previa investimentos maciços do Estado no setor de geração de empregos (obras públicas) para revitalizar o setor produtivo e, assim, dinamizar a economia.

Os recursos para a viabilização do programa viriam da redução em investimentos sociais, da cobrança de empréstimos aos países devedores e de uma política protecionista que desestimulasse as importações.

Assim sendo, os países economicamente dependentes dos Estados Unidos foram duramente atingidos pela crise, voltando a registrar, no caso do mundo europeu, altos índices de inflação e desemprego. Também os países produtores de artigos primários foram atingidos pela crise, pois os americanos reduziram consideravelmente o consumo desses gêneros.

39_25

O NAZI-FACISMO

O NAZISMO

Introdução

Depois de um século de conflitos e fracassos, a idéia de democracia conseguira finalmente moldar a Constituição e as instituições alemãs. Mas, a verdadeira posição da República de Weimar foi determinada pela derrota militar do Império Alemão e pela rigorosa restrição de poder que lhe fora imposta pelo Tratado de Versalhes. Desde o início, e às custas da nova ordem democrática, voltara a prevalecer a idéia que antes da guerra dominava os espíritos: a de um poderoso Estado alemão. Todas as tentativas em favor de uma política de cooperação pacífica, afetadas pela desconfiança das potências ocidentais, pela fraqueza da Liga das Nações e pelo isolamento dos Estados Unidos com relação à Europa, sofriam forte pressão por parte do revisionismo nacionalista, especialmente após as depressões econômicas de 1922/23 e 1929/30.

Uma maioria favorável à democracia, composta pelos social-democratas, pelo Partido do Centro e pelos liberais que representavam o cerne da República de Weimar, em breve cedeu lugar a fracas coalizões de conteúdo variável. Desde 1929, uma coalizão entre os nazistas e os nacionalistas contra o regime de Weimar, bem como a ascensão dos comunistas, reduziu ainda mais a possibilidade de um governo parlamentar.

O fracasso de Weimar foi resultado das muitas fraquezas inerentes a essa primeira experiência alemã com a democracia. Ela se baseava na pseudo-revolução originária de uma greve geral para terminar com a guerra, e não de um esforço consciente em favor de mudanças fundamentais. O radicalismo da esquerda e da direita limitava as tentativas de reformar o Estado e a sociedade diante da derrota militar e do colapso econômico. A própria estrutura da Constituição de Weimar, que buscava uma perfeição técnica, mas que nunca foi popular entre a população amargurada e as elites desapontadas, demonstrou-se incapaz de unificar a nação e assegurar a transição para uma sociedade democrática. Ao contrário, como resultado dos compromissos instáveis entre as velhas e novas forças, a estrutura constitucional de Weimar preservava elementos importantes do Estado Autoritário.

A formação e o funcionamento dos governos de coalizão tornaram-se cada vez mais difíceis. A primeira eleição para o Reichstag, em 1920, resultou em derrota para a coalizão dos partidos centristas e da esquerda moderada. O sistema partidário cindiu-se em numerosos grupos políticos violentamente opostos uns aos outros, expressando, dessa maneira, a falta de consenso numa sociedade política destroçada por clivagens econômicas, sociais, religiosas e ideológicas.

Governos de minoria tiveram que enfrentar crises internas e externas. O público acostumou-se a gabinetes frágeis e ao governo semiditatorial praticado por meio de medidas de emergência do presidente. Essa tendência no sentido de governos presidenciais não -partidários foi ainda mais incentivada pelos enormes poderes que a Constituição atribuía à presidência. Tendo sido concebida para contrabalançar o sistema parlamentar, a presidência acabou servindo como uma espécie de substituto para a monarquia autoritária perdida.

A oposição antiparlamentar radical da esquerda e da direita, embora provocasse uma crise permanente no governo, bloqueava ao mesmo tempo a rotatividade constitucional do governo e da oposição no sistema democrático. Essa principal força de oposição ao regime republicano tinha apoio nas forças militaristas, tanto revolucionárias quanto reacionárias, cujas numerosas unidades estavam em estado de guerra civil permanente, lutando umas contra as outras, e contra a República.

O Exército, dizimado pelo Tratado de Versalhes e declarando-se “apolítico”, opunha-se, de fato, à República. Como, desde 1918, os governos houvessem seguidamente recorrido ao Exército para preservar o Estado, o Exército sentia-se como o salvador da Alemanha.

Tais condições eram agravadas à medida que favoreciam o surgimento de ideologia antidemocráticas. Essas apresentavam-se como versões simplistas de nacionalismo e de racismo, bem como de filosofias políticas que glorificavam a nação acima do pensamento, a guerra acima da paz, a ordem acima da liberdade. A baixa classe média, especialmente ameaçada pela crise econômica e pela perda de prestígio social, era facilmente enganada por doutrinas que prometiam a salvação frente às ameaças de luta econômica e luta de classes, bem como frente às complexidades de uma sociedade moderna pluralista.

A propaganda em favor de soluções “claramente autoritárias” para os perturbadores problemas do comunismo e do capitalismo, da desordem social e do fracasso internacional, abriu caminho para a destruição da República.

A liderança nacional-socialista, depois de aceita pelos bem-reputados nacionalistas alemães, teve pouca dificuldade em minar os fundamentos da República. Essa “oposição nacional” não era, entretanto, uma aliança muito forte. Foi somente devido à abstenção dos partidos democráticos e à miséria causada pela crise econômica que se tornou possível utilizar Hindenburg e seus poderes de emergência para o golpe de 1933. Além disso, como o mais radical partidário da revisão total, Hitler foi extraordinariamente hábil no uso e abuso dos modernos meios de comunicação, persuasão e manipulação de massas, com o objetivo de mobilizar e canalizar para um Estado totalitário todas as insatisfações e todos os ressentimentos. Isso foi feito não apenas através do terror, mas, acima de tudo, pela hábil manipulação pseudo-democrática da opinião pública, feita em nome da unificação nacional e da ordem social.

A Revolução Legal

Essa tática de reivindicar legalidade para objetivos revolucionários foi algo mais do que um truque de propaganda. Na era da democracia constitucional, representa um novo tipo de tomada do poder, que se mostrou altamente sedutor, tornando toda oposição legal, política e intelectual bem mais difícil. Hitler aprendera essa lição dez anos antes. O fracassado “Putsch de 1923” fizera-o compreender que um ataque direto às instituições estava fadado ao fracasso. As forças do “status quo” no governo e no Exército, nos partidos e nos sindicatos, juntamente com a crença da classe média na autoridade, constituíam-se em obstáculos para qualquer golpe não disfarçado.

Embora largamente contrária à democracia, a burguesia alemã estava acostumada a uma concepção de Estado que defendia a legalidade, a ordem e a segurança — quando não a liberdade — como os mais altos valores. Por essa razão, a Revolução de 1918, bem como os golpes de 1920 — o “Putsch Knapp” — e de 1923 falharam. Após 1925, Hitler seguiu sistematicamente um “processo legal”, mesmo frente à impaciência dos nazistas revolucionários.

Em lugar de uma revolução declarada, essa estratégia visava uma ditadura constitucional, instalada com a utilização dos poderes de emergência da presidência. A Constituição de Weimar não podia impedir que tais poderes fossem utilizados para destruí-la.

Mesmo antes da tomada do poder, já em seu zênite, o Partido Nazista não conseguia obter maioria

parlamentar, contando com apenas 37% dos votos. As eleições de novembro de 1932 chegaram a mostrar nítida queda — para 33% — causando crises no interior do partido. Dois meses mais tarde, porém, o dilema proposto pela política de legalidade foi superado com a formação de um gabinete encabeçado por Hitler, que podia governar através de decretos de emergência. O artigo 48 da Constituição de Weimar, originalmente concebido para salvaguardar a República nas crises do pós-guerra, teve o efeito oposto durante a presidência de Hindenburg. Governando com decretos extra e antiparlamentares, os gabinetes Bruning (1930), Papen e Schleicher (1932) abriram caminho para uma situação na qual o Parlamento e os partidos podiam ser paralisados, com a ditadura legal aparecendo como a única forma de superar a crise política e econômica.

Foi exatamente o que ocorreu. Durante os anos de 1932 e 1933, Hitler exigiu persistentemente poderes para governar por meio de decretos de emergência. Ao mesmo tempo que enfatizava a “legalidade”, abria o caminho para o poder, não como líder de uma coalizão parlamentar, mas como chefe de um governo minoritário, explorando o que havia de inadequado na Constituição de Weimar. A política de legalidade alcançou seu clímax com o juramento constitucional de Hitler como chanceler, em 30 de janeiro de 1933. A tomada do poder começara: Hitler revelou sua verdadeira opinião sobre a Constituição, destruindo-a. As táticas de legalidade, combinadas com a estratégia da revolução levada a cabo através de um rápido processo de “Gleichschaltung” (coordenação) totalitária eliminariam em pouco tempo todas as oposições políticas, sociais e intelectuais. No curso desse processo, uma segunda expressão mágica auxiliou a confundir os opositores e a iludir os Aliados. A palavra de ordem por uma revolução nacional dominou as semanas cruciais em que Hitler dirigiu o regime presidencial, até que a aprovação do Ato de Autorização de 23 de março de 1933 liberou os nazistas da exigência de decretos presidenciais (e, portanto, da boa vontade de Hindenburg em assinar tais decretos). Desde a campanha contra o Plano Young (1929) e a formação da Frente Harzburg (1931), a tática de Hitler em “anticapitalistas” do programa nazista fora buscar apoio entre os industriais, o Exército e os grupos agrários, formando uma aliança “nacional” de facções de extrema direita. Dessa vez, porém, os conservadores não iriam controlá-lo, e utilizá-lo como haviam feito em 1923.

Agora Hitler é que controlava a aliança, uma vez que conquistara respeitabilidade e dinheiro junto aos conservadores. Isso conduziu a vários conflitos durante os anos de 1931 e 1932, especialmente quando concorreu para a presidência contra Hindenburg e o candidato dos Capacetes de Aço (Dusterberg). Mas no fim deste último ano, a aliança foi renovada com auxílio do ambicioso ex-Chanceler Von Papen.

O Partido Nacionalista de Hindenburg e seus patrocinadores industriais — banqueiros e agricultores — estavam dispostos, agora, a apoiar Hitler, com a condição de que a maioria dos ministros fosse conservadora e sem ligação com os nazistas.

Tal constelação assemelha-se muito à tomada do poder por Mussolini, dez anos antes. Tanto os fascistas quanto os nazistas entraram no governo como minoria. O Fascismo, porém, precisou de 6 anos de Gleichschaltung para superar a oposição e estabelecer uma ditadura unipartidária e, mesmo então, Mussolini, como Duce, não chegou a possuir poder absoluto no sentido em que Hitler o obteve. A fachada de revolução nacional, com apenas 3 líderes nazistas num gabinete de conservadores, provou ser um excelente disfarce para as exigências de Hitler por poder total. O vice-chanceler Von Papen, confiando em suas relações íntimas com Hindernburg, acreditava que Hitler poderia ser facilmente controlado pela maioria conservadora que integrava o gabinete, o Exército e o funcionalismo público, de cujo apoio Hitler

e seu inexperiente partido dependiam.

A Alemanha de Hitler

A 30 de janeiro de 1933, Hitler assumiu o poder, não como ditador da Alemanha, mas como o chefe de um governo de coalizão, no qual os nazistas só detinham três dos onze cargos ministeriais. Até então, sua carreira apresentara um paradoxo: a combinação de um movimento correspondendo a um apelo por transformações brutais, com a insistência em chegar ao poder por meios constitucionais. Mas, uma vez no poder, Hitler não tinha qualquer intenção de se limitar às regras do jogo político convencional. Logo revelou que a impostura residia na fachada de legalidade e não no caráter subversivo do movimento nazista.

Seu primeiro passo foi o decreto suspendendo todas as garantias de liberdade individual, sob o pretexto de que o incêndio do Reichstag, a 27 de fevereiro de 1933, era o final de uma sublevação comunista. Goering, responsável pelo controle da política prussiana, recrutou 40.000 elementos dos violentos grupos nazistas — as SA e as SS —, como auxiliares da polícia. Isso proporcionou-lhes uma imunidade legal, que utilizaram plenamente para prender, espancar opositores políticos e judeus. A eleição de 05 de março não resultou na maioria por que ansiavam os nazistas, mas, ao eliminar os deputados comunistas (a maioria dos quais já se encontrava em campos de concentração) e ao pressionar os demais partidos, garantiu uma votação favorável para o chamado Ato de Autorização (23 de março de 1933), que colocou a constituição de lado, dando ao chanceler (Hitler) o poder de decretar leis sem aprovação parlamentar por quatro anos.

Nos meses que se seguiram, os nazistas agiram de forma a “assenhorar-se” politicamente da Alemanha, processo que apelidaram de Gleichschaltung — “coordenação”. Não só deixaram de solicitar a aprovação de seus sócios políticos, como também passaram a ignorá-los e a varrê-los do caminho. Os partidos políticos desses grupos, assim como todos os demais e os sindicato, foram abolidos.

Era a revolução nazista, desenvolvida em três frentes. Na primeira, os nazistas fizeram uso da autoridade legal para gerir os recursos do Estado e sua máquina administrativa, o que lhes garantiu o controle da polícia, a neutralidade das Forças Armadas, e o poder, que exerciam sem escrúpulos, para demitir todos os oficiais suspeitos de oposição ou até de indiferença para com o regime. A segunda era a do terrorismo. Não se tratava da transgressão à lei ou a quebra da ordem, mas de algo mais grave: a supressão deliberada da legalidade. Aos elementos das tropas de assalto nazistas foi dada a liberdade de se apossar de pessoas ou propriedades e neles fazer o que bem entendessem. O efeito desse terrorismo se estendeu muito além das vítimas que morreram, foram feridas ou perderam as propriedades: criou uma atmosfera de ameaça, de medo permanente de violência, que inibia qualquer pensamento de oposição. Ao poder compulsivo do terrorismo, combinava-se uma atraente propaganda — martelada pelo rádio, imprensa e cinema — proclamando o renascimento nacional da Alemanha. Essa era a terceira frente. Produzida em grande escala e dirigida pelo talento consumado de Goebbles, essa propaganda constituía algo novo em política e teve um impacto considerável sobre um povo que havia sofrido, durante quinze anos, de um profundo sentimento de humilhação nacional. O mais importante de tudo era a impressão de sucesso que ele criava: o vagão do nazismo estava de partida e todos aqueles que ansiavam por poder, posição e emprego (a nação contava com 6 milhões de desempregados) apressavam-se em apanhá-lo a tempo.

Em cada uma de suas ações, os nazistas demonstravam a força de um movimento político que não admitia quaisquer limites, que não procurava evitar, mas, ao contrário, tudo fazia para explorar a surpresa e o impacto, e que, ao invés de repudiar a violência nas ruas, empregava sua ameaça para esmagar a oposição. O resultado foi um profundo abalo na estabilidade de uma nação já enfraquecida por experiências sucessivas de derrotas, inflação, depressão econômica e desemprego em massa. Porém, se os métodos nazistas repugnavam a muitos, também exerciam atração sobre amplos setores, especialmente de jovens de classe média, que experimentavam um sabor de liberdade à simples promessa de ação. O ano de 1933 suscitou a esperança de que o futuro encerrava grandes possibilidades.

No verão de 1933, Hitler teve que responder à seguinte questão" até onde estava preparado para conduzir o processo revolucionário? Poderia estender-se às instituições econômicas e políticas do país? Se, de início, um forte caráter anticapitalista permeara o radicalismo nazista, agora, exigia-se sua objetivação prática por meio da reforma econômica drástica. Hitler compreendeu, entretanto, que transformações econômicas radicais destruiriam qualquer possibilidade de cooperação por parte das indústrias e do comércio, no sentido de acabar com a depressão, reduzir a cifra de desempregados e dar início ao rearmamento da Alemanha.

Em julho, ele comunicava a uma reunião dos governadores provinciais nazistas: “A revolução não é um estado permanente de coisas e não se deve permitir que ela se torne tal (...). As idéias do programa não nos obrigam a agir como tolos e a transtornar tudo (...). As revoluções que tiveram êxito de início são muita mais honrosas do que aquelas que, depois de bem-sucedidas, souberam ser interrompidas e paralisadas no momento certo.” Ao fim do verão, Hitler deixara claro que preferia uma aliança íntima com os grandes negócios aos entusiastas nazistas que apregoavam “o desenvolvimento corporativo da economia nacional” e que, agora, haviam sido renegados e relegados a posições obscuras.

No entanto, o desejo de Hitler de deter a revolução, pelo menos por enquanto, encontrou oposição dentro do próprio movimento nazista, particularmente por parte das SA de camisas pardas. As SA, verdadeiro movimento de massas com fortes tendências radicais e anticapitalistas, atraíram para si todos os elementos insatisfeitos do Partido, que se sentiam abandonados, e que não desejavam o fim da revolução antes de serem atendidos. E não lhes faltava um líder. Seu chefe de pessoal, Ernest Röhm, era o mais independente líder nazista: iniciara Hitler em sua carreira política, em Munique, e não temia revelar sua idéias.

Essa disputa sobre a assim chamada “Segunda Revolução” foi a questão dominante da política alemã entre o verão de 1933 e o de 1934, e ameaçava cindir o movimento nazista. Em particular, Röhm e a liderança das SA (contando com muitos elementos que haviam cursado a escola de Freikorps, e que desprezavam o conservantismo do oficialato alemão) exasperavam-se por não conseguir tomar o poder e remodelar o Exército alemão conforme uma linha revolucionária.

Como o demonstrou seu comportamento subseqüente, Hitler também desconfiava dos generais do Exército e menosprezava seu conservantismo tanto quanto Röhm, mas, em 1933 e 1934, ainda precisava do seu apoio para reconstruir o poderio militar alemão e, mais imediatamente, para garantir a eventual sucessão de Hindenburg como chefe de Estado e do governo. Por outro lado, os generais estava decididos a resistir a qualquer tentativa de Röhm de incorporar as SA ao Exército para dessa maneira dominá-lo.

A crise atingiu seu clímax no fim de junho de 1934, quando, subitamente, Hitler ordenou a liquidação total da liderança SA sob o pretexto de que essa tramava um golpe. O expurgo, contudo, expandiu-se para muito além das SA. Entre os que foram sumariamente executados, além de Röhm — sem sequer a simulação de um julgamento —, contavam-se o General Von Schleicher, antecessor de Hitler no cargo de chanceler, e Gregor Strasse, que uma vez fora rival de Hitler na contenda pela liderança do Partido Nazista. Hitler não apenas consentia no assassinato, como ordenava ainda sua execução (a noite dos longos punhais).

Os generais, entretanto, ficaram satisfeitos com o afastamento da ameaça das SA e, quando o Presidente Hindenburg faleceu no dia 02 de agosto não houve demora em anunciar a posse de Hitler como chefe de Estado, com o novo título de Führer (“líder”) e chanceler de Reich. No mesmo dia, os oficiais e soldados do Exército alemão prestaram juramento ao seu novo comandante-chefe, jurando lealdade não a Constituição ou à pátria, mas a Hitler, pessoalmente.

O mês de junho de 1934 significou uma crise importante: crise do regime e árduo teste de liderança para Hitler. Nas semanas que antecederam ao expurgo (por exemplo, durante sua visita a Mussolini, em Veneza), Hitler dava a impressão de ansiedade e insegurança. Eram as hesitações e ponderações que tão freqüentemente precediam uma de suas grandes decisões e, da mesma forma, sempre que tomava uma

decisão, surpreendia a todos por sua ousadia e brutalidade.

Hitler repudiou a chamada “Segunda revolução”, mas fê-lo de maneira radical, de forma a não dar qualquer esperança a todos aqueles que queriam ver restaurado o domínio da lei e um retorno às tradições conservadoras do Estado alemão.

A Nazificação

Em contraste com os dias tumultuosos de 1932 de 1933 e com a atmosfera de crise do verão de 1934, os três anos e meio que se seguiram (de 1934 a 1937) testemunharam paz política na Alemanha: sem eleições e sem expurgos. Dessa forma, os nazistas prosseguiram com a “remodelação” da sociedade alemã. O nazismo não desejava deixar desorganizado nenhum setor da vida alemã, nem permitir que algum grupo ou indivíduo se abstivesse. Os cidadãos alemães seriam considerados tanto em função de suas idéias e sentimento, quanto de suas ações, e não se permitiria a manifestação da consciência individual contraposta às exigências do partido e do Estado.

A prática, é claro - como em todas as formas de sociedade, totalitárias ou democráticas - , nunca era tão consistente quanto a teoria. Primeiramente, é necessário distinguir entre a amplitude dentro da qual os nazistas executaram seu estilo de governo durante a década de 30, em época de paz, e a década de 40, em condições de guerra. É a esse último período, por exemplo, que pertencem essencialmente os campos de extermínio, o trabalho escravo e a “solução final” do chamado problema judeu. Desde o início do período nazista, houve campos de concentração na Alemanha, mas o número total de prisioneiros no início da guerra girava em torno de 25.000, enquanto alguns anos mais tarde esse número havia duplicado.

Até a eclosão da guerra, a Alemanha ainda estava aberta a visitantes e correspondentes estrangeiros, e os nazistas mostravam-se bastante sensíveis a comentários hostis do exterior, por exemplo, em suas relações com as igrejas. Nessa questão Hitler interveio pessoalmente, por várias vezes, para amainar o zelo dos elementos do partido que desejavam estender sua hostilidade à Igreja às últimas conseqüências. Na verdade, a prática nazista com relação ao problema religioso era confuso e inconsistente, marcada por uma hostilidade fundamental e por inúmeras pequenas perseguições locais (como a expulsão de monges e freiras, o fechamento de igrejas, a prisão de pastores e padres), mas sem concretizar as medidas avassaladoras que teriam agradado a alguns líderes do partido.

Mesmo deixando de lado a questão da diligência, foi mais difícil do que habitualmente se reconhece transpor o controle totalitário para a prática. Passou-se algum tempo antes que Himmler e Heydrich criassem as SS, que provariam ser o instrumento mais eficaz para os propósitos de Hitler. Uma razão importante dessa dificuldade foi o choque entre as autoridades rivais, que desde o início caracterizou a Alemanha nazista. Sua organização nada teve de monolítica. Se, após o verão de 1934, a autoridade de Hitler nos altos escalões era inconteste, abaixo deles havia uma luta feroz pelo poder. E Hitler, além de não possuir talento algum para a administração, desconfiava instintivamente da criação de processos administrativos que pudessem limitar seu poder de decisão.

As dificuldades seriam contornadas por ações de emergência pela criação de organismos especiais, método que conduzia, quase invariavelmente, à superposição e ao conflito de autoridade entre ministérios, entre partido e Estado, entre diferentes organizações partidárias. Cada ministro e cada líder partidário lutava por conta própria, o que fortaleceu a mediação do Führer contra os seus rivais, mas reduziu indubitavelmente a eficiência de operação e de controle.

Não obstante tudo isso, entre 1933 e 1939, os nazistas percorreram um longo caminho em direção à remodelação da vida alemã, estendendo o padrão totalitário para além da esfera política. A chave de sua estratégia repousava na geração mais jovem. Num discurso, a 06 de novembro de 1933, Hitler declarou: *"Quando um opositor diz: - Não passarei para o seu lado, calmamente replico: - O seu filho já nos pertence (...) você morrerá. Os seus descendentes, no entanto, desde já estão no novo campo. Em pouco tempo não conhecerão nada mais a não ser esta nova comunidade."*

Como garantia, iniciou-se a nazificação das escolas e universidades. Todos os professores, do jardim da infância à universidade, foram compelidos a se filiarem à Liga Nacional Socialista de Professores e a ensinar o que lhes era ordenado. As universidades alemãs, outrora famosas por sua pesquisa científica, tornaram-se centros de ciência racista. Fora das escolas, organizações de juventude independentes (incluindo as das igrejas) foram banidas e todos os jovens alemães, desde a idade de 6 anos, foram induzidos a se filiarem à Juventude Hitleriana. Aos 18 anos, os rapazes eram conscritos a servir (ou trabalhando ou no Exército) e as moças chamadas para serviços domésticos e para as fazendas. Durante esses anos de formação, os jovens ficavam sujeitos a uma contínua doutrinação na fé nazista.

Para duplicar a eficácia de sua propaganda, e não permitir que fosse ouvida nenhuma voz independente, Goebbels tornou-se ministro da Cultura e da Propaganda, o que lhe outorgou o controle sobre as artes, a literatura, o cinema e a imprensa. Nada podia ser publicado sem o consentimento do Ministério da Propaganda.

O Anti-Semitismo

Tudo ou todos que fossem judeus eram um alvo de ataque. Conforme os ensinamentos nazistas, o judeu era a fonte de toda a corrupção e a Alemanha precisava purificar-se desse veneno racial se não pelo extermínio físico, pelo menos por meio da exclusão completa dos judeus da vida alemã. Definidos como todas as pessoas que tivessem até mesmo uma única ascendência judaica, os judeus foram excluídos de todos os cargos públicos (o que significava a perda de direitos de pensão), das profissões - inclusive do magistério, da medicina e do direito dos esportes e das artes. Estâncias de férias, restaurante e hotéis foram cobertos com advertências: “Não queremos judeus aqui”, e qualquer nazista podia espancar, expulsar ou roubar um judeu impunemente.

As leis de Nuremberg de 1935 proibiam o casamento e todas as formas de relacionamento sexual entre judeus e alemães. Aqueles que tentavam fugir para o exterior só podiam sair depois de privados de seus bens e propriedades. E, finalmente depois que um judeu polonês, desequilibrado pela perseguição a seu povo, assassinou o secretário da legação alemã em Paris, Ernest Van Rath, na noite de 09 para 10 de novembro de 1938, organizou-se um ataque deliberado - apresentado como uma explosão “espontânea” da ira alemã - contra sinagogas e estabelecimentos judeus em todo o país. Os responsáveis pelo ataque saíram ilesos, enquanto os judeus foram multados em 1 bilhão e um quarto de marcos e viram os seguros a que tinham direito confiscados pelo Estado. A essa chamada “Noite de Cristal” seguiram-se a venda forçada de estabelecimentos comerciais e propriedades pertencentes a judeus, a expulsão de suas casas, prisões em massa e conscrição par trabalhos forçados.

Nenhum judeu podia esperar proteção das cortes. Do mesmo modo, não havia maiores esperanças para um alemão suspeito de concepções independentes ou envolvido numa disputa com oficiais do partido ou do Estado. Não contentes com a Gleichschaltung do Judiciário e com as cortes ordinárias, os nazistas organizaram cortes especiais para julgar ofensas contra o Estado, categoria que poderia ser ampliada arbitrariamente. De qualquer modo, as ordens e ações da Gestapo (Geheine Staats-polizei - Polícia Secreta do Estado) não estavam sujeitas à lei. “Custódia protetora” era o termo cinicamente empregado para os que eram presos e enviados para campos de concentração. Uma data significativa da História da Alemanha nazista foi o 17 de junho de 1936 quando Himmler pôde fundir o controle dos dois impérios que construíra, a polícia e a SS. Criou-se, então, o que os historiadores alemães chamam de “Executivo ilegal”, uma agência por meio da qual Hitler, responsável apenas perante si mesmo e mais ninguém, podia remover qualquer limitação ao seu poder, dentro ou fora da lei.

A Ascensão da Alemanha Nazista

O terrorismo e a polícia secreta, assim como a propaganda e a censura, constituíam partes da sociedade totalitária que os nazistas tentavam criar e trouxeram os seus habituais acompanhantes: informantes, perseguição, corrupção. Para os alemães que não se enquadraram e rebelaram-se às pressões conformistas (e para todos os judeus), esses anos foram marcados por terror constantes, prisões freqüentes, tratamentos brutais e morte. Mas, esses constituíam minoria. O que contava para a maioria era o sucesso dos nazistas. Num país que sofrera mais que qualquer outro a Depressão na Europa, os nazistas arrogavam-se o crédito de terem diminuído a taxa de desemprego de 6 milhões para menos de 1 milhão, em apenas quatro anos, aumentando a produção nacional em mais de 100% entre 1932 e 1937, e duplicando a renda nacional. Esses dados reconciliaram os milhões de alemães que haviam perdido (ou temido perder) seus empregos, com um regime que suprimira alguns de seus direitos, mas lhes devolvera a segurança.

Além da segurança, os nazistas haviam devolvido ao povo alemão o orgulho da Alemanha como grande potência. Por meio de um plebiscito, em janeiro de 1935, a Alemanha recobrou o Sarre.

Dois meses depois, Hitler repudiou as restrições militares do Tratado de Versalhes, restaurou a conscrição e anunciou que elevaria os efetivos do Exército alemão a mais de meio milhão de homens, em tempo de paz. Um ano depois (março de 1936), tropas alemãs reocuparam a região desmilitarizada do Reno. A profunda humilhação nacional devia à derrota e ao Diktat de Versalhes havia sido suprimida e não havia razões para duvidar de que o resultado do plebiscito que se seguiu (quando votaram 99% dos eleitores, e 98,8% deles se manifestaram a favor) representava a imensa gratidão e aprovação pela restauração do status alemão de maior potência da Europa central, um mérito de Hitler.

Finalmente, é preciso salientar que, ao abolir a multiplicidade de partidos políticos (que até então haviam produzido uma série de frágeis coalizões), substituindo-os por um governo único e forte, e proclamando a unidade nacional por cima dos interesses regionais, os nazistas despertaram, com êxito, a tradição política mais profundamente arraigada na Alemanha - a do governo autoritário. Os poucos (como o pastor Niemoller) que tiveram coragem de protestar não só não tinham poder para organizar uma oposição, como também constituíam vozes isoladas na nação. Nenhum governo alemão, desde o de Bismarck, gozara de apoio popular semelhante ao de Hitler, especialmente entre os jovens, e milhões de alemães que estavam preparados para aceitar a reivindicação do Führer de ser o salvador da Pátria.

Instituído o seu poder, Hitler mostrou pouco interesse pelos detalhes da administração doméstica, exceto quando a sua intervenção se fazia necessária para resolver uma disputa. Concentrou sua atenção, cada vez mais, na política externa e no rearmamento. A conquista do poder político e até mesmo a remodelação da sociedade alemã eram apenas estágios no caminho para o seu objetivo final: a recriação do poderio nacional alemão, a reversão da derrota de 1918.

Nos primeiros anos de seu regime, quando a Alemanha ainda não estava preparada, convinha aos nazista camuflarem esse fato. Hitler nunca deixou de expressar o seu amor pela paz, repreendendo as potências vitoriosas de 1918 pelas promessas que haviam quebrado, sobretudo a do desarmamento. Isso constituía, no entanto, o equivalente diplomático não representando indicador de maior confiança para entender seus verdadeiros objetivos na política externa.

Em 1936 ocorreu uma mudança. A reocupação da Renânia (março de 1936) era um jogo que, mais tarde, Hitler denominaria “as 48 horas mais exasperadoras de sua vida”. Mas, foi um jogo do qual saiu, e que fortificou a sua crença de que, se jogasse as cartas habilmente, limitando a questão a ser disputada em cada caso, as potências ocidentais sempre prefeririam recuar a arriscar-se a uma guerra geral. A partir do verão de 1936, o equilíbrio político da Europa deslocou-se acentuadamente em favor da Alemanha. A explosão da Guerra Civil espanhola deu a Hitler a oportunidade de proclamar, com efeito redobrado, o papel da Alemanha como o baluarte da Europa contra o bolchevismo.

A Itália que se desentendera com as potências ocidentais por causa da Abissínia, foi atraída para o eixo Berlim-Roma. A França, dividida pela Frente Popular e influenciada pela Guerra Civil espanhola, não mais desejava manter o sistema de alianças construído para conter a Alemanha. A Grã-Bretanha relutava em face da possibilidade de enfrentar outra guerra. Os países menores passaram a gravitar em torno do novo centro do poder, Berlim, e era sobre o poderio alemão que Hitler falava, cada vez mais.

As provas de que se dispõe hoje não deixam dúvidas de que os relatórios sobre o rearmamento alemão antes da guerra eram exagerados. O programa demorou mais do que o esperado para produzir resultados e, mesmo em 1939, a Alemanha ainda não dispunha da superioridade militar comumente suposta. O mais surpreendente é o fato de que, antes de 1902, a capacidade total da economia alemã absolutamente não se devotava à produção bélica. E o tipo de guerra para a qual a Alemanha estava se preparando era bem diverso daquela que perdera em 1914/18: tratava-se da Blitzkrieg, uma série de campanhas curtas, em que a surpresa de um golpe inicial esmagador resolveria a questão, antes que a vítima tivesse tempo de mobilizar seus recursos ou que outras potências interviessem. Esse foi o tipo de guarda que o Exército alemão fez uso em todas as suas campanhas de 1939 a 1941, e que exigiu um padrão de rearmamento bastante diverso; não um rearmamento a longo prazo e em profundidade, envolvendo toda a economia, mas a concentração de uma superioridade a curto prazo e a produção de armas que trouxessem uma rápida vitória. O sucesso desse plano pode ser verificado na História da Alemanha de 1939 a 1941, quando o programa alemão de rearmamento “limitado” conseguiu produzir um Exército capaz de invadir a maior parte da Europa e de quase derrotar tanto russos quanto franceses.

Freqüentemente, afirma-se que Hitler era um oportunista em matéria de política externa, o que é verdade no que se refere à tática: não seguia nenhum cronograma ou "plano de agressão", mas mantinha as suas opções abertas até o último instante. Sabia, contudo, aproveitar-se das oportunidades oferecidas pelos erros dos outros porque só ele, dentre os líderes europeus, de 1930, possuía objetivos claros: os demais só sabiam o que queriam evitar.

Hitler expôs o programa nazista no *Mein Kampf:* não somente a restauração das fronteiras alemãs de 1914, mas a conquista de um espaço vital (Lebensraum) na Europa oriental, de onde as populações residentes seriam evacuadas à força e onde se estabeleceria um Império Germânico com base no trabalho escravo. Essas concepções têm sido tratadas como a fantasia de uma mente desequilibrada. Mas, não podem ser descartadas com essa facilidade, pois Hitler não só as repetiu consistentemente, por vinte anos, em conversas particulares, como as colocou em prática da forma mais liberal, durante a guerra, primeiro na Polônia, e depois na Rússia, com o auxílio de Himmler e das SS.

A Preparação para a Guerra

Hitler ignorava como atingir o seu objetivo, em que seqüência proceder, e com que tipo de oposição iria-se defrontar. Mas, a partir do fim de 1937, já estava preparado para ampliar os riscos que estava disposto a enfrentar. Como parte desse processo, passou a exercer um controle mais rigoroso sobre as duas instituições que haviam, consentidamente, escapado à nazificação: o Exército e o Ministério das Relações Exteriores. No início de 1938, aproveitou uma oportunidade para se livrar de Blomberg e de Fritsch, respectivamente, ministro da Guerra e o comandante-chefe do Exército; suprimiu o cargo de ministro da Guerra e preencheu o Alto Comando das Forças Armadas (a OKW) com pessoal de sua confiança. Schacht, que protestara contra os riscos econômicos do programa de rearmamento nazista, já se fora, deixando Goering para dominar o campo econômico com ordens expressas para preparar-se para a guerra e Neurath, que Hindenburg transformara em ministro das Relações Exteriores para salvaguardar a diplomacia da influência nazista, foi substituído por Ribbentrop, que, há anos, vinha estimulando uma política nazista radical, em rivalidade aberta com a linha oficial mais cautelosa do Ministério das Relações Exteriores.

A anexação da Áustria, que se seguiu (março de 1938), constituiu uma improvisação perfeitamente de acordo com o programa a longo prazo de Hitler, e que ilustra bem a tática de oportunismo desse último. Durante o resto do ano de 1938 e em 1939, Hitler pressionou as Relações Exteriores, tanto externamente, por meio de suas exigências com relação à Tchecoslováquia e à Polônia, quanto internamente, por sua determinação em enfrentar riscos que, ainda em 1938, alarmavam os líderes militares e conduziram à demissão do chefe do pessoal do Exército, General Beck. Nesses anos, Hitler não planejou deliberadamente iniciar uma guerra geral européia: em agosto de 1939, estava convencido de que a obra-prima da diplomacia nazista, o Pacto Nazi-Soviético, removeria todos os perigos de uma intervenção ocidental e, ou quebraria a determinação dos poloneses de resistir, ou isolá-los-ia.

Mas, em face de seu blefe, fortificou-se para jogar com as chances de uma Blitzkrieg vitoriosa sobre a Polônia, antes que os ingleses e os franceses pudessem fazer valer as suas forças. O jogo deu certo, e voltou a dar, dessa vez com as apostas aumentadas, na Noruega, nos Países Baixos e na França em 1940, contra a Iugoslávia e quase contra a Rússia no ano seguinte. Nesse momento, as apostas haviam-se elevado a tal ponto que o fracasso significaria a guerra prolongada em duas frentes, coisa que Hitler jurava evitar e para a qual a Alemanha não estava preparada.

Essa guerra, que finalmente irrompeu em setembro de 1939, não era inevitável - e que evento histórico o é? Mas tampouco foi acidental. O nazismo glorificava a força e o conflito e, se algo parecia certo, no final da década de 30, era o fato de esse movimento, que já tomara conta da Alemanha, precisar necessariamente expandir-se por meio da força ou da ameaça de força. Se o nazismo - filosofia do dinamismo ou nada parasse e admitisse limites à sua expansão, perderia a sua lógica e o seu atrativo. A única questão que se levantava era se as outras potências permitiriam que essa expansão se realizasse sem oferecer resistência ou se fariam oposição a ela. Os próprios nazistas sempre haviam imaginado que, em algum momento, encontrariam resistência, e haviam-se preparado para aniquilá-la pela força das armas. Por essa razão, se é correto assinalar as diferenças entre a Alemanha nazista de até setembro de 1939 e a Alemanha de após a explosão da guerra, também é importante observar a continuidade entre os dois períodos. O que aconteceu depois foi uma conseqüência lógica, se não inevitável, do que ocorrera antes.

O FASCISMO ITALIANO

Causas da Revolução Fascista

Nacionalismo Frustrado

O sentimento nacionalista italiano vinha sendo contrariado havia muitos anos. Repetidas vezes, sua aspirações de poder e de império tinham-se chocado com rudes decepções. Em 1881, as esperanças de apossar-se da Tunísia foram subitamente desfeitas com a anexação desse país pela França. A tentativa de conquistar a Abissínia na década de 1890 terminara numa esmagadora derrota imposta por nativos bárbaros, na batalha de Ádua. O efeito de tais reveses foi despertar um sentimento de humilhação e vergonha, particularmente no espírito da geração mais jovem, e favorecer uma atitude de desprezo para com o regime político vigente. A culpa dos fracassos da Itália era atribuída menos às nações estrangeiras do que à própria classe governante do país. Os membros dessa classe eram apontados ao escárnio popular como velhos degenerados, cínicos, vacilantes, derrotistas e corruptos. Muito antes da Primeira Guerra Mundial já se falava em Revolução, da necessidade de uma depuração drástica que livrasse o país dos governantes incompetentes.

Os Efeitos Desmoralizadores e Humilhantes da Guerra

A instalação da ditadura fascista na Itália, porém, jamais teria sido exequível com os efeitos desmoralizadores e humilhantes da Primeira Guerra Mundial. A função principal dos exércitos italianos fora impedir que os austríacos se tornassem senhores da frente meridional, enquanto os ingleses, franceses

e americanos tratavam de dominar a Alemanha nas linhas de batalha de Flandres. Para esse fim, teve a Itália de mobilizar mais de cinco milhões e meio de homens, dos quais perto de 700.000 foram mortos. O custo financeiro direto de sua participação na luta ultrapassou 15 bilhões de dólares. Tais sacrifícios, por certo, não foram maiores do que os dos ingleses e franceses, mas a Itália era um país pobre. Além disso, quando chegou a hora de dividir os despojos, depois de finda a luta, os italianos receberam menos do que esperavam.

Se bem que a Itália tivesse efetivamente recebido a maior parte dos territórios austríacos que lhe foram prometidos pelos tratados secretos, sustentavam não ser essa uma recompensa proporcional aos seus sacrifícios e à sua valiosa contribuição para a vitória da Entente. A princípio, os nacionalistas voltaram a sua ira contra Wilson, devido à "humilhação de Versalhes", mas ao cabo de pouco tempo retornaram ao antigo hábito de exprobrar os governantes da Itália. Esse renovamento do desprezo para com a velha geração governante, cujos componentes eram acusados como "imundos parasitas do melhor sangue da nação", muito contribuiu para desenvolver o espírito revolucionário.

A Oposição ao Bolchevismo

A mais grave conseqüência da guerra talvez tenha sido, pelo menos em relação à classe superior e à media, o desenvolvimento do radicalismo econômico. À medida que cresciam as privações e o caos, os socialistas abraçaram uma filosofia análoga ao bolchevismo. Em 1918, o partido decidiu ingressar na Internacional de Moscou. Na eleições de novembro de 1919, conquistou cerca de um terço das cadeiras da Câmara de Deputados. No inverno seguinte, os operários socialistas assumiram o controle de cerca de cem fábricas e tentaram administrá-las em benefício do proletariado. O radicalismo alastrou-se também pelas zonas rurais, onde se organizaram as chamadas "ligas vermelhas" para dividir as grandes propriedades e forçar o proprietário agrário a reduzir as rendas. Em 1921, porém, tinha praticamente passado o perigo da bolchevização da Itália. O radicalismo revolucionário acalmou-se após a volta de uma delegação que fora à Rússia estudar as condições in loco e após o fracasso das tentativas dos operários para administrar as fábricas. Não obstante, as classes proprietárias tinham passado por um grande susto e estavam por isso dispostas a apoiar o desenvolvimento do fascismo, na esperança de salvar da confiscação pelo menos uma parte dos seus bens.

O Colapso do Regime Parlamentar

A causa imediata da revolução fascista foi o colapso do regime parlamentar. A paralisação dos negócios e a condição de quase anarquia que reinava em muitas partes do país tornavam praticamente impossível a arrecadação de uma receita adequada. Daí avultarem cada vez mais os déficits orçamentários . A essa dificuldade, juntava-se um impasse parlamentar. Nas eleições de 1921, quatro partidos diferentes obtiveram forte representação na Câmara dos Deputados, mas nenhum deles tinha maioria. Os dois maiores, o Partido Socialista e o Partido Popular (católico), andavam constantemente em rixa; nenhum dos dois queria apoiar um gabinete chefiado por um membro do outro. Em resultado disso, tornava-se quase impossível o funcionamento do governo. Raras vezes conseguia um ministério permanecer no poder o tempo suficiente para deixar algo realizado. Estava praticamente paralisada a máquina legislativa. Com o correr do tempo, foi aumentado o descontentamento causado pelas intermináveis contendas entre os partidos. Pelas alturas do outono de 1922, o parlamento já não tinha, por assim dizer, um único amigo em todo o país. Os jornais denunciavam não só a insanável situação parlamentar, mas todo o sistema de

governo das maiorias. Isso não era novidade para a Itália, pois muita gente, nos anos anteriores à guerra, havia considerado o regime parlamentar como importação estrangeira. Não obstante, a propagação intensiva da idéia muito contribuiu para encorajar os adeptos militantes do governo de um só homem.

O Surgimento do Fascismo

A palavra fascismo tem origem dupla. Deriva em parte do latim *fasces*, o machado rodeado de um feixe de varas que simbolizava a autoridade do Estado romano; liga-se também à palavra italiana *fascio*, que significa grupo ou bando. Os fasci foram organizados desde outubro de 1914 como unidades de agitação, que visavam impedir a Itália a dar sua adesão à causa da Entente. Eram compostos de idealistas jovens, futuristas, nacionalistas fanáticos, empregados da classe média entediados e de inadaptados de todos os tipos.

Mussolini tornou-se o chefe do fascio de Milão. Depois que a Itália entrou na guerra, os grupos fascistas dedicaram-se a combater o derrotismo. Veio então o período do “esquerdismo”, de 1918 a 1921. As atividades esquadristas compreendiam uma campanha de terrorismo contra todos os que fossem considerados inimigos do povo.

Os métodos consistiam em táticas brutais, como a de espancar a vítima até a inconsciência, a de arrancar-lhe os dentes ou administrar-lhe doses maciças de óleo de rícino. Também se praticavam o rapto e o assassínio. A maior parte das agressões foram perpetradas contra radicais, mas em alguns casos as vítimas eram aproveitadores ou proprietários rurais que se negavam a reduzir as rendas. Em Florença, alguns lojistas teimosos apanharam e tiveram suas lojas fechadas a cadeado, com este aviso na porta: “Fechado por motivo de roubo reiterado”. O próprio Mussolini declarou certa ocasião que “seria um bom exemplo pendurar nos lampiões alguns atravessadores”.

Mas essas tentativas para atrair as classes mais pobres não tiveram acolhida muito entusiástica por parte do proletariado, pois em muitas regiões da Itália os filhos de ricos industrialistas e de proprietários rurais eram demasiado conhecidos como discípulos de Mussolini.

A plataforma original do movimento fascista foi preparada por Mussolini em 1919. Era um documento surpreendentemente radical que, entre outras coisas, exigia o Sufrágio Universal, a abolição do senado, a instituição legal da jornada de oito horas, um pesado imposto sobre o capital, o confisco de 85% dos lucros de guerra, a aceitação da Liga das Nações, a "oposição a todos os imperialismos" e a anexação de Fiúme e da Dalmácia. Essa plataforma foi mais ou menos aceita oficialmente até maio de 1920, quando foi suplantada por outra de caráter muito mais conservador. Com efeito, o novo programa omitia todas as referências à reforma econômica e consistia unicamente na condenação do "socialismo dos políticos" e em algumas vagas afirmações sobre a "reivindicação" dos princípios em torno dos quais se tinha travado a guerra. Nem com a primeira, nem com a segunda plataforma conseguiram os fascistas grande sucesso político. Mesmo depois das eleições de 1921, tinham somente 35 representantes na Câmara dos Deputados.

Os fascistas compensavam o seu reduzido número com uma agressividade disciplinada e uma enérgica resolução. Quando o antigo regime se tornou tão decrépito que abdicou praticamente de todas as suas funções, prepararam-se para tomar posse do governo. Em setembro de 1922, Mussolini começou a falar abertamente em Revolução e lançou o grito " A Roma ".

Em outubro, apresentou ao governo um ultimato em que exigia novas eleições, uma política externa vigorosa e cinco pastas no gabinete para si e para os seus partidários. Como o primeiro-ministro e o parlamento não tomassem conhecimento dessas exigências, iniciou-se a marcha sobre Roma. Em 28 de outubro, um exército de cerca de 50.000 milicianos fascistas ocupou a capital. O primeiro-ministro renunciou e no dia seguinte Vitor Manuel III convidou Mussolini para organizar um gabinete. Assim, sem disparar um só tiro, as legiões de camisas-negras haviam assumido o controle do governo italiano. A explicação de tal fato deve ser procurada não na força do fascismo, mas no caos criado pela guerra e na falta de uma dedicação firme do povo italiano ao regime constitucional.

A Revolução Fascista

Em julho de 1923, Mussolini forçou a aprovação, pelo parlamento, de uma nova lei eleitoral, segundo a qual o partido que conquistasse a maioria de votos numa eleição nacional receberia automaticamente dois terços das cadeiras da Câmara dos Deputados. Na primeira eleição realizada dentro da vigência dessa lei os fascistas alcançaram não só mais sufrágios do que qualquer outro partido, mas dois terços da votação total. Quando o novo Parlamento se reuniu, em maio de 1924, o líder socialista Matteotti acusou os políticos fascistas de desonestidade e de violência nas eleições. Em 10 de junho, Matteotti foi raptado e assassinado por bandidos camisas-negras, de acordo com ordens emanadas do gabinete. O crime provocou violenta reação acompanhada de clamores insistentes para que os fascistas abandonassem o poder. Mas por fim a tempestade amainou e Mussolini pôde dedicar-se a tarefa de introduzir alterações radicais no sistema político. Em 1925, cassou as licenças de todos os advogados antifascistas e aboliu a autonomia das cidades e vilas. No ano seguinte, atingiu o clímax ao declarar ilegais todos os partidos políticos, exceto aquele que chefiava, e ao abolir oficialmente o sistema de gabinete. Daí por diante, o primeiro-ministro seria responsável unicamente perante o rei, ao mesmo tempo que as funções do Parlamento se restringiam

à ratificação de decretos.

O sistema político e econômico da Itália fascista era oficialmente conhecido como Estado Corporativo. Significava isso, em primeiro lugar, que o governo se apoiava em bases econômicas. O povo era representado no governo, não como cidadãos que habitavam determinados distritos, mas na sua qualidade de produtores. O estado corporativo, porém, encarnava igualmente a idéia de que os interesses individuais e de classe deviam subordinar-se aos interesses do Estado. Não devia haver luta de classe entre o capital e o trabalho; eram rigorosamente proibidas as greves e os "lockouts". Em caso de conflito entre empregados e empregadores, cabia ao Estado a autoridade última para intervir e impor um acordo. O princípio corporativo compreendia também o repúdio completo do "laissez-faire". Embora se mantivesse em grande parte a propriedade privada e os capitalistas fossem reconhecidos como "classe socialmente produtiva", os veneráveis princípios da economia clássica foram jogados aos ventos. Toda atividade econômica do cidadão era submetida à regulamentação e qualquer empresa industrial ou comercial podia ser encampada se assim o exigissem os interesses nacionais.

Observação

Segundo um relatório do "Instituto de Reconstrução Industrial", em 1939 o Estado controlava 25% da indústria italiana. (New York Times, 05 de maio de 1939)

A Filosofia do Fascismo

A idéia do Estado corporativo era um elemento de enorme importância na teoria fascista, que, todavia, não se limitava de modo algum a esse princípio. As outras doutrinas principais podem ser sumariadas do modo que veremos a seguir:

Totalitarismo

O Estado enfeixa todos os interesses e toda a lealdade dos seus súditos. "Nada deve haver acima do Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado." Visto que o Estado nada pode realizar a não ser que os seus súditos se identifiquem com um objetivo comum, só pode existir um partido fascista e uma educação fascista.

Nacionalismo

A nação é a mais alta forma de sociedade que a raça humana pôde desenvolver. Tem alma e vida própria, distintas das vidas e das almas dos indivíduos que a compõem. Jamais poderá haver uma verdadeira harmonia de interesses entre dois ou mais povos distintos. Por conseguinte, o internacionalismo é uma grosseira perversão do progresso humano. É preciso tomar forte e grande a nação, pela auto-suficiência, por um exército poderoso e pela rápida elevação do índice de natalidade.

Idealismo

A filosofia do fascismo era uma filosofia idealista, no sentido de renunciar à interpretação materialista da história. A nação, segundo Mussolini, podia tornar-se qualquer coisa que desejasse; seu destino não estava traçado para sempre pela posição geográfica ou pela extensão dos recursos naturais.

O idealismo desenvolveu-se originariamente como um protesto contra o derrotismo dos anteriores

governantes da Itália, segundo os quais o país estava fadado a permanecer uma potência de terceira ordem por não ter carvão.

Romantismo

A razão jamais poderá ser um instrumento adequado para a solução dos grandes problemas racionais. O intelecto precisa ser completado pela fé mística, pelo auto-sacrifício e pelo culto do heroísmo e da força. “O espírito fascista é vontade, não intelecto”.

Autoritarismo

A soberania do Estado é absoluta. O cidadão não tem direitos, mas apenas deveres. O que as nações necessitam não é de liberdade, mas de trabalho, ordem e prosperidade. A liberdade é “um caráter em putrefação”, um dogma cedido da Revolução Francesa. O Estado deveria ser governado por uma elite que tivesse provado, pela força e por uma compreensão superior dos idéias nacionais, o direito de governar .

Militarismo

A luta é a origem de todas as coisas. As nações que não se expandem acabarão por fenecer e morrer. A guerra exalta e enobrece o homem, e regenera os povos ociosos e decadentes.

Realizações do Regime Fascista

Nenhum espírito despreconcebido poderá negar que o regime fascista da Itália tivesse a seu crédito algumas realizações notáveis. Em junho de 1940, quando o país entrou na guerra, o governo tinha reduzido o analfabetismo, conseguido o que parecia ser uma solução satisfatória da velha contenda com a Santa Sé e eliminando a Máfia, ou Organização da Mão Negra, na Sicília. Conseguira também certo número de melhoramentos na esfera econômica.

A tentativa de tornar a Itália auto-suficiente tivera como resultado uma grande alta de preços para certos artigos. Se bem que os negócios e as condições de emprego fossem, indubitavelmente, mais estáveis do que nos anos que se seguiram imediatamente à Primeira Guerra Mundial, nada indicava que o padrão de vida dos trabalhadores houvesse experimentado uma melhora sensível. É verdade que os salários subiram, mas em vista da alta de preços e do movimento no sentido de prolongar as horas de trabalho, é duvidoso que tenha ocorrido um aumento verdadeiro nos salários reais. Acresce que os italianos foram obrigados a comprar a estabilidade e a ordem a preço de uma mortal uniformidade de pensamento e ação-condição que o próprio Mussolini descrevera, em 1914, como tédio e imbecilidade. Não se deve esquecer também que o governo fascista envolveu-se em duas dispendiosas aventuras no setor das guerras estrangeiras: a conquista da Etiópia, em 1935/36, e a intervenção na guerra civil espanhola de 1936/39. Havia poucos indícios de que qualquer desses empreendimentos tivesse sido bem recebido pelo povo italiano, ou de que os proveitos para o país viessem a compensar os sacrifícios.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Expansionismo territorial

Japão: ocupou a Manchúria e regiões ao norte da China

Itália: anexou a Abissínia (Etiópia) e a Albânia ao seu território

Alemanha: desrespeito a vários itens do Tratado de Versalhes, como a remilitarização do país e o desenvolvimento da indústria bélica. Além disso, Hitler alimentava um sonho expansionista e começou a ocupar territórios na Europa, defendendo a idéia do “espaço vital”. Em 1938, anexou a Áustria (Anschluss) e, no mesmo ano, expandiu territórios em direção ao leste, ocupando parte da Checoslováquia (Sudetos, Boêmia e Morávia).

Diante da agressão expansionista de Alemanha, Japão e Itália, as potências liberais européias responderam com uma “política de apaziguamento”, procurando repreender esses países, mas não agredi-los na tentativa de evitar um conflito armado na Europa.

A Guerra Civil Espanhola

Conflito envolvendo republicanos socialistas, que derrubaram a monarquia em 1936, e falangistas (grupo radical de direita) contrários ao socialismo. Os regimes totalitários da Europa, Alemanha e Itália sobretudo, apoiaram os falangistas, liderados pelo general Francisco Franco, enviando soldados e armas. Ao mesmo tempo, a União Soviética e socialistas de vários países do mundo engajaram-se na luta republicana.

A guerra devastou o território espanhol, que foi violentamente bombardeado por aviões alemães, e serviu para o teste de novos equipamentos bélicos, inclusive armas químicas. A vitória coube aos falangistas que se mantiveram no poder até 1979.

A vitória sobre os socialistas na Espanha fortaleceu a luta anti-comunista e deu origem ao EIXO Roma, Berlim, Tóquio que, entre outros acordos de ajuda mútua, formalizaram o **Pacto Antikomintern,** união para combater o comunismo internacional de uma maneira geral e a União Soviética especificamente.

Os Conflitos Militares

Mesmo combatendo o comunismo, o governo alemão assinou com a União Soviética um pacto de não-agressão por dez anos. Com isso, obteve a neutralidade daquele país em caso de invasão do **corredor polonês**, faixa de terra tirada da Alemanha pelo Tratado de Versalhes, intenção acalentada há anos pelos alemães. A União Soviética, em compensação, poderia se apoderar das terras a leste da Polônia sem intervenção alemã.

Assim, em 1º. de setembro de 1939, tropas alemãs avançaram sobre a Polônia e, dois dias depois, França e Inglaterra declararam guerra à Alemanha. No final do mês de setembro, a Polônia já havia sido completamente dominada pelos nazistas.

Hitler procurou vencer rapidamente o conflito e adotou o plano chamado "blitzkrieg", realizando ataques maciços com a infantaria, artilharia e aviação sobre os países da Europa Ocidental. Em poucas semanas ocupou a Dinamarca e a Noruega, avançou sobre os territórios da Holanda e da Bélgica atingindo o território francês e, em 14 de junho de 1940, os nazistas ocupavam Paris. O governo da França assinou a rendição, iniciando uma fase de cooperação com os nazistas (governo de Vichy), enquanto clandestinamente desenvolveu-se o movimento de resistência contra as forças de ocupação.

Vencida a França, os alemães dirigiram suas forças contra a Inglaterra que foi impiedosamente bombardeada pela aviação alemã (Luftwaffe) durante dias. A Royal Air Force (RAF) porém conseguiu impedir que os bombardeios alemães garantissem a vitória aos nazistas.

Enquanto isso, no Oriente, o Japão procurava estabelecer seu controle sobre a China, apesar da resistência chinesa e, na África, tropas italianas avançavam em direção ao canal de Suez com a intenção de interromper as comunicações entre os ingleses e suas colônias orientais.

Em 1941, a guerra se expandiu com o envolvimento de dois países. De um lado, a Alemanha, desrespeitando o pacto germano-soviético, enviou tropas para ocupar a União Soviética e cercou três importantes cidades: Moscou, Leningrado e Stalingrado. De outro, o Japão atacou a base naval americana no Pacífico chamada Pearl Harbour, obrigando os Estados Unidos a entrarem no conflito.

A partir de 1942 os rumos da guerra começaram a se inverter com expressivas vitórias dos Aliados contra o Eixo. A mais importante delas foi a batalha de Stalingrado em que a população da cidade conseguiu vencer os nazistas e aprisionar milhares de soldados. A batalha de El Alamein permitiu aos Aliados deslocaram-se ao longo do Norte da África, atingindo o território italiano e forçando a rendição de Mussolini em 1943. Finalmente, a vitória americana sobre os japoneses na batalha de Midway ajudou a enfraquecer os países do Eixo.

Em junho de 1944, tropas aliadas desembarcaram na Normandia (o “Dia D”), iniciando a desocupação da França e impondo terríveis derrotas aos nazistas que já se achavam combalidos pelos constantes ataques soviéticos do lado leste. Em 2 de maio de 1945, a Alemanha rendeu-se ao Exército Vermelho.

O Japão ainda relutava em abandonar o conflito, mas, em agosto de 1945, os americanos jogaram duas bombas atômicas sobre seu território forçando a rendição japonesa.

41_7

GUERRA FRIA

OS REFLEXOS DA GUERRA SOBRE OS ESTADOS UNIDOS

Os EUA saíram da II Guerra Mundial como *potência hegemônica* no mundo capitalista e estenderam seu comércio para quase todas as nações, ocupando o 1º lugar na produção mundial.

- A II Guerra motivou modificações nos EUA:
- mobilização da indústria para fins bélicos.
- crescimento da produção em 25%, devido ao fornecimento de material bélico.
- melhoras também na agricultura: melhores sementes, fertilizantes e mecanização.
- Novas mudanças com o final da guerra:
- preocupação do governo norte-americano em *não reeditar a Crise de 1929:*
- preparam-se para enfrentar os problemas com a desmobilização dos exércitos e risco de desemprego e necessidade de criar-se novos empregos.
- necessidade de fazer a volta da indústria normal: problemas da *reconversão da indústria* e da *concorrência do trabalho feminino*.
- a crise temida não acontece e continua a procura de bens de consumo e crescimento de mercado, mantendo-se a elevação dos preços (devido principalmente ao Plano Marshall).
- o governo intervém na economia com a fiscalização da circulação monetária, dos impostos e do crédito (beneficiando pelo fisco os setores desejados).
- o governo passa a ser visto como o *fiador da segurança* e do *bem-estar* de todos.
- padronização do pensamento pela manipulação das vias de comunicação de massa; acreditava-se na existência de uma sociedade aberta e flexível, dotada de infinitas possibilidades.
- Devido ao crescimento do poder do movimento operário e sindical, criou-se a Lei *Taft-Harthey* (1947).

O CRESCIMENTO DO SOCIALISMO E A GUERRA FRIA

Surgimento da URSS como potência após a II Guerra

- Saiu fortalecida da luta contra o nazi-fascismo (apesar de seu território ter sido atingido com a guerra, recuperou-se com relativa rapidez).
- Suas *fronteiras militares* atingem o centro da Europa, Polônia, Romênia, Hungria e parte da Alemanha (ocupadas pelo Exército Soviético).
- Na Iugoslávia e na Albânia, os guerrilheiros socialistas expulsaram os nazistas e tomaram o poder.
- O Exército Vermelho ocupava parte do Irã e o norte da Coréia.
- Na China, o Partido Comunista crescia em poder e influência (luta entre Mao Tsé Tung e Chiang Kai-Chek).

O Início da desconfiança ainda no transcorrer da guerra

- A Conferência de Yalta (F. D. Roosevelt, Stalin e Churchill) determinou o reconhecimento das áreas de *influência soviética* (os "russos" deveriam manter eleições livres, mas poderiam manter "áreas de segurança") - Stalin passou depois a estimular a tomada do poder pelos Partidos Comunistas de sua área.
- A Conferência de Potsdam (1945):
- líderes Atlee (Grã-Bretanha), Truman e Stalin.
- apesar do impasse, chegou-se a um acordo: Alemanha e Berlim divididas em 4 zonas; Coréia dividida entre os EUA (sul) e a URSS (norte); os EUA não abriram mão do Japão (ocupação do general MacArthur).
- O início da disputa dos 2 blocos:
- muitos países do leste adotam constituição de modelo soviético.
- crescimento dos Partidos Comunistas Italianos e Franceses.
- os EUA tentam impedir o crescimento socialista com a ameaça de *monopólio* nuclear (bombas sobre o Japão).

a URSS tende a aumentar seu *"cinturão de segurança"* - aumento da ajuda aos guerrilheiros do norte do Irã e na Grécia.

- O rompimento total - Doutrina TRUMAN (março de 1947)

- **Henry Truman** - *Acredito que a política dos EUA deva ser de apoio aos povos livres que estão resistindo às tentativas por minorias armadas ou por pressões externas.*
- ***Guerra Fria*** - uma guerra ideológica e de expansão de suas áreas de influência, representando dois sistemas sócio-econômicos distintos: o socialismo e o capitalismo.
- Preocupação também com os *mercados perdidos* pelos EUA com a formação de repúblicas socialistas no leste europeu, na República Popular da China (1949) e nas novas áreas de descolonização afro-asiática (simpatizantes dos socialistas) - *necessidade de intervenção* nessas áreas.
- Cada um com objetivos diferentes
- Objetivos dos Estados Unidos:
- a provisão de matérias-primas essenciais, assegurando o controle das fontes produtoras.
- o afluxo de suas mercadorias para o mercado mundial.
- mercados para o investimento de seus capitais excedentes.
- Objetivos da União Soviética:
- consolidar a expandir o seu poderio.
- construção do bloco soviético.
- ampliar o bloco socialista para as zonas periféricas do mundo capitalista (3º mundo).
- Os blocos e seus aliados
- Os governos europeus ocidentais temiam uma invasão soviética, então unindo-se e comprometendo-se com os Estados Unidos - criaram a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) sob a proteção do *guarda-chuva* nuclear norte-americano.

- A Guerra da Coréia (1950/52) - envolveu os EUA e a Coréia do Sul, contra a China Popular e a Coréia do Norte (com apoio da URSS) - a frustração levou os grupos conservadores americanos a proverem uma melhor integração dos exércitos da OTAN e o desenvolvimento da indústria armamentista - criação de outros pactos militares no sudeste asiático.
- Pacto de Varsóvia (1955) - aliança militar defensiva e ofensiva do bloco socialista. No plano econômico, criam o COMECON (intercâmbio econômico entre os países comunistas do leste europeu).
- A diminuição das tensões
- No final dos anos 50, as duas superpotências desenvolveram muito seu arsenal nuclear - perigo da destruição total (que poderia ocorrer pela disputa pelas regiões essenciais).
- O perigo de destruição levou à *procura da diminuição das tensões*; com a morte de Stalin (1953), surgem lideranças e tendências na URSS, que passam a pregar a não-necessidade de violência para atingir-se o socialismo, ou seja, “a coexistência pacífica”.
- A tendência de distensão foi ameaçada no governo de John F. Kennedy (incidente da Baía dos Porcos e os mísseis soviéticos em Cuba), mas que se resolveu pelo recuo de Nikita Kruschev.
- A maior aproximação deu-se nos primeiros anos da década de 70, quando Henry Kissinger (secretário de Estado norte-americano) deu início à "détente", discutindo-se pacificamente sobre os

conflitos (nos governos de Richard Nixon e de Leonid Brejnev)

OS GOVERNOS AMERICANOS DO PÓS-GUERRA

O Macartismo

- A Guerra Fria terminou um clima de intolerância nos EUA, travando-se uma grande repressão ideológica.
- Imposição de uma visão maniqueísta:
- *o bem* - a propriedade privada, alternância dos partidos no poder, e a busca individual do sucesso.
- *o mal* - o comunismo, a propriedade estatal, o ateísmo e o monopartidarismo.
- Formação de um ambiente de euforia nacionalista, o que foi aproveitado pelos setores ultraconservadores da burguesia para repressão aos setores progressistas.
- indicação do senador Joseph McCarthy como chefe de um Comitê de Averiguação de Atividades Anti-Americanas no Congresso (1950).
- tornaram o anticomunismo uma profissão de fé - os EUA são apresentados como cruzados do "mundo livre".
- o FBI passou a violar a correspondência e o direito de locomoção.
- intolerância nas artes (perseguição e exílio de atores, diretores e roteiristas - como a Charlie Chaplin).
- \+ intolerância nas ciências (caso do casal Rosemberg).
- \+ consideraram antiamericanas as atividades pela promoção social dos negros (permaneciam impunes as sociedades racistas como *John Birch Society e Ku-Klux-Klan)*.

Governo de Dwight Eisenhower

- Ganhou as eleições de 1952 para os republicanos.
- Queda de McCarthy por abuso de poder.
- Armistício na Guerra da Coréia (1953).
- Crescimento do problema racial com aumento dos guetos negros nas cidades do nordeste e meio-oeste, e do desemprego; uso de táticas pacifistas como marcha de protesto e o boicote organizado.
- Eisenhower reelege-se (1956)
- Atuação de duas crises a seu favor: insurreição da Hungria (reprimida pela URSS) e a questão do Canal de Suez.
- Período de grandes gastos com o programa espacial: lançamento de satélites (Vanguard e Explorer).
- O déficit orçamentário e a inflação desmoralizaram o governo dos republicanos, favorecendo os democratas.
- Governo de John F. Kennedy
- Revolucionou as técnicas das campanhas eleitorais presidenciais.
- Prometeu uma "*Nova Fronteira*", mas seus projetos de favorecer os menos privilegiados encontrou dura oposição no congresso (era visto como um "socialismo nascente").
- Usou de uma política externa agressiva.
- apoio ao desembarque na Baía dos Porcos (contra Fidel Castro).
- criou uma questão internacional ao efetuar um bloqueio a Cuba (devido a mísseis soviéticos), colocando o mundo à beira de uma guerra.
- ampliou a participação americana no Vietnã para 13.000 soldados ("observadores ou conselheiros").
- Apoiou os movimentos em defesa das minorias étnicas e da promoção da maioria negra.
- Tentou reprimir a corrupção e o crime organizado.
- Criou um programa de ajuda para ampliar o apoio na América Latina, a *"União para o Progresso"*.
- Morreu assassinado em Dallas (22 de novembro de 1963), por tiros supostamente disparados por Lee Oswald - surgindo um manto de mistério sobre sua morte.

Lyndon Johnson

- Foi o vice-presidente de J. F. Kennedy, cumprindo o mandato e realizando muitas das leis sociais propostas por seu antecessor.
- Elegeu-se em 1964.
- Intensificou a Guerra do Vietnã ganhando impopularidade.
- Programa social - maiores oportunidades educacionais e cuidados médicos a idosos e pessoas sem recursos.
- Não conseguiu resultados na política racial.
- Aumento da violência com os assassinatos de *Martin Luther King* e do Senador *Robert Kennedy* (1964).
- Agravamento com o surgimento de movimentos negros violentos - *Muçulmanos Negros, Black Panthers e Black Power* (de Stokley Carmichael).

Richard Nixon (1970/72)

Ex-vice de Eisenhower e derrotado por Kennedy.

- Prometeu e acabou com a Guerra do Vietnã.
- Início da distenção - aproximação com a China Popular e com a União Soviética.
- Em 1972, estourou o escândalo de Watergate, tendo que renunciar; foi substituído por *Gerald Ford,* que perdeu as eleições presidenciais de 1976 para *Jimmy Carter*.

42_9

DESCOLONIZAÇÃO

O CONCEITO DE DESCOLONIZAÇÃO

Os Fatores da Descolonização

Enfraquecimento da economia dos países industrializados com a II Guerra Mundial - crise nas antigas metrópoles.

A guerra deu consciência da força dos países dependentes, ao mesmo tempo em que despertou o nacionalismo.

Carta de São Francisco (ONU) - estímulo às independências por consagrar o direito à autodeterminação dos povos.

Ascensão da URSS e dos EUA (que lutam por hegemonia) - buscam atrair para si o 3º Mundo, disputando as novas nações afro-asiáticas para sua órbita de influência e para seu sistema (o que é justificado pelo embate entre o socialismo e o capitalismo) - disputas na periferia agravam as tensões internacionais no contexto da Guerra Fria.

As Características da Descolonização

Independências via pacífica: concessões feitas de modo gradual pelas metrópoles - ex-colônia e ex-metrópole mantêm boas relações (os novos Estados passavam a fazer parte da área de influência do antigo dominador e a receber sua ajuda econômica).

Independências por via violenta: as ex-colônias romperam totalmente, enfrentando repressão violenta pelas ex-metrópoles - uso de força nos movimentos de libertação nacionais.

Grã-Bretanha - percebendo que a descolonização no Pós-Guerra era um processo irreversível, tratou de manobrar para manter suas colônias como área de influência sua.

- As independências políticas não significaram, na maioria dos casos, independência econômica.
- Descolonização gradativa - primeiramente interna, depois também na política externa (como foi o caso da Índia e do Ceilão).
- França - não pretendia reconhecer as independências, vindo a sofrer inúmeros problemas.
- Tentou contemporizar a situação - promoveu “reformas” econômicas e sociais.
- Agravamento da situação por recorrer à violência para conter as agitações que ficaram excessivas (como na Indochina e Argélia).
- Tratamento violento gerou oposição rancorosa entre colonizados e colonizadores - situação permite o desenvolvimento de grupos armados comunistas (como no Vietnã do Norte, que terminou aderindo ao socialismo).

A DESCOLONIZAÇÃO NA ÁFRICA

Características da Descolonização na África

O Imperialismo deixou marcas profundas no território e na civilização africana.

A estrutura da sociedade primitiva tribal foi destruída, ou descaracterizada, mas sem assimilar o novo modo de vida “europeizante”.

As novas fronteiras não levaram em consideração as divergências tribais.

Nada se fez para integração racial - tendência de agravamento da segregação (como na África do Sul).

A luta ao sul do Saara de forma geral foi pacífica (uso de boicotes organizados, petições e greves).

A África Inglesa

Gana - movimento pacífico liderado por Kwame Nkrumah (em 1957) - eleito presidente, terminou sendo deposto por um golpe militar em 1926 - novo golpe em 1972 conduziu o coronel Acheampong ao poder.

Federação da Nigéria - formada em 1954 por tribos e regiões distintas, mas tendeu ao desmembramento:

- Camarões do Sul (1961).
- Nigéria (1963).
- Biafra tentou separar-se da Nigéria, numa sangrenta guerra civil (1967).

Serra Leoa e Gâmbia - ganham relativa autonomia dos ingleses, sem graves crises, e conseguindo suas

independências entre 1961 e 1965.

Quênia - revolta da tribo Mau-Mau (dos Kikuyus), que levou a uma guerra sangrenta devido às terras ocupadas por colonos brancos - independência concedida em 1963.

África Central Inglesa - criação da Federação da Rodésia e da Federação da Niassalândia (nas quais mantêm-se os interesses dos colonos brancos, relativamente bem até 1963) - houve desmembramento em:

- Independência da Rodésia do Norte (Zâmbia).
- Independência da Niassalândia (República Malawi).

Tanganica - ficou independente em 1963, mas a manutenção dos privilégios da aristocracia de Buganda levou-a a conflito interno em 1966.

A África Francesa

A França preocupara-se na África com a assimilação da população nativa, formando uma elite afrancesada, ao mesmo tempo mantendo uma enorme massa não-integrada.

Concessões francesas tentam em vão manter suas colônias:

- a ajuda das colônias à França na II Guerra Mundial predispõe o general De Gaulle.
- Conferência de Brazzaville (1944) - os governadores das colônias francesas optam por maior autonomia e representação no Parlamento Francês, mas sem independência.
- a Constituição Francesa de 1946 trouxe novas disposições sobre as colônias: direito de representatividade e assembléias locais eleitas por colégio duplo (mistas).

Há rebeldia das colônias francesas mediterrâneas:

- Argélia - não concorda com o tratamento de colônia no Pós-Guerra - inicia a luta armada (1954/1962), mantendo-se por 9 anos (represália francesa violenta, fazendo muitas vítimas).
- Marrocos - rebelou-se em 1955, conseguindo a independência em 1956.
- Tunísia - em 1934, já tentara um movimento de independência liderado por Habib Bourghiba, mas interrompido pela guerra - reata movimento guerrilheiro após a II Guerra Mundial, até sua autonomia em 1953.

A França reacende a contemporização com a Lei de Deferre (1956) - criada para conter o exemplo das colônias mediterrâneas, levando à instituição da fragmentação da África francesa negra.

- Sufrágio universal.
- Maior autonomia às assembléias locais.
- Criação de um conselho governamental em cada localidade.

Em 1958, a França coloca duas opções:

- associar-se à França numa Federação.
- caminhar em direção à independência por conta própria (aceita apenas pela Guiné).

Guiné - preferiu optar pela independência, sob a liderança de Sekou Touré, que buscou auxílio no

Ocidente e no Oriente - seu exemplo bem-sucedido foi seguido depois por outras colônias (recebeu ajuda da URSS e da China Popular).

A liquidação do Império Colonial Francês (1960), independências do Sudão Francês, Camarões, Madagascar, Togo, Daomé, Niger, Alto Volta, Costa do Marfim, Chade, Congo e Gabão, Mauritânia e Senegal (de Leopold Senghor, que optou pelo socialismo).

A África Belga

Encontrou muitos problemas para consolidar sua independência.

Conseguiu sua independência sob a liderança de Patrice Lumumba - já no início teve que enfrentar um movimento separatista da província de Catanga (liderado por Moise Tchombe).

O Congo Belga passou por duas intervenções:

- intervenção belga.
- intervenção militar da ONU (a pedido).

Conseguindo o apaziguamento, Lumumba iniciou um vasto programa de modernização pedindo ajuda soviética - foi destituído por Kasavubu.

O coronel Mobutu aprisiona e assassina Lumumba - surge confusão generalizada - acontece nova intervenção da ONU em 1962.

Em 1965, Mobutu conseguiu depor Kasavubu, tornando-se chefe de Estado - mudou o nome do país para Zaire.

Ruanda e Burundi - os últimos territórios belgas conseguem sua independência em 1962.

A África Portuguesa

O Império Colonial Português foi dos últimos a dissolver-se. A década de 60 conheceu movimentos separatistas em três de suas colônias.

Movimentos angolanos:

- MPLA de Agostinho Neto.
- UNITA de Jonas Savimbi.
- FNLA de Holden Roberto (surgida em 1972).

Movimento da Guiné - PAIGC de Amilcar Cabral.

Moçambique - Frelimo de Eduardo Mondlane.

A Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974): fez a liquidação do Estado salazarista, com nova política colonial. Portugal passa a buscar por acordos para a emancipação.

- Guiné-Bissau (1974).
- Moçambique (1975).
- Angola - deveria ficar independente em 1975, mas devido às más relações, Portugal abandona o território antes do tempo - surge luta interna pelo poder, vencendo o M.P.L.A. de Agostinho Neto (com apoio de tropas cubanas).

Resultados da descolonização para Portugal:

- grandes perdas materiais e humanas.
- endividamento com as guerras e perda de arrecadação (resultando em perdas internas).
- surgimento da questão dos retornos.
- queda da renda nacional e desemprego.

A DESCOLONIZAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO

A Formação dos Estados Islâmicos Modernos

Os países árabes até o final da I Guerra Mundial pertenciam ao Império Otomano, mas com o seu desmembramento, formaram-se Estados sob a tutela da Inglaterra e da França como a Palestina, Síria, Líbano, Transjordânia e Iraque (o Egito e a Pérsia já eram protetorados britânicos).

A Independência do Egito

Recebe a independência da Inglaterra em 1922, constituindo-se numa monarquia liberal - os ingleses se mantêm em seu território controlando o Canal de Suez e o Sudão - em 1936, ganha melhores condições como país soberano.

A Formação da Liga Árabe

Líderes árabes reunidos em Alexandria (1944) reprovam a intervenção francesa no Líbano e o

expansionismo israelense, levando-os a fundar a Liga em 1945 - Egito, Transjordânia, Síria, Líbano, Iraque e Reino Saudita.

O 1º Conflito Árabe x Israelense

A Inglaterra declarou findo o seu mandato sobre a Palestina a 13 de maio de 1948.

Os judeus residentes na Palestina proclamam o Estado de Israel - ataque da Liga Árabe (forte resistência) - resposta israelense com o bombardeio do Cairo.

Paz temporária assinada por intervenção da ONU (1949).

Novo Conflito Egípcio-Inglês (1952)

Surgiu devido a pretensões no Sudão - motivou a queda do rei Faruk por golpe de Estado executado por oficiais liderados pelo Coronel Gama Abdel Nasser, que inaugurou um programa de reformas.

A DESCOLONIZAÇÃO NA ÁSIA

A Independência da Índia

A luta de independência, no seu auge, foi conduzida pelo advogado Mahatma Gandhi, caracterizada pelo princípio da não-violência.

Em 1947, a Grã-Bretanha propôs o acordo de divisão da Índia e Paquistão (predomínio de muçulmanos):

- o Paquistão Oriental ficou separado do Ocidental por mais de 1700 km.
- o Paquistão Oriental terminou por declarar-se independente, como Bangladesh, em 1971.
- ainda permanece a disputa entre a Índia e o Paquistão pela Caxemira (norte da Índia).

Após a independência, a Índia passou a fazer parte da Comunidade Britânica - o Estado indiano assumiu um papel importante, organizando planos qüinqüenais.

Os primeiros governantes hindus: Nerhu, Shastre e Indira Gandhi (1966).

Ceilão

Emancipado pacificamente em 1948, integrando a Comunidade Britânica (como Sri Lanka).

Birmânia

Também independente em 1948, após ocupação do Império Japonês na II Guerra Mundial.

Federação Malásia

Formada em 1946 por vários Estados, tornando-se independente em 1957.

Cingapura

Livre, fez parte da Federação Malásia até 1965.

República Indonésia

Criada em 1945 sob a chefia de Sukarno, mas disputas internas e internacionais conturbaram a situação.

Os holandeses a invadiram, tentando recuperá-la, levando a luta armada até 1947.

As hostilidades recomeçaram e Sukarno foi preso - intervenção da ONU (retirada dos holandeses).

A Independência da Indochina

Constituída pelo Vietnã, Laos e Cambodja, foi uma colônia francesa até 1940 - sua independência tem sido marcada por intensa violência:

- foi ocupada pelos japoneses na II Guerra Mundial; em 1945, os japoneses criaram o Estado Autônomo do Vietnã (formado por Tonquim, Anam e Cochinchina) - entronizado o imperador Bao Dai com capital em Saigon.

- a resistência contra os franceses e japoneses já vinha sendo feita por Ho Chi Minh (que fundou o Partido Comunista da Indochina ou Vietminh, em 1931) chegou a tomar o poder no Norte (1941), criando a República Democrática do Vietnã (capital Hanói).

- a ocupação japonesa foi superada por uma coligação entre forças vietnamitas, chinesas e inglesas (que ocuparam temporariamente o território); ao término da II Guerra, a França pretendia recuperar o território, negociando com o Vietaminh, provocando um conflito armado iniciado em 1946.

A guerra da Indochina (1946/1954).

- os franceses chefiados por Thierry d'Angenlieu (emissário francês na Indochina) apoiaram a proclamação da República da Cochinchina em Hanói (reconhecendo, ao mesmo tempo, dois governos).
- os franceses interrompem as negociações e tentam impor-se militarmente - Ho Chi Minh passa para a clandestinidade e para a guerrilha (chefiada por Vo Nguyen Giap), após um fracassado golpe vietminh em Hanói (dezembro de 1946).
- a França propõe a independência do Vietnã dentro da União Francesa (mantendo o imperador Bao Dai), mas não foi aceito por Ho Chi Minh.
- a internacionalização do conflito (1949 ou 50) - vietminh passa a ser apoiado também pela China Popular (já era apoiada pela URSS) e os EUA passam a dar ajuda militar e financeira à França.
- a vitória de Gian, sobre os franceses em Dien Bien Phu (07/05/1954) acelerou as negociações - assinatura do Acordo de Genebra (1954); pôs fim ao conflito com a divisão temporária do Vietnã (paralelo 17) até as eleições a serem realizadas em julho de 1956; o imperador nomeia Ngo Dinh Diem como ministro do Vietnã do Sul (católico e anticomunista); o Vietminh assumiu o governo do Norte (Ho Chi Minh); a Legião Estrangeira retirou-se definitivamente.
- O conflito estava longe de ser resolvido, desencadeando depois a Guerra do Vietnã (1961/75), estendendo-se mesmo até os nossos dias.

A Independência da Coréia

A Coréia fora invadida pelo Império Japonês em 1910, desmembrando-o do Império Chinês até 1945, quando os Aliados resolveram sobre seu destino na Conferência de Potsdam (1945); divisão em duas áreas pelo paralelo 38 (entre EUA e URSS), devendo ser formado um Estado independente sob patrocínio da ONU.

O agravamento da Guerra Fria dificulta o plano original: a URSS cria problemas para a comissão na ONU (não deixando que entrassem em sua zona) e os EUA supervisionam eleições apenas no Sul.

- no Sul, empossou-se Sungman Rhee.
- no Norte, Kim Il Sung de tendência comunista.
- os norte-americanos e soviéticos retiram-se.

Agravam-se as tensões entre as duas repúblicas, terminando com a invasão do Sul por tropas de Pyongyang (25 de junho de 1980).

A Guerra da Coréia (1950/53): imediatamente houve intervenção americana ordenada por Harry Truman (pelo general Mac Arthur) - a ofensiva norte-americana levou as linha de combate até a fronteira com a Manchúria - contra-ofensiva norte-coreana com participação direta da China Popular (e apoio soviético) - Truman substitui Mac Arthur por Matthew B. Ridgeway, iniciando a negociação de paz - Armistício de Panmunjun (1953) no governo de Dwight Eisenhower, voltando-se aonde se estava antes.

43_25

EXPANSÃO MARÍTIMO COMERCIAL

Introdução

Ao estudarmos o significado e os mecanismos básicos do antigo sistema colonial, procuramos traçar o esquema teórico do colonialismo moderno. Com efeito, em função da existência de um sentido comum a todos os empreendimentos colonizatórios europeus, pudemos elaborar o modelo da colonização mercantilista. Sabemos, no entanto, que um simples quadro dos traços fundamentais do antigo sistema colonial não consegue explicar, em toda a sua complexidade, a colonização de cada uma das regiões extra-européias descobertas no curso da expansão ultramarina.

Realmente, o processo de ocupação e povoamento das diversas zonas coloniais, embora inserido nas linhas mestras do colonialismo mercantilista, envolveu uma gama rica e variada de situações e eventos originais e atípicos. Noutros termos, cada esforço colonizatório , apesar de obedecer ao plano maior das

necessidades de desenvolvimento do capitalismo mercantil, tem sua própria história, apresentando inevitavelmente facetas específicas. Em consequência, o estudo da formação de um núcleo de colonização numa área periférica supera os limites de um esboço teórico, necessariamente empobrecedor, de todo o sistema colonial mercantilista.

Assim também, o movimento colonizador do Brasil, apesar de plenamente integrado no cenário do colonialismo moderno, deve ser entendido como um esforço particular de uma nação européia detentora de características originais: Portugal.

FORMAÇÃO DE PORTUGAL

A Península Ibérica, berço geográfico da pátria portuguesa, foi primitivamente habitada por um povo cuja procedência é envolta numa complicada teia de lendas - os iberos. A partir do ano 2000 a.C., um novo grupo étnico - os celtíberos, formado com a assimilação dos iberos pelos celtas - povoaria a região.

Por volta do século XII a.C., gregos e fenícios estabeleceram feitorias no recortado litoral da península, notadamente em Cádis, Málaga e Sevilha. Tempos depois, também os cartagineses penetraram no disputado solo ibérico.

Toda a Ibéria foi a seguir subjugada pelos romanos, ao serem derrotados os heróicos combatentes do pastor Viriato, líder da resistência da antiga Lusitânia. Logo transformado em província do Império Romano, o território sofreria um processo de total romanização.

No século V, com o desmantelamento do Império Romano, ondas sucessivas de bárbaros germânicos - vândalos, alanos e suevos - assolaram a península.

Sob o comando de Ataulfo, depois instalaram-se na conturbada área os visigodos, unificando-a politicamente e dando, desta maneira, início a um processo de civilização.

Entretanto, no século VIII, o panorama peninsular seria radicalmente alterado: atravessando o estreito das Colunas de Hércules (hoje Gibraltar), os árabes ocuparam quase totalmente as terras ibéricas. Muitos descendentes dos antigos visigodos, recusando-se a aceitar o jugo muçulmano, refugiaram-se nas Astúrias e, comandados por Pelágio, iniciaram um conflito que iria durar oito séculos: a Guerra da Reconquista. Gradualmente, no decorrer dessa prolongada e sangrenta luta - reflexo das Cruzadas, na Península Ibérica - , por todo o território hispânico começaram a surgir pequenos reinos cristãos. No século XI, três deles - os de Leão, Castela e Galiza - unificaram-se sob a égide de Afonso VI. Este, empenhado na luta contra os árabes, buscou o auxílio de fidalgos estrangeiros interessados em participar do esforço militar ibérico.

Dois nobres franceses, Raimundo e Henrique de Borgonha, atenderam ao apelo do rei. Em recompensa pelos serviços prestados à causa espanhola, Raimundo recebeu em casamento Dona Urraca - filha mais velha de Afonso VI - e, a título de dote, a suserania do Condado da Galiza. Henrique casou-se com Dona Teresa, filha bastarda do soberano leonês, e ganhou as terras localizadas ao sul do rio Minho: o Condado Portucalense. Com a morte de Afonso VI, uma grave crise abalou a Península Ibérica. Os acontecimentos precipitaram quando Dona Urraca, reconhecida como legítima sucessora, exigiu a vassalagem do Condado Portucalense. Entretanto, D. Teresa, então viúva e ligada a um nobre galego, o Conde Fernando Peres de Trava, recusou-se a reconhecer a autoridade da irmã. D. Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha

e Teresa, irritado com a influência exercida pelo Conde de Trava sobre sua mãe, rebelou-se contra esta, vencendo seus partidários na Batalha de São Mamede. Em seguida, buscando livrar o Condado Portucalense de qualquer presença estrangeira, o jovem nobre lusitano enfrentou sucessivamente Afonso VII em Cerneja e os mouros em Ourique. Vitorioso e politicamente fortalecido, Afonso Henrique proclamou a independência do condado, intitulando-se rei de Portugal, em 1139.

Quatro anos depois, com o reconhecimento da autonomia portuguesa na Conferência de Zamora, estaria consolidada a primeira dinastia do novo reino: a dinastia de Borgonha.

Como vimos, ao assinalarmos os principais eventos de sua formação, Portugal era a princípio um simples condado resultante do fracionamento da Galiza e foi forjado no calor de violentas lutas contra espanhóis e árabes. Em decorrência das necessidades militares impostas por essa situação, o reino luso, antecipando-se às demais nações européias, apresentou um rápido fortalecimento do poder real, em detrimento da descentralização política própria às formas feudais. De fato, a Reconquista e a constante ameaça leonesa, exigindo a manutenção de um exército permanente, levaram a monarquia lusitana a concentrar o poder em suas mãos. Dessa forma, embora ainda predominassem relações de vassalagem no campo, a nobreza lusa não era detentora de grandes privilégios políticos. A inexistência em território português de uma Idade Média, no sentido sociológico, acarretou duas consequências fundamentais. Primeiramente, Portugal conheceria o desenvolvimento de um nacionalismo prematuro, ao tempo em que, noutras regiões da Europa, o conceito de nacionalidade ainda se encontrava num estágio embrionário. Em segundo lugar, a guerra portuguesa contra os mouros, ao contrário do que ocorreu no resto da Península Ibérica, não seria travada em nome do Ocidente cristão, assumindo um caráter acentuadamente nacionalista.

Ainda nos momentos iniciais da formação lusitana, sob a dinastia de Borgonha, surgiu o contraste, que perduraria por longos anos, entre o litoral e o interior. O primeiro, onde a pesca, a navegação e o comércio conheceram grande desenvolvimento, era marcado por grandes flutuações sociais, mobilidade populacional, lucrativas trocas e amplos contatos com mercadores estrangeiros. No interior, pelo contrário, a atividade agrícola, realizada em bases feudais, vivia em permanente crise, responsável pelo êxodo de populações inteiras.

De modo geral; pode-se dizer que os grupos interessados na preservação da autonomia portuguesa e no crescimento econômico habitavam a faixa litorânea. Os senhores feudais do interior, por outro lado, colocavam-se claramente a favor do domínio castelhano. Por todos esse fatores, coube à camada mercantil, cuja ascensão se deveu principalmente à crescente importância dos portos portugueses, o principal papel da consolidação da autonomia e na integração territorial da nação lusitana, esta última efetivada com a progressiva expulsão dos árabes para o Continente Africano.

A reconquista cristã do Mediterrâneo, levada a cabo pelo movimento das Cruzadas, iniciado no século XI, causou profundas transformações no modo de vida europeu. Com efeito, aberta essa nova rota marítima, proveitosas transações comerciais passariam a ser realizadas com o mundo oriental. Assim, graças à existência de prósperos mercados no Levante, o Velho Mundo, dando início a um acelerado processo de acumulação de riquezas, acabou por superar as barreiras que até aquele momento entravavam seu desenvolvimento econômico. Inúmeras foram também as alterações sociais então provocadas. Diversas cidades européias, notadamente em Flandres e na Itália, tornaram-se verdadeiros baluartes da luta dos grupos mercantis emergentes contra as velhas estruturas agrícolas da ordem feudal.

Pouco a pouco, a presença dos comerciantes foi transformando os modos de produção e, em conseqüência, as relações sociais do Velho Continente. Esses ambiciosos mercadores trouxeram consigo a produção livre e assalariada, a ampliação da economia de mercado e a proliferação dos núcleos urbanos.

Por longo período, a Europa conheceu notável surto de prosperidade. O crescimento da força de trabalho, em razão da existência de enormes contingentes disponíveis de mão-de-obra, e o aumento do mercado consumidor, em função do incremento da produção agrícola e artesanal sob o regime de assalariamento, provocaram a elevação dos preços das mercadorias, garantindo uma grande margem de lucro para os comerciantes e produtores medievais. No entanto, todas essas enormes mudanças sofridas pela sociedade ocidental continham as sementes das convulsões sociais e econômicas que abalariam o Continente Europeu nas primeiras décadas do século XIV. Com efeito, o renascimento comercial gerara novas formas de acumulação de riqueza, baseadas na exploração do simples produtor e na ruína progressiva dos proprietários rurais.

Cada vez mais, os grandes mercadores e banqueiros, detentores de enormes fortunas privadas, esmagavam os pequenos e médios artesãos e negociantes. Logo, por toda parte, grassava a intranqüilidade social. A instabilidade, motivada pelas rápidas e profundas mudanças sócio-econômicas, delineava nos campos e nas cidades assustadoras perspectivas para a maior parte da população européia. Agravando a crise, o rei, interessado em saldar as dívidas decorrentes das constantes guerras em que se envolvia, desvalorizava a moeda. Essa medida encarecia os gêneros básicos e, em consequência, inúmeras famílias européias, com a diminuição do seu poder aquisitivo, encontraram-se subitamente em enormes dificuldades.

Em contrapartida, as reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais, em matéria salarial, não obtinham mais ressonância. A inflação desorganizava a produção e as trocas, fomentando um grande número de crises de crédito e inseguranças monetárias.

No início do século XIV, o “Velho Continente” foi vítima de sucessivas crises de subsistência. Realmente, a insuficiência alimentar, gerada pela contínua escassez de trigo, causou a morte de milhares de camponeses e citadinos em todos os lugares da Europa. Por outro lado, a Guerra dos Cem Anos

(1337/1453) tornaria a situação ainda mais crítica, fazendo-se acompanhar de peste e carência de alimentos. A falta de cereais tornou-se uma constante na vida econômica do século XIV, notadamente na Península Ibérica.

Em consequência, a Europa passou a viver um atribulado período de revoluções. Tensões sociais e inquietações econômicas surgiam de todos os lados, gerando insegurança. As revoltas que partiam das cidades flamengas, onde as grandes comunas tomaram a direção do movimento político, eram movimentos semelhantes na França, na Itália, na Inglaterra, em Portugal, em toda parte. As rebeliões populares destronaram a oligarquia burguesa dos postos de comando, sem contudo conseguirem estabelecer uma ordem durável. A guerra, por seu lado, tornava cada vez mais crítica a situação dos pequenos e dos pobres. A Europa do século XIV apresentava o triste espetáculo de uma civilização em crise.

Essas revoluções democráticas atestam as profundas transformações da vida econômica e da estrutura social do Ocidente cristão no decorrer da Baixa Idade Média. Nessas lutas, a burguesia conjugava todas as suas forças para arrebatar à nobreza o poder político. Para isso, aproveitava as explosões de desespero das classes populares, permanentemente sacrificadas. À medida que minguavam os rendimentos do senhor rural, comprimindo-se a aristocracia da terra entre a ameaça da centralização do poder real e as novas forças econômicas emergidas da reconquista cristã do Mediterrâneo, desagregava-se o prestígio da tradicional sociedade campesina, para dar lugar a uma nova classe composta de comerciantes, marinheiros e armadores, amparada pelo trono. Nessa classe via-se, cada vez mais nitidamente , a base em que se erguia o edifício da nova Europa. As estruturas econômico-sociais sentiam, então, a urgente necessidade de se libertarem das tradicionais sujeições impostas pelos “consórcios” ítalo-muçulmanos da orla mediterrânea.

Investindo contra esse monopólio conservador, o incipiente capitalismo comercial do Continente Europeu poderia sobreviver e desenvolver-se. Para isso necessitava, antes de tudo, quebrar as amarras que o prendiam, desprezando os problemas ligados ao Mediterrâneo e alargando sua expansão econômica até os ricos mercados de ouro, dos escravos e das especiarias afro-asiáticas. Foi quando se colocou à Europa Ocidental a questão da conquista do Atlântico desconhecido. Solução arriscada e dispendiosa, mas única.

DIVISÃO DA HISTÓRIA PORTUGUESA ATÉ A ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS

- *Primeiro Período:* da autonomia (1139) à revolução do Mestre de Aviz (1383)
- *Segundo Período:* da revolução do Mestre de Aviz (1383) aos descobrimentos oceânicos (1497 - viagem de Vasco da Gama à Índia).

Caracterização dos Períodos Históricos Portugueses

Primeiro período

- Autonomia e centralização monárquica
- Conquista Territorial (progressiva expulsão dos árabes)
- Aumento da importância dos portos
- Ascensão do grupo mercantil
- Primeiras técnicas de comércio
- Avultamento da importância da navegação
- Distribuição das especiarias
- Acumulação de capital comercial

Segundo período

- Marcha ascendente da expansão mercantil
- Concentração em Portugal de recursos e técnicas de comércio e navegação
- Descobrimento das Ilhas Atlânticas
- Acirramento da luta entre o grupo mercantil (litoral) e a classe feudal (interior)
- Edificação da empresa das navegações
- Aumento da importância das operações financeiras (capital usuário)

Fatores do Pioneirismo Português

A crise portuguesa de 1383/1385, conhecida como Revolução de Aviz, foi o reflexo ibérico da tragédia econômico-social européia do século XIV. Nos primeiros séculos de sua história, Portugal tornara-se, graças à sua localização atlântica, um dos mais movimentados pontos de passagem marítima do Ocidente. Por esse motivo, em suas cidades litorâneas, bases do comércio luso a longa distância, um ousado grupo de mercadores rapidamente enriquecidos adquiria crescente poder. Por sua vez, a dinastia de Borgonha tudo fizera para amparar as aspirações da burguesia portuária lusitana, cujo raio de ação se estendia do mar do Norte ao Mediterrâneo Ocidental. Entretanto, em 1383, com a morte do rei D. Fernando I, o último dos Borgonha, uma grave ameaça pairou sobre a classe mercantil.

O falecimento do monarca levou a nação portuguesa a terrível impasse. D. Fernando não deixara descendentes varões, e Beatriz, única filha de seu matrimônio com Dona Leonor Teles, estava casada com João I de Castela. Assim, conforme acordo assinado em 02 de abril de 1383, o trono português caberia ao primeiro filho que viesse nascer do enlace de Beatriz com D. João.

No entanto, nessa fase de espera, a viúva de D. Fernando exerceria a regência. Somente no caso de Beatriz

morrer sem filhos e de não haver outro sucessor legítimo é que a coroa portuguesa passaria ao príncipe castelhano. Como já vimos em tópico anterior, à nobreza lusa, desprovida de privilégios políticos no reino de Portugal, interessava a União Ibérica. Entretanto, para a classe mercantil, ciosa da autonomia nacional, e também para as massas populares - a arraia miúda -, temerosas do jogo senhorial, o domínio espanhol era intolerável.

Álvaro Pais, burguês intelectual com grande influência sobre o povo, principalmente nas camadas mais humildes de Lisboa, conclamou as massas à rebelião. No seu modo de ver, o primeiro passa para a salvação de Portugal seria a eliminação do conde Andeiro, amante de Dona Leonor Teles e líder dos setores hispanófilos. Nuno Álvares Pereira, porta-voz do grupo mercantil, indicou D. João, Mestre de Aviz, meio irmão de D. Fernando, para assumir o governo lusitano. Logo após a morte do conde Andeiro ocorreu a sublevação popular que destituiu Leonor Teles da regência e colocou no trono o Mestre de Aviz. A rainha fugiu para Santarém, de onde marcou um encontro com seu genro castelhano, que aguardava um pretexto para invadir o território português. Realmente, ansioso por tomar conta da herança de sua mulher, D. João de Castela mobilizara os seus exércitos.

A situação era crítica, pois a causa nacional e patriótica vinha sendo defendida apenas por uns poucos nobres, apoiados na arraia miúda. Tudo lhes faltava: dinheiro, armas, prestígio e soldados. Somente a burguesia portuária, sobretudo de Lisboa e Porto, tinha condições materiais para a defesa da soberania lusa. Com efeito, foi nas riquezas dos mercadores do reino que o Mestre de Aviz encontrou o amparo financeiro. Com a adesão da classe mercantil, a revolução perdeu seu caráter popular, transformando-se num movimento burguês. Dessa forma, as massas populares passaram para segundo plano, revelando-se então o interesse do grupo mercantil . A burguesia comercial e marítima, comandando agora a insurreição, tinha um objetivo específico: dirigir os negócios do reino.

Em 1385, graças à hábil argumentação do jurista João das Regras, o Mestre de Aviz foi aclamado rei sob a denominação de D. João I. Ainda nesse ano, a independência portuguesa seria consolidada após as vitórias obtidas pelos exércitos de Nuno Álvares Pereira contra os castelhanos, nas batalhas de Aljubarrota e Valverde.

Finalmente, depois de um longo período de intranqüilidade, encerrava-se a Idade Média para o povo lusitano. A nação, agora sob a liderança burguesa, podia traçar novos rumos, tomando consciência dos seus destinos. Portugal voltava ao trabalho e a revolução tornava-se, aos poucos, apenas uma lembrança gloriosa. Com os Aviz no trono, a pátria portuguesa, um Estado livre e coeso, atingira sua maioridade política. Portugal estava agora pronto para a grande tarefa: a conquista do Atlântico.

Etapas dos Descobrimentos Portugueses

No início do século XV, a burguesia mercantil da Europa ocidental sentiu que, para superar a crise que então abalava a vida econômica, era necessário libertar o comércio das restrições impostas pelo bloco ítalo-muçulmano da orla mediterrânea. Com efeito, as trocas realizadas com o Oriente proporcionavam lucros fabulosos aos intermediários árabes e italianos - detentores do monopólio do comércio mediterrâneo, - acarretando, em contrapartida, sérios déficits para os mercadores do Atlântico europeu. Impunha-se, portanto, às classes mercantis do Ocidente, suprimir essa onerosa concorrência.

Somente a conquista do Atlântico, rota alternativa para os ricos mercados do Levante, poderia quebrar as amarras que prendiam a economia da Europa do Norte ao monopólio dos comerciantes da área do Mediterrâneo. As sucessivas crises de mão-de-obra e de metais preciosos, que assolavam o mundo europeu desde o século XIV, exigiam uma rápida solução para o problema. Essa delicada conjuntura da realidade econômica do Velho Continente forçaria a procura do ouro e de escravos em regiões extra-européias. De fato, a Guerra dos Cem Anos e as pestes que haviam vitimado o Continente Europeu provocaram uma diminuição na extração de metais preciosos. O minguado meio circulante, em boa parte retido pelas cidades italianas, passou a não atender mais às crescentes exigências de numerário do comércio a longa distância. A queda da mineração do cobre e da prata na Europa central (Hungria, Tirol e Boêmia) precipitou as crises do crédito e da moeda. A inexistência de estoques de minérios preciosos gerou um clima de insegurança em toda a vida econômico-financeira. Em fins do século XV, a Europa estava profundamente doente. O diagnóstico da enfermidade, no entanto, era bastante simples: carência de ouro e prata, ou seja, uma progressiva desmetalização que acarretava o congelamento do comércio e a paralisação das trocas comerciais. Além disso, com a redução da massa metálica, nenhum dos artigos habitualmente comercializados pelo capitalismo europeu conseguiria equilibrar uma balança de pagamentos totalmente deficitária. Os tecidos e os produtos agrícolas não eram suficientes para cobrir as importações provenientes dos mercados orientais. Sem ouro, as trocas eram impossíveis e toda a estrutura comercial européia estava em perigo.

Todos os meio disponíveis foram utilizados para se contornar a crise. Com a finalidade de corrigir a depressão, os reis, num primeiro momento, recorreram à depreciação das moedas. Sem dúvida, a desvalorização do numerário era um modo fácil de enriquecer - e também de empobrecer - , ao qual a realeza, maravilhada com a simplicidade do processo, não conseguiu resistir. Assim os monarcas europeus abusaram desse poder de elevar ou enfraquecer o valor monetário conforme fossem devedores ou credores. Em breve, cada depreciação monetária dava lugar a outra. Na realidade, os ganhos daí advindos eram bastante ilusórios, pois quando as contribuições devidas ao Estado eram pagas em moeda desvalorizada, os benefícios logo se transformavam em pesados prejuízos. Em consequência, as quebras monetárias revelaram-se um pobre e quase ineficaz paliativo. Além disso, o enfraquecimento do numerário acarretou a elevação dos preços, gerando ampla intranqüilidade social.

As inúmeras complicações então surgidas no campo econômico, no setor financeiro e no quadro social representaram graves obstáculos à totalidade da população européia, entravando especialmente o desenvolvimento da burguesia comercial e marítima. Outro fator contribuía para tornar a situação ainda mais crítica: a Europa ocidental, apesar de desprovida de meios de pagamento, tinha necessidade de goma e de tintas, reclamadas pela florescente indústria têxtil. Isso forçava as camadas proprietárias de Flandres, da Inglaterra e de Portugal a efetuar vastas compras de substâncias tintureiras e de gomas nos mercados da

orla mediterrânea. Obviamente tais transações provocaram uma transferência, cada vez maior, de metal precioso para os cofres italianos e árabes.

A camada mercantil e os Estados Nacionais não podiam assistir de braços cruzados à tragédia econômica que se abatera sobre a Europa ocidental. Na verdade, a superação da grande crise era a meta de todo o corpo social. A Igreja Católica, por exemplo, via na expansão ultramarina - única solução possível para o problema europeu - um prolongamento da luta contra o Islão e, também, uma forma de cristianização de enormes contingentes humanos. Para a nobreza, arruinada pelo enfraquecimento das estruturas feudais, a aventura marítima seria uma maneira de recuperar o prestígio e o poder perdidos. O povo, principal vítima da guerra, das pestes e da carestia, ansiava por novas oportunidades de emprego e meios de enriquecimento. A realeza, por sua vez, encarava o empreendimento marítimo como a fonte dos recursos essenciais à centralização da estrutura administrativa estatal. Todos, pois, mostravam-se interessados na conquista do Ultramar. Assim, a Europa ocidental, por inteiro, atirou-se decidida em direção ao Oceano Atlântico.

A vanguarda da epopéia dos descobrimentos coube a Portugal. Colocado numa encruzilhada de dois mundos - o Mediterrâneo e o mar do Norte - , o pequeno reino seria a formidável porta da Europa. Pobre, apertada contra o mar por um vizinho ambicioso e prepotente - a Espanha - , a pátria lusitana encontrou no Atlântico o espaço para crescer. Inúmeros foram os fatores que levaram Portugal a exercer um papel pioneiro nas grandes navegações:

Estado Nacional precocemente centralizado

Portugal, graças à Revolução do Mestre de Aviz, foi a primeira nação européia a conhecer a união dos interesses da camada mercantil aos do Trono, sob a inspiração do Mercantilismo.

Posição geográfica privilegiada

A localização do reino português permitia que as rotas de comércio do mar do Norte, do Báltico e do Mediterrâneo convergissem regularmente para seus portos. A organização da via marítima de Flandres, desviando o eixo mercantil europeu do Reno para o Atlântico, favoreceu Portugal. Por isso, as transações à distância adquiriram tal amplitude, que mercadores portugueses freqüentavam com regularidade os entrepostos da Inglaterra, de Castela, de Marrocos e da própria Flandres .

Longa prática de atividades pesqueiras

Já nos tempos do pastor Viriato, herói da resistência lusa às hordas romanas, o homem do litoral português vivia fundamentalmente da pesca - o mar era a sua segunda morada.

Notável aperfeiçoamento técnico da navegação

Contando com o apoio da Coroa e da burguesia comercial, D. Henrique - filho de D. João I, o iniciador da dinastia de Aviz - fundou a Escola de Sagres, reunindo os melhores especialistas e estudiosos de navegação de toda a Europa.

A cidade de Ceuta, cuja origem não foi bem determinada, localiza-se à frente do estreito de Gibraltar. Ocupada pelos árabes merímidas, Ceuta era o principal porto na zona ibero—africana e ponto de

cruzamento de diversas vias de comércio. Para lá convergiam ouro, seda, especiarias orientais, marfim e escravos. Além disso, a bela cidade era considerada uma das melhores bases para a navegação entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Dispondo de um clima agradável, possuindo um solo fertilíssimo para a agricultura, Ceuta, cujo nome significa “cidade bem cercada”, era uma presa das mais atraentes.

Em 1415, data inicial da aventura marítima portuguesa, Ceuta foi conquistada pelos navegadores e soldados do rei D. João I. Inúmeras razões levaram Portugal à tomada da importante cidade. Imperativos de toda ordem - políticos, religiosos e econômicos - atuaram como elementos motores do empreendimento. Cada razão, cada estímulo, agiria mais fortemente neste ou naquele setor da sociedade lusa. Os motivos eram diversos, mas ninguém se mostrava insensível às aspirações de natureza econômica ou religiosa. Realmente, a conquista de Ceuta foi uma empresa nacional e cosmopolita, englobando os mais díspares interesses. A aventura convinha ao Rei, à nobreza, à burguesia dos portos, ao “povo miúdo”, enfim, à nação. A necessidade comum de superar os males decorrentes das crises do século XIV aglutinava todos os ânimos em torno do objetivo de levar avante a temerária expedição. Ceuta, conquistada em função de um complexo de motivos, arremessaria os Aviz para o Atlântico.

O assalto a Ceuta agradava ao rei e aos fidalgos, servos da fé católica. A ocupação da cidade moura estava profundamente ligada ao velho impulso medieval da Reconquista. O espírito cruzadista animava a realeza e a aristocracia. A fidalguia, fiel aos seus votos, sacrificou a vida com o nobre propósito de “servir a Deus”. Com efeito, para a nobreza, toda expansão ultramarina seria um esforço sagrado para a dilatação dos preceitos católicos. A conquista oceânica, no entender do aristocrata, seria a última cruzada, a maior e mais frutífera das quantas até então se tinham realizado para esmagar o infiel muçulmano e propagar o dogma católico. Possuir Ceuta, portanto, significava, acima de tudo, fazer recuar o Islão.

Além do fervor religioso, outro fator da entusiástica adesão da nobreza ao saque de Ceuta foi sua difícil situação financeira. Na realidade, boa parte dos fidalgos era pensionista da Coroa. Vendo os proventos da terra diminuírem cada vez mais em virtude da desvalorização monetária, a aristocracia portuguesa achava-se num impasse econômico, não sabendo qual o melhor caminho a seguir. Para impedir a constante diminuição de seus já parcos recursos, ela só tinha um remédio: alargar por meio da conquista a sua magra bolsa. Atacar Castela, hegemônica na Península Ibérica, seria uma imprudência que não interessava à Casa de Aviz, ainda imatura no trono. Restava, pois, uma saída: desviar a impetuosa porém necessitada nobreza lusitana para o Marrocos.

Paralelamente aos já citados, outro fator, este estritamente militar, levaria o pequeno reino ibérico à conquista do porto muçulmano de Ceuta. A navegação do estreito de Gibraltar vivia em sobressaltos. Os navios que faziam a rota de Flandres corriam o risco permanente de serem pilhados pela pirataria mourisca, que tinha por base de operações o logradouro de Ceuta. As embarcações ocidentais eram obrigadas a navegar em comboios fortemente armados, o que elevava de maneira assustadora os fretes marítimos. Por conseguinte, a posse de Ceuta acarretaria o controle político-militar de Gibraltar e a segurança da navegação mercantil entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

Também os mercadores portugueses estavam interessados no assalto a Ceuta. Esta rica cidade marroquina era um abundante empório de metais preciosos e de escravos africanos. Além disso, a região norte do "Continente negro" tornou-se extremamente importante quando as frotas mercantis italianas passaram a buscar o Atlântico. Os percalços das rotas terrestres transalpinas davam à via marítima veneziana de Flandres um grande vigor econômico. As naus italianas chegavam aos portos napolitanos e sicilianos abarrotadas de vinhos, frutas, azeite, especiarias, lãs e algodão.

Após o desembarque, eram carregadas com açúcar e outros gêneros, seguindo para os entrepostos de Trípoli, Tânger, Constantina e Ceuta, onde os produtos de origem européia constituíam ótima forma de pagamento para as mercadorias do Sudão, transportadas para o norte da África pelas caravanas dos nômades cameleiros.

Certamente, a burguesia portuguesa estabeleceu como meta cortar as grossas correntes do tráfico mediterrânico dominado pelos italianos. Portugal, carente de artigos do Sudão, realizaria uma penetração mercantil no Marrocos, onde era fácil a aquisição de bens da "Terra dos Negros" e do Oriente. A conquista de Ceuta permitiria, no entender do alto comércio luso, desviar as rotas do ouro e dos escravos para o Atlântico ibérico, e era isso que estimulava os comerciantes do reino a participar do empreendimento ultramarino dos Aviz.

No entanto, uma surpresa terrível abalaria as esperanças mercantilistas do homem português. Ao saque seguiu-se a desilusão econômica. O estado permanente de tensão militar na área de Ceuta desviou o comércio. Com efeito, a cidade portuária, até então ponto de convergência de rotas mercantis, transformou-se numa onerosa praça de guerra. Malogravam, assim os sonhos de enriquecimento acalentados pelos mercadores lusos.

Fazia-se, pois, necessário o estudo de novos planos expansionistas. Avançar pelo Mediterrâneo iria ferir os interesses do bloco ítalo-árabe. A luta pela partilha econômica e política da África mediterrânea não interessava a Portugal. Só restava uma saída: bordejar o Continente Africano, desviando as rotas transarianas para o Oceano Atlântico. Iniciava-se, desta forma, a conquista e exploração do "Mar Tenebroso". Tendo aprendido a lição de Ceuta, a burguesia mercantil portuguesa voltava-se agora para o Atlântico, o grande forjador de seus destinos.

Após a conquista de Ceuta, a navegação portuguesa conheceria o apogeu. Para D. Henrique, o Navegador, teórico da aventura ultramarina lusitana, o objetivo maior era chegar ao cabo Bojador, centro do ouro e dos escravos africanos. O próprio Vaticano, por meio das bulas dos papas Eugênio IV, Nicolau V e Calixto III, autorizara a aplicação dos fundos da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, presidida por D. Henrique, na execução do périplo africano.

Em 1425, as ilhas de Madeira e Porto Santo eram atingidas por naus portuguesas, dois anos depois, chegava-se aos Açores. Em 1434, Gil Eanes, discípulo de D. Henrique, avistaria o cabo Bojador. No ano seguinte, Baldaia ultrapassaria o cabo, desembarcando na região do rio do Ouro. Dava-se, assim, o primeiro passo para a conquista da Guiné. Em 1443, Nuno Tristão, navegando além do Cabo Branco, descobriu o arquipélago de Arguim. O feito comoveu a nação portuguesa. As ilhas de Arguim, povoadas por mouros e mestiços, eram abundantes em água doce, fator natural que facilitava a instalação de feitorias destinadas ao resgate de escravos e ao tráfico de especiarias. Arguim tornou-se logo o primeiro grande marco da expansão pelo litoral africano: núcleo do comércio com o "Continente Negro" e, ao mesmo tempo, a colônia pioneira da Europa cristã no misterioso "país dos selvagens".

Em 1460, quando da morte do Infante D. Henrique, o Senegal, o Cabo Verde, Gâmbia, Serra Leoa e o Cabo das Palmas eram territórios amplamente percorridos por negociantes portugueses. A aventura africana já começara a dar os seus primeiro frutos: metais preciosos e braços escravos. Em 1º de setembro de 1481, D. João II subia ao trono português. O novo governo logo traçaria novas diretrizes. Nesse momento, Portugal, a única potência colonial da Europa, conheceria o austero programa de ação política do "Príncipe Perfeito". Com D. João II, o Estado passava a monopolizar a expansão ultramarina. O rei tornava-se assim, o grande empresário da aventura colonial. O governo dos domínios africanos e o tráfico comercial passaram, então, a ser atributos da Coroa. O militar, o administrativo e o mercantil formariam uma só realidade.

A partir daí foi dado um maior impulso à presença lusa na costa oeste da África. Diogo de Azambuja fundaria a fortaleza de São Jorge da Mina. Depois, Diogo Cão e Bartolomeu Dias alcançaram respectivamente, localidades situadas além do Congo e do cabo das Tormentas, que após esta expedição receberia o nome de cabo da Boa Esperança. Finalmente, estava aberto o caminho marítimo para a Índia: em 1497, Vasco da Gama, completando o périplo do "Continente Negro", atravessaria o Oceano Índico , chegando a Calicute. Com isso, as drogas e especiarias orientais estavam ao alcance direto do mercantilismo português. A Europa ocidental rompia as cadeias mediterrâneas que até então entravavam o seu desenvolvimento.

Os Tratados Ibéricos

Com a abertura da rota atlântica para o Oriente, o Mediterrâneo perdeu sua tradicional importância como via comercial. A capital portuguesa, a cosmopolita cidade de Lisboa, tornou-se o empório da Europa, verdadeira ponte entre mundos econômicos diversos. O Oceano Atlântico surgiu, então como formidável moldura geográfica do capitalismo moderno. De fato, a conquista e integração do Atlântico no complexo da civilização ocidental inauguraram uma nova época: a capitalista e, com ela, a europeização do mundo.

Essa revolução seria, posteriormente, completada com o estabelecimento das rotas do Atlântico americano, abaixo e acima da linha do Equador. A montagem do grande império ultramarino da dinastia de Aviz, proporcionalmente gigantesco, foi um processo lento, cheio de riscos e dispendioso. Nesse extraordinário painel devemos situar a descoberta do Brasil. Não seria inútil, portanto, a experiência adquirida pelos nautas e comerciantes lusitanos na construção de uma majestosa civilização atlântica. O Atlântico, caminho duramente percorrido pelo desbravador português, estava, no início de século XVI, aberto a novas aventuras. Ao monopolizar o tráfico das especiarias asiáticas, Portugal atingiu o ponto crítico da expansão marítima, que abriria ao reino novas rotas, inclusive a do Brasil.

Os marinheiros portugueses certamente não ignoravam a existência de terras nos mares do ocidente. A descoberta dos Açores pelas naus henriquianas era o primeiro sinal de que Portugal deveria navegar em mar largo para oeste. Com efeito, o arquipélago açoriano, em virtude de sua privilegiada localização, tornar-se-ia, em breve, o nó dramático da expansão-base de operações da investida portuguesa no Atlântico ocidental. Entretanto, os eventuais descobrimentos lusitanos de territórios ocidentais, possivelmente realizados no final do século XV, achavam-se envoltos em mistério. Podemos dizer que fazem parte da mitologia geográfica. Se efetivamente aconteceram, ficaram circunscritos ao norte do Equador, à costa setentrional da América do Sul ou ao mar das Antilhas. Não obstante, podemos afirmar com certeza que o marinheiro português conhecia razoavelmente os caminhos atlânticos, ainda no período pré-colombiano.

Nos últimos anos do século XV, em razão do antagonismo entre as potências marítimas, surgiriam as disputas ultramarinas. A Europa imperialista era, então, representada por Portugal de D. João II e pela Espanha de Fernando e Isabel, os “Reis Católicos”. Pela sua situação especial de importante via marítima, o Atlântico se tornou o principal foco de atenções dos interesses políticos da duas grandes monarquias ibéricas. A estratégia de D. João II, no plano da competição ultramarina, consistiu em desviar a atenção da Espanha do empreendimento português no ocidente africano, com o claro objetivo de garantir para Portugal a passagem marítima do cabo da Boa Esperança para as Índias. A obsessão do “Príncipe Perfeito” era o Levante, rico de especiarias e outros gêneros comerciáveis, não o ocidente desconhecido, para onde Portugal procurava induzir os seus competidores peninsulares. Tal estratagema levaria Castela a buscar o caminho para a Índia através do mares ocidentais. Portugal tinha, seguramente, a convicção do erro de rumo do empreendimento ultramarino espanhol, fato patenteado após o retorno de Colombo das regiões insulares da América Central.

Regressando das Antilhas, que ele identificava com a ilha Cipango, guarda avançada do Oriente, Colombo chegou a Lisboa a 06 de março de 1493. A capital lusitana foi, assim, a primeira terra do Continente Europeu visitada por Colombo na sua viagem de volta da América. No dia 09, à noite, Colombo avistou-se com D. João II, que se encontrava no mosteiro de Nossa Senhora das Virtudes, em Santarém.

Na verdade, conforme as cláusulas do tratado celebrado em Toledo, a 06 de março de 1480, entre Afonso V, de Portugal, e Fernando e Isabel de Castela, as terras situadas ao sul das Canárias seriam exclusivamente de exploração lusitana. Apesar da existência do referido Tratado de Toledo, a viagem de Colombo fez renascer a competição ultramarina entre as duas coroas ibéricas. D. João II, apoiando-se no acordo de 1480, procurou garantir os direitos portugueses. Com essa finalidade, realizou uma demonstração de poderio naval, mandando aprontar uma armada com o firme propósito de enviá-la aos territórios visitados por Cristóvão Colombo, pois achava o soberano que essas linhas descobertas lhe pertenciam.

Em resposta, Isabel e Fernando ampliaram a polêmica, buscando em seu favor a sanção do Papado, para assegurar a posse das águas e terras descobertas por Colombo.

Tranqüilizando a monarquia espanhola, o papa Alexandre VI expediu uma bula, a 04 de maio de maio de 1493, atribuindo a Castela o domínio exclusivo de todas as ilhas e terras firmes, já descobertas ou por descobrir, situadas ao ocidente de uma linha meridiana traçada de pólo a pólo, que passasse cem léguas a oeste dos Açores e Cabo Verde (bula Inter Coetera).

Apesar dessa demarcação, efetuada com base nas concepções empíricas de Colombo, garantir a hegemonia lusa na área do Atlântico africano, semelhante disposição contrariava os interesses de Portugal. Por essa razão, D. João II recusou-se a aceitá-la. Os “Reis Católicos”, receosos de uma guerra peninsular, entraram em negociações com a coroa portuguesa. O “Príncipe Perfeito”, em resposta a um convite espanhol, mandou para Madri, como embaixadores, o doutor Pedro Dias e Rui de Pina. Os desentendimentos entre as duas monarquias rivais prolongaram-se por bastante tempo.

Os emissários lusos, dispensando a Santa Sé como mediadora, propuseram a divisão do ultramar por meio de um paralelo traçado ao sul das Canárias, ficando para Portugal as terras descobertas situadas na parte austral, e, para Castela, as da porção setentrional. A contra proposta do monarca português não agradou a Fernando e Isabel. A política lusitana mostrava mais uma vez a sagacidade de seus estadistas. Diante da iminência de uma sangrenta luta armada na Península Ibérica, os “Reis Católicos” encontraram-se num dilema crucial: defender as posições intransigentemente ou entrar no terreno das concessões. Preferiram esta última solução.

Após o recuo da diplomacia castelhana, o soberano de Portugal enviou à Espanha diversos embaixadores encabeçados por Rui de Souza. Depois de cansativas e morosas deliberações, as duas coroas chegaram a um acordo, ultimando-se em Tordesilhas, a 07 de junho de 1494, o tratado entre Fernando e Isabel, reis de Castela, e João II sobre a parte que passaria a pertencer a cada nação, das terras que se descobrissem no ultramar. Conforme a cláusula fundamental do documento, as duas monarquias estabeleciam uma linha de demarcação - o meridiano traçado a 370 léguas a oeste de Cabo Verde - dividindo o Atlântico em duas zonas de influência: as terras descobertas ou ainda por descobrir no hemisfério oriental ficariam sob domínio da coroa portuguesa; as do hemisfério ocidental caberiam à Espanha.

Essa linha de demarcação cortava o litoral brasileiro de Belém do Pará a Laguna, em Santa Catarina, dando a Portugal o controle de quase todo o Atlântico Sul. Na verdade, chega a surpreender a precisão do traçado do meridiano a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde.

Semelhante partilha do universo ultramarino deixava Portugal na posse do Atlântico afro-brasileiro, privilegiada linha marítima que assegurava, de um lado, a rota para o Oriente, e, de outro, a navegação para o oeste, onde eventualmente poderiam ser encontradas terras, que enriqueceriam, de alguma forma, o patrimônio da coroa portuguesa. A costa ocidental da África e o desconhecido Brasil passariam a ser as regiões mais defendidas pela monarquia lusitana.

Pelo Tratado de Tordesilhas, portanto, o "Príncipe Perfeito" não procurou proteger somente o caminho marítimo da Índia. Buscou também assegurar a posse de eventuais terras existentes no ocidente, ao sul do Equador, algumas provavelmente já avistadas por Pero da Cunha, na sua viagem de retorno do Senegal, em 1488. Sabe-se, por outro lado, que as duas coroas ibéricas enviaram, pouco antes de 1500, expedições ao ocidente, com a finalidade de conhecer pormenorizadamente a área demarcada em Tordesilhas. Vicente Pinzón, Diego de Lepe e Alonso de Hojeda viajaram a mando de Castela. Por sua vez, protegido pela armada de Vasco da Gama, partiria clandestinamente, em 1498, Duarte Pacheco Pereira, com a incumbência de descobrir o que porventura houvesse além do meridiano de Tordesilhas.

A empresa ultramarina dos navegantes lusos distinguia-se da sua congênere espanhola por um conhecimento bem maior do Atlântico. Quando os "Reis Católicos" ultimaram a Reconquista cristã da Ibéria - com a queda de Granada, em 1492 - os Aviz já haviam organizado em sólidas linhas o tráfico comercial com o litoral africano.

A maturidade da navegação lusa, em contraste com as suas similares européias, era incontestável . Portugal não confundia os mares do ocidente com a rota do Cabo. O empreendimento dos Aviz no Oceano Atlântico diferenciava-se fundamentalmente da empresa de Colombo, que buscava a Ásia pelo oeste. Ilhas e terras do ocidente, para Portugal, eram consideradas como regiões inteiramente distintas da Índia, zona das especiarias e metais nobres.

A concepção cosmográfica de D. João II, amplamente evidenciada em Tordesilhas e nas expedições às águas ocidentais, levou à descoberta do Atlântico brasileiro, ótimo ancoradouro para as naus que buscavam a Índia. O Brasil figuraria, em consequência, como precioso elo da corrente expansionista do "Príncipe Perfeito".

Em Tordesilhas, Fernando e Isabel , interessados em salvaguardar as ilhas descobertas por Cristóvão Colombo, ignorando completamente a geografia atlântica, acreditaram que estavam concedendo a Portugal simplesmente águas. A mudança do meridiano de 100 para 370 léguas a oeste de Cabo Verde não atingia os interesses de Castela nas Antilhas. Por isso, os soberanos espanhóis concordaram em abdicar dos limites propostos pela bula Inter Coetera, cedendo diante da insistência de D. João II em afastar a sua fronteira atlântica. Em suma, Castela não sabia o que dava. Por seu lado, Portugal tinha sérias razões para desejar a transferência da raia de partilha do Atlântico, de enorme valor estratégico, para o domínio de ambas as margens do Atlântico sul.

No entanto, havia uma lacuna no Tratado de Tordesilhas. Realmente, nele não estava assinalado o lugar de Cabo Verde que tomaria como ponto inicial para a medição de 370 léguas, apesar de os pontos extremos do arquipélago distarem de si aproximadamente 2 graus de longitude. Concluímos daí que os plenipotenciários lusos e castelhanos, presentes na localidade de Tordesilhas, jamais acreditaram no exato cumprimento do ajuste entre as duas coroas litigantes. Ninguém confiava na execução do tratado. O acordo nunca foi respeitado.

O meridiano de partilha nem chegou a ser demarcado. Vinte e oito anos após a assinatura do convênio, D. João III, de Portugal, e Carlos V, soberano espanhol, ainda discutiam a divisão do oceano, problema agravado pelo conflito ibérico pela posse das Molucas.

Com efeito, no início do século XVI, não convinha ao reino português que o limite ocidental do Brasil se aprofundasse pelo continente. Como vimos, as novas terras então descobertas estavam divididas entre Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. Porém, havia um território em pendência: as ilhas Molucas, nossas antípodas, região rica em especiarias, eram disputadas pelas duas nações ibéricas. Se o meridiano divisor entrasse em demasia pelo Continente Americano, as Molucas passariam a fazer parte do semi-hemisfério espanhol. Daí a estranha atitude dos delegados portugueses, procurando, nesse tempo, fazer com que as 370 léguas, que assinalariam a localização do referido meridiano, não fossem contadas a partir do lado mais ocidental das ilhas de Cabo Verde , como era desejo dos espanhóis. Na verdade, as Molucas foram, durante anos, muito mais estimadas por Portugal do que as regiões aparentemente estéreis do Brasil. Por fim, em 1529, na cidade de Saragoça, as duas coroas chegariam a um acordo, ficando as Molucas sob controle lusitano mediante indenização.

As reivindicações de D. João II, que conduziam a partilha do Atlântico em Tordesilhas, eram indício indubitável de que em Portugal se admitia, com risonha esperança, a existência de terras no ocidente, entre a Europa e a Ásia. Além disso, a atitude do "Príncipe Perfeito", em relação a Colombo, as intrigas que acompanharam nas duas cortes peninsulares a controvertida questão das soberanias, o ajuste de Tordesilhas, a viagem de Duarte Pacheco, em 1498, a expedição de reconhecimento do Atlântico Sul capitaneada por Gaspar Corte Real sob a égide do trono luso, bem como o afastamento premeditado de Pedro Álvares Cabral para o oeste são, na realidade, fatos reveladores da íntima ligação entre a aventura ultramarina de D. João II e a descoberta do Brasil.

É nesse quadro que devemos inserir a chegada de Pedro Álvares Cabral a Bahia. São elos de um mesmo processo na dura competição pela partilha econômica e política do Atlântico. Organizavam-se no oceano as vias de passagem para as regiões coloniais do Novo Mundo, ligadas às suas congêneres, as vias afro-asiáticas, que o reino já vinha, havia tempo, edificando em bases sólidas. Essa concorrência denunciava o aparecimento histórico do moderno imperialismo, posteriormente caracterizado por um agravamento das tendências das nações capitalistas para a conquista de mercados e matérias-primas coloniais.

A disputa entre as potências conduziria a novos empreendimento. A abertura da rota atlântica das especiarias asiáticas oferecia a Portugal enormes possibilidades de expansão. Lisboa ligava-se à Índia sem perda de continuidade do meio de comunicação: o mar. Logo, o incipiente capitalismo lusitano apresentaria, no alvorecer do século XVI, novas exigências, mas também os meios técnicos e materiais para atendê-las.

QUADRO RESUMO

Tratado de Toledo (1480) - O acordo determinava o traçado de um paralelo ao sul das Canárias, cabendo a Portugal a exploração do ocidente africano.

Bula Inter Coetera (1493) - Expedida pelo papa Alexandre VI, atribuindo a Castela o domínio de todas as ilhas e terras firmes, descobertas ou por descobrir, situadas a oeste de uma linha meridiana traçada de pólo a pólo, que passasse 100 léguas a ocidente das ilhas dos Açores e Cabo Verde.

Tratado de Tordesilhas (1494) - Estabelecia uma linha de demarcação - o meridiano traçado a 370 léguas a oeste de Cabo Verde - dividindo o Atlântico em duas áreas de hegemonia: o hemisfério oriental seria português; o ocidental, espanhol.

Tratado ou Capitulação de Saragoça (1529) - Determinava a entrega das Molucas a Portugal, mediante a indenização de 350.000 ducados

Descobrimento do Brasil

Em 1500 - seis anos após o Tratado de Tordesilhas, - deu-se, como decorrência natural do processo de expansão marítima, a descoberta do Brasil. Bartolomeu Dias dobrara o cabo das Tormentas e, por sua vez, Vasco da Gama acabara de abrir a rota atlântica das especiarias asiáticas. As naus da carreira da Índia passaram a reclamar a criação de postos de abastecimento não só na costa do Índico, mas também nos mares do ocidente. Impunha-se, portanto, a conquista do Atlântico sul. Conseqüentemente, a descoberta do Brasil seria simples questão de tempo.

O sucesso alcançado por Vasco da Gama e o êxito de Colombo excitariam enormemente os portugueses que, havia muitos anos, navegavam em águas ocidentais. Tudo isso contribuiu para o descobrimento de nosso país.

A lenta elaboração de um gigantesco plano ultramarino reconhecia-se a cada passo - desde a abordagem da África pelas caravelas henriquinas até a chegada das naus cabralinas aos ancoradouros do Atlântico brasileiro .

Quando D. Manuel, o "Rei Venturoso", apregoou a necessidade de combater no Oriente a expansão islâmica, para glória da Fé e fortalecimento de seu capitalismo monárquico, não se esqueceu, previdentemente, de acentuar ao capitão de sua segunda armada à Índia a conveniência de uma ancoragem na vastidão marítima do ocidente, suporte e base de operações do tráfico oriental. Das instruções régias para a viagem de Cabral são conhecidos apenas fragmentos. Entretanto, no início do século XVI, Portugal, senhor da rota do Cabo, tinha condições de ir cada vez mais longe.

O Atlântico, um "lago" dos Aviz, era então a principal via marítima de passagem mercantil e de disputa política e econômica. Por isso, essa nova rota reclamava segurança.

A necessidade de organização de bases de apoio no ultramar, para a proteção do tráfico e da soberania da realeza lusitana, precipitaria a expedição cabralina.

No verão de 1499, após o retorno de Vasco da Gama, D.Manuel achou necessário enviar à Índia uma nova armada. Por carta régia datada de 15 de fevereiro de 1500, Pedro Álvares Cabral foi nomeado comandante supremo da expedição. É curioso observar que na Chancelaria de D.Manuel, no Arquivo da Torre do Tombo, acha-se o registro desse documento de nomeação, onde se lê: Pedro Álvares de Gouveia. Gouveia era o sobrenome de sua mãe. Pedro Álvares, fidalgo nascido em Belmonte no ano de 1467, descendia de Fernão Cabral. Era o segundo filho, cabendo, como costume na época, o sobrenome do pai ao primogênito, João Fernandes Cabral.

A frota cabralina, de treze navios, levava 1200 homens, gente escolhida e bem armada, oito frades franciscanos, guardados por frei Henrique Coimbra, oito capelães e um vigário, todos missionários.

No primeiro domingo da Quaresma, a 08 de março de 1500, D.Manuel, com toda a Corte, dirigiu-se à praia do Restelo, onde já se encontrava a armada, para juntos ouvirem a missa do grandioso mosteiro dos Jerônimos. Após a cerimônia religiosa, seu oficiante, D. Ortiz, bispo de Ceuta, benzeu o chapéu de Cabral e a bandeira da Ordem de Cristo, que tremulara no altar durante todo o culto . Terminada a bênção, o sacerdote entregou os dois objetos ao rei. D. Manuel colocou, então o chapéu benzido na cabeça do

capitão-mor, passando-lhe a bandeira de pano branco com a cruz vermelha no centro. Depois, seguiram em procissão até o embarcadouro, onde Cabral e seus subordinados se despediram do monarca, beijando-lhe a mão.

A esquadra partiu no dia seguinte, em meio às aclamações do povo que afluiu em massa para contemplar o espetáculo. Na manhã do dia 14 navegavam entre as Canárias. No dia 22, ainda em março atravessaram o arquipélago de Cabo Verde. Na noite seguinte, desgarrou-se da frota a embarcação de Vasco de Ataíde. Tudo foi feito para encontrar o navio perdido. Em vão: a nau fora engolida pelas águas. Desfalcados, velejaram para oeste, até que no dia 21 de abril de 1500, terça- feira da Páscoa, reconheceram sinais de terra próxima. No dia seguinte, pela manhã, descortinaram um monte e um negrume prolongado no horizonte, sinal indicativo da continuação da linha litorânea. Cabral deu ao monte o nome de Pascoal, e à terra a denominação de ilha de Vera Cruz. No dia 23, navegaram para terra firme, ancorando em frente a um rio, onde seriam travados os primeiros contatos com os indígenas. No dia seguinte, sexta-feira, rumaram para o norte. Os navios maiores fundearam ao largo, os de menor porte entraram num abrigo, no qual a armada inteira penetraria. Na manhã seguinte, domingo de Pascoela, armou-se um altar, onde o frei Henrique de Coimbra celebrou a primeira missa no Brasil. Foi cantada e assistida pelos sacerdotes da expedição, pelos capitães e marinheiros.

Os indígenas, atraídos pela novidade, acompanharam o ritual, imitando os gestos dos cristãos, Finalmente, a 02 de maio, Cabral zarparia de Porto Seguro em direção à Índia, com a missão de dar continuidade à rota aberta por Vasco da Gama. O Brasil estava, assim, descoberto.

44_30

Montagem do Sistema Colonial

PERÍODO PRÉ-COLONIAL

Aspectos Gerais

O descobrimento do Brasil não despertou, pelo menos de imediato, grande entusiasmo na metrópole portuguesa. As condições naturais adversas e a aparente inexistência de gêneros comerciáveis desestimulavam qualquer interesse pela nova terra. Para o mercantilismo, doutrina orientadora do expansionismo luso, as áreas periféricas tinham um sentido estritamente comercial. De fato, o povoamento dos territórios americanos não entrava nos planos do conquistador europeu. No início do século XVI, o termo colonização significava somente a instalação de feitorias nas regiões do ultramar, encarregadas do comércio com as populações nativas. Nessa fase, a classe comercial portuguesa não cogitava de outra coisa que não fossem produtos extrativos. Por isso, a empresa ultramarina lusa , até aquele momento, limita-se a procurar fontes naturais de mercadorias, transportando-as em seguida para os mercados europeus. O grande empreendimento expansionista mercantil, portanto, não objetivava a princípio produzir, mas trocar. O Brasil, como já dissemos, não tinha uma produção organizada suscetível de troca: o indígena produzia única e exclusivamente para seu consumo. Mesmo a terra não proporcionava produtos que fossem de interesse dos mercadores metropolitanos. Em consequência, por três décadas nosso país ocupou segundo plano no panorama expansionista português. O reino tinha seus olhos voltados para o Oriente.

Inúmeras eram as diferenças fundamentais entre a América e o Levante. O Oriente apresentava estas particularidades: população densa e fixa, civilização complexa e adiantada, imensa produção de excedentes, longa experiência com atividades comerciais e forma de produção semifeudal.

A América, contrariamente, possuía as seguintes características: população reduzida e seminômade, grupos indígenas vivendo na fase da pedra lascada, economia de subsistência, total ausência de comércio, comunidade primitiva de trabalho.

Em breve, o mercantilismo português achou algo para satisfazer, pelo menos em parte, suas ambições: o pau-brasil, um tipo de madeira semelhante à que os mercadores lusos traziam da Índia, da qual se extraía uma substância corante utilizada em tinturaria. A Coroa portuguesa , após a chegada das primeiras amostras do vegetal, arrendou por um prazo de três anos a extração e o comércio da madeira tintorial a um grupo de comerciantes cristãos-novos, liderados por Fernão de Noronha. Em 1513, depois de sucessivos arrendamentos, o governo português eliminou o sistema de concessões e adotou, para o pau-brasil, o regime de livre comércio, mediante o pagamento de um quinto da carga ao Real Tesouro. No entanto, a exploração do “pau-de-tinta”, realizada ao longo do litoral brasileiro, era de importância secundária, pois proporcionava lucros muito inferiores àqueles gerados pelo comércio oriental.

Exigindo um árduo trabalho para sua extração e embarque, o pau-brasil determinaria o surgimento das primeiras relações econômicas entre o europeu e o silvícola, as quais assumiriam a forma de escambo (troca direta). As árvores, extremamente pesadas, eram derrubadas e carregadas pelos indígenas até alguma feitoria do litoral, onde eram trocadas por quinquilharias européias.

O tráfico do pau-brasil, embora não fosse muito compensador para o negociante luso, atrairia para o nosso litoral barcos de outras nações, principalmente franceses. O contrabando da madeira, então iniciado, seria desenvolvido com o apoio direto da monarquia francesa. Na verdade, o próprio rei da França, Francisco I, ignorando as cláusulas do Tratado de Tordesilhas, proclamaria “o direito de navegar no mar de todos”. Portugal, vendo ameaçada a posse da terra brasileira, foi obrigado a dedicar maior atenção a este lugar até então ignorado. Outro fator, entretanto, incentivaria os cuidados metropolitanos. A descoberta de minerais preciosos na América espanhola levantou a possibilidade de existirem jazidas e minas nas áreas sob domínio português. A colonização, isto é, o povoamento e a valorização econômica da terra recém-descoberta, começava a despontar como a única maneira de conservar o Brasil e, mais importante ainda, torná-lo rentável.

Além disso, durante as primeiras décadas do século XVI, alguns problemas começaram a reduzir os recursos dos cofres portugueses. Em primeiro lugar, o grande volume de especiarias introduzido nos mercados europeus provocava generalizada baixa de preços. Ademais, o comércio de especiarias com as Índias era freqüentemente interrompido por ataques corsários. Por outro lado, a nobreza de Portugal, em função dos volumosos lucros gerados pela expansão ultramarina, vivia ociosa, gastando dinheiro na compra de manufaturados ingleses e holandeses. Agravando a situação, em 1506, os judeus - que constituíam um dos mais ricos setores sociais do Reino - seriam expulsos de Portugal, fugindo para os Países Baixos. Em decorrência de todos esses fatores, cada vez maiores eram as dívidas portuguesas com os banqueiros holandeses e italianos que haviam financiado o início da aventura ultramarina. Portugal, portanto, necessitava desesperadamente de novas fontes de renda. Impunha-se, assim, a urgente colonização do Brasil.

Primeiras Expedições

Apesar do relativo desinteresse inicial português, diversas expedições de exploração e guarda-costas foram enviadas ao Brasil nas três primeiras décadas após o descobrimento. Essas expedições, de caráter oficial, rivalizavam com as frotas preparadas por comerciantes dedicados à extração do pau-brasil.

O rei D. Manuel I, o Venturoso, atendendo a uma sugestão de Pedro Álvares Cabral, armou três navios para melhor explorar o território brasileiro. Não se sabe, com certeza, a quem competiu o comando da pequena esquadra. Três são os nomes apontados: Nuno Manuel, André Gonçalves e Gaspar de Lemos. Modernamente, é mais aceita a hipótese de o comando ter sido entregue a Gaspar de Lemos, o capitão de Cabral que, partindo da Bahia, levara a Portugal a notícia da descoberta.

A flotilha partiu de Lisboa em março de 1501, atravessando o Atlântico “debaixo de tempestades”, de acordo com o depoimento de um ilustre membro da tripulação, Américo Vespúcio. A expedição desembarcou na região do Rio Grande do Norte, dando então início à sua tarefa exploratória. Ao longo da costa brasileira, avistou e batizou diversos pontos litorâneos , de acordo com o santo do dia e as festividades religiosas marcadas no calendário. Assim, foram conhecidos e denominados, entre outros, o

cabo de São Roque, o rio São Miguel, a baía de Todos os Santos e o porto de São Vicente. Em seguida, a pequena expedição chegou até a entrada do rio da Prata, daí retornando para Portugal.

A segunda missão exploradora mandada pelo Reino ao Brasil provocaria inúmeras controvérsias. Conforme a Lettera a Soderni, duvidoso documento cuja autoria é atribuída a Vespúcio, seis navios tomaram parte na expedição. Esta, ainda segundo Vespúcio, partiu do Tejo em junho de 1503, atingindo dois meses depois a ilha atualmente denominada Fernando de Noronha. Neste local, dois navios separaram-se do resto da frota e, sob o comando do próprio Vespúcio, chegaram a Cabo Frio (onde fundaram um entreposto fortificado). Muitos historiadores, contudo, negam a veracidade das informações prestadas pelo navegador italiano, afirmando que o comandante da segunda expedição foi Gonçalo Coelho, escrivão da Real Fazenda. Segundo esses especialistas, Gonçalo teria chegado ao Rio de Janeiro, fundando aí uma feitoria para armazenar pau-brasil.

A existência de pau-brasil, como ressaltamos, atraiu a presença de contrabandistas franceses ao nosso litoral. Os soberanos lusos, por diversas vezes, protestaram junto aos reis da França, Luís XII e Francisco I. As reclamações , no entanto, não surtiram o desejado efeito. Por essa razão, o trono luso resolveu enviar para as terras brasileiras esquadras defensivas ou guarda-costas. O comandante dessas missões foi Cristóvão Jacques que, entre 1515 e 1519 e de 1526 a 1528, navegou ao longo da costa brasileira, combatendo os franceses e tomando-lhes grande número de feitorias. Apesar da repressão, os contrabandistas estrangeiros continuaram a freqüentar o litoral do Brasil. Portugal seria forçado a tomar medidas mais radicais: a primeira delas foi o envio da importante expedição de Martim Afonso de Souza, que daria início à colonização.

A missão de Martim Afonso de Souza, enviada pelo rei D. João III em 1530, recebeu uma tríplice incumbência:

- explorar o litoral brasileiro, do Maranhão ao rio da Prata
- combater a presença francesa
- estabelecer núcleos de povoamento, dotados de caráter político-administrativo

Para atingir esses objetivos, Martim Afonso, fidalgo português, recebeu plenos poderes, consignados em três cartas régias. Pela primeira, era nomeado capitão-mor da armada e de todas as terras que descobrisse, podendo delas tomar posse, nomear autoridades e delegar poderes. A segunda outorgava-lhe a capacidade de nomear tabeliões e oficiais de justiça. Finalmente, a terceira conferia a Martim Afonso o direito de doar “terras de sesmarias” às pessoas que levasse e às outras que no Brasil quisessem viver.

Composta de cinco navios, a frota partiu da capital portuguesa em dezembro de 1530, chegando ao litoral pernambucano em fins de janeiro seguinte. Imediatamente deu início à sua missão de guarda-costas, perseguindo alguns navios franceses. Em seguida, dirigiu-se para a baía de Todos os Santos. Neste local foi encontrado, vivendo com indígenas, o português Diogo Álvares - chamado Caramuru pelos nativos -, que havia vinte e dois anos ali chegara, como náufrago ou degredado. Posteriormente, a flotilha encaminhou-se para o sul, chegando ao Rio de Janeiro, onde permaneceu três meses. Em agosto de 1531, Martim Afonso continuou a viagem, rumando para o rio da Prata. Decidiu então que era tempo de regressar ao Brasil, deixando seu irmão Pero Lopes prosseguir no reconhecimento da região platina. Em

Janeiro de 1532, ao abrigar-se no porto de São Vicente, Martim Afonso daria início à tarefa propriamente colonizatória, sem dúvida a mais importante parte de sua missão.

Inaugurando sua ação administrativa, Martim Afonso distribuiu sesmarias a todos que manifestaram desejo de permanecer no Brasil. Depois ordenou a fundação de duas vilas: a primeira, São Vicente, na ilha do mesmo nome, e a segunda à margem do rio Piratininga. Tomadas essas providências, Martim Afonso montou uma modesta estrutura administrativa, buscando incentivar as primeiras atividades sociais e religiosas desses núcleos pioneiros de povoamento. Em setembro de 1532, quando ainda prosseguia em sua missão colonizatória, recebeu uma carta de D. João III, na qual o monarca solicitava seu regresso. Em março do ano seguinte, deixando no governo da vila de São Vicente o padre Gonçalves Monteiro, Martim Afonso de Souza retornou à pátria.

INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

Como já assinalamos, a Coroa e o capital comercial portugueses, interessados em preservar a conquista ultramarina americana, depararam-se com a necessidade de colonizar as novas terras. De 1500 a 1530, o Brasil fora objeto de um tratamento secundário por parte do trono lusitano. Na realidade, nessa fase inicial, limitara-se a policiar o litoral brasileiro, visando assegurar os direitos metropolitanos sobre a exploração do pau-brasil. Dessa forma, os primeiros momentos de nossa história foram quase totalmente dominados pela iniciativa privada de mercadores e concessionários da exportação daquela riqueza vegetal. Das frotas ou navios particulares, partiram às vezes expedições de penetração, que resultavam infrutíferas. Ao longo da costa brasileira, em lugares propícios, foram implantadas feitorias. Nelas, no entanto, não havia qualquer esforço de colonização e povoamento dotado de continuidade e estabilidade. Tratava-se, portanto, de um simples apossamento de locais e não de regiões. Ora, a mera instalação de entrepostos litorâneos não assegurava a manutenção de uma área tão extensa e vulnerável. Os recursos exigidos para sua defesa estavam além das possibilidades da monarquia portuguesa. Assim tornava-se imperativo povoar: ocupar o imenso território brasileiro pela transferência de contingentes populacionais, pela presença aqui de colonos encarregados da instalação de sistemas produtores, destinado a gerar lucros para a metrópole, e simultaneamente, assegurar a subsistência dos primeiros povoadores da colônia.

Dessa forma, o empreendimento colonizador não se tornaria um fardo para a Coroa, mas antes um reforço econômico.

Sabemos que a colonização jamais estivera nos propósitos da expansão ultramarina de cunho mercantilista. Esta fora implantada especificamente para a troca. O comerciante europeu, ao buscar as áreas periféricas, sempre procurava zonas já dotadas de sistemas produtores. De fato, em seus primeiros momentos, o mercantilismo não objetivava produzir, e muito menos no ultramar. Seu interesse primordial era trocar os produtos de outrem. Até então, o mercador europeu limitara-se a levar para o Oriente gêneros produzidos na Europa, e vice-versa, segundo a demanda dos respectivos mercados consumidores. Na América, surgiria o grave problema: não se desenvolvera uma produção local e, também, inexistiam mercados para os produtos europeus. Portanto, não havia lugar para o comércio intermediário, atividade que até aquele momento definira a expansão mercantilista.

A colonização apresentava-se, pois, como uma tarefa quase impossível, já que a realidade econômica lusitana não estava preparada para leva-la a cabo. Efetivamente, a ocupação e valorização das áreas americanas deviam aparecer, no cenário da época, como empresas bastante difíceis. Em primeiro lugar, era necessário atrair povoadores. Nesse sentido, pelo menos no século XVI, os obstáculos foram tão grandes que levaram Portugal, ainda nos momentos iniciais do esforço colonizatório, a fazer do Brasil o destino da maioria das degredados da Metrópole. Essa surgia como única forma de superar as barreiras à transplantação de contingentes humanos para uma terra que oferecia desfavoráveis perspectivas de vida. Tal solução, como é óbvio, não era suficiente para possibilitar o gigantesco empreendimento da colonização. Havia ainda outras dificuldades: as árduas condições de trabalho numa colônia tropical, ao lado das reduzidas oportunidades de enriquecimento numa região aparentemente estéril. Esses obstáculos poderiam ser vencidos mediante uma alta remuneração do trabalho aqui realizado, se fosse viável a introdução de mão-de-obra assalariada numa área colonial. Com efeito, a própria estrutura do mercantilismo impedia a implantação do trabalho livre em território brasileiro. Toda produção colonial, como já foi visto, era voltada para os mercados europeus. Assim, as zonas produtoras periféricas tinham finalidade de acelerar o processo de acumulação de capital em mão da burguesia mercantil metropolitana.

A adoção de um regime de altos salários levaria inevitavelmente à criação de um próspero mercado interno nas regiões coloniais. Isso faria com que boa parte da população dessas áreas se dedicasse, com exclusividade, à produção de gêneros de consumo estritamente local. Logo, em função da existência de sistemas produtores coloniais orientados para seus próprios mercados, um amplo setor da sociedade colonial conheceria um crescente processo de enriquecimento. Dessa forma, considerável fração da renda gerada pelas estruturas produtivas periféricas permaneceria na colônia, escapando assim aos mecanismos de apropriação metropolitanos. Como é fácil perceber, a existência de uma economia colonial baseada no trabalho livre entraria em franca contradição com as diretrizes mercantilistas. Além disso, os altos custos de uma produção sob o regime de assalariamento encareceriam os gêneros coloniais, já sobrecarregados pelos pesados fretes da época.

Embora a instalação de um sistema produtor no Brasil exigisse um apreciável dispêndio, dois fatores contribuiriam para facilitá-la. Por um lado, nosso país oferecia larga disponibilidade de terras livres de qualquer apropriação. Por outro, se a implantação de uma zona produtora do tipo colonial no Brasil dependia fundamentalmente da mão-de-obra, o tráfico negreiro já constituía, no início do século XVI, uma empresa organizada capaz de satisfazer essa necessidade, interessada que estava em ampliar seu raio de ação. Podemos mesmo dizer que o comércio de africanos era um dos principais setores de operação do mercantilismo português em consequência de exigir no Reino uma zona fornecedora de escravos e a produção açucareira das ilhas atlânticas manter-se à base do braço negro.

Na verdade, a solução do problema da mão-de-obra deveria levar em conta os seguintes aspectos:

- a colonização não tinha condições para se apoiar no trabalho assalariado, pelo alto custo que acarretaria à produção e por total incompatibilidade do regime de trabalho livre com as normas mercantilistas.
- a colonização poderia cogitar do emprego da força de trabalho existente na colônia brasileira, os indígenas, embora estes não fossem numerosos e agrupados.
- a colonização encontraria no tráfico negreiro a resposta natural para o problema da mão-de-obra, pois o sistema escravista determinaria o deslocamento de enormes levas de africanos para o Brasil.

A utilização do indígena como braço escravo, acalentada pelos que conheciam as relações cordiais entre europeus e nativos no período pré-colonial, mostrou na prática sua inviabilidade para a produção em grande escala. No momento em que os lucros gerados pela exploração colonial atingiram um nível compatível com a compra de escravos africanos, o tráfico representou a grande solução para a carência de mão-de-obra. Esse regime de trabalho marcaria, desde cedo, o tipo de produção aqui estabelecido, definindo os traços básicos da empresa de colonização do Brasil.

MONTAGEM DA EMPRESA AÇUCAREIRA

A Coroa e o capital mercantilista portugueses, após três décadas de quase total desinteresse pelas terras americanas, depararam-se com a necessidade de colonizar o Brasil.

Como vimos em lições anteriores, de 1500 a 1530, a presença lusitana em nosso país limitara-se à ocupação de alguns pontos do litoral. Frustradas as primeiras tentativas de descoberta de metais preciosos em território brasileiro, Portugal passou a procurar uma forma original para valorizar economicamente sua possessão americana. Somente desta maneira seria possível cobrir os gastos com a defesa das terras recém-descobertas.

As medidas então tomadas pelo Trono luso levaram ao início da exploração agrícola do solo brasileiro, acontecimento de extraordinária importância para a história das Américas. Deixando de ser o objeto de mera empresa extrativa e espoliativa idêntica à que, na mesma época, estava sendo levada a efeito na África e na Índia, o Novo Mundo passou a participar da economia produtora européia, cuja tecnologia e capitais aqui foram aplicados para que se criasse um fluxo permanente de bens destinados aos mercados do Velho Mundo.

A exploração econômica do território americano parecia, no início do século XVI, um empreendimento totalmente irrealizável. Nessa época, nenhum gênero agrícola conhecia ampla comercialização dentro da

Europa. O principal produto da terra - o trigo - era abundante no interior do próprio continente, o que tornava sua importação desnecessária. Além disso, os fretes eram tão elevados - em virtude dos riscos que envolviam o transporte a longa distância - que somente os produtos manufaturados e as especiarias orientais podiam comportá-los. E mais: nenhum empresário europeu desconhecia os enormes custos de um empreendimento agrícola nas longínquas terras da América.

Pressionados pela necessidade de colonização do Brasil, os portugueses foram os pioneiros na instalação de sistemas produtores agrários em território americano. Realmente, se seus esforços não tivessem sido coroados de êxito, a defesa das terras brasileiras ter-se-ia transformado em ônus extremamente pesado, e Portugal não teria perdurado como grande potência colonial no Novo Mundo.

A colonização do Brasil, em seus momentos iniciais, consistiu, basicamente, na montagem de um sistema produtor de açúcar. Os portugueses, nessa época, já eram os maiores produtores mundiais dessa apreciada especiaria. Assim, aproveitando sua experiência açucareira nas ilhas atlânticas, Portugal implantou em nosso país uma solução semelhante, o que, além de propiciar a solução de inúmeros problemas técnicos relacionados com a produção de açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal de uma indústria de equipamentos para os engenhos.

Contudo, a maior vantagem do empreendimento açucareiro português ocorreu no campo comercial. Numa primeira fase, o açúcar lusitano entrou nos tradicionais canais de troca, controlados pelos mercadores das cidades italianas. Nas últimas décadas do século XV, porém, o produto sofreu sensível baixa de preço, indicando que as redes comerciais dominadas pela burguesia da orla mediterrânea não se ampliaram na medida requerida pela expansão da produção açucareira. Por outro lado, houve também nesse período uma crise de superprodução, pois dentro dos estreitos limites mercantis estabelecidos pelos negociantes da Península Itálica, o açúcar não podia ser absorvido senão em escala relativamente limitada.

Mas, sem dúvida, a principal consequência da entrada da produção portuguesa no mercado foi a ruptura do monopólio de acesso às fontes de produção, mantido até então pelos venezianos. Assim, desde cedo, o açúcar lusitano passou também a ser encaminhado para Flandres, e, em 1496, quando a coroa portuguesa, em função da baixa do preço, decidiu restringir a produção, quase metade desta já era enviada para os portos flamengos.

Apesar da experiência colhida nas ilhas atlânticas e da crescente diversificação dos mercados receptores do açúcar português, a instalação de um sistema agrícola produtivo no Brasil tornou-se um problema de difícil resolução, uma vez que deveria ser superada uma série de obstáculos, a saber:

- a escolha de um produto adequado às condições ecológicas da América.
- a escolha de um gênero de fácil aceitação no mercado europeu.
- resolução do problema da mão-de-obra.
- resolução do problema do investimento inicial.
- resolução do problema do transporte.
- resolução do problema do aumento do mercado consumidor.

Podemos, pois, facilmente constatar que somente o açúcar poderia superar a maioria desses obstáculos, uma vez que era o único produto que reunia as seguintes vantagens:

- era adequado à ecologia americana.
- seu consumo era tradicional na Europa.
- era capaz de atrair recursos externos para o investimento inicial.
- estava incorporado à experiência lusitana de comércio e produção.
- possibilitava, graças ao interesse europeu, o aumento da área de consumo.

Estrutura da Agroindústria Açucareira

A contribuição do capital mercantil holandês para a expansão do mercado açucareiro europeu no século XVI foi o fator fundamental para o êxito do processo de colonização do Brasil. Especializado no comércio intra-europeu, a maior parte do qual financiava, o povo flamengo era o único que possuía recursos e uma organização comercial suficientemente sofisticada para criar um mercado de grandes dimensões para o açúcar brasileiro.

Até o século XVI, época em que o açúcar brasileiro apareceu nos mercados mundiais, este gênero mantinha ainda algumas das características de especiaria: peso reduzido, volume pequeno, alto valor unitário e consumo diminuto. Como já ressaltamos, a produção portuguesa nas ilhas do Atlântico permitiu a primeira ampliação do mercado açucareiro, levando o produto a uma queda de preço. E como , também assinalamos, os holandeses começavam a exercer papel de destaque na distribuição do açúcar lusitano. No final do século XV, porém, a expansão do mercado atingiu seu limite máximo. Sucederam-se então a crise de superprodução e a política de desestímulo aos novos plantios de cana-de-açúcar, adotada pelo Trono português. Em consequência, sem uma ampliação do consumo açucareiro em elevadas proporções, não seria possível a instalação de uma nova área produtora no Brasil, região ultramarina distante. Assim, o aumento do consumo de açúcar, pela criação de novos mercados e pelo alargamento dos antigos,

constituiu a tarefa específica do capital comercial holandês, durante o século XVI. E foi graças aos esforços flamengos que o açúcar perdeu sua condição de especiaria para se tornar um gênero de consumo corrente.

A contribuição holandesa para o bom andamento da colonização brasileira não se limitou ao aspecto comercial. Sabemos que uma grande parte dos capitais necessários à montagem do sistema produtor açucareiro em nosso país proveio dos Países Baixos: os capitalistas holandeses participaram não só do financiamento das instalações produtivas no Brasil, como da importação de mão-de-obra escrava. Realmente, não bastava a experiência técnica dos portugueses na produção de açúcar, foi necessária a capacidade comercial e o poder financeiro dos holandeses para tornar viável o empreendimento colonizador agrícola das terras do Brasil. Fundamentalmente, existia o problema da mão-de-obra: transportá-la da Europa na quantidade necessária teria requerido um volume enorme de investimentos que, com certeza, tornaria antieconômica toda a empresa. Como as condições de trabalho aqui reinantes eram precárias, somente pagando salários bem mais altos do que os pagos no Velho Mundo seria possível atrair mão-de-obra européia. E, de qualquer forma isso não seria conveniente, pois geraria um mercado interno na colônia, o que sabotaria o processo de acumulação de capital das burguesias metropolitanas, contrariando os postulados mercantilistas. Por último, havia a considerar ainda a carência de oferta de mão-de-obra, que prevalecia em Portugal, em função do novo comércio com o subcontinente indiano.

O problema da mão-de-obra não foi, contudo, para Portugal, de difícil solução: no início do século XVI, os portugueses dominavam o mercado africano de escravos. As operações militares para a preação de negros, iniciadas nos tempos do infante D. Henrique, transformaram-se num bem organizado e lucrativo escambo (troca direta), que abasteceria inúmeras regiões européias de mão-de-obra escrava. Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e transferir para o Brasil uma força de trabalho barata, sem a qual a nova colônia agrícola seria economicamente inviável

Também no tocante ao transporte, Portugal encontrava-se desaparelhado para enfrentar o gigantesco esforço da colonização do Brasil. A construção naval, pela sua extrema especialização, era realizada na metrópole, sob o regime de trabalho assalariado. Em consequência, o progressivo declínio do capital comercial português, vitimado pela concorrência estrangeira, provocaria o colapso da produção de navios. Com efeito, os operários e artífices navais lusitanos, muito procurados por todos os fabricantes de embarcações , passaram a buscar no exterior melhores oportunidades de emprego e salários mais elevados. Em Portugal, também era clara a deficiência em material de navegação. As perdas em combate - para a conquista ou manutenção de mercados orientais - e as longas e difíceis viagens nas rotas de Levante desgastaram profundamente a marinha lusitana. Além disso, a cada dia mais faltavam peças e outros materiais de reposição, em consequência de evasão de capital português para outras áreas européias, notadamente a Holanda. Pouco a pouco, a distribuição de açúcar no mercado europeu foi passando às mãos de armadores holandeses. Simultaneamente, em Portugal, as frotas particulares eram substituídas por mistas, compostas de navios privados e embarcações oficiais. Em breve, a presença lusa no oceano limitou-se aos barcos pertencentes à Coroa. Completando a decadência, a marinha holandesa passou a fazer, quase com total exclusividade, o transporte de açúcar entre as ilhas do Atlântico e a metrópole portuguesa.

As rotas da América ao Velho Mundo exigiram um esforço no transporte muito maior do que as travessias das ilhas à Europa. A presença hegemônica dos flamengos na distribuição do açúcar português dos Açores

e da Madeira marcou a progressiva transferência da primazia marítima de Portugal para a Holanda. Ainda mais grave que isso, representou também a progressiva drenagem do capital comercial luso para os Países Baixos.

A colonização agrícola do Brasil somente foi viável graças à ajuda naval holandesa. O problema do transporte para a colônia americana foi resolvido pela associação de navios holandeses e barcos portugueses. Isso acelerou o processo de descapitalização de Portugal, pois a Holanda, além de distribuir o açúcar brasileiro, também o transportava, participando dessa maneira do lucro dos fretes.

Cada um dos problemas referidos - técnica de produção, criação e ampliação de mercados, financiamento inicial, mão-de-obra e transporte - pode ser resolvido no tempo oportuno, independentemente da existência de um plano geral preestabelecido. O importante é que houve uma série de circunstâncias favoráveis, sem as quais a colonização do Brasil não teria conhecido o enorme êxito que alcançou. Não resta dúvida que por trás de tudo estavam o desejo e o empenho do Trono português de conservar a parte das terras que lhe cabia na América, ao lado da sede de lucros imediatos da burguesia mercantil lusitana. No entanto, esses desejos e ambições só se transformariam em política atuante se encontrassem uma base de apoio concreta. Caso a defesa dos novos territórios houvesse permanecido por muito tempo como uma carga financeira para Portugal, o interesse pelo Brasil tenderia a declinar.

O êxito da grande empresa agrícola do século XVI constituiu, portanto, a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras americanas.

Em Portugal, quando se apresentou o problema da colonização do Brasil, travava-se de um grande conflito em torno da apropriação dos lucros da expansão ultramarina. Tratava-se de saber a quem caberiam as rendas geradas pela exploração do Oriente. No decorrer dessa luta, verificaram-se a derrota e a progressiva e acelerada decadência da burguesia mercantil, cujo papel fora decisivo no período da autonomia portuguesa e ainda mais na fase inicial das grandes navegações. Sem base política, o grupo mercantil foi sendo alijado da posição privilegiada que por muito tempo ocupara.

O antigo afluxo de capital, de elementos humanos e de tecnologia para o Reino foi substituído por um refluxo. Os recursos que até então eram aplicados em Portugal e que aí se estabeleceram, numa terra de largas perspectivas, começaram a se transferir para outras áreas, onde as possibilidades de desenvolvimento eram mais amplas.

Foi nesse cenário de declínio e exaustão que se apresentou, em Portugal, o problema do investimento inicial para a colonização do Brasil. Quem realizaria as primeiras inversões de capital na agreste terra

americana? Não seria a camada mercantil, pois carecia de recursos para isso e não se interessava pela aplicação. A nobreza feudal? Também não, porque os poucos fidalgos economicamente realizados estavam inteiramente voltados para a exploração oriental.

Surgiu, assim, o problema da origem classista dos primeiros colonizadores do Brasil. Hoje, sabemos que esses pioneiros na ocupação e valorização econômica de nosso país eram de pequena nobreza, fidalgos com títulos pomposos, mas bolsos vazios. Sem dúvida, o esforço inicial da conquista de terras brasileiras foi levado a cabo por nobres ligados à Coroa por serviços prestados, mas não enriquecidos nesses serviços.

O Trono português logo encontrou uma forma de recrutar colonizadores para a área americana. A solução consistiu na distribuição de faixas territoriais, contadas ao longo da costa - as capitanias hereditárias - aos que as disputassem ou aceitassem. Como base jurídica desse sistema, a Coroa transferiu poderes e privilégios majestáticos aos primeiros donatários. Entretanto, a tarefa da colonização continuava cheia de obstáculos. Tratava-se, para o capitão hereditário, de um investimento bastante oneroso, o que obrigou muitos deles a admitirem sócios. De fato, os donatários eram obrigados a fretar navios, recrutar auxiliares, enfrentar um severo período de carência - enquanto não houvesse produção estabelecida - e a satisfazer as exigências da Coroa. Em troca, esta transferia direitos. Na realidade, para governar a distância não havia outra forma senão delegar poderes e direitos. O importante, no entanto, é que o empreendimento das donatárias importava naquilo que a economia moderna define como investimento.

Duas características da implantação do sistema de donatárias merecem um estudo mais detalhado. Preliminarmente, era uma empresa difícil, onerosa e não sedutora, que exigia a mobilização de volumosos recursos. Muitas vezes, os donatários eram obrigados até a vender suas propriedades, ou então a recorrer a empréstimos. Em segundo lugar, o período inicial da instalação do sistema colocava à prova os recursos amealhados pelos donatários. As antigas crônicas históricas mencionavam o fracasso da maioria das capitanias, atribuindo-o às hostilidades dos índios. Na verdade, porém, os donatários fracassavam por não terem condições de mobilizar, no investimento inicial, recursos suficientes para fazer face ao período de carência, próprio do empreendimento açucareiro.

Realmente, o açúcar era bem diferente do milho, que o indígena cultivava, planta de ciclo vegetativo curto, o que permitia o nomadismo dos contingentes humanos nativos. A cana-de-açúcar, pelo contrário, era de vegetação mais demorada, exigindo trabalhos preliminares, que alongavam o prazo entre o plantio e a colheita.

Sabemos que os primeiro colonos - os capitães donatários - juntaram os seus pertences, venderam o que possuíam, lançando-se a um árduo empreendimento. A doação principal que a Coroa fazia era a da terra, e havia terra de sobra. Realmente, é fácil verificar que, na época, a propriedade do solo da colônia carecia de importância. Não havia semelhança alguma entre o papel que a terra desempenhou, no Brasil do século XVI, e o que ela exercia na Europa daquele tempo.

A característica básica do solo brasileiro, na fase inicial da colonização, era a ausência de posse anterior. Fundamentalmente, a terra não funcionava como propriedade imobiliária. Não impunha restrições ao emprego de capital ou de trabalho, ou seja, não influenciava os preços daquilo que nela era produzido, nem condicionava, portanto, as rendas por ela proporcionadas. Nesse período, a terra, por si só, nada significava. Só começaria a representar alguma coisa, a ter função, a partir do instante em que se tornasse objeto do trabalho humano. Em suma, o valor imobiliário da terra brasileira iria depender da instalação de um sistema colonial de produção.

Ciente de que só a colonização garantia a posse política das terras brasileiras, a Coroa lusitana tentou despertar o interesse do capital privado para a árdua empresa de conquista e valorização econômica de seu território americano. Ao contrário das Índias - onde já existiam sistemas produtivos e mercados prósperos - o Brasil, cujos habitantes viviam num estágio primitivo de civilização, nada oferecia às ambições imediatistas do mercantilismo português.

Para tornar rentável o processo colonizatório de suas possessões na América, Portugal precisaria montar, preliminarmente, uma estrutura produtora de gêneros agrícolas. Isto porque, em nosso país, a única forma possível de exploração econômica viria a ser o cultivo do solo. Por isso, o Reino procurou, desde o início, dar à colonização brasileira uma orientação adequada à necessidade de aqui se implantar um núcleo civilizacional baseado na produção agrária. Por exemplo: o Rei investiu Martim Afonso de Souza , em sua expedição pioneira de 1530, e, pouco depois, os donatários, do direito de conceder sesmarias às pessoas interessadas em “fazer lavoura”.

A doação de sesmarias não era uma forma genérica de transferência de terras: estava subordinada a uma estrita regulamentação jurídica. O sesmeiro tinha pleno direito de propriedade sobre seu lote, com algumas restrições, tais como os estancos (monopólios reais) e as servidões públicas de águas. Além disso, era obrigado a pagar os tributos devidos à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, organismo encarregado da expansão marítimo-comercial portuguesa.

As terras concedidas em sesmarias, segundo a livre vontade de seus proprietários, podiam ser alienadas ou transmitidas a herdeiros. O dono da sesmaria, no entanto, tinha a obrigação de aproveitá-la economicamente dentro de um prazo determinado. Esta disposição legal fazia parte das Ordenações Manuelinas (livro IV, página 67). A violação deste estatuto acarretava a perda da propriedade e o pagamento de uma multa em dinheiro.

A coroa não doava sesmarias indiscriminadamente a todos os interessados na posse de terras. Na realidade, só se concediam sesmarias “a quem pudesse cultivar”, isto é, aos que comprovassem possuir os recursos necessários à tarefa de exploração econômica do solo.

Ao se examinar a legislação portuguesa que regulamentou a montagem da colonização do Brasil, verifica-se que seu significado básico não repousava na amplitude dos poderes delegados ou transferidos

aos donatários ou aos colonos. Pode-se encontrá-lo, ao contrário, na forma estabelecida para a implantação da propriedade privada no território da colônia, elemento gerador das primeiras diferenciações classistas em nosso país:

- a Coroa só doava terras a quem tivesse recursos para cultivá-la.
- só se outorgava o privilégio de montar engenhos a quem estivesse em condições financeiras de fazê-lo funcionar.

Percebe-se assim, no início do processo de colonização, uma clara tendência discriminatória, que caracterizaria todo o empreendimento e determinaria o tipo de sociedade da zona açucareira, por exemplo: a necessidade de um investimento inicial impossibilitaria a participação na empresa colonizatória de cidadãos metropolitanos desprovidos de fortuna. A própria distribuição da terra obedeceu a um critério seletivo. Além disso, acentuando o caráter elitista da colonização, a montagem e a operação dos engenhos também se tornariam privilégios reservados a poucos reinóis.

Esse conjunto de fatores contribuiu para que se formasse no Brasil uma sociedade aristocrática, na qual o valor do trabalho diminuiu em função da importância social que o direito de propriedade conferia aos poucos cidadãos que o possuíam.

Portanto, no Brasil Colônia não se levava em conta a origem de classe dos primeiros povoadores, e sim a posição de proprietários por eles ocupada: ela os transformava em aristocratas, independentemente de sua procedência classista.

As limitações impostas à capacidade de operar os engenhos revelam a tendência para a concentração de poder econômico que caracterizou o processo da colonização. Nesses momentos iniciais da história brasileira, a operação de uma unidade produtora açucareira dependia das seguintes condições:

- localização.
- qualidade do solo.
- prazo de carência.
- força de trabalho.
- beneficiamento.

As condições de localização dos engenhos exerceram considerável influência na montagem do sistema da exploração agrícola brasileiro. Entre duas sesmarias considerava-se mais valiosa aquela que estivesse próxima ou tivesse maior facilidade de acesso ao litoral.

Frei Vicente do Salvador, no início do século XVII, dizia que os portugueses, no Brasil, *"arranhavam o litoral como caranguejos"*. Os colonizadores receavam afastar-se da orla litorânea devido à extrema precariedade das técnicas de transporte utilizadas na época. Estabelecer-se e operar perto do litoral, nesse sistema econômico em que a produção se destinava exclusivamente aos mercados externos, tornou-se imperativo. As terras próximas ao mar ou com fácil acesso a ele (por rios navegáveis, por exemplo) foram objeto de apropriação privilegiada, desde os primórdios da colonização do Brasil.

A qualidade do solo determinou outro nível de desigualdade nas concessões das sesmarias. Os canaviais nordestinos normalmente acompanharam as várzeas férteis dos rios,
nas regiões onde predominava o massapé, tipo de solo adequado à lavoura açucareira.

Para implantar a agricultura e transformar a cana em açúcar, os donatários viram-se obrigados a desmatar suas propriedades e a procurar água corrente e solo apropriado, a fim de garantir um bom rendimento nas safras.

O prazo de carência, que vigorava a partir do investimento inicial, eliminou muitos concorrentes à empresa açucareira. Para os que conseguiam superar esse período, o empreendimento evoluía para uma situação de rotina.

Nos primeiros anos, no entanto, enfrentavam obstáculos por vezes intransponíveis. As unidades produtoras de pequenas dimensões não tinham condições de se manter: para tornar rentável a produção de gêneros agrícolas nessa área periférica do Brasil era indispensável uma sólida e ampla organização.

A possibilidade de se beneficiar a cana-de-açúcar acentuava a tendência discriminatória e elitista inerente ao sistema de colonização implantado na colônia. Mesmo que houvesse igualdade de condições entre os sesmeiros e que todos, superado o prazo de carência, se tornassem proprietários de canaviais em plena produção, logo surgiria a diferença entre os que se mantinham apenas como agricultores e aqueles que a esta condição acrescentavam a de senhores ou donos de engenho.

Nos momentos iniciais da colonização, algumas pessoas se dedicaram apenas à agricultura. Seu trabalho praticamente terminava com a colheita: entregavam a cana - paga em espécie - aos senhores de engenho, que a transformavam em açúcar. A igualdade que existia entre ambos no plano social não subsistia, pois, no plano econômico.

Progressivamente os simples plantadores (que não possuíam engenho) subordinaram-se aos senhores de engenho. Após lhe entregarem a safra acabaram por lhes ceder a própria terra. Só se mantinha o sesmeiro que tivesse condições de dominar a unidade produtora de modo completo, isto é, que possuísse os canaviais e o engenho. Isto levou à concentração da propriedade, à aristocratização e ao desaparecimento dos plantadores independentes. Logo se definiram as linhas mestras da estrutura de produção açucareira:

- grandes propriedades ("plantation").
- regime escravista de produção.
- modo de produção tipo colonial.

A economia colonial, que teve como origem jurídica o regime de concessão de sesmarias, baseou-se na grande exploração agrária. Nos momentos iniciais do processo colonizatório, a pequena propriedade - o minifúndio, apoiado no trabalho individual do pequeno agricultor - não teve condições para se desenvolver. Inúmeros obstáculos impediram a formação, em nosso país, de uma comunidade de pequenos proprietários:

- o trabalho livre de pequenos agricultores autônomos, cultivando suas próprias terras, não possibilitava o desbravamento de um território virgem e de penetração extremamente difícil.
- a existência de minifúndios entrava em contradição com o caráter mercantilista da empresa colonizatória (o propósito real do esforço de colonização era a montagem de zonas produtoras de gêneros primários para os mercados externos. A pequena propriedade, em função de seus recursos limitados, acarretaria, inevitavelmente, uma produção orientada para a subsistência dos próprios lavradores. Isto significaria a negação radical da finalidade do antigo sistema colonial: a acumulação de capital das economias centrais e metropolitanas).
- os pequenos proprietários não dispunham de recursos suficientes (a instalação de um engenho de açúcar - equipamento técnico indispensável ao sucesso da colonização - exigia um volume de capital inacessível ao pequeno lavrador).
- não havia mercados para o pequeno produtor (o simples lavrador não atingia o mercado externo, ao qual se destinava a produção açucareira; o mercado interno no Brasil Colônia quase não existia, principalmente porque o latifúndio , a grande unidade econômica dos tempos coloniais, produzia o necessário para seu consumo interno, pouco dependendo de fornecimentos exteriores).
- as tribos indígenas eram hostis (o latifúndio dispunha de recursos para formar um forte contingente de homens armados que o defendessem contra os ataques dos selvagens; a pequena propriedade, ao contrário, era presa fácil para os índios).
- o latifúndio sufocou o pequeno lavrador (a pequena propriedade praticamente sucumbiu à guerra sem quartel levada a efeito contra os pequenos produtores pelos latifundiários. Quando não atacados diretamente, os minifundiários eram vítimas de uma legislação opressora e discriminatória, totalmente favorável à “plantation”. Diversos entraves legais impediam os lavradores independentes de se voltarem para tipos de produção ao alcance de seus diminutos recursos, por exemplo: a fabricação de aguardente exigia, apenas, molinetes ou engenhos de baixo custo. Como tal produção desfalcasse os grandes engenhos da cana de que necessitavam, as autoridades metropolitanas e coloniais impediram e até proibiram a fabricação de “pinga”).

Aos poucos, o latifúndio eliminou a pequena propriedade e tornou-se a base da colonização do Brasil. A "plantation" foi o único núcleo real da vida econômica da colônia. Praticamente inexistiu, pelo menos no primeiro século da ocupação e valorização do Brasil, qualquer tipo de produção urbana. A indústria e o comércio, atividades características das economias citadinas, dependiam da exploração do solo. Modestos mascates ambulantes, que percorriam os latifúndios em busca de pouquíssimos, fregueses, efetuaram as transações comerciais.

As olarias, carpintarias, serrarias e outras produções do tipo industrial concentravam-se, em escala reduzida, nas própria áreas das grandes fazendas. Os centros urbanos do Brasil Colônia, meros prolongamentos da vida rural, eram pequenas vilas. Seus habitantes, quase sempre, eram gente do campo que nelas fixava residência temporária.

Ao empresar a instalação de uma zona produtora no Brasil, o mercantilismo conheceu uma nova fase de seu desenvolvimento. Nesse instante, o capital comercial assumiu uma dupla função: tornou-se produtor, conservando, entretanto, seu caráter original de controlador da circulação de mercadorias e capitais.

O sentido mercantilista do empreendimento colonizatório definiria os aspectos essenciais do esquema produtor implantado na colônia. Na verdade, pode-se caracterizar a "plantation" como o modo de produção típico de áreas periféricas submetidas às normas do antigo sistema colonial.

Objetivo Exportador

A produção colonial, voltada para os mercados europeus, visava complementar as economias metropolitanas e acelerar a acu-mulação de capital em mãos do grupo mercantil lusitano.

Latifúndio

Como a meta básica da produção colonial era suprir a demanda externa, só interessava ao capital comercial a exploração agrícola em grande escala.

Monocultura

As zonas produtoras coloniais dedicavam-se à elaboração de um só produto. Como o capital comercial se interessava, no Brasil, apenas pela venda de açúcar em grandes quantidades, os investimentos realizados na colônia não podiam fomentar, de maneira dispersiva, várias atividades agrícolas. Dessa forma, o mercantilismo, no início dos Tempos Modernos, criou uma verdadeira divisão mundial do trabalho, reservando a cada área periférica a exclusividade na produção de um determinado gênero.

Escravismo

A adoção do trabalho escravo impedia a formação de um mercado interno e, conseqüentemente, o surgimento de um setor da população colonial voltado para a produção de artigos de consumo estritamente local. Assim, o escravismo vedava a possibilidade das rendas geradas pelo aparelho produtor periférico permanecerem na própria colônia. Impedindo o processo de acumulação de capital no interior das regiões coloniais, as burguesias metropolitanas asseguraram-se a exclusividade dos lucros. Além disso, também se optou pela implantação do escravismo negro na América, devido à existência do tráfico de africanos, empreendimento comercial de alta rentabilidade. Os setores da camada mercantil européia, ligados ao

comércio escravista, pressionavam para que se impusessem formas compulsórias de trabalho em todas as áreas coloniais: assim, eles continuariam desfrutando dos lucros exorbitantes proporcionados pelo tráfico negreiro. Os altos preços que o produtor colonial pagava pela “mercadoria” africana sangravam ainda mais os parcos capitais retidos na colônia, desviando-os para a Europa. O tráfico negreiro estava, assim, inserido na própria lógica do mercantilismo, que preconizava o fortalecimento das economias metropolitanas.

Transferência do capital gerado na área da produção para a esfera da circulação.

No período de hegemonia do capital comercial, qualquer sistema produtor era montado para servir, com exclusividade, à órbita da circulação de mercadorias. Nessa fase inicial do capitalismo moderno, era a circulação que comandava a produção.

Durante o primeiro século da colonização brasileira, reinou perfeita harmonia entre a camada dominante portuguesa e os senhores de engenho, classe dominante da colônia. No quadro da produção açucareira, os papéis estavam bem definidos: o capital comercial holandês cuidava da circulação, do latifúndio, da produção e a metrópole ocupava o pólo tributário.

Na colônia, os senhores de engenho exerciam autoridade quase absoluta. Não havia ordem pública no Brasil de então, mas somente a ordem privada, ditada por eles. As relações civis, políticas e econômicas desenvolviam-se na esfera do privatismo, refletindo a hegemonia do Senhor de terras e de escravos.

Ao absorver toda a economia colonial, a grande exploração agrícola proporcionou a seus detentores um poder político capaz de ofuscar a própria soberania da Coroa. Nos primeiros anos de colonização, não houve atritos entre ambas porque os interesses da metrópole portuguesa coincidiam com os das camadas dominantes do Brasil. Eram elas que conquistavam territórios e os valorizavam com seu trabalho, por sua própria conta e risco. Portugal partilhava dos lucros gerados pela "plantation", sob a forma de dízimos e dos quintos reais.

Os produtores de açúcar dominaram a estrutura da colônia por meio das Câmaras Municipais, órgãos administrativos mais atuantes do Brasil nos primórdios da colonização. O raio de ação das câmaras, inteiramente dominadas pelos “homens bons” (proprietários rurais), tornou-se bem maior, na realidade, do que o estabelecido legalmente.

Cabia-lhes fixar salários, preços de gêneros e valor das moedas. Podiam propor ou recusar tributos e montar expedições punitivas contra os silvícolas. Cuidavam da fundação de vilas e arraiais e proviam sobre o comércio e a administração pública em geral.

Algumas câmaras, as mais importantes, ignoravam as autoridades lusitanas no Brasil, pois tinham representantes permanentes em Lisboa. Conseqüentemente, embora a soberania, de direito, coubesse à Coroa, o Estado Colonial, pelo menos em sua fase embrionária, foi, de fato, um instrumento dos latifundiários. Somente eles detinham o poder político da Colônia. Por isso, esse poder estava claramente disperso. Em cada área ou região, era a câmara respectiva que exercia o poder.

Formavam-se, dessa forma, sistemas políticos regionais praticamente soberanos, governados de maneira autônoma. O Brasil Colônia formava uma unidade somente no nome. Na realidade, compunha-se de um

conglomerado de organismos político-administrativos independentes, ligados apenas pelo domínio comum, mais teórico do que efetivo, da mesma metrópole.

O GRANDE CICLO DO OURO E DOS DIAMANTES

A segunda metade do século XVII foi uma fase de profunda estagnação econômica para a metrópole portuguesa e suas colônias. A retomada do desenvolvimento da lavoura açucareira do Nordeste brasileiro não apresentava perspectivas de êxito, pois o mercado internacional de produtos tropicais atravessava um turbulento período, marcado pela desenfreada competição entre as nações colonialistas. Assim, tanto a Coroa lusitana quanto os colonos brasileiros compreenderam que o único recurso para a manutenção da estabilidade político-econômica do mundo português consistia na descoberta de metais preciosos. Logo, a partir da Capitania de São Vicente, assolada pelo espectro da pobreza, o bandeirismo sairia em busca de riquezas minerais ocultas no sertão.

Prontamente, o governo de Lisboa, também interessado em fugir ao colapso econômico, estimulou os bandeirantes à prospecção aurífera, dando-lhes relativa ajuda técnica e prometendo honrarias, cargos e patentes militares na eventualidade de sucesso.

As expedições vicentinas que inauguraram o “grande ciclo do ouro”, foram as de Garcia Rodrigues Pais e Antônio Rodrigues Arzão. Este último, partindo de Taubaté em 1693 (encontrou metais preciosos na região do rio Casca, em Minas Gerais). Sua descoberta foi imediatamente comunicada ao governador Sebastião de Castro Caldas que, do Rio de Janeiro, transmitiu o fato a Lisboa.

No ano seguinte, de posse de um rústico roteiro que lhe fora fornecido por Arzão, o bandeirante paulista Bartolomeu Bueno de Siqueira constatou a presença de veios auríferos nas proximidades do rio das Velhas, também nas Gerais.

Em 1698, Antônio Dias de Oliveira, encabeçando uma “bandeira” de cinqüenta homens, descobriu as jazidas de Ouro Preto.

Dois anos depois, Manuel de Borba Gato - na época um fugitivo da justiça - localizou os depósitos auríferos de Sabará.

Nas primeiras décadas do século XVIII, em decorrência das violentas lutas travadas entre paulistas e portugueses pela posse das minas da região das Gerais (Guerra dos Emboabas), o bandeirismo vicentino, tendo como ponto de partida a vila de Sorocaba, encaminhou-se para os sertões do Centro-Oeste. Em 1719, Pascoal Moreira Cabral verificou a existência de imensas reservas de ouro em Cuiabá. Anos depois, em 1726, Bartolomeu Bueno da Silva, também conhecido como Anhangüera, descobriu as opulentas jazidas auríferas de Goiás, situadas nas Bacias do Tocantins e Araguaia.

- O contexto histórico em que surgiram as primeiras descobertas auríferas em terras brasileiras apresentava as seguintes características:
- graças à eclosão da Revolução Industrial, a economia européia completava a transição do sistema feudal para o modo capitalista de produção.
- a supremacia mercantil dos holandeses estava sendo progressivamente substituída pelo primado industrial britânico.
- a associação de interesse entre a camada dominante portuguesa e o capital comercial holandês cedia lugar à subordinação econômica de Portugal à Grã-Bretanha.
- a economia colonial brasileira conhecia uma etapa de crise, provocada pelo surgimento de outras áreas coloniais de produção açucareira, notadamente a holandesa, nas Antilhas.

A mineração nas Gerais, que resultou da experiência adquirida pelos vicentinos nas incursões preadoras e na descoberta do ouro aluvional, apresentou os seguintes aspectos:

- não exigia tecnologia sofisticada.
- dispensava mão-de-obra especializada.
- ocorreu no interior da colônia, exigindo, em consequência,vias de circulação entre a zona aurífera e o litoral.
- obrigava o contínuo deslocamento dos exploradores, pois os depósitos de minerais nobres estavam situados na superfície e se esgotavam rapidamente.
- não demandavam grandes investimentos de capital.
- utilizava, fundamentalmente, o braço escravo africano.

Tendo início numa época de crise da economia açucareira, o ciclo do ouro gerou diversas alterações na vida do Brasil Colônia.

Expansão demográfica

A mineração atraiu para a região das Gerais elementos marginalizados pela crise do latifúndio açucareiro e portugueses de recursos limitados, atraídos pela miragem do enriquecimento rápido. A ocupação do Centro-Sul , provocada pela mineração, processou-se em três lances sucessivos. O primeiro foi responsável pelas aglomerações urbanas de São João del-Rei, Vila Rica, Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe e Arraial do Tijuco (onde se explorariam os diamantes). Mais tarde, em torno desses núcleos, surgiram outros: Minas do Rio Verde (1720), Minas do Paracatu (1744), Minas do Itajubá (1723) e Minas Novas (1726). O segundo núcleo de ocupação originado pela atividade mineradora localizar-se-ia no território do Mato Grosso. A descoberta de ouro em Cuiabá, em 1719, provocou a fundação de inúmeros arraiais em torno de Vila Bela, aldeia então erigida e, desde 1747, capital da Província de Mato Grosso. O terceiro e último centro de povoamento resultante da mineração foi Goiás, onde Vila Boa e diversos entrepostos ribeirinhos dos rios Claro e Pilões foram edificados em meados do século XVIII.

Desvalorização da terra

Durante o “grande ciclo do ouro”, a propriedade da terra perdeu sua importância, pois só o ouro era dotado de valor. Esgotado o veio, a terra em si não mais interessava ao minerador, que a abandonava em busca de outra área. Em suma, o pesquisador de ouro não disputava títulos de propriedade imobiliária, mas concessões para minerar.

Alta do preço da mão-de-obra escrava

A capacidade aquisitiva do minerador, maior do que a do latifundiário, provocou a extraordinária valorização da mão-de-obra escrava.

Aparecimento da pequena empresa

Ao contrário da região açucareira, caracterizada pelo número limitado de grandes empresas (os latifúndios), a zona mineradora conheceu a rápida proliferação de pequenas empresas.

Aparecimento do mercado interno

O “grande ciclo do ouro”, atividade altamente especializada e de extrema lucratividade, desconheceu, pelo menos em seus momentos iniciais, a existência de empreendimentos econômicos secundários ou acessórios. Conseqüentemente, estabeleceu-se um sofisticado sistema de trocas entre a zona aurífera e as áreas distantes, estas encarregadas da produção dos artigos necessários à subsistência dos moradores das Minas Gerais.

Melhoria do sistema viário

A mineração gerou uma rede de circulação terrestre, compreendendo os roteiros da região aurífera a São Paulo, ao Rio de Janeiro, a Goiás, a Mato Grosso e ao Prata.

A criação das novas capitanias

A extração aurífera propiciou o estabelecimento das capitanias de Minas Gerais (1720), Goiás e Mato Grosso (1749).

Transferência da sede administrativa da colônia

O aparecimento do depósito aurífero nas Gerais determinou a mudança da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763.

Expansão do aparelho burocrático português

O volume de riquezas gerado pela mineração, os conflitos em torno da posse das minas e os interesses tributários do erário português motivaram o crescimento do aparato administrativo luso na região das Gerais, notadamente nos setores fiscal, militar e judiciário.

Multiplicação das medidas restritivas à economia do Brasil, impostas pelo pacto colonial

A coroa lusitana, interessada em assegurar o domínio exclusivo das riquezas minerais do Brasil, intensificou o regime de monopólio comercial que então vigorava sobre a economia colonial brasileira.

Aparecimento de camadas médias

A mineração possibilitou a criação de novas técnicas, a ampliação das importações, a democrática utilização de utensílios destinados ao conforto, a generalização do poder aquisitivo, o desenvolvimento do trabalho livre, a melhoria das condições do trabalhador escravo e o incremento das atividades comerciais internas. Essa nova situação econômica haveria de determinar - como sempre ocorre - uma nova e correspondente estrutura de classes. Em consequência, "o grande ciclo do ouro", ao transformar a infra-estrutura das Gerais, provocou, pela primeira vez na história brasileira, o aparecimento de camadas médias.

Ao contrário do que ocorreu na agricultura canavieira e na pecuária - atividades econômicas dos dois primeiros séculos da colonização - a mineração brasileira foi submetida desde o início a uma rigorosa disciplina fiscal-administrativa. Logo após as primeiras descobertas auríferas em Minas Gerais, Portugal, com a finalidade de regulamentar a extração mineral, instituiu o Regimentos dos Superintendentes, Guarda-Mores e Oficiais Deputados para as Minas de Ouro (1702). De acordo com este documento:

- criava-se um órgão administrativo especial, a Intendência das Minas, encarregado de dirigir, fiscalizar e tributar a mineração.
- as Intendências, implantadas em todas as capitanias nas quais se achasse ouro, eram subordinadas diretamente ao governo de Lisboa, sendo totalmente independentes de governadores e outras autoridades coloniais.
- a descoberta de jazidas devia ser comunicada à Intendência da respectiva capitania; caso contrário, ficava-se sujeito à aplicação de severas penas. Toda vez que uma jazida era descoberta, "os funcionários competentes - os guarda-mores - transportavam-se para o local, demarcavam os terrenos auríferos e, em dia e hora marcados e previamente anunciados, realizava-se a distribuição entre os mineradores presentes. A distribuição se fazia por sorteio e proporcionalmente ao número de escravos com que cada pretendente se apresentava; mas, antes desta distribuição geral, o

descobridor da jazida tinha direito de escolher livremente sua “data”, nome dado às propriedades mineradoras; e depois dele, a Fazenda Real também reservava uma para si” (Caio Prado Jr.).

- a exploração das “datas”, após sua distribuição, devia ser iniciada no prazo de quarenta dias.
- eram proibidas transações com as propriedades mineradoras.

O Erário Régio português impôs sobre as atividades mine-radoras um pesado imposto: o quinto de todo o ouro extraído. Conseqüentemente, os mineradores procuraram sempre burlar a fiscalização lusitana. A Fazenda Real introduziu, então, meios indiretos para a cobrança, criando inicialmente a capitação dos escravos , ou seja, um tributo fixo, pago em metal nobre, sobre cada trabalhador das minas. Este sistema não deu resultado, pois o tributo era pago mesmo quando se tratava de apenas trabalhos preliminares de prospecção, os quais, na maioria das vezes, não produziam o fruto esperado. Desta maneira, os mineradores atemorizados diante da carga fiscal imposta pela capitação, perderam o interesse em procurar novos depósitos auríferos. Mais tarde, criaram-se as Casas de Fundição, onde todo o ouro extraído era fundido, “quitado” e marcado com o selo real. A partir de então, foi rigorosamente proibido o manuseio do ouro em pó ou em pepitas. Aquele que fosse pilhado com ouro sob outra forma que não em barras gravadas com o sinete da Coroa corria o risco de perder seus bens e, até mesmo, de ser degredado para a África.

Por fim, para coibir o contrabando do metal - que se intensificara, apesar da fiscalização - foi estipulada uma conta anual mínima para o tributo. Quando o “Quinto” arrecadado não atingia 100 arrobas (cerca de 1500 quilos), procedia-se à derrama - uma série de impostos indiretos sobre o comércio, escravos, casas de negócio, trânsito pelas estradas, etc., que obrigava a população a completar a soma exigida pela Coroa portuguesa.

A decadência da mineração aurífera, que já se fazia sentir desde meados do século XVIII, derivou de várias causas:

- esgotamento das jazidas.
- técnicas de exploração deficientes (em parte motivadas pelo baixo nível intelectual do colono português).
- desorganização da administração portuguesa (o pessoal responsável pelas Intendências era constituído por burocratas e legistas incumbidos de interpretar e aplicar os complicados regulamentos instituídos pela Coroa, interessada quase unicamente em garantir suas rendas fiscais. Na realidade, as Intendências portuguesas, durante todo o “grande ciclo do ouro”, não contaram com uma só pessoa que entendesse de mineração).

Em 1720, Bernardo da Fonseca Lobo revelou a existência de diamantes na região do Arraial do Tijuco (hoje Diamantina), em Minas Gerais. O Brasil tornava-se o primeiro explorador moderno dessa riqueza. Pouco depois, em 1733, por ordem da Coroa, foi demarcado o território em que se encontravam os diamantes - Distrito Diamantífero - para isolá-lo das terras adjacentes.

O primeiro regime estabelecido para a mineração de diamantes foi a exploração contratual - concessão outorgada como privilégio a certas pessoas, que eram obrigadas a pagar uma quantia fixa pelo direito de exploração. Em 1771, o sistema foi modificado pelo Marquês de Pombal que, ao organizar a Junta da Administração Geral dos Diamantes, entregou à própria Fazenda Real o monopólio da exploração diamantífera (sistema da Real Extração).

- O declínio da mineração diamantífera, mais ou menos contemporâneos ao do ouro, teve causas similares. Entretanto, alguns fatores específicos vieram acelerá-lo.
- desvalorização das pedras, provocada pelo seu grande afluxo no mercado europeu (os crônicos apertos financeiros da Coroa portuguesa obrigavam-na freqüentemente a lançar no mercado mundial grande quantidade de pedras, o que acarretou a brutal desvalorização do diamante brasileiro).
- administração inepta, incapaz de racionalizar e reduzir os custos da extração diamantífera

45_15

Montagem da administração colonial

OS ÓRGÃOS METROPOLITANOS DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

A expansão marítimo-comercial portuguesa e a posterior neces-sidade de ocupação e valorização das terras descobertas exigiram a instalação, tanto na Metrópole quanto nas colônias, de um aparato burocrático destinado a administrar os esforços colonizatórios. No caso específico do Brasil, a manutenção e o funcionamento do sistema colonial apresentaram três estruturas administrativas básicas. Em primeiro plano, estavam os órgãos metropolitanos da administração colonial, repartições encarregadas da coordenação geral do processo de colonização dos territórios ultramarinos. Assim que se iniciou o povoamento de terras brasileiras, o Reino implantou uma segunda estrutura administrativa, de âmbito local: as capitanias hereditárias, cujo objetivo era providenciar a concretização das metas perseguidas pelo mercantilismo português. Em razão do relativo fracasso dos sistema das donatárias, a Coroa portuguesa viu-se obrigada a centralizar o aparelho burocrático colonial, criando dessa maneira uma terceira estrutura administrativa, o governo-geral, depois substituído pela nomeação de vice-reis. Nesta primeira lição, dedicada à administração colonial brasileira, examinaremos as principais instituições que, da Metrópole, orientaram o processo de colonização da América brasileira.

Os soberanos portugueses costumavam ser assessorados, também nos assuntos coloniais, por elementos de confiança, conhecidos pela designação de “secretários de Estado”. Apesar das proporções do empreendimento, as questões relativas à colonização ultramarina ficaram, nos primeiros tempos, sob inteira responsabilidade desses funcionários. Com efeito, foi enorme a influência na elaboração dos projetos colonialistas, de nomes como D. Antônio de Ataíde, secretário do rei D. João III; d. Cristóvão de Moura, assessor de Felipe II para os problemas americanos; Padre Antonio Vieira e Alexandre de Gusmão.

Paralelamente à Secretaria de Estado, atuaram, enquanto organismos consultivos, executivos e tributários,

outras instituições também encarregadas da supervisão do império colonial português.

Cabia à Casa das Índias, primeiro ministério das colônias de Portugal, instalar alfândegas, capitanias de portos e repartições públicas nas zonas ultramarinas. Além disso, eram também de sua inteira competência a nomeação de funcionários e a promulgação de regulamentos administrativos e fiscais. O historiador Varnhagen assinala que as primeiras providências relativas ao início da colonização do Brasil foram tomadas pela Casa da Índias. Realmente, esta, por alvará datado de 1516, ordenava o fornecimento de machados e enxadas a todas as pessoas interessadas em povoar o Brasil. Revela-se, assim, ainda nos primórdios da colonização brasileira, a vocação essencialmente agrícola do desbravador português.

Em 1532, o rei D. João III criou a Mesa da Consciência, que com a incorporação das Ordens de Nosso Senhor Jesus Cristo e São Bento de Avis, tornar-se-ia a Mesa da Consciência e Ordens. Competiam a esse órgão as seguintes atribuições:

- orientar o soberano em assuntos eclesiásticos.
- cuidar das questões referentes às heranças de súditos lusitanos que falecessem fora do Reino.
- administrar as ordens militares.

Cabia à Casa da Fazenda, conforme regimento que foi elaborado em 1516, o controle da arrecadação de rendas, tributos e bens reais. Outra incumbência da Casa da Fazenda, cujos funcionários (vedores da Fazenda) compunham a Mesa da Fazenda, era a supervisão das feitorias, do provimento e envio de armas e da venda e armazenagem de gêneros provenientes dos territórios do ultramar.

O rei Felipe II, durante a união ibérica, criara, em substituição aos antigos vedores da Fazenda, o Conselho da Fazenda. Compunham esse organismo:

- um vedor da Fazenda (presidente do Conselho).
- quatro escrivães da Fazenda.
- quatro conselheiros (dois dos quais deviam ser formados em Direito).

O conselho dividia-se em quatro seções: “das quais a primeira tinha a seu cargo os negócios do Reino; a segunda, os das Índias, da Mina, Guiné, Brasil, São Tomé e Cabo Verde; a terceira, os das ordens militares e das ilhas da Madeira e Açores; a quarta, finalmente, os da África (Marrocos)”. (Rodolfo Garcia)

O Conselho da Índia , criado pelo governo de Madri durante a união das Coroas ibéricas, visava a estabelecer uma separação entre os órgãos administrativos coloniais e aqueles voltados aos assuntos metropolitanos. O referido organismo, cuja jurisdição abrangia todos os domínios lusitanos, era composto de:

- um presidente.
- dois conselheiros.
- dois eruditos.

O Conselho da Índia, apesar de sua sofisticada estrutura administrativa, organizada em seções especializadas nos diversos assuntos ultramarinos, durou pouco tempo, sendo extinto em 1614.

O Conselho Ultramarino, a mais importante instituição portuguesa de administração colonial, foi criado pelo rei D. João IV, o Restaurador, em 1642. A direção do Conselho foi entregue a:

- um presidente.
- um secretário.
- dois conselheiros.
- um letrado.

Cabiam ao Conselho Ultramarino:

- os assuntos referentes à vida financeira das colônias.
- provimento de expedições exploradoras ou militares e a fixação de suas datas de partida.

O funcionamento do Conselho obedecia a um rigoroso planejamento. As questões judiciais eram de competência exclusiva do letrado, normalmente um especialista em leis seculares e canônicas. Aos conselheiros competia a fiscalização dos negócios militares e dos documentos das principais autoridades coloniais (vice-reis, governadores e capitães). Além disso, cada um dos dias de trabalho do poderoso Conselho era reservado à apreciação de assuntos de uma área colonial em particular. Tal medida foi tomada em função da grande amplitude do colonialismo português. O Brasil, por exemplo, merecia as atenções do Conselho Ultramarino somente às quintas e sextas-feiras.

As questões que deveriam ser submetidas à sanção real passavam, obrigatoriamente, pelo Conselho Ultramarino. Muitas vezes, era o soberano que pedia o parecer dos membros do influente organismo sobre os negócios do ultramar. Realizava-se, então, uma consulta de serviço real. Quando, seguindo caminho inverso, os processos eram iniciados no próprio Conselho, seguindo daí para o monarca, ocorria a consulta de partes. Além disso, vários soldados, capitães e funcionários dos territórios coloniais, ao retornarem ao Reino, habilitavam-se a alguns benefícios, que eram conhecidos nas consulta mercês. Por fim, quando a consulta era realizada pelo rei, mas sobre alguma questão de interesse simultaneamente público e privado, dava-se uma consulta mista ou mística.

As inúmeras atribuições do Conselho Ultramarino fizeram com que ele se tornasse um organismo respeitado e influente, sendo sua maior fonte de renda a tributação imposta aos contratos comerciais. Com efeito, os dízimos, as licenças alfandegárias, as dízimas das baleias, os subsídios dos vinhos, o direito da navegação fluvial e as taxas sobre os escravos eram recolhidos aos cofres do Conselho.

No entanto, diversas foram as acusações feitas à máquina administrativa da portentosa repartição: lenta, ineficiente e corrupta. Apesar disso, o Conselho Ultramarino, ouvido em quase todas as questões relacionadas com o Brasil, foi um dos principais motores do processo de colonização de nosso país.

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

O sistema das capitanias hereditárias, oficialmente criado no Brasil em 1532, não era novo. Já no século XV, a ocupação e valorização econômica das ilhas atlânticas - Madeira, Açores, Porto Santo, São Tomé, Cabo Verde e Príncipe - tinham sido iniciadas com a concessão de donatárias. Com base nos resultados positivos das capitanias insulares, vários conselheiros do trono lusitano sugeriram a aplicação dessa fórmula de povoamento no Brasil. Dentre eles, destacaram-se o professor Diogo de Gouveia, residente na França, e Antônio de Ataíde, conde da Castanheira, conhecedores dos perigos que ameaçavam a posse lusitana da colônia brasileira.

O sistema de concessão de donatárias foi adotado no Brasil em 1504, com a doação da ilha da Quaresma ao comerciante de origem judaica Fernando de Noronha. Mais tarde, em 1522, o rei D. João III confirmou a doação e, em 1559, a rainha regente, dona Catarina, estendeu a concessão da ilha ao neto de Fernando de Noronha, seu homônimo. Apesar dessa medida precursora, o sistema só foi implantado em 1532. A partir daí, o mesmo D. João III criou no Brasil, em território continental, catorze capitanias, divididas em quinze lotes e distribuídas a doze donatários.

AS CAPITANIAS DO SÉCULO XV

Capitanias	Donatários
Primeira do Maranhão	Aires da Cunha associado a João de Barros
Segunda do Maranhão	Fernando Álvarez de Andrade
Ceará	Antônio C. de Barros
Rio Grande do Norte	João de Barros
Itamaracá	Pero Lopes de Souza
Pernambuco ou nova Lusitânia	Duarte Coelho
Bahia de todos os Santos	Francisco Pereira Coutinho
Porto Seguro	Pero de C. Tourinho
São Tomé	Pero de Góis

São Vicente	Martim Afonso de Souza
Santo Amaro	Pero Lopes de Souza
Santana	Pero Lopes de Souza

CAPITANIAS INSULARES

Capitanias	Donatários
Ilha de Trindade (ES)	Belchior Camacho
Ilha de Itaparica (BA)	Antônio de Ataíde

A implantação do sistema das capitanias obedeceu aos regulamentos e diretrizes fixados pelas cartas de doação e cartas forais. As primeiras caracterizavam os traços gerais da instituição das capitanias; as forais estabeleciam uma espécie de código tributário, definindo em pormenores a parte da renda do empreendimento colonizatório que pertenceria ao donatário e a que caberia à Coroa.

As principais disposições das cartas de doação regulamentavam:

- a doação da capitania e sua ampliação.
- a doação de um trecho de terra, no interior da capitania, de plena posse dos donatários.
- as formas de transmissão da capitania.
- a proibição da alienação da capitania.
- os casos de retomada da capitania pela Coroa.
- jurisdição criminal e civil do donatário.

(Este, em plano civil, tinha competência em questões até 100 mil-réis e podia, em casos criminais, aplicar pena de morte a escravos índios e homens livres. Entretanto, a pena máxima para nobres lusitanos seria de dez anos de degredo ou 100 cruzados de multa. Somente em caso de heresia, traição ou sodomia, o donatário tinha o direito de aplicar a pena capital, qualquer que fosse a classe social do réu).

- o direito de fundar vilas e transferir poderes políticos.
- o direito de nomear alcaides e delegar poderes civis.
- o direito de escravizar e vender indígenas.
- a concessão, ao donatário, da redízima (um décimo da dízima) das rendas da Coroa.
- a concessão da vintena do pau-brasil.
- o compromisso da Coroa em cumprir a doação.

Em resumo, as cartas de doação transferiam quase todos os poderes do rei para as mãos do donatário que, com algumas restrições, tinha soberania integral sobre sua capitania. Caracterizava-se, assim, a natureza jurídica do sistema de capitanias: concessões de Estado, à luz das mais recentes doutrinas do Direito Público. Além disso, as cartas de doação estipulavam a inalienabilidade total ou parcial da doação.

Por seu lado, as cartas forais estabeleciam:

- o direito ao donatário de conceder sesmarias (arrendamento de terras aráveis), exceto a parentes próximos.
- a proibição imposta ao donatário de receber sesmarias.
- o monopólio real do pau-brasil e das especiarias.
- o direito, concedido ao donatário, de explorar minas, reservando à Coroa o quinto dos metais preciosos eventualmente descobertos.
- a concessão ao donatário da dízima do referido quinto.
- o direito do donatário de receber gêneros alimentícios e munição sem pagar tributos alfandegários.
- a reserva à Ordem de Cristo (responsável oficial pela expansão ultramarina portuguesa) da dízima do pescado.
- a proibição do comércio entre o donatário e mercadores estrangeiros.
- a isenção de taxas e aduanas no comércio interno.
- a liberdade de comunicação e trocas entre as várias capitanias.
- a transferência ao donatário dos encargos referentes à defesa.
- o direito do donatário de tributar a navegação fluvial.
- a concessão ao donatário dos impostos devidos pelos tabeliões.

Em suma, as forais vedavam a mineração e a exploração de certos gêneros (especiarias e pau-brasil) pelos donatários. Por outro lado, a estes transferiam as despesas provenientes da administração e da segurança territorial, bem como lhes proibiam eventuais contatos mercantis com negociantes alienígenas.

Embora a instituição das donatárias tenha proporcionado algumas vantagens, como impedir a fixação de estrangeiros em nosso litoral, não alcançou grande êxito. Inúmeras foram as causas do relativo malogro do sistema:

- falta de recursos da maioria dos donatários, para a custosa e árdua tarefa da colonização.
- silvícolas ferozes em algumas donatárias.
- a enorme extensão dos lotes concedidos e as dificuldades de comunicação daí decorrentes.
- falta de apoio da Coroa.
- ataque dos corsários europeus.
- desinteresse da maioria dos donatários.

OS GOVERNOS-GERAIS

Em 1548, foi criado no Brasil o sistema de Governos-Gerais. Na verdade, esta nova fórmula administrativa, implantada pelo rei D. João III, não substituiu propriamente o regime das capitanias, mas criou um centro de unidade na colônia.

O estabelecimento e a regulamentação dos Governos-Gerais foram efetuados pelo Regimento de 17 de dezembro de 1548. Segundo esse documento, competia ao governador-geral:

- fundar uma fortaleza e uma povoação-sede na Bahia de Todos os Santos.
- conceder terras aos índios amigos, de preferência nas proximidades das povoações cristãs.
- separar os indígenas já catequizados daqueles que ainda viviam em estado pagão.
- proibir escravização dos gentios, prática que passou a ser punida com a morte ou com a perda dos bens.
- punir os tupinambás, inimigos dos colonizadores lusos.
- impedir a entrega de armas aos silvícolas.
- perseguir e expulsar os corsários e seus estabelecimentos do litoral do Brasil.
- incentivar as “entradas” (expedições de reconhecimento do interior brasileiro).
- melhorar as condições dos fortins existentes nas capitanias.
- obrigar os capitães, donatários e proprietários rurais a construir em suas povoações torres de vigia e casamatas para a sua segurança e defesa.
- criar os primeiros cargos administrativos de nível superior da Colônia.
- evitar a migração interna.
- percorrer todas as capitanias litorâneas como provedor-mor, consultando com este e os respectivos capitães, a fim de prover a tudo quanto fosse de interesse do seu governo.
- promover a construção de embarcações de 15 bancos para cima. Os fabricantes ficariam isentos de qualquer tipo de tributação e, além disso, se construíssem barcos com mais de 18 bancos, receberiam um prêmio pecuniário no valor de 40 cruzados.
- conceder sesmarias (terras arrendadas) em áreas ribeirinhas, o mais próximo possível das vilas, a pessoas com posses suficientes para cultivá-las, nelas instalando engenhos ou qualquer outra forma de exploração agrícola.
- impedir a miscigenação entre gentios e colonizadores.
- animar esforços catequéticos da Cia. de Jesus.
- fiscalizar as capitanias, coibindo os abusos dos donatários (de fato, alguns donatários tornavam-se verdadeiros déspotas, ampliando por conta própria seus poderes, enquanto os colonos, por sua vez, menosprezavam o agente real na pessoa do donatário).
- velar pelos “estancos” (monopólio) da Coroa.

O provedor-mor, cargo criado para regularizar a vida financeira da América portuguesa, tinha como obrigações:

- acompanhar o governador-geral, quando de suas visitas às capitanias, fazer vir à sua presença os provedores regionais e seus auxiliares e verificar com eles a receita e a despesa, tudo comunicando à Coroa.
- mandar construir um prédio - sede da Alfândega de Salvador.
- exigir prestação de contas anuais de receita e despesa dos provedores das capitanias.
- montar aduanas em todas as capitanias, organizadas de acordo com o padrão alfandegário da cidade de Salvador.
- substituir interinamente o governador-geral em caso de impedimento deste.
- comunicar ao governador-geral os seus atos administrativos, cabendo ao supremo mandatário o voto final em qualquer questão conflitante.

O ouvidor-mor era o encarregado dos assuntos jurídicos da Colônia. No plano criminal, podia aplicar até a pena de morte sobre escravos, indígenas e homens livres, devendo, entretanto, no caso destes últimos, obter a aprovação do governador-geral. Havendo discordâncias, os processos eram remetidos ao corregedor de Lisboa. Quanto aos nobres, o ouvidor-mor somente tinha permissão para aplicar penas de degredo.

Quadro de Cargos do Governo Geral

- Capitão-mor da Costa
- Ouvidor-mor
- Provedor-mor da Fazenda

Tomé de Souza, ex-combatente na África e nas Índias, exerceu o cargo de primeiro governador-geral do Brasil. Com ele veio o desembargador Pero Borges, encarregado dos negócios da Justiça (ouvidor-mor). Para ocupar o posto de provedor-mor, foi indicado o nome de Antônio Cardoso de Barros, donatário da capitania do Ceará. Pero de Góis, titular da capitania de São Tomé, foi designado capitão-mor da costa. Também vieram com Tomé de Souza seis missionários da Companhia de Jesus, sob a chefia do padre Manuel da Nóbrega, cuja função era converter o gentio à fé católica. Colonos, degredados, soldados e funcionários completavam a expedição que trazia nosso primeiro mandatário. Logo após sua chegada (29 de março de 1549), Tomé de Souza deu início à construção da primeira cidade do Brasil: Salvador. Situado, por motivos defensivos, numa elevação, o núcleo urbano cresceu rapidamente. Esta primeira administração do Brasil defrontou-se com o "problema" do grande número de acasalamentos de colonos com mulheres indígenas, o que, além de dificultar as boas relações entre portugueses e silvícolas, complicava o trabalho moralizador dos jesuítas.

Normalmente, a razão alegada pelos reinóis (lusitanos) para justificar sua miscigenação com os índios, era a carência de mulheres brancas. Para minorar o "problema", ainda na gestão Tomé de Souza, foram enviadas da Metrópole, pela Rainha D. Catarina, várias moças órfãs.

Tomé de Souza enfrentou ainda um outro obstáculo: as constantes rebeliões indígenas. Mas o governador, embora reprimindo violentamente a antropofagia, conquistou o respeito e o temor dos selvagens. Sem dúvida, na pacificação do gentio, foi bastante proveitosa a ajuda prestada a Tomé de Souza por um antigo morador da Bahia: Diogo Álvares, o Caramuru.

Ainda durante o período de governo de Tomé de Souza foi criado o primeiro bispado brasileiro, entregue a D. Pero Fernandes Sardinha. Em 1551, atendendo a um pedido do próprio governador, o monarca português resolveu substituí-lo por Duarte da Costa.

Em julho de 1553, chegou a Salvador o fidalgo D. Duarte da Costa, acompanhado de seu filho, Álvaro da Costa. Com o novo governador, chegaram também alguns jesuítas, entre os quais José de Anchieta, e um grupo de órfãs para casar.

A gestão Duarte da Costa, profundamente infeliz, deparou-se, logo no início, com um obstáculo: os conflitos entre Álvaro e o bispo Sardinha. O motivo aparente do desentendimento foi a crítica pública dirigida pelo mandatário católico à vida dissoluta do jovem Álvaro. O incidente dividiu a população de Salvador em duas facções: uma favorável à atitude do bispo e outra partidária do filho do governador. Alguns clérigos, amigos de Álvaro, foram ameaçados de prisão por Sardinha. O governador, então, influenciado por seu filho, ordenou que não aceitassem padres na cadeia sem sua expressa permissão. Ao mesmo tempo, o exaltado Álvaro, auxiliado por alguns companheiros, encarcerou um cônego diretamente ligado ao bispo.

Nessa época, os tupinambás atacaram a cidade de Salvador. Nas lutas que se seguiram entre portugueses e índios muito se distinguiu Álvaro da Costa. Após a vitória contra os selvagens, o bispo Sardinha, abalado com o prestígio adquirido pelo filho do governador, embarcou para Portugal. Na costa de Alagoas a nau Nossa Senhora da Ajuda, em que viajavam o prelado e mais cem pessoas, naufragou. Sua tripulação e passageiros, apesar de alcançarem a praia, foram devorados pelos caetés.

Além do conflito entre o poder civil e o eclesiástico, a administração Duarte da Costa sofreu também a

invasão francesa e o conseqüente estabelecimento da França Antártica no Rio de Janeiro. Apesar dos constantes apelos da Companhia de Jesus, aborrecida com a presença de calvinistas franceses em nosso litoral, Duarte da Costa nada fez para combater o agressor. Na realidade, os únicos aspectos positivos de sua gestão foram o início de uma série de entradas, a partir de Porto Seguro, e a fundação do Colégio de São Paulo, pelos inacianos.

Mem de Sá, irmão do extraordinário poeta Sá de Miranda, foi no dizer do Frei Vicente de Salvador, "o espelho dos governadores do Brasil". O novo mandatário identificava-se com os jesuítas, tendo sido discípulo do padre Manuel da Nóbrega.

Assim, seguindo uma orientação nitidamente jesuítica, Mem de Sá reuniu os indígenas em aldeias denominadas missões ou reduções, onde a vida do gentio passou a ser disciplinada pela Companhia de Jesus. Entre as grandes realizações do governo Mem de Sá, ressaltam a expulsão dos franceses da Guanabara e a fundação, por Estácio de Sá, da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Em 1570, a Coroa nomeou para governador do Brasil D. Luís de Vasconcelos, em substituição a Mem de Sá. Entretanto, em pleno Atlântico, a frota que trazia o novo mandatário foi atacada pelos piratas franceses Jacques Sore e Jean Capdeville. Estes aprisionaram o navio em que viajavam quarenta jesuítas e os lançaram ao mar. O sacrifício dos religiosos valeu-lhes o título de "os quarenta mártires do Brasil". A embarcação que conduzia D. Luís de Vasconcelos escapou ao ataque, prosseguindo viagem para a América portuguesa. Mas logo depois foi abordada por corsários calvinistas: o governador morreu quando lutava contra seus atacantes.

Sem substituto, bastante adoentado, Mem de Sá faleceu na Bahia, em março de 1572. A Coroa portuguesa, preocupada com a extensão da Colônia alterou então o sistema administrativo: ainda em 1572, foi criado o Duplo Governo.

Após a morte de Mem de Sá, tomou posse como governador interino do Brasil o ouvidor-mor Fernão da Silva. Porém, em 1572, o jovem rei D. Sebastião, a exemplo do que já fizera em outras possessões lusitanas, dividiu o Brasil em dois governos: o do Norte e o do Sul. O primeiro, sediado na Bahia, foi confiado a D. Luís de Brito e Almeida, que teria sob sua jurisdição as capitanias ao norte de Porto Seguro. O outro, com sede no Rio de Janeiro, foi exercido por D. Antônio de Salema, cuja jurisdição abrangia todas as capitanias ao sul de Ilhéus.

Em 1578, com o fracasso do sistema de Duplo Governo, D. Sebastião reunificou a administração colonial, nomeando na mesma oportunidade o quinto governador do Brasil: D. Lourenço da Veiga.

A gestão de Lourenço da Veiga, principal mandatário da Colônia a ter o título de governador-geral, foi marcada por eventos decisivos para a história de Portugal e, conseqüentemente, a do Brasil. Ainda no ano de 1578, D. Sebastião, liderando nova cruzada contra os mouros na África, pereceu na Batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos. A morte do monarca significou simultaneamente a extinção da dinastia de Avis e o início do domínio espanhol sobre o Reino português. Em 1581, Lourenço da Veiga, cujo governo primou pela ausência de realizações, faleceu em Salvador.

Com a morte de Lourenço da Veiga, o poder foi entregue à Câmara de Salvador, cujo presidente era o ouvidor-geral Cosme Rangel de Macedo.

Em 1583, nomeado pela Coroa espanhola, assumiu o cargo de governador do Brasil o enérgico Manuel Teles Barreto. Suas primeiras medidas foram de caráter militar, pois a união das monarquias ibéricas provocaria inúmeros ataques ao território brasileiro por corsários de nações inimigas da Espanha.

Além de suas preocupações defensivas, Manuel Teles procurou fomentar a interiorização do país. Em sua gestão, deu-se a conquista da Paraíba, graças aos esforços do almirante castelhano Diogo Flores Váldez e do ouvidor-mor Martim Leitão. Em 1587, com o falecimento de Manuel Teles, assumiram interinamente o governo o bispo D. Antônio Barreiros e o provedor-mor da Fazenda, Cristóvão Barros.

Em 1591, chegou ao Brasil o novo governador, Francisco de Souza, cognominado “das Manhas”, por sua esperteza e habilidade política. Com ele veio o primeiro visitador do Santo Ofício enviado ao nosso país, desembargador Heitor Furtado de Mendonça. Logo após chegar à Bahia, o agente da Santa Inquisição deu início ao seu trabalho. Os seus inquéritos, minuciosamente descritos em seis volumes, hoje guardados na Torre do Tombo, em Lisboa, começaram a ser realizados na própria cidade de Salvador. Daí Furtado de Mendonça encaminhou-se para o Recôncavo e, em seguida, para as capitanias de Porto Seguro, Itamaracá, Pernambuco e Ilhéus. Observando a sociedade colonial brasileira de fins do século XVI, o visitador notou:

- relaxamento nos costumes.
- prática de cultos fetichistas.
- existência de ritos religiosos e judaicos.
- grande número de infrações aos mandamentos da Igreja.
- casos de feitiçaria.

Apesar das diversas irregularidades constatadas, o visitador, embora autorizado a prender, torturar e sentenciar, não lançou mão dessas prerrogativas.

Ainda na gestão de Francisco de Souza, o litoral brasileiro foi diversas vezes atacado por corsários franceses, ingleses e holandeses. Em 1591, o pirata britânico Cavendish saqueou o porto de Santos. Em 1595, Ilhéus, Sergipe e Salvador enfrentaram uma série de incursões francesas. Em 1599, corsários holandeses ameaçaram a Bahia e o Rio de Janeiro.

Entre os aspectos positivos da gestão de Francisco de Souza, salientaram-se:

- a realização de diversas entradas de exploração do interior.
- intensa busca de riquezas minerais.
- a anexação do Rio Grande do Norte, graças à fundação do forte dos Reis Magos.

Em 1608, a administração do colônia brasileira foi novamente dividida. D. Diogo de Meneses passou a governar do norte do país, cabendo a chefia da parte meridional ao mesmo Francisco de Souza. Em 1613, o governo foi reunificado sob a direção de D. Gaspar de Souza.

Em 1621, ocorreu nova divisão administrativa do Brasil com a criação do Estado do Maranhão, abrangendo as áreas que compõem os atuais Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. O primeiro governador da nova unidade administrativa foi o espanhol D. Diogo de Carcomo, que nela tentou implantar a estrutura das colônias espanholas, sem, no entanto, obter resultados positivos.

CÂMARAS MUNICIPAIS

Mesmo após a criação dos governos-gerais, as capitanias continuaram a ser as mais importantes unidades administrativas do Brasil-Colônia. Elas eram divididas em comarcas que, por sua vez, se subdividiam em termos, cujas sedes eram as vilas. Nestas, importantes núcleos da administração colonial, funcionavam as câmaras municipais. A organização burocrática dos municípios teve realmente início com a promulgação das Ordenações Filipinas, no reinado de Filipe III. As câmaras instaladas no Brasil seguiam os moldes de suas similares metropolitanas e, segundo a legislação então vigente, eram compostas dos seguintes funcionários, designados como oficiais da câmara: os juízes ordinários, ou da terra, em número de dois, escolhidos no próprio local e normalmente sem formação jurídica; o juiz de fora, necessariamente um bacharel em Direito, nomeado para o cargo pelo Trono português. Além dos magistrados, participavam da câmara quatro vereadores e um procurador.

O preenchimento dos diversos cargos das câmaras municipais era reservado aos homens-bons, sobretudo os principais e mais ricos latifundiários da região. Tanto os magistrados ordinários quanto os vereadores eram eleitos para um mandato de três anos, por meio de eleições indiretas. No mês de dezembro do último ano de cada legislatura, reuniam-se os homens-bons, que escolhiam os seus eleitores. Estes, por seu turno, apresentavam uma lista de nomes. O juiz mais velho selecionava os nomes mais votados e elaborava novas listas, colocando-as em urnas de cera (pelouros). Em seguida, realizava-se uma sessão especial da câmara, para sortear os nomes colocados nas referidas urnas. Os homens eleitos por esse sistema para uma gestão de três anos eram chamados vereadores de pelouro.

Os poderes das câmaras, algumas vezes, chegavam a suplantar até os limites geográficos da vila:

"Além das atribuições atinentes ao município, exerciam encargos privativos do Ministério Público, denunciando crimes e contravenções, fazendo política rural e higiene pública; auxiliavam os alcaides no policiamento da terra; elegiam os funcionários da administração geral como os depositários judiciais, os avaliadores dos bens penhorados e o escrivão das armas. Nomeavam como representantes seus procuradores perante as Cortes, influindo assim na alta política do Estado, e organizavam, de conformidade com os juízes e homens-bons das terras, as posturas municipais." (Max Fleiuss)

Em resumo, a organização administrativa do Brasil repousou nas seguintes instituições:

- governos-gerais.
- capitanias hereditárias.
- capitanias da Coroa (criadas por Portugal para suprir as lacunas do empreendimento privado, as capitanias pertencentes à Coroa localizavam-se onde as donatárias particulares haviam malogrado).
- órgão metropolitanos de administração colonial.
- câmaras municipais.

OCUPAÇÃO E EXPANSÃO TERRITORIAIS

CONQUISTA DO SUL

A extremidade meridional do Brasil, por ser uma zona deserta e aparentemente desprovida de recursos econômicos, não despertou o interesse imediato do colonizador português. Na realidade, até fins do século XVII, apesar de idealmente estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, os limites do Brasil na região sulina permaneceram desconhecidos. Isso ocorreu porque Espanha e Portugal, nos primeiros momentos da conquista americana, não se preocuparam em definir os contornos dos seus respectivos domínios na porção meridional do continente.

Durante a União Ibérica (1580-1640), a questão não apresentava naturalmente especial interesse, pois tudo pertencia ao mesmo soberano.

Entretanto, após a restauração da monarquia lusa, o governo português, desejoso de conservar integralmente a colônia brasileira (última possessão ultramarina de valor que lhe restava), procurou estender sua soberania sobre o território meridional, fixando-lhe as fronteiras e buscando preencher o vácuo que separava os estabelecimentos portugueses ao sul de São Vicente das fundações espanholas em Buenos Aires.

Por volta do século XVII, sobre a área do atual Rio Grande do Sul, convergiu um triplo movimento colonizatório:

- dos jesuítas, que fundaram na zona do Ijuí os Sete Povos das Missões
- dos paulistas que, penetrando o interior sulino, fundaram Paranaguá (1647), São Francisco (1660) e Laguna (1676) e se estabeleceram no território, visando à conquista de rebanhos de gado "vacum" abandonados pelos jesuítas, após a destruição de suas missões pelos bandeirantes.

- dos portugueses que, desbravando a região pelo litoral fundaram por meio de forças militares regulares a Colônia do Sacramento (1680).

Em 1680, de acordo com instruções da Coroa lusa, o governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo, fundou, em território hoje pertencente ao Uruguai, a Colônia do Santíssimo Sacramento. Esse novo núcleo de ocupação portuguesa, além de desrespeitar as demarcações estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas, localizava-se nas proximidades do principal centro da colonização espanhola na América do Sul: a cidade de Buenos Aires. Situado próximo à Foz do rio Prata, Buenos Aires desempenhava importantes papéis na conservação da hegemonia comercial castelhana na região:

- centro de escoamento das riquezas minerais vindas das Minas de Potosi, localizadas em território boliviano e atingidas pelo rio da Prata.
- núcleo chave das transações comerciais entre a Espanha e suas colônias sul-americanas.
- sede de um poderoso sistema fiscalizador destinado a coibir o contrabando de ouro e outras mercadorias, realizado por holandeses, franceses e ingleses na zona platina.

As medidas defensivas tomadas pelas autoridades espanholas de Buenos Aires, interessadas em assegurar a integridade do pacto castelhano no estuário do Prata, prejudicaram todas as nações que até então se dedicavam ao comércio ilegal de ouro, prata e gêneros de consumo na região. Entretanto, foi a poderosa Inglaterra, responsável pelo maior número de violações ao monopólio comercial espanhol da bacia platina, que mais diretamente se viu atingida das iniciativas policiadoras dos agentes da Coroa de Madri. Objetivando burlar o zelo protecionista da Espanha, a Grã-Bretanha, que substituíra a Holanda no papel de tuteladora da economia portuguesa, estimulou o governo de Lisboa a estabelecer um ponto avançado de povoamento no extremo sul do território brasileiro. Portanto, a localização da Colônia do Sacramento, explica as verdadeiras finalidades de sua fundação. Realmente, edificada bem defronte à cidade de Buenos Aires, a nova povoação lusitana objetivava assegurar à Inglaterra uma base de operações para seu comércio ilegal no Prata. Noutros termos, a fundação da Colônia do Sacramento representou a associação anglo-lusa para a conquista do amplo mercado colonial platino, que só seria possível após a destruição do esquema monopolista espanhol na área.

A administração espanhola de Buenos Aires, após protestar junto ao governador Manuel Lobo contra a fundação do novo núcleo populacional, deu início à preparação de um ataque contra Sacramento. No dia 07 de agosto de 1680, depois de violentos combates, a recém-estabelecida colônia portuguesa caiu em mão de tropas espanhola.

Ao chegar a Lisboa a notícia da tomada de Sacramento, a Coroa lusa preparou-se para abrir hostilidades contra a Espanha, caso não lhe restituíssem aquela povoação, reconstruíssem sua fortaleza e libertassem todos os súditos portugueses capturados quando da agressão castelhana. O rei Carlos II, da Espanha, disposto a evitar o conflito, enviou a Lisboa, na qualidade de embaixador extraordinário, o Duque de Jovenazzo, convenientemente instruído para serenar os ânimos lusitanos. Em consequência, a 07 de maio de 1681, foi assinado o Tratado de Lisboa, no qual eram aceitas as condições impostas por Portugal e determinada a realização de futuras conferências sobre a definitiva demarcação de limites na região do Prata. Finalmente, em 1683, após prolongados e inúteis contatos entre diplomatas portugueses e castelhanos, a Espanha devolveu Sacramento à soberania lusa.

O segundo ataque espanhol à Colônia do Sacramento ocorreu em consequência da alteração da posição política tomada por Portugal em relação à Guerra de Sucessão da Espanha, irrompida após o falecimento de Carlos II. Inicialmente, o monarca luso- D. Pedro II- apoiou as pretensões do Duque de Anjou, candidato francês ao trono espanhol. Entretanto, pressionado pela Inglaterra, Portugal mudou de atitude, colocando-se a favor do Arquiduque Carlos de Habsburgo, cujos interesses eram sustentados pela Alemanha, Holanda e Grã-Bretanha. Assumindo o governo de Madri o “protegido” de Luiz XIV da França, como Filipe V de Bourbon, Portugal viu-se envolvido diretamente na guerra sucessória da Espanha, o que provocaria o segundo ataque dos espanhóis de Buenos Aires à Colônia do Sacramento.

Mais uma vez, a povoação portuguesa, desta feita após cinco meses de resistência sob a liderança de Sebastião da Veiga Cabral, sucumbiu diante da superioridade bélica castelhana.

Depois do término da guerra de Sucessão da Espanha tiveram início, sob os auspícios da Inglaterra, as negociações de paz entre as duas potências ibéricas, surgindo novamente na ocasião o problema da Colônia do Sacramento. Pelo Tratado de Utrecht de 1715, os representantes diplomáticos de Portugal, D. Luís da Cunha e o quarto conde de Tarouca, conseguiram o reconhecimento dos direitos lusos àquele posto cisplatino. No ano seguinte, depois de vencidas as tentativas espanholas de anular o que fora estipulado na cidade holandesa de Utrecht, Manuel Gomes Barbosa, representante luso, retomou a administração da Colônia de Sacramento.

Em decorrência da segunda restituição de Sacramento a Portugal, luso-brasileiros e espanhóis providenciaram a instalação de outros núcleos de povoamento na margem do rio da Prata. Como resultado dessa “competição”, em 1723 foi erigida pelos portugueses a aldeia de Montevidéu, em território até então completamente desabitado. No entanto, desprovidos de recursos, os colonizadores luso-brasileiros foram obrigados a abandonar a nova povoação que foi definitivamente ocupada pelos espanhóis em 1726. A presença castelhana em Montevidéu, além de tornar extremamente difíceis as comunicações terrestres entre Sacramento e o Rio de Janeiro, propiciou a expansão espanhola pela região da atual República do Uruguai.

Usando como pretexto o rompimento de relações diplomáticas entre Portugal e Espanha, motivado por um

pequeno incidente ocorrido com empregados domésticos do embaixador português em Madri, o governador de Buenos Aires ordenou, em outubro de 1735, uma nova investida militar contra a Colônia do Sacramento. Entretanto, dessa vez, os lusitanos, liderados por Antônio Pedro de Vasconcelos, resistiram com tenacidade aos 23 meses de violento cerco inimigo, inutilizando todos os seus esforços para ocupar novamente a disputada povoação.

Por ocasião desse ataque, foram enviados a Sacramento, pelo governador do sul do Brasil, Gomes Freire de Andrade, reforços comandados pelo brigadeiro José da Silva Pais. Este, apesar de não ter conseguido retomar Montevidéu, seu objetivo inicial, fundou nas proximidades da Lagoa dos Patos a povoação Rio Grande de São Pedro, origem do estado do Rio Grande do Sul.

O acordo firmado em Utrecht, em 1715, não abrangera totalmente a questão das fronteiras das possessões ultramarinas lusas e espanholas, limitando-se ao problema da posse da Colônia do Sacramento. Faziam-se necessárias negociações que anulassem e substituíssem, as obsoletas disposições do Tratado de Tordesilhas (1494) e da Capitulação de Saragosa (1529), violadas pela expansão luso-brasileira na Amazônia, pelos ataques do bandeirismo às missões jesuítas, pela fundação da Colônia do Sacramento, pela busca de ouro no centro-oeste do território brasileiro e, no Oriente, pelo apossamento ilegal das Filipinas por parte de Castela.

Com a finalidade de estudar um novo tratado que resolvesse os conflitos de limites de território ultramarinos das duas potências ibéricas, foi enviado em 1749 à Espanha, como plenipotenciário português, o Visconde de Vila Nova de Cerveira. O resultado das negociações foi a assinatura, em Madri, a 13 de janeiro de 1759, o Tratado de Limites das Conquistas entre os muito altos e poderosos Senhores D. João V, Rei de Portugal e, D. Fernando VI, Rei da Espanha.

No novo tratado, após ambas as partes contratantes reconheceram suas respectivas responsabilidades na violação das demarcações estabelecidas nos acordos de Tordesilhas e Saragosa, prevaleceu o princípio jurídico- formulado e defendido pelo brasileiro Alexandre de Gusmão- do “uti-possidetis”, que atribuía a posse das regiões desbravadas ilegalmente ao ocupante efetivo. Dessa maneira, todos os territórios da América colonizados por portugueses permaneceram sob a jurisdição do reino luso. Paralelamente, as Filipinas seriam anexadas, sem mais delongas ao império colonial espanhol.

A tese de Portugal foi aceita pela Espanha, com a condição de que os lusos abandonassem a Colônia do Sacramento, em troca da qual os castelhanos ofereciam o território dos Sete Povos das Missões.

Dando execução ao Tratado de Madri, foi criada, para a demarcação final dos limites meridionais, uma comissão formada por geógrafos, astrônomos, militares e cartógrafos, sob a responsabilidade do governador Gomes Freire de Andrade, futuro Conde de Bobadela. Entretanto, os indígenas dos Sete Povos, insuflados pelos jesuítas da área, repeliram com violência a comissão demarcatória. Em consequência, conforme ordens emanadas de Lisboa e Madri, preparou-se uma ação militar combinada luso-espanhola, que em 1756 dizimou os insurretos. Não obstante o esmagamento das silvícolas sublevadas, pondo fim àquela que se denominou Guerra Guaranítica, as disposições do Tratado de Madri estavam irremediavelmente comprometidas. Em 1758, a Corte de Portugal, agora politicamente dirigida pelo hábil Marquês de Pombal, propôs a negociação de outro acordo que sanasse as falhas do Tratado de Madri. Com essa finalidade, em 1761 foi assinado o Convênio de Pardo, anulatório da cláusula do Tratado de Madri referente aos limites do sul do Brasil.

No mesmo ano em que assinavam o Convênio do Pardo, Portugal e Espanha foram obrigados a participar, em campos opostos, da Guerra dos Sete Anos. De um lado, reuniram-se, num poderoso pacto de família, os monarcas da França, Espanha, Nápoles e Parma, todos Bourbons.

De outro, colocava-se a Grã-Bretanha, apoiada pelo trono português, então ocupado pelo soberano D. José I. A aliança anglo-lusa provocou a invasão espanhola do território português, enquanto no rio da Prata, pela quarta vez, era atacada a povoação de Sacramento, eterna vítima dos conflitos europeus.

Novamente, a fundação platina portuguesa foi tomada por forças espanholas dessa feita comandadas pessoalmente pelo então governador de Buenos Aires, Pedro de Ceballos. Em fevereiro de 1763, por disposição do Tratado de Paris, a Colônia do Sacramento retornava à posse de Portugal. Entretanto, desconhecendo as determinações do acordo efetuado na capital francesa, Ceballos prosseguiu as operações militares e ocupou a povoação do Rio Grande de São Pedro. Mais tarde, sendo forçado a cumprir o estipulado no tratado de paz de 1763, restitui Sacramento aos luso-brasileiros, negando-se a fazer o mesmo quanto ao Rio Grande, cuja retomada só foi conseguida pelas tropas do general João Henrique Boehm, em abril de 1776.

Em represália à reocupação do Rio Grande de São Pedro por forças portuguesas, o governo espanhol armou uma expedição militar- a maior até aquele momento enviada à América do Sul- que em 1777 ocupou a ilha de Santa Catarina e, pela quinta vez, a Colônia do Sacramento.

No momento em que os espanhóis atacavam Santa Catarina, ocorria em Portugal uma profunda alteração política: o falecimento do rei D. José I e a conseqüente ascensão ao trono da arquicatólica D. Maria I provocaram a substituição do Marquês de Pombal na Secretaria de Estado, episódio conhecido como a Viradeira. Como resultado dessa transformação, foi enviado a Madri, o plenipotenciário português Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, que negociou com o ministro espanhol, Conde de Florida Blanca, um novo tratado de limites, firmado em Santo Ildefonso, a 1º de outubro de 1777.

O novo acordo entre os dois países estipulava que a Espanha, embora obrigada à devolução da ilha de Santa Catarina receberia a Colônia de Sacramento e os Sete Povos das Missões.

A paz entre as duas nações da Península Ibérica parecia consolidada pelo Tratado de Santo Ildefonso, que inclusive havia sido ratificado por um novo convênio, o de Amizade, Garantia e Comércio, firmado no Pardo em 1778.

No entanto, essa situação de estabilidade política não durou muito, pois foi alterada pelos sonhos expansionistas de Napoleão Bonaparte, primeiro cônsul e futuro imperador da França.

O ambicioso líder gaulês, interessado em castigar Portugal pela participação de inúmeros navios lusos em comboios britânicos, pressionou a Espanha para que declarasse guerra ao governo de Lisboa, o que se deu em 1801.

Embora o conflito, denominado Guerra das Laranjas, tivesse durado poucas semanas, sem a ocorrência de operações militares em solo europeu, a região do Prata foi novamente agitada por deslocamentos de tropas de ambos os contentores.

Finalmente, ainda no ano de 1801, realizou-se na cidade espanhola de Badajoz a assinatura de um tratado de paz que, entre outras disposições, entregava a Portugal o território dos Sete Povos da Missões, ficando assegurada à Espanha a posse definitiva da Colônia de Sacramento.

Terminados os incessantes conflitos provocados pela questão de posse de Sacramento, tiveram início o aproveitamento econômico e a conquista definitiva da extremidade meridional do território do Brasil. Uma série de fatores físicos e políticos contribuiu para que a colonização do Estado do Rio Grande do Sul apresentasse aspectos particulares, entre os quais sobressaíram os seguintes:

- a distância que separava a região meridional do núcleo político colonial (essa distância acarretou o total isolamento dos grupos humanos que, no litoral ou no interior do Rio Grande do Sul, empreendiam alguma atividade e buscavam uma existência política e social estável).
- o caráter de zona de transição geográfica e política (como aponta Werneck Sodré, “geograficamente, o Rio Grande se apresenta como uma extensa zona de transição entre o Brasil e o território em que argentinos e uruguaios se estabeleceram; transição de uma zona de clima predominantemente quente para uma zona de clima predominantemente frio; transição de uma zona de montanha para uma zona de planura- em tudo transição física, aliada ao caráter de zona fronteiriça da região, nisso ainda de transição.”).

A quebra parcial do isolamento gaúcho deveu-se à pecuária, principal atividade econômica da área. Aos poucos, as estâncias gaúchas deram origem a uma população de aventureiros paulistas e imigrantes açorianos, que passou a gravitar em torno dos chefes políticos naturais da região- os estancieiros- responsáveis pelos sangrentos conflitos, as “arriadas” e “califórnias”, que assolaram a região até o início da República.

A CRISE DO SISTEMA COLONIAL

CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA CRISE

A colonização da América Portuguesa, isto é, o processo de montagem de unidades produtoras do tipo "plantation" e o esforço da conquista territorial do Brasil, só adquire sentido global quando situada como uma fase do colonialismo mercantilista. Da mesma forma, a independência do Brasil dever ser compreendida como um instante do movimento mais amplo que resultou a crise do antigo sistema colonial.

Antes, porém, de examinarmos o fenômeno específico do desmantelamento do sistema colonial da era mercantilista, procederemos a uma apreciação crítica dos mecanismos de funcionamento dos elementos políticos, econômicos e sociais que compunham esse sistema de colonização.

O desenvolvimento do colonialismo moderno promoveu a acumulação de capital nas economias metropolitanas européias. Para que isso se tornasse possível, ou seja, para assegurar o bom andamento da exploração colonial, implantou-se nos territórios ultramarinos um modelo de sociedade senhorial-escravista. Os valores e relações internas dessa sociedade se oporiam, de maneira cada vez mais acentuada, aos da sociedade burguesa então ascendente na Europa. Em consequência, tornou-se inevitável uma confrontação entre o universo metropolitano e o mundo colonial.

Em primeiro lugar, ao observarmos a realidade das colônias periféricas, distinguimos claramente dois setores básicos de produção: o de *exploração,* organizado em grandes unidades baseadas no trabalho escravo e voltado exclusivamente para a criação de mercadorias destinadas ao consumo europeu - considerado setor primordial por atender ao caráter capitalista do próprio movimento de colonização - e o de *subsistência,* orientado para a produção de gêneros de consumo local, baseado na pequena propriedade e no trabalho do produtor independente, implantado para possibilitar o funcionamento do mecanismo exportador, ao qual estava totalmente subordinado.

A economia colonial dos tempos modernos, considerada em seu conjunto, era definida pelo setor exportador. No Brasil, em certas circunstâncias e áreas determinadas, as atividades ligadas à subsistência chegaram a adquirir relativa importância. Por exemplo, a pecuária, numa etapa avançada de seu desenvolvimento, esteve associada ao regime da grande propriedade.

No entanto, a dinâmica global de todas as economias periféricas dependeu sempre do influxo externo, pois elas tinham como seu centro dominante último o capitalismo europeu.

Em outras palavras, o antigo sistema colonial determinava inevitavelmente, em todas as áreas por ele abrangidas, a existência de uma produção dependente. O setor exportador dependia diretamente desse sistema; e o de subsistência, de importância secundária, indiretamente.

Ao examinarmos as relações sócio-econômicas vigentes nas colônias de exploração mercantilista, percebemos que, devido à estrutura escravista, toda a renda se concentra nas mãos dos senhores de escravos. Isto porque eles eram, ao mesmo tempo, os proprietários da mão-de-obra e das unidades produtoras de bens para o mercado europeu. O produtor direto - o homem escravo e reduzido à simples condição de instrumento de trabalho - não tinha renda própria; a renda do comércio colonial canalizava-se, portanto, exclusivamente para a camada senhorial.

Nessas relações de produção, reside um dos elementos essenciais ao entendimento dos mecanismos do antigo sistema colonial.

Era exatamente essa concentração de renda, fundamental para as sociedades do mundo periférico, que permitia o funcionamento do sistema colonial, articulando as diversas peças de sua engrenagem.

A renda global gerada nas economias periféricas só se realizava, em última instância, nos mercados da economia européia. Sua maior parte se transferia, por imposição do pacto colonial, para as metrópoles e grupos burgueses metropolitanos ligados às transações ultramarinas.

Uma parcela menor da renda gerada nas economias periféricas permanecia nas colônias, nas mãos da pequena camada senhorial. Era essa parte da renda que permitia o funcionamento da própria exploração colonial.

A concentração de renda possibilitava à classe dominante colonial manter a continuidade do processo produtivo e mesmo levar uma vida luxuosa. Simultaneamente, proporcionava recursos para que os colonos tivessem condições de importar os produtos da economia européia.

A renda provinha, pois, das exportações e se consumia nas importações. Essas transações se realizavam sob a égide do regime colonial de comércio, que tinha como finalidade precípua transferir para a metrópole a maior parte dos lucros auferidos pela camada senhorial das zonas periféricas.

Assim, conforme a rígida mecânica do colonialismo mercantilista, a produção do mundo colonial promovia a acumulação de capital nas metrópoles européias. A sociedade colonial sofria, portanto, incessante espoliação por parte das burguesias metropolitanas.

Em contrapartida, no micro-universo da colônia, a camada proprietária mantinha sua posição privilegiada, por meio de outra ação espoliativa, ou seja, a exploração arbitrária do braço escravo. O

escravismo transformou-se em elemento essencial à articulação das diversas peças do sistema colonial da Era Moderna. Isto porque, basicamente, exploração colonial significava exploração do trabalho cativo.

O modo mercantil-escravista, assumido pela produção colonial, determinou uma série de conseqüências. Em primeiro lugar, a própria realidade escravocrata tornava inviáveis grandes inversões tecnológicas. Era condição indispensável para a continuidade da dominação escravista que se mantivesse o escravo em níveis culturais subumanos. Pretendia-se, assim, evitar a tomada de consciência, por parte do cativo, da realidade do trabalho compulsório.

Por isso, o africano, submetido ao jugo escravocrata, não estava apto a assimilar processos tecnológicos mais sofisticados.

Outro fator responsável pelo primitivo estágio técnico das economias periféricas era a inexistência de grandes capitais disponíveis no interior da própria colônia, devido à permanente espoliação desta por sua respectiva metrópole.

O retardamento técnico da economia colonial trouxe como resultado a baixa produtividade.

Em decorrência disso, as economias periféricas cresciam, como observou Celso Furtado, de forma extensiva, ou seja, pela mera proliferação de unidades produtoras arcaicas e incapazes, em virtude de sua própria estagnação tecnológica, de obter qualquer aumento de potencial de produtividade.

O desenvolvimento das economias coloniais era estritamente quantitativo, isto é, a simples soma de um número cada vez maior de unidades de produção.

Nelas se desconhecia qualquer transformação qualitativa, como, por exemplo, alterações ou melhoramentos na própria unidade produtora. O modo de produção colonial se ressentia também da falta de reinvestimento em escala crescente. A camada senhorial, distante do processo competitivo capitalista, limitava-se à manutenção de seu sistema produtor, pela simples reposição do material que fora desgastado no decorrer das operações produtivas.

Conseqüentemente, a economia colonial, restrita ao processo de autoconservação, tornava-se predatória, dilapidando a natureza. Essa caracterização evidencia o sentido básico da colonização da Era Moderna. A conquista da América - mero desdobramento da expansão comercial européia - tivera início com a exploração pura e simples de produtos naturais. Em seguida, com a implantação de um esquema de produção periférica, o colonialismo mercantilista adquiriu relativa complexidade, mantendo, porém, o sentido originário de depredação da paisagem natural.

Assim, a expansão colonial tinha como limite natural o esgotamento dos recursos do território sistematicamente dilapidados pelo modo colonial de produção. Impôs-se, então, ao desenvolvimento do modo colonial de produção um limite extremo, devido à sua própria realidade essencial de atividade predatória. Disso originou-se uma contradição interna ao antigo sistema colonial: a forma de produção periférica do tipo mercantilista provocaria sua própria destruição.

A montagem do antigo sistema colonial da Era Mercantilista atendera às exigências expansionistas do capital comercial europeu. Esse sistema gerou um modo de produção ultramarino de características contraditórias: era, ao mesmo tempo, mercantil e escravista. Devido a essa contradição, o antigo sistema colonial - que na fase embrionária do capitalismo (acumulação de capital) fora uma de suas principais forças matrizes - passou a entravar o desenvolvimento do próprio capitalismo.

A contradição entre o modo de produção instalado nas zonas periféricas e o ulterior progresso do capitalismo residia, pois, na própria natureza da produção colonial. Esta se resumia à produção de gêneros para os mercados europeus, com a utilização do braço escravo. No decorrer do processo colonizatório, os dois componentes que definiam a economia colonial (o binômio mercantilismo/escravismo) passaram a se configurar como realidades opostas. O antagonismo de ambos provocaria tensões no interior de todo o antigo sistema colonial.

O escravismo determinava o baixo grau de produtividade e, conseqüentemente, de rentabilidade na produção colonial. Os proprietários das unidades produtoras ultramarinas estavam impossibilitados de minimizar os custos de produção de suas empresas por meio do progresso técnico. Essa situação forçou-os a reduzir a níveis ínfimos os gastos de manutenção da força de trabalho escravizada. Entre outras medidas, passaram a obrigar os escravos a produzir boa parte dos gêneros destinados à sua subsistência dentro da própria unidade produtora mercantilista. Formou-se assim, no âmago de uma economia basicamente mercantil, toda uma faixa de produção de subsistência, que utilizava processos marginais à economia de mercado.

A sorte das atividades destinadas à subsistência, nas economias coloniais, estava inteiramente ligada às flutuações do mercado consumidor europeu. Nas épocas de expansão da procura, mobilizavam-se todos os fatores produtivos coloniais para a criação de bens destinados aos mercados externos.

Nessas ocasiões, fortalecia-se a produção de subsistência autônoma realizada fora dos domínios do latifúndio mercantilista, graças à venda de seus excedentes ao setor exportador.

Porém, em condições de estabilidade ou durante as cíclicas crises de depressão, nas grandes unidades produtivas exportadoras, os fatores de produção mercantil se deslocavam para a de subsistência. Assim se preservava essa estrutura num nível baixíssimo de produtividade. Além disso, o sistema colonial mercantil-escravista previa que parte da remuneração do fator trabalho empregado no processo produtivo se realizasse fora do parque produtor: os proprietários pagavam uma parte - o preço dos escravos - aos mercadores; a outra parte - destinada à manutenção do escravo processava-se por meio da produção de subsistência, não dando, pois, lugar às operações mercantis. Logo, nenhuma das duas parcelas em que, na economia colonial, se dividia a remuneração do trabalho estimulava o desenvolvimento econômico autônomo.

A realidade colonial mercantil-escravista tinha necessariamente um mercado interno de proporções

diminutas. Isto significava, de início, que a economia colonial se tornaria cada vez mais dependente da economia metropolitana. Em virtude de seu mercado interno reduzidíssimo, a colônia não tinha condições de desenvolvimento autônomo. Ela ficava sempre na dependência dos impulsos e flutuações do centro dinâmico, isto é, do capital comercial europeu. Nesse sentido, o fenômeno se adequava à própria lógica interna do sistema colonial mercantilista, não ocorrendo, portanto, contradições. Entretanto, como já vimos, na raiz do expansionismo moderno estavam as tensões geradas pelo desenvolvimento do capitalismo mercantil. A expansão européia significou, basicamente, uma expansão comercial, isto é, uma empresa destinada a abrir novos e vantajosos mercados. Também a colonização, enquanto desdobramento da expansão comercial, teve o sentido de um movimento dilatador da economia de mercado. Portanto, em relação à economia européia, as economias coloniais periféricas situavam-se como fatores de ampliação da economia de mercado. Em sua estrutura mercantil-escravista, contudo, as economias coloniais configuravam um modo de produção caracterizado pela quase inexistência de mercado interno. O consumo de boa parte da população colonial, os produtores diretos, efetuava-se à margem das transações mercantis..

Em consequência, a estrutura escravista da economia colonial, embora resultante de um empreendimento voltado à expansão comercial, limitava, na prática, o crescimento da economia de mercado.

Na economia colonial padrão, isto é, escravista-mercantil, o universo das relações mercantis atingiu apenas a camada social dominante dos proprietários de terras e senhores de escravos. Somente este tinha condições de importar das economias centrais mercadorias para seu consumo próprio: produtos alimentares, manufaturas para seu conforto pessoal e implementos para a atividade agrícola. Uma análise mais profunda demonstra que as colônias ultramarinas apresentavam uma realidade social mais complexa do que o esquemático binômio senhor-escravo. O desenvolvimento do processo colonizatório propiciou o surgimento de categorias sociais intermediárias fundamentalmente compostas por funcionários, mineradores, alguns comerciantes, padres, militares e administradores. Entretanto, na sociedade colonial, todos esses contingentes sociais tinham importância secundária: sua presença no ultramar decorria da economia escravista e da produção para o capitalismo europeu. Portanto, em última análise, toda a atividade econômica existente no âmbito da colônia girava em torno da camada senhorial e a economia mercantil se expandia em função dela.

A existência de categorias sociais médias não alterava, pois, o esquema fundamental: o universo das relações mercantis continuava sob o domínio da camada senhorial e, subsidiariamente, de seus dependentes.

A maior parte da população da colônia - a massa de produtores diretos escravizados - permanecia à margem das relações comerciais, o que obstava a formação de um mercado interno. Essa estruturação do mundo colonial estava inteiramente adequada aos momentos iniciais do sistema capitalista, isto é, à fase das economias metropolitanas européias, marcada pela acumulação de capitais e pela produção artesanal e manufatureira.

Com a Revolução Industrial - que trouxe a mecanização e a conseqüente intensificação da produção - o capitalismo iniciou uma nova etapa de seu desenvolvimento, passando a exigir a ampliação das faixas de consumo localizadas no ultramar.

Impunha-se, forçosamente, nesse momento, a democratização da capacidade de consumo das populações coloniais, o que só se tornaria possível com a generalização das relações mercantis. A partir de então, o antigo sistema colonial, baseado no modo de produção mercantil-escravista, sofreu um processo de agudização de suas contradições internas, entrando, irremediavelmente, em crise.

A promover a primitiva acumulação capitalista nas economias centrais européias, o sistema colonial mercantilista exerceu o papel de instrumento fundamental da transição para o capitalismo industrial. As economias periféricas, organizadas dentro do antigo sistema colonial, desenvolveram seus modos de produção, seguindo a tendência de complementar a economia central: forneciam-lhes os produtos de que ela carecia e matérias-primas para a sua produção artesanal e maquinofatureira. Assumiram, assim, a forma de autênticas economias de apoio, tendentes a dar às metrópoles condições de auto-suficiência em face das demais potências mercantilistas.

Além disso, submetidas às restrições monopolistas do exclusivo metropolitano, as economias periféricas constituíam mercados monopolizados pelos produtos manufaturados de suas respectivas metrópoles. À medida que preenchiam as lacunas das economias centrais, as colônias dos tempos modernos favoreceram o desenvolvimento econômico capitalista que, nessa fase mercantil, tinha como elemento essencial a acumulação primitiva, indispensável à futura transição para o industrialismo.

Esses elementos nos permitem analisar a verdadeira contribuição do antigo sistema colonial à formação do capitalismo. A colonização da América (ou melhor da exploração colonial ultramarina organizada nas linhas do sistema colonial da Era Moderna) representou um poderoso instrumento de aceleração da acumulação primitiva de capitais no contexto do capitalismo europeu.

Essa colonização envolveu, efetivamente, um processo de transferência de rendas das colônias para as metrópoles, ou, mais exatamente, das economias periféricas para os centros dinâmicos da economia européia. Essa renda concentrou-se nas mãos da camada empresarial ligada ao comércio ultramarino.

Num plano mais geral, assumindo a forma de economia complementar e de respaldo das economias metropolitanas, a colonização mercantilista contribuiu poderosamente para o desenvolvimento das economias nacionais européias em seu período de acumulação capitalista.

À luz dos conceitos emitidos anteriormente, a propósito do capitalismo comercial como etapa intermediária entre o desmantelamento do feudalismo e a Revolução Industrial, o sistema colonial moderno se caracteriza por sua atuação sobre os dois pré-requisitos básicos da passagem para o capitalismo industrial. A exploração colonial ultramarina fomentou, de um lado, a primitiva acumulação capitalista por parte da camada empresarial; e, do outro, alargou o mercado consumidor de manufaturados.

Portanto, o sistema colonial moderno atuou paralelamente ao criar a possibilidade (acumulação capitalista) e a necessidade (expansão da procura dos manufaturados) do surto maquinofatureiro. Surgiram, então, graças a essa atuação em paralelo, as condições essenciais à Revolução Industrial, processo histórico de nascimento do capitalismo. Assim, localizamos o núcleo dinâmico da crise do antigo sistema colonial: ao funcionar plenamente, ele engrenou tensões de toda ordem, criando, ao mesmo tempo, as condições de sua destruição e conseqüente superação.

O antigo sistema colonial, ao acelerar a acumulação de capital nas economias centrais e ao incrementar a demanda de produtos manufaturados, simultaneamente, provocou a eclosão da Revolução Industrial. A seguir, o mesmo antigo sistema colonial, condicionado ao modo de produção escravista, entrou em contradição com os efeitos da Revolução Industrial, que ajudara a gerar.

A aceleração da produção capitalista, possibilitada pelo advento da máquina, exigiu a brusca ampliação dos mercados ultramarinos a um ponto tão elevado que o sistema colonial da Era Moderna, caracterizado pelas restrições monopolistas dos pactos coloniais e pelo trabalho compulsório, não teve condições de atender. A realidade capitalista-industrial, parcialmente gerada e possibilitada pelo colonialismo mercantilista, foi o fator principal do desmantelamento desse modelo de colonização.

Antes, porém, de se esgotarem todas as possibilidades do sistema colonial mercantilista, isto é, antes que se atingissem os limites de ruptura definitiva da exploração colonial, as tensões geradas pelos primeiros avanços do industrialismo impuseram progressivas alterações e reajustes, que acabariam por abalar todo o sistema colonial.

Não houve necessidade de que o capitalismo industrial chegasse a seus mais sofisticados graus de desenvolvimento e expansão para que o colonialismo mercantil escravista entrasse em depressão e crise.

Os primeiros passos da Revolução Industrial foram suficientes para provocar as rupturas iniciais do pacto colonial.

A partir da época em que a Insurreição Pernambucana expulsou os holandeses do Nordeste, o Brasil passou a sofrer com grande intensidade os reflexos da difícil situação econômico-financeira por que passava, então, o reino português.

Desde a Restauração de sua monarquia nacional, Portugal - severamente afetado pelo surgimento de potências concorrentes no mercado internacional de produtos tropicais - viu-se progressivamente relegado a segundo plano no cenário econômico-político europeu. Em decorrência dessa crescente debilidade, a Metrópole Lusitana teve de assinar sucessivos e desvantajosos acordos com a Inglaterra, para conseguir sobreviver como nação colonialista. A tônica desses tratados não apresentava variações: Portugal fazia concessões econômicas e a Inglaterra respondia com promessas ou garantias políticas. Pouco a pouco, Portugal se transformou virtualmente em simples vassalo econômico da grande potência em que se transformara a Grã-Bretanha. No século XVIII, dois fatores agravariam ainda mais essa situação de dependência de Portugal em relação aos interesses da burguesia britânica.

Em primeiro lugar, a eclosão da Revolução Industrial em terras inglesas acelerou vertiginosamente a

capacidade de produção capitalista. A Inglaterra passou, então, a necessitar de amplos mercados. Isso a levou a adotar uma política de combate frontal ao protecionismo vigente nas colônias ibéricas. Em termos práticos, a Grã-Bretanha, em função de seu surto maquinofatureiro, passou a postular a substituição dos rígidos mecanismos de proteção mercantilista pelo livre-cambismo.

Também o êxito dos esforços de mineração, realizados pelos portugueses na região das Minas Gerais, contribuiu para acentuar a subordinação econômica de Portugal ao imperialismo britânico. O "grande ciclo do ouro" criou no Centro-Sul do Brasil um mercado consumidor de grandes dimensões. Isso estimulou a cobiça do capitalismo inglês, interessado em introduzir suas manufaturas em tão rica área.

Em 1703, pelo Tratado de Methuen, Portugal transformou-se num simples apêndice econômico-comercial da Inglaterra. De acordo com as cláusulas desse acordo diplomático, Portugal receberia tarifas preferenciais para seus vinhos nas alfândegas inglesas.

Em troca dessa concessão de duvidoso valor econômico, Portugal praticamente autorizou a livre entrada de tecidos e outras maquinofaturas britânicas em seu território.

As disposições do discutido tratado, além de asfixiarem as indústrias portuguesas, transferiram o impulso dinâmico da mineração brasileira para a Inglaterra. A Coroa lisboeta teve de recorrer ao ouro brasileiro para cobrir seus crônicos déficits orçamentários. Disso resultou a rápida acumulação do metal precioso de sua colônia nos, cada vez mais sólidos, bancos ingleses. Dependente da Grã-Bretanha no plano internacional, a metrópole portuguesa passou a ocupar, no século XVIII, uma posição delicada em relação à colônia brasileira, pelos seguinte motivos:

- mostrava-se incapaz de operar na esfera de circulação dos produtos primários que, graças às restrições do pacto colonial, dominava inteiramente.
- tornava-se cada vez mais onerosa ao consumidor colonial, em função do regime de monopólio de comércio que exercia, e que fazia aumentar o preço das mercadorias importadas.

O primeiro aspecto começou a se manifestar desde a Restauração (1640) e se agravou com a concorrência do açúcar antilhano; o segundo principiou a se definir com a mineração, que ampliou o poder aquisitivo e a capacidade de consumo da população colonial. Na verdade, com o "grande ciclo do ouro", o Brasil passou de mercado apenas produtor a mercado produtor e consumidor. As rendas que a Metrópole auferia da exploração colonial provinham principalmente de três fontes:

- do domínio da circulação do açúcar.
- do domínio da produção e da circulação do ouro.
- do domínio da distribuição à colônia das mercadorias que esta necessitava importar.

A Metrópole onerava a produção colonial pelas taxas impostas ao açúcar, que se refletiam negativamente em seu preço, dificultando a concorrência; pela invasão total da área das atividades privadas, como no caso do ouro; pela pesada tributação que lançava sobre as importações. Esta última, em particular, pesava sobre toda a população consumidora. Mais uma vez, a Metrópole descarregava o ônus de suas crises na população colonial (atitude peculiar ao domínio econômico que caracteriza o colonialismo).

As alterações efetuadas no campo econômico refletiram-se no campo social. Entre a sociedade açucareira do século XVI e a sociedade mineradora do século XVIII, havia uma grande diferença. Nos primeiros tempos, a classe dominante colonial, que se considerava representante da Coroa no Brasil, exercia poderes em seu nome. Paulatinamente, no entanto, teve início um processo de afrouxamento da comunhão de interesses entre a camada dominante colonial e sua correspondente metropolitana.

No final do século XVIII, esses interesses começaram a divergir, tornando-se antagônicos. A economia periférica de exportação, que gerara e mantinha a classe dominante colonial, sofria graves e recorrentes flutuações. De titular absoluto do mercado, o açúcar brasileiro passara à posição de competidor, desde que a área colonial holandesa nas Antilhas começara a contestar esse domínio. A metrópole, em virtude de sua condição de país dependente, não tinha capacidade para assegurar mercados e preços estáveis à produção colonial.

As flutuações econômicas debilitavam a classe dominante colonial. No aspecto político, elas contribuíram decisivamente para abalar o prestígio da metrópole junto aos ressentidos latifundiários brasileiros. Gradativamente, a crise econômica vivida por Portugal e a crescente insatisfação da classe senhorial começaram a abrir caminho para o movimento de separação política do Brasil. Entretanto, só se deram os primeiros passos de importância em direção à efetiva ruptura do pacto colonial das Nações Ibéricas, após as alterações provocadas no cenário internacional pela Revolução Industrial.

Situação da Metrópole (Séc. XVIII)

- sem meios para fazer circular os produtos coloniais.
- o monopólio comercial encarecia o consumo no Brasil.

As Rendas que o Brasil dava à metrópole vinham :

- do monopólio da produção e da circulação do ouro.
- do monopólio da circulação do açúcar.
- do monopólio das mercadorias importadas.

Convencionou-se chamar de Revolução Industrial a última fase do prolongado processo de transformação que transferiu a supremacia econômica do capital comercial ao capital industrial. As novas técnicas, então surgidas, indicavam o término do demorado movimento de extinção do modo de produção manufatureiro. Este, porém, demonstrou, em todos os lugares onde ainda exercia papel de relevo, grande resistência à introdução das técnicas de produção.

Isso ocorreu porque estas novas modalidades de produção vinham encerrar a fase em que havia espaço e oportunidade para a habilidade manual . Combinando movimentos simples, a máquina multiplicava o número de produtos. Acionando as fontes de energia, assumiam um papel cada vez mais relevante na ordem capitalista, agora caracterizada por uma unidade produtora: a fábrica.

As novidades técnicas introduzidas pela Revolução Industrial não foram suficientes, por si só, para provocar grandes alterações nos hábitos de consumo das populações do século XVIII. Na realidade, passara a ter importância somente a nova forma de produção e não o que se produzia, ou seja, o modo de produzir, não o produto. A Revolução Industrial começou com a elaboração de produtos conhecidos, aqueles de que o homem necessitava na época e se habituara a consumir, e que já haviam, também, conquistado seus respectivos mercados.

Os tecidos constituíam a principal “mercadoria elaborada”, na fase das manufaturas. Em consequência, uma das primeiras etapas da Revolução Industrial foi a passagem da manufatura têxtil para a produção de tecidos.

Só mais tarde, em fase mais adiantada, a mecanização industrial penetraria em outros campos. Os planos se tornaram objeto principal de seu impulso, no momento em que a implantação de indústrias fez desaparecerem as manufaturas.

Nessa transformação do modo de produção, entretanto, não se modificaram apenas as técnicas produtivas, também a matéria-prima sofreu alterações: o algodão, pouco a pouco, tomaria o lugar da lã. Nessa época, a lã era um produto primário europeu; algodão, ao contrário, era matéria-prima tropical e estava entre os chamados gêneros coloniais (fornecidos por zonas ultramarinas das quais os europeus se haviam apossado a partir da expansão mercantilista do século XVI). O antigo sistema colonial, ao criar o mercado mundial e dividi-lo em áreas, determinara a especialização de cada uma das regiões periféricas, articulando-as econômica e politicamente. Não foi, contudo, o fornecimento de matéria-prima destinada à indústria têxtil a única forma de vinculação entre as áreas coloniais e a Revolução Industrial.

O aparecimento do algodão como produto primário fundamental ao surto maquinofatureiro influiu nas diferenças de desenvolvimento das zonas coloniais. À oferta ascendente de mercadoria industrializada correspondia a oferta ascendente de matéria-prima; isto é, o surto da tecelagem mecanizada correspondeu ao surto algodoeiro. Esse aumento no consumo do algodão e, conseqüentemente, da produção de tecidos aniquilou as manufaturas, ainda acorrentadas ao “Panos de lã”. Os artesãos, ao perderem a propriedade de seus instrumentos de trabalho, encaminharam-se para as usinas, agora transformados em trabalhadores assalariados.

O afluxo de metais preciosos - e do ouro brasileiro em particular - forneceu aos proprietários das máquinas o capital em dinheiro para atender às exigências financeiras inerente ao regime de trabalho assalariado. Não foi essa, entretanto, a única conseqüência do aumento da aplicação do ouro na industrialização: sua acumulação em território europeu gerou um volume de moeda suficientemente grande para acompanhar o aumento da rapidez de circulação proporcionado pelas novas técnicas de transporte.

A conversão da mercadoria em dinheiro - a partir de então, realizada em prazo mais curto graças à maior rapidez dos meios físicos de comunicação - exigia a presença de maior quantidade de numerário no

mercado. Esse encurtamento de prazo acelerava a acumulação de capital nas mãos dos detentores dos meios de produção mecanizados, fomentando a ampliação dos efeitos causados pela Revolução Industrial.

Finalmente, as relações entre as metrópoles e as colônias e os próprios laços de domínio, subordinação exigente entre elas, não podiam ficar imunes às consequências da Revolução Industrial. O aparecimento dos metais preciosos no Novo Mundo deu origem a um mercado ultramarino de proporções consideráveis, como ocorreu na área de hegemonia espanhola.

Na América portuguesa, essa situação acarretou conseqüências econômicas ainda maiores, pois o movimento da mineração brasileira se realizou na mesma época da Revolução Industrial. Conseqüentemente, voltaram-se para o mercado brasileiro as atenções dos produtores europeus. O consumidor colonial brasileiro não tinha, contudo, acesso ao bens maquinofaturados e aos mercados europeus em expansão, devido às restrições impostas pela Metrópole, levadas a seus limites extremos justamente em consequência da mineração.

As pressões externas para a eliminação do pacto colonial aumentariam, à medida que prosseguisse o desenvolvimento da Revolução Industrial. Os acordos firmados entre Portugal e a Inglaterra após a Restauração demonstravam inequivocamente o interesse britânico pelos mercados lusos metropolitanos e coloniais. Naquela ocasião, contudo, esse interesse havia se manifestado de maneira ainda não premente.

Em fins do século XVIII, porém, essa situação chegou à sua fase crítica: o processo da Revolução Industrial entrou abertamente em contradição com o sistema de áreas fechadas pelo monopólio colonialista.

Ao catalisar o movimento de transição do capitalismo mercantil ao capitalismo do tipo contemporâneo, a Revolução Industrial provocou profundas alterações na estrutura social européia. Velhas forças, até então dominantes, declinaram; paralelamente, novas forças ascenderam. Do conflito entre elas, surgiu uma sociedade diferente.

Em função do progresso da Revolução Industrial, a burguesia chegou ao poder, substituindo, como classe dominante, a decadente aristocracia ainda parcialmente ligada ao modo de produção feudal. Força motora das lutas que caracterizam o período da Revolução Industrial, a contradição entre a burguesia e a nobreza feudalizada tornou-se o grande fator responsável pela destruição do Antigo Regime (marcado no plano político pelo absolutismo e, no plano econômico, pelas diretrizes mercantilistas).

Dominante nas regiões em que o capital industrial assumira a supremacia econômica, a burguesia ocupava, contudo, plano secundário (em relação à nobreza) nas áreas ainda submetidas ao capital comercial. A burguesia comandava o surto industrial inglês; a nobreza ibérica, amarrada aos escombros do modo feudal de produção, comandava o regime de monopólio comercial característico das áreas coloniais americanas. De modo geral, na Inglaterra predominava o modo capitalista de produção; na Península Ibérica, a feudalidade, alimentada pela espoliação das áreas coloniais; no Brasil, o modo mercantil-escravista de produção.

Como se pode perceber por esses elementos, houve reciprocidade de efeitos entre o ciclo da mineração no Brasil e a transformação econômico-social que se processou no Ocidente europeu no transcorrer do século XVIII. De um lado, o ouro teve papel decisivo na criação do mercado interno brasileiro e impulsionou o progresso do capitalismo inglês; de outro, esse desenvolvimento estimulou os capitalistas britânicos a disputarem o mercado brasileiro criado pelo ouro.

Entre duas realidades, a capitalista e a colonial, havia como obstáculo somente o regime do monopólio comercial.

Nas últimas décadas do século XVIII, a dominação colonialista portuguesa reduziu-se praticamente ao exclusivismo (monopólio) metropolitano. Portugal passara a exercer o papel de mero entreposto situado em meio aos produtores europeus e aos consumidores coloniais. A transformação do Brasil de colônia apenas produtora a consumidora estava consumada.

A posição intermediária da Metrópole onerava a mercadoria colonial, agora em condições de concorrer por melhores mercados, e agravava também a mercadoria européia. Dessa forma, o reino lusitano passara a desempenhar uma função estritamente parasitária. A partir do momento em que o capital comercial passou a depender do industrial, a situação de atravessador intermediário, típica de Portugal, tornou-se anacrônica. A coroa lusa entrava no desenvolvimento do capitalismo e das áreas coloniais.

A correlação das forças no cenário internacional configurava, pois, a existência de uma contradição entre a expansão capitalista inglesa e a resistência monopolista-feudalizada das monarquias portuguesa e espanhola. Essa contradição, transplantada para o cenário colonial brasileiro, colocava em confronto:

- os proprietários coloniais dos meios de produção, de um lado, e a Metrópole , monopolizadora da circulação, de outro.
- os proprietários coloniais dos meios de produção de um lado, e os não-possuidores desses meios, de outro.

O desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, apesar da espoliação de caráter mercantilista da Metrópole, provocara o aparecimento de componentes sociais novos. Esse progresso fez avultar e aprofundar a contradição entre os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção, na sociedade colonial. Na realidade, esse antagonismo existia desde o início da própria colonização, sob a forma de lutas entre colonizadores e indígenas, senhores e escravos.

Para que ocorresse a ruptura do sistema monopolista ibérico, era necessário:

- que a expansão capitalista encabeçada pela Inglaterra sobrepujasse a resistência mercantilista-feudal dos reinos português e espanhol.

- que a contradição entre os proprietários coloniais dos meios de produção e a Metrópole monopolista se aprofundasse e superasse a contradição entre a classe senhorial e os não proprietários dos meios de produção.

A velha contradição interna entre a classe senhorial (dos proprietários de terras e escravos) e a camada de cidadãos sem posses, da Colônia, agravou-se por ter sido aquela, inicialmente, mandatária da Metrópole.

Por isso, as primeiras manifestações de rebeldia política no Brasil ocorreram em maior número entre os setores não-senhorais, isto é, no interior das camadas privadas da posse dos meios de produção.

Contradições que operaram no processo de Independência

1º Nível	Modo Capitalista de Produção (Inglaterra) Mercantilismo em crise (Portugal)
2º Nível	Proprietários Coloniais Metrópole Monopolizadora
3º Nível	Proprietários Coloniais Não proprietários

Para que ocorresse o rompimento entre Colônia e Metrópole era preciso que:

- o surto industrial superasse o mercantilismo.
- a contradição entre proprietários coloniais e a Metrópole superasse a contradição entre proprietários e não-proprietários.

Por essas razões, ou seja, por não interessarem à classe senhorial ou por afrontarem a ideologia conservadora da camada proprietária, esses levantes pioneiros não tiveram maior expressão e não obtiveram nenhum êxito. O poder da camada latifundiária era tão grande no século XVIII que nenhum movimento autonomista antimetropolitano tinha condições de triunfar sem seu apoio.

A independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa estimularam os anseios de libertação coloniais. A ideologia preconizada por tais movimentos libertadores encontrou ressonância nas camadas menos favorecidas do Brasil-Colônia. Esses reflexos do pensamento liberal iluminista se transformariam abertamente nas formulações libertárias dos inconfidentes mineiros e baianos.

Entretanto, tais postulados ideológicos não encontraram receptividade junto à classe proprietária. Isto porque só lhe interessava, acima de tudo, a conservação de seus privilégios, que eram derivados da estrutura mercantil-escravista do processo de colonização do Brasil.

O liberalismo europeu realmente não traduzia os anseios, nem tampouco atendia aos interesses dos proprietários.

Mais tarde, ao tomar plena consciência dos antagonismos entre seus interesses e as restrições do pacto colonial, a classe proprietária dos meios de produção coloniais lideraria o movimento de separação política do Brasil, abstendo-se, entretanto, de qualquer pretensão reformista quanto à realidade interna do País.

A classe dominante colonial tomou consciência da incompatibilidade total entre seus interesses e as disposições monopolistas do pacto colonial por meio de um processo custoso, prolongado e, por vezes, dramático. Na verdade, a completa dissociação entre a camada senhorial da Colônia e a Metrópole portuguesa foi forjada, ao longo dos séculos XVII e XVIII, na manifestação de pequenos conflitos regionais, aparentemente destituídos de importância. Essas lutas acanhadas, que colocaram frente a frente consumidores e monopolizadores, latifundiários e comerciantes reinóis, mineradores e fiscais do Real Erário, constituíram os momentos iniciais da formação da consciência nacional brasileira.

A essas manifestações, como estudaremos pormenoriza-damente, a historiografia do Brasil dá o nome de Movimentos Nativistas.

A partir de 1640, já livre do domínio espanhol, Portugal procurou fazer do Brasil - única colônia importante que restara de seu, outrora imponente, império ultramarino - a peça fundamental de seu esforço de recuperação econômica. Nesse sentido, as autoridades lusas tomaram duas medidas básicas:

- centralização da administração pública do Brasil, em benefício da Metrópole e em detrimento da autonomia da Colônia (arrocho administrativo).
- adoção de nova política econômica, fundada no esforço do regime de monopólio e no aumento das restrições às atividades produtivas coloniais (arrocho do Pacto Colonial).

Após a Restauração, acentuou-se consideravelmente o fortalecimento do poder real no tocante à administração do Brasil. Uma das primeiras medidas de D. João IV, monarca coroado em 1600, foi a criação do poderoso Conselho Ultramarino, com a finalidade precípua de estabelecer um rigoroso centralismo administrativo no Brasil. Para complementar essas diretrizes, o rei transferiu o controle da maioria das capitanias brasileiras para administradores governamentais diretamente ligados a Lisboa.

Outra determinação real agravou ainda mais o processo de decadência das autoridades locais da Colônia. As Câmaras Municipais - investidas de considerável poder durante o primeiro século da colonização - foram sendo progressivamente submetidas à autoridade dos representantes reais. Privadas aos poucos de suas antigas prerrogativas, elas se transformaram em meras executoras de ordens e resoluções dos agentes da Coroa. O primeiro grande golpe desferido contra a autonomia local foi a criação, em 1696, dos juízes

de fora (na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco). A eles caberia a presidência das Câmaras, antes exercidas pelos Juízes ordinários, eleitos pelo povo.

Durante o primeiro século da colonização, a política econômica portuguesa para o Brasil, apesar de obedecer às normas do Antigo Sistema Colonial, caracterizou-se, na prática, por um certo "liberalismo". Embora sob a tutela teórica do "exclusivo" metropolitano, os colonos não enfrentaram grandes restrições de ordem econômica. Seu trabalho e seu comércio, tanto internos quanto externos, eram relativamente livres.

Um dos aspectos mais interessantes e significativos desse "liberalismo" foi o tratamento tolerante dispensado pela Coroa aos estrangeiros. A estes, a Coroa permitia não só se estabeleceram livremente na Colônia como também exercerem nela quaisquer atividades. Além disso, as transações comerciais diretas entre o Brasil e países estrangeiros não sofriam embargos ou restrições.

Após a Restauração, no entanto, Portugal reformou sua orientação anterior, adotando uma severa política monopolista em relação ao Brasil. Inicialmente, impuseram-se rigorosas penas àqueles que facilitassem a presença e o comércio de navios alienígenas em território colonial. Depois, em 1665, proibiu-se a produção de sal, reservando-se a importação do produto exclusivamente a determinados comerciantes (a proibição tornou-se conhecida como "estanco do sal"). Essas medidas - aliadas à criação das Companhias Privilegiadas de Comércio e às restrições impostas à produção de aguardentes, ao cultivo da oliveira e da vinha - indicavam que Portugal, abandonando a tolerância do passado, procurava implantar um regime de interdições e monopólios destinado a fazer do Brasil um simples apêndice de uma Metrópole enfraquecida.

MOVIMENTOS NATIVISTAS

A partir de meados do século XVII, a política de arrocho colonialista da Metrópole portuguesa para o Brasil provocou uma série de agitações e levantes. Esses movimentos, chamados nativistas, deixavam claro que os colonos, ainda sem plena consciência do antagonismo entre seus interesses e os da Metrópole, começavam a perceber os prejuízos que lhes causava o Pacto Colonial mercantilista.

Tais sublevações tinham caráter regionalista e estavam destituídas de qualquer preocupação com a emancipação política do Brasil. Apenas combatiam a orientação monopolista e centralizadora da Coroa portuguesa em defesa das aspirações de lucro e da autonomia regional das camadas dominantes da Colônia. Mas, representaram o estágio inicial do processo de lutas que levaria à independência o nosso país.

O episódio de Amador Bueno (1641)

A aclamação de Amador Bueno da Ribeira como rei de São Paulo ocorreu a 1º de abril de 1641. Essa manifestação foi motivada pela notícia de Restauração portuguesa, que gerou insatisfação entre a população paulista.

Essa população extremamente pobre, constituía-se de rudes lavradores e um grande número de castelhanos que se haviam fixado na capitania durante o período da União Peninsular.

A Coroa simplesmente ignorava São Paulo desde os primórdios da colonização. Por meio da tentativa de escolha de seu próprio governante, seus habitantes pretendiam repudiar a administração portuguesa. Eles procuravam também impedir que o declínio econômico de Portugal prejudicasse ainda mais a já calamitosa situação da capitania.

O rico paulista Amador Bueno, porém não concordou com seus conterrâneos. Ele refugiou-se no mosteiro de São Bento para evitar que uma pequena multidão, chefiada pelos espanhóis Francisco e Baltazar de Lemos, o aclamasse como rei. Graças à recusa, o episódio não assumiu grandes proporções.

Insurreição Pernambucana (1645)

A Insurreição Pernambucana também teve caráter nativista. Seus líderes procuraram defender os interesses dos colonos do Brasil contra a política de expropriação da WIC (Companhia das Índias Ocidentais), no período final da invasão holandesa ao Nordeste.

O Movimento pernambucano não teve, porém, uma cono-tação eminentemente antilusitana. Ele representou, apenas, a primeira tomada de posição do latifundiário açucareiro, setor majoritário da classe dominante colonial, em favor da terra e de seus privilégios.

A Revolta dos Beckman (1684)

No final do século XVII, as atividades produtivas do Maranhão foram prejudicadas por dois fatores;

- firme posição dos jesuítas em defesa dos índios contra os colonos que queriam escravizá-los.
- as atividades da Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, fundada em 1682 e encarregada de monopolizar todas as relações comerciais da região Norte do Brasil.

O papel dos Jesuítas

Recém-chegado ao Maranhão, em princípios de 1653, o padre Antônio Vieira logo se revelou um ardoroso defensor dos pontos de vista da Companhia de Jesus, a respeito da escravidão do gentio. Por longo tempo, apesar dos esforços dos jesuítas, o governo português admitiu o apresamento do silvícola por motivo de "guerra justa".

Todavia, pressionado por Vieira, D. João IV, pelo Alvará de 1º de abril de 1680, proibiu a escravidão indígena. A partir desta data, o rei só permitiria o trabalho dos aborígines nas missões inacianas. Em represália, os colonos de São Luís do Maranhão invadiram os colégios dos jesuítas, prendendo os padres e expulsando-os para Lisboa.

O papel da Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão

A Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, criada em 1682, objetivava: monopolizar o comércio importador e exportador da região Norte do Brasil; introduzir escravos negros e gêneros necessários à população da área, recebendo em pagamento drogas locais (com essa finalidade foi assinado um contrato válido por vinte anos, no qual ficou estipulado que a Companhia do Comércio do Maranhão se obrigaria a trazer, durante esse tempo, 10.000 negros a preços previamente especificados).

Entretanto, a atuação da Companhia produziu apenas resultados desastrosos. As mais diversas irregularidades eram praticadas pelos funcionários do órgão monopolizador. Além disso, as mercadorias européias trazidas ao Brasil pela Companhia eram de qualidade inferior: não obstante, seus representantes insistiam em negociá-las por preços exorbitantes.

Além disso, a entrega de escravos africanos tornava-se cada vez mais irregular e caracterizava-se pela inobservância dos preços, que anteriormente já tinham sido combinados.

Estes foram os fatores que mais contribuíram para aumentar a irritação dos habitantes do Maranhão, já bastante indignados com a proibição da escravidão indígena.

A Rebelião

Manuel Beckman, rico e influente proprietário de terras, foi o líder da revolta maranhense. Em sua casa, diversos colonos, insatisfeitos com a realidade econômica do Maranhão, tramaram a expulsão dos inacianos e a extinção do monopólio. Na noite de 23 de fevereiro de 1680, os conspiradores resolveram dar início à Insurreição.

Às primeiras horas do dia 24, os revoltosos, após prenderem alguns militares lusos, encaminharam-se para a residência do capitão-mor Baltasar Fernandes. Este, na ausência do governador do Maranhão (Francisco de Sá), ocupava provisoriamente o supremo cargo administrativo da capitania.

Em seguida, os insurretos se apoderaram dos armazéns da Companhia do Comércio do Maranhão. Assim, completava-se a ação revolucionária dos latifundiários maranhenses.

Ao amanhecer, realizou-se uma grande assembléia na Câmara Municipal de São Luís, e os vitoriosos rebeldes tomaram importantes decisões, decretando: a abolição do monopólio; o encerramento das

atividades da Companhia do Comércio do Maranhão; a deposição do capitão-mor e do governador; a expulsão dos inacianos, a formação de uma junta provisória de governo integrada por dois representantes de cada categoria social (clero, latifundiários e povo); o envio de um emissário para Lisboa (Tomás Beckman) para informar oficialmente à Coroa sobre os acontecimentos, bem como solicitar providências no sentido de se eliminarem os motivos que geraram o movimento.

A Repressão

O governo português, informado da rebelião, tomou severas medidas repressivas. Tomás Beckman, imediatamente após desembarcar em Lisboa, foi preso e remetido para o Maranhão. Além disso, com a missão de debelar o levante, o rei nomeou um novo governador, Gomes Freire de Andrade. Esse, instigado pelo filho adotivo de Manuel Beckman, deu início à prisão dos mentores da revolta.

Manuel Beckman e Jorge Sampaio, apontados como os cabeças da sublevação, foram condenados à morte e enforcados. Outros participantes da Insurreição foram degredados. Os representantes do Reino absolveram apenas os menos comprometidos. Terminava assim, de maneira trágica, o mais típico movimento nativista do Brasil-Colônia.

A Guerra dos Emboabas (1708)

Como já vimos no fascículo em que estudamos a "Expansão Territorial", coube aos paulistas a primazia no descobrimento de minerais preciosos nas Minas Gerais. Em 1700, os paulistas, por intermédio de uma petição enviada ao governo português, reivindicaram a posse exclusiva das minas encontradas, alegando terem sido os pioneiros na conquista das referidas minas. Entretanto, os paulistas jamais veriam a concretização de suas pretensões.

Numerosos forasteiros portugueses e baianos, na maioria, foram atraídos pela miragem do ouro. Em pouco tempo eles se estabeleceram nas Minas Gerais, disputando com os paulistas a obtenção de concessões auríferas. Além disso, dotados de habilidade comercial, muitos dos recém-chegados montaram vendas e quitandas, monopolizando os gêneros mais procurados pelos habitantes da região mineradora: fumo, aguardente e carne.

Logo começaram a ocorrer diversos incidentes, provocados pela animosidade reinante entre os paulista e os estrangeiros. A estes, os primeiros davam o irônico apelido de *emboabas*. O termo, que passou a significar "inimigo" ou forasteiro, aparentemente deriva de "mbuab", designação indígena para uma ave de perna emplumada.

Por analogia, os paulistas chamavam por esse nome os portugueses, que usavam botas e perneiras, enquanto os paulistas, mais pobres, andavam descalços.

O estopim do conflito

Três incidentes, aparentemente sem importância, provocaram a eclosão do conflito armado. O primeiro foi o assassinato, cuja autoria se atribuiu a um paulista, de um emboaba casado com uma paulista a quem maltratava. O segundo, ocorrido na porta de uma igreja em Caeté, deu-se em virtude da acusação feita a um português de ter roubado uma espingarda pertencente a Jerônimo Pedroso de Barros, membro de uma importante família paulista; o terceiro foi o linchamento de um influente paulista, José Pardo, que havia

dado proteção ao assassino, também paulista, de um emboaba.

Em função desses pequenos atritos, os paulistas preparam-se para a luta. Os emboabas, temendo uma vingança paulista, proclamaram Manuel Nunes Viana, abastado contrabandista de gado na região aurífera, governador de Minas Gerais.

A traição emboaba

Após os primeiros combates, travados nas proximidades de Cachoeira do Campo e Sabará, os paulistas viram-se forçados a uma desastrosa retirada para as margens do rio das Mortes. Os emboabas, comandados por Bento do Amaral Coutinho, iniciaram uma campanha de emboscadas.

Cercados num matagal, trezentos paulistas renderam-se mediante a promessa de que seriam poupados fisicamente após a entrega das armas. Entretanto, ao vê-los indefesos, o comandante emboaba ordenou a matança geral. O local deste episódio, que provocou viva indignação em São Paulo, passou a ser conhecido pelo nome de “Capão da Traição”.

Decidido a pôr termo aos conflitos e matanças inúteis, partiu para as Minas Gerais o governador do Rio de Janeiro, D. Fernando Mascarenhas de Lencastre. Imediatamente começaram os rumores de que o objetivo de D. Fernando era punir severamente os sublevados e que na comitiva o próprio governador levara as algemas para prendê-los. Por esse motivo, D. Fernando e seus acompanhantes tiveram sua passagem barrada no Arraial de Congonhas pelos homens de Manuel Nunes Viana. Este, por meio de um emissário, revelou ao governador seu intento como “ditador” das Minas Gerais.

Somente em 1709, a Coroa portuguesa resolveu interferir diretamente na questão. D. Fernando de Lencastre foi substituído no cargo de governador do Rio de Janeiro por D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, descrito pelos seus contemporâneos como “homem justo, inteligente e fino diplomata”.

Esse, logo após assumir seu posto, recebeu do carmelita Frei Miguel Ribeiro informações de que os emboabas desejavam uma solução pacífica para o conflito. Imediatamente, o mandatário seguiu incógnito para as Minas Gerais.

Fase final da Guerra dos Emboabas

Já havia várias dimensões nas hostes emboabas. Em Caeté, principal reduto das tropas forasteiras, o governador Antônio de Albuquerque encontrou oposição aberta à liderança de Manuel Nunes Viana. Aproveitando-se da fragmentação do movimento Albuquerque intimou Viana a comparecer à sua presença. O chefe emboaba obedeceu, prestou-lhe submissão e retirou-se para a sua fazenda nas margens do Rio São Francisco.

Os paulistas, porém, não tinham esquecido o massacre do Capão da Traição. Dispostos a vingar o vergonhoso evento, prepararam uma expedição militar composta por 1.300 homens, chefiados por Amador Bueno da Veiga, para atacar e expulsar os emboabas.

As tropas paulistas cercaram o Arraial da Ponta do Morro, núcleo de fortificações emboabas. Lutou-se aí durante uma semana. Os comandantes paulistas não conseguiram superar suas divergências referentes à condução das operações. Além disso, corriam insistentes rumores de que poderosos reforços emboabas, saídos de Ouro Preto, rumaram para o local. Atemorizados, os paulistas se retiraram. O recuo de suas tropas marcou o término da Guerra dos Emboabas.

A pacificação

Com a finalidade de pacificar a região D. João V, por meio de uma carta Régia, datada de 09 de novembro de 1709, ordenou a criação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. A nova divisão regional, separada da jurisdição do governo do Rio de Janeiro, teve, porém, pouca duração: em 1720, a Coroa criou a Capitania de Minas Gerais. Além disso, devolveram algumas lavras auríferas a seus antigos proprietários paulistas e fundaram, na região muitas vilas.

Essas medidas, tomadas por Antônio de Albuquerque, governador da nova capitania, muito contribuíram para serenar os ânimos nas Minas Gerais.

A Guerra dos Emboabas e a expansão territorial

A guerra dos Emboabas teve grande importância para a completa conquista territorial do Brasil, pois as derrotas paulistas no conflito levaram-nos a procurar novos rumos em sua busca de metais nobres. Passados alguns anos, descobriram novos veios auríferos em Cuiabá e em Goiás. As expedições enviadas à região incorporaram essas extensas áreas do Centro-Oeste brasileiro ao raio de influência da colonização lusitana e garantiram, para Portugal, a posse definitiva de tão dilatados territórios.

A Guerra dos Mascates (1710)

A Guerra dos Mascates ocorreu devido às rivalidades existentes entre os comerciantes reinóis da cidade do Recife (pólo monopolizador) e a nobreza agrária pernambucana residente em Olinda (pólo produtor-consumidor colonial).

A animosidade existente entre ambas as classes intensificou-se, porque a empobrecida aristocracia pernambucana, embora estivesse perdendo a liderança econômica da capitania, procurava manter a primazia política.

A Câmara Municipal de Olinda, sob cuja jurisdição estava Recife, impedia sistematicamente que os comerciantes portugueses ricos, mas destituídos de nobreza, ocupassem cargos administrativos de importância. Os mascates - nome pejorativo dado aos comerciantes do Recife - ansiosos por uma autonomia política e inconformados com a hegemonia de Olinda, solicitaram à Corte, por meio de um requerimento, a elevação do Recife à condição de vila.

Em novembro de 1709, o governo de Lisboa, atendendo às reivindicações dos recifenses, determinou que o governador da Capitania, Sebastião de Castro Caldas, e o respectivo ouvidor, José Inácio de Arouche, fixassem os limites do novo município. Logo começaram a surgir vários desentendimentos. O ouvidor José Inácio, que tinha notória simpatia por Olinda, indispôs-se com o governador favorável à posição dos mascates e transferiu seu cargo de ouvidor para o magistrado Luís de Valenzuela Ortiz. Enquanto isso, os mercadores do Recife, numa discreta cerimônia realizada na madrugada de 15 de fevereiro de 1710, erigiram, na praça municipal da cidade, um pelourinho, símbolo da autonomia do município.

Outro fato agravaria ainda as já tensas relações entre recifenses e olindenses. A 17 de outubro, Sebastião de Castro Caldas foi alvejado a tiros, saindo ferido. Imediatamente, o mandatário deu início à repressão: inúmeras prisões foram ordenadas. Em represália, os olindenses iniciaram os preparativos para a luta armada. Caldas, temendo as consequências de uma eventual invasão do Recife, fugiu para a Bahia.

Logo após a deserção do governador, os olindenses entraram sem resistência no Recife e demoliram o pelourinho. Fizeram-no na presença de doze mamelucos enfeitados de penas, como se estivessem manifestando publicamente seu nativismo.

Com a vitória, os mais radicais, conduzidos por Bernardo Vieira de Melo, propuseram a independência de Pernambuco e a proclamação da República, nos moldes de Veneza. Os moderados opinavam que se deveria entregar o poder ao legítimo sucessor do governador foragido, o bispo D. Manuel Álvares da Costa. Vitoriosa a segunda tese, o prelado, ao assumir o governo pernambucano, comprometeu-se a respeitar uma série de exigências dos olindenses, entre as quais se destacam:

- reconhecimento da hegemonia de Olinda.
- anistia para todos os implicados no levante.
- anulação da medida que elevara Recife à categoria de vila .
- abertura dos portos pernambucanos às embarcações estrangeiras.
- limitações às cobranças de juros e dívidas por parte dos comerciantes do Recife.

Inconformados com a vitória de Olinda, os mercadores recifenses deram início aos preparativos para uma

revolta geral. Um incidente de pequena importância, ocorrido entre soldados da guarnição de Vieira de Melo e do destacamento do Recife, serviu de pretexto para a retomada das hostilidades. Os recifenses, liderados por João da Mota, detiveram o bispo Álvares da Costa no Colégio dos Jesuítas, cercaram a moradia de Vieira de Melo e restauraram Sebastião Caldas, ainda refugiado na Bahia, no cargo de governador de Pernambuco. Este, entretanto, não conseguiu voltar à capitania; D. Lourenço de Almeida , governador -geral do Brasil, informado da agitação em Pernambuco, prendeu-o na fortaleza militar de Santo Antônio.

O bispo Manuel Álvares da Costa, forçado pelos mascates a assinar uma proclamação às forças militares pernambucanas, ordenando que respeitassem o "governo restaurado", fugiu de Olinda. Aí, alegando querer evitar um banho de sangue, passou o poder a uma junta, por ele nomeada, de que faziam parte o ouvidor Valenzuela Ortiz, o coronel Domingos Bezerra Monteiro, o capitão Antônio Bezerra Cavalcanti, o procurador Estevão Soares de Aragão e o mestre de campo Cristovão de Mendonça Arrais.

Interessada em por fim as hostilidades, a Coroa nomeou um novo governador para a área. A 06 de outubro de 1711, chegava ao Recife, trazendo o perdão real para todos os envolvidos no conflito, Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos. Com a chegada de novo mandatário, as duas facções depuseram as armas.

Entretanto, o novo governador, que inicialmente se mostrava apartidário, aos poucos passou a favorecer ostensivamente os mascates. Alegando a existência de uma conspiração contra sua vida, ordenou a prisão de dezenove olindenses de prestígio. Em virtude da perseguição movida pelo governador, os líderes de Olinda, refugiados no sertão, fundaram a "Liga de Tracunhaém", com a finalidade de depor Félix José Machado.

Finalmente, D. João V, em virtude das reclamações enviadas a Lisboa pela Câmara de Olinda, restituiu a liberdade e os bens das vítimas do governador Félix José Machado. Recife, porém, manteve a condição de vila e capital de Pernambuco, depois de restaurados seu pelourinho e seus foros de município. Com a vitória dos comerciantes portugueses, encerrou-se a Guerra dos Mascates.

A Rebelião de Vila Rica (1720)

A Rebelião de Vila Rica foi um dos inúmeros levantes provocados pelo rigoroso fiscalismo exercido pelos portugueses durante o "ciclo do ouro". Desde o início da exploração aurífera, a Real Fazenda vinha impondo sobre a mineração uma série de pesados tributos. A 11 de fevereiro de 1719, a Coroa instituiu um pesado imposto; o "quintamento" do ouro.

Esse tributo obrigava cada minerador a dar à Coroa a quinta parte de toda a sua produção. Para melhor controle da cobrança do "quinto", as autoridades reinóis proibiram, , em 1720, a circulação do ouro em pó. Ao mesmo tempo, estabeleceram-se as Casas de Fundição, onde, depois de deduzida a parte que cabia ao Real Erário, fundia-se o ouro em barras e marcavam-se estas com o selo Real. Somente o ouro quintado - o nome que dava ao metal após a fundição - podia ser negociado livremente.

Temendo que a medida provocasse tumultos, o governador das Minas Gerais, D. Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, pediu o envio de um regimento da cavalaria à zona mineradora. Com a chegada dos soldados, os habitantes de Pitangui, liderados por Domingos Rodrigues Prado, realizaram várias manifestações. As tropas portuguesas prontamente reprimiram o levante. Ao descontentamento causado pela nova legislação referente à cobrança do "quinto " real, acrescentou-se a revolta da população diante da ação violenta dos dragões de cavalaria.

Às 23 horas do dia 28 de junho de 1720, véspera da festa de São Pedro, um grupo de mascarados atacou a casa do ouvidor-mor de Vila Rica. Ao amanhecer, quando uma multidão se aglomerava no largo da Câmara, os chefes da revolta enviaram um memorial ao governador, redigido pelo letrado José Peixoto da Silva. Nesse documento exigiam-se:

- redução de diversos impostos e das custas judiciais.
- abolição dos "estancos" (monopólios) da carne, aguardente, fumo e sal.
- a suspensão da medida que determinava a obrigatoriedade da fundição do ouro.

O Conde de Assumar, temendo que a revolta se alastrasse, respondeu que "concederia ao povo tudo que fosse justo, contanto que se restabelecesse a ordem". Os revoltosos, percebendo que o governador procurava ganhar tempo, exigiram que o mesmo abandonasse Ribeirão do Carmo, onde se encontrava, e se dirigisse para Vila Rica. Diante da recusa de Assumar, na madrugada de 02 de junho, uma enorme multidão partiu a seu encontro. Ao chegar a Ribeirão do Carmo, a turba, após ocupar a praça fronteira ao palácio, foi recebida de maneira conciliadora.

Novamente, o mesmo letrado Peixoto apresentou por escrito as reivindicações populares. A cada item do memorial, Assumar respondia, "deferido como pedem". Quando Peixoto leu, de uma das janelas do paço, o alvará que garantia a concessão de tudo que se pedira, aclamações entusiásticas se fizeram ouvir. Com a leitura do alvará - que o conde não pretendia cumprir de forma alguma - , os habitantes de Vila Rica julgaram-se quase completamente livres das prerrogativas, regalias e interferências da Coroa portuguesa. Pacificada, a multidão regressou triunfante a Vila Rica.

O Conde de Assumar aproveitou-se do arrefecimento dos ânimos do povo, ludibriado pelas "concessões" governamentais, para debelar o levante. Inicialmente, ordenou a prisão de líderes. Antes que se pudesse organizar uma reação em Vila Rica, foram detidos Manuel Mosqueira da Rosa, Sebastião da Veiga Cabral,

Pascoal Guimarães de Filipe dos Santos. Este último, minerador pobre e brilhante orador, defendera posições radicais, projetando-se como líder popular do movimento.

Na manhã de 16 de julho de 1720, o governador, à frente de 1.500 homens armados, entrou vitoriosamente em Vila Rica. Imediatamente, a pretexto de vingança, mandou incendiar as casas dos revoltosos. O fogo consumiu ruas inteiras no Arraial situado no, hoje chamado, Morro das Queimadas em Ouro Preto. No mesmo dia, Filipe dos Santos, humilde e desprovido de amigos influentes, foi enforcado e esquartejado.

A Rebelião de Vila Rica, em virtude de violenta repressão que desencadeou, contribuiu bastante para acelerar o processo de tomada de consciência, por parte da população brasileira, do caráter brutal e espoliativo da dominação colonialista portuguesa.

48_14

Brasil Joanino

TRANSMIGRAÇÃO DOS BRAGANÇAS

Visando abalar a economia da Grã-Bretanha, Napoleão I, imperador da França, editou em 1806 o Decreto de Berlim, que instituía o bloqueio de todos os portos do Continente Europeu às manufaturas britânicas. Essa medida se tornou conhecida pelo nome de " Bloqueio Continental".

Em seguida, para o apoio de Portugal -- tradicional aliado da Inglaterra -- para sua iniciativa, ordenou ao embaixador francês em Lisboa, M. Rayneval, que fizesse ao príncipe regente D. João as seguintes exigências:

- imediata declaração de guerra à Inglaterra.
- fechamento dos portos portugueses às embarcações britânicas.
- incorporação das belonaves lusas à poderosa esquadra francesa.
- sequestro dos bens de todos os súditos residentes em Portugal.

Para ganhar tempo, o príncipe português deu início a um dúbio jogo diplomático. Em primeiro lugar, propôs à Coroa Inglesa que simulasse estar em conflito aberto com Portugal. Recusado o pedido, em outubro de 1807, D. João determinou que se fechassem os portos do Reino às naus destinadas à Inglaterra ou provenientes do país. Logo após, dando prosseguimento à sua inequívoca política antibritânica, a Coroa lusa decretou a prisão dos cidadãos ingleses sediados em terra portuguesas e o confisco de seus bens.

Ao imperador francês, no entanto, não agradou a hesitante política do regente. A 27 de outubro de 1807, em Fontainebleau, Napoleão assinou um acordo secreto com o governo de Madri, segundo o qual Portugal e seus territórios ultramarinos seriam partilhados entre França e Espanha. Para a Inglaterra, ameaçada pelo poderoso inimigo francês -- Napoleão reunira todo o Continente Europeu em seu sistema de dominação -- era vital a permanência de Portugal em sua esfera de influência.

Entretanto, a Coroa Britânica não tinha condições de oferecer ao aliado lusitano auxílio eficaz contra a agressão bonapartista. Ciente da perda do território continental luso, a Grã-Bretanha procurou obter uma compensação mediante o domínio da grande colônia portuguesa da América. Nesse sentido, ainda em outubro de 1870 -- graças à hábil mediação do plenipotenciário inglês em Lisboa, Lord Strangford -- ministros portugueses e britânicos assinaram uma convenção secreta em Londres. Esse acordo determinava a transferência temporária da sede da monarquia lusitana para o Brasil. A 29 de novembro de 1807, com tropas invasoras franco-espanholas já às portas de Lisboa, a Corte embarcou para o Continente Americano.

O embarque da Família Real de Bragança, acompanhada por altos dignatários da nobreza, do clero, do funcionalismo e das forças militares, realizou-se sob chuvas torrenciais. A mando do príncipe D. João, a demente rainha D. Maria I, em meio a brados de desespero e protesto contra a retirada do governo para o Brasil, foi carregada à força para o interior de uma das naus.

Aos lamentos da rainha, juntaram-se as vaias do povo, revoltado com a fuga da Família Real.

Durante a viagem, a esquadra lusitana, comboiada por uma flotilha britânica sob o comando de Sidney Smith enfrentou forte tempestade. Em consequência, algumas naus, inclusive a que trazia D. João, foram obrigadas a aportar em Salvador, a 22 de janeiro de 1808. Dias depois, o regente prosseguia sua viagem, chegando ao Rio de Janeiro em meio a ruidosas comemorações, a 7 de março.

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA DE D. JOÃO

Logo após o desembarque, ainda em Salvador, o governador português declarou abertos, em caráter provisório, os portos da Colônia a "todas as nações amigas", franqueando-os ao comércio internacional (Carta Régia de 28 de janeiro de 1808).

Essa medida, aconselhada por José da Silva Lisboa (futuro Visconde de Cairu), correspondeu a uma imposição da nova realidade implantada com o advento da Corte Lusa, ou seja, à necessidade de fornecer recursos ao erário público para a montagem de um aparelho administrativo no Brasil. Dessa necessidade resultou a principal consequência da abertura dos novos portos: a fixação da tarifa alfandegária única de 24% ad valorem. A abertura dos portos teve ainda outras consequências importantes:

- fez diminuir consideravelmente o contrabando, atividade até então em franco progresso na colônia brasileira.
- forneceu recursos à Real Fazenda.
- estimulou as trocas internacionais.
- impossibilitou, em virtude do grande afluxo de mercadorias estrangeiras, o surgimento de

manufaturas brasileiras.

- deu "status" de cidade aos portos instituídos oficialmente (além disso, a grande afluência de naus estrangeiras aumentou a importância dos portos do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís, Belém, e , em menor escala, Desterro, Rio Grande e Santos).

Em decorrência do ato de abertura dos portos, a Inglaterra, cujas manufaturas inundaram o mercado da Colônia, praticamente excluiu a burguesia portuguesa do comércio brasileiro. Eliminadas as restrições monopolistas do Pacto Colonial (o exclusivo), base em que se assentara a dominação metropolitana, Portugal e sua camada mercantil passaram a não dispor de condições para enfrentar a concorrência estrangeira.

Além disso, a Grã-Bretanha logo cuidara de preservar a libertação comercial de que se fizera a grande beneficiária.

Em 1810, Lord Stangford -- apoiado na maciça presença naval inglesa em águas brasileiras -- e Rodrigo de Souza Coutinho, líder da facção anglófila que cercava o príncipe regente, firmavam dois tratados. Um deles dispunha sobre comércio e navegação, e o outro, sobre amizade e aliança. Ambos confirmaram o controle britânico sobre a vida econômica e financeira do Brasil.

Dentre as obrigações que compunham esses acordos, destacavam-se as seguintes:

- tarifas alfandegárias preferenciais para as mercadorias inglesas ("no decreto de abertura dos portos fixa-se um direito geral de importação para todas as nações de 24% ad valorem. As mercadorias portuguesas seriam beneficiadas depois com uma taxa reduzida de 16%. Pelo Tratado de 1810, a Inglaterra obteve uma tarifa preferencial de 15%, mais favorável, portanto, à própria outorgada a Portugal" -- caio Prado Júnior)
- D. João obrigava-se a não permitir o estabelecimento da Inquisição na América portuguesa.
- o príncipe regente comprometia-se a abolir gradualmente o tráfico de escravos negros para o Brasil.
- os súditos ingleses residentes no Brasil escolheriam seus próprios juízes; entretanto, nos domínios britânicos, os cidadãos luso-brasileiros estariam sujeitos à legislação britânica.

Na verdade, os tratados firmados em 1810 objetivavam:

- assegurar a presença de uma esquadra inglesa em águas brasileiras.
- manter o livre comércio.
- obter liberdade de moradia e religião para os súditos ingleses aqui residentes.
- fazer do Brasil a base para a conquista do comércio platino.
- assegurar à Dinastia Bragança, fiel aliada da Inglaterra, a permanência no Trono Português.
- proteger a posição comercial das colônias britânicas em relação a seu mercado metropolitano (os principais produtos agrícolas do Brasil -- o açúcar e o algodão, já cultivados nos domínios ingleses -- não interessavam, portanto, ao comércio britânico. Para a Inglaterra, nosso país era um mercado consumidor, e não fornecedor).
- garantir para a Inglaterra o direito de nomear cônsules no Brasil.

A vinda da Família Real portuguesa modificou radicalmente a situação do Brasil que, de simples Colônia, ascende à posição de sede da Monarquia de Bragança.

Desse fato decorreu a necessidade de se realizar ampla reforma na vida econômica brasileira. Nesse sentido, tomaram-se diversas medidas, todas elas destinadas a abolir os antigos entraves à produção e ao comércio coloniais.

O alvará de 1º de abril de 1808 permitiu o estabelecimento de fábricas manufatureiras. A 30 de janeiro de 1810, o príncipe autorizou a livre venda de mercadorias pelas ruas e casas. Para justificar sua determinação, o regente alegou que o interesse geral exigia que fosse livre a todos os súditos buscar "na útil divisão do trabalho, conforme a escolha de cada um, os meios de subsistência".

Em prosseguimento à liberalização econômica, o alvará de 28 de setembro de 1811 possibilitou o comércio de quaisquer gêneros não expressamente vedados em lei.

A 18 de julho de 1814, permitiu-se a livre entrada de navios de qualquer nação nos portos dos Estados portugueses e a saída dos nacionais para portos estrangeiros.

Por fim, a 11 de agosto de 1815, suspenderam-se as proibições à ourivesaria, estabelecidas pela Carta Régia de 30 de julho de 1766.

Entretanto, a política econômica de D. João caracterizou-se por atitudes contraditórias. Desde sua chegada, o regente oscilou entre a necessidade de liberalizar a economia colonial e a de proteger os interesses da burguesia lusitana. Essa situação o levou a adotar, inúmeras vezes, posições e medidas de cunho mercantilista.

A plena aceitação dos princípios do livre-cambismo significaria destruir os fundamentos sobre os quais se apoiava a dominação reinol. Por outro lado, a nova realidade brasileira impossibilitava a manutenção dos embargos monopolistas do "exclusivo metropolitano". Os conflitos de interesse decorrentes desses fatores acentuaram as divergências de interesse entre os colonos e os comerciantes e agentes do Reino.

Para os brasileiros, era essencial a contínua ampliação da liberdade adquirida. Para os portugueses, era chegado o momento de restringi-la. A política de D. João, dúbia e vacilante, viria acentuar as contradições entre a Colônia e a Metrópole, tornando inevitável o rompimento entre ambas.

REALIZAÇÕES JOANINAS

Com a transformação do Brasil em sede da monarquia portuguesa, tornou-se necessário transferir para o Rio de Janeiro secretarias de Estado, tribunais e outras repartições públicas, antes estabelecidas em Lisboa. Também havia necessidade de adaptar à nova ordem os organismos administrativos aqui instalados.

A 11 de março de 1808, D. João, dando início a uma ampla reforma do aparelho estatal, nomeou os titulares dos ministérios que deveriam funcionar em nosso país: o da Guerra e Estrangeiros coube a D. Rodrigo de Souza Coutinho, depois, Conde de Linhares; o do Reino foi entregue a D. Fernando José de Portugal e Castro, futuro Marquês de Aguiar; o da Marinha coube ao Visconde de Anadia e o da Fazenda, a Antônio de Araújo de Azevedo, Conde de Barca.

O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro foi elevado à condição de "Casa Suplicação", passando a julgar, em última instância. Em seguida, o príncipe criou os Tribunais de Relação do Maranhão e Pernambuco e novas comarcas espalhadas por todo o território brasileiro, nomeando os respectivos juízes-de-fora. No setor militar, fundaram-se o Hospital e o Arquivo Militar, inúmeras academias bélicas e a Fábrica de Pólvora, além de se proceder à ampliação dos arsenais da Guerra e da Marinha.

Também as províncias se beneficiaram com a renovação administrativa do período joanino. As capitanias do Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, antes subalternas passaram à categoria de autônomas.

Além disso, duas outras foram, então, criadas pelo regente: Alagoas e Sergipe D'el-Rei.

Com todos esses melhoramentos, o Brasil paulatinamente deixava de ser Colônia. A 16 de dezembro de 1815, um novo passo era dado em direção a independência: o Brasil era elevado à condição de Reino Unido ao de Portugal e Algarves.

A POLÍTICA EXTERNA DE D. JOÃO

A Ocupação da Guiana Francesa

Recém-chegado ao Brasil, o príncipe D. João historiou, em manifesto datado de 1º de maio de 1808, as razões e os principais eventos do conflito, entre o seu país e a França, cujo clímax fora a invasão do território metropolitano de Portugal. Pouco depois, a 10 de junho , o regente assinaria uma declaração de guerra a Napoleão. Entretanto, não dispondo de recursos para grandes cometimentos, D. João limitou-se a enviar uma expedição militar à Guiana Francesa.

Cumprindo as determinações de D. João, o governador do Pará, tenente-general José Narciso de Magalhães Meneses, organizou a referida expedição, comandada pelo tenente-coronel Manuel Marques d'Elvas Portugal, com a finalidade de subjugar com rapidez a possessão francesa. Após receberem reforços de terra e de mar, inclusive uma pequena contribuição naval inglesa, representada por uma flotilha capitaneada por James Lucas Yeo -- as forças luso-brasileiras passaram à ofensiva, marchando contra Caiena. A 12 de janeiro de 1809, depois de uma semana de simbólicos combates, o governador francês Victor Hughes capitulou, entregando a praça sob a condição de serem concedidas a seus soldados "honras de guerra" e assegurado seu transporte até a França.

A Guiana Francesa permaneceu em poder da Dinastia de Bragança durante quase nove anos, tendo sido governada pelo desembargador brasileiro João Severino Maciel da Costa, marquês de Queluz. Após a queda de Napoleão Bonaparte, Portugal, com o governo restaurador de Luís XVIII, propôs o restabelecimento da paz com a França.

Finalmente, em 1817, graças às disposições do Congresso de Viena, cessou a ocupação da Guiana, que foi restituída à soberania gaulesa.

Conquista da Cisplatina

Diversos foram os motivos que provocaram as intervenções luso-brasileiras no rio da Prata, durante o período de permanência da corte lusitana no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, havia necessidade de impedir que a região fosse anexada por Banaparte, pois este fatalmente estenderia sua política de ocupação às colônias castelhanas na América, uma vez que já dominava o território metropolitano espanhol. Esse motivo foi suficiente para justificar a oferta de proteção que, em nome do príncipe regente D. João, o ministro da Guerra e Estrangeiros, D. Rodrigo de Souza Coutinho, formulou em 1808 ao "Cabildo de Buenos Aires" (Câmara de Vereadores). Entretanto, como o governo do Rio de Janeiro mantinha estreitas relações com a Inglaterra e esta, anos antes, por duas vezes, procurara apossar-se daquela cidade portenha, foi recusado o oferecimento brasileiro, que provocara a desconfiança da burguesia mercantil de Bueno Aires em relação aos propósitos imperialistas luso-britânicos. Mas os portugueses contavam com outro argumento para interferir na região do Rio da Prata. Napoleão aprisionara todos os homens da família real espanhola de Bourbon, objetivando implantar em Castela a dinastia francesa. Nessas circunstâncias, D. Carlota Joaquina, a ambiciosa esposa de D. João, pertencendo à casa real castelhana , julgou que poderia se apresentar aos povos da Prata como sendo herdeira do trono da Espanha, estando, por conseguinte, habilitada a exercer uma "regência" na região.

Outro motivo da intervenção luso-brasileira foi a criação independente das Províncias Unidas do Rio da Prata e o fato de estas, julgando-se sucessoras naturais do antigo vice-reino espanhol com sede em Bueno Aires, ambicionarem a anexação do Peru, do Paraguai e de toda a banda oriental do Rio da Prata. Finalmente, outra razão da atitude firme do governo do Rio de Janeiro, relativamente aos assuntos platino, foi a necessidade de manter a fronteira conquistada durante a Guerra das Laranjas, em 1801, quando foram incorporados ao Brasil os Sete Povos das Missões do Uruguai.

Com a libertação de Buenos Aires do domínio da Espanha, à qual permaneceu fiel o governo de Montevidéu, não tardou que os argentinos procurassem estabelecer aliança com os elementos que, a Banda Oriental, eram também partidários da autonomia política. Assim, passaram a enviar tropas e recursos em apoio às colônias sublevadas da margem oriental, chegando, então, as guerrilhas à fronteira do Brasil.

O governo do Rio de Janeiro não poderia ficar indiferente à delicada e instável situação fronteiriça. Registrados os primeiros incidentes na linha divisória, D. João fez saber ao plenipotenciário espanhol Marquês de Casa-Irujo, que, embora não quisesse conquistar nenhum território pertencente à Coroa de Espanha, via-se obrigado a invadir e ocupar militarmente a Banda Oriental, com a finalidade de debelar a causa das perturbações aí em curso.

Realizando uma decisiva ação militar, D. Diogo de Souza, governador da Capitania de São Pedro, cruzou a fronteira, tomou Cerro Largo e, por Santa Teresa, atingiu a localidade de Maldonado. Diante da superioridade bélica das tropas luso-brasileiras, as forças de José Gervásio Artigas -- líder do movimento de independência do Uruguai -- foram obrigados a recuar, bem como as do argentino Rondeau, seu aliado.

Desafogada nossa fronteira meridional e atingidos, portanto, os objetivos desejados, registrou-se certa precipitação em negociar um armistício, devido à pronta intervenção da Inglaterra, interessada em evitar a implantação do imperialismo luso-brasileiro no Prata. Assim, conforme as disposições de um convênio firmado em 1812, as nossas tropas foram retiradas da Banda Oriental.

A primeira intervenção luso-brasileira não foi totalmente eficaz, pois seus efeitos acabaram sendo anulados pelas agitações de 1812 a 1816, quando Buenos Aires voltou a manifestar seu apoio aos rebeldes orientais. Renovando-se, então, as incursões ao território brasileiro, o governo português do Rio de Janeiro, mais uma vez, agiu militarmente.

Em 1816, forças luso-brasileiras novamente atravessaram a fronteira. Comandava-as Carlos Frederico Lecor, que trouxe de Lisboa 5 000 homens, artilharia pesada e cavalaria para a nova incursão militar. Lecor partiu do Rio de Janeiro por mar, desembarcou em Santa Catarina, seguindo por terra em busca do inimigo, enquanto a esquadra se preparava para adentrar o Rio da Prata e bombardear Montevidéu. Logo, as tropas luso-brasileiras obtiveram a vitória de Índia Muerta e a esquadra ocupou Montevidéu, a 20 de janeiro de 1817.

Para resistir à invasão, Artigas, o grande patriota uruguaio, não contou com o apoio do governo de Buenos Aires, então chefiado pelo caudilhesco "El Supremo" Juan de Pueyrredón, que lhe exigiu, como condição de ajuda, a incorporação do Uruguai à República Argentina. Mesmo assim, Artigas lutou desesperadamente durante três anos pela independência de seu país. Finalmente, em 1820, suas forças foram esmagadas em Taquarembó. Completava-se dessa forma a ocupação luso-brasileira da Banda Oriental.

Enquanto na América registravam-se esses acontecimentos, na Espanha, com a queda de Napoleão, voltavam ao trono os Bourbon, na pessoa do Rei Fernando VII. Por sua ordem, embaixadores espanhóis protestaram no Congresso de Aix-la Chapelle contra a invasão luso-brasileira da Banda Oriental. Respondendo às acusações o Conde de Palmela, representante de Portugal, declarou que o seu governo evitara que aquela região fosse incorporada às Províncias Unidas do Rio da Prata e estava pronto para

restituí-la à Espanha, caso esta o indenizasse pelas despesas decorrentes das operações militares levadas a efeito pela dinastia de Bragança. Recusando a proposta, Fernando VII anunciou a formação de um exército, cujo objetivo seria a reconquista pela força dos domínios americanos de Castela.

Na impossibilidade de tratar com a Espanha, viu-se o governo de D. João VI forçado a negociar com o único poder constituído da Banda Oriental, a Cabildo de Montevidéu, tendo em vista a fixação da fronteira do Brasil com o Uruguai. Os limites estabelecidos na chamada Convenção de 1819 foram mais favoráveis ao Brasil do que os vigentes até então.

Carlos Frederico Lecor, comandante das tropas luso-brasileiras de ocupação da Banda Oriental, procurou fazer um governo marcadamente tolerante e simpático ao povo uruguaio. Sua política de orientação pacificadora logo produziria frutos: a criação da província Cisplatina, incorporada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves a 31 de julho de 1821.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Por volta do início do século XIX, Pernambuco já possuía uma tradição nativista secular, que se iniciara com a expulsão dos holandeses (1654) e se acentuara por ocasião da Guerra dos Mascates (1710). Devido à animosidade reinante entre brasileiros e portugueses, os reinóis chamavam de "cabras" aos nativos; estes, por sua vez, denominavam de "galegos", "corcundas", "marinheiros", ou "pés-de-chumbo" aos portugueses.

Paralelamente ao sentimento nativista, a independência dos Estados Unidos, os ideais políticos da Revolução Francesa e o movimento de libertação da colônias da América espanhola inspiraram os desejos libertários do povo pernambucano. A fundação do "Areópago de Itambé" foi fruto das idéias autonomistas acalentadas em Pernambuco. "Criado antes de 1800 sob a inspiração e direção do sábio Manuel arruda da Câmara, podemos considerar o Areópago de Itambé uma sociedade secreta política e maçônica no seu espírito" (Oliveira Lima).

O historiador Sérgio Buarque de Holanda ressalta que essas "sociedades na época organizadas em forma de areópagos ou academias, não se enquadravam na estrutura das lojas maçônicas. Eram núcleos, necessariamente secretos, em face de sua finalidade emancipacionista e da opressão do aparelho repressivo colonial, mas sem apresentarem a configuração específica das organizações maçônicas, tendo uma finalidade clara e precípua, que era a da libertação nacional".

Outra entidade que muito ajudou a propagação de idéias libertárias em Pernambuco foi o Seminário de Olinda, fundado pelo Bispo José de Azevedo Coutinho em 1800, na antiga Igreja e Colégio dos Jesuítas.

Desde 1804 governava Pernambuco Caetano Pinto Montenegro, de quem o povo dizia que "era Caetano no nome, Pinto na coragem, Monte na latura e Negro nas ações". Em sua administração, o processo revolucionário atingiu a fase explosiva. A idéia de independência alastrava-se não somente na sociedades secretas, mas também no interior dos quartéis e dos templos católicos.

Caetano Pinto constantemente recebia denúncias de que uma conspiração estava em andamento. Um fato, porém, apressou as medidas repressivas do governo: na festa da Estância, realizada em comemoração à expulsão dos holandeses, um oficial brasileiro do regimento "dos Henriques" espancou um português que insultara os coloniais com palavras pesadas. Pouco depois, a 4 de março de 1817, uma ordem do dia recomendava aos oficiais e soldados dos regimentos de Recife que evitassem a convivência com pessoas envolvidas em conspirações.

Dois anos após, seguindo recomendações de um conselho Militar, o governador ordenou a prisão de vários suspeitos, entre eles o Padre João Ribeiro, o cirurgião Vicente Peixoto, os comerciantes Domingos José Martins e Antonio Gonçalves da Cruz (apelidado "o Cabugá"), os tenentes Manuel de Souza Teixeira e José Mariano Cavalcanti e os capitães Domingos Toetônio Jorge e José de Barros Lima, este último cognominado "Leão Coroado", por sua grande bravura e por possuir uma calva em forma de coroa.

Encarregado de prender os civis, o marechal José Roberto executou a ordem prontamente. Ao brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro coube a detenção dos militares.

O oficial português, imprudentemente, ao dar voz de prisão ao capitão Barros Lima, insultou-o com termos de baixo calão. Imediatamente, o "Leão Coroado" atravessou-o com a espada, gritando: "morre, pois, infame". O falecimento do brigadeiro Barbosa de Castro marcou o início da insurreição.

O governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, informado dos acontecimentos, enviou ao local da sublevação seu ajudante-de-ordens, o tenente coronel Alexandre Tomás de Aquino Siqueira, que foi mortalmente ferido a bala. Percebendo a gravidade da situação, o mandatário pernambucano refugiou-se no Forte de Brum. Nesse momento, a insurreição ganhou as ruas. Logo se organizou um governo republicano, com a eleição de uma junta governativa composta de cinco membros: Domingos José Martins, representando o comércio; Domingos Teotônio Jorge, o exército; o padre João Ribeiro, o clero; Manuel Correia de Araújo, o latifúndio; e José Luís de Mendonça, a Justiça.

Além disso, foram enviados ao exterior representantes do governo revolucionário. Para os Estados Unidos seguiu Antônio Gonçalves da Cruz, encarregado de buscar armas; para a Inglaterra viajour Henry Koster (apelidade popularmente de "Henrique da Costa"), com credenciais que dariam a Hipólito José da Costa, jornalista brasileiro expulso pela Inquisição, o cargo de embaixador da República de Pernambuco junto à Coroa Inglesa; e a Buenos Aires os pernambucanos enviaram Félix José Tavares de Lima, com a missão de obter o apoio dos povos do Prata à causa pernambucana.

Enquanto se registravam esses acontecimentos em Pernambuco, a insurreição espalhou-se pelo Nordeste. Não tardaram a aderir ao movimento o Ceará, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e Alagoas.

Para o Ceará, então governado por Manuel Inácio Sampaio, seguiram emissários do governo provisório. Os primeiros foram rapidamente aprisionados. Entretanto, o seminarista cearense José Martiniano de Alencar e mais dois companheiros chegaram à cidade do Crato onde obtiveram o apoio do capitão-mor José Pereira Filguieras, homem rude e ignorante, mas de grande prestígio na região.

No dia 3 de maio, após a missa, Alencar leu um manifesto revolucionário e fez uma oração em favor da independência.

No dia 4 de abril, reunidos no prédio da Câmara, Alencar e seus partidários proclamaram a República e em seguida nomearam os novos magistrados e os membros do Parlamento local.

O capitão Filgueiras, não acreditando no sucesso dos insurretos, voltou-se contra o movimento. Informado disso, o povo abandonou imediatamente a causa republicana. Em Crato, Filgueiras dissolveu a República e restabeleceu a antiga Câmara realista.

O governador da Bahia, Conde dos Arcos, providenciou a organização de forças militares para a restauração do domínio português nas províncias revoltadas. Sob o comando do marechal Cogominho de Lacerda, foi enviado um contingente de vanguarda para Alagoas. Do Rio de Janeiro partiu uma frota, comandada pelo almirante Rodrigo Lobo, que conduzia um grande exército, chefiado pelo general Luís do Rego Barreto.

Os insurretos não conseguiram resistir às operações militares governamentais. No dia 15 de maio, no engenho Guerra, travou-se decisiva batalha entre o exército republicano e o do marechal Lacerda.

As tropas revolucionárias, irremediavelmente batidas, tiveram de se retirar para o Recife. O governo provisório, consciente de que não poderia sustentar por muito tempo o bloqueio marítimo e o assédio das forças governamentais, procurou uma capitulação honrosa. Porém, Rodrigo Lobo exigiu rendição incondicional.

Domingos Teotônio Jorge, então chefe único do governo revolucionário, percebendo que nada adiantaria fazer correr mais sangue, retirou-se de Recife. Ao saber que a capital da província rebelada estava indefesa, Rodrigo Lobo ordenou o desembarque de seus homens, enviando simultaneamente ordens a Cogominho para que se aproximasse com suas tropas.

Selada a sorte da revolução, teve início a caça aos patriotas. Inúmeros insurretos foram açoitados publicamente. Engenhos foram confiscados e propriedades saqueadas. Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima e o vigário Pedro de Souza Tenório foram executados após julgamento sumário, presidido

pelo capitão-general Luís do Rego Barreto, que chegara a Pernambuco a 28 de junho para exercer o cargo de governador da província. Ao mesmo tempo, eram mortos na Bahia Domingos José Martins, José Luís de Mendonça e o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro (o "padre Miguelzinho", professor de retórica no Seminário de Olinda).

A 6 de agosto o príncipe regente ordenou que suspendessem as execuções e que se estabelecesse uma Alçada sob o presidência do desembargador Álvares de Carvalho. Entretanto, o governador Luís Rego, compreendendo que não convinha ao governo continuar a matança dos patriotas, apoiou o pedido de anistia que o Senado da Câmara dirigiu ao mandatário português. O herdeiro dos Bragança a concedeu no dia de sua coroação como rei de Portugal (6 de fevereiro de 1818), com o nome de D. João VI.

49_11

Processo de Independência

O LIBERALISMO PORTUGUÊS E A REVOLUÇÃO DO PORTO

Enquanto a família real permanecia no Brasil, Portugal livrou-se definitivamente do invasor francês, graças à importante ajuda militar recebida da Inglaterra. Entretanto, após a expulsão dos gauleses, o Reino ficou sob o domínio de uma rígida ditadura militar exercida pelo marechal William Baresford, comandante das forças luso-britânicas. Além dessa situação, que irritava sobremaneira a burguesia mercantil lusa, outros fatores contribuíram para gerar um clima propício a uma revolta:

- ausência da família real e a instabilidade política daí decorrente.
- as dificuldades econômicas provocadas pela invasão francesa, pelo decreto de abertura dos portos brasileiros e pela crescente tutela da economia brasileira pela Inglaterra (com efeito, a transmigração da família real e as consequentes medidas econômicas liberais tomadas por D. João no Brasil fizeram com que a camada mercantil portuguesa perdesse o seu principal mercado consumidor, a colônia americana).
- a difusão de idéias liberais.

A 24 de agosto de 1820, rebentou na cidade do Porto uma revolução de orientação liberal, que resultou na organização de uma Junta do Governo, da qual faziam parte o desembargador Manuel Fernandes Tomás, o advogado José Ferreira Borges e o Juiz José da Silva Carvalho. Em seguida, aproveitando-se da ausência de Beresford, que se encontrava no Rio de Janeiro, o movimento alastrou-se para Lisboa, onde, a 15 de setembro, foi criada uma Junta Provisória, segundo o modelo liberal da Carta Constitucional espanhola de Cádiz.

A notícia da Revolução Liberal do Porto chegou ao Rio de Janeiro em outubro de 1820, causando agitação entre os elementos liberais, que viam numa constituição uma limitação ao poder absoluto do rei. Também nos círculos oficiais, como era de se esperar, grande foi a surpresa. No entanto, sem meios para controlar a situação, não restava ao soberano português outro recurso senão conformar-se com o acontecido, procurando encaminhar sua política no sentido de preservar o regime, a dinastia e a união dos reinos europeu e americano. Nesse sentido, foram as sugestões apresentadas pelo ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, que desejava anular a convocação revolucionária das Cortes (Parlamento Português), admitindo a sua reunião apenas por vontade do rei e com o objetivo de propor medidas que ele poderia

aprovar ou não. Chegando, porém, da Europa outro ministro mais conhecedor da situação, o conde de Palmela, seus conselhos divergiam daqueles, opinando francamente pela necessidade do retorno de D. João e do príncipe D. Pedro a Portugal.

Enquanto o rei D. João VI preparava-se para tomar uma decisão, começaram a chegar notícias de outras adesões ao movimento revolucionário constitucionalista lusitano, a princípio, na ilha da Madeira e nos Açores, depois, no próprio Brasil.

REPERCUSSÃO DA REVOLUÇÃO *DO PORTO NO BRASIL*

A primeira província a pronunciar-se pelas Cortes de orientação liberal foi a do Grão-Pará, a 1º de janeiro de 1821, graças à ação de um estudante radical, Filipe Alberto Patroni Maciel Parenti, que conseguiu o apoio das guarnições militares locais e a formação de uma Junta Provisória de Governo desligada do Rio de Janeiro e fiel a Lisboa.

No Rio de Janeiro, no mesmo mês, apareceu um folheto anônimo, em francês, no qual se pretendia demonstrar a maior conveniência da permanência do rei no Brasil. Intitulava-se o panfleto *Le Roi et la Famille Royale de Bragance doivent-ils, dans les circonstances présentes, retourner en Portugal ou bien rester au Brésil? (Devem o Rei e a Família real de Bragança, nas circunstâncias atuais, retornar a Portugal ou permanecer no Brasil?).*

Atribuído a várias pessoas, a atual historiografia brasileira aponta como seu autor o emigrante francês coronel Francisco I Caillé de Geine. Tão grande foi a repercussão negativa do folheto entre os portugueses aqui residentes (apelidados "os corcundas"), que o governo resolveu recolher a respectiva edição, tornando extremamente raros os seus exemplares.

A segunda guarnição militar lusa a apoiar, no Brasil, a Revolução Liberal de Porto foi a da Bahia, a 10 de fevereiro de 1821. A tropa sublevada encontrou resistência por parte do capitão-general Conde de Palma e do marechal Felisberto Caldeira Brandt, mas venceu-a facilmente, graças à sua esmagadora superioridade numérica. Do encontro resultou a morte de alguns soldados e civis. Conseguiram os revoltosos realizar uma reunião na Câmara, em que se proclamou a adesão às Cortes lisboetas, jurando-se a Constituição a ser feita. Em seguida, nomeou uma Junta Provisória de Governo composta de elementos de ideologia liberal.

A notícia desses eventos preocupou profundamente D. João VI. Procurando ganhar tempo e assegurar a sobrevivência política da dinastia de Bragança, o hesitante monarca anunciou que seu filho D. Pedro iria a Portugal "para ouvir as representações e queixas dos povos e para estabelecer as reformas, melhoramentos e leis que possam consolidar a Constituição Portuguesa", que receberia, se aprovada, a sanção real. Em seguida, alegando que a futura Carta Magna talvez não fosse perfeitamente adequada às condições do Brasil, o rei convocou por decreto uma Junta de Cortes no Rio de Janeiro. Para preparar os respectivos trabalhos, criou-se uma comissão composta de vinte membros, quase todos brasileiros natos.

Essas medidas, porém, não agradaram às tropas portuguesas sediadas no Rio de Janeiro, cujos regimentos eram nitidamente pró-revolucionários. Na manhã de 26 de fevereiro de 1821, sob o comando do brigadeiro Francisco Joaquim Carretti, diversos batalhões reuniram-se na praça de Rocio (atual praça Tiradentes). Alarmado, D. João VI enviou o príncipe D. Pedro ao local, para se inteirar dos acontecimentos e, se possível, controlá-lo

Aí, D. Pedro foi informado por um agitador, o padre e bacharel Marcelino José Alves Macamboa, que a tropa desejava que o rei jurasse a Constituição portuguesa em elaboração, além de substituir o Ministério de cunho conservador, então no poder. As exigências foram levadas por D. Pedro a seu pai, que, apavorado com o que lhe pareceu uma terrível rebelião, a tudo cedeu, assinando as nomeações pedidas e proclamando, na varanda do então Real Teatro de São João (mais tarde Teatro João Caetano), sua fidelidade à Constituição a ser promulgada pelas Cortes lisboetas.

AS CORTES DE LISBOA *E O REGRESSO DE D. JOÃO*

Entretanto, apesar do ainda grande prestígio da família real portuguesa no Brasil, não era mais possível, à vista dos novos acontecimentos, a permanência do rei em nosso país. Assim, a 07 de março de 1821, resolveu-se o retorno de D. João a Portugal, ficando no Rio, na qualidade de regente, o jovem príncipe D. Pedro.

Na mesma ocasião, determinou-se que deveriam ser realizadas eleições dos deputados brasileiros que participariam das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa.

A resolução da partida de D. João VI não agradou a muitos brasileiros e portugueses, que reconheciam os benefícios que haviam sido proporcionados ao Brasil pelo soberano, durante sua permanência de treze anos no Rio de Janeiro. No sentido de evitar sua partida, o Senado da Câmara da cidade fez uma representação ao rei, recebendo dele agradecimentos calorosos, com a explicação de que se via impossibilitado de aceder àqueles desejosos.

REGÊNCIA DE D. PEDRO

A fim de tomar conhecimento do decreto que havia criado a Regência do Reino do Brasil, foram convocados pelo ouvidor da comarca os eleitores dos deputados do Rio de Janeiro para uma reunião a ser realizada no dia 21 de abril, na praça do Comércio. No encontro, estando presentes os líderes liberais: o padre Macamboa e o jovem Luís Duprat, surgiram as mais diversas e radicais propostas, tais como a de proibir a saída de qualquer embarcação, a imediata adoção de uma Constituição liberal e a exigência de que fossem desembarcados os cofres públicos do Estado, os quais segundo o que se propagava, já estavam nos navios prontos para zarpar.

Preocupado com os rumos tomados pela reunião D. Pedro, seguindo a orientação de seu conselheiro, Conde dos Arcos, mandou que tropas fiéis dissolvessem a assembléia. Assim foi feito, com a perda de uma vida, ferimentos em diversas pessoas e a prisão do agitador Macamboa.

Dias depois, a 24 de abril, apreensivo com a situação política então vigente no Brasil, prenunciadora de acontecimentos revolucionários, D. João VI disse ao príncipe: "Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para alguns desses aventureiros". A 26 de abril, embarcava para Portugal o rei, aqui deixando seu filho como regente.

Com a volta da família real a Portugal, a situação financeira do Brasil tornou-se muito difícil. A Província do Rio de Janeiro e as poucas que ainda contribuíam apara as despesas nacionais não arrecadavam o suficiente para atender a todos os encargos da Administração. Além disso, no aspecto político, o isolamento das províncias gerava um ambiente propício às agitações.

Ao mesmo tempo, o conservador dos Arcos, que tinha muita ascendência sobre D. Pedro, tornava-se cada vez mais impopular.

Inicialmente, D. Pedro agiu com bastante tato; restringiu as despesas, diminuiu os impostos e favoreceu os militares brasileiros, equiparando-os aos portugueses. Porém, novas dificuldades logo surgiram para o jovem príncipe. Em junho de 1821, chegou ao Brasil a notícia de que já haviam sido elaboradas em Portugal as Bases Constitucionais.

Além disso, foi a demissão do conde dos Arcos e, mais ainda, a organização de uma Junta de nove membros, com a finalidade de assessorar o regente. Constituída esta, logo verificou-se que não tinha função definida, sendo por isso extinta.

Desde janeiro de 1821, presentes os representantes de Portugal, estavam reunidas em Lisboa as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Elegeram uma Regência para governar o país na ausência do rei, escolheram o respectivo Ministério e declararam-se "soberanas". Discutiram-se, primeiramente, as já citadas bases da futura Constituição, aprovadas e juradas em março de 1821. Uma de sua disposições, atendendo à ausência dos deputados do Brasil, estabeleceu que aquela lei somente teria validade nas regiões americanas de monarquia lusa quando seus representantes manifestassem ser esta a sua vontade.

Não tardou, porém, que começassem a envolver-se em assuntos brasileiros. Assim, chegando a Lisboa dois emissários do Grão-Pará, com a notícia de sua adesão à causa constitucional, foi a referida província brasileira transformada em Província do Reino. Intenso júbilo provocaram as notícias dos acontecimentos revolucionários de fevereiro, na Bahia e no Rio de Janeiro. Aparecendo, entretanto, um projeto relativo ao comércio com o Brasil, rejeitaram-no, devido à ausência de nossa representação. Combateram, também, um decreto referente à negociação de um vultoso empréstimo destinado ao Banco do Brasil.

Chegando D. João VI a Portugal, em julho de 1821, continuaram as Cortes a agir como verdadeiramente soberanas, não perdendo ocasião de impor sua autoridade, com preterição da que deveria caber ao monarca.

Movimento Brasileiro de Independência

A Revolução do Porto, expressão dos anseios e interesses da burguesia portuguesa, apresentou um aspecto contraditório: se, por um lado, defendia a limitação do poder real e a conseqüente liberalização da vida política portuguesa, por outro lado, fiel às ambições monopolistas da camada mercantil lusitana, pregava abertamente a tomada de medidas recolonizadoras em relação ao Brasil. Assim, enquanto o príncipe regente D. Pedro, interinamente à testa dos negócios políticos do Brasil, procurava diminuir a animosidade entre brasileiros e reinóis, as cortes de Lisboa davam início a uma série de atitudes políticas destinadas a reconduzir o Brasil à situação de colônia do tipo mercantilista. Dessa forma, a 24 de abril de 1821, eram desligadas da jurisdição do governo do Rio de Janeiro todas as administracões provinciais.

Meses mais tarde, a 29 de setembro, todos os tribunais aqui instituídos por D. João VI eram suprimidos. A seguir, as Cortes ordenaram a D. Pedro que regressasse a Portugal, sob o pretexto de aprimorar sua educação, devendo o governo do Brasil ser entregue a uma junta composta por elementos diretamente subordinados a Lisboa.

Enquanto essas medidas, extremamente lesivas aos interesses brasileiros, eram tomadas na capital portuguesa, reabria-se no Rio de Janeiro a loja maçônica Comércio e Artes, fechada no período Joanino. A entidade tornou-se logo um centro de reunião política de intelectuais de orientação liberal que desejavam a permanência do Brasil na categoria de Reino Unido, mas não dependente de Portugal. Entre os patriotas que então começaram a trabalhar com aquela finalidade, destacavam-se o magistrado José Clemente Pereira, o funcionário público Joaquim Rocha, o sacerdote Januário da Cunha Barbosa e o Coronel Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

Por essa época, surgiu também um jornal, o *Revérbero Constitucional Fluminense, encabeçado por Gonçalves Lobo, onde eram severamente criticadas as medidas recolonizadoras das Cortes Lisboetas.*

Pouco depois, outro periódico jornal, o *Espelho, redigido pelo coronel Manuel de Araújo Guimarães, acompanharia o Revérbero em suas corajosas opiniões e atitudes. Dessa forma, a maçonaria, tradicional reduto dos liberais,e a imprensa preparavam o ambiente para a emancipação do Brasil.*

A situação política do Rio de Janeiro agravou-se consideravelmente quando em dezembro de 1821 chegou o decreto das Cortes, ordenando o retorno do príncipe regente, e a notícia da supressão dos tribunais brasileiros criados durante o período joanino. Imediatamente, os meios políticos se agitaram. Surgiram panfletos, notadamente o Despertar brasiliense, que combatiam a ordem de regresso de D. Pedro. Logo depois, a imprensa política foi enriquecida com a fundação de um outro jornal, a *Malagueta, de Luís Augusto May, periódico picante e malicioso. Além disso, intelectuais liberais e políticos nacionalistas organizaram uma sociedade secreta, o Clube de Resistência, cuja finalidade era pedir ao regente que permanecesse em nosso país.*

As lideranças brasileiras ficaram sabendo, através de um servidor de D. Pedro, o guarda-roupa do Paço, Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda (futuro Marquês de Jacarepaguá), que o príncipe, embora hesitante, estava inclinado a desobedecer aos ditames das Cortes portuguesas, se assim lhe fosse requerido. Informados sobre a disposição do regente, o Clube de Resistência providenciou a redação de um abaixo-assinado da população do Rio de Janeiro, pedindo a D. Pedro que ficasse no Brasil.

Em seguida, foram enviados emissários a São Paulo e Minas Gerais, com a finalidade do obter apoio das lideranças políticas daquelas províncias. Grande foi o êxito dessas missões: José Bonifácio, político e intelectual paulista de grande prestígio, prontamente encarregou-se de redigir um memorial, que chegou às mãos de D. Pedro no dia 1º de janeiro de 1822. Nele, o prócer santista ressaltava: "Vossa Alteza Real deve ficar no Brasil, quaisquer que sejam os projetos das Cortes Constituintes".

Simultaneamente, no Rio de Janeiro, o abaixo-assinado popular, em poucos dias, obteve quase 10.000 assinaturas.

A 09 de janeiro de 1822, a mensagem do povo foi entregue a D. Pedro no Paço da cidade, pelas mãos de José Clemente Pereira, que pronunciou, no momento, hábil discurso. Nele, o magistrado Pereira procurou mostrar que o retorno de D. Pedro a Portugal acarretaria a imediata independência do Brasil, agitações republicanas e, possivelmente, até o brilhante líder político brasileiro pediu poderes autônomos para o Reino do Brasil, para que este pudesse permanecer no seio da nação portuguesa como uma realidade política equiparada a Portugal.

Persuadido pela brilhante exposição de José Clemente Pereira, o príncipe D. Pedro respondeu de maneira prudente:

"Convencido de que a presença de minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portuguesa, e conhecido que a vontade de algumas províncias assim requer, demorarei a minha saída até que as Cortes e meu Augusto pai e Senhor deliberem a este respeito, com perfeito conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido."

Esta resposta, certamente, não agradaria aos brasileiros. Combinou-se então uma resolução mais genérica e altiva: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto; diga ao povo que fico."

Do Dia do Fico ao Grito do Ipiranga

Após o episódio do Fico (ou da "Ficada", como se dizia na época), agravaram-se as divergências entre o Brasil e Portugal. A Corte de Lisboa, interessadas no imediato restabelecimento das restrições monopolistas do Pacto Colonial, tornaram-se, a partir de então, cada vez mais tirânicas em suas determinações. Para os portugueses a crise econômica que abalava o Reino fora causada pelas medidas econômicas de cunho liberal tomadas por D. João VI, quando de sua estada no Brasil.

Por conseguinte, parecia fundamental anular a liberdade comercial da Colônia, submetendo-a de novo à tutela mercantilista de Portugal.

Por seu turno, os brasileiros -- notadamente as camadas proprietária e mercantil -- não concordavam com a opinião vigente em Lisboa. Aceitariam permanecer ligados a Portugal, desde que fossem assegurados os privilégios adquiridos.

Aos poucos, entretanto, as posições se radicalizaram. Em Portugal, falava-se abertamente em recolonização do nosso país. Paralelamente, no Brasil, a emancipação política surgia aos olhos da liderança política da classe aqui dominante como a única forma viável de manutenção da liberdade econômica.

Como vimos, a 09 de janeiro de 1822, D. Pedro optou pela permanência no Brasil, desobedecendo às determinações de Lisboa. Em represália, no dia 11, o tenente coronel Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares, oficial português encarregado dos regimentos sediados no Rio de Janeiro, assumiu o comando da divisão auxiliadora e ocupou o morro do Castelo, disposto a forçar o embarque do regente para Portugal.

A reação dos brasileiros, insuflados pela propaganda nacionalista, foi imediata.

No dia seguinte, uma multidão de 10.000 pessoas, composta de soldados, milicianos, comerciantes, sacerdotes e até populares, reuniu-se no campo de Santana, pronta para lutar pela permanência de D. Pedro. O oficial português, em vista da superioridade numérica das improvisadas forças do regente, retirou-se para a Praia Grande (Niterói). Até permaneceu um mês, adiando o retorno de seus comandos à Metrópole, conforme exigência feita por D. Pedro. O governo do Rio de Janeiro, irritado com as manobras evasivas de Avilez, preparou uma operação militar, destinada a bloquear, por terra e por mar, as tropas do militar lusitano. Este, temendo a ofensiva brasileira, cedeu, abandonando o Brasil a 15 de fevereiro de 1822.

Enquanto isso, em Portugual, os partidários da recolonização do nosso país, agastados com as atitudes de D. Pedro, determinaram o envio de uma esquadra, sob o comando de Francisco Maximiano de Souza, trazendo as tropas de Antonio Joaquim Rosado, para punir o insubordinado regente. No entanto, este, assessorado por lideranças brasileiras, proibiu o desembarque dos soldados lusitanos e ordenou imediato regresso da flotilha invasora a Portugal.

No plano político, os acontecimentos se precipitaram. A 16 de fevereiro de 1822, D. Pedro convocou o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, cujo objetivo era avaliar a possibilidade de aplicação em nosso país das leis que fossem aprovadas pela Corte.

Pouco depois, a 13 de maio, a maçonaria solicitou a D. Pedro que aceitasse o título de Protetor e Defensor

Perpétuo do Brasil. No dia seguinte, o Ministério chefiado por José Bonifácio de Andrada e Silva, constituído após o Fico determinou que não se desse execução a nenhum decreto proveniente de Lisboa sem o "cumpra-se" do governo brasileiro.

Simultaneamente, os patriotas de orientação liberal, prosseguindo em sua ação em prol de uma emancipação política com reformas sociais e institucionais, fizeram uma enérgica representação a D. Pedro sobre a necessidade de elaborar as Assembléias Geral, Constituinte e Legislativa, cuja finalidade seria elaborar as bases jurídico-político-institucionais sobre as quais se assentaria a independência. A 03 de julho, o regente, apesar da desaprovação do conservador José Bonifácio, expediu o decreto de convocação da referida assembléia.

Progressivamente, no entanto, crescia o número de atitudes e ações extremadas. A cada imposição lusa correspondia uma reação libertária das lideranças políticas brasileiras. Também, no plano interno, a situação era caótica. Na maioria das províncias, as agitações de cunho político eram diárias. No norte, estando no poder os prepostos de Lisboa, a recolonização era uma ameaça constante. Já em Minas Gerais, os políticos nacionalistas e as camadas populares desconfiavam das reais intenções do príncipe regente D. Pedro, por ser ele Bragança e, por conseguinte, herdeiro do trono português.

Por seu turno, a Junta Governativa local, fiel à Metrópole, combatia os patriotas brasileiros, que se declaravam em rebelião, fortificando-se na Vila Cachoeira.

Prontamente, o governo do Rio de Janeiro enviou reforços àquela região. Partiu então para Salvador a esquadra de Rodrigo Antônio de Lamare, levando as tropas do brigadeiro Pedro Alabatut, mercenários francês a serviço do Brasil.

Por toda parte, o panorama era semelhante: inquietação política, motins, revoltas e distúrbios de rua. Contribuindo para agravar a situação, os líderes liberais de orientação mais radical, notadamente Gonçalves Ledo e Clemente Pereira, através da maçonaria e da imprensa, instigavam o regente a tomar atitudes cada vez mais extremistas. Nesse momento, destacou-se como figura política o ministro José Bonifácio. O prócer paulista, liderando as camadas proprietárias, interessadas em impedir que o processo de autonomia política do Brasil provocasse abalos na estrutura econômico-sócio-política aqui reinante, procurou afastar D. Pedro da influência dos liberais. Mais tarde, para fazer frente às lideranças radicais maçônicas da loja do Grande Oriente, José Bonifácio organizaria sua própria sociedade secreta, a Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, também denominada "O Apostolado", da qual fez dirigente, na qualidade de arconte-rei, o próprio príncipe D. Pedro.

Em agosto de 1822, importantes documentos assinalaram o rumo tomado pelos acontecimentos. Em primeiro lugar, um manifesto de autoria de Gonçalves Ledo, dirigido ao povo brasileiro, clamava pela independência imediata. No dia 6, outro documento, este redigido por José Bonifácio e endereçado às "Nações Amigas", criticava as potências estrangeiras que mantivessem suas relações diplomáticas com o Brasil independente.

Na capital portuguesa, os acontecimentos do Rio de Janeiro causavam temores e desencontrados boatos, alguns extremamente alarmistas. Falava-se nas esquinas de Lisboa que o Brasil vivia uma anárquica e violenta revolta de negros contra os brancos. Nos cafés e salões literários, comentava-se que a Coroa britânica deveria ser responsabilizada pela atitude indisciplinada de D. Pedro.

A 28 de agosto de 1822, estando o príncipe regente de viagem a São Paulo e Minas Gerais, onde fora apaziguar os ânimos mais exaltados, chegaram às mãos de José Bonifácio e da Princesa Maria Leopoldina, que presidia a regência na ausência do marido, graves notícias da Metrópole: as Cortes Lisboetas determinavam que D. Pedro permaneceria como regente até a publicação da Constituição portuguesa, mas diretamente subordinado ao rei e às Cortes. Além disso, seria nomeado um novo Ministério, sob orientação de Lisboa, e processado o Gabinete liderado por José Bonifácio, acusado de responsável pela permanência do príncipe em nosso país.

Após o recebimento desse ultimato, Dona Leopoldina reuniu o Conselho de Estado.

Os conselheiros, revoltados com as tirânicas determinações portuguesas, resolveram embargar os fundos aqui existentes da Companhia de Vinhos Douro e, em seguida, tomaram medidas de ordem defensiva, preocupados com um eventual desembarque luso em litoral brasileiro. Simultaneamente, José Bonifácio ordenou que fossem enviadas imediatamente a D. Pedro os decretos recém-chegados.

O regente, retornando de Santos, encontrava-se a caminho de São Paulo, nas proximidades do Ipiranga, quando os emissários do patriarca depararam com sua comitiva. Junto com as notícias vindas de Lisboa havia duas cartas, uma de Dona Leopoldina, outra de José Bonifácio, instando com o príncipe para tomar uma decisão imediata. Testemunhos da época afirmam que o futuro imperador do Brasil declarou rompidas as relações entre o Brasil e o reino europeu. Em seguida, reunindo todos os membros de seu séquito, retirou do chapéu as cores lusitanas, azul e encarnado, atirando-as fora. "Ouviram-se vivas à Independência e a D. Pedro, acrescentando-lhes a divisa que daí por diante seria a do Brasil: Independência ou Morte." (Hélio Viana).

50_23

Primeiro Reinado

GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

A 12 de outubro de 1822, D. Pedro foi aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, sendo coroado a 1º de dezembro.

Proclamada a Independência do Brasil, prevendo o próximo início da luta contra as autoridades provinciais, que continuavam obedecendo ao governo de Lisboa, D. Pedro ordenou a compra de navios no exterior e a contratação de militares que quisessem servir ao nosso império. Imediatamente foram organizados diversos corpos de tropas e preparou-se uma esquadra para levar às províncias os socorros que se fizessem necessários.

Essas medidas eram justificadas pela situação reinante em diversos pontos do território brasileiro. Com efeito, entre outros governos, os da Bahia, Piauí e Cisplatina recusaram-se a acatar a autoridade do Imperador D. Pedro I e de seus ministros.

Guerra da Independência na Bahia

Desde fevereiro de 1822, dominava a Bahia e a respectiva Junta Governativa o brigadeiro Inácio Madeira de Melo, fiel à Coroa portuguesa. No entanto, pronunciou-se contra a Junta Provincial a Câmara de Vila da Cachoeira, que organizou, com apoio de outras populações baianas, uma Junta Conciliatória e de Defesa favorável a D. Pedro, a quem solicitou auxílio.

Imediatamente, o governo do Rio de Janeiro enviou, para auxiliar os patriotas baianos, uma força naval comandada pelo chefe de divisão Rodrigo Antônio De Lamarre, levando, além do brigadeiro Pedro Labatut, francês a serviço do Brasil, mais de duas centenas de soldados, artilharia e munição.

Apenas desembarcando em Maceió, Labatut recebeu os reforços vindos de Pernambuco sob o comando do major José de Barros Falcão de Lacerda. Reunidos todos os patriotas baianos, resolveram cercar por terra a cidade de Salvador, onde Madeira de Melo havia recebido o reforço de mais de mil soldados portugueses e de uma poderosa esquadra comandada por João Félix Pereira de Campos. Dispunham agora as forças reinóis de 8.000 soldados ao passo que as tropas brasileiras não ultrapassavam o total de 5.000 combatentes. Impossibilitadas, por isso de atacá-las diretamente, as forças nacionais iniciaram ampla operação para isolar as tropas de Madeira de Melo de contatos com o interior, dificultando-se assim seu aprovisionamento. Tentando romper o cerco, o oficial português enviou 2.000 homens até Pirajá, onde alcançaram a primeira vitória da guerra.

Enquanto a fome começava a rondar a capital baiana, novos reforços chegavam para ambos os contendores. O batalhão do imperador, liderado pelo coronel José de Lima e Silva, depois Visconde de Majé, que assumira o comando de 2.500 soldados portugueses, engrossou as fileiras de Madeira de Melo.

Em maio de 1823, uma esquadra brasileira dirigida pelo almirante inglês Lord Cochrane apertaria o cerco de Salvador, abatendo o ânimo do inimigo. A 02 de julho, Madeira de Melo, ciente de que não poderia resistir por muito tempo, abandonou a Bahia, embarcando com todas as suas tropas rumo a Portugal.

Guerra da Independência do Piauí

No Piauí, logo que souberam da proclamação da independência, os patriotas da Vila de São João da Paraíba aderiram à causa nacional. Não tardou que, de Oeiras, capital da província, partisse, para combatê-los, o governador português, major João José da Cunha Fidié. Porém, durante sua ausência, na própria cidade de Oeiras, ocorreu outro pronunciamento dos partidários da Independência.

Conseguindo o referido governador dominar a situação também naquela vila, os partidários de D. Pedro recorreram à Junta Governativa do Ceará. Esta determinou que fossem enviados ao Piauí, com reforços, o governador José Pereira Figueiras e seu assessor Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. Apesar de seu valor, os patriotas das duas províncias foram vencidos em Jenipapo, em março de 1823. Entretanto, Fidié não pôde impedir que outras povoações piauienses manifestassem sua adesão ao Império. Finalmente, indo guarnecer a vila maranhense de Caxias, o oficial português acabou sendo aí, encurralado e negociou a paz a 26 de julho de 1823. Enquanto isso, o Piauí passou para as mãos dos partidários da Independência, entre os quais se destacaram Simplício Dias da Silva e Manuel de Sousa Martins.

Guerra da Independência da Província Cisplatina

Em junho de 1822, haviam protestado fidelidade ao governo de Lisboa as tropas lusitanas que, sob o comando de Álvaro da Costa de Souza Machado, guarneciam Montevidéu. Por outro lado, as forças dirigidas pelo tenente-general Carlos Frederico Lecor, então Barão de Laguna, manifestaram a sua adesão ao príncipe D. Pedro.

Álvaro da Costa fortificou-se com suas tropas na Capital cisplatina, enquanto Lecor, cuja tropa era menos numerosa, retirou-se para o interior, ultimando os preparativos para cercar Montevidéu.

Em outubro de 1823, chegava a Cisplatina uma divisão naval brasileira que, após bloquear o rio da Prata, atacou os navios portugueses ali ancorados. Percebendo que não receberia reforços de Portugal, Álvaro da Costa assinou um acordo com as imperiais, estabelecendo condições para a retirada de suas forças rumo a Lisboa.

RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA

Enquanto se processava a Independência no Brasil exerciam grande influência na política européia os princípios da Santa Aliança, acordo estabelecido entre as mais importantes nações do Velho Continente no sentido de defender o colonialismo e combater as idéias liberais.

Ainda em 1822, a Santa Aliança realizara um congresso em Verona, onde fora proposta a recolonização dos países americanos, os quais haviam optado pela emancipação política.

Entretanto, a Inglaterra, sob o governo de Canning, não aderira à Santa Aliança. No tocante à Independência do Brasil, a Grã-Bretanha viu-se pressionada por dois fatores diferentes: por um lado, a Corte de Londres não desejava romper com Portugal, seu tradicional aliado; por outro, não convinha aos ingleses prejudicar o comércio com o Brasil, do qual esperavam auferir lucros extraordinários.

Imediatamente tiveram início entendimentos diplomáticos entre Canning e nosso embaixador em Londres, o marechal Felisberto Caldeira Brant de Oliveira e Horta. Deles resultou a ida a Lisboa do diplomata Charles Stuart, com a missão de convencer D. João VI e seus ministros da inevitabilidade da independência brasileira.

Finalmente, no dia 29 de agosto de 1825, chegava-se a uma solução para o problema do reconhecimento da nossa emancipação política. Portugal e Brasil assinaram um tratado de paz e amizade.

Nosso país, entretanto, deveria pagar ao governo luso a quantia de 2 milhões de libras esterlinas, ficando também D. João VI com o direito de usar o título de imperador do Brasil.

D. PEDRO E A CONSTITUINTE

Ao contrário dos conceitos amplamente difundidos pelos estudiosos ligados à historiografia tradicional, a proclamação da Independência, a 07 de setembro de 1822, não definiu, por si só, a separação entre Brasil e a Metrópole lusitana. Realmente, não se efetivou a emancipação política do Brasil com as atitudes iradas assumidas por D. Pedro, quando do episódio denominado "O Grito do Ipiranga". Na verdade, a autonomia brasileira esteve em perigo mesmo depois daquele gesto do príncipe, e foi em torno desse perigo que giraram as lutas e intrigas políticas que marcaram a vida de nosso país durante o Primeiro Reinado (1822-31).

O ano de 1822 assinalou acontecimentos de importância no que diz respeito à separação entre Brasil e Portugal. Em janeiro daquele ano, o príncipe afirmou que permaneceria no Brasil, contra as ordens das Cortes de Lisboa, que determinavam sua ida para Portugal (episódio do Fico); em fevereiro, as tropas portuguesas foram obrigadas a abandonar o Rio de Janeiro; em setembro, a separação foi afirmada oficialmente pelo príncipe; em outubro, foi ele aclamado Imperador Constitucional; em dezembro, foi coroado. No entanto, todas essas decisões e medidas eram meramente preparatórias. Elas definiram a autonomia política como desejo dos brasileiros e situaram a sua plena efetivação num quadro internacional profundamente marcado pelo antagonismo entre as forças favoráveis e as contraditórias à separação política das colônias do Continente Americano.

Além disso, definiram o sentido da independência de nosso país: o Brasil seria politicamente autônomo, sob o domínio da classe senhorial, proprietária das terras e dos escravos, permanecendo, pois, intocada a

sua estrutura de produção.

Finalmente, os eventos do ano de 1822 definiram também a situação política da nação recém-independente: o Brasil seria governado por um príncipe, a quem foi dado o título de Imperador, ligado a Portugal por ser aí nascido filho de seu soberano e herdeiro de seu trono.

Todos esses vínculos de D. Pedro com Portugal tiveram, como veremos, significação muito séria, colocando em posição de desconfiança, no país recém-autônomo, o seu próprio governante. Os brasileiros temiam que, confundindo-se na mesma pessoa o governante brasileiro e o futuro governante português, surgisse eventualmente a emergência da opção ou da solução de unir os dois países sob o mesmo mandatário, o que quebraria o sentido da autonomia.

No sentido internacional, as forças reacionárias (ligadas aos restos do modo feudal de produção, ainda existente na Europa) contrárias à autonomia do Brasil e favoráveis ao restabelecimento do domínio luso, opunham-se às forças que defendiam a autonomia brasileira, mas a desejavam realizada sob a égide de um regime político monárquico. Com efeito, para essas forças, destacando-se a burguesia industrial britânica, temerosas de uma radicalização de cunho popular do processo da independência do Brasil, a monarquia significava a certeza de que a emancipação política de nosso país seria completada sem alterações sociais profundas.

Os aspectos sociais externos do problema ficaram bem evidenciados nas negociações para o reconhecimento da autonomia brasileira pelas nações européias. Os aspectos internos ficaram claros no conflito, iniciado logo após a autonomia, entre a classe senhorial -- que queria preservar nossa estrutura social vigente -- e as classes populares, cujas manifestações políticas tinham sido contidas durante todo o período colonial e pretendiam, agora, além da separação política, reformas de caráter social e, alguns, até a própria mudança do regime.

Apesar da existência dessa grave dissensão no interior do organismo social brasileiro, um ponto de vista era comum a todas as lideranças políticas da época, quer radicais, quer conservadoras: a desconfiança em relação ao Imperador Constitucional, pela ambigüidade de sua posição.

Proclamada a Independência, os antagonistas presentes no corpo social do Brasil (autonomistas versus lusitanófilos e conservadores versus liberais reformistas ou revolucionários) geraram prolongados e sangrentos conflitos, que se estenderam por todo o Primeiro Reinado e pela Regência (1831 - 1840). O ano de 1823, a rigor o primeiro de nossa vida autônoma, marcou o início de todas essas lutas. (Veja no quadro a seguir como se dispunham as forças políticas antagônicas e os interesses que elas representavam).

Logo após a proclamação da Independência do Brasil em São Paulo, D. Pedro regressou ao Rio de Janeiro, onde foram tomadas as primeiras providências relativas à nova situação política vivida pelo país. A 18 de setembro de 1822, eram estabelecidas as novas armas, escudos e bandeira do Brasil.

Em seguida, concedeu-se anistia a todas as pessoas envolvidas em questões políticas, excluindo-se, porém, os acusados que já estivessem presos e sob processo. Pouco depois, entre o conservador José Bonifácio, chefe do Ministério e direto colaborador de D. Pedro, e os líderes liberais reformistas (quase todos maçons), surgiram sérias divergências, por estes desejarem que no momento da aclamação do imperador também fosse jurada a Constituição, para cuja elaboração fora convocada uma Assembléia. Nesse episódio, entretanto, prevaleceu a opinião do ministro.

Dias depois da aclamação de D. Pedro como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, realizada a 12 de outubro, no Campo Santana, chegaram a ponto crítico as relações de José Bonifácio com outros promotores da Independência, acusados pelo Patriarca de conspirarem contra as instituições políticas então vigentes. Prontamente desejosos de um ambiente de autoridade , para consolidar a emancipação política do Brasil sem o risco de alterações profundas na estrutura sócio-econômica da nação, o ministro deu início à repressão aos liberais reformistas. Inicialmente, foi suspenso o Jornal Correio do Rio de Janeiro, cujo redator, líder radical João Soares Lisboa, teve ordem de deixar o país. Em seguida, influenciado por José Bonifácio, o imperador suspendeu os trabalhos das lojas maçônicas, tradicional reduto de intelectuais liberais, ordenando, também, a realização de uma rigorosa devassa em São Paulo, onde deveriam ser presos os adversários do político santista.

Agrupamento Político	Setores Sociais Representados	Posição Ideológica
Ala ou Facção Conservadora do "Partido Brasileiro	Camada Proprietária (rural e urbana)	Pró-autonomia Anti-reformista Contra-revolucionária
Ala ou Facção Liberal do Partido Brasileiro	Camadas Médias Urbanas Camadas Populares Setores Progressistas da amada Proletária	Pro-autonomia Pró-reformas sociais Pró-alterações no regime político

"Partido Português	Comerciantes Lusos Oficiais de Origem Portuguesa Assessores Políticos de D. Pedro	Anti-autonomia Anti-reformas

Surgindo protestos contra essas medidas, D. Pedro resolveu permitir que ficasse no país aquele jornalista e que continuassem as atividades de maçonaria. Em consequência disso, José Bonifácio e seu irmão Martins Francisco exoneraram-se imediatamente do Ministério. A crise durou alguns dias, permitindo aos adeptos dos Andradas realizarem manifestações em prol da recondução destes ao poder. Assim foi feito e, a 30 de outubro de 1822, era recomposto o Gabinete.

Politicamente vitorioso, José Bonifácio mandou proceder a um rigoroso inquérito, prendendo todos os apontados como conspiradores liberais. Prontamente reprimiu as atividades da maçonaria, efetuando-se, então inúmeras prisões, entre as quais de José Clemente Pereira e do padre Januário da Cunha Barbosa, pouco depois deportados para a França. Joaquim Gonçalves Ledo, outro acusado, refugiou-se em São Paulo, de onde conseguiu escapar para Buenos Aires, graças à proteção do Cônsul da Suécia.

Afastados, assim, os liberais ligados ao movimento da Independência, em abril de 1823, realizou-se a reunião preparatória da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, que seria definitivamente instalada a 03 de março. José Bonifácio elegeu-se, nesse mês, vice-presidente da referida assembléia e, em junho, presidente. Em julho, porém, o prestígio do ministro foi severamente abalado, pois, além disso, seus adversários, agora membros da Assembléia, procuraram envolvê-lo no espancamento sofrido pelo jornalista Luís Augusto May, redator do picante periódico "A Malagueta".

Aproveitando-se de um acidente sofrido pelo imperador, que o deixou acamado, muitas pessoas que o visitaram queixaram-se dos Andradas. Começava, dessa maneira, a conspiração dos adversários da autonomia do Brasil contra o Patriarca.

Por fim, com a absolvição de alguns inimigos políticos de José Bonifácio no Rio de Janeiro e a anistia concedida pelo imperador aos envolvidos numa bernarda (complô) contra o ministro em São Paulo, os Andradas, desprestigiados, exoneraram-se do gabinete. Simultaneamente, D. Pedro, cada vez mais influenciado pelos componentes do Partido Português, fechou o apostolado ou a Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, a sociedade secreta fundada por José Bonifácio. Imediatamente, os Andradas, através dos jornais *Tamoio e Sentinela da Liberdade à Beira-Mar da Pria Grande, passaram para o lado da militância oposicionista*.

Desde 03 de junho de 1822 -- antes portanto da própria Independência do Brasil -- fora convocada uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa para o nosso país. Entretanto, os acontecimentos ligados ao processo de autonomia e à Guerra da Independência atrasaram a instalação da Constituinte. Finalmente, em abril de 1823, chegaram ao Rio de Janeiro deputados em número suficiente para o início dos trabalhos, solenemente inaugurados a 03 de maio.

A Ação Legislativa da Assembléia

Com a finalidade de elaborar as leis ordinárias de que o país necessitava, além da Constituição, inúmeros foram os projetos apresentados à Assembléia. Um deles, de autoria de Muniz de Tavares, provocou vivas discussões. Esse projeto autorizava o governo a expulsar do país todos os indivíduos que não tivessem demonstrado sua adesão à causa da emancipação política brasileira. Dessa maneira, durante os trabalhos legislativos e constituinte da Assembléia de 1823, tiveram início de forma aberta e pública, os conflitos entre os membros do Partido Brasileiro e do Partido Português. Além do projeto de Muniz Tavares, destacaram-se as seguintes proposições: concessão de uma anistia geral , extinção do Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias, reorganização dos governos provinciais segundo os cânones do federalismo, e suspensão do alvará que proibira o funcionamento das sociedades secretas. Entretanto, em todos os deputados estava presente a finalidade principal da Assembléia: "a elaboração da Carta Constitucional".

A fim de preparar um anteprojeto da Constituição, designou-se uma comissão composta de seis elementos: Antonio Carlos, José Bonifácio, Manuel Ferreira da Câmara, Antônio Luís Pereira da Cunha, Pedro de Araújo e Francisco Muniz Tavares. Antonio Carlos, presidente da comissão, recebeu, depois de algum tempo, os trabalhos preparados por não serem originais, mas adaptados das Constituições portuguesa e espanhola. Por esse motivo, ficou Antonio Carlos encarregado de preparar outro texto, o que foi feito no curto prazo de quinze dias. Apresentado em setembro, somente então começou a sua tarefa específica.

A Constituição da Mandioca

O projeto de Antônio Carlos, composto de 272 artigos,era um código constitucional liberal e relativamente jacobino (antilusitano), calcado em idéias de tratadistas estrangeiros, principalmente as expressas por Benjamim Constant, em seu *Cours de Politique Constitutionelle*. Uma característica curiosa do texto de Antônio Carlos era a de conferir aos cidadãos o direito de eleger ou ser eleito, de acordo com seu poder aquisitivo, tomando como base de cálculo uma mercadoria de consumo corrente em nosso país: a farinha de mandioca. Assim para que alguém pudesse ser eleitor de paróquia ou de província, deputado ou senador, seria necessário que possuísse renda líquida anual correspondente ao valor de 150, 250, 500 ou 1.000 alqueires de mandioca. *"Tão estranha e pitoresca exigência despertou a veia humorística do povo, donde logo partiu o apelido destinado a ferir de ridícula Constituição da Mandioca" (Tobias Barreto).*

Entretanto, a inexperiência legislativa da maioria dos deputados e a agitação política fizeram com que até novembro de 1823, quando foi dissolvida a Constituinte, somente 24 artigos do longo projeto de Antônio Carlos tivessem sido discutidos.

A Noite da Agonia

Antes da saída dos Andradas do primeiro Ministério Imperial, já alguns incidentes haviam repercutido na Assembléia. O espancamento do jornalista Luís Augusto May foi um deles. Com efeito, no próprio recinto da Constituinte, Antônio Carlos quase agrediu o deputado Carneiro da Cunha que havia protestado contra aquele fato. Com a exoneração de Antônio Carlos e de seu irmão Martim Francisco, tornou-se mais acentuada a oposição de alguns deputados ao governo e ao próprio imperador. Além disso, extramuros, a imprensa oposicionista, notadamente a de orientação andradista, tornou-se bastante ativa. O Tamoio e O Sentinela à Beira-Mar da Praia Grande publicaram assinados com o pseudônimo de "Um brasileiro oculto" contra os oficiais portugueses. Estes reagiram espancando David Pamplona, apontado como autor dos referidos artigos.

A agressão contra Pamplona transformou-se em grave caso político. Rapidamente, na própria Assembléia, agravaram-se as divergências entre os partidários da consolidação da Independência e os componentes do Partido Português, agora assessorando D. Pedro. A sessão da Constituinte do dia 10 de novembro foi tão agitada que seu presidente, João Severiano Maciel da Costa, suspendeu-a, adiando os trabalhos para o dia seguinte.

A 11 de novembro, D. Pedro enviou à Assembléia uma mensagem, exigindo-lhe satisfação aos oficiais lusitanos. Os deputados perceberam que a Constituinte estava ameaçada. Por proposta de Antônio Carlos a Assembléia declarou-se em sessão permanente e nela ficaram os constituintes durante toda a noite do dia 11, denominada "A noite da Agonia". Na manhã seguinte, por ordem do imperador, as tropas acampadas em São Cristóvão dissolveram a Constituinte, prendendo, em seguida, diversos deputados da oposição, entre os quais Antônio Carlos.

A CONSTITUIÇÃO DE 1824

Dissolvida a Constituinte em consequência do agravamento das hostilidades entre a ala dos brasileiros e a facção portuguesa,o imperador criou um Conselho de Estado com dez membros, todos brasileiros de nascimento, entregou o governo das províncias a elementos ambientados em cada uma pondo termo ao regime das Juntas Provinciais, e determinou a elaboração de uma Constituição que ele outorgou ao país.

Era o imperador a fazer algumas concessões, porém todas formais. Assim, obrigava-se a recrutar, entre brasileiros, o Conselho de Estado (quando o essencial estava na Constituição e nos poderes dados ao próprio imperador) e a fazer da Constituição (quando o essencial estava no fato de a Carta ser outorgada e, mais do que isso, no fato de que as garantias de liberdades públicas eram amplas na letra e restritas na realidade).

Prescrevia a Constituição outorgada a 25 de março de 1824, realmente, a inviolabilidade do lar, o sigilo da correspondência, a livre locomoção, vedando a prisão sem culpa formada, determinando a liberdade de pensamento, de reunião e de petição. O documento repousava em três princípios:

- nenhum cidadão poderia ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.
- as disposições das leis não teriam nenhum efeito retroativo.
- nenhuma lei seria estabelecida sem utilidade pública.

A Constituição de 1824 instituía como poderes da nação o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Moderador, sendo o exercício dos três primeiros considerado como expressão de delegação popular, cabendo a legitimação e também o exercício do Poder Moderador ao próprio imperador. Entretanto, a Carta limitava extremamente a consulta eleitoral, vetando direito de voto aos não-católicos, aos administradores de fazendas e fábricas, aos religiosos e a todos os que tivessem renda anual inferior a 100.000 réis por bens de raiz, indústria comércio, ou emprego.

As forças militares dividiam-se em três linhas: o Exército, destinado a manter as fronteiras; as milícias, destinadas a manter a ordem pública e as guardas policiais, destinadas à segurança do Estado. Sé em caso de guerra ou revolução podiam ser afastados de suas áreas ou da missão específica que a Carta Magna lhes impunha. Nas milícias, fixadas em cada área geográfica, os oficiais eram eletivos menos os majores e os ajudantes. A predominância das milícias era evidente e clara a desimportância do Exército. Mesmo assim, a este se determinava que fosse "essencialmente obediente", que não se reunisse jamais sem ordem da autoridade constituída. Ficavam asseguradas as patentes dos oficiais, os quais só as perderiam por sentença passado em julgado no Juízo competente.

Os poderes conferidos ao imperador, ao contrário do que pretendia o projeto de Antônio Carlos durante a Constituinte, eram os mais amplos, incluindo o de dissolver a Câmara, pois o monarca representava o Poder Moderador e competia ainda a ele escolher e demitir os membros do Conselho de Estado. A Constituição foi outorgada ao país, para que fossem ouvidas as autoridades locais, mas não houve tempo suficiente para isso. Câmaras locais, como as de Itu e Salvador, impugnaram inutilmente, alguns pontos.

A luta entre as forças que encontravam condições para emergir e desenvolver atividades políticas generalizou-se por todo o país, assumindo formas particulares em cada caso. A preocupação geral, entretanto, era a autonomia e a profundidade que atingiria inevitável reforma da estrutura brasileira, pelo menos a política, uma vez que se tratava agora de constituir o Estado autônomo. O golpe da dissolução da Constituinte teve, assim, repercussão em todo o território nacional. Os que haviam sido escolhidos representantes das províncias viram-se destituídos de suas funções. Ficava claro que se negava aos brasileiros o direito de elaborar suas próprias leis, depois de terem sido eles convidados a escolher os seus representantes para isso. Iniciava-se o aprofundamento da separação entre o imperador e largas camadas de opinião, que o haviam aceito como governante.

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824)

A dissolução da Assembléia Constituinte pelo imperador não provocou reações populares no Rio de Janeiro e demais províncias do sul do país. Pernambuco, entretanto, era um importante foco de liberalismo e possuía uma tradição revolucionária, forjada na luta pela expulsão dos holandeses, que se manteve viva até os primeiros momentos da pós-independência.

Com efeito, alguns deputados da Constituinte dissolvida, ao retornarem a Pernambuco, publicaram um severo manifesto contra a atitude do imperador. Além disso, fora eleito presidente da província Manuel de Carvalho Pais de Andrade, antigo chefe revolucionário de 1817 -- que escapara à pena de morte, refugiando-se nos Estados Unidos -- a quem eram atribuídas tendências liberais e republicanas.

Contrariado com a eleição de Manuel Pais de Andrade, o imperador nomeou para presidir a Junta do Governo de Pernambuco o Morgado do Cabo, Francisco Pais Barreto, futuro Marquês do Recife, político plenamente identificado com a Monarquia e disposto a apoiar a tendência absolutista de D. Pedro I. Entretanto, Manuel Pais de Andrade e seus seguidores recusaram-se a dar posse a Pais Barreto, sob o pretexto de esperar a resposta à representação contra a escolha do imperador, enviada ao Rio de Janeiro.

Imediatamente, a favor do Morgado do Cabo pronunciaram-se alguns oficiais do Recife, que chegaram a prender temporariamente Manuel Pais de Andrade. Em seguida, os partidários de Pais Barreto retiraram-se da capital para o sul da província, onde receberiam o apoio de uma pequena divisão naval, comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra, John Taylor.

Procurando contornar a grave situação surgida em Pernambuco, D. Pedro I nomeou um terceiro governante para a província: José Carlos Mayrinck da Silva Ferrão que, cedendo à pressão dos correligionários de Manuel Pais de Andrade, deixou de tomar posse. Disposto a lançar-se definitivamente à luta, Pais de Andrade proclamou, a 02 de julho de 1824, a Confederação do Equador, que visava desprezar as "instituições oligárquicas, só cabidas na encanecida Europa e incorporar o nosso país ao sistema americano". Nesse sentido, o governo revolucionário, após adotar provisoriamente a Constituição Colombiana, despachou vários emissários às demais províncias nordestinas, a fim de obter adesão à causa pernambucana.

No Rio de Janeiro foram tomadas severas medidas contra a insurreição; o governo imperial, após promulgar um decreto suspendendo as garantias constitucionais em Pernambuco, enviou uma forte expedição, sob o comando de Lord Cochrane, na parte naval, e do brigadeiro Francisco Lima e Silva, na parte militar, para atacar a província rebelde.

Após desembarcar as tropas de Lima e Silva em Alagoas, onde se juntariam às forças do Morgado do Cabo, formando o Exército Cooperador da Boa Ordem, Cochrane iniciou o bloqueio naval do Recife. Inicialmente, o almirante tentou, através de proclamações ao povo e ao governo revolucionário, convencê-los das vantagens de uma solução pacífica. Não o conseguindo, ordenou o bombardeio do porto de Recife.

Paralelamente, as tropas desembarcadas em Maceió aproximaram-se da capital de Pernambuco, ocupando os bairros de São José e Santo Antônio, de onde passaram a atacar, de 12 a 17 de setembro, o centro de Recife, até vencerem completamente os insurretos, que, então, se retiraram para Olinda, seu último reduto

em Pernambuco.

Imediatamente, foram estabelecidas, entre a Câmara de Olinda e Lima e Silva, negociações para a paz, sob a condição de total esquecimento e anistia a oficiais inferiores e soldados, executando os cabeças da rebelião, cuja sorte seria decidida pelo imperador. Manuel de Carvalho Pais de Andrade, vendo-se batido, refugiou-se na corveta inglesa Tweed, enquanto frei Caneca e o resto das tropas da Confederação do Equador retiravam-se para o norte, concentrando-se em Goiana. Perseguidos pelas forças governamentais, foram finalmente vencidos em Fazenda do Jiz, onde Caneca foi aprisionado.

Restabelecida a ordem governamental em Pernambuco, frei Caneca foi fuzilado junto à forca, no Recife, por terem os carrascos se recusado a enforcá-lo, mesmo sob ameaças de espancamento. Em seguida, tendo D. Pedro recusado anistia, outros sete envolvidos foram condenados à pena capital: o capitão Lázaro de Souza Fontes, Antônio de Macário de Morais, o major Agostinho Bezerra Cavalcanti e Souza, o capitão Antônio de Monte Oliveira, o tenente Nicolau Martins Pereira, Francisco Antônio Fragoso e o norte-americano James Heide Rodgers. Simultaneamente, no Rio de Janeiro, para onde tinham sido enviados, foram executados o português João Guilherme Ratcliff, o maltês João Metrocich e o pernambucano Joaquim Loureiro, este último comandante da pequena esquadra da Confederação.

Assumiram grandes proporções no Ceará os acontecimentos revolucionários de 1824: em represália à dissolução da Constituinte, as Câmaras de Campo Maior de Quixeramobim e Icó declararam deposto o imperador; a própria Junta do Governo da província manifestou-se contrária à atitude do governo imperial sem com ele, entretanto, romper.

Em abril de 1824, contribuiu ainda mais para agravar a crise a chegada a Fortaleza do presidente nomeado para a província, Pedro José da Costa Barros. Apesar da incerteza reinante, conseguiu assumir o cargo, mas nele pouco permaneceu, pois José Pereira Filgueiras e Tristão de Alencar Araripe, intimamente ligados a Manoel de Carvalho Pais de Andrade, depuseram-no mediante um golpe. A 26 de agosto, o Ceará tornava-se parte integrante da Confederação do Equador.

Prontamente, o Governo Provisório convocou uma Assembléia Constituinte. Entretanto, os partidários de D. Pedro I concentrados no interior reagiram contra os insurretos. Para combatê-los, Filgueiras e Araripe seguiram, respectivamente, rumo ao interior da Paraíba e Vale do Jaguaribe, deixando à testa do Governo Revolucionário José Félix de Azevedo e Sá. Este, fraco e covarde, ao ver chegarem a Fortaleza duas naus comandadas por Cochrane, apressou-se em içar na cidade a Bandeira do Império e aclamar o nome do imperador, solicitando, ao mesmo tempo, perdão para aqueles que, "enganados, haviam aderido ao movimento".

Araripe, vencido em Santa Rosa entre o Jaguaribe e seu afluente Riachão foi assassinado por seus partidários quando se retirava. Filgueiras, ao saber do ocorrido, depôs as armas e entregou-se em Icó, vindo a falecer quando viajava preso para o Rio de Janeiro. Restabelecido o domínio absoluto da autoridade do governo central, Costa Barros foi reposto no cargo de governador, assumindo o comando militar da província o coronel-engenheiro Conrado Jacob Niemeyer. Este, após pacificar o interior, presidiu a Comissão Militar encarregada de castigar os cabeças da insurreição. Oito insurretos foram condenados à morte, sendo executados cinco deles.

A CRISE DO PRIMEIRO REINADO E A ABDICAÇÃO DO IMPERADOR

A popularidade de D. Pedro I foi gradualmente diminuindo, concorrendo para isso as seguintes causas:

A sucessão ao trono português-- sério motivo de desentendimento entre D. Pedro e os brasileiros, foi o interesse por ele dedicado à questão dinástica surgida com a morte de D. João VI, em 1826. Proclamado rei de Portugal, o imperador, apenas por alguns dias aceitou a coroa de seus antepassados, preferindo renunciar em favor de sua filha D. Maria da Glória. Sendo esta uma criança, estabeleceu-se que ela se casaria com D. Miguel, irmão de D. Pedro, que governaria a nação portuguesa provisoriamente como regente. Entretanto, o infante Miguel fez-se aclamar, a 15 de julho de 1828, rei absoluto em detrimento dos direitos da princesa Maria da Glória, que retornaria ao Brasil, sem ser desposada. Prontamente, diplomatas brasileiros envolveram-se na questão. Além disso, o próprio monarca, em 1829, dispôs-se a ir à Europa, com a finalidade de obter uma solução para o conflito. A preocupação que esse problema dinástico trazia ao imperador era encarado no Brasil como de alheamento à situação nacional. Criticava-se também a intervenção dos representantes diplomáticos brasileiros à pessoa do soberano. Em suma, os acontecimentos relacionados com a sucessão portuguesa, obrigando D. Pedro a voltar sua atenção para assuntos ligados a sua antiga pátria, agravaram as desconfianças nativas contra o imperador.

- a escandalosa vida particular do imperador (desgastava-se também D. Pedro em virtude de suas notórias ligações com Dona Domitila de Castro a quem agraciara com o título de Marquesa de Santos).
- a impulsiva atuação de D. Pedro pela imprensa -- o imperador, que desde 1822 colaborava secretamente em jornais, ao ver-se diante de uma severa oposição, não poupou críticas impressas

àqueles que julgava seus desafetos. Fazia-o também por intermédio de seu secretário particular e amigo íntimo, o conselheiro Francisco Gomes da Silva, apelidado "o Chalaça", homem de pouca instrução e famoso por suas intrigas e vida irregular.

- o reaparecimento do sentimento liberal e do espírito nativista -- nos últimos momentos do Primeiro Reinado, falava-se nos círculos políticos da existência de uma sociedade secreta, as "Colunas do Trono", não-oficialmente autorizada pelo imperador, cujo objetivo seria a manutenção do absolutismo monárquico. Para combatê-la, criou-se uma outra denominada "Jardineira ou Carpinteiro de São José", com sede no Rio de Janeiro e ramificada nas províncias, da qual faziam parte políticos, jornalistas e militares.

Como vimos a Constituinte revelara a existência de dois "partidos" ou facções políticas, a dos brasileiros e dos portugueses, isto é, a dos que esposavam o nativismo, poupando ou não a figura do imperador, e a dos que desejavam o retorno à situação de subordinação a Portugal, ou quando menos, de união com a antiga Metrópole. O "partido dos brasileiros", entretanto, crescera com a dissolução da referida Assembléia Constituinte, revitalizara-se com a rebeldia dos confederados do Equador e ficara mesmo engrandecido com a derrota dos rebeldes, não apenas pelo que defendiam, como também pelas lições de heroísmo que seus mártires legaram. O descontentamento com o governo central crescia a cada momento e a própria pessoa do imperador era agora envolvida nos ataques e no ânimo da população politicamente ativa.

O ano de 1825 começou com o bárbaro fuzilamento de frei Caneca e terminou com a campanha para a manutenção da Cisplatina, que viria exigir novos sacrifícios de ordem material e de sangue. O processo de recrutamento então utilizado era selvagem e gerava inquietações.

Na primeira legislatura da Assembléia, finalmente eleita e instalada em 1826, repercutiram os males políticos de então, quando a morte de D. João VI forçou D. Pedro a realizar a opção pró-Brasil, abdicando de seus direitos ao trono luso, o que não significou, como já ressaltamos, seu distanciamento dos problemas portugueses. Na primeira legislatura, a facção conservadora era predominante na Assembléia, eleita ainda sob os efeitos da duríssima repressão levada a efeito contra os confederados nordestinos. No entanto, a presença e a atividade de alguns parlamentares liberais, que encarnavam as melhores aspirações do povo brasileiro, permitiram o surgimento, no próprio recinto da Assembléia, de protestos e descontentamentos.

A maioria desses protestos decorreu do modo de recrutamento para a guerra no sul. Esse conflito, de que resultou a perda da Cisplatina -- luta inglória e impopular --, ensejou toda sorte de violências e humilhações aos recrutas brasileiros, causando em 1826 intensa indignação. Foram discursos veementes, em que se salientaram Cunha Matos, Costa Aguiar, Teixeira de Gouveia, Paula Souza e José Custódio Dias.

Este último, dotado de temperamento teatral, disse, em discurso patético que "diante dos ossos carcomidos de nossos soldados, haveriam de tremer os malvados, os perversos governantes". O deputado Pereira de Vasconcelos, não menos caloroso, queria que o procedimento da Câmara, para ser eficaz, tivesse forma adequada. Para isso, propunha que se pedisse informações aos governos, aduzindo que em todo o país o recrutamento se fazia de modo desumano e brutal. Queria elementos seguros para uma ação judicial regular contra o ministro da Guerra. Queria que, por lei, se suspendesse o recrutamento em todas as províncias da nação brasileira. Apesar da oposição do Legislativo, a Campanha Cisplatina arrastou-se. Em fevereiro de 1827, com o combate do Passo do Rosário, verificou-se a impossibilidade de solução da questão sulina pela força. Mas a paz só seria assinada em agosto de 1828.

O ambiente sócio-político, com o passar dos anos e o progressivo agravamento da situação, era, pois, de tormenta. As desordens constantes traziam a população de sobressalto. Logo, a anarquia atingiria a área militar. Entrementes, imigrantes irlandeses, ludibriados por falsas promessas de patentes militares no Exército brasileiro, haviam chegado ao Rio de Janeiro. Nada se prepara para recebê-los e o recurso foi atirá-los, famintos e maltrapilhos, nos quartéis da rua dos Barbonos. O estado de degradação a que chegaram, tornou-os semelhantes aos africanos ao desembarcarem da longa travessia atlântica. Muitos deles conseguiram assentar praça, outros viviam a pedir esmolas. Era, por conseguinte, bem precário o espírito de disciplina dos batalhões estrangeiros que o gosto militarista de D. Pedro e as exigências da manutenção da ordem no Império haviam criado. Em razão disso, eclodiu uma revolta no batalhão alemão, que recebeu adesão de mais corpos militares alienígenas. Durante cinco dias, de 09 a 13 de junho de 1828, o Rio viveu em sobressalto. Nessa ocasião, Evaristo da Veiga, no jornal Aurora Fluminense, protestaria: "desgraçado do povo do Brasil, que sofre o jugo do estrangeiro".

A inquietação reinante era traduzida pela imprensa. Surgiram os atentados a jornalistas, aos "pasquineiros", homens de pena virulenta, que não trepidavam diante de acusação alguma. Em agosto de 1829, Luís Augusto May, redator do órgão liberal *A Malagueta, sofreu covarde agressão a mando do governo. Diante dessas violências, os jornais -- salvo os que dependiam do Estado -- intensificaram os protestos. Em 1830, surgiu* ***O Repúblico****, folha de Antônio Borges da Fonseca, a mais conhecida de quantas lançou o notório agitador. Clamando contra o regime opressor, Borges foi processado em 1831, por pregar o federalismo. Sua absolvição marcou o desencadeamento dos acontecimentos finais do Primeiro Reinado, pressagiando a abdicação de Sete de Abril.*

As campanhas da imprensa, por outro lado, contribuíram, ainda mais, para agravar a situação. Tudo prenunciava mudanças políticas. Tudo anunciava o fim do absolutismo de D.Pedro.

Afastavam-se do trono, pouco a pouco, as forças sócio-político-conservadoras que dele pretendiam fazer o escudo contra as alterações econômicas, sociais e políticas que o processo da independência tornava imperativas. A monarquia foi o expediente político de que se valeram as classes dominantes para frustrar quaisquer alterações na estrutura do país, limitando-se o desenvolvimento político à simples autonomia. A princípio, D. Pedro serviu-se da instabilidade de seu caráter, de seu personalismo e de sua conduta irregular. Desgastou-se profundamente, tornando-se inútil para servir aos propósitos conservadores da classe dominante que empreendera a independência do Brasil.

O Primeiro Reinado caracterizou-se por uma constante instabilidade política e social. A terrível reação de D. Pedro I contra os revolucionários da Confederação do Equador afastara dele até os liberais moderados e mais acentuado se tornaria o isolamento político do imperador depois dos desastres militares na guerra do sul, dos levantes dos batalhões estrangeiros, dos escândalos de sua vida amorosa e, fundamentalmente, a partir do momento em que passou a sofrer a influência de áulicos portugueses. Em 1829, uma corrente liberal exigente reacendia as paixões nativistas e reivindicava seu direito de intervir na direção do país. Muita gente começava a achar que a independência do Brasil, com um príncipe português no trono, fora um grande equívoco.

As notícias chegadas da França, sobre a revolução de caráter liberal que destronara Carlos X, tiveram grande repercussão nos meios políticos do Brasil. Em consequência, diversas foram as manifestações de solidariedade aos revolucionários franceses. Por esse motivo, centenas de pessoas foram encarceradas. O jornalista italiano Líbero Badaró, que protestara contra essas prisões, alguns dias depois foi assassinado. Acusou-se imediatamente o governo como mandatário do crime e Badaró passou a ser considerado mártir da liberdade.

Com a finalidade de recuperar o prestígio perdido, D. Pedro empreendeu, em fins de 1830, uma viagem a Minas Gerais. Foi, entretanto, recebido com extrema frieza. Em Ouro Preto, sabedor das Campanhas contra ele realizadas pela imprensa oposicionista o imperador resolveu condenar a liberdade de expressão, em uma proclamação que revelava bem a crise política que o envolvia: "Existe um partido desorganizado que, aproveitando-se das circunstâncias puramente peculiares à França, pretende iludir o povo brasileiro contra o governo, a fim de representar no Brasil cenas de horror e de luto, com o intento de empolgar empregos e saciar suas vinganças e paixões particulares, a despeito do bem da Pátria a que não atendem aqueles que tem traçado o plano revolucionário".

No Rio de Janeiro, os partidários do imperador, notadamente comerciantes portugueses, preparavam-lhe manifestações de apoio por ocasião de seu regresso de Minas Gerais. Surgiram então numerosos incidentes de rua entre brasileiros exaltados e os "corcundas", denominação dada aos cidadãos reinóis. Os nacionais, irritados com as fogueiras acessas pelos portugueses, procuraram apagá-las. Em seguida, passaram a atacar as lojas dos lusitanos, que as defendiam com garrafas vazias. Daí resultou a designação de "Noite das Garrafadas" dada às agitações de 12, 13 e 14 de março de 1831.

Os distúrbios provocaram imensa repercussão. Na Chácara da Floresta, localizada no morro do Castelo, residência do deputado José Custódio Dias, reuniram-se 23 deputados e um senador, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, com a finalidade de redigir um enérgico manifesto, expondo a crise política do ponto de vista dos brasileiros. Além disso, os signatários da severa representação protestavam contras as ameaças de prisão feitas aos brasileiros e exigiam a punição dos portugueses responsáveis pelas *garrafadas.*

Tentando apaziguar os ânimos, D. Pedro resolveu nomear, a 19 de março, um novo Ministério, composto exclusivamente de elementos ligados ao partido brasileiro. Pouco depois, a 25 do mesmo mês, procurando demonstrar ainda melhor a sua boa vontade em atender aos desejos dos nacionais, compareceu a uma cerimônia religiosa, comemorativa do sétimo aniversário da Constituição. Aí, na Igreja de São Francisco de Paula, o imperador sentiu pela última vez o carinho e o respeito dos brasileiros.

Entretanto, novos distúrbios ocorreriam no dia 04 de abril, aniversário da princesa Maria da Glória. Prevendo manifestações populares, D. Pedro determinara aos ministros que as proibissem, a fim de serem evitados novos conflitos. Não o fizeram e, em consequência, foram exonerados e substituídos por um novo gabinete. Este, composto de antigas figuras do Império, subservientes à vontade do monarca, foi logo apelidado de "Ministério dos Marqueses". Esse ato imperial deu início à insurreição que vinha sendo preparada. Na manhã do dia 6, espalhou-se a notícia da substituição do gabinete a 19 de março e mais de 2.000 pessoas reuniram-se no Campo de Santana, exigindo a demissão do Ministério dos Marqueses. Imediatamente, três "juízes de paz" foram, na qualidade de emissários da grande concentração popular, ao Paço de São Cristóvão pedir a reforma ministerial. D. Pedro recusou-a em termos enérgicos. Tendo em mãos um exemplar da Constituição, leu aos magistrados o artigo que lhe facultava nomear e destituir ministros livremente.

A intransigência do imperador exacerbou os ânimos dos brasileiros. A situação se tornaria mais grave com a concentração popular no Campo de Santana, para onde se dirigia também a tropa de guarnição do Rio de Janeiro, sob o comando do brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Então, vendo-se sem apoio militar, D. Pedro I, na madrugada do dia 07 de abril de 1831, entregou ao major Miguel de Frias o ato de sua renúncia ao trono, em favor de seu filho, o príncipe D. Pedro de Alcântara.

Ainda na manhã do dia 07, deixando o futuro Pedro II sob os cuidados de José Bonifácio de Andrade e Silva, D. Pedro I embarcou no navio inglês Warspite, onde permaneceu quatro dias, passando depois para a Fragata Volage, que partiu do Rio de Janeiro a 13 de abril de 1831.

51_20

PERÍODO REGENCIAL

ASPECTOS ESTRUTURAIS E FACÇÕES POLÍTICAS

Partido	Clube Político	Ideologia e Programa
MODERADOS "chimangos"	Sociedade defensora da liberdade e da Independência nacional.	*Direita Moderada* ● pró-latifundiários ● unitaristas ● monarquistas ● favoráveis à preservação do "status quo"
EXALTADOS "farroupilhas" ou "jurujubas"	Sociedade Federal	*Esquerda Liberal* ● pró-reivindicações populares ● federalistas ● monarquistas liberais ou republicanos
RESTAURADORES "caramurus"	Sociedade Militar	*Direita Radical* ● ultraconservadores ● favoráveis ao retorno de D. Pedro I ao poder ● unitaristas ● monarquistas ● pró-latifundiário ● pró-manutenção de laços com Portugal e com os Braganças

A abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho, o infante D. Pedro de Alcântara, abalou severamente a ordem político-institucional do Brasil, pois a menoridade do príncipe, então com 5 anos, impedia sua ascensão imediata ao trono. Além disso, não havia na família imperial um outro príncipe com idade superior a 25 anos que, de acordo com dispositivo constitucional, pudesse assumir a Regência do país durante o impedimento do legítimo herdeiro.

Assim, competia ao Parlamento, composto do Senado e da Câmara dos Deputados, escolher uma Regência - que deveria ser formada por três elementos - conforme dispunha a Carta Magna de 1824.

Senadores e deputados reuniram-se no Paço do Senado, a 07 de abril de 1831, horas após o ato de abdicação do imperador, a fim de eleger uma Regência Trina Provisória.

Para compô-la, foram escolhidos o brigadeiro Francisco de Lima e Silva e os senadores Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos, Marquês de Caravelas.

Tomando posse imediatamente, o primeiro governo regencial reintegrou quase todo o ministério de 19 de março, cuja demissão fora uma das causas de abdicação de D. Pedro I. Em seguida, procurando conter a agitação reinante no país, os regentes concederam anistia a todos os envolvidos em processos políticos. Por fim, o novo governo, após expulsar do Exército todos os elementos estrangeiros, publicou um manifesto, pedindo ao povo que se mantivesse calmo e disciplinado.

A situação política do Brasil, entretanto, não era tranqüila: os oposicionistas do tempo do Primeiro Reinado - inicialmente reunidos na Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional - cindiram-se, após a abdicação, em duas grandes facções. A primeira, a dos moderados (apelidados de “chimangos “), agora no poder, visava à manutenção do status quo sócio-politico-econômico, da estrutura latifundiária de produção e do unitarismo e centralismo administrativos, que caracterizaram o Primeiro Reinado. A segunda, a dos exaltados (alcunhados de “farroupilhas ou jurujubas”), cujo grêmio político era a Sociedade Federal, pregava a necessidade de uma profunda reforma institucional cunho federalista e mantinha vivas as aspirações populares de uma radical democratização da estrutura sócio-econômica do Brasil. Algumas lideranças “jurujubas”mais radicais chegavam mesmo a postular a implantação da forma republicana de governo em nosso país.

Completando o cenário político dos primeiros momentos do período regencial, logo surgiu um terceiro agrupamento partidário: a extrema direita restauradora ou “caramuru”, propugnadora do retorno de D. Pedro I ao Brasil e ao poder. Adeptos de soluções altamente reacionárias, os restauradores, sob a liderança de José Bonifácio, combatiam com o mesmo vigor os arroubos revolucionários dos “farroupilhas“ e o conservadorismo moderado dos “chimangos “ governistas.

AS REGÊNCIAS TRINAS E O AVANÇO LIBERAL

No dia 07 de junho de 1831, a Regência Trina Provisória e o Parlamento, realidades políticas sob o controle dos “chimangos”, demonstraram sua disposição de contornar a intranqüilidade social reinante no país desde a abdicação de D. Pedro I , atendendo a uma série de reivindicações “jurujubas”. Em primeiro lugar, a Câmara dos Deputados foi transformada numa espécie de Convenção Nacional, detentora de onipotência legislativa e titular do direito de supervisionar e limitar os poderes do governo regencial.

Em conseqüência, os regentes passaram a não dispor da maioria das atribuições do Poder Moderador, ficando proibidos de dissolver a Câmara e de conceder títulos nobiliárquicos, condecorações, ordens militares e outras distinções.

Finalmente, a 17 de junho, foi eleita a Regência Trina Permanente, composta dos deputados José da Costa Carvalho (futuro Marquês de Monte Alegre) e João Bráulio Muniz e do brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

Assumindo o poder, a nova Regência, interessada em conter os desdobramentos revolucionários do

movimento de cunho popular que levara D. Pedro I à abdicação, organizou um gabinete de orientação conservadora, para o qual entrou, como titular da pasta de Justiça, o autoritário padre Diogo Antônio Feijó. Este, que havia exigido por escrito que lhe fosse dada completa liberdade de ação nas questões referentes ao seu ministério, logo tomou severas providências para manter a ordem político-institucional então vigente, ameaçada pelas rebeliões de inspiração liberal que começavam a assolar o país. Entretanto, apesar dos esforços iniciais de Feijó e de seus auxiliares, o ambiente político era cada vez mais intranqüilo em diversos pontos do território nacional, destacando-se os sucessivos levantes das guarnições militares do Rio de Janeiro.

Para as camadas proprietárias, coisa de seus privilégios de classe dominante, a agitação política reinante nos setores populares e nas forças armadas representava a ameaça de reformas radicais e democratizantes na estrutura sócio-econômica brasileira, ainda modelada de acordo com padrões herdados do passado colonial. Assim, diante da maré revolucionária que parecia querer acabar com o modo de produção latifundiário-escravista, as lideranças políticas conservadoras resolveram dar a Feijó a autoridade e os meios suficientes para extirpar da vida civil e das casernas o “perigoso vírus do liberalismo”

Como já dissemos, durante os primeiros anos da Regência trina Permanente, registraram-se no Rio de Janeiro inúmeros levantes e motins militares, provocados pela propagação dos ideais “jurujubas” entre as diversas unidades componentes das forças armadas. A aceitação da ideologia liberal por parte da tropa regular decorria não só da condição social inferior da maioria dos oficiais, suboficiais e praças, normalmente oriundos das camadas populares, como ainda da tradição de militância política revolucionária do soldado brasileiro, forjada nas rebeliões que prenunciaram a autonomia de nosso país.

O primeiro pronunciamento militar do período ocorreu a 12 de julho de 1831, com o levante do 26º batalhão de Infantaria, poderoso núcleo “jurujuba” localizado no morro de São Bento. Agindo com rapidez, no entanto, as forças fiéis à Regência conseguiram debelar a sublevação, sendo o batalhão insurreto transferido para a Bahia. Dois dias depois, revoltou-se o Batalhão de Polícia, reunindo-se a elementos populares e apresentando ao governo uma série de exigências, dentre as quais a imediata suspensão da pena imposta aos amotinados do dia 12. Em virtude da crise, a Câmara dos Deputados declarou-se em sessão permanente, outorgando plenos poderes à Regência, conforme fora solicitado pelo ministro da Justiça. Amparado politicamente, Feijó, atuando com firmeza, proibiu concentrações populares e prendeu os responsáveis pelas agitações , conseguindo, pelo menos temporariamente, restabelecer a legalidade.

Por longo tempo ainda, entretanto, o “vulcão revolucionário” ameaçaria as instituições. Com efeito, a situação do Rio de Janeiro era de grande intranqüilidade. Todos os dias, os distúrbios se sucediam, e os “farroupilhas” , cada vez mais irritados com a orientação conservadora seguida pelos “chimangos” governistas, tornavam as ruas da cidade intransitáveis, em explosões anárquicas.

A 28 de setembro, um novo motim iniciava-se no Teatro Constitucional Fluminense, prontamente abafado pelo magistrado Saturnino de Souza e Oliveira, irmão de Aureliano Coutinho, na época intendente-geral da polícia. Pouco depois , a 07 de outubro, rebelou-se o Batalhão da Artilharia, com sede na ilha das Cobras. Após intenso bombardeio orientado pelo próprio regente Francisco de Lima e Silva, foi tomado o quartel dos insurretos e sufocado o movimento.

Os “farroupilhas” , percebendo que com simples manifestações de rua ou pronunciamentos militares isolados não conseguiriam derrubar o governo, planejaram um levante de maior amplitude nos primeiros meses de 1832. O movimento irrompeu a 03 de abril, quando, sob a liderança do major Miguel de Frias e Vasconcelos, revoltaram-se as guarnições das fortalezas de Villegangnon e Santa Cruz. Desembarcando em Botafogo, inclusive com artilharia, os amotinados marcharam para o Campo da Honra (atual praça da República), onde esperavam obter a adesão do povo carioca. Entretanto, foram atacadas por tropas fiéis ao governo, comandadas pelo Tenente-coronel Francisco Teobaldo Sanches Brandão, que conseguiram vencê-los e dispersá-los.

Atemorizada diante das proporções tomadas pela agitação militar, a Regência Trina Permanente resolveu debilitar as forças armadas regulares, por três motivos: eram em geral republicanas, tinham tendência libertária e seus motins e pronunciamentos possuíam conteúdo revolucionário contra os militares de carreira. O governo passou a empregar o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, a Guarda Nacional e ainda criou um batalhão composto só de oficiais fiéis à ideologia política conservadora: o “batalhão Sagrado” , apelidado pelo mesmo Evaristo de Veiga de “bravos da pátria” .

A 30 de agosto de 1831, o ministro Feijó, determinado a expelir as forças militares da arena política, reduziu o efetivo das tropas regulares a 10.000 homens, ordenou a suspensão do recrutamento, facilitou as baixas do serviço, autorizou a demissão de cabos e soldados, suspendeu a promoção de oficiais e permitiu a concessão de licenças sem vencimentos aos que desejassem.

Em consequência, o Rio de Janeiro passou a não ter guarnição militar e, pouco depois, o ministro da Justiça, em plena Câmara dos Deputados, proferiu as seguintes palavras: “a tropa de primeira linha da capital desapareceu; as guarnições de terra, as rondas policiais, o auxílio à justiça são prestados pelos guardas nacionais."

Feijó realizaria o seu sonho. Em seu notável trabalho Um Estadista do Império, Joaquim Nabuco diria a respeito desse sonho: “A *grande reputação da Regência será a de um estadista, o Padre Feijó, que revelou a maior firmeza de caráter na repressão da anarquia militar (...) primeira grande decepção do 07 de abril: a do exército, condenado, licenciado pelo partido e pelos homens que ele tinha posto no poder.”*

Realmente, o interesse do governo regencial era substituir a força militar regular pela organização que se destinava a servir fielmente aos senhores de terra e de escravos, a Guarda Nacional. Esta “milícia cidadã”, cujos comandos eram providos pelos senhores, estava impedida, pela composição, pelo conteúdo e pela essência, de servir a qualquer causa popular e de sensibilizar-se ante qualquer definição das camadas mais

desfavorecidas. Organizada pela lei de 18 de agosto de 1831, logo após os primeiros motins militares do Rio de Janeiro, dela escreveria um oficial estrangeiro: "*milícia destinada a custodiar o exército e a marinha e a garantir a politicagem do grupo do famoso padre Feijó.*"

Embora marcado por uma visão classista de cunho aristocrático, um dos diagnósticos mais precisos das primeiras fases do período regencial encontra-se na obra Fatos e Personagens em Torno de um Regime, de Otávio Tarquínio de Souza: *"Sinal inquietante de quase anarquia da era regencial pode ser vislumbrado na indisciplina militar. O exército, no que dizia respeito à tropa, fora recrutado e encontrado em grande parte naquele elemento da população ainda socialmente indefinido. Grande parte da oficialidade reagiu, e houve até, no Rio de Janeiro, a organização de um numeroso corpo de oficiais-soldados, composto de meio milhar de oficiais de todas as patentes, que se colocou a serviço do governo, na repressão das arruaças e motins. Mas a indisciplina militar constituiu uma das causas mais sérias das desordens do período regencial, forçando, como medidas extremas, a quase dissolução da tropa regular e a criação, para substituí-la, da Guarda Nacional."*

Durante sua passagem pelo Ministério da Justiça da Regência Trina Permanente, Feijó adotou a tática de sempre apresentar ao país, e principalmente a Câmara, um retrato catastrófico da realidade política brasileira, que estaria na iminência de resvalar para a anarquia e o caos.

Agindo dessa maneira, o arguto ministro esperava conseguir cada vez mais poderes, ao seu arbítrio, de modo a esmagar a esquerda liberal "jurujuba" , acusada de levar a nação "à beira do abismo". Entretanto, as manobras de Feijó encontraram forte resistência na imprensa, de inspiração liberal, na própria Câmara e na opinião pública. Com o objetivo de remover os obstáculos que se antepunham aos seus propósitos autoritários, Feijó tentaria, como recurso extremo, o golpe de Estado por via parlamentar.

O pretexto para romper a legalidade institucional foi dado a Feijó pelos “caramurus” restauradores, ao se sublevarem, no Rio de Janeiro, em abril de 1832. Aniquilado militarmente o levante, o ministro da Justiça , alegando que José Bonifácio fora o mentor intelectual do movimento, exigiu sua destituição do cargo de tutor do príncipe D. Pedro de Alcântara. A Câmara dos Deputados, por 45 votos contra 31, apoiou a proposta do ministro. Entretanto, no Senado Conservador, onde o velho Andrada ainda era dono de grande prestígio, o projeto governamental foi rejeitado por maioria de apenas um voto.

À vista desse resultado, os seguidores de Feijó ultimaram os preparativos do golpe cujo alvo ostensivo era o “partido” restaurador, mas que visava, na realidade, à dissolução de todos os agrupamentos políticos, notadamente aqueles de ideologia liberal. A manobra subversiva consistiria na demissão do Ministério e renúncia da Regência, transformando-se a Câmara em Assembléia Nacional, encarregada de votar, por aclamação, a chamada Constituição de Pouso Alegre, que daria então a Feijó amplos poderes para a repressão política.

No entanto, a Câmara, liderada pelo deputado Honório Hermeto Carneiro Leão, resistiu à manobra, debilitando-a. Assim o legalismo conseguia liquidar definitivamente a trama golpista reacionária do padre Antônio Feijó. Este, politicamente abalado, demitiu-se do Ministério da Justiça. A Regência permaneceu e o avanço liberal não fora ainda detido.

Desde a abdicação de D. Pedro I, discutia-se, no Brasil, a necessidade de alterações nos dispositivos da Carta Constitucional de 1824. Com efeito, os “farroupilhas” , apoiados em seus princípios federalistas, defendiam a concessão de maior autonomia às províncias e pregavam a democratização da estrutura sócio-econômica brasileira, através de uma série de reformas de cunho liberal e popular. Por seu turno, a direita moderada “chimanga” , ciente da ameaça representada pela extrema-direita “caramuru” , estava disposta a aceitar, pelo menos parcialmente, as principais reivindicações “jurujubas”.

Apesar desse clima de conciliação reinante entre a esquerda liberal e o conservadorismo “chimango” , a realização de qualquer reforma institucional dependia da concordância do Senado que, juntamente com a Câmara dos Deputados, deveria votar uma lei preliminar, determinando quais os pontos da Constituição a serem alterados.

Houve grande dificuldade na obtenção do apoio dos senadores, porque estes se mostravam temerosos de que fossem transformados em temporários os seus cargos vitalícios. Finalmente, chegou-se a um acordo: foi aprovada a lei, segundo a qual caberia ‘legislatura seguinte - a iniciar-se em 1834 - a reforma da Constituição imperial.

Iniciados os trabalhos parlamentares, foram votadas as modificações propostas, visando a adaptar diretrizes federalistas ao regime monárquico representativo. Por fim, a 12 de agosto de 1834, foi aprovado o Ato Adicional à Constituição do Império, em sua maior parte redigido pelo influente deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Eram as seguintes as principais inovações então introduzidas:

- criavam-se Assembléias Legislativas Provinciais, em substituição aos antigos Conselhos Gerais (competia ao novo órgão provincial legislar sobre os poderes civis, judiciários e eclesiásticos locais, instrução pública, desapropriações, funcionalismo, orçamento, empréstimos provinciais, despesas e

impostos, viação e obras públicas).

- constituía-se o “Município Neutro” do Rio de Janeiro (“a Corte”).
- suprimia-se o Conselho de Estado.
- estabelecia-se que a Regência passaria a ser uma, durando quatro anos o mandato do regente, eleito pelo voto popular direto.

Apesar de suas disposições radicais, o Ato Adicional pouco vigorou, tendo produzido efeitos muito limitados. Indiscutivelmente, sua debilidade decorreu, pelo menos em parte, do progressivo enfraquecimento da esquerda liberal “jurujuba” , em virtude das agitações e dos motins que muito haviam assustado importantes parcelas da classe dominante e mesmo dos setores sociais médios.

Pouco a pouco, até elementos da esquerda liberal, notadamente os de formação ideológica precária, colocaram-se ao lado dos que clamavam pela ordem, exigiam disciplina e protestavam contra a anarquia. As perturbações políticas sucessivas os punham em desassossego e faziam com que perdessem as perspectivas, Em 1831, além dos motins e quarteladas do Rio de Janeiro, ocorreram o levante do Maranhão, a Setembrada e a Novembrada, em Pernambuco, a rebelião do Ceará. Contribuindo ainda mais para aumentar a intranqüilidade reinante no país, em 1832, irromperam a Abrilada paraense e a “federação dos Guanais” , em Salvador.

Por toda a parte, parecia dominar a anarquia: eram freqüentes os sintomas de que os Pregoeiros do apocalipse, da beira do abismo, pareciam ter razão. O Ato Adicional surgira em agosto. Em fins de novembro de 1834, D. Pedro I , então Pedro IV de Portugal, falecia. Assim, desprovida de líder e, conseqüentemente, destituído do sentido o seu propósito restaurador, a extrema-direita ficava em disponibilidade política. Paulatinamente, a direita moderada “chimanga” , agora inteiramente voltada à destruição da esquerda liberal, recebeu os elementos egressos do “partido caramuru” , o que criou uma nova correlação de forças.

Dessa maneira, o avanço liberal estava seriamente ameaçado. Pairava sobre o Brasil o espectro do “Regresso Conservador”.

AS REGÊNCIAS UNAS E O REGRESSO CONSERVADOR

Regência de Feijó (1835/1837)

Conforme o disposto no Ato Adicional a Constituição do Império, efetuaram-se, em 1835, em todo o território nacional, as eleições para a escolha do regente único. Dois foram os principais candidatos: padre Diogo Antônio Feijó, representante do conservadorismo “chimango” , e Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, ligado às hostes políticas de orientação liberal. Completado o quadro eleitoral, Costa Carvalho, Araújo Lima, Pais de Andrade, Lima e Silva e Bernardo Pereira de Vasconcelos também aspiravam ao supremo mandato de Regência, embora carecessem de apoio e prestígio suficientes para a obtenção da maioria dos sufrágios. Alcançando 2.826 votos, contra 2.251 dados ao seu principal oponente, a 12 de outubro de 1835, Feijó toma posse do cargo.

O novo regente, entretanto, teria de enfrentar forte oposição. De um lado, a debilitada esquerda liberal “jurujuba” , frustrada em seus objetivos e temerosa de um eventual endurecimento de repressão governamental, abandonou os meios legais de luta política, preferindo trilhar o caminho da insurreição. De outro, os “chimangos” mais radicais, apoiados pela extrema-direita “caramuru” , passaram a condenar as atitudes iniciais de Feijó, por eles consideradas “tolerantes e indecisas”. Com efeito, o regente, cuja saúde estava profundamente abalada, não era o mesmo homem autoritário e enérgico que ocupara o Ministério da Justiça da Regência Trina Permanente. Além disso, as camadas dominantes, em razão do impulso dado à estrutura latifundiária pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira, tinham agora maiores interesses econômicos a defender e, por conseguinte, exigiam vigor redobrado no combate ao radicalismo “farroupilha” . Por essas razões, levantaram-se contra Feijó as mais expressivas lideranças políticas da época, encabeçadas pelo agressivo Bernardo Pereira de Vasconcelos, que após longa militância liberal aderia à causa conservadora.

Visando a ampliar suas bases de sustentação política, os seguidores de Feijó fundaram o Partido Progressista, cujos componentes provinham dos setores menos radicais da esquerda “jurujuba” e de direita “chimanga” . Em resposta, a oposição conservadora reuniu-se em outra agremiação partidária à qual foi dada a designação de “regressista” . Tempos depois, durante o segundo Reinado, essas duas facções políticas dariam origem, respectivamente, aos poderosos Partidos Liberal e Partido conservador.

Malgrado todos os seus esforços de preservação política, a administração de Feijó e o “progressismo” tinham os dias contados. Inúmeras razões, tanto de âmbito externo quanto interno, contribuíram para o fracasso do regente. Em primeiro lugar, Feijó, apesar de sacerdote católico, não era bem visto pela Santa Fé. Não somente era favorável à abolição do celibato clerical, como também sustentava a candidatura, ao Bispado do Rio de Janeiro, de seu amigo padre Antônio Maria de Moura, cuja indicação fora recusada pelo Papado.

No entanto, as tensões e as crises mais graves enfrentadas pela gestão Feijó adviriam da conturbada atmosfera política reinante no país. Ainda em 1835, a eclosão de dois grandes movimentos sediciosos - a Cabanagem no Pará e a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul - abalaria profundamente o prestígio do governo junto às classes dominantes. Pouco a pouco, valendo-se bastante do alarme geral provocado pelas agitações sucessivas, a extrema-direita ganharia forças para impor alterações políticas destinadas a defender a ordem, a restabelecer a tranqüilidade e a preservar a estrutura sócio-econômica vigente. Por

fim, a esmagadora vitória do reacionarismo anti-Feijó nas eleições legislativas de 1836 deixara patente a inevitabilidade da solução política “regressista”. Em consequência desse pleito, a maioria dos assentos da Câmara passou a ser ocupada por pessoas cujos interesses exigiam estabilidade e paz sociais. Implantava-se assim no cenário político brasileiro a hegemonia dos chamados "eleitores de campo” , isto é, predomínio do voto dos cafeicultores e senhores de engenho escravocratas em detrimento do eleitor urbano.

O historiador Octávio Tarquínio de Sousa, o grande biógrafo das principais figuras do período regencial, define os últimos momentos da administração Feijó da seguinte maneira: “O *que se verificava era, incontestavelmente, uma reação conservadora”* .

A 19 de setembro de 1837, Feijó, gravemente enfermo, sem apoio das lideranças parlamentares e importantes para vencer a Revolução Farroupilha, renunciou ao cargo de regente, embora ainda dispusesse de dois anos de mandato. Seu último ato foi a nomeação do senador pernambucano Pedro de Araújo Lima, o futuro Marquês de Olinda, para a pasta do Império. Conforme disposição legal, o titular desse ministério tornava-se automaticamente o substituto do regente.

A Regência de Pedro Araújo

A ascensão de Araújo Lima ao poder significou basicamente a consolidação política do “regressismo”. Logo após a sua posse, a novo regente organizou um gabinete de orientação extremamente retrógrada, apelidado de Ministério das Capacidades, devido ao prestígio dos nomes que o compunham: Bernardo Pereira de Vasconcelos (nas pastas da Justiça e do Império), Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois Marquês de Abrantes (Fazenda), Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, (Marinha); Sebastião do Rego Barros (Guerra) e Maciel Monteiro (Negócios Extraordinários).

Em abril de 1838, realizou-se a segunda eleição para a Regência Una, sendo um dos candidatos o próprio Araújo Lima. Porta-voz das classes dominantes e apoiado em sólida maioria parlamentar, o futuro Marquês de Olinda não encontrou dificuldades em vencer seu concorrente, o “progressista” Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque.

Fortalecidos com o triunfo eleitoral, os “regressistas” , agora detentores exclusivos do poder, cuidaram de uma reforma das leis, no sentido de reforçar a autoridade e preservar a unidade nacional e o regime de produção latifundiário-escravista então imperante. Com esses propósitos em mente, os parlamentos - filiados à extrema-direita - elaboraram a Lei Interpretativa do Ato Adicional, cujo objetivo precípuo era coibir os excessos federalistas. Além disso, dispostos a centralizar o aparelho judiciário e os instrumento de repressão política, as lideranças reacionárias projetaram a remodelação do Código de Processo, que seria aprovada poucos anos depois, ainda durante os momentos iniciais do Segundo Império. Do seu lado, os liberais remanescentes, na oposição, começaram a reviver um plano que, ao tempo da regência de Feijó, era do agrado do “regressismo” : a antecipação da maioridade de D.Pedro de Alcântara.

Assim, como observa Nelson Werneck Sodré: “ *liberais moderados e conservadores desaguam no mesmo estuário, o de um golpe parlamentar que, sem luta, sem abalo, sem controvérsia, mantendo o velho expediente da monarquia, fórmula salvadora desde o início do processo da independência, garantisse os seus privilégios, trouxesse pra eles a cobertura bem-aventurada da ordem e da paz, a tranqüilidade. Elevaram ao trono, então, o jovem herdeiro para, à sombra dele, realizarem o “regresso” , isto é, o*

abandono total dos princípios liberais."

LEVANTES REGENCIAIS

A Cabanagem no Pará (1835/1840)

A Cabanagem no Pará se distinguiu por seu conteúdo dos demais movimentos insurretos do período regencial; sua característica marcante foi a amplitude que tomou, chegando a controlar o governo da Província por muitos anos.

A revolta teve início com a agitação de cunho liberal levada a cabo pelo cônego Batista de Campos, homem audaz e firme em seus princípios, entre os "cabanos" , denominação dada aos humildes sertanejos do sertão paraense. Batista de Campos, gozando simultaneamente de um grande prestígio entre as massas populares e junto às lideranças intelectuais de orientação revolucionária, conseguiu, em 1832, sublevar a comarca do Rio Negro e, assim submeter o então governador provincial Machado de Oliveira às suas diretrizes políticas.

Par pôr cobro a tal situação, a regência, em 1833, nomeou novas autoridades para o Pará: José Mariani e o tenente-coronel Inácio Correia de Vasconcelos, respectivamente, governador e comandante-das-armas da Província. Estes, entretanto, ao chegarem a Belém, foram repelidos pelo Conselho Provincial, inteiramente controlado pelos partidários de Batista de Campos.

Em dezembro do mesmo ano, chegaram novas autoridades ao Pará: Bernardo Lobo de Souza, governador, e o tenente-coronel José Silva Santiago, comandante-das-armas.

Logo após assumir o governo da província, Lobo de Souza deu início a uma política de severa repressão. Por meio de perseguições, deportações em massa e prisões arbitrárias, procurou restabelecer a "legalidade institucional" no Pará. Dessa forma, o governador, pouco a pouco, ia eliminando os indivíduos conhecidos por suas doutrinas subversivas que pregam e inoculam no seio da população e que ameaçam a ordem pública pela influência perigosa que exerciam entre as massas - (*Domingos Raiol, in Motins Políticos do Pará).*

Essas medidas de Lobo de Souza levantaram contra ele a animosidade popular e, em conseqüência, um intenso trabalho de agitação teve início, tanto em Belém, quanto entre a explorada população cabana do interior. Foi nessa ocasião que se envolveram no movimento os irmãos Vinagre, que sereiam as figuras mais notáveis do levante.

Na madrugada de 07 de Janeiro de 1835, depois de concentrados nos arredores da cidade, milhares de sertanejos atacaram Belém e eliminaram o governador e o comandante-das-armas da Província do Pará. Imediatamente, as lideranças "cabanas"instalaram-se no governo, cabendo a Félix Antônio Clemente Malcher a presidência. Entretanto, desde o início, sua política hesitante e moderada desgostou os revoltosos.

Contrário aos extremismos, Malcher ordenou a prisão e deportação dos elementos mais populares da insurreição, como o radical Eduardo Angelin e o jornalista Ferreira Lavor. Paralelamente, aumentava o prestígio dos Irmãos Vinagre, notadamente o de Francisco Pedro, então comandante-das-armas da Província Sublevada. Tentando desfazer-se deste perigoso rival, o governador cabano tramou sua prisão. No entanto, não tendo o apoio necessário, foi deposto e executado, substituindo-o o próprio Francisco Vinagre, líder da facção esquerdista do movimento. Analisando a queda de Malcher, Nelson Werneck Sodré ressalta que: "*a massa acreditava naquilo que lhe havia sido prometido: que os escravos seriam libertados, que as terras seriam entregues aos servos, que a existência miserável estava finda. Malcher não compreendeu a situação e inclinou-se para a posição de defensor da ordem, sem analisar os motivos da desordem e resolvê-la pela erradicação de tais motivos. Cindiu-se a direção do levante e as alas radicais, com Argelim e os irmãos Vinagre, decidiram-se pelo combate a Malcher.*"

As manifestações pela vitória da facção mais extremada da rebelião cabana aterrorizaram as classes dominantes paraenses, notadamente os comerciantes de Belém que apelaram incontinente e desesperadamente para as autoridades centrais. Alarmada com o rumo dos acontecimentos, a Regência resolveu interferir com energia. Para sufocar a insurreição, foi enviado ao Pará um forte contingente militar sob o comando do marechal-de-campo Manuel Jorge Rodrigues, auxiliado por uma pequena esquadra comandada por John Taylor. Apesar da forte resistência cabana, o oficial legalista conseguiu assumir o governo da província. Entretanto, por pouco tempo se manteve na presidência, pois, em agosto de 1835, após sangrentos combates, os revoltosos, encabeçados por Eduardo Argelim, retomaram Belém.

Uma nova operação militar foi empreendida pela Regência para sufocar a Cabanagem. Em abril de 1836, as tropas de Francisco José Soares de Andréia entraram em Belém forçando Argelim à rendição.

Com a prisão do terceiro presidente cabano, restaurava-se a ordem na capital. No interior, contudo, Francisco Vinagre continuou a promover agitações, ajudado pelos setores mais esclarecidos da infeliz população "cabana". Somente em 1840, no governo de João Antônio de Miranda, a paz voltaria a reinar em toda a província do Pará.

A Sabinada na Bahia

(1837/1838)

A Sabinada deveu seu nome ao cirurgião Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, audacioso agitador político que, pretendendo desligar o governo de sua província da jurisdição do Poder Central, proclamou a República Bahiense.

Um aspecto curioso da Sabinada, que a singularizava na história das revoltas do período regencial, foi a limitação imposta pelos próprios insurretos: a República Bahiense, então instaurada, deveria durar até a maioridade do Príncipe D. Pedro de Alcântara.

A 07 de novembro de 1837, instigada por Sabino Vieira, a guarnição da Fortaleza de São Pedro, localizada em Salvador, levantou-se em armas contra o governador legal da província, Francisco de Souza Paraíso, que, temendo pela sua segurança, refugiou-se a bordo de um navio. Sabino, senhor da situação, fez aclamar presidente da Bahia Inocêncio da Rocha Galvão, o qual, por encontrar-se nos Estados Unidos, foi substituído no cargo por João Carneiro da Silva Rego. Para si, Sabino reservou o modesto posto de secretário do governo republicano implantado pelos sublevados. Era, contudo, o verdadeiro motor da revolta.

Prontamente, organizou-se a reação legalista. Um novo governador legal da província, Antônio Pereira Pedroso, estabeleceu-se no Recôncavo. Ao mesmo tempo, para comandar as forças fiéis à Regência, chegou à Bahia, a 21 de fevereiro de 1838, o brigadeiro João Crisóstomo Calado.

Bloqueada a cidade de Salvador, por mar, dela se aproximaram, por terra, as tropas governamentais. Após duros combates de rua, durante os dias 13, 14 e 15 de março, os rebeldes foram forçados à rendição.

Presos e julgados os principais responsáveis pelo movimento, seis foram condenados à morte e três à prisão perpétua. Tais penas, no entanto, não se executaram: abrandadas posteriormente para simples degredo em território nacional, a medida beneficiou até o Dr. Sabino - deportado para Goiás e depois para Mato Grosso, onde faleceu em 1846.

A Balaiada do Maranhão (1839/1841)

Ainda no período regencial, em 1838, irrompeu uma das mais importantes sedições da menoridade: a Balaiada, cujo nome derivou do apelido de um de seus líderes. Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, conhecido, por razões de ofício, como “Balaio”.

Na origem deste levante, as mesmas causas das demais insurreições da época: a luta das camadas médias urbanas e das classes populares contra o conservadorismo dos grandes proprietários rurais. Estes, no Maranhão, onde eram conhecidos como “cabanos”. enfrentavam severa oposição por parte de uma facção democrática radical, os “bem-te-vis”, cujos núcleo principal era a cidade de São Luis, capital da Província.

Valendo-se do enfraquecimento da administração maranhense em razão dos constantes conflitos entre “cabanos” e “bem-te-vis” e instigados pelas lideranças democráticas mais exaltadas, vaqueiros e lavradores, camponeses e artesãos, negros e mestiços, constituindo bandos armados, deram início à sedição em fins de 1838, no interior da Província.

A 23 de dezembro, um jornal conservador de São Luís informava: " *consta-nos que, há poucos dias, uma partida de proletários (se muito, quinze homens) atacaram o quartel da Vila da Manga, do qual se apoderaram". Na edição seguinte, o mesmo periódico acrescentava que o ataque fora realizado "por um bando de miseráveis manchados de roubos e assassínios e impelidos ao crime pela ignorância e indigência e pela opressão de odiosos mandões"*.

Como podemos perceber, pela leitura do "relato" jornalístico, a primeira preocupação da extrema-direita maranhense, diante da tomada da Vila de Manga por forças populares, foi desqualificar os rebeldes, que passaram a ser tratados como "indivíduos tirados da última ralé da sociedade", tendo por chefes homens embrutecidos e ignorantes. A redenção dos líderes da Balaiada começou há bem pouco. Foi uma de suas iniciadoras a pesquisadora Carlota Carvalho, que conta o episódio da Vila de Manga, de modo inteiramente diverso de outros cronistas: "Raimundo Gomes Vieira, homem de reconhecida probidade e merecedor de toda confiança, fora encarregado pelo fazendeiro Padre Inácio de Moraes e Silva, de quem era administrador, de levar às férias e vender as boiadas da fazenda. No itinerário, passou pela imediações da Vila da Manga, onde o prefeito, adversário político do padre, prende-o e aos seus companheiros tangedores de bois. Foram inúteis os pedidos e explicações . Esgotados os meios persuasivos, Raimundo Gomes e seus auxiliares fugiram, invadiram e tomaram a cadeia e o quartel, soltaram os presos, apoderaram-se do armamento, deixando livres os soldados desarmados que acabaram por aderir à revolta. Estava iniciado o Movimento." Amedrontadas, as autoridades provinciais determinaram, então, as primeiras providências: enviar uma força de trinta homens à Vila de Manga. Ao partir essa força, já chegavam rumores à capital do Maranhão de que a tropilha guerrilheira de Raimundo Gomes, após abandonar a região da Manga, passaria por Chapadinha, muito reduzida em seus efetivos. Engano, pois, para a surpresa das camadas proprietárias maranhenses, Raimundo Gomes logo surgiria em Tutóia, à frente de cem homens muito bem armados. Dias depois, em Barra Longa, ocorreria o primeiro choque dos sublevados com as forças do governo, quando os "irregulares" de Raimundo Gomes obtiveram uma expressiva vitória.

Após mais algumas semanas de luta, o governo do Maranhão foi obrigado a constatar que o bando de Raimundo Gomes dominava toda a faixa oriental da província, atraindo numerosos sertanejos, homens ásperos e afeitos ao combate, espraiando-se por muitas localidades. Em breve, começaram a surgir novas lideranças: Corisco, Relâmpago, Raio, Caninana, Sete Estrelas, Teteu, Tigre Andorinha, etc. Além disso, às margens do Itapicuru, zona de produção latifundiária baseada no trabalho escravo, o grupo guerrilheiro recebeu a adesão de milhares de negros fugidos, o que veio reforçar ainda mais a sua já extraordinária capacidade de combate. Finalmente, as forças do "preto Cosme" , chefe de um poderoso núcleo de quilombos, engrossariam as fileiras rebeldes, agora com um efetivo de mais de 2.000 homens.

Como bem observa o historiador Astolfo Serra, *"reuniram-se, dessa maneira, para a luta rija todos os mestiços, todas as castas oprimidas, todos os resíduos humanos espalhados pelas perseguições ou acossados pelas violências dos poderes públicos ou dos senhores de engenho, numa solidariedade enorme e brutal, desgostosos aqui e ali nos vários quadros de perseguições , a se aproveitarem daquela chance de luta para se vingarem de seus sofrimentos."*

Os choques militares pontilharam o ano de 1839: na Chapadinha, em fins de fevereiro, um pelotão policial foi atacado e dispersado pelos insurretos; a 18 de abril, na região de Angicos, a expedição repressiva do capitão Pedro Alexandrino entregava as armas, prisioneiras; em maio, o presidente da província ordenava

a abertura de trincheiras na capital, para preservá-la do ataque rebelde, enquanto chegavam reforços das províncias vizinhas. Paralelamente, os amotinados prosseguiam em seu avanço, chegando às portas de Caxias, segunda cidade do Maranhão em importância, a 24 de março. Após um cerco de sete dias, tomaram a cidade; o pânico alastrou-se entre as camadas dominantes maranhenses, principalmente porque se constitui, em Caxias, uma Junta Provisória rebelde.

Interessada em conter a maré revolucionária que assolava o Maranhão, a Regência resolveu nomear presidente e comandante-de-armas da província o coronel Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias. Este, desembarcando em São Luís, no início de 1840, logo tomou providências para reprimir os balaios. Organizou três colunas volantes para batê-los isoladamente, forçando-os a abandonar as áreas conquistadas. Raimundo Gomes, que fugira para o Piauí, foi preso; Manuel Francisco dos Anjos, ferido e morto; e o preto Cosme, aprisionado e enforcado.

Golpe da Maioridade

Em consequência dessas discussões, foi fundado em abril, por iniciativa do senador “progressista” José Martiniano de Alencar, o Clube da Maioridade, cuja finalidade era pôr termo regência Araújo Lima, pela antecipação da chegada de D. Pedro II ao poder. Para a presidência da referida sociedade, foi escolhido o deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e Silva e, para vice-presidência , o senador Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, ambos militares do Partido Liberal, agremiação política herdeira da tradição de lutas do “progressismo”.

Alencar, dando início à ação dos liberais em prol do maiorismo, apresentou um projeto ao Senado, declarando o imperador maior de idade. Entretanto, em virtude da presença largamente majoritária do “regressismo” na Câmara Alta, a proposta foi rejeitada já em primeira discussão, o que determinou o seu arquivamento sem a realização do segundo escrutínio.

Paralelamente às iniciativas parlamentares, era muito grande o movimento de opinião pública em torno da questão da maioridade. Nas ruas, circulavam jornais, pasquins, panfletos, versos e canções populares pedindo a transferência do poder a D. Pedro II . Crescia, assim, dia a dia, a corrente maiorista.

Procurando dar rumo legal à questão e, dessa maneira, conter o avanço da campanha maiorista, o deputado conservador Honório Hermeto Carneiro Leão propôs que, na legislatura seguinte, os parlamentares viessem autorizados pelos eleitores a reformar a Constituição, quanto à ida de mínima necessária para a coroação do imperador. Também esta solução, inadmissível naquele conturbado momento político, foi recusada pela Câmara.

Tendo sido proposta novamente, por Antônio Carlos, a votação da antecipação da maioridade imperial, o Governo resolveu adiar os trabalhos parlamentares e convidar para assumir a pasta do Império o reacionário senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, ferrenho adversário da corrente maiorista. Respondendo a esse golpe, os deputados favoráveis à posse imediata de D. Pedro II, resolveram apelar para o Senado. Para aí se dirigiram conduzidos por Antônio Carlos e foram bem recebidos pelo presidente da Câmara Alta, Marquês de Paranaguá. Este ordenou imediatamente o envio de uma comissão composta de senadores e deputados, encarregada de solicitar ao imperador que entrasse “desde já “no exercício de suas funções constitucionais. D. Pedro II, depois de ouvir o conselho de alguns assessores, entre os quais o próprio regente Araújo Lima, aceitou.

Às 10 horas do dia 23 de julho, o Marquês de Paranaguá proclamava a maioridade antecipada de D. Pedro II. Pouco depois, o jovem imperador compareceu à Assembléia onde, sob grandes aplausos, prestou seu juramento: “Juro manter a religião Católica Apostólica Romana, a integridade e indivisibilidade do Império, observar e fazer observar a Constituição política da Nação brasileira, e mais as leis do Império, e prover ao bem geral do Brasil, quanto em mim couber”. Essas palavras marcavam o início do Segundo Reinado.

Em sua maioridade, D. Pedro II nomeou seu primeiro ministério, composto de elementos liberais e maioristas. Formavam o novo gabinete os dois irmãos Andrada (Antônio Carlos e Martin Francisco), os dois irmãos Holanda Cavalcanti, Antônio Limpo de Abreu e Aureliano de Souza Coutinho. Esse Gabinete foi apelidado Ministério dos Irmãos.

O novo Ministério começou suas atividades, tentando pacificar o país mediante a concessão de ampla anistia aos envolvidos nas revoltas do período regencial. Em seguida, como os liberais não dispusessem de maioria na Câmara dos Deputados, cuidaram de se fortalecer nas eleições legislativas de 13 de outubro de 1840, exercendo acentuada pressão política em diversos centros eleitorais do país. Não foi sem razão, portanto, que as referidas eleições ficaram conhecidas como as “do cacete “. Além disso, o Ministério dos Irmãos procurou, ainda com o objetivo de fortalecer o Partido Liberal, derrubar todos os funcionários públicos e magistrados ligados ao “regressismo”.

Afinal, em 1841, o imperador exonerou esse Ministério - que estava dividido em torno de uma questão administrativa - substituindo-o por outro, conservador. Foi mantido, entretanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Aureliano Coutinho. Concluiu-se, então, que era esse o político que chefiava o grupo que costumava se reunir na residência do mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, situada próxima ao Rio da Joana, motivo pelo qual o grupo ganhara o apelido de clube do Joana. Esse grupo era acusado de influir decisivamente na opinião do jovem e ainda inexperiente imperador.

O segundo Gabinete do Império contou também com a colaboração de antigos políticos, como José Clemente Pereira, agora ardoroso “regressista “, e Miguel Calmon du Pin e Almeida. Entre as realizações do novo Ministério, destacaram-se:

- a reforma do Código de Processo Criminal.
- a restauração do Conselho de Estado, que fora abolido em virtude do avanço liberal do decorrer da Regência.
- a criação da Chefia de Polícia nas Províncias, cargo que visava a dar aos governos provinciais melhores meios para assegurar a ordem pública em todo país.

SEGUNDO REINADO

EVOLUÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA

O Ministério de 1841, agindo de modo coerente com sua orientação conservadora, exigiu de D. Pedro II a dissolução da Câmara dos Deputados, que havia sido escolhida por meio das “eleições do cacete”. O imperador acedeu e, como resposta, os liberais das províncias de São Paulo e Minas Gerais revoltaram-se contra o Gabinete “regressista”, então no poder.

O movimento paulista iniciou-se em Sorocaba, a 17 de maio de 1842, cuja Câmara aclamou como presidente provincial o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. Logo aderiram à causa insurreta Pindamonhangaba, Silveiras, Taubaté e Lorena, organizando-se a Coluna Libertadora, que marcharia contra a capital paulista. Entre os líderes civis do levante, destacava-se o ex-regente padre Diogo Antônio Feijó.

Para combater a revolta, partiu imediatamente para São Paulo o brigadeiro Luís Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias. Antes de se encontrar com os sublevados, Lima e Silva, tomou conhecimento da derrota da Coluna, que ao tentar ocupar Campinas fora aniquilada em Venda Grande por forças governamentais, comandadas pelo Tenente-coronel Amorim Bezerra. Debandados os revolucionários, entrou Caxias em Sorocaba onde pôs fim às agitações, ordenou a prisão de seus principais chefes, inclusive o alquebrado Padre Feijó.

Em Minas Gerais, a insurreição teve início em Barbacena, onde foi aclamado presidente da província rebelada José Feliciano Pinto Coelho da Cunha. Imediatamente, assumiu o comando militar da revolta Antônio Nunes Galvão, auxiliado por um dos mais prestigiados políticos da época, o deputado Teófilo Ottoni.

Os insurgentes, apesar de vitoriosos em Sabará e Queluz, não se animaram a atacar Ouro Preto, na época capital da província, onde se encontravam as tropas do Barão de Caxias. Este, marchando de encontro aos liberais sublevados, aproximou-se de Santa Luzia do Rio das Velhas, a 20 de agosto , onde entrou em choque com as forças de Nunes Galvão. A sorte da batalha decidiu-se com a oportuna chegada da coluna do irmão de Caxias, o coronel José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho. Os rebeldes foram vencidos e seus líderes logo presos, sendo processados juntamente com os insurretos da Província de São Paulo.

Em 1844, quando os liberais voltaram ao poder, foi concedida anistia a todos os elementos envolvidos nas revoltas armadas "*progressistas*"de 1842.

O primeiro grande passo rumo à sua institucionalização definitiva foi dado em 1843, quando o imperador D. Pedro II determinou que o político conservador Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná, ficasse como único encarregado da organização de um novo Gabinete. Essa voluntária transferência de uma atribuição, até aquele momento específico do Poder Moderador, passou a ser normalmente observada depois de 1847, graças à criação da Presidência do Conselho, isto é, do cargo de Chefe dos Ministérios. A partir de então, somente um membro do Gabinete tornou-se responsável pelas atitudes do Governo junto ao Senado, Câmara dos Deputados e ao Poder Moderador. Implantava-se assim aquela que seria a forma política do período áureo do Império brasileiro: o regime parlamentarista.

Esse mesmo Gabinete de 1843 continuou a reação conservadora que, em 1837, começava a ser levada a cabo pelas lideranças políticas das camadas proprietárias, setor ainda dominante no quadro sócio-econômico da nação brasileira. Apesar de sua colaboração "*regressista*", o Ministério organizado por Honório Hermeto estava condenado a ser o primeiro paciente do zelo com que o imperador procurava cumprir sua delicada tarefa moderadora. Negando-se a demitir um funcionário injustamente acusado, D. Pedro II foi obrigado a usar do recurso constitucional de dissolver a Câmara dos Deputados, passando outra vez ao poder os Liberais, em 1844.

Os Liberais governaram até 1848, procurando fortalecer sua posição, como de costume. A forte reação conservadora, tanto no Parlamento quanto nas províncias, logo fez do "*qüinqüênio liberal*" um período marcado por graves crises políticas, que não puderam ser resolvidas pelos sucessivos Gabinetes dos Viscondes de Caravelas e de Macaé, de Holanda Cavalcanti e, afinal, de Paula Sousa. O fracasso político do Partido Liberal levou o imperador a chamar novamente ao Governo os Conservadores, que nele permaneceram até a "*conciliação dos partidos*", empreendida pelo Marquês de Paraná, em 1853.

A queda da situação liberal, em 1848, acelerou a eclosão da última e, sem dúvida, a mais importante revolta interna registrada no Segundo Reinado: o movimento da "Praia"

A revolução Praieira (1848/1850)

Em meados do século XIX, a Província de Pernambuco, onde reinava profunda insatisfação, apresentava severas e injustas condições sociais. Com efeito, toda a sua agricultura se encontrava nas mãos de um número extremamente pequeno de prósperos latifundiários. Em nenhuma outra região do país a grande exploração agrícola monopolizara a riqueza de maneira tão pronunciada. Cerca de um terço dos engenhos de açúcar pernambucanos achava-se sob o controle de uma só família, os Cavalcanti. Ao lado destes proprietários, formou-se nas cidades, notadamente no Recife, uma burguesia comercial abastada e poderosa. Pernambuco era, além de uma das mais importantes províncias do Império, o empório comercial do Nordeste.

Em consequência, era natural que a imigração portuguesa, a única no período, afluísse para aí em grande proporções. Por isso, mais que em qualquer outro ponto do país, achava-se o comércio de Pernambuco monopolizado por elementos de origem lusitana. Privadas de quase todos os meios necessários a uma existência digna, as massas populares pernambucanas estavam dispostas a exteriorizar seus sentimentos reinóis, agredindo seus proprietários.

A situação sócio-econômica de Pernambuco, insuportável para as camadas mais humildes da população, favoreceu o surgimento de ideais revolucionários em toda a província. Em 1842, foi fundado o primeiro núcleo de um partido radical, que tomou seu nome à rua da Praia, onde se localizava o Diário Novo - Jornal de propriedade de Luís Roma, porta-voz dos liberais exaltados do Recife. Essa agremiação partidária combatia sem tréguas, e muitas vezes por meios violentos, os grandes proprietários rurais (apelidados “guabirus”) e o comércio dos portugueses (chamados de marinheiros).

Descrevendo a ação dos “praieiros”, o conservador Figueira de Melo afirma: “guerreavam os cidadãos mais respeitáveis pelas suas relações, riquezas, cargos, saber e propriedade; açulavam o ódio dos nacionais contra os estrangeiros, principalmente portugueses; faziam-lhes conceber esperanças de que um dia seriam expelidos do comércio e das profissões mecânicas.”

Referindo-se ao Partido da Praia, o mesmo Figueira de Melo, então chefe de polícia de Pernambuco, diz que era “composto das classes inferiores e ignorantes da população que, julgando-se deserdadas dos bens sociais e oprimidas por leis tirânicas e ofensoras do seu direito, nutriam sentimentos de ódio, inveja e vingança contra as classes superiores.”

Por seu turno, arregimentavam-se em outra agremiação partidária, denominada a "Ordem”, os proprietários rurais, capitalistas e demais camadas abastadas da província. Foi a luta entre os partidos da ‘Praia”e da “Ordem”, ou melhor, entre as classes sociais por elas representadas, que constitui a agitação praieira.

A indicação de Antônio Pinto Chichorro da Gama, em 1845, para presidente da Província de Pernambuco, inaugurou o domínio local do Partido da Praia. Na qualidade de mero governador provincial, Chichorro não pôde realizar reformas de vulto. Entretanto, a presença dos praieiros no poder fomentou a agitação social no campo e nas principais cidades pernambucanas. A polícia, a serviço do partido dominante, invadia constantemente os engenhos do interior, prendendo e espancando os proprietários. No Recife, tornou-se também muito insegura a situação dos ricos negociantes e capitalistas.

Em dezembro de 1847, houve na capital de Pernambuco atitudes violentas contra os mercadores portugueses. Aos gritos de “mata marinheiro” , elementos exaltados trucidaram os reinóis na rua e invadiram e saquearam-lhes as casas. Em junho do ano seguinte, repetiram-se as violências e, no mesmo mês, os praieros, em enérgica representação à Assembléia Provincial, exigiram a expulsão de todos os portugueses solteiros e a convocação imediata de uma Assembléia Constituinte que procedesse a reformas sociais.

Com o gabinete imperial de Pedro de Araújo Lima, que ascendera ao poder imediatamente após o melancólico término do "qüinqüênio liberal", teve início a repressão aos extremistas pernambucanos. Herculano Ferreira Pena, nomeado presidente de Pernambuco em substituição a Chichorro da Gama, procurou reagir violentamente contra a agitação dos praieiros que, no entanto, consolidados em suas posições pelo longo domínio anterior, não estavam dispostos a ceder sem defesa. A 07 de novembro de 1848, levantaram-se os praieiros em Olinda, Igaraçu e outros pontos da província, marchando contra a capital.

Como programa, os democratas radicais da Praia apresentavam os seguintes pontos:

- voto livre e universal do povo brasileiro.
- plena liberdade de imprensa.
- liberdade de trabalho para todos os cidadãos brasileiros
- transferência de todo o comércio varejista para as mãos dos nacionais.
- inteira e efetiva independência dos poderes constituídos.
- extinção de preceitos federalistas na organização política brasileira.
- completa reforma do Poder Judiciário, visando assegurar os direitos individuais dos cidadãos
- extinção dos juros.
- modificações no sistema então vigente de recrutamento.

Concentrados em Água Preta, sob a chefia de Joaquim Nunes Machado, os revoltosos atacaram o Recife em fevereiro de 1849. Depois de duros combates de rua, foram vencidos pelas forças legalistas do brigadeiro José Coelho e outras que haviam sido armadas pelo presidente da província, Manuel Vieira Tosta.

Com a frustrada tentativa de tomar a capital e a morte de Nunes Machado em combate, retiraram-se os praieiros para o interior. Entretanto, em virtude de seu reduzido efetivo e do aumento gradativo de deserções, o exército dos liberais foi sendo sucessivamente abatido pela ação conjunta das tropas regulares e da polícia governista.

Para eliminar os focos de insurreição remanescentes, foi nomeado novo presidente para a província: Honório Hometo Carneiro Leão. Presos e processados os chefes rebeldes, nove foram condenados à prisão perpétua, sentença que começaram a cumprir na Ilha de Fernando de Noronha.

Finalmente, em 1850, foi preso o capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira, que continuara resistindo no interior de Pernambuco. Levado para o Rio de Janeiro, conseguiu fugir e embarcar num navio estrangeiro. Em 1852, a maioria dos praieiros condenados foi beneficiada com uma ampla anistia, concedida pelo imperador D. Pedro II.

O fiasco político do "qüinqüênio liberal " e, mais ainda, a esmagadora derrota sofrida pela Revolução Praieira redundaram, inevitavelmente, na consolidação definitiva do domínio "regressista" sobre o Estado Nacional Brasileiro.

Com efeito, o caráter radical do levante pernambucano, ao intranquilizar as camadas socialmente

dominantes, deu ao Governo Imperial um excelente pretexto para armar um poderoso sistema repressivo destinado a exterminar os últimos núcleos da esquerda liberal. Em conseqüência do aniquilamento de suas lideranças mais autênticas, o Partido Liberal, tido pelos "regressistas"mais extremados como um "perigoso foco de elementos subversivos", sofreu um rápido processo de esvaziamento ideológico, tornando-se um pólo de atração para políticos inexperientes ou simplesmente oportunistas.

Em breve, o Partido Liberal se transformou numa agremiação política incolor, cujo único objetivo passou a ser a própria sobrevivência como entidade. Castrado assim o liberalismo, o regime parlamentarista do Segundo Reinado logo adquiriu o aspecto de uma farsa grotesca, em virtude da inexistência de diferenças palpáveis entre os programas políticos dos partidos Liberal e Conservador. "Farinha do mesmo saco" , como bem assinala um historiador contemporâneo, ambas as agremiações partidárias começaram a ter em vista um único propósito: as regalias do poder, acompanhadas da preservação do status quo sócio-econômico.

Satisfeitas com o triunfo do "regresso", as classes dominantes, solidamente apoiadas nas polpudas rendas geradas pela economia cafeeira, desejavam agora a conciliação partidária. Em 1852, o parlamentar Nabuco de Araújo, no célebre discurso denominado "A Ponte de Ouro", traduziu esses anseios, alertando sobre os eventuais perigos de uma longa hegemonia conservadora e pedindo o apoio e a colaboração dos liberais.

No ano seguinte, as aspirações da camada proprietária foram concretizadas: Honório Hermeto Carneiro Leão foi encarregado pelo imperador de organizar o famoso "Ministério da Conciliação ". Totalmente pacificado no tocante à vida política, o Império iniciou seu período de apogeu, marcado por um notável surto de desenvolvimento econômico. Para sossego da classe dominante, a "grande crise" fora adiada, embora as contradições que minavam o regime escravista de produção, base econômica do Segundo Reinado, não tivessem ainda sido eliminadas.

A BASE ECONÔMICA

A consolidação da classe de senhores de terras e de escravos no poder foi a principal característica do período de nossa história que se encerrou na primeira metade do século XIX. Responsável pela autonomia política do país e realizando-a conforme seus interesses, isto é, sem grandes alterações na estrutura de produção herdada dos tempos coloniais, ela empreendeu, de 1830 a 1850, através do aparelho estatal que montara, enorme esforço para valorizar sua autoridade e garantir a unidade política em sua extensão territorial do Império.

Com efeito, a permanência de profundas contradições sociais internas, contidas durante o processo de autonomia e posteriormente agravadas com o surgimento e a ascensão do café, provocará as insurreições e os conflitos políticos que pontilharam o Primeiro Reinado, a Regência e até mesmo os momentos iniciais do governo pessoal de D. Pedro II.

A partir, entretanto, da primeira metade do século, a hegemonia da camada senhorial parecia definitivamente consolidada: haviam cessado as divergências ocorridas entre a própria classe dominante e, por outro lado, a prática de uma política consciente tolhia às classes médias e populares todas as reivindicações a que se propunham.

Como foi dito anteriormente, a materialização da nossa autonomia política sem o concurso de alterações econômico-sociais de relevo, em consequência do controle exercido pela classe senhorial sobre o processo de independência, fez permanecer a velha estrutura colonial no novo país. Entretanto, a política do Império, personificada pelas elites sociais, estava cônscia de que a estrutura colonial no Império só poderia permanecer se houvesse uma continuação da exportação, único pólo dinâmico, gerador de rendas, da economia brasileira. Realmente, a sobrevivência do regime de produção latifundiário-escravista, que existia aqui, foi posta em risco quando do Bloqueio Continental napoleônico, em razão do declínio da nossa exportação, quando então houve agitações e conflitos, só terminados com o restabelecimento da economia exportadora, chegada com a lavoura cafeeira. O mecanismo exportador do Segundo Reinado não seria semelhante ao que vigorava antes do processo da Independência, pois a situação brasileira e também a realidade internacional eram outras.

O modo capitalista de produção, consolidado pelo aparecimento de nações imperialistas, incrementou a divisão mundial do trabalho, ou melhor, a especialização das diversas áreas de produção do planeta. A posição brasileira, nesse cenário, seria então caracterizada pela exportação de artigos primários e importação de manufaturados. Na situação de dependência que a divisão do mercado mundial impunha ao nosso país, o funcionamento da exportação e importação se assemelhava, em estruturas econômicas desenvolvidas, ao funcionamento do investimento e da poupança. No caso brasileiro, era da exportação que provinha a renda nacional, que, por sua vez, se destinava, a maior parte à importação. A conseqüência de tal mecanismo era uma poupança interna diminuta, cujo crescimento se dava muito lentamente. Decorria daí o papel cada vez mais relevante desempenhado pela importação no panorama econômico-financeiro nacional.

Durante o Segundo Reinado, verificou-se claramente o seguinte fenômeno econômico: a importação era reforçada por empréstimos externos autônomos que, pouco depois, deram lugar aos investimentos estrangeiros, vindos com o propósito de substituir a fraca poupança interna. Todos esses aspectos

caracterizavam a economia do Império como do tipo colonial. Um exame detalhado da balança comercial do Brasil nesse período nos ajudará a elucidar os traços essenciais do quadro econômico em vigor no Segundo Reinado.

Até 1844, quando o ministro Alves Branco ordenou a aplicação de um novo regime de tarifas aduaneiras, a política comercial do Brasil era marcada por um completo liberalismo, tradicional desde a abertura dos portos, efetuada pelo príncipe D. João VI. Efetivamente, o decreto que pôs fim ao Pacto Colonial estipulava tributos alfandegários muito reduzidos: os 24% ad valorem dos primeiros tempos, diminuídos em seguida para 16% e, até mesmo, para 15% , base que se fixaria e se generalizaria. A tarifa Alves Branco alterava completamente esse quadro: dos seus quase 3.000 artigos, 2.000 ficavam sujeitos às taxas de 30%, exatamente o dobro do nível anterior. Quanto aos demais gêneros, os direitos variavam entre 20% e 60%. As maiores taxas recaíam sobre os tecidos e as bebidas, que, na época, constituíam o grosso da importação brasileira.

A importância e o sentido da política tarifária de Alves Branco são revelados pelo historiador Nelson Werneck Sodré, quando observa que “não havia, na fase da Independência, condições para criar ou formentar a indústria, e a única saída estava na exportação de produtos primários. Se a estrutura social fosse diversa, a fonte naturalmente indicada para fornecer os recursos públicos seria precisamente a atividade exportadora”. Tal rumo, entretanto, corresponderia a compelir a classe dominante ao fornecimento desses recursos de vez que ela estava vinculada à produção destinada ao exterior. Com o seu domínio do aparelho de Estado, tal solução não poderia ocorrer. Aparece, então, a importação como fonte para aqueles recursos. Se a exportação estava concentrada, a importação estava distribuída.

A Tarifa Alves Branco inaugurou uma política de características antiliberais, e foi violentamente combatida pelas principais potências imperialistas, tendo à frente a Grã-Bretanha, que, inclusive, logo daria início a uma série de represálias contra o Brasil. Revista em 1857 pelo presidente do Conselho do Ministros, Souza Franco, a Tarifa sofreu, em seguida, inúmeras reformas: em 1860, através do Ministério Silva Ferraz; em 1874, com o Visconde do Rio Branco; em 1880, com Afonso Celso; em 1871, com Saraiva; com Belisário de Sousa em 1877 e, no crepúsculo do Segundo Reinado, em 1888, com João Alfredo. Em todas elas predominou o sentido fiscal, embora algumas, sobretudo as últimas, esboçassem um início de protecionismo.

Café

A balança comercial da época revela o estado de dependência de nossa economia imperial em relação aos centros capitalistas hegemônicos. Senão vejamos:

- concentração dos fatores da produção nos gêneros agrícolas primários destinados ao mercado internacional.
- absoluta necessidade de manufaturas importadas para atender ao consumo do setor economicamente válido da produção.
- necessidade de uma política de empréstimos para saldar comerciais externas, bem como os grandes interesses em acolher investimentos estrangeiros, que recebiam amplas garantias governamentais.

Numa análise dos tópicos acima, observamos que a concentração dos fatores de produção em artigos primários, dirigidos aos mercados exteriores, era o elemento definidor da estrutura econômica do tipo colonial, existente ainda na Monarquia. Os principais produtos brasileiros de então eram gêneros alimentícios tropicais e matérias-primas de origem vegetal, na maioria exportados em estado bruto ou após uma transformação elementar, denominada beneficiamento.

A nossa pauta de exportação compunha-se de reduzido número de produtos, concentrados progressivamente. O café, o mais importante deles todos, surgira numa época de crises e foi, no início, condicionado em sua expansão devido à pouca demanda de capitais. Desde 1831, passara a ser o artigo brasileiro de maior procura nos mercados internacionais e nos meados do século assinalou uma ascensão extremamente rápida ao alcançar 50% do valor total de nossas exportações, atingindo na década de 1890 a fabulosa porcentagem de 65% . Junto ao açúcar, representava 51% por volta de 1810 e 70% a 80% na metade do século. Esses dois produtos, somados a outros seis, ou seja, erva-mate, fumo, algodão, borracha, couros e peles, correspondiam a 86% do valor da exportação brasileira no início, a 91% no meio e a 96% no fim do século.

Essa concentração somente em alguns produtos fez surgir no interior do Brasil um quadro que refletia as normas da divisão mundial de trabalho, ou seja, cada região se especializava em determinado produto e só nele. Politicamente, a existência dessas áreas produtoras especializadas, com seus interesses próprios e específicos, representava uma ameaça à unidade institucional do país e vinha de encontro aos anseios da própria organização imperial, pois a divisão regional do trabalho, reflexo do fracionamento imposto à produção mundial pelo capitalismo triunfante, tornava-se geradora de situações e perspectivas particulares , ameaçando, assim descentralizar o poder central da Monarquia.

A inquietação monárquica tinha razão de ser, pois esse fortalecimento de regiões distintas, cada uma com sua monocultura própria, gerou tendências e manifestações federalistas que, progressivamente, minariam as bases de sustentação do trono. Na verdade, o único elo ente as zonas especializadas de produção brasileira era o interesse, unanimamente expresso pelas diversas camadas dominantes regionais, na manutenção do regime escravista do trabalho.

Mais tarde, a Abolição, ao eliminar o mercado nacional de escravos- poderoso fator de integração política - obrigaria a reorganização do aparelho estatal brasileiro, contribuindo decisivamente para o colapso da Coroa.

As importações brasileiras no Segundo Reinado podem ser divididas em dois períodos, que nos permitem verificar as alterações ocorridas em nosso mercado consumidor na segunda metade do século XIX. No primeiro período, de 1839 a 1844, entre as 25 mercadorias importadas, pela ordem decrescente com que figuravam, em valor, estavam: manufaturas de algodão: 33,8%; manufaturas de lã: 6,5%; farinha de trigo: 5,9%; bebidas: 5,7%; manufaturas de linho: 4,2%; manufaturas de seda: 3,7%; carnes: 3,6%; ferragens: 3,2%; manteiga: 1,9% e bacalhau: 1,6%. A relação a seguir nos dá uma idéia da realidade da importação brasileira nessa primeira fase:

- vestuário e calçados.....53,2%
- alimentícios.....21,0%
- utensílios.....6,6%
- carvão.....1,0%
- máquinas.....0,2%
- outros.....18,0%

O volume impressionante da contribuição dos bens de consumo (vestuário, calçados, alimentícios e utensílios para o total de nossas importações, 80,8%, revela-nos a fraca estrutura econômica do Império brasileiro, que não os produzia, ou seja, não fornecia as utilidades mínimas, indispensáveis à população, ou melhor, ao mercado interno. Por outro lado, as insignificantes contribuições, tanto do carvão (1,0 %), quanto das máquinas (0,2%), deixavam patentes nossa precariedade manufatureira, quando já, no mundo economicamente desenvolvido, o vapor era aplicado como força motriz básica.

No segundo período, que vai de 1870 a 1875, as importações já apresentavam uma ordem diferente, como nos mostra a relação a seguir:

- vestuário.....49,1%
- alimentícios.....19,6%
- utensílios.....10,7%
- carvão.....3,5%
- máquinas.....2,9%
- outros.....14,2%

Ainda aqui não houve modificações substanciais, pois os bens de consumo atingiam o enorme valor de 79,4%, o que assinalava a continuação da realidade econômica colonial. No entanto, a contribuição do carvão começava a crescer, pois, de 1,0% entre 1839 a 1844, passava para 3,5% no segundo período ou seja de 17º para o 8º lugar na relação das importações; a das máquinas ascendia de 0,2 para 2,9% do 25º para o 11º lugar na mesma relação. Nesta, além disso, apareciam títulos novos (trigo em grão, cimento, algodão em fio, etc.), o que denunciavam significativas alterações nos hábitos de consumo das elites econômicas brasileiras.

Comparando os dados referentes às exportações e importações, conclui-se:

- a importação se diversificava, abrangia cada vez mais um número maior de artigos diferentes, comprovando a ampliação do mercado interno de consumo; a exportação, por sua vez, se concentrava, em consequência da divisão regional e da especialização na produção.
- a exportação concentrada constituía-se de alimentícios e matérias-primas, mercadorias sujeitas às flutuações do mercado exterior; e a importação, embora cada vez mais diversificada, tinha nos bens de consumo a sua maior contribuição, ou seja, os manufaturados, com preços estáveis ou em ascensão a que o mercado interno ficava também sujeito. Como conseqüência principal dessa disparidade qualitativa entre as exportações (gêneros primários) e as importações (manufaturados), característica das economias coloniais, assinala-se a tendência cada vez maior ao déficit orçamentário, mal crônico do Estado Imperial.

Examinados os dois aspectos iniciais que definem uma estrutura econômica do tipo colonial ainda vigente no Brasil Império, ou seja: o mecanismo exportador calcado na concentração de produção de gêneros primários destinados ao mercado exterior, e o importador, com o fim de atender ao mercado interno, principalmente no setor de manufaturados, e que se dirigia às classes abastadas da população, veremos um terceiro elemento: a política de empréstimos no exterior. Esta efetuada pelo Segundo Reinado com a finalidade precípua de saldar contas comerciais externas deficitárias e, mais, a tendência demonstrada pelas elites dirigentes do Império, em conceder favores e regalias especiais ao investimentos estrangeiros.

Grosso modo, pode-se dizer que os empréstimos externos, quando destinados a cobrir os déficits da balança comercial brasileira, visavam, da parte de seus fornecedores, somente a financiar a própria produção, não contribuindo assim, na realidade, para o nosso desenvolvimento econômico. Na verdade, ao concederem empréstimos ao Brasil, os bancos internacionais visavam, em princípio, a duas metas: o rendimento dos altos juros cobrados e o fornecimento, ao nosso país, de capital suficiente para saldar compromissos assumidos com empresas industriais estrangeiras, fabricantes dos produtos manufaturados importados. Assim, a quantia "emprestada", como um círculo vicioso, retornava integralmente ao país de origem sob a forma de "pagamento a um estabelecimento particular", servindo, por conseguinte, como incentivo ao industrialismo local. Esse mecanismo trazia para as nações capitalistas hegemônicas inúmeras vantagens:

- "capital de giro" para as suas operações industriais.
- preservação do Brasil como um mercado sempre aberto à produção alienígena e, portanto, como um pólo gerador de acúmulo de capital nas economias centrais.
- obtenção de um excedente de renda através do recebimento dos juros relativos aos empréstimos contraídos pelos países dependentes.

Essa política de empréstimos externos, efetuada pelo Império, forma institucional implantada pela classe proprietária de terras e escravos, contribuiu, ainda, embora indiretamente, para maior concentração de renda nacional nas mão da camada dominante, concorrendo assim para a preservação da aristocrática ordem social então vigente.

Para se compreender esse processo, é necessário examinar o mecanismo fiscal do Segundo Reinado. Como acontece nas nações modernas, o pagamento dos empréstimos contraídos pelo Brasil-Império cabia ao Estado, cuja principal fonte de renda era tributação. Esta, incidida somente sobre a importação diversificada e de bens de consumo, fazia recair sobre toda a população os ônus dos empréstimos, depauperando o povo, e não, em especial, a classe dominante ligada à exportação, detentora de uma porção maior da riqueza nacional.

Assim, a camada proprietária, controladora do aparelho estatal, reservava para si, com exclusividade, todos os eventuais benefícios proporcionados pelos empréstimos, mas seus encargos, notadamente o "doloroso dever de saldá-los", ficavam com a totalidade do povo brasileiro.

A partir de 1861, graças ao notável surto de desenvolvimento, então experimentado pela lavoura e pela exportação cafeeira, a balança comercial do Brasil começou a apresentar saldos consideráveis. No entanto, ao contrário do que seria de se esperar, a política de empréstimos externos não sofreu qualquer solução de continuidade quando da diminuição dos déficits e do surgimento dos superávits em nossa balança do comércio. O governo imperial, agora isento de débitos comerciais externos, mas, por outro lado, ciente da carência de capitais internos, canalizou os financiamentos estrangeiros para o esforço de montagem, ampliação e manutenção dos serviços públicos, principalmente os ligados aos transportes e à burocracia estatal.

Pouco a pouco, surgiria novo desequilíbrio, em razão dos altos empréstimos obtidos, tão elevados, que os saldos da nossa balança não podiam cobrir. Por conseguinte, a administração imperial se via obrigada a contrair mais empréstimos para saldar os antigos, solução que sobrecarregava cada vez mais a balança de pagamentos brasileira. Além disso, o progressivo avultamento do serviço da dívida externa, ou seja, os juros pagos aos bancos estrangeiros fornecedores de empréstimos, passou a absorver os lucros apurados pelo Brasil nas transações internacionais.

Dessa maneira, os saldos da balança de comércio nacional eram restituídos ao exterior.

Percebendo as limitações e os riscos de sua política de empréstimos externos, o governo imperial, a partir de 1870, tentou atrair os investimentos estrangeiros, concedendo-lhes favores e garantias. Paulatinamente, graças ao êxito dessa nova orientação das elites do Império, toda a rede de serviços públicos, principalmente na área dos transportes ferroviários, foi sendo transferida para o capital internacional, e a economia brasileira ia-se adequando ao novo estágio do capitalismo: o imperialismo.

POLÍTICA EXTERNA

Questões Platinas

A Aliança de Rosas e Oribe

Imediatamente após a emancipação do Uruguai, as elites, que a idealizaram e executaram, dividiram-se em duas facções partidárias antagônicas: Blancos e Colorados. Os primeiros, ideologicamente contrários aos interesses brasileiros, tinham como líder Manuel Oribe, e os colorados, chefiados por Fructuoso Rivera, eram simpáticos ao Império. Paralelamente, na Argentina, o ditador Juan Manuel Rosas almejava reerguer, sob forma de uma "confederação republicana" dominada pelos argentinos, o antigo vice-reinado do Prata, que abrangia, além do território argentino, os do Uruguai e Paraguai, Na tentativa de concretizar seu sonho de uma "Grande Argentina", o caudilho Rosas aliou-se a Oribe, cujas tropas, então envolvidas num sangrento conflito contra Rivera, já controlavam grande extensão do solo uruguaio.

As forças confederadas do caudilho argentino e Oribe, no decorrer dessas lutas entre Blancos e Colorados, invadiam com frequência o território do Rio Grande do Sul, onde saqueavam estâncias e roubavam gado. Com o propósito de acabar com essa maré de violências que, além de assolar as fronteiras meridionais do Brasil e causar danos à economia gaúcha, punha em risco o acesso fluvial à província de Mato Grosso, o Trono Brasileiro concedeu ao colorado Joaquim Suarez, presidente legal uruguaio, apoio financeiro para combater o exército do caudilho Oribe.

Em junho de 1851, o marechal-de-campo Conde de Caxias, então presidente e comandante das armas da província do Rio Grande do Sul, deu início aos preparativos necessários à campanha.

Caxias entrou em território por Santana do Livramento. Comandava dois escalões. Outros dois entrariam através do Jaguarão e Guaraí. Numa exemplar ordem do dia, o comandante pediu aos seus soldados que respeitassem a propriedade privada, "tão sagrada e inviolável quanto a própria honra", acrescentando que apenas os soldados de Manuel Oribe ali eram inimigos, e isto até que fossem desarmados, depois do que seriam simples cidadãos americanos e irmãos, devendo ser tratados como tais. Noutra proclamação, dirigida à população do Rio Grande do Sul, explicou que o Brasil só optara pelas armas em razão de haverem fracassado todos os esforços diplomáticos no sentido de se obterem reparações às violações, assassinatos e saques sofridos pela nação nas regiões meridionais. A seguir, e apesar das fortes chuvas que então se abateram sobre a área, os brasileiros começaram a atravessar o território uruguaio, onde praticamente já havia cessado toda e qualquer resistência.

Impossibilitados de enfrentar simultaneamente as tropas uruguaias coloradas, as forças brasileiras e o exército das províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios, o caudilho Oribe capitulou em Paso Molino, em outubro de 1851 e, imediatamente, o colorado Bernardo Berro assumiu a presidência da República do Uruguai.

A 21 de novembro de 1851, em Montevidéu, o Brasil, representado por Honório Hermeto Carneiro Leão, assinou novo acordo com os governos do Uruguai e das províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios, acordo este que objetivava a deposição, pela força das armas, do tirânico Rosas. Nascia, dessa maneira, composto de tropas brasileiras, uruguaias, corrientinas e entrerrianas, o Grande Exército Libertador da América do Sul, que seria comandado em território argentino pelo General Urquiza.

A Caxias coube planificar a ofensiva: o grosso das tropas desse grande exército, conduzido pela esquadra brasileira, subiria o rio Paraná até um ponto próximo à cidade de Buenos Aires, de onde desembarcaria a fim de marchar contra Rosas.

Prosseguindo, a nossa esquadra, capitaneada por Grenffel, forçou a 17 de dezembro de 1851, a passagem fortificada de toneleros, desembarcando no porto do Diamante e o exército que conduzia, do qual fazia parte uma divisão brasileira comandada pelo Conde de Porto Alegre. O exército aliado se defrontou com as forças de rosas em Monte Caseros a 03 de fevereiro de 1852. Derrotado, o ditador argentino asilou-se na embaixada inglesa em Buenos Aires.

Entretanto, os brasileiros e seus aliados na capital portenha organizaram novo governo argentino, sob a chefia de Urquiza, que não tardou a restabelecer relações diplomáticas com o Brasil.

O Líder Colorado Flores - O Ultimato a Aguirre

Apesar da vitória dos brasileiros e seus aliados uruguaios contra Oribe e o ditador Rosas, reinava ainda um clima de intranqüilidade no Uruguai devido às dissensões entre os Blancos e Colorados

O sucesso pró-brasileiro Bernardo Berro, desde março de 1874, era o blanco Atanásio Aguirre, que governava a jovem República da banda Oriental sob um clima de guerra civil, em consequência da sublevação do general Venâncio Flores, líder colorado. Motivado pelo apoio dado a sua causa pelo presidente argentino Bartolomeu Mitre, Flores escolhera para seu quartel-general a cidade de Bueno Aires.

Durante todo o período de combates entre as forças legalistas uruguaias e os seguidores de Flores, repetiram-se e assumiram características graves, pela frequência e crescente amplitude, os conflitos na fronteira do Brasil. Em represália aos habituais roubos de gado, ataques às estâncias brasileiras e mesmo incursões de orientais ao território do Rio Grande do Sul, organizaram os estancieiros dessa província, sob a chefia do Barão de Jacuí, idênticas expedições ao interior da República uruguaia.

Essa situação forçou o governo imperial a enviar ao Uruguai, em abril de 1864, o conselheiro José Antonio Saraiva, com o intuito de entregar ao presidente Aguirre um ultimato, exigindo indenizações pelos prejuízos causados aos responsáveis pelos assaltos. A 12 de maio de 1864, Saraiva apresentou suas credenciais diplomáticas. A 18 entregou uma nota bastante cortês, explicando, em linhas gerais as finalidades de sua missão, obtendo, como resposta, uma comunicação oficial em termos rudes e até mesmo grosseiros. Recusando-se a discutir nesse nível, o plenipotenciário brasileiro tentou ainda, ao lado do

ministro das Relações Exteriores da Argentina, Rufino de Elizalde, e do embaixador inglês em Buenos Aires, Edward Thorton, um acordo pacífico, demonstrando quanto eram insignificantes e ridículos os argumentos apresentados pela chancelaria uruguaia contra as reclamações que formulara. Entabuladas novas negociações com o presidente Aguirre, chegaram a bom termo, com elas concordando o chefe revolucionário Flores. Mas redigidos os respectivos protocolos, verificou-se que o governo uruguaio, confiando na aliança que fizera com o poderoso ditador paraguaio Francisco Solano Lópes, resolvera substituir muitas de suas disposições por outras radicalmente diversas.

Interrompidas as negociações, Saraiva retirou-se para Buenos Aires, de onde, de acordo com instruções do governo imperial, transmitiu um ultimato a Aguirre: caso não fossem atendidas as reclamações brasileiras, nossas forças militares iniciariam represálias. Após o recebimento deste ultimato, Aguirre devolveu-o tachando de “papel indigno de figurar nos arquivos da República uruguaia”.

Sem mais o que fazer em Buenos Aires, Saraiva assinou com Elizalde um convênio segundo o qual seria respeitada a independência do Uruguai, mesmo em caso de guerra, e partiu para o Rio de Janeiro.

Com a retirada do plenipotenciário brasileiro, ficaram os nossos interesses no Uruguai a cargo do comandante das forças navais no rio da Prata, o vice-almirante Barão de Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa, que assinou com o chefe revolucionário Flores, a 20 de outubro, o “acordo secreto” de Santa Lúcia. Nessa mesma época, uma pequena coluna brasileira transitoriamente incursionava no Departamento uruguaio de Cerro Largo.

Apoiado pelas tropas de Flores, Tamandaré bloqueou os portos fluviais de Salto e Paissandu, ocupando o primeiro e sitiando o segundo por longo tempo. Em dezembro de 1864, as forças brasileiras, comandadas pelo Marechal João Propício Mena Barreto, entraram no Uruguai e, agindo em conjunto com a esquadra de Flores, conseguiram tomar Paissandu no início de 1865. Essa manobra militar tornou desesperadora a situação de Aguirre.

A fim de observar os acontecimentos e traçar os rumos diplomáticos que o Brasil deveria seguir, havia chegado, desde dezembro 1864, a Buenos Aires, o conselheiro José Maria da Silva Paranhos, depois Visconde do Rio Branco. Nesse mesmo mês foram publicamente queimados em Montevidéu, sob os auspícios do governo Aguirre, os tratados vigentes com o Brasil. Com a tomada de Paissandu e o sítio e bloqueio da capital uruguaia, alterou-se a situação, e o sucessor de Aguirre, Tomás Villalba, presidente do Senado, apressou-se a recorrer aos bons ofícios do ministro italiano Barbolani, no sentido de ser obtida a paz. Discutidas as respectivas condições com Paranhos, assentaram-se, pelo convênio de 20 de fevereiro de 1865, os seus termos, que compreendiam, além do estabelecimento de governo provisório e da restituição das propriedades confiscadas a brasileiros, também o reconhecimento de nossas anteriores reclamações.

Graças, portanto, ao Brasil, estava pacificado, pela segunda vez, o Uruguai, Além disso, assegurava-se a cooperação desse país no conflito já então aberto entre o Império e o governo do Paraguai.

A Guerra do Paraguai

Com Carlos Antonio Lópes, sucessor do primeiro ditador paraguaio José Gaspar Rodrigues de Francia, o país iniciou uma nova fase de sua história. Hábil administrador, Lópes desenvolveu o comércio externo, criou o serviço militar obrigatório, formou poderosa flotilha e instalou uma fábrica de armas em Assunção. Entretanto, a completa militarização da República paraguaia seria obra de seu filho Francisco Solano Lópes, que o sucedeu em 1862, Solano Lópes estivera algum tempo na Europa, de onde regressou disposto a transformar sua pátria em uma potência militar de primeira categoria.

O ditador já fizera uma ameaça velada ao governo imperial quando dos primeiros momentos do conflito entre o Brasil e o blanco Aguirre, declarando, através de uma nota chacelaria do Brasil, que a ocupação do território uruguaio por tropas imperiais seria “atentatória ao equilíbrio político dos Estados do Prata”.

Fascinado pelos blancos uruguaios, Lópes colocou-se abertamente contra o Império brasileiro e ordenou o aprisionamento da embarcação nacional Marquês de Olinda, em viagem pelo rio Paraguai, detendo seus passageiros. A essa violência seguiu-se o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

Os paraguaios iniciaram a luta atacando Mato Grosso, província praticamente desguarnecida, onde entraram no final de dezembro de 1864. Uma de suas duas fortes colunas, sob o comando de Vicente Barrios, subiu o rio Paraguai e atacou o Forte de Nova Coimbra. O chefe deste, tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero, depois Barão do Forte de Coimbra, resistiu bravamente, mas, ante a superioridade inimiga e achando-se sem munição, retirou sua guarnição rio acima, tendo como consequência a tomada de Albuquerque e Corumbá pelo exército invasor. O paraguaio Resquin comandava a segunda coluna que, entrando pelo sul mato-grossense, tomou a colônia militar de Dourados. Aqui também se impunha a superioridade paraguaia, verificando-se inutilmente heróica a resistência do comandante, tenente Antônio João Ribeiro, e seus dezesseis companheiros. A seguir, os invasores venceram também as tropas do coronel José Dias da Silva e ocuparam Miranda e Nioac. Entretanto, mesmo diante do fácil êxito aí obtido, os paraguaios não se animaram a levar seu ataque a capital de Mato Grosso, Cuiabá, onde foi organizada a respectiva defesa.

O objetivo de Lópes era unir-se aos Blancos do Uruguai, desde janeiro de 1865 vencidos pelas tropas de Venâncio Flores com a ajuda dos brasileiros sob o comando do marechal-de-campo João Propício Mena Barreto. Mas, para que isso acontecesse, tornava-se necessário atravessar o território argentino, pois a esquadra do vice-almirante Barão de Tamandaré encontrava-se a postos no rio Paraná.

Desejoso de manter a neutralidade de seu país diante do conflito paraguaio-brasileiro, o presidente Mitre negou a Lópes, em abril, licença para atravessar a Argentina. A reação de Lópes não se fez esperar e forças destinadas ao Uruguai, lideradas por Venceslau Robles, capturaram navios argentinos invadindo a seguir a província e a cidade de Corrientes.

Em razão disso, os dois países do Prata, Argentina e Uruguai, aliaram-se ao Brasil em sua luta contra o governo paraguaio, firmando-se, a 1º de maio de 1865, o Tratado da Tríplice Aliança. Assinava-o , pelo Brasil, o conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, pela Argentina, o ministro Rufino de Elizalde, e Carlos de Castro pela República Oriental do Uruguai.

No mesmo mês de maio, uma divisão naval brasileira, sob o comando do chefe-de-divisão Francisco Manuel Barroso da Silva, depois Barão do Amazonas, aliada a forças argentinas do general Paunero, conseguiu retomar Corrientes. Numa frustrada artimanha militar, Lópes resolveu atacar os nossos navios com a frota paraguaia sob o comando de Mesa, atraindo-os, a 11 de junho, para o canal entre a ilha Palomera e a foz do Riachuelo, onde havia colocado baterias de artilharia duas léguas abaixo da cidade do mesmo nome. Barroso foi ao encontro e, na célebre Batalha do Riachuelo, ficou definitivamente destruído o poderio naval do ditador paraguaio.

Uma coluna invasora, comandada pelo general Estigarribia, foi destacada para invadir o Rio Grande do Sul. Passando à margem esquerda do rio Paraguai, ocupou e saqueou sucessivamente as povoações brasileiras de São Borja, Itaqui e Uruguaiana. O general Venâncio Flores, no entanto, conseguiu interceptar uma segunda coluna paraguaia comandada pelo general Duarte, que se dirigia ao Uruguai, derrotando-o na região de Jataí, Argentina. Ao mesmo tempo, nossas forças, organizadas sob o comando do marechal-de-campo Manuel Luiz Osório, ligadas às milícias do Rio Grande do Sul, lideradas pelo tenente-general Manuel Marques de Sousa, cercaram o exército paraguaio que ocupava Uruguaiana. Impotente, Estigarribia, em 1865, na presença do imperador D. Pedro II e dos presidentes Mitre e Flores, rendeu-se às tropas aliadas. Terminava assim a tentativa paraguaia de unir-se aos Blancos do Uruguai mediante a invasão da Argentina e do Brasil.

De acordo com o Tratado da Tríplice Aliança, o comando-geral das tropas aliadas competia ao presidente da Argentina, general Bartolomeu Mitre, muito embora houvesse, em toda a guerra, maior participação de forças brasileiras.

Nos últimos meses de 1865 e início de 1866, as forças brasileiras prepararam a invasão do Paraguai, realizando-a em abril desse mesmo ano na região denominada Passo da Pátria. Nessa época, destacou-se o marechal -de-campo Luís Osório, figura principal nas batalhas vitoriosas, de Passo da Pátria e Tuiuti.

Em setembro de 1866, agora sob o comando do Barão de Porto Alegre, os brasileiros obtinham nova vitória, apossando de Curuzu. Tentou então o presidente Mitre tomar Curupaiti, outra forte posição do inimigo à margem do rio Paraguai. No entanto, o general argentino não concretizou seu intento, pois, apesar da bravura dos aliados, os paraguaios tiveram tempo de preparar a defesa dessa cidade, tornando-a

praticamente inexpugnável.

53_43

O ADVENTO DA REPÚBLICA

FATORES

O advento da República é, sem dúvida, um dos aspectos de nossa história que maiores controvérsias levantou. Desde a própria proclamação, até hoje, muitas e diversificadas análises têm sido feitas. Nesta introdução, procuraremos, apoiados principalmente em um artigo de Emília Viotti da Costa (“Sobre as origens da República”), reconstruir os momentos interpretativos diferenciados que já foram expostos pelos diversos autores que se dedicaram ao tema.

É corrente, na ciência da História, a noção de que o agente de um processo histórico tem uma imagem superficial e deformada dos fatos que está vivendo. Os testemunhos de um evento são, via de regra, contraditórios e precisam ser comparados com outros tipos de documentos para que se possa medir o seu grau de veracidade.

Quando se trata da análise de um Golpe de Estado ou de uma Revolução, é preciso que o historiador procure, além dos fatos aparentes, as causas de ordem estrutural que o motivaram e que, geralmente, escapam à consciência dos contemporâneos. É preciso ficar sabendo quais os grupos sociais que se associaram para dar o Golpe ou fazer a revolução, contra quem e contra o que se dirigiu o movimento, a favor de quem e do que ele foi e, ainda mais, quais as forças que se aglutinaram para resistir a ele. É preciso medir a profundidade do movimento através do acompanhamento dos fatos posteriores para ser possível constatar se foi uma Revolução que subverteu o regime, renovando os grupos dirigentes e alterando a ordem econômico-social, ou se não passou de um simples golpe de Estado motivado pelos interesses de minorias que deslocaram outras minorias do poder.

O conhecimento dos acontecimentos posteriores e das mudanças ocorridas na sociedade, na administração, na política, na economia permite, pelo menos parcialmente, responder às indagações acima enumeradas. Mas isso não é tudo: é preciso indagar até que ponto essas mudanças correspondem ao programa oficial, aos anseios do grupo revolucionário e até que ponto a revolução se distancia dos objetivos iniciais e toma novos rumos.

Logo nos primeiros anos após a Proclamação da República, surgiram duas correntes interpretativas distintas: a dos “republicanos” e a dos “monarquistas” (sendo que estes logo se juntaram aos republicanos desiludidos com a experiência).

A grande tese dos “republicanos” era a de que a República sempre fora uma aspiração nacional. Defendiam este ponto de vista apoiados no fato de que em inúmeras revoltas e rebeliões do século XIX, no Brasil Império, a idéia de República sempre estivera presente. Esta noção já estava expressa desde a publicação do Manifesto Republicano de 1870. Outros aspectos ressaltados pelos “republicanos” eram:

- a Monarquia era um fato anômalo na América, onde só existiam repúblicas.
- criticavam o Poder Moderador afirmando que através dele a Monarquia havia cerceado as liberdades individuais, provocando um grande prejuízo para a nação.
- criticavam a excessiva concentração do poder monárquico, a vitaliciedade do Senado e as fraudes eleitorais.

Os republicanos consideravam a República como uma solução para todos esses problemas. A Proclamação da República na opinião desses cronistas foi a concretização de uma aspiração popular através da ação de um grupo de homens idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas tendências do século. É fácil compreender que a partir desse prisma de análise os “republicanos” tenderam a exaltar a atuação de alguns líderes, como foi o caso de Benjamim Constant e Silva Jardim.

Uma das obras mais representativas dessa primeira tendência *é Origens Republicanas - Estados de Gênese Política*, de Felício Buarque.

Em contradição ao que já foi dito, houve os cronistas “monarquistas”, dentre os quais merece destaque maior a figura do Visconde de Taunay. Para os “monarquistas”, a Proclamação da República não passara de um golpe militar que foi desfechado independentemente da vontade do povo. Para eles, a República surgira em conseqüência da indisciplina das classes armadas que contaram com o apoio de alguns fazendeiros descontentes com a Abolição . Para os “monarquistas”, a Proclamação da República fora um grande equívoco, pois a Monarquia dera ao país quase setenta anos de paz interna e externa, garantindo a unidade nacional, o progresso, a liberdade e o prestígio internacional.

Na mesma época em que os cronistas “republicanos” e “monarquistas” escreveram seus trabalhos, Max Leclerc, um viajante francês que aqui estava quando da Proclamação, escreveu um interessante livro (Cartas do Brasil), onde formula uma posição menos parcial: “*A Revolução está terminada e ninguém parece discuti-la, mas acontece que os que fizeram a revolução não tinham de modo algum a intenção de fazê-la e há, atualmente, na América, um Presidente da República à força. Deodoro desejava apenas derrubar um ministério hostil. Era contra Ouro Preto e não contra a Monarquia”*. Leclerc também não aceitava a idéia de cumplicidade dos fazendeiros descontentes; para ele, o que houvera fora a cumplicidade do silêncio e da inércia.

As contradições intrínsecas ao movimento de 1889 não demoraram para vir à tona. Já nos primeiros meses da República, quando ainda se tentava organizar o regime, ficou claro que os elementos da oligarquia rural disputavam o poder com elementos do exército e da burguesia. Entretanto, já no início do século XX, ficava claro quem eram os beneficiados pela República e quem eram os sacrificados. As tendências inicialmente obscuras e confusas já se tinham revelado nítidas aos olhos dos observadores; configurava-se

o domínio das oligarquias e a preponderância paulista.

A vivência do processo republicano sugeria novas explicações e dessa forma estimulava a revisão da História do Império e da República. É nesse contexto que, em 1906, apareceu o livro A República na América do Sul, de Coelho Rodrigues, que acrescentou um novo dado à intelecção do advento da República: a atuação dos fazendeiros do café que viram na República o caminho para passarem a controlar o poder do Estado. É interessante notar que essa idéia permaneceu mais ou menos esquecida dos demais historiadores até o início da crise das oligarquias cafeicultoras, quando ela foi retomada e passou a ser o cerne de inúmeras explicações para a implantação da República.

Os cronistas e historiadores de tendência republicana foram unânimes em apontar as deficiências do regime monárquico como a causa primordial da Proclamação da República. Entretanto, entre eles havia divergência no que dizia respeito à caracterização das forças que atuaram no movimento republicano.

Desde logo, delinearam-se duas linhas de interpretação no que diz respeito à composição dessas forças: a versão militarista e a versão civilista. Uma reivindicava para os militares, outra, para os civis, a glória do movimento. Uma considerava nociva a atuação dos militares na política, outra acentuava os benefícios decorrentes dessa intervenção.

CONTRADIÇÕES INTERNAS

Essas tendências de explicações militaristas e civilistas correspondiam à tensão entre elementos civis e militares que existia desde os tempos do Império . Para proclamar a República, essas tendências divergentes haviam se unido momentaneamente, mas passado o 15 de Novembro, as hostilidades recomeçaram e, de certa forma, estiveram sempre presentes. Com efeito, podemos dizer que a República foi o produto da atuação conjunta circunstancial de dois setores; o Exército e de segmentos das oligarquias agrárias, notadamente aquela ligada à produção cafeeira.

A década dos vinte foi pródiga em publicações sobre o advento da República. Já haviam passado vários anos da Proclamação da República e as decepções tinham se acumulado. A República revelara suas próprias fraquezas. Profundas modificações eram prenunciadas na economia e na sociedade. Os industriais, a pequena média burguesia e o proletariado urbano, grupos sociais que, em 1889, apenas se esboçavam, haviam ganhado importância e passavam a ter maior participação na vida política do país.

As necessidades e exigências desses novos grupos sociais, aliadas às reivindicações dos setores que se viam prejudicados pela hegemonia política da oligarquia paulista e mineira, criavam um ambiente favorável à revisão da História do Império e da República. No mesmo sentido, agia a crise que atingia a economia cafeeira.

A inquietação social e política dos anos vinte fazia com que os vícios da República fossem vistos aumentados e, em contraposição, tendia-se a uma visão idealista da Monarquia. Apesar de contraditórias na sua motivação inicial, essas atitudes, em face do passado, beneficiaram os estudos históricos à medida que determinaram um interesse pelas questões mais profundas do processo histórico.

Em vez de se apegarem aos fatos aparentes, os historiadores interessaram-se mais pelos mecanismos do governo imperial. A partir dessa nova perspectiva, foi possível constatar que, até então, se exagerara o

papel de D. Pedro na história do Império, quer para louvá-lo, quer para denegri-lo. O exemplo mais marcante desta nova tendência foi a obra O *Ocaso do Império, de Oliveira Viana.*

Esta nova tendência minimizou a importância do Partido Republicano e a atuação dos Positivistas. Para eles, o 15 de Novembro teve um caráter eminentemente militar. Segundo eles, foram os próprios partidos monarquistas que solaparam as bases do regime à medida que os partidos políticos do Império eram agregados de classe organizados para a exploração em comum das vantagens do exército do Poder. O movimento em favor da descentralização e da federação, que se acentuou a partir de 1868 (derrubada do Ministério de Zacarias de Goes), fora decorrente da indignação dos políticos contra a interferência do poder central (o Imperador, no caso) nos assuntos políticos do Brasil.

Com essa posição de Oliveira Viana, que foi referendada por Pandiá Calógeras, fixou-se um esquema analítico que foi repetido, daí para frente, na maioria dos manuais destinados ao ensino secundário: a República era fruto de ressentimentos acumulados do clero contra a Monarquia dos fazendeiros contra a Coroa, dos militares contra o governo e dos políticos contra o Imperador. A esses descontentamentos somava-se a incompetência dos políticos do Império, incapazes de defender o próprio regime que representavam.

Na mesma década dos vinte, alguns historiadores começaram a se interessar pelos aspectos econômicos e sociais da História e formularam novas hipóteses sobre a queda da Monarquia. Esta tendência é manifesta em alguns historiadores influenciados pelas idéias do Positivismo, como foi o caso de Euclides da Cunha, João Ribeiro e, principalmente, Vicente Licínio Cardoso.

Os aspectos cronológicos e episódios deixaram de ser a preocupação exclusiva da História. As explicações que apresentavam a História como resultante direta da vontade arbitrária e independente dos indivíduos foram rejeitadas. As explicações apresentadas pelos testemunhos diretos do fato histórico passaram a ser criticadas e motivos mais profundos começaram a ser pesquisados para explicar a queda da Monarquia.

A principal contribuição desta nova tendência foi a tentativa de relacionar os acontecimentos políticos com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos fins do Império, ou seja, com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e o conseqüente empobrecimento das classes rurais atingidas pela abolição.

Foi em meio a esse clima que, em 1933, apareceu a obra Evolução Política do Brasil, de Caio Prado Jr. O grande significado dessa obra de Caio Prado Jr., bem como de todas as suas realizações subseqüentes, foi a de se tentar escrever uma História que não fosse a glorificação das classes dirigentes. Caio Prado Jr., influenciado pela metodologia marxista, rejeitou as explicações tradicionais da História do Brasil: a República não foi uma reação contra os excessos do Poder pessoal como se vinha afirmando desde há muito. A política do Imperador sempre fora o reflexo das forças que atuavam no seio da sociedade. A principal razão da queda da Monarquia fora a inadequação das instituições imperiais ao progresso material do país, ou seja, estabelecia-se a conexão entre a Proclamação da República e as transformações ocorridas na estrutura econômica e social do país no decorrer do Segundo Império.

O revisionismo anunciado na historiografia brasileira pela obra de Caio Prado Jr. foi desenvolvido principalmente pelos autores de orientação marxista que estavam empenhados em combater os mitos fixados na historiografia tradicional. Entre eles houve divergência no que diz respeito à maneira pela qual deveria ser aplicado o método dialético; entretanto, todos eles estavam interessados em estudar os fatos políticos à luz das transformações ocorridas na infra-estrutura. Dentre estes autores destacaremos os nomes de Nelson Werneck Sodré e Leôncio Basbaum.

Para Nelson Werneck Sodré, a República foi o resultado da eclosão das alterações que se vinham processando e que alcançaram, em determinadas circunstâncias, as condições para aflorar e compor-se num conjunto capaz de realizar a liquidação do regime e a sua substituição por um outro, mais flexível e mais apto a permitir a longe e difícil acomodação de uma estrutura econômica ainda profundamente colonial, embora os fatores de progresso estivessem evidentes, ao surto do imperialismo que, por toda parte, rompia as barreiras e transpunha os obstáculos que se antepunham ao seu pleno desenvolvimento.

Em outras palavras, Werneck Sodré procura demonstrar os reflexos, na realidade brasileira, do desenvolvimento do imperialismo como uma etapa da história do capitalismo.

Para Leôncio Basbaum, a Monarquia nasceu condenada, trazendo consigo germes de sua própria destruição: o latifúndio, as relações feudais de produção e o escravismo. Desde 1850, com o fim do tráfico negreiro, a aristocracia do açúcar, classe social que dominava o país até então, entrou em seu definitivo processo de decadência. Entretanto, uma nova aristocracia surgia: a aristocracia do café, mais rica, mais poderosa, mais agressiva. Sua intervenção na vida política do país conduziria à República.

Segundo Basbaum, a essa transformação estrutural é preciso somar a crescente difusão da idéia federalista, as hesitações da Coroa em solucionar o problema da escravidão, o escasso prestígio do marido da Princesa Isabel que seria a sucessora no trono, a Questão Religiosa e a Questão Militar. Em suma, de uma certa forma, Basbaum reabilitou a visão tradicional que colocava a Abolição, a Questão Religiosa e a Questão Militar no cerne da explicação do advento da República.

Partindo de novos ângulos de abordagem e de novas formulações metodológicas, esses historiadores procuram interpretar fatos já conhecidos, utilizando dados fornecidos por historiadores e cronistas que nem sempre procedem de maneira científica. Em suma, estas novas interpretações eram prejudicadas pela ausência de uma base documental sólida.

A tendência mais atual da historiografia brasileira, é, exatamente, o desenvolvimento dos estudos monográficos, cujo objetivo é o aprofundamento de uma base documental manipulada sob a luz de uma

metodologia dialética. Este é o campo em que vem ocorrendo os estudos de Edgar Carone, Boris Fausto, Maria do Carmo Campelo de Souza e os "brazilianists".

O historiador José Maria dos Santos (*in Os Republicanos Paulistas e a Abolição afirma que a "elevação do Brasil ao regime republicano constitui, sem a menor dúvida, o programa de todos os nossos movimentos revolucionários*". Ele está querendo afirmar que a idéia da República esteve presente em todas as Revoltas Nativistas, nas tentativas de Emancipação Política, nas revoltas do Primeiro Império, da Regência e do Segundo Império.

A formulação de José Maria dos Santos ganhou um grande número de adeptos, e tornou-se genérica a idéia de que a República era uma verdadeira aspiração nacional. Esta posição é, hoje em dia, revista e criticada: é certo que a História do Brasil, do século XVII em diante, é uma série contínua de revoltas, revoluções, motins, levantes, golpes e rebeliões. Mas nem sempre esses movimentos ou quase-movimentos tiveram caráter republicano e quase nunca a República era o objetivo final. Quase sempre a República era um meio para atingir os verdadeiros objetivos, quando havia objetivos.

O primeiro movimento insurrecional de alguma importância de nossa História foi a Revolta de Beckman, no Maranhão, em 1684. Essa revolta não objetivava nem a República nem a Independência, voltava-se apenas para o fim dos privilégios dos jesuítas e dos concessionários do tráfego comercial.

Foi na Guerra dos Mascates, em 1710, em Pernambuco, que se ouviu, pela primeira vez, falar em República. Mas não se tratava de um movimento republicano. A aristocracia rural de Pernambuco, que tinha em Olinda o seu principal centro, contrariada com a ousadia dos comerciantes de Recife, a maioria dos quais eram portugueses, receando perder seus privilégios, derrubou o Governador que representava a monarquia Lusitana.

Dado que a maioria dos comerciantes do Recife era formada por portugueses (os olindeses os chamavam pejorativamente de "Mascates") , a revolta tomou um aspecto nativista. Na verdade, ela foi mais do que isso: os Mascates enriquecidos no comércio achavam injusto que Recife, a cidade mais rica e importante da Capitania, continuasse na dependência política de Olinda. Acrescente-se o fato de os Mascates serem credores da aristocracia rural olindense em função do fornecimento de mercadorias e de escravos e será fácil compreender as divergências que os de Olinda tinham para com eles.

Inicialmente, os Mascates pretenderam apenas participar da administração, mas depois, eles passaram a objetivar a separação de Recife em relação a Olinda. Como não eram atendidos pela coroa, os Mascates resolveram edificar a sua municipalidade por si só. Os de Olinda reagiram a tal atitude autonomista e impediram que Recife passasse a ter o seu próprio governo. Diante de tal fato, a República era a alternativa e, dessa forma, a idéia republicana revestiu um movimento que na verdade expressava a luta da classe dominante na defesa dos seus privilégios.

Na revolta de Filipe dos Santos, em Vila Rica em 1720, o objetivo dos revoltosos era o de promover uma tomada de procissão contra os abusos tributários da Coroa Portuguesa. A palavra República só aparece em uma carta do Conde de Assumir, governador das Minas, para o Governo Geral na qual ele declara que "*o desígnio dos cabeças era a formação de uma República*". Nada, entretanto, confirma essa suposição.

Outro caso é o da Inconfidência Mineira, de 1789, conspiração na qual o sentimento nacional já estava formado; nela, os objetivos dos conspiradores transcendem o caráter regional e atingem a idéia de País. Não há dúvida de que, entre os inconfidentes, há a idéia de República, entretanto, ela é apenas corolário de outra mais importante: a independência . É por esta que eles basicamente conspiraram.

A Revolução de 1817, em Pernambuco, ultrapassou o simples caráter de luta nativista. Há união entre aristocracia rural e comerciantes, entre o campo e a cidade. O "povo", entretanto, continua ausente: não existe ainda. É uma massa informe, pobre, difusa, de artesãos, libertos e empregados, quase todos analfabetos.

Os revolucionários de 1817, depois de hesitarem entre a simples deposição do Governador e a revolução no sentido republicano, decidiram-se por esta. É notável a influência dos ideais burgueses da Revolução Francesa de 1789 neste movimento. Entretanto, mesmo neste movimento, a República é muito mais um meio do que o objetivo da revolução. Em 1824, também em Pernambuco, eclode uma nova revolta. Não é por acaso que Pernambuco é de novo palco de uma revolta: ao lado da Bahia, Pernambuco ainda é a província mais rica do Brasil, que agora já era um País independente. Esta revolta, conhecida pelo nome de conjuração do Equador, representa uma primeira manifestação em prol do federalismo, ou seja, em prol da autonomia das províncias. Aos de espírito federalistas, uniram-se republicanos, que jamais faltaram em Pernambuco.

Mas não param aí as agitações no Norte e Nordeste do país, agitações cujas origens, nada republicanas, se encontram no estado geral de insatisfação das populações, em parte contra D. Pedro I e sua política que favorecia aos portugueses em detrimento dos brasileiros e, em parte, devido às dificuldades econômicas derivadas da decadência do açúcar.

O golpe de 1831, responsável pela abdicação de D. Pedro I, não coadunava com os interesses dos senhores de engenho que, dessa forma, vão sendo relegados a segundo plano na vida econômica do país. De 1831 a 1835, as perturbações da ordem se sucedem, na maioria das vezes, objetivando a volta de D. Pedro I.

A maioridade, em 1801, é o contra-golpe que fez voltar ao poder a aristocracia do Norte-Nordeste.

Durante o Período Regencial, foram inúmeros os movimentos sediciosos ocorridos (Cabanagem, Sabinada, Balaiada, Farrapos). Embora agregassem, vez por outra, simpatizantes da República, nenhum deles foi efetivamente republicano, quando muito, abrigavam na idéia de República a pretensão federalista (o caso mais evidente é o da Guerra dos Farrapos).

A revolução Praieira, última das revoltas do Segundo Reinado, de 1848, esteve também muito longe de representar um movimento em prol da República.

Concluindo, podemos afirmar que nenhum dos movimentos da História do Brasil foi efetivamente republicano. Pretender sustentar uma idéia oposta a isso é querer referendar mais um dos mitos de nossa história.

Antes de 1822, o fundo político das rebeliões era, antes de tudo, a independência, a luta contra a exploração da metrópole; a República surgia como simples conseqüência. Depois da Independência, o fundo político das lutas era principalmente o federalismo. Isso não quer dizer que não houvesse republicanos, isto é, homens para os quais a República era o sistema ideal para o Brasil, aspiração suprema e solução definitiva para todos os problemas brasileiros.

Após a Revolução Praieira, 1848, o Brasil conheceu um período de paz e prosperidade. O Império se fortaleceu e a aristocracia açucareira retoma o poder e dele iria usufruir por mais quarenta anos.

Paralelamente ao progresso material, a formação e o crescimento das cidades, o advento das estradas de ferro, dos telégrafos, da iluminação a gás, da iluminação pública, da indústria e dos transportes urbanos, começa a se desenvolver uma camada intelectual, ávida de conhecimentos e de idéias novas.

Seria natural que esse desenvolvimento intelectual fosse profundamente influenciado pela Inglaterra, uma vez que ela exercia uma efetiva e real hegemonia sobre a realidade material brasileira. Entretanto, enquanto nossos políticos procuram copiar as instituições inglesas, nossos intelectuais seguiam os modelos franceses. Esta realidade é compreensível se lembrarmos que os nossos intelectuais eram, na sua esmagadora maioria, oriundos das camadas médias da sociedade, ou seja, de estratos sociais que não estavam diretamente subordinados aos interesses ingleses.

A França, sob o domínio da burguesia, especialmente nos anos setenta em diante, simbolizava as idéias republicanas e democráticas com que sonhavam os elementos das camadas médias.

Nossas camadas médias também sonhavam com a Abolição e a República; todavia, apenas sonhavam e pouco faziam por elas. Para a nossa intelectualidade, a República era mais um sentimento “estético” do que propriamente prático ou político.

As camadas médias de nossa sociedade, em função do número reduzido de seus membros e da sua debilidade, tinham de se guiar pela influência estrangeira. Mas se essa influência estrangeira, particularmente “os abomináveis princípios franceses” como eram designados entre nós pela classe detentora do poder, dificultou e retardou a formação de uma literatura nacional (os nossos movimentos literários franceses), foi, ao mesmo tempo, benéfica, pois ela se inclinava no sentido da Abolição, da liberdade e mesmo do nacionalismo. De qualquer modo, preparou o ambiente para a República.

Igualmente débil foi a influência da Maçonaria, cuja presença, durante o Primeiro Reinado e a Regência, fora tão importante. Em relação à República, seu papel foi quase nenhum. Nos últimos anos do Império, a Maçonaria já havia perdido grande parte de seu papel político. Aos poucos havia voltado às suas funções de sociedade secreta, filantrópica, de ajuda mútua. Sua participação na campanha abolicionista era uma determinação mais do seu espírito filantrópico do que uma posição de classe.

A evolução da vida social e política atingira também a Maçonaria. Ela continuava sendo o reduto da “gente da cidade “. O clero a estava abandonando, principalmente por pressão da Igreja, mas comerciantes, industriais, profissionais liberais e um ou outro fazendeiro continuavam a freqüentar suas lojas, sem grande distinção.

É verdade que alguns republicanos, como Saldanha Marinho, eram maçons, mas isso não era suficiente para dar caráter político à Maçonaria.

Influência mais sensível para a propagação das idéias republicanas, embora muito longe de ser decisiva, foi a do Positivismo. Era, mais uma vez, como na literatura e na maçonaria, o reflexo das idéias francesas.

Quando, em 1876, foi fundado o Apostolado Positivista no Brasil, já o comtismo (Augusto Comte foi o iniciador do Positivismo) estava em decadência na França. Seus discípulos mais eminentes (Cousin, Laffite e Littré) procuravam salvar o que havia de útil e construtivo na doutrina positivista e, nessa medida, exerciam significativa influência sobre o desenvolvimento científico.

O Positivismo foi, originalmente, uma filosofia idealista e metafísica, embora buscasse apoiar-se na ciência. Socialmente, era uma doutrina antidemocrática, de uma burguesia que, havendo tomado o poder, queria agora fugir do povo que a ajudara a tomá-lo.

O conhecimento científico era uma necessidade da burguesia em meio ao seu processo de expansão. A “Religião da Humanidade “ era uma tentativa de conciliação entre a ciência e a religiosidade.

Para o Brasil, a presença do Positivismo representou um verdadeiro progresso da consciência no sentido de representar uma libertação em relação aos dogmas cristãos que ainda dominavam e emperravam a ciência em nosso país.

Politicamente, os positivistas se aproximavam dos republicanos, embora não estivessem totalmente de acordo com o Manifesto de 1870 (carta ideológica fundamental dos republicanos brasileiros). Os positivistas defendiam a idéia de uma Ditadura Republicana.

A idéia que os positivistas brasileiros tinham de suas próprias idéias era bastante confusa; insistiam em reivindicações de caráter absolutamente secundário e, sobretudo, dando maior importância ao aspecto religioso da filosofia comteana, criando no Brasil a Igreja e o Apostolado Positivista que, sob a direção de *Miguel Lemos e Teixeira Mendes*, se transformaria num dos maiores, senão o único, centro positivista religioso do mundo.

Além de pleitearem a autonomia dos Estados, a velha idéia federalista desejada por todos, os positivistas pleiteavam: liberdade espiritual, industrial e profissional, proibição de anonimato na imprensa.

Não é possível negar que o Positivismo tenha exercido alguma influência na propaganda republicana, mas é preciso não exagerar essa influência. A irradiação do credo positivista foi insignificante, só foi um pouco mais extensa nos centros de cultura matemática como a Escola Politécnica e a Escola Militar. Basta lembrar que, em 1889, o Apostolado Positivista tinha apenas cinqüenta e três membros contribuintes.

Mais importante do que as idéias do Positivismo na propaganda e organização da República foram as personalidades de alguns republicanos como *Benjamim Constant, Demétrio Ribeiro e, principalmente Silva Jardim.* Todos eles foram positivistas, embora este último se afastasse do positivismo ortodoxo que impedia seus adeptos de intervir diretamente na política.

A contribuição desses republicanos como positivistas foi mínima. Se o Positivismo contribuiu para popularizar o ideal republicano, com maior repercussão no Exército, as idéias positivistas, como doutrina filosófica, pouca influência tiveram.

Alguns dias após a Proclamação da República, já instalado o novo governo, o Apostolado Positivista apresentou uma série de sugestões: conservação permanente da Ditadura Republicana, acumulação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na pessoa do Ditador que teria o direito de livre escolha do seu sucessor, abolição do regime parlamentar e do ensino oficial, Câmara Única destinada exclusivamente às discussões orçamentárias, separação entre a Igreja e o Estado, liberdade espiritual.

Embora Benjamim Constant e Demétrio Ribeiro fizessem parte do Governo Provisório, praticamente nenhuma dessas sugestões foi acatada.

Não podemos, entretanto, negar a influência do Positivismo na formação intelectual da oficialidade jovem do exército brasileiro no caso do Império, notadamente, na dos militares da Escola Militar da Praia Vermelha situada no Rio de Janeiro. Com efeito, o “cientificismo” positivista encontrava os jovens oficiais, cujo “background” cultural era de cunho técnico-científico. Além disso, o “moralismo” conservador e reacionário da doutrina de Augusto Comte adequava-se à rígida formação ética dos militares. Em suma, o Positivismo arrebatava a inteligência do oficialato pelo seu duplo caráter, “progressista”, no tocante ao conhecimento, e “conservador”, no que tange aos aspectos morais.

Devemos ressaltar, também, que muitos princípios positivistas influenciaram os líderes e seguidores do modelo “jacobino” de República quando dos primeiros momentos do regime implantado em 15 de

novembro de 1789

A República resultou, entre outros fatores, da não adequação do aparelho de Estado imperial às novas realidades econômicas e sociais vividas pelo Brasil no final do século XIX.

A partir de 1850, o Brasil conheceu impressionante surto de novas atividades econômicas. Foram fundadas 62 empresas industriais, três caixas econômicas, catorze bancos, vinte companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, quatro de colonização, oito de mineração, duas de gás, três de transporte urbano e oito de ferroviário.

Também nesse período, graças à abolição do tráfico negreiro, ocorria uma transferência de capitais da área rural para as zonas urbanas.

A euforia produzida por esse surto desenvolvimentista geraria, entretanto, uma série de crises financeiras, notadamente as de 1857 e 1864, responsáveis pelo fracasso econômico dos primeiros empresários capitalistas do Brasil, destacando-se a figura de Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá).

A prosperidade tornaria depois de 1870, com a multiplicação dos estabelecimentos comerciais e industriais, a substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre, o aparecimento de técnicas novas de transmissão de pensamento, de iluminação e de transporte.

Em conseqüência de todas essas inovações, as cidades passaram a ter um papel sócio-econômico de importância decisiva. Na região Centro-Sul do Brasil, sede da lavoura cafeeira de exportação, o desenvolvimento econômico era extremamente rápido. Em contrapartida, as áreas agrícolas nordestinas estacionavam ou declinavam.

Acentuava-se progressivamente o desnível entre a próspera realidade do sul e a decadente situação das zonas setentrionais, desnível esse que deixava clara a posição inferior do Nordeste, desde que o algodão e o açúcar desapareceram, praticamente, da balança de comércio exterior brasileiro.

Na realidade, o referido desnível não representava mais do que o contraste entre a estrutura colonial de produção, ainda vigente no Nordeste, e as condições a que o Centro-Sul se adaptou: entre uma área de regime semifeudal e uma zona onde já estavam presentes relações capitalistas de produção.

Em decorrência das mutações econômicas, a sociedade brasileira da fase final do Império apresentava alguns sinais de mudança que a diferenciavam da estrutura social vigente na primeira metade do século XIX. Apesar disso, a camada constituída pelos proprietários de terras e de escravos, quase todos os titulares da Monarquia - os “barões do Império “- , era ainda dominante e absoluta.

Quase sempre, os latifundiários do café, ciosos de seu predomínio político, enviavam os filhos para os bancos e exame da Faculdade de Direito de São Paulo, onde eles se adestravam em prélios oratórios e cultivavam dotes poéticos. Eram esses os futuros dirigentes do país, nascidos no latifúndio e esquecidos do espírito da terra pela atração da vida européia.

Na segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira apresentava uma incipiente classe média, composta dos seguintes elementos:

- os ligados ao comércio externo e interno, aqueles em nível mais alto porque mais próximos da camada senhorial exportadora.
- o Funcionalismo público cada vez maior, pois o Estado se apresentava como o principal empregador, visto ser o trabalho manual, em sua maioria, exercido pelos escravos.
- as profissões ditas liberais, o sacerdócio, a atividade militar e outras de caráter intelectual.
- os pequenos produtores agrícolas, particularmente os que provinham da imigração e da colonização, sufocados pela presença esmagadora de grandes produções e pela invasão do mercado interno pelos concorrentes estrangeiros.

Essa classe média que acabamos de delinear, essa burguesia plenamente constituída, achou-se, a partir de 1870, apta para candidatar-se a um poder que já oscilava "nas mãos trêmulas da aristocracia açucareira", setor decadente da classe dominante que assentava o seu prestígio político na agricultura do norte do país. Mas a burguesia não seria capaz, por si só, de alterar a realidade política brasileira, apoiando-se numa força nova, ou seja, o Exército Nacional.

Como observa San Tiago Dantas, "*não se tem dado o relevo a este fato capital de nossa história: a identificação do Exército com a classe média. Se é verdade que entre nós a classe média não surge com a estrutura econômica robusta que lhe daria tanta influência no destino de outras sociedades, é certo que essa deficiência surge compensada pela concentração de força política que lhe seria proporcionada pelo surgimento de um verdadeiro poder novo: o poder militar. Foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e a coesão internas que dele fariam, daí por diante, o ponto de maior resistência de nosso organismo político. A monarquia agrária, impregnada de civilismo, não soube ou não quis captar a nova força, para a qual não contribuíram os filhos da aristocracia produtora de algodão, açúcar e café. Na classe média é que o Exército vai escolher os seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudos da classe média que foi, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia, a Escola Militar. "*

Devemos ressaltar, como o faz Nelson Werneck Sodré, que ocorre uma cisão no bloco, até então monolítico, dos setores sociais dominantes brasileiros.

De fato, na segunda metade do século XIX, o Brasil conheceu a decadência do latifúndio exportador do Nordeste, cujos produtos (algodão e açúcar) foram progressivamente alijados dos mercados internacionais, enquanto que a produção cafeeira ampliava e reforçava os seus vínculos com o capitalismo na sua fase imperialista. Noutros termos, duplicava-se, em nosso país, a realidade do capitalismo imperialista: áreas hegemônicas (aquelas ligadas aos eixos imperialistas dominantes) e áreas periféricas (as desligadas de núcleos hegemônicos do capitalismo mundial) .

O estado Imperial, expressão de uma classe dominante monolítica, deixava, portanto, de representar e expressar os eixos dinâmicos da produção brasileira - a empresa cafeeira. Por conseguinte, podemos dizer que a República expressou a vitória dos setores das classes dominantes vinculados ao capitalismo imperialista. Com efeito, o federalismo e a descentralização político-administrativos pedidos pelo setor cafeeiro facilitavam consórcio deste setor com o imperialismo o que era abastado pela estrutura centralizadora do Império.

MOVIMENTO REPUBLICANO

Quando, em 1870, foi fundado o primeiro Clube Republicano, o sentimento Republicano ainda era uma idéia vaga na cabeça de alguns elementos mais ou menos intelectualizados das cidades maiores, principalmente no Rio, onde era maior a concentração urbana e maior também o número de jornalistas, médicos, engenheiros, que constituíam a principal parcela de adeptos do republicanismo.

Em 1870, os republicanos do Rio se julgaram suficientemente numerosos para reunir e fundar um Partido. A 03 de novembro, trinta pessoas, depois de alguns debates em que não houve inteira homogeneidade, fundaram o primeiro Clube Republicano.

Em 03 de dezembro de 1870, foi publicado o Manifesto Republicano que, sintetizando a média do pensamento republicano, iria servir de base e ponto de aglutinação para os clubes republicanos que, a partir daí, foram sendo fundados em diversas cidades do País. O Manifesto foi assinado por cinqüenta e oito pessoas, entre as quais alguns nomes se destacaram mais tarde, quer na propaganda, quer na direção do Partido Republicano. Entretanto, a maioria dos signatários nem sequer deixara rastros depois de o terem assinado. Dos cinqüenta e oito assinantes, doze eram advogados, oito jornalistas, nove médicos, quatro engenheiros, dois professores, três funcionários públicos, nove negociantes e um fazendeiro. Deve-se observar que o Manifesto Republicano é um documento de pouca profundidade analítica limitando-se a uma crítica superficial das instituições do Império e evitando abordar qualquer questão controvertida ou estrutural. Por exemplo, um assunto candente e explosivo como a Abolição nem chegou a ser tocado pelo documento. De fato, ele se contentava em fazer um pequeno histórico das idéias republicanas ao longo da história brasileira, atacava os mecanismos institucionais do Império e apontava a singularidade da monarquia brasileira no contexto da realidade americana. O manifesto foi publicado no primeiro número do jornal “A República “, fundado para ser o órgão oficial do Partido, mas que, em 1872, passou à direção e propriedade de *Quintino Bocaiúva*, um dos principais teóricos do Partido. Em 1874, este primeiro periódico republicano deixou de circular.

Em 1875, com o objetivo de conseguir a unificação dos republicanos, inclusive de outras províncias, foi fundado o *Clube Republicano Federal*. Para participar do mesmo, não era suficiente aderir ao Manifesto de 1870, era necessário ainda assinar um "Termo de Adesão ", uma espécie de juramento solene no qual o sócio se comprometia a "livre e espontaneamente abjurar o sistema monárquico do governo".

Com a fundação do Clube Republicano Federal, recrudesceu a propaganda republicana. Novos jornais começaram a surgir: "O Brasil Americano" , "A Lanterna", "O Amigo do Povo "(este último mais tarde passou a se chamar "A República").

Em 1878, com a volta do Partido Liberal ao poder, depois de passar dez anos afastado dele, o movimento republicano sofreu um forte abalo, pois o número de defecções foi bastante grande. Alguns dos desertores eram fundadores do Partido Republicano e signatários do manifesto de 1870, é o caso de : Lafaiete Rodrigues Pereira, Cristiano Otoni e Salvador de Mendonça.

Durante alguns anos, o movimento republicano ficou em situação de franca inércia. Somente a partir de 1886, o movimento começou a recuperar seu antigo impulso, principalmente em função dos novos nomes que vieram engrossar o movimento. Vários clubes e jornais foram fundados, o Partido participou de diversas eleições, embora sempre sem êxito.

Somente em 1887, com o aparecimento de Silva Jardim, a propaganda republicana passou a ter atitude efetivamente catequizada e militante. Entretanto , os acontecimentos se precipitaram e marcharam mais depressa que o Partido. O 15 de Novembro, embora feito com a colaboração de alguns chefes republicanos, está muito longe de ter sido obra do Partido.

Com efeito, apesar do grande número de jornais e do valor de alguns dos seus líderes, a influência republicana no Rio era pequena.

Em São Paulo, o Clube Republicano nasceu pouco depois do Rio. Alguns dias após a publicação do Manifesto de 1870, Américo de Campos comunicava ao Clube Republicano do Rio a fundação do Clube Paulista.

O Clube Republicano Paulista foi fundado por alguns elementos mais avançados do Clube Radical. Em São Paulo, como no Rio de Janeiro, havia uma relativa disseminação das "novas idéias " da Europa. Embora em menos proporção que o Rio, a capital da Província de São Paulo era um adiantado centro cultural. A faculdade de Direito se impunha como uma das mais importantes do País.

Da mesma forma que o Rio, havia um grupo de profissionais liberais, se bem que menor, que simpatizavam com a República. Dentre eles destacava-se Alberto Sales, irmão de Campos Sales, que desenvolveu uma intensa propaganda republicana através do seu "Catecismo Republicanos", publicado em 1885, e distribuído, em larga escala, no sul do País. Mas, como a maioria dos republicanos paulistas, Alberto Sales era racista, insistia na inferioridade moral e intelectual dos negros e mestiços e não se referia jamais à escravidão.

Além dos grupos intelectualizados, havia ainda os ricos fazendeiros que eram simpatizantes da República. É o caso de João Tibiriçá Piratininga e de José Vasconcelos de Almeida Prado, que embora fossem grandes senhores de escravos, tendo voltado de seus estudos na Europa, apresentavam uma mentalidade

diferente dos homens comuns de sua classe.

Não se tratava, todavia, apenas de simpatia pela República: era simpatia pelo poder. São Paulo vinha se tornando a província mais rica do País. O café já era a maior riqueza nacional e, todavia, o Império era dirigido e dominado pela decadente aristocracia rural do açúcar. A oposição ao governo e, por extensão, à Monarquia era natural.

A partir da aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, o Clube Republicano paulista viu seus quadros ampliados pela massa de escravocratas descontentes. No final do mesmo ano de 1871, o clube Paulista subscreveu o Manifesto de 1870, embora tenha ressaltado o seu desejo de permanecer independente. Esse desejo de independência prendia-se fundamentalmente no delicado aspecto da questão servil (o Manifesto não tocava na questão servil, mas os clubes das demais províncias eram formados, na sua maioria , por abolicionistas).

Em 1873, realizou-se a *Convenção de Itu* que fundou o Partido Republicano Paulista (o PRP). Dos cento e trinta e três convencionais de Itu, setenta e oito fazendeiros contra cinqüenta e cinco de “outras profissões”. Em suma, o PRP era formado fundamentalmente por fazendeiros de café, muitos dos quais escravocratas ferrenhos.

No mesmo ano de 1873, os republicanos paulistas aprovaram um manifesto no qual declaravam que a questão servil era um problema social e não político, que o mesmo deveria ser entregue para ser resolvido no âmbito provincial, sendo que cada Província deveria resolvê-lo de acordo com as suas necessidades particulares e que, em qualquer caso, a escravidão deveria ser abolida com o pagamento de indenização aos senhores de escravos.

Simultaneamente à fundação do Partido e vários clubes espalhados pelo interior, surgiram inúmeros jornais, a maioria dos quais pequenos e de curta duração. Alguns desses periódicos eram francamente republicanos (“A República”, “A Propaganda”, “O Rebate”); outros, embora não fossem declaradamente republicanos, defendiam as idéias da República (“A Província de São Paulo “ e o “Diário Popular”).

Em 1887, o PRP elegeu três deputados provinciais, dentre eles Prudente de Morais, com o apoio do Partido Liberal. Em 1888, a Câmara de Vereadores de São Borja, no Rio Grande do Sul, aprovou uma moção que teria grande repercussão na vida política nacional e iria fortalecer as teses republicanas. Essa moção punha na ordem do dia o problema da sucessão imperial e fixava uma posição contrária à entronização da princesa Isabel I e de seu marido, o Conde D’Eu, que eram os presumíveis herdeiros da Coroa. Martinho Prado quis votar uma moção semelhante em São Paulo, mas nem sequer conseguiu número suficiente de assinaturas para apresentá-la.

Nas eleições provinciais de 1888 e 1889, os republicanos, para poderem derrotar os liberais, candidatos governistas, uniram-se aos conservadores. Os republicanos não conseguiram eleger nenhum de seus representantes. Segundo os números das eleições de 1889 (3.593 votos para os republicanos, 6.537 para os liberais e 3.957 para os conservadores), um quarto do eleitorado paulista era republicano.

Em Minas Gerais, que na época ainda era a mais populosa e rica província do Império, o movimento republicano não atingiu o mesmo vigor que no Rio e em São Paulo, muito embora o Manifesto de 1870 conseguisse ter repercussões e desse origem a muitos clubes republicanos que, entretanto, não

conseguiram unir-se, fazendo surgir um partido de âmbito provincial. Mesmo com a dispersão de suas forças, os republicanos mineiros conseguiram eleger, antes da proclamação da República, dois deputados provinciais: Afonso Celso, em 1881, que foi eleito como membro do Partido Liberal, e em 1884, Álvaro Botelho.

No Rio Grande do Sul, até o 15 de Novembro, o Partido Republicano não passou de um pequeno grupo de profissionais liberais, recém-formados, que haviam adquirido as “novas idéias”durante sua passagem pelos bancos universitários, principalmente na Faculdade de Direito de São Paulo. Dentre eles, merecem destaque; Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Barros Cassal e Demétrio Ribeiro. Devemos ressaltar que o núcleo dominante do PRP era constituído por elementos de formação positivista, o que viria a ser o germe da profunda crise intestina que a política gaúcha viveria por várias décadas.

No Norte-Nordeste, a idéia republicana era pouco difundida. Segundo Oliveira Viana (*in O Ocaso do Império*), enquanto no Sul havia duzentos e quatro clubes republicanos, no Norte-Nordeste havia apenas trinta e três.

A debilidade do movimento republicano no Norte-Nordeste é justificável em função da debilidade de suas camadas sociais urbanas e do fato de sua aristocracia rural ser a principal fonte de recrutamento do pessoal que servia a Monarquia (Cotegipe, Rio Branco, Sinimbu, Dantas e João Alfredo, por exemplo, eram de lá).

No Norte-Nordeste, o número de escravos era reduzido na maioria das províncias, de tal forma que a abolição não trouxe grandes conseqüências positivas para o movimento republicano.

O conjunto de fatos, até agora demonstrado, nos permite concluir que o movimento republicano no Brasil não era, como pretendem alguns autores, um movimento de caráter burguês e, muito menos, de caráter popular.

De modo geral, o republicano consubstanciava o sonho político de algumas camadas intelectualizadas da pequena burguesia urbana, de alguns setores positivistas ou simplesmente descontentes do Exército e, principalmente representava os interesses da classe dos fazendeiros do café, a nova aristocracia rural, que buscava o poder no sentido de estabelecer uma adequação das instituições políticas brasileiras com a infra-estrutura que fora profundamente modificada, durante o Segundo Império, em função da crescente penetração do capitalismo em seu estágio imperialista.

É a partir dessa perspectiva que podemos entender o fato de que, durante a Primeira República (1889/1930), após os primeiros anos que foram caracterizados por intensas agitações, houve uma efetiva hegemonia do PRP.

É interessante notar que desde o início da propaganda republicana até depois da instauração da República não houve um Partido Republicano (“Nacional” na acepção legítima do termo, ou seja, que controlasse a totalidade dos republicanos do país).

Em 1886, por iniciativa do Partido do Rio, foi convocado um Congresso Nacional, com representantes de todas as províncias, com o objetivo de unificar o Partido. Esse Congresso só se reuniu em 30 de junho de 1887 e resultou em um manifesto que nada de novo acrescentou. Em outubro de 1888, realizou-se um segundo Congresso Nacional que também não resultou em nada, pois o Partido só era Nacional no nome. Em maio de 1889, desta vez em São Paulo, realizou-se um terceiro Congresso Nacional que se limitou a tomar medidas de caráter orgânico como, por exemplo, a eleição de Quintino Bocaiúva para presidente do Partido Republicano Nacional. A eleição de Quintino representou uma vitória dos grupos moderados do Partido, já que entre os grupos radicais a figura mais importante era Silva Jardim, o qual recusou a reconhecer a nova direção e chegou mesmo a romper com o Partido.

Cumpre destacar que não havia sequer uma homogeneidade política entre os adeptos do Republicanismo. A idéia que sustentava a todos era, simplesmente, a República, em tudo o que mais divergiam.

As divergências começaram pelos motivos que os atraíam para o Partido Republicano. Além daqueles que sonhavam com a República, porque a França era uma República ou porque Augusto Comte a considerava como uma forma de governo superior à Monarquia, havia os que eram republicanos porque todas as nações da América o eram.

Havia os que eram simplesmente contra o Terceiro Reinado, porque o Conde D’Eu era estrangeiro, ou porque a Princesa Isabel era demasiado clerical, os adeptos desta posição prometiam o seu apoio, mas só após a morte de D. Pedro II.

Também havia divergências quanto à forma de atingir a República: uns do tipo revolucionário, como Silva Jardim, o qual, apoiado por alguns elementos isolados do Rio e de Pernambuco, pregava um movimento armado do povo; havia os evolucionistas, que constituíam a maioria, entre os quais havia também muitos positivistas, sendo que os evolucionistas pretendiam atingir a República com o tempo e por via legal.

Dentre os evolucionistas, que também eram chamados de moderados, destacavam-se Quintino Bocaiúva, Afonso Celso, Campo Sales, Teófilo Otoni, Prudente de Morais e Rangel Pestana.

Ao lado de Silva Jardim, ou seja, do grupo revolucionário, destacavam-se Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Lúcio de Mendonça e Francisco Glicério.

Politicamente as divergências eram menores, pois o Federalismo, idéia política fundamental do movimento republicano, era aceito tanto pelos evolucionistas quanto pelos revolucionários, que também eram chamados de exaltados, defendiam a centralização política em torno de uma Ditadura Republicana; por outro lado, os evolucionistas seguiam à risca as determinações do Manifesto de 1870.

Em relação às reformas pleiteadas (liberdade de pensamento e de religião, instituição de casamento e registro civil) não havia divergência.

No que diz respeito ao problema da escravidão, a divisão dos republicanos era a seguinte: os da Província do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba na Província de Minas Gerais eram escravocratas, ou seja, contrários à abolição; os do Município Neutro do Rio de Janeiro, do oeste da Província de São Paulo (nova zona da cafeicultura, onde o trabalho assalariado representado pelos imigrantes já fazia sentir a força das relações capitalistas de produção) e do resto do país, eram via de regra, abolicionistas.

Deve ficar claro que a República é resultante das transformações ocorridas na formação social brasileira, ao nível de sua infra-estrutura, durante a segunda metade do século XIX. A Proclamação da República foi uma tentativa de adequação da estrutura jurídico-política a uma nova realidade sócio-econômica.

As transformações da infra-estrutura caracterizaram-se por um sensível progresso do capitalismo em nossa formação social. O desenvolvimento da lavoura cafeeira no oeste paulista, a crise do escravismo, a crescente imigração, o surto industrial expansão do setor terciário de nossa economia, o crescimento de nossas cidades e a crescente presença imperialista da Inglaterra são alguns dos aspectos das tais transformações.

Em função dessa realidade mutante, verificamos que uma nova aristocracia rural, mais dinâmica e ligada ao café em novas zonas produtoras, permanecia marginalizada do controle do Estado, embora passasse a ser a classe dominante em termos econômicos. A República foi a forma pela qual ela pôde se apoderar do poder e, para tanto, contou com o apoio basicamente da classe média urbana, que embora ainda fosse incipiente, estava em plena expansão, e de uma parcela do Exército.

Apesar de ser esta a explicação maior para o advento da República, não podemos desprezar o aprofundamento da debilidade do regime imperial em função da crise do escravismo, dos conflitos com a igreja, dos conflitos com as camadas militares, da não-aceitação de um Terceiro Reinado com a Princesa Isabel e seu marido (estrangeiro desprestigiado), o Conde D'Eu. Há de se levar em conta, também, a reduzida, mas presente, influência do Positivismo e da propaganda republicana que, embora tenha tido escassa penetração, era manifesta através dos inúmeros jornais, clubes e partidos republicanos.

Estudemos, em seguida, o que chamaremos de fatores imediatos para a Proclamação da República, ou seja, a Abolição, a Questão Religiosa e as Questões Militares.

Para termos uma medida da importância da abolição e da campanha abolicionista na vida política do

Império, basta lembrarmos que o Escravismo fora o modo de produção dominante na formação social brasileira desde o século XVI e que o regime imperial de governo fora a estrutura jurídico-política a ele adequado.

De tal modo estava o regime escravo de trabalho arraigado nos costumes e na mentalidade de nossa gente que, durante muito tempo, a escravidão foi vista como fato absolutamente natural, perfeitamente concorde com as leis de Deus, o escravo não era elemento de trabalho, era também prova de riqueza e símbolo de nobreza.

Sem dúvida, sempre houve abolicionistas. Mas durante, pelo menos, três séculos, eles não passaram de expressões isoladas, representando opiniões isoladas e individuais, como a do Padre Vieira, e nunca a de alguma classe, camada ou mesmo grupo de homens.

A própria Maçonaria, que esteve ligada a tantos movimentos revolucionários em nossa história, somente considerou seriamente o problema da escravidão nos últimos anos do Império, quando a abolição já deixara de ser uma simples aspiração e passara a ser um imperativo econômico e social.

A luta contra a escravidão foi, durante três séculos, uma luta na qual os negros tiveram de lutar sozinhos não só contra os seus senhores, mas também contra a indiferença e mesmo cumplicidade dos brancos não-senhores e dos mulatos forros. Os negros tinham contra si toda uma sociedade organizada para o fim específico de explorá-los e impedir-lhes a fuga.

Organizando-se em quilombos, promovendo insurreições, fugindo, suicidando-se, o negro buscava a liberdade e, secundariamente, a preservação da sua cultura. É extensa e marcada por muita violência a história da resistência dos negros e de sua luta contra a escravidão.

A literatura, que é sempre reflexo de um povo, mesmo quando ela não se ocupa do povo e de uma época é, para o nosso caso, sintomática. Se excetuarmos Castro Alves e Bernardo Guimarães (*A Escrava Isaura*), pouco, ou quase nada, resta na nossa literatura de ficção da época, a favor do escravo. Macedo, como a maioria dos escritores do seu tempo, incluindo Machado de Assis, é completamente indiferente à escravidão e José de Alencar é escravocrata.

Só muitos anos após a extinção do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queiroz, de 1850), mais ou menos pelo fim da Guerra do Paraguai, na qual os escravos lutaram em troca de sua liberdade, que esse ambiente de indiferença pela sorte do escravo começou a mudar a ponto de, a partir de 1880, se formar uma corrente de opinião apaixonada e avassaladora.

Para formação dessa nova mentalidade, muito contribuiu a propaganda estrangeira contra a “vergonha nacional “ , como era considerada a escravidão, pelo fato de que nesta época o Brasil era o único país do mundo que mantinha o trabalho escravo. Também contribuiu a ação de grandes líderes abolicionistas (como Luiz Gama, José Mariano, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Rui Barbosa, todos grandes oradores que não economizavam oportunidades de manifestar a sua opinião abolicionista. E, final e principalmente, há de se considerar as próprias transformações de nossa infra-estrutura.

Isso não significa que os escravos e a escravidão fossem totalmente ignorados pelos brasileiros não-escravos até 1870. Já na Revolução de 1817, o único movimento revolucionário que até então referiu-se à escravidão, os dirigentes, acusados de tentarem libertar os escravos, defenderam-se dizendo que pretendiam fazê-lo de forma “lenta, legal e gradual”. José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1823, encaminhou à Assembléia Constituinte um projeto no qual dizia: “*Sem a emancipação dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará sua independência nacional... Sem liberdade individual não pode haver civilização em sólida riqueza, não pode haver moralidade e justiça, e sem estas filhas do céu, não há nem pode haver brio, força e poder entre as nações*”. Esta proposta de José Bonifácio nem sequer chegou a ser votada, já que a Assembléia foi dissolvida antes que isso acontecesse.

O próprio governo, percebendo pouco a pouco que o problema servil tinha de ser solucionado, não se achava, todavia, com as necessárias condições para tomar providências concretas e limitava-se a solicitar às Câmaras que aprovassem medidas de proteção para os escravos pertencentes ao governo nacional. Basta lembrar que a Constituição de 1824 não fala em escravidão, simplesmente desconhece o assunto.

As várias medidas e leis agravadas a partir de 1826, contra o tráfico negreiro, foram muito mais em conseqüência das pressões inglesas do que de qualquer outra coisa. Basta lembrar que, por esta época, a classe dominante ainda era a dos senhores de engenho do Nordeste e estes eram escravistas.

A extinção do tráfico em 1850 só foi conseguida quando a própria aristocracia se convenceu, conforme demonstrou Eusébio de Queiroz, de que o tráfego era sua ruína.

Ao contrário do que esperavam muitos escravocratas, a extinção do tráfico trouxe a primeira fase do progresso e prosperidade que o país conheceu desde sua independência. Os capitais que até então eram aplicados na compra de escravos, passaram a ser empregados em atividades mais lucrativas. Houve um primeiro surto de imigração, um sensível aumento no volume de comércio interno e externo e, em conseqüência, toda uma série de melhoramentos.

Apesar disso tudo, foram necessários mais de vinte anos para que fosse aprovada outra lei que objetivava liquidar a escravidão. Foi só em 1871, quando já não existia escravidão no resto do mundo, quando o próprio governo, através do Conde D’Eu, em 1870, havia promovido a abolição total da escravidão, sem indenização, no Paraguai conquistado, que as Câmaras brasileiras aprovaram a Lei do Ventre Livre proposta pelo Visconde do Rio Branco.

Essa lei, entretanto, logo se mostrou incapaz de extinguir a escravidão em prazo curto. Segundo cálculo de Joaquim Nabuco, permanecendo escrava a criatura nascida de ventre escravo em 27 de setembro de 1871 (a Lei do Ventre Livre é do dia seguinte) haveria escravos no Brasil até, mais ou menos, 1930 ou mesmo 1941.

Mais catorze anos foram necessários para que as câmaras aprovassem a Lei Dantas que libertava os sexagenários. Mas foi precisamente nesses catorze anos que se formou no país uma consciência abolicionista. André Rebouças iniciou sua campanha emancipadora. Joaquim Nabuco iniciou suas pregações abolicionistas, o mesmo acontecendo com José do Patrocínio. É fundada a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, a Associação Central Emancipadora e muitas outras entidades, nas diversas províncias.

Desde 1884, as províncias do Amazonas e do Ceará haviam abolido a escravidão em seus territórios. A Maçonaria e o Apostolado Positivista aderiram à campanha abolicionista.

Por influência de Patrocínio, os diferentes clubes e sociedades fundiram-se na Confederação Abolicionista.

Em 1885, após um ano de intensas lutas parlamentares, foi aprovada a Lei dos Sexagenários, a qual tinha apenas um valor simbólico, uma vez que não trouxe reais benefícios para os escravos favorecidos por ela. Mas era, afinal, mais um golpe no reacionário conceito de propriedade.

Apenas três anos depois, era tal o ambiente da nação que a Lei João Alfredo, apresentada à Câmara no dia 08 de maio de 1888, cinco dias depois já subia à sanção da Princesa Isabel e passava a vigorar, colocando um fim definitivo à escravidão.

Fatores como a participação do negro na Guerra do Paraguai, a pressão de organizações abolicionistas estrangeiras, o fato de o Brasil ser o único país a preservar a escravidão, o que denegria nossa imagem no exterior, e a própria campanha abolicionista interna nos ajudam a compreender a extinção da escravatura, entretanto, faz-se necessário levarmos em conta, principalmente, uma outra ordem de fatores. Dentre estes, vamos destacar:

- a escassez de mão-de-obra que se fazia sentir desde a extinção do tráfico (a estimativa é de que em 1850 havia cerca de três milhões de escravos: em 1887 havia 733.416) em função de ter sido demonstrado, na prática, a inviabilidade da coexistência do trabalhador escravo e do trabalhador livre (representados principalmente pelos imigrantes) em uma mesma propriedade, sendo que essa inviabilidade dificultava o crescimento dos contingentes de imigrantes.
- os crescentes fluxos migratórios de escravos do norte para o sul, ou seja, da decadente região açucareira para a próspera região cafeicultora.
- o decréscimo da população escrava é justificável em função de um complexo de fatores: a baixa natalidade (o número de escravas era bastante reduzido), a alta mortalidade (as péssimas condições de vida), o crescente volume de alforrias (espontâneas ou compulsórias - o próprio governo chegou a criar um Fundo de Emancipação), o crescente volume de fugas de escravos.
- o encarecimento do braço escravo como decorrência da escassez de mão-de-obra.
- a diversificação da economia brasileira, a partir do tráfico, demandava o surgimento de um mercado consumidor interno consolidado no Brasil.
- o fato de a imobilização de capital em escravos haver passado a ser uma má aplicação do dinheiro (os escravos eram caros, apresentavam uma baixa produtividade, pois trabalhavam no esforço mínimo, e havia outras aplicações possíveis para os capitais que se mostravam muito mais rentáveis).

Em função desse conjunto de fatores é possível compreender que a preservação da escravidão se tornou absolutamente inviável e, por isso, ela foi abolida.

A abolição da escravatura contribuiu para a queda do Império à medida que ela acelerou o processo de transformações pelas quais vinha passando a nossa infra-estrutura e, conseqüentemente, agravou a contradição entre a nova realidade sócio-econômica e as instituições imperiais. O Escravismo era o sustentáculo básico do Império. Deixando ele de existir, as instituições imperiais também ficaram condenadas.

A Questão Religiosa

Antes de estudarmos a Questão Religiosa, que muitos apontam como uma das causas imediatas da queda da Monarquia no Brasil, ressaltaremos que o clero brasileiro era recrutado, tradicionalmente, nas casas-grandes, onde a devoção das "sinhás" sonhavam com um filho padre que as tornasse mais íntimas dos seus santos e santas, e entre os membros da incipiente pequena burguesia, que mandava um de seus filhos, ou mesmo vários, para os seminários, à procura de instrução gratuita e de posição social que sua bolsa e situação não lhe permitiam oferecer.

A história do clero brasileiro está, assim, sobretudo no período imperial, mais ligada a considerações de ordem econômica e social do que espiritual.

Aliás a superficialidade da devoção dos brasileiros, notadamente no século XIX, foi algo que se revelou logo aos olhos dos viajantes estrangeiros. Um visitante francês, Augusto de Saint-Hilaire, que acompanhou, em São Paulo na semana santa de 1822, observava que "*ninguém se compenetra do espírito das solenidades. Os homens distintos delas participam apenas por hábito, e o povo comparece como se fosse a um folguedo* ".

Com efeito, para a imensa maioria da população brasileira, a religião consistia precisamente naquelas cerimônias que, como escreveu o Padre Júlio Maria, "não edificam, naquelas devoções que não apuram a espiritualidade, nos novenórios que não revelam fervor". Em conseqüência disso, a influência do clero derivava basicamente do aproveitamento, por parte de bom número de sacerdotes, do fanatismo gerado pelas ignorância popular.

Aproveitando-se da ignorância geral, esse clero adaptava-se e vivera na sociedade colonial, universalmente respeitando, usufruindo as riquezas que possuía, nada propenso à reflexão teológica, em "santa paz ", com o povo e acariciando-lhe as crendices e superstições, porque também se via impregnado delas.

Mas, ao lado desse catolicismo popular, havia outro, cultivado, zeloso dos dogmas teológicos e dos princípios do direito canônico. Representado por raros membros da elite clerical, não tinha nenhuma ligação com o povo, revoltando-se mesmo com a crendice ingênua da massa e com a indiferença religiosa da pequena camada culta da classe dominante.

Esse inconformismo fez com que dois elementos dessa elite do clero, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, que fora ordenado capuchinho em Versalhes, e D. Antônio Macedo Costa, antigo aluno do seminário da Saint-Sulpice, entrassem em choque com o governo imperial, originando-se disso a Questão Religiosa que se prolongou de 1872 a 1875.

Um dos principais fatores que motivaram a Questão Religiosa, também denominada "Questão Epíscopo-Maçônica", iniciada no Rio de Janeiro, foi a homenagem feita pela Maçonaria ao seu grão-mestre, o Visconde do Rio Branco, na época presidente do Conselho de Ministros do Império, por ocasião da assinatura da sua lei que declarava livres os filhos das escravas (Lei do Ventre Livre).

Durante a homenagem, Almeida Martins, um padre maçom, dos muitos que havia no Brasil, onde a Maçonaria nunca fora inimiga do Catolicismo, discursou, sendo por esta razão suspenso de suas ordens pelo bispo do Rio de Janeiro. Começava assim o grave conflito que envolveu o alto clero, a Maçonaria e o governo imperial.

No Recife, não fazia muito tempo, havia o já mencionado D. Vital de Oliveira. Vários maçons, que também eram membros de irmandades religiosas, mandaram rezar a missa em comemoração à fundação de uma loja (denominação dada às sedes da Maçonaria).

D. Vital, jovem, cheio de arroubo e de zelo, e que trouxera do Velho Mundo idéias antimaçônicas, proibiu a cerimônia religiosa. Seguros de sua força política, os maçons publicaram, então, uma lista das personalidades importantes que faziam parte da seita, entre elas alguns padres. Tomando conhecimento disso, imediatamente D. Vital suspendeu esses sacerdotes de suas ordens, determinando, também, a eliminação dos maçons das irmandades religiosas. Ninguém obedecendo, o bispo então lançou interdito contra as igrejas e capelas dessas irmandades. Os maçons apelaram para o trono e este, através do Conselho de Estado, atendeu à pretensão daquelas.

Em 12 de junho de 1873, o governo imperial, aproveitando-se do fato de estar ligado à Igreja conforme dispositivo constitucional (“regime do padroado” - estabelecido pela Constituição de 1824) determinou que o Bispo levantasse o interdito e deixasse os maçons tranqüilos em suas irmandades. Ante a recusa de D. Vital e considerando que os bispos, em razão da vigência do “padroado” , eram funcionários públicos, o governo mandou retirar o interdito.

Paralelamente, no Pará, onde era bispo D. Antônio da Costa, estabeleceu-se um segundo conflito entre o Estado e a Igreja, por motivos idênticos aos de Pernambuco. Em 1874 eram os dois bispos condenados a quatro anos de prisão, com trabalhos forçados. Pouco tempo depois, a pena foi comutada para a prisão em Fortaleza. Em 1875, finalmente, durante o Gabinete Caxias, os dois sacerdotes foram anistiados.

Não se deve exagerar a importância da Questão Religiosa como causa imediata da República, pois essa querela entre bispos, governo e Maçonaria passou despercebido pelo povo e não teve nenhuma repercussão entre os intelectuais.

Na ocasião, ninguém se movimentou a favor dos bispos e a maioria dos prelados brasileiros guardou, no decorrer do conflito, um prudente e tímido silêncio, o que não impediu, por certo, a partir de então, que o alto clero se tornasse, se não antimonárquico, indiferente à sorte de um regime que encarcerava bispos. Em suma, graças à sua falta de habilidade política ao tratar com os bispos do Recife e de Belém, o Trono perdeu a simpatia de um importante setor da vida nacional: a Igreja Católica.

O Exército e o Positivismo

Bem mais significativas que a Questão Religiosa foram as Questões Militares através das quais a Monarquia perdeu, definitivamente, o apoio de uma estimada parcela do Exército.

Na verdade, as Questões Militares foram uma série de pequenos incidentes que tiveram muito mais um caráter disciplinar do que político.

Em primeiro lugar, devemos observar que a Guerra do Paraguai dera ao Exército brasileiro, organismo militar oriundo da classe média, grande coesão interna e conseqüentemente força social e política. Além disso, o contato de nossos oficiais com os dos países platinos, de regime republicano, tornou o ambiente militar propício à mudança da forma de governo imperial.

Conscientes do seu novo poderio e, ademais, crescentemente politizados, não esconderam alguns elementos militares sua desconfiança e antipatia ao Império, surgindo, assim, as “Questões Militares”. A primeira, datada de 1884, foi provocada por um projeto do Marquês de Paranaguá sobre a reforma do montepio militar. Revoltados com a iniciativa governamental, realizada sem a menor participação do Exército, alguns oficiais formaram um “Diretório “, na Escola Militar, que delegou poderes ao tenente-coronel Sena Madureira para atacar, pela imprensa, a reforma projetada pelo Gabinete. Em conseqüência, Sena Madureira foi punido e o Ministro da Guerra proibiu aos oficiais discutir qualquer assunto pelos jornais.

A segunda “Questão Militar”, também de 1884, foi motivada pela recepção dada por alguns militares ao jangadeiro cearense Francisco do Nascimento, que conseguira obstar um embarque de escravos no Ceará

para as províncias do Sul. Sena Madureira, comandante da Escola de Tiro de Campo Grande onde se realizaria a homenagem, ao receber um pedido de informações a esse respeito, respondeu em termos pouco disciplinados, sendo novamente castigado.

A terceira “Questão Militar”, talvez a mais grave, originou-se das acusações injustas feitas a um oficial, o coronel Cunha Matos, pelo deputado piauiense Simplício de Rezende, durante uma sessão da Câmara em 1886. Cunha Matos, atingido em sua honra pessoal, defendeu-se pela imprensa, contrariando, dessa maneira, a proibição do Ministério da Guerra, que o mandou prender. Esse fato repercutiu intensamente entre a oficialidade, notadamente no Rio Grande do Sul, onde o comandante-das-armas da Província, o marechal-de-campo Deodoro da Fonseca, não escondeu sua simpatia pela figura do oficial injustiçado. Em 14 de maio de 1887, Deodoro da Fonseca assinaria um famoso Manifesto, de autoria de Rui Barbosa, em defesa da honra militar, considerada ameaçada por atos do governo.

Além dos aqui narrados, outros incidentes de menor importância, porém freqüentes, alargaram o abismo entre os militares e o trono, acelerando a mudança do regime. Contava a Monarquia com servidores fiéis entre os oficiais superiores, mas entre capitães e tenentes vigorava o mais intenso espírito republicano.

No Rio de Janeiro, principalmente, era enorme a fermentação política na área militar, pois a oficialidade mais jovem recebera, nos bancos da Escola Militar, a influência de um professor encarniçadamente republicano, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que destacada atuação teria na Proclamação da República.

A solução militarista para a Proclamação da República, que sempre se impõe nos países em que a massa não se acha suficientemente consciente da sua força revolucionária e dos objetivos a serem alcançados, surgiu em 1887 quando a chefia do Partido começou a cogitar seriamente da possibilidade de recorrer ao exército para derrubar o regime e proclamar a República.

As Questões Militares eram habilmente exploradas pelos republicanos, que não se cansavam de acirrar o ânimo dos militares contra o governo, assegurando-lhes ao mesmo tempo, todo o apoio. Por exemplo, no Rio, o jornal O País, dirigido por Quintino Bocaiúva, fazia grande alarde em torno dos conflitos que indispunham Exército e Governo.

A primeira conspiração deu-se em 1887. Frustrou-se segundo consta, em virtude da intervenção de Tomás Coelho, Ministro da Guerra e amigo pessoal de Quintino Bocaiúva. A segunda conspiração data de 1888, quando o Silva Jardim entrou em contato com Sena Madureira programando sublevação. Ao que parece, Sena Madureira não encontrou grande entusiasmo entre os principais chefes republicanos que ainda hesitavam diante da idéia de um golpe militar.

Tudo, entretanto, levava a esse desfecho. O rumo tomado pelas Questões Militares e a impaciência de alguns líderes republicanos provocaram novos encontros entre os dois setores descontentes e, desse contato, surgiria o Golpe de 15 de Novembro.

Basicamente, a abordagem teórica da participação dos militares na Proclamação da República deve levar em conta as motivações dos militares enquanto estamento e instituições burocráticas ameaçadas pelas elites imperiais em suas prerrogativas a até mesmo em sua existência, mas também deve compreender o Exército como vanguarda armada, organizada e lúcida das classes urbanas desprovidas de qualquer canal ou veículo de expressão no contexto de um Império formalmente liberal, mas de claro cunho oligárquico. Cremos ser simplistas, encarar o advento da República como simples ato de rebeldia dos militares insatisfeitos com a tutela do poder civil.

O GOLPE REPUBLICANO

Os primeiros desentendimentos entre o exército e Governo Imperial datam do fim da Guerra do Paraguai, sendo que essa situação de tensão se agravou à medida que o Exército se institucionalizava. As crises mais conhecidas foram o episódio ocorrido durante o ministério Zacarias, a propósito da indicação de Caxias para a chefia do Exército e as chamadas Questões Militares que envolveram Sena Madureira e Cunha Matos. O denominador comum desses conflitos era a disputa entre o poder militar e o poder civil.

Imbuídos de idéias positivistas e republicanas difundidas na Escola Militar, principalmente em virtude da ação de Benjamim Constant, alguns jovens oficiais sentiam-se encarregados de uma “missão salvadora” e estavam ansiosos por corrigir os vícios da organização política e social do País.

A mística da “salvação nacional” não era aliás primitiva desse grupo de jovens oficiais. Muitos oficiais mais graduados compartilhavam das mesmas idéias.

Os militares sentiam-se frustrados, mal recompensados e desprestigiados pelo governo. Tudo favorecia atitudes de indisciplina e revolta. Pelotas, um dos chefes militares de maior prestígio, confessava, em 1886, que num efetivo de 13.500 homens havia ocorrido 7.526 prisões por indisciplina.

Num país em que ainda eram escassas as oportunidades, o exército representava para as classes médias um meio de ascensão social. O Exército seria, sob certo aspecto, o representante das classes médias, mas envolvendo-se em questões políticas e sociais, os militares não abandonavam nunca o espírito de corpo que é a base da organização militar. Os pronunciamentos militares não repercutiam como manifestos

comuns. Levavam a marca do Exército. A participação dos militares na vida pública multiplicava as ocasiões de conflito. Com isso, a situação se agravava.

Não pense que o Exército agia coeso e unânime. Havia, certamente, entre os militares profundas divergências, mas a adesão de uma facção de oficiais, mais ou menos importante, às idéias republicanas foi decisiva para a Proclamação da República.

Quando os civis procuravam os oficiais para tramar a conspiração e preparar o golpe, encontraram da parte deles a melhor acolhida, ligados que estavam uns aos outros pelo mesmo imperativo: alterar as instituições vigentes.

O Exército já manifestara apoio à causa abolicionista, recusando-se a perseguir escravos fugidos. Restava proclamar a República. O Clube Militar foi, a partir de então, o principal núcleo de conspiração. A República nasceu sob o signo do Exército.

As agitações que se sucediam no País, instigadas, primeiramente, pelo movimento abolicionista e, depois, pela propaganda republicana, provocaram, nos meios monarquistas, sérias preocupações quanto ao destino da Monarquia. A hipótese de um Terceiro Reinado parecia cada vez mais distante.

Ao assumir o ministério, em julho de 1889, o Visconde de Ouro Preto tinha plena consciência dos riscos que iria enfrentar, tanto que encaminhou um projeto de reformas cujo objetivo era esvaziar o movimento republicano. As reformas propostas por Ouro Preto foram as seguintes:

- ampliação da representação política através da concessão do direito de votar a todos os cidadãos que soubessem ler e escrever, desde que provassem o exercício de profissão lícita e estivessem no gozo de direitos civis e políticos.
- estabelecimento da plena autonomia dos municípios e das províncias.
- estabelecimento da liberdade de culto.
- estabelecimento da temporariedade do Senado.
- estabelecimento da liberdade de ensino.
- máxima redução possível dos direitos de exportação.
- aprovação de uma lei de Terras que facilitasse a sua aquisição, respeitando os direitos dos proprietários.
- redução de frete e desenvolvimento dos meios de rápida comunicação de acordo com um plano previamente traçado.
- animar e promover os estabelecimentos de crédito.
- elaboração de um código civil.
- conversão da dívida externa e amortização do papel-moeda.
- estabelecimento de um equilíbrio orçamentário.
- fundação de estabelecimento de emissão e crédito, especialmente voltados para o estímulo à produção.
- retirada do aspecto político do Conselho de Estado que conservaria apenas o seu caráter

administrativo.

Ouro Preto partia da idéia da necessidade de fazer algumas reformas esperadas por setores da nação pois, se não fossem feitas dentro dos quadros do regime vigente, acabariam por se efetivar através de um movimento republicano. A melhor maneira de anulá-lo seria satisfazer suas reivindicações.

A Câmara recuou diante da proposta de Ouro Preto. O Deputado conservador Gomes de Castro, do Maranhão, logo após a apresentação do programa ministerial, apresentou uma moção de desconfiança que foi aprovada por setenta e nove votos contra vinte, depois de acalorada discussão durante a qual os deputados Cesário Alvim e Padre João Manuel fizeram profissão de Fé Republicana.

O resultado da votação testemunhava a incapacidade dos grupos dominantes de aceitar as mudanças e as reformas necessárias. Seria impossível realizá-las dentro dos quadros da Monarquia. Dias depois, a Câmara era dissolvida e convocada uma outra, a ser eleita, para reunir-se, extraordinariamente, a 20 de novembro de 1889.

A partir da dissolução da Câmara, a situação agravou-se. Ouro Preto tomou algumas medidas que desagradaram os militares e foram exploradas amplamente pelos republicanos.

Fervilharam por toda parte boatos a propósito de severas medidas que seriam tomadas contra o Exército. Aproveitando-se do ambiente de inquietação, alguns elementos do Partido Republicano Paulista e do Partido Republicano do Rio de Janeiro voltaram a insistir com os militares para que se colocassem à frente de um movimento contra o governo estabelecido.

Benjamin Constant, Frederico Sólon, Bernardo Vazques, Antônio Adolfo, Mena Barreto, Carlos de Alencar, Sebastião Barreto e Joaquim Inácio, todos oficiais do Exército, promoveram intensa propaganda republicana no seio da corporação.

A 11 de novembro, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério e o Coronel Frederico Sólon reuniram-se em casa de Deodoro da Fonseca como objetivo de convencê-lo a tomar partido. A 15 de novembro, a monarquia era derrubada por um golpe militar chefiado pelo Marechal Deodoro. É de notar que apenas uma minoria de republicanos achava-se a par do golpe. A maioria dos republicanos foi tomada de surpresa pelo 15 de Novembro.

O movimento resultou da conjuração de três forças: uma parcela do Exército, os fazendeiros do oeste paulista e representantes das classes médias urbanas. Essa três forças que se uniram momentaneamente em torno do ideal republicano conservavam, entretanto, profundas divergências que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime quando as contradições eclodiram em numerosos conflitos, abalando a estabilidade dos primeiros anos da República.

A debilidade das classes médias e do proletariado urbano propiciou a preponderância das oligarquias rurais até 1930, ou seja, durante toda a chamada Primeira República.

A Programação da República não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros.

QUADRO CRONOLÓGICO DE DECLÍNIO DO IMPÉRIO

- 1866 - D. Pedro II concede alforria aos escravos que participaram da Guerra do Paraguai.
- 1867 - D. Pedro II recebe o manifesto da Junta da Emancipação Francesa, condenando a escravidão no Brasil. O Imperador menciona em uma Fala do Trono a necessidade de se tomarem providências em relação ao escravismo, sem grande repercussão: os brasileiros se preocupavam mais com a Guerra do Paraguai.
- 1868 - Queda do gabinete Zacarias. Cisão do Partido Liberal.
- 1870 - Os liberais radicais fundam o Partido Republicano no Rio de Janeiro. É publicado o Manifesto Republicano, assinado por 58 pessoas, entre as quais Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e Aristides Lobo no jornal “A República “, Fim da Guerra do Paraguai. Intensificara-se a propaganda abolicionista. A questão servil é discutida no Parlamento.
- 1871 - O Imperador viaja para o exterior. É promulgada a Lei do Ventre Livre, baseada em um projeto de Rio Branco, segundo o qual o proprietário deverá cuidar dos filhos de escravos até que completem oito anos de idade e depois optar entre entregá-los ao governo, do qual receberia uma indenização, ou mantê-los consigo até a idade de 21 anos. A lei mais parece uma artimanha política para esvaziar a discussão parlamentar sobre o problema do que uma tentativa de libertar os escravos. Os proprietários quase sempre preferiam a segunda opção e nada os impedia de continuar a usar os escravos após os 21 anos. Fundação do Partido Republicano.
- 1872 - Início da Questão Religiosa. Em 1864, havia sido publicada a encíclica Syllabus, do Papa Pio IX, condenando a interferência da Maçonaria nos assuntos da Igreja. D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, através de interditos (suspensão do direito de realizar todas as cerimônias religiosas), pune os padres que se recusaram a deixar a Maçonaria. Fundação do Partido Republicano em São Paulo, na Bahia e no Ceará.

- 1873 - Congresso do Partido Republicano paulista: a convenção Republicana de Itu. D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, apóia D. Vital. O Imperador lança mão do Regalismo (poder soberano do Estado de promover alterações na hierarquia da Igreja). O imperador move ação judicial contra os bispos no Supremo Tribunal da Justiça, condenando-os a quatro anos de prisão, com trabalhos forçados. A imprensa republicana coloca-se a favor dos bispos. Pio IX, receando um abalo nas relações Estado-Igreja, ataca a decisão imperial. As constantes críticas levaram D. Pedro II a reduzir a pena para prisão simples.
- 1874 - Fundação de um centro republicano federal, com o objetivo de unificar os partidos republicanos provinciais.
- 1875 - Publicação do Regulamento Disciplinar do Exército, que proibia os militares de debaterem questões com os camaradas de farda, de qualquer posição na hierarquia militar, através da imprensa. A queda do gabinete Rio Branco. Ascensão do gabinete Caxias, que concede anistia aos bispos.
- 1878 - Após longo ostracismo (dez anos), os liberais retornam ao poder. Durante sua gestão, até 1883, os liberais demonstram desinteresse pela questão escravista. Os militares são definitivamente proibidos de discutir questões militares pela imprensa. Fundação do Partido Republicano no Rio Grande do Sul.
- 1879 - As discussões sobre a escravidão se reiniciam na Câmara graças à eleição de Joaquim Nabuco. Na campanha abolicionista, salientaram-se Luís Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e Joaquim Serra.
- 1880 - Fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e da Associação Emancipadora, que mais tarde formarão a Confederação Abolicionista. Delineiam-se as posições dentro do movimento abolicionista: “posição emancipadora” sustentada por moderados que desejavam a libertação gradual e indenizada dos escravos sem que a abolição provocasse mudanças políticas; “posição reformadora - assumida por Joaquim Nabuco e outros, que desejavam a abolição, mas com fidelidade à Monarquia; “posição revolucionária”, defendida pelos que se empenhavam na campanha abolicionista e pretendiam, através dela, derrubar a Monarquia. Promoviam revoltas da massa escrava e fundavam quilombos, como o quilombo Jabaquara, em Santos.

- 1881 - É promulgada a Lei Saraiva, que estabelece o voto universal e direito para os possuidores de renda anual mínima de 200$000. Os candidatos a deputados deveriam possuir renda de 800$000 e os candidatos a senador, 1.600$000.
- 1883 - O senador Marquês de Paranaguá apresenta projeto de lei criando o montepio militar, através de contribuições obrigatórias dos militares. O tenente-coronel Sena Madureira é punido por discutir o projeto do marquês pela imprensa: inicia-se a conhecida Questão Militar.
- 1884 - O gabinete Dantas apresenta o projeto de emancipação dos escravos sexagenários sem indenização, o que provoca protestos dos escravistas. Queda do Ministério Dantas. Júlio de Castilhos assume a direção do jornal, "A Federação ", fundado nesse ano no Rio Grande do Sul. Abolição da escravidão no Ceará e Amazonas. Sena Madureira é exonerado do comando da Escola Militar por ter homenageado o jangadeiro Francisco do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, em virtude de sua recusa em carregar escravos do Nordeste para o Sudeste, em jangadas.
- 1885 - D. Pedro II afasta os liberais e convoca os conservadores, que voltam a discutir a abolição. Os conservadores alteram o projeto Dantas de modo a ajustá-lo aos interesses dos grandes proprietários de escravos e transformam-no, em setembro, na Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotejipe: os escravos de mais de sessenta anos deveriam ser libertados, os senhores poderiam utilizar os seus trabalhos por mais três anos, a título de indenização pela alforria. A Lei Saraiva-Cotejipe satisfez os interesses dos senhores de escravos. A reação imediata à lei, em todo o país, foi "uma estrondosa gargalhada", revigorou-se a campanha abolicionista. Antônio Bento e os caifazes (organização paulista pró-abolição) intensificaram suas atividades, facilitando a fuga de negros de senzalas. Fundação do Partido Republicano no Paraná e em Santa Catarina.

- 1886 - o Caso Cunha Matos - o deputado Simplício de Resende discursa na Câmara, classificando de perseguição política as acusações do coronel Cunha Matos ao capitão Pedro José de Lima (desvio de material do exército do Piauí). Cunha Matos defende-se pela imprensa, contrariando as determinações do Ministro da Guerra: é preso por dois dias e punido. O tenente-coronel Sena Madureira critica o Ministro da Guerra através do jornal "A Federação" pela injustiça cometida no caso Cunha Matos. O senador visconde de Pelotas critica no senado a punição imposta pelo Ministro da Guerra a Sena Madureira, Deodoro da Fonseca, comandante das armas da Província do Rio Grande do Sul, é interpelado pelo Ministro da Guerra por ter consentido nas manifestações de Sena Madureira, seu subordinado. Deodoro responde que "na imprensa é verdade a discussão entre militares, mas não entre militares e civis". Deodoro permite a realização de uma assembléia no Rio Grande do Sul para render homenagens a Sena Madureira. Toda a oficialidade local participa. Silveira Martins propõe no Senado a prisão do Marechal Deodoro, a fim de que seja submetido a Conselho de Guerra. Oficiais reunidos por Benjamin Constant no Rio de Janeiro solidarizam-se a Deodoro. Este recebe uma carta de Cotegipe que comunica sua exoneração da vice-presidência e do comando das forças de terra e mar do Rio Grande do Sul.
- 1887 - Deodoro e Sena Madureira partem para o Rio de Janeiro. O marechal Severino da Fonseca, irmão de Deodoro e comandante da Escola Militar do Rio, é exonerado por permitir manifestações de solidariedade dos alunos da Escola a Sena Madureira e Deodoro. Este escreve ao imperador solicitando anulação das punições. Em outra carta, Deodoro acusa o ministério de trair o imperador e condiciona ao atendimento de suas reivindicações sua permanência no Exército. Cotejipe concede

demissão ao ministro da Guerra Alfredo Chaves. O Senado aprova moção sugerindo ao governo retirar as punições: o barão de Cotejipe faz cumprir a resolução senatorial. Instala-se o Congresso Nacional Republicano. O Exército, após entendimentos com os abolicionistas, envia representação à Princesa Isabel, declarando que os soldados não mais desempenharão a função de capitão-do-mato (perseguir escravos fugitivos). Fundação do Partido Republicano no Espírito Santo.

- 1888 - Queda do Gabinete de Cotejipe, substituído pelo conservador João Alfredo que, com o apoio da regente Isabel, encaminha o projeto definitivo da abolição, convertido em lei a 13 de maio, com o nome de Lei Áurea. Deodoro é exonerado do cargo de comandante das Armas de Mato Grosso, que ocupa desde os princípios deste ano. Fundação do Partido Republicano em Sergipe e Alagoas.)

• Janeiro

morte do tenente-coronel Sena Madureira.

•Março

Deodoro volta ao Rio de Janeiro.

•Maio

Congresso do Partido Republicano, em São Paulo. Quintino Bocaiúva sucede Saldanha Marinho na presidência do Partido. Silva Jardim rompe com o Partido.

•Junho

O gabinete João Alfredo é substituído pelo gabinete Ouro Preto (liberal). Floriano Peixoto torna-se ajudante-general, o mais alto posto da hierarquia do Exército.

•Outubro

Realiza-se cerimônia em homenagem aos oficiais chilenos do navio almirante Cochrane. Benjamin Constant discursa aos oficiais, culpando o governo pelas Questões Militares. Em seguida, é homenageado por seus alunos da Escola Superior de Guerra.

•Novembro

09 - Baile da Ilha Fiscal - homenagem do Imperador aos oficiais chilenos.

10 - Benjamin Constant procura convencer Deodoro da necessidade de se proclamar a República.

11 - Reunião na casa de Deodoro, articulada por Benjamin Constant. Participam Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Aristides Lobo, Sólon Ribeiro, Rui Barbosa. Deodoro adere ao movimento republicano.

14 - O Marechal Floriano alerta o gabinete para a conspiração em curso. Afirma lealdade ao governo e disposição de combater a seu favor. Benjamin Constant obtém, após conferência no Clube Naval, o apoio do almirante Wandenkolk para derrubar a monarquia. Ouro Preto tenta articular a resistência no quartel da Cavalaria Policial. Deodoro está acamado, corre o boato de que teria sido preso. O 2º Regimento de Artilharia, o 1º e o 9º de Cavalaria preparam-se para marchar sobre o largo de Santana.

15 - Nas primeiras horas do dia, Floriano articula a resistência com Ouro Preto, a fim de combater a sublevação. As forças sublevadas avançam sobre o quartel-general. Floriano e as tropas nele acantonadas mantêm-se na passividade. Cercado pelas tropas sublevadas e sem possibilidade de resistir, Ouro Preto telegrafa ao imperador, renunciando. Deodoro assume o comando das tropas trazidas de São Cristovão por Benjamin Constant. Deodoro declara dissolvido o gabinete e prende Ouro Preto. O imperador nomeia, para substituir Ouro Preto, Silveira Martins, que já está viajando do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro. Reunião na casa de Aristides Lobo. É composto o Governo Provisório. Silveira Martins é retirado do navio em que viajava e é exilado para a Europa.

16 - Reúne-se o Conselho de Estado com D. Pedro II, a Princesa Isabel e o Conde D'Eu. Decide-se formar novo ministério, encabeçado pelo barão Saraiva, que propõe a Deodoro negociações e reformulação do gabinete. Deodoro rejeita a proposta: o movimento decidira-se pela República. O Governo provisório envia a mensagem a D. Pedro II, exigindo a retirada da família real do Brasil dentro do prazo de 24 horas. D. Pedro II declara-se disposto a abandonar o Brasil.

54_45

República Velha- Parte 1

A REPÚBLICA DA ESPADA

Os governos militares dos cinco primeiros anos da República Velha (o Governo Provisório, o Governo da Constitucional de Deodoro e o governo de Floriano Peixoto) apresentam especialidades bastante marcantes que os diferenciam dos demais governos da Primeira República.

Esses governos militares, que optamos por designar de República da Espada, marcam um período de transição, no qual ainda não estava perfeitamente definida a questão da hegemonia dentro do novo regime, e nem se haviam resolvido as contradições entre os antigos aliados do 15 de novembro (os militares, os representantes das classes médias e a nova aristocracia cafeeira do oeste de São Paulo) . Mesmo em meio a esses grupos havia sensíveis divergências: o Exército não sustentava as mesmas posições que a Marinha; nos círculos civis, por sua feita, não era menor a divisão, expressa ou latente, ente os “republicanos históricos”, os “positivistas”, os “republicanos radicais”, os “adesistas” e outros grupos menores.

Como primeiro passo para a compreensão do significado da instauração do regime republicano entre nós, devemos assinalar que, no fim do Império, parte da classe dominante brasileira (notadamente as elites nordestinas), permanecia ligada à velha estrutura colonial e escravocrata, ansiando a outra parte por reformas que o antiquado e emperrado aparelho de Estado Monárquico não lhe podia dar. Esta última fração da classe dominante, que se voltara para novos setores da economia - o café - e que partilhava também do poder, precisava apoderar-se desse aparelho de Estado para pô-lo inteiramente a seu serviço.

Por outro lado, também a classe média desejava mudanças na estrutura política então vigente, de modo a obter maior participação no poder. Porém, estas reformas pretendidas pela classe média só poderiam ser alcançadas mediante uma aliança dos grupos mais atuantes dela com uma das frações da classe social dominante: os proprietários da lavoura cafeeira de exportação. A classe média nascente, cristalizada em torno das Forças Armadas, encontraria nestas seu instrumento, e a instalação do regime republicano, como ressalta o líder republicano Aristides Lobo, “foi obra dos militares, deles só “.

O novo regime foi, portanto, mais uma transformação de cúpula; resultou de uma composição da burguesia com uma parte da plutocracia rural. Foi, em suma, a ascensão de um governo burguês oligárquico.

“Nessa transição consistirá a história do poder político nos primeiros trinta ou quarenta anos de República. A declaração do novo regime político, por certo, não tivera o condão de transformar a ordem política do país, nas suas bases sociais, e, nem sequer, nas suas bases jurídicas, já que grande parte da legislação e das instituições governamentais que a nação criara durante o Império especialmente durante o segundo Reinado, continua na República. Os clãs rurais que se vinham transformando em organizações políticas mais amplas, de domínio regional, sob o beneplácito, se não do estímulo, do governo monárquico, prosseguem sua evolução durante a Primeira República (1889/1930). A alteração sensível é no sentido de romper o véu do patriarcalismo monárquico que se escondia, e de certo modo, atenuava o poder dessas oligarquias regionais nascidas dos clãs rurais. A República tem o cordão de reconhecer mais abertamente o poder destes. De certo modo, o federalismo, tal como entendido e efetivamente praticado durante a Primeira República, significou processo pelo qual se fortaleceu e surgiu à plena luz o poder das oligarquias regionais”(Mário Wagner Vieira da Cunha, in O Sistema Administrativo

Brasileiro).

Apesar de seu caráter de mero remanejamento institucional, a República, rompendo o antiquado cenário político da monarquia, abriu novas perspectivas mais consoantes com o período de prosperidade material em que a nação entrara nos últimos anos do século XIX. Os sistemas produtores, que desde então se vinham desenvolvendo, atingiram o apogeu de uma "economia para a criação extensiva e em larga escala de gêneros tropicais destinados à exportação" (Caio Prado Jr.) . Para isso concorreram fatores externos e internos, tais como :

- a prosperidade, então experimentada pelas principais nações capitalistas, e conseqüentemente incremento do comércio internacional.
- a abolição da escravatura, que permitirá remover os obstáculos até então opostos ao desenvolvimento do trabalho livre e à vinda de grandes levas de imigrantes.
- a adoção de técnicas novas, que possibilitaram o aumento extraordinário da mais importante produção brasileira da época: o café.

Dessa maneira, se não observamos, com o advento do regime republicano, o aparecimento de uma realidade sócio-econômico-política totalmente nova, verificamos, no entanto, uma ânsia relativamente inexistente e que nunca havia sido considerada legítima, ao menos na aparência, durante a monarquia, que sempre fora, sob o ponto de vista econômico, uma espécie de "*fazenda senhorial, modesta e bem ordenada*" (José Maria Belo).

A primeira fase da história republicana (que abrange desde os acontecimentos relacionados à proclamação do novo regime, a 15 de novembro de 1889, até a posse do primeiro presidente civil, o paulista Prudente de Morais, em 1894) é chamada de República da Espada, por haverem ocupados a chefia do governo dois marechais de grande prestígio: Manoel Deodoro da Fonseca e Floriano Vieira Peixoto.

Este momento da República significou a tentativa do Exército, apoiado em setores da pequena-burguesia, de manter o controle do aparelho de Estado, visando à implantação de uma república modernizadora, reformista, nacionalista e anti-oligárquica. Sem condições de obter amplas bases sociais de apoio, o exército logo viu frustrado o seu projeto "jacobino".

O Governo Provisório e a Constituição de 1891

Na noite de 15 de novembro de 1889, na casa do "republicano histórico" Aristides Lobo, realizou-se uma reunião das principais lideranças republicanas, cujo objetivo principal era a formação de um governo provisório. Este, sob a chefia do marechal Deodoro da Fonseca, ficou constituído da seguinte maneira: Aristides Lobo, ministro do Interior; Rui Barbosa, ministro da Fazenda; Manuel Ferraz de Campos Sales, ministro da Justiça; tenente-coronel Benjamin Constant, ministro da Guerra; chefe-de-esquadra Eduardo Wandenkolk, ministro da Marinha; Quintino Bocaiúva, ministro das relações Exteriores; e Demétrio Ribeiro, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Terminada a tarefa de preenchimento dos ministérios, as lideranças republicanas redigiram, ainda nessa reunião do dia 15, uma proclamação ao povo brasileiro, que seria denominada Decreto nº 1 do Governo Provisório. Neste documento, decretava-se a deposição da dinastia imperial e, conseqüentemente a extinção do sistema monárquico; garantia-se a segurança da vida e da propriedade a todos os cidadãos brasileiros: assegurava-se o respeito aos direitos individuais e políticos; ficavam abolidos o Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado, e dissolvida a

Câmara dos Deputados; finalmente, eram acatados e reconhecidos os compromissos nacionais contraídos pelo Império, tais como tratados, dívida pública e contratos ainda vigentes. Nesta reunião, firmou-se o princípio da "responsabilidade solidária": todos os ministros decidiram todos os assuntos, diretrizes e políticas cabendo a execução a cada pasta específica.

Um dos primeiros atos do governo Provisório, após sua posse, realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na manhã de 16 de novembro, foi o banimento da família imperial. Às 10 horas desse mesmo dia, já o palácio estava interditado e à tarde, D. Pedro II recebia das mãos do major Sólon Sampaio Ribeiro a mensagem do novo governo mandando-o sair do país. Serena e melancolicamente o Imperador deposto ditou sua resposta: À vista da representação escrita que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir, com toda a minha família para a Europa, amanhã, deixando esta pátria, de nós tão estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quase meio século em que desempenhei o cargo de chefe do Estado.

Na madrugada de 17 de novembro de 1889, após recusar o auxílio financeiro que lhe fora oferecido pelo Governo Provisório, seguiu para o exílio, sendo transportado pelo navio mercante Alagoas e comboiado pelo couraçado Riachuelo.

Nesse mesmo dia, os chefes do apostolado Positivista, núcleo dos setores ortodoxos da corrente brasileira filiada ao comtismo, foram levar sua adesão à República, encabeçando uma passeata de intelectuais precedida por um estandarte, onde pela primeira vez aparecia a legenda "Ordem e Progresso", que o novo regime inscreveria posteriormente no Pavilhão Nacional. O apostolado acreditava poder contar com os dois positivistas que faziam parte do Ministério - Benjamin Constant e Demétrio Ribeiro, para exercer decisiva influência sobre o Governo Provisório.

Na realidade, porém, afora a adoção do lema positivista na bandeira nacional e a introdução da fórmula "Saúde e Fraternidade" e do "Vós" na correspondência oficial (formas de escrita abolidas poucos anos depois), o papel desempenhado pelos adeptos do pensamento comtiano na história republicana foi de pouca importância, exceto no Rio Grande do Sul, como veremos em tópico posterior. Com efeito, foram recusadas suas sugestões, como a "ditadura republicana permanente"; a Câmara única, voltada exclusivamente para a discussão de problemas orçamentários; a abolição do ensino oficial e o projeto constitucional sujeito a plebiscito.

Em linhas gerais, a atuação do Governo Provisório foi marcada por desacordos constantes, derivados da composição heterogênea do seu Ministério e da inexperiência de Deodoro, que não possuía capacidade para, por si só, governar ou impor a sua vontade aos companheiros de administração. Durante as reuniões governamentais, o marechal quase não se manifestava e quando o fazia, era para forçar a aprovação de um parecer ou ameaçar demitir-se . Seu temperamento autoritário e sua quase total ingenuidade política, que possibilitava manobras ilícitas e compromissos escusos por parte dos membros de sua família e de sua assessoria, criaram sérios empecilhos à ação governamental. Foi principalmente para remediar esses males que resolveu o Governo Provisório tirar do seu chefe supremo a responsabilidade única de administração, tornando-a coletiva e estabelecendo que todos os titulares de pastas ministeriais deliberassem sempre nas questões mais graves por maioria de votos. Adotada, inicialmente, de forma natural, a "responsabilidade coletiva" ou solidária acabou sendo formalizada por Campos Sales nos primeiros meses de 1890.

No aspecto administrativo, destacaram-se as seguintes medidas do Governo Provisório:

- a decretação da grande naturalização, assim chamada em virtude de passarem à condição de brasileiros todos os estrangeiros aqui residentes que não manifestassem desejo de permanecer com a antiga nacionalidade.
- a Igreja separa-se do Estado, ocorrendo, em conseqüência, a regulamentação do casamento e do registro civil e a secularização dos cemitérios.
- a reforma do Código Criminal e da organização judiciária do país.
- a reforma do sistema bancário.

Não foram fáceis e tranqüilos os primeiros meses da República. Em novembro de 1889, o Governo Provisório foi obrigado a enfrentar o levante de algumas guarnições militares sediadas na cidade de Desterro, capital de Santa Catarina. No mês seguinte, explodiu um motim na corveta Niterói, então ancorada no porto do Rio de Janeiro. Ainda em dezembro, sublevaram-se os oficiais e soldados do 2º Regimento de Artilharia Montada. Esmagadas essas insurreições, o Governo Provisório, em represália, ordenou a deportação para o estrangeiro de inúmeros líderes monarquistas, entre eles Ouro Preto e Silveira Martins, embora não tivesse ficado demonstrada a participação de elementos restauradores nos movimentos sediciosos acima referidos. Além disso, a 23 de dezembro de 1889, foi organizado um tribunal excepcional, para julgar toda e qualquer forma de insubordinação ao novo regime. A partir daí, até mesmo jornalistas que criticassem o governo seriam submetidos a esse tribunal militar na qualidade de "perigosos agentes interessados na subversão da República". Dessa maneira, melancólica e tristemente, terminava a liberdade de imprensa no Brasil, direito que fora zelosamente assegurado pela administração pública ao longo de todo o império.

A questão das missões diz respeito à região de Palmas, situada a oeste do Paraná e Santa Catarina, cuja posse era ambicionada pela Argentina. Interessado em resolver rapidamente a pendência, o Governo Provisório, dispensando a solução por arbitramento, resolveu chegar a um entendimento direto com as autoridades argentinas. Assim, no início de 1890, Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores do Brasil, foi enviado, a bordo do couraçado Riachuelo, para Montevidéu, onde conferenciaria com representantes do governo argentino. Nessa ocasião, ficou decidida a divisão da área contestada em duas partes: uma para o Brasil, outra para a Argentina. Em nosso país, a repercussão desse tratado foi péssima , tendo início uma campanha de ataques pessoais a Quintino Bocaiúva, acusado de "profissionalmente incompetente" e de "dilapidador do dinheiro público" de vez que levara à capital uruguaia uma comitiva de quatorze pessoas e mais sua família e ficara "passeando no rio da Prata".

Tendo sido vetado o acordo pelo congresso Nacional, o governo brasileiro recorreu ao arbitramento, que foi confiado ao presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland. Em 1895, com uma sentença inteiramente favorável ao Brasil, o mandatário norte-americano resolvia a questão da posse da região de Palmas, impropriamente chamada de “região das Missões”.

A República herdou do Império uma delicada situação financeira segundo Rui Barbosa, o passivo imperial orçava em 1 milhão de contos de réis: 200.000 contos de papel moeda em circulação sem lastro algum e o resto representado pelas dívidas externa e interna. Os direitos sobre a importação forneciam 50 % da receita pública geral, o que colocava o governo à mercê das flutuações da balança comercial. Durante o Segundo Reinado, os déficits orçamentários tinham-se sucedido quase todos os anos, sendo cobertos artificialmente por emissões contínuas de papel-moeda.

O Gabinete Ouro Preto conseguira a conversão de parte da dívida externa em um empréstimo interno. O ministro concedeu então, a bancos do Rio de Janeiro e de São Paulo, a faculdade de emitir, mas sobre lastro-ouro, ficando um deles encarregado de resgatar o papel-moeda emitido pelo Tesouro Público. Assim, o governo imperial comprometia-se a não mais emitir e pretendia retirar da circulação o dinheiro inconversível, garantindo ao banco particular que fizesse apólices a juros anuais no valor de 5 %.

Entretanto, o movimento militar de 15 de novembro e a conseqüente implantação do regime republicano provocaram a depreciação dos fundos brasileiros em Londres, tanto dos títulos da divida externa brasileira quanto das nossas ações. Noutros termos, o Governo Provisório foi obrigado a enfrentar uma espécie de boicote financeiro contra o Brasil.

Para fazer frente à crise, Rui Barbosa, sem consulta aos colegas de governo, obteve de Deodoro o decreto de 17 de janeiro de 1890, pelo qual se realizava uma ampla reforma bancária. Em primeiro lugar, os títulos da dívida federal substituíram o ouro como lastro das emissões dos bancos particulares. Além disso, o Brasil ficava dividido em sete regiões, cada qual com seu banco emissor. Esses estabelecimentos teriam também o encargo de amortizar a dívida pública: nos primeiros sete anos seriam eliminados os juros: a dívida pública seria resgatada ao cabo de cinqüenta anos, graças a um fundo de 10 % sobre os lucros brutos dos bancos.

Com o emissionismo possibilitado pelo decreto de Rui Barbosa, a onda inflacionária cresceu assustadoramente, dobrando em pouco tempo o meio circulante. Empresas fantasmas, com fins inverossímeis, eram incorporadas diariamente, com garantia de juros pelo governo, e suas ações aumentavam vertiginosamente de valor na Bolsa. Em breve, o país estaria em pleno caos financeiro.

Ciente do fracasso de sua política financeira, Rui Barbosa voltou, inicialmente, às emissões sobre lastro-ouro. Mais tarde, no entanto, extinguiu a pluralidade emissionista, passando à emissão única sem lastro. A taxa cambial desceu de 27 d. (27 pence por mil réis) em 1889, a 11 d. (11 pence por mil réis), 1891. Em conseqüência, objetivando resguardar o governo da depreciação cambial, Rui Barbosa foi obrigado, então, a instituir o pagamento de parte dos direitos alfandegários em ouro.

O fato é que Rui Barbosa não soube, ou não pôde, avaliar corretamente a verdadeira situação econômica brasileira dos primeiros tempos republicanos. Apostando no futuro da industrialização, esqueceu-se de que éramos um país recém-egresso do escravismo; de que os reduzidos capitais acumulados estavam basicamente restritos à lavoura cafeeira que afinal de contas respondia por cerca de 75% das nossas

exportações; de que nosso mercado interno era precariamente desenvolvido e insuficiente para suportar um verdadeiro processo de industrialização; esqueceu-se, acima de tudo, da nossa dependência externa, em função da qual os grandes países exportadores de produtos industrializados jamais permitiriam a perda de seus fregueses, lançando mão de todos os expedientes para impedir o crescimento de um setor manufatureiro nacional.

Um exemplo claro deste último aspecto é o Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos, assinado em 1891, que isentava de taxas de importação os manufaturados norte-americanos entrados no país, em troca de açúcar, café e outros produtos primários, desestimulando claramente a indústria brasileira que porventura conseguisse estabelecer-se.

Uma outra medida de Rui Barbosa foi a anulação das indenizações pagas pelo extinto regime imperial aos latifundiários escravistas, para compensar as perdas de seus escravos. Como é claro, isto suscitou uma violenta oposição ao Ministro da Fazenda por parte dos velhos escravocratas.

O Decreto do Encilhamento provocou, como não podia deixar de fazê-lo, a veemente oposição da maioria dos ministros do Governo Provisório. Na reunião governamental de 30 de janeiro de 1890, o marechal Deodoro, sobre quem Rui Barbosa tinha uma notável ascendência, tentou encerrar os debates, declarando que “a lei bancária era um fato consumado, a cujo respeito julgava inconveniente qualquer insistência sob pena de abandonar o poder”. Em virtude do apoio presidencial, a medida de Rui Barbosa foi levada a efeito, de nada adiantando as ponderações de Campos Sales e de Demétrio Ribeiro e o verdadeiro clamor nacional contra a reforma bancária. Por seu turno, Rui justificava seu descaso pelos colegas, alegando que tomava essa atitude “para evitar agitações perigosas e infundadas no público e no próprio Ministério”. Reagindo contra as atitudes do titular da pasta da Fazenda, Demétrio Ribeiro demitia-se do Ministério da Agricultura, sendo imediatamente substituído por Francisco Glicério, hábil político republicano paulista.

A questão das Missões, o Encilhamento e as divergências entre os membros do Ministério do Interior motivaram a renúncia de Aristides Lobo, logo substituído por Cesário Alvim. Outros desentendimentos com Deodoro levaram Benjamin Constant a deixar o Ministério da guerra para Floriano Peixoto. Por qualquer motivo os ministros pediam demissão e, paulatinamente, “a responsabilidade solidária ou coletiva“ tornava-se o grande empecilho à condução dos negócios públicos federais.

Em novembro de 1890, houve um relaxamento na censura à imprensa e o antigo jornal monarquista, A Tribuna Liberal, voltou a circular. Em seu primeiro número, a folha restauradora publicou um artigo assinado por um tal de Frederico de S. (na realidade, pseudônimo de Eduardo Prado), com violentos ataques aos militares. Estes, revoltados, juraram destruir o jornal. Deodoro prometeu tomar providências, mas nada fez. A 30 de novembro, a redação de A Tribuna Liberal era atacada, tendo sido, na ocasião, morto um gráfico. Imediatamente, o Ministério ameaçou pedir demissão coletiva.

Entretanto, essa demissão só se efetivaria em 20 de janeiro de 1890. A crise final deu-se três dias antes dessa data, quando Deodoro se recusou a assinar qualquer coisa, se não fosse dada a concessão das obras do porto de Torres, no Rio Grande do Sul, com garantia de juros de 8% ao ano, para a empresa de um amigo seu. O ministério recusou-se a se submeter a esse tipo de chantagem, renunciando coletivamente. Deodoro, sem o menor escrúpulo político, chamou o Barão de Lucena, seu velho amigo, e deu-lhe o encargo de formar o novo ministério, à semelhança dos gabinetes monárquicos.

O governo Provisório nomeou uma comissão encarregada de elaborar o projeto da Constituição que seria apresentado, posteriormente, a uma Assembléia Constituinte. Compunham-na Saldanha Marinho, Américo Brasiliense, Santos Werneck, Magalhães Castro e Rangel Pestana. Em maio de 1890, esta comissão encerrou seus trabalhos, entregando ao governo um projeto constitucional, que ainda seria levemente alterado por Rui Barbosa, Benjamin Constant e pelo próprio Deodoro.

As eleições para a Constituinte processaram-se a 15 de setembro de 1890, assegurando ampla maioria aos republicanos. O congresso instalou-se a 15 de novembro de 1890 - um ano portanto depois da proclamação da República - sob a presidência de Prudente de Morais, elemento de oposição ao governo. Com efeito, as medidas autoritárias de Deodoro e a preterição de grupos partidários nos Estados, por parte do presidente da República, interessado em nomear governadores de confiança, geram uma sólida oposição ao Executivo na Assembléia constituinte. Em conseqüência de sua política, Deodoro ficara em minoria parlamentar.

Desde a abertura de seus trabalhos, a constituinte insinuou seu papel preponderante, ressaltou o caráter temporário da chefia de Deodoro e pretendeu reexaminar os atos passados do governo. Além disso, pequenas modificações foram introduzidas pelos congressistas no projeto constitucional do Governo Provisório, atenuando a centralização defendida por Deodoro. Na sua redação final, o projeto modelava-se pelas Constituições dos Estados Unidos, da Argentina e da Suíça, tendo por coordenadas fundamentais o federalismo, o presidencialismo e a ampliação do regime representativo.

A 24 de fevereiro de 1891, era promulgada a segunda Constituição brasileira e a primeira da República, redigida em 91 artigos. Suas principais disposições eram:

- a suprema autoridade do país seria o presidente da República, com um mandato de 4 anos e eleito diretamente pelo povo.
- os ministros seriam da livre escolha do presidente da República.
- os senadores e deputados também seriam eleitos pelo povo. Os Estados e o Distrito Federal seriam representados por três senadores, com mandatos de nove anos, e por deputados em número proporcional às suas respectivas populações, com mandatos de três anos.

De maneira geral, a Constituição de 1891 era presidencialista, liberal e de espírito democrático.

A Crise da “República da Espada” - O Domínio Oligárquico

A “República da Espada” foi vítima de uma crise em dois níveis:

- uma crise de cúpula - os conflitos entre o “Modelo oligárquico-liberal” da República (expressão da oligarquia cafeeira e dos subsistemas oligárquicos e ela atrelados) e o “modelo jacobino-autoritário” de República (expressão dos interesses reformistas do Exército, estes apoiados pelos segmentos mais politizados da pequena burguesia).
- uma crise de remanejamento e rodízio das bases oligárquicas locais - o convento do regime republicano provocou disputas pelo poder local entre as diversas oligarquias que controlavam ou pretendiam controlar o domínio político das diversas regiões componentes deste país.

A Crise do Governo Deodoro

A Carta Constitucional de 1891 determinava, por meio de uma “disposição transitória” que, imediatamente após sua promulgação, caberia ao Congresso, em caráter excepcional, eleger o presidente e o vice-presidente da República. Deodoro da Fonseca, em virtude do prestígio de que ainda gozava nas fileiras militares, surgia como o candidato mais cotado ao supremo cargo da nação. Entretanto, o velho marechal não tinha o apoio da maioria dos deputados da Assembléia Constituinte, agora transformada em Congresso Nacional. Em conseqüência, uma chapa oposicionista, encabeçada pelo presidente da Constituinte Prudente de Morais, foi articulada. Paralelamente, concorreram à vice-presidência o companheiro de chapa de Deodoro, o vice-Almirante Eduardo Wandenkolk e o ex-ministro da guerra, Floriano Vieira Peixoto, este completando a chapa de Prudente de Morais.

Semanas antes do pleito presidencial, marcado para o dia seguinte à promulgação da Constituição, já corriam, nos círculos políticos do Rio de Janeiro, insistentes rumores de que, se Deodoro fosse derrotado, o Congresso Nacional seria fechado e o marechal aclamado ditador pelos militares. Alguns parlamentares paulistas, liderados por Campos Sales, temendo as nefastas conseqüências que adviriam de uma possível vitória de Prudente de Morais, aconselharam-no a retirar-se da disputa presidencial. Este, no entanto, recusou-se a fazê-lo, alegando que sua candidatura não lhe pertencia, mas sim à bancada majoritária do Congresso Constituinte.

Numa atmosfera bastante intranqüila, foi realizado, a 25 de fevereiro de 1891, o primeiro pleito presidencial da jovem república brasileira. Inegavelmente, as pressões exercidas pelos militares sobre os deputados surtiram o efeito desejado: Deodoro, com 129 votos, era eleito Presidente da República. Apesar da ameaça da dissolução que pairava sobre o Congresso, Prudente de Morais obteve o elevado número de 97 sufrágios. Essa expressiva votação conseguida pelo candidato oposicionista deixava transparecer que muitos congressistas estavam dispostos a reagir contra o clima de coação militar que possibilitara a vitória de Deodoro. Isto prenunciara, sem dúvida, que o presidente eleito teria de enfrentar, ao longo de sua gestão, uma forte oposição parlamentar. O sentido restrito do êxito eleitoral de Deodoro foi ainda mais acentuado pela estrondosa vitória do companheiro de chapa de Prudente de Morais para a vice-presidência. Com efeito, enquanto o “deodorista” Wandenkolk obteve 57 minguados votos, o marechal Floriano Peixoto recebeu 153 sufrágios.

Encerrado o pleito, foi procedida a leitura dos resultados oficiais. Nesse momento, o Congresso demonstraria acintosamente a sua animosidade em relação a Deodoro: ao entrar no plenário, para ser empossado, o presidente eleito foi acolhido com uma frieza glacial não merecendo, sequer, uma comitiva de recepção. Instantes depois, entretanto, o vice-presidente Floriano Peixoto seria contemplado com uma apoteótica salva de palmas pelos deputados presentes à cerimônia de posse.

Completada a transformação do Congresso Constituinte em Nacional com o estabelecimento do Senado e da Câmara dos Deputados, verificou-se o rápido fortalecimento das correntes políticas contrárias a Deodoro. Este, que chamara o Barão de Lucena, velho servidor da monarquia, para organizar o Ministério, irritava-se profundamente com as iniciativas dos parlamentos oposicionistas, que julgava ofensivas à sua autoridade. Por seu turno, Lucena, ciente da falta de apoio político para a administração de Deodoro, tentou formar um governo de coalizão, convidando o paulista Campos Salles para ocupar um Ministério Secundário. Este, ofendido, rejeitou agressivamente a proposta. Em conseqüência dessa recusa, o PRP (Partido Republicano Paulista) foi vítima de uma grave dissidência, pois em oposição à maioria dos seus companheiros de agremiação partidária, Rangel Pestana e Américo Brasilienses manifestaram-se favoráveis a uma aliança com Deodoro.

Carente do apoio da bancada paulista, Lucena formou um Ministério composto por pessoas sem qualquer expressão política, em sua maioria velhos e desprestigiados monarquistas. Em breve, a gestão presidencial de Deodoro ver-se-ia publicamente desmoralizada, graças à revelação de algumas negociatas patrocinadas pelo próprio Barão de Lucena, notadamente a venda de parte das reservas metálicas da República a especuladores amigos do ministro. Assim, o governo sofreu um progressivo desgaste, passando a ser criticado até por elementos do Exército, seu principal setor de sustentação política.

Em março de 1891, as relações entre Deodoro e o PRP agravaram-se sobremaneira, pois o presidente, deixando clara toda a sua insensibilidade política, interferiu nos negócios públicos paulistas, afastando o “perrepista” Jorge Tibiriçá do Governo do Estado e nomeando, para substituí-lo o “dissidente” Américo Brasiliense.

Em junho de 1891, com a reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional, em recesso desde a posse de Deodoro, tornaram-se ainda mais profundas as divergências entre os “deodoristas” , interessados na implantação de uma república autoritária e centralizada, e as correntes parlamentares oposicionistas, estas apegadas ao ideal federativo. Aos poucos, esse clima de conflito contaminaria as Forças Armadas, o que

provocaria a desarticulação do dispositivo militar que sustentava o governo.

Em setembro, a bancada oposicionista, majoritária no Congresso, conseguiu a aprovação de um projeto-lei sobre a "responsabilidade do Presidente da República". Imediatamente, Deodoro vetou a medida, acreditando tratar-se do primeiro passo para um eventual processo de impeachment. Finalmente, a 03 de novembro de 1891, disposto a eliminar toda e qualquer contestação ao seu governo, Deodoro desfechou o "golpe Lucena" , dissolvendo o Congresso Nacional, embora não tivesse poderes constitucionais.

Em seguida, contando com o apoio de todos os presidentes dos Estados, com exceção de Lauro Sodré, do Pará, Deodoro proclamou o estado de sítio. Contra essas medidas arbitrárias do governo federal, rebelou-se no Rio de Janeiro, a 23 de novembro, a esquadra comandada pelo contra-almirante Custódio de Melo. Embora dispusesse de elementos para resistir a essa rebelião, Deodoro preferiu renunciar ao poder, a fim de evitar uma guerra civil de conseqüências imprevisíveis. Na forma estabelecida pela Constituição, transferiu, então, o governo a seu substituto legal, ou seja, o vice-presidente Floriano Peixoto.

Para entendermos melhor o significado das crises e da queda do Governo Constitucional Deodoro, vale a pena citar um texto de Leôncio Basbaum, extraído da *História Sincera da República:*

"O Estado é sempre a expressão de uma classe mais ou menos homogênea apoiada em sólidas bases econômicas: a posse dos meios de produção. E estes se achavam nas mãos do grupo que não estava no poder. O governo republicano deveria pertencer, como seria lógico, aos donos das terras..., isto é, aos fazendeiros de café de São Paulo. Entretanto, por causas fortuitas, uma complicação militar de interesse secundário, caiu o poder nas mãos do Exército. Tal governo, apesar de efêmero apoio de uma parte das classes médias, somente poderia manter-se no poder pela força das armas. Esse antagonismo imediato entre a maioria do Congresso e o governo do Marechal Deodoro só podia ser liquidado pela destruição de um ao outro."

O Governo do Marechal Floriano Peixoto (1891/1894)

As várias e graves crises políticas que agitaram a gestão do Marechal Floriano Peixoto na presidência devem ser entendidas no quadro político geral da consolidação das novas instituições republicanas. Esta consolidação foi obtida através da aplicação de um Executivo forte, da defesa de uma centralização autoritária e propiciando, por um lado, o apoio social necessário para a manutenção da República e, por outro, a ascensão da aristocracia cafeeira.

Os primeiros atos do novo governo, restabelecendo o Congresso Nacional e suspendendo o Estado de Sítio, receberam apoio generalizado. Porém, entre novembro de 1891 e março de 1892, procedeu-se à derrubada dos governadores estaduais que haviam apoiado o golpe de Deodoro, ou seja, todos menos Lauro Sodré, do Pará. Eles foram substituídos por partidários de Floriano, oriundos das próprias oligarquias estaduais ou por jovens militares.

Articulações políticas respaldavam as medidas que buscavam a legitimação da presidência. Os "republicanos históricos", principalmente os paulistas, prestavam indispensável apoio a Floriano, e foram figuras exponenciais do poderoso Partido Republicano Paulista (PRP) que exerceram a presidência da Câmara Federal (Bernardino de Campos e do Senado (Prudente de Morais).

O Ministério de Floriano ficou assim constituído:

- Ministério da Marinha: Custódio de Melo
- Ministério da Guerra: José Simeão de Oliveira
- Ministério da Fazenda: Francisco de Paula Rodrigues Alves
- Ministério da Justiça: José Higino Duarte Pereira
- Ministério da Agricultura: Antão Gonçalves de Faria
- Ministério das Relações Exteriores: Constantino Luís Paleta

Por medida de Economia, dos oito ministérios anteriores existentes restaram apenas seis, ou seja, foram extintos os Ministérios do Interior e da Instrução, Correio e Telégrafos.

A derrubada dos governos estaduais deve ser entendida como uma busca de apoio dos setores sociais que, contrários ao governo anterior, não viam suas aspirações atendidas. Desta forma, atraiu o apoio das baixas camadas médias urbanas, especialmente as do Rio de Janeiro.

Desde a década dos oitenta, essas baixas camadas médias (empregados do comércio, funcionários públicos, artesãos e mesmo a incipiente classe operária) vinham expressando seu descontentamento através de movimentos de tipo urbano. Porém, esses protestos eram difusos e desorientados, sem uma efetiva direção política. Contando com a adesão de intelectuais e profissionais liberais, este setor social foi ativo divulgador do republicanismo.

A proclamação da República e o governo de Deodoro da Fonseca desapontaram o radicalismo pequeno-burguês expresso nessas baixas camadas médias. No entanto, este radicalismo foi perfeitamente incorporado por Floriano, de tal forma que o jacobinismo emprestou uma forte coloração popular ao regime, necessária para sua manutenção.

O comportamento dessa pequena burguesia radical era chamado “jacobino” devido a analogias formais com o comportamento revolucionário no discurso e na ação. O contexto histórico brasileiro não permitia a existência de tal movimento.

Várias medidas, nos planos social e econômico, foram tomadas pelo marechal para satisfazer às baixas camadas médias, melhorando suas condições de vida. Logo nos primeiros dias decretou a baixa nos aluguéis das casas operárias, interveio no mercado de carne, concedendo isenções de imposto sobre a carne à venda nos açougues, promovendo, assim, a queda dos preços. Através de Barata Ribeiro, nomeado prefeito do Distrito Federal no final de 1892, desencadeou violento combate aos especuladores, estabilizando os preços dos gêneros alimentícios. Também na gestão de Barata Ribeiro, foram melhoradas as condições de habitação, sendo que, nesse sentido, seu ato mais famoso foi a demolição de um imenso cortiço carioca chamado “cabeça de porco”, onde coabitavam mais de 4.000 pessoas (os casebres pertenciam ao Conde d’Eu).

No entanto, o conjunto da política econômica florianista, embora tenha concedido estímulo à economia nacional, não interferiu, e nem poderia, na estrutura básica agrário-exportadora.

As crises Políticas do Governo Floriano

Com Floriano Peixoto inicia-se um longo período de instabilidade. A classe senhorial oligárquica fora suficientemente forte para derrubar Rui Barbosa e Deodoro, mas não para evitar o jacobinismo florianista. O inimigo principal (os setores industriais, beneficiados pela política econômico-financeira dos primeiros dias da República) fora derrotado. Floriano tentou manter, no plano econômico, algumas posições defendidas por Rui, mas com resultados insignificantes, porque *“a classe senhorial recompunha as suas fileiras divididas no episódio da mudança do regime. A presença militar impede, por algum tempo ainda, que a recomposição se efetive. Com a dissolução do congresso, Deodoro provoca a ascensão de Floriano Peixoto ao poder. O florianismo é a representação típica da classe média, com a coloração militar a vincá-la. É a forma com que tal classe luta, após a mudança do regime, para resistir ao restabelecimento de uma situação já condenada. Os choques serão, por isso mesmo, violentos; as manifestações de opinião, apaixonadas. É a crise da República. A fase de mudança do regime e a própria mudança surgem em conseqüência de alterações estruturais na economia brasileira: são tais alterações que, em pressão final, rompem o equilíbrio e arruínam a monarquia. Estão presentes na crise a que o novo regime é submetido desde logo .” (Nelson Werneck Sodré).*

Para a oligarquia cafeicultora interessava sobremaneira o fim do domínio militar. As bases do florianismo eram formadas pelos grupos de classe média que se movimentavam para resistir à pressão quase insuportável da oligarquia. O poder adquirido pelos militares era, para a oligarquia ligada à exportação, um obstáculo à criação de instrumentos de defesa da concentração de renda. A luta contra Floriano não foi uma tentativa de desmantelamento da República, e sim uma tentativa da oligarquia de despojar do poder os militares e voltar a utilizar o aparelho do Estado para a defesa de seus interesses. Embora o conflito assumisse, em seus aspectos superficiais, o caráter de uma luta contra o elemento militar, que detinha o poder e resistia aos interesses oligárquicos, e por isso mesmo era considerado um “inimigo da democracia, sua realidade era mais profunda, provocando lutas e mesmo lutas militares”.

Em janeiro de 1892, Floriano sufocou a sublevação da fortaleza de Santa Cruz, que fora apoiado pelo forte

de Laje. O líder da revolta, sargento Sílvio Honório de Macedo, foi fuzilado por ter-se envolvido na Revolta Armada.

Em abril do mesmo ano, Floriano recebeu uma intimação de treze generais exigindo a convocação de eleições para a presidência da República. A exigência de eleições para a presidência dos oficiais era baseada no que determinava o artigo 42 da Constituição de 1891. "*Se no caso de vaga, por qualquer causa, da presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial proceder-se-á a nova eleição.*" Floriano recusou-se a atendê-los, alegando que, de acordo com as disposições transitórias da Carta Republicana de 1891, "*o presidente e o vice-presidente eleitos na forma deste artigo (eleição pelo voto do Congresso, composto de deputados e senadores) ocuparão a presidência e a vice-presidência da república durante o primeiro período presidencial*". Os generais que haviam assinado a mensagem foram punidos, após Floriano ter conseguido um pronunciamento favorável à sua permanência na Comissão de Justiça da Câmara Federal. Outros que sustentavam a mesma opinião dos generais foram deportados pelo Marechal de Ferro para pontos extremos do território nacional.

A instabilidade da gestão de Floriano provocou dois grandes levantes, que só não atingiram seus objetivos graças à energia e à violência com que foram combatidos pelo marechal. Foram a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul e o levante da Armada.

A Revolução Federalista e a Revolta Armada

A tensão política era particularmente grave no Rio Grande do Sul, onde os partidários do líder republicano, Júlio de Castilhos, conhecidos por "pica-paus", vinham perseguindo violentamente os oposicionistas pertencentes ao Partido Federalista e apelidados de "maragatos".

A complexa política gaúcha provocava conflitos entre grupos divergentes desde o final do Império. As tendências monarquistas gaúchas buscavam representação local, mas, em contrapartida, Júlio de Castilhos, que fora deposto em 1891 por Deodoro, encontrou em Floriano um amplo apoio e estímulo.

Os "castilhistas" tinham posições próximas do positivismo e do florianismo e o Marechal forçou sua ascensão para impedir o antigo conselheiro do Império, Gaspar da Silveira Martins, de alcançar o poder.

O partido Federalista serviu de instrumento para Silveira Martins articular a reação dos descontentes com os castilhistas. Um grande número de "maragatos" armou-se para impedir a posse de Júlio de Castilhos; uma vez derrotados e perseguidos pelos castilhistas, emigraram para o Uruguai e Argentina. Ali se organizaram e, invadindo o Rio Grande do Sul, em 02 de fevereiro de 1893, deram início a um novo conflito: a *Revolução Federalista.* O primeiro objetivo do movimento era depor Júlio de Castilhos. Seus principais comandantes militares, João da Silva Tavares (o "Joca" Tavares) e Gumercindo Saraiva não possuíam tendências monarquistas. Somente depois de iniciadas as hostilidades, quando emissários gaúchos procuraram entrar em contato com os elementos que preparavam a Revolta Armada, é que se aceitou o auxílio de monarquistas declarados.

Ideologicamente, os federalistas não eram partidários da Federação; defendiam a existência de um poder federal forte logicamente; sem a presença de Floriano, e a adoção do regime parlamentarista com o Segundo Reinado.

A partir de fevereiro de 1893, os emigrados “maragatos” que invadiram o Rio Grande do Sul conseguiram uma série de êxitos. Porém, a partir de julho de 1893, as tropas do Exército, com auxílio material paulista e acompanhadas por unidade irregulares do político castilhista Pinheiro Machado bateram os revoltosos em Inhanduí. Tenazmente perseguidos, a maioria do contingente federalista retirou-se para o Uruguai. Gumercindo Saraiva, que permaneceu em território gaúcho, passou a dirigir uma bem-sucedida luta de guerrilhas.

Em agosto de 1893, as tropas “maragatas” invadiram o Rio Grande do Sul por uma segunda vez e juntaram-se a Gumercindo Saraiva. Desta feita, as lutas prosseguiram até 10 de agosto de 1893, data do assassinato daquele caudilho.

O contexto nacional tornava-se cada vez mais grave. Uma série de medidas drásticas tomadas por Floriano aumentou o número de descontentes. Investindo contra a oposição da Marinha, o Marechal prendeu o Almirante Eduardo Wandenkolk que se havia envolvido na guerra do Sul. A questão sucessória, ainda embrionária, estava acirrando os ânimos oposicionistas. Figuras como Custódio de Melo, que fora leal ao governo, viam frustradas as suas pretensões. Finalmente, em 06 de setembro de 1893, teve início a Revolta da Armada, fato que alargou as dimensões da Revolução Federalista.

Os rebeldes gaúchos invadiram Santa Catarina, uniram-se aos revoltosos da Marinha e avançaram em direção ao Paraná. Os demais maragatos, chefiados por Joca Tavares, continuaram a combater no Rio Grande do Sul até meados de 1894. Mas, dizimados pelas forças florianistas e castilhistas, acabaram novamente refugiando-se no Uruguai.

A Revolução Federalista durou trinta e um meses e nela morreram dez mil soldados; componentes de grande selvageria contribuíram para tornar a revolta tristemente célebre.

Como já apontamos anteriormente, concomitantemente à Revolução Federalista tivemos a ocorrência da Revolta da Armada que teve como suas causas:

- a rivalidade existente entre a Marinha e o Exército, derivada da origem de classes de seus oficiais.
- as articulações dos políticos antiflorianistas que viam na Marinha um importante instrumento para a derrubada do Marechal.
- as ambições políticas do Almirante Custódio de Melo, que aspirava à sucessão de Floriano e se viu preterido pelo lançamento da candidatura de Prudente de Morais.

Alegando que Floriano vinha agindo inconstitucionalmente, Custódio de Melo, em setembro de 1893, após uma série de precauções e preparações, insurgiu praticamente toda a Marinha brasileira contra a presidência da República.

As tentativas de desembarque dos revoltosos em Niterói foram repelidas, mas a esquadra começou a bombardear o Rio de Janeiro. A intervenção de navios estrangeiros ancorados na Baía da Guanabara não chegou a contribuir decisivamente para nenhum dos lados, apenas permanecendo como defensores dos interesses externos.

O Marechal procurou reorganizar suas forças, encomendando navios do Estados Unidos para combater os revoltosos, além do que aumentou os contingentes do Exército. A população carioca, pressionada pelo bombardeio e acreditando que a República estava sendo atacada pelos monarquistas, participou na defesa da capital.

Percebendo que a vitória só era possível com a abertura de novas frentes e que o ataque frontal à cidade do Rio de Janeiro não podia ser feito, alguns navios de guerra se dirigiram para Santa Catarina, onde tomaram a cidade de Desterro e instalaram um “Governo Provisório”.

Enquanto isso, os revoltosos tentaram articular a oposição anti-florianista a nível nacional. Fracassados em Pernambuco (políticos pernambucanos iniciaram preparativos para auxiliar a Revolta da Armada e aglutinar a oposição nordestina; o Sargento Silvino de Macedo viajou a Recife, a fim de entabular negociações com os oposicionistas; porém, dado o recuo do governador Barbosa Lima, pressionado pelo governo federal, foi sufocada a possibilidade de revolta e o Sargento Silvino foi preso e fuzilado), uniram-se aos rebeldes gaúchos.

A adesão de Saldanha da Gama atraiu o apoio declarado dos monarquistas, mesmo que o conjunto do movimento não tivesse caráter restaurador. O almirante Saldanha da Gama assumiu o comando da revolta na Baía da Guanabara, enquanto custódio de Melo dirigiu-se para o Sul, ampliando a ação revolucionária. Em novembro de 1893, Gumercindo Saraiva penetrou em Santa Catarina unindo-se aos elementos da Armada que haviam tomado Desterro. Em janeiro do ano seguinte, os federalistas invadiram o Paraná e conquistaram Curitiba. Mas as forças florianistas comandadas pelo Coronel Gomes Carneiro detiveram os revoltosos na cidade paranaense de Lapa.

Com apoio dos paulistas, liderados por Bernardino de Campos, o governo federal reuniu novos contingentes e iniciou uma poderosa contra-ofensiva que retomou Curitiba e Desterro (esta cidade passou, então, a se chamar Florianópolis) e encurralou os rebeldes no Rio Grande do Sul.

Os navios que permaneceram na Baía da Guanabara não puderam fazer frente à esquadra florianista, comandada por um Almirante reformado, Jerônimo Francisco Gonçalves, que fora encarregado por Floriano de adquirir as belonaves no exterior.

A “Esquadra de Papelão”, como foi, ironicamente, chamada pelos revoltosos, chegou ao Distrito Federal no dia 10 de março e, três dias depois, Saldanha da Gama e seus comandados se refugiaram a bordo de dois navios portugueses. Floriano Peixoto havia vencido a Revolta da Armada e mais uma vez reafirmava seu governo.

Os barcos portugueses dirigiram-se para a Bacia do Prata, onde centenas de revoltosos fugiram, inclusive Saldanha da Gama que voltou ao Brasil e retomou a luta contra Floriano nos últimos momentos da Revolução Federalista. Floriano, descontente com o asilo dado por Portugal aos marinheiros revoltosos e vendo que os portugueses propiciaram a fuga dos rebeldes, fez com que o Brasil rompesse suas relações diplomáticas com Portugal, relações que só foram reatadas no período presidencial seguinte.

O papel de Floriano, vencendo as oposições e consolidando as instituições republicanas, foi fundamental para seus aliados paulistas. Dotados de recursos políticos mais estáveis e da maior força econômica do país, os republicanos prepararam sua ascensão.

O PRP, através de seus políticos mais destacados, empreendeu, desde o final do Império, sólidas articulações que visavam projetá-lo nacionalmente.

Se, por um lado, era necessário o emprego da força para assegurar a manutenção das instituições republicanas e o apoio de setores radicais do Exército, era igualmente importante que Floriano contasse com a agremiação político-partidária nacional. Para tanto, os paulistas constituíram um partido, o *Partido Republicano Federal*, e deram sua presidência a um homem de confiança do marechal: Francisco Glicério.

A Sucessão de Floriano

Os sucessos obtidos contra os federalistas e seus aliados da Armada e a brutal repressão levada a cabo pelos propostos do governo federal possibilitaram a identificação de Floriano com a “consolidação da República”. Em conseqüência, sua figura tornou-se o símbolo do republicanismo radical ou, como se dizia na época, do “jacobinismo”.

No final da gestão Floriano Peixoto, a situação financeira do país apresentava-se bastante grave, principalmente em razão dos recursos mobilizados pelo governo federal para fazer frente à insurreição do Rio Grande do Sul. Com efeito, o papel-moeda inconversível elevou-se de 192.000 contos, em 1889, a 712.000 contos, em 1894.

A garantia da ordem constitucional, além de limitar a ação do “jacobinismo”, assegurava a própria transitoriedade do governo de Floriano, ou seja, sua sucessão.

Em abril de 1893, sob a orientação da bancada federal de São Paulo, foram reunidas as lideranças estaduais e foi fundado o PRF. A agremiação tinha duas finalidades ao tentar congregar os políticos em âmbito nacional: eleger o primeiro Presidente civil, e servir de instrumento para o fortalecimento do republicanismo ameaçado por um clima de instabilidade.

Visto por Floriano como um instrumento de controle do Congresso no conflito entre o Executivo e o Legislativo, o PRF, nos seus primeiros momentos, cumpriu essa função. Francisco Glicério, florianista e centralizador, aglutinou e organizou o partido, hipotecando grande respaldo a Floriano.

No entanto, e apesar dessa liderança, o PRF era um partido limitado pela sua origem e motivação. Sua composição era extremamente heterogênea (liberais, conservadores, republicanos históricos e, nas vésperas da eleição de Prudente de Morais, os adesistas). Seu cunho regionalista e paulista, a falta de um

programa bem definido e de uma ideologia para sua sustentação, mais o espírito antipartidário em termos nacionais levaram-no a um enfraquecimento logo após as eleições.

Durante as lutas internas que assolaram o governo de Floriano Peixoto, organizou-se no Congresso, sob a liderança de Francisco Glicério, um partido de âmbito nacional: o Partido Republicano Federal (PRF). A nova agremiação partidária congregava elementos de filiações ideológicas extremamente heterogêneas, compreendendo desde ex-monarquistas até positivistas e jacobinos intransigentes. A intenção que presidia o estabelecimento do PRF era assegurar ao governo ampla maioria parlamentar e garantir a realização de eleições presidenciais.

A sucessão de Floriano Peixoto fez-se de maneira ordeira e pacífica, embora corressem rumores de que o Marechal de Ferro não entregaria o poder. Realmente, alguns setores jacobinos, interessados em implantar uma ditadura republicana, chegaram a tramar um golpe de Estado para garantir a permanência de Floriano no cargo de supremo mandatário da nação. Entretanto, as precárias condições de saúde do marechal e a oposição à quebra da legalidade institucional manifestada por alguns florianistas radicais, como o coronel Moreira César, fizeram abortar o plano. Na realidade, o organismo militar no poder “, isto é, o setor majoritário do Exército, dilacerado durante a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, temia a eclosão de uma nova guerra civil, movida desta vez pelas milícias estaduais organizadas pelos grupos políticos dominantes nas diversas unidades da federação.

Noutros termos, a “burocracia militar”, profundamente desgastada pelo exercício do poder, viu-se impotente para enfrentar um eventual levante das poderosas oligarquias estaduais. Em conseqüência, Floriano foi obrigado a abandonar os sonhos continuístas, desinteressando-se do problema sucessório. Dessa maneira, o apoio do PRP e o do PRF, a omissão do governo Floriano e o desgaste do “aparelho militar” asseguraram a eleição do paulista Prudente de Morais.

O Significado do término da Gestão Floriano

O término do Florianismo marca o início do fim da crise da República. Novamente unificada, a oligarquia agrícola retomou o comando da vida econômica do país. A classe média estava fadada "*a sofrer os defeitos de uma política econômica que atirava ao consumidor os ônus cada vez mais pesados da valorização do café"*. (Nelson Werneck Sodré)

Prudente de Morais, que sucedeu a Floriano, cortaria os estímulos às atividades manufatureiras. Em conseqüência, diminuiu, sensivelmente, a quantidade de capital aplicado na indústria.

O Exército, que tradicionalmente se identificara com a Classe Média, voltou aos quartéis. As camadas médias perderam a concentração de forças políticas que lhes havia sido proporcionada por um verdadeiro poder novo, o militar, compensando a falta de uma estruturação econômica robusta de que esta classe desfrutava em outras sociedades.

O Exército retomou suas finalidades institucionais, ou seja, garantir a ordem interna e repelir as ameaças externas. Totalmente integrado ao sistema, durante a República Velha, ele ficara em segundo plano; começou a emergir durante a Primeira Guerra Mundial. A burguesia, em vez de se rebelar, subordinou-se às classes agrárias e esforçou-se para obter concessões do governo, substituindo a conquista de fato pela colaboração e fazendo uma vaga glorificação do civismo. O governo autoritário de Floriano foi um incidente fugaz, ligado à renúncia de Deodoro, sem a qual não teria acontecido este hiato de algumas atitudes inconformistas antiagrárias como a presença de militares no governo e a desastrosa política financeira de Rui Barbosa.

As arbitrariedades de Floriano originaram movimentos populares e manifestações de rua, com intensas participações de militares e civis (se não foi o verdadeiro criador dessa agitação política, o Marechal de Ferro foi o catalisador desse processo).

A Revolta de Santa Cruz provocou ações reivindicatórias da ala conservadora, que se opunha à florianista, mas consciente do poder. O namoro de civis e militares, rompido após o governo de Floriano, só seria reatado a partir dos anos 20 e teria seu momento de maior enlevo com o fenômeno do Tenentismo.

No início da Primeira Guerra Mundial, começou a ressurgir o idílio bruscamente interrompido com a queda de Floriano. A burguesia, aproveitando-se da campanha do serviço militar obrigatório, fundou grande número de organizações cívicas, com o objetivo de transmitir a moral burguesa e dar à nação um padrão moral de salvação, como, por exemplo, a Liga de Defesa Nacional e a Ação de Olavo Bilac. O poeta, um dos sustentáculos da campanha, era um dos papas da burguesia militarizada. A burguesia escondia sua impotência através de uma ideologia baseada no patriotismo, que procurava criticar a antipatriotia das oligarquias rurais e afirmava serem a instrução, a disciplina e a ordem militar condições necessárias ao reerguimento do Brasil.

Civis e militares teriam a "sagrada missão de governar a nação". Como prenúncio do fenômeno do Tenentismo, a Liga de Defesa Nacional, que duraria até 1924, procurava, dentro de seu esquema ideológico, exaltar as qualidades de consciência, coesão e disciplina necessárias para a erradicação dos "carcomidos "da República Velha. Para os membros da Liga essas qualidades só existiam no Exército, "que sempre enobrecera o Brasil: a Guerra do Paraguai e o 15 de novembro de 1889 bem o mostraram".

A República, implantada por um pronunciamento militar após a queda de um gabinete hostil ao Exército, e consolidada no calor da luta entre os cafeicultores paulistas e a débil burguesia industrial, integrada por monarquistas que se fizeram republicanos, foi um rebento de sete meses. Seu amadurecimento, a superação do seu caráter prematuro, é o significado da Revolução de 1930.

Floriano conseguiu consolidar a República no nível militar: dedicou-se à tarefa desde o dia em que, "ao tomar o café da manhã em trajes caseiros, sem muita pressa, trocou-o pelo uniforme militar e se apresentou ao Marechal Deodoro para substituí-lo."

Entregou o poder "ao pobre presidente paisano", o paulista Prudente de Morais, que obtivera 290.000 votos e assumia a presidência do Brasil, ainda em crise.

REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS

Prudente de Morais (1894/1898)

Ninguém o esperou na estação, no Rio de Janeiro. Nem mesmo no Senado, onde foi prestar juramento, havia alguém para abrir-lhe a porta do carro alugado. Ao entrar na sede do governo, no Palácio do Itamarati, não encontrou ninguém a quem entregar o chapéu. Apenas um ex-ministro do governo precedente estava a sua espera, não para assistir à posse, mas para dar-lhe um recado: O Marechal de Ferro desejava-lhe boa sorte. Esta foi a recepção que os florianistas deram ao primeiro presidente civil, o 3º da República do Brasil, Prudente de Morais.

No Palácio do Governo, o advogado de Sorocaba, o Biriba (apelido dado pelos rio-grandenses ao tropeiros sorocabanos e utilizado, em tom de chacota, pelos freqüentadores da rua do Ouvidor), esperava que as notícias espalhadas pelo país não passassem de simples boatos. Dizia-se que Floriano Peixoto não daria posse ao presidente eleito. Às véspera das eleições, o Consolidador dissera a Francisco Glicério: *"Com Prudente de Morais prevejo perseguições aos nossos amigos. Até você não será poupado e há de sofrer bastante. Mais tarde me dirá se tiver ou não razão; mas fique certo de que, qualquer que seja o eleito e proclamado pelo Congresso, eu o empossarei no poder..."* Sincero ou não, Floriano, doente do fígado, retirou-se para a estação de águas de Cambuquira e daí para a sua fazenda do Paraíso, no município de Barra Mansa, no Estado do Rio, ignorando os planos dos que pretendiam mantê-lo no poder.

No ano de 1892, o problema da sucessão presidencial decidira os destinos da República. As forças conservadoras do país, lideradas pelos cafeicultores, haviam chegado a uma conclusão: a República da Espada não podia mais continuar. "Lugar de Militar é na caserna", diziam: "O florianismo como ficou chamado o sentimento reformista, popular, jacobino e xenófobo (inspirado por Floriano) correspondia aos vagos anseios da classe média, difusa e heterogênea; mas era, antes de tudo, a reação violenta e radical a qualquer tipo de saudosismo político.

Em princípios de 1893, um velho propagandista da República e amigo pessoal de Floriano, Francisco Glicério, fundou um partido que era uma verdadeira "catedral" : o Partido Republicano Federal. Nele reuniram-se republicanos históricos, conservadores, florianistas exaltados, jacobinos intransigentes, federalistas e até monarquistas. A convenção do Partido escolheu Prudente de Morais e o senador baiano Manual Vitorino Pereira como candidatos à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. Floriano Peixoto não gostou da escolha: indicou para candidatos Rangel Pestana e depois Lauro Sodré, em vão.

O Partido Republicano Federal agia com muita cautela, evitando apresentar qualquer programa que pudesse levantar polêmica com os florianistas. Estes aguardavam apenas a palavra de ordem de seu chefe, que não seria dada: Floriano decidira ser constitucional. Em março de 1894, Prudente de Morais e Manuel Vitorino foram eleitos com tranqüilidade, inaugurando no Brasil República uma longa tradição de fraude eleitoral. Desfaziam-se os sonhos de uma República democrática e iniciava-se a Ditadura do Café, que duraria 36 anos.

Prudente de Morais Barros, advogado latifundiário paulista, membro da Convenção de Itu de 1873, foi deputado geral pelo Partido Republicano Paulista e Presidente da Assembléia Constituinte Republicana. Segundo seus biógrafos, possuía inteligência e magnetismo pessoal. Falava pouco, pausadamente; escolheu cautelosamente o Ministério, rodeando-se de republicanos históricos. Procurou executar as duas tarefas que lhe haviam sido confiadas pelas forças que o colocaram no poder: pacificar o Rio Grande do Sul e neutralizar a ação dos florianistas e reformistas no Brasil.

A oposição resistiu violentamente à idéia de anistia, adotada por Prudente como solução para a guerra civil sulista, que ainda fazia mortos e feridos nos Pampas. A idéia inicial partira de seu colega de faculdade, Campos Sales. A apresentação desta ao congresso o transformou num verdadeiro campo de batalha. A anistia não era somente uma solução militar; ao concedê-la, Prudente inauguraria nova linha política, que visava esvaziar o Florianismo e o Republicanismo. Francisco Glicério, grande figura da Câmara, chamado, por isso, de "General das 21 brigadas" (vinte estados e o Distrito Federal), opôs-se violentamente à solução pacífica. A rua do Ouvidor (centro político da época) converteu-se num palco de guerra, a imprensa em arma jacobina, os bailes de carnaval em manifestações antigovernistas.

No Sul, a situação era difícil devido à revolta iniciada no governo de Floriano, em 1893. O Castilhismo, aliado ao Florianismo, pedia a morte de 526 revoltosos exilados no Uruguai e na Argentina. Em Montevidéu, os conspiradores articulavam a reação: sob a liderança de Saldanha da Gama invadiram três vezes o Rio Grande e em todas elas foram derrotados, morrendo vários chefes federalistas, entre eles Gumercindo Saraiva. O governo ofereceu a paz: a 1º de janeiro de 1895, Prudente concedeu aos federalistas indulto e permissão para voltar, no prazo de noventa dias, e enviou missões de paz para tratar com os revoltosos as condições para a deposição das armas. As negociações se realizaram em Pelotas: o general Inocêncio Galvão de Queirós aceitou a paz, honrosa para os derrotados, mas incendiária para o governo de Prudente. A batalha de anistia foi ganha pelo Presidente e valeu-lhe o nome de Pacificador. Prudente venceu, pelo cansaço, o Congresso e os Federalistas; também contribuiu para sua vitória a morte de Saldanha da Gama e Floriano Peixoto. Com o primeiro morria a esperança restauradora; com o segundo, a esperança de volta ao poder e ao reformismo militar.

O médico diagnosticou: cirrose hepática hipertrófica. A 29 de junho de 1895, o fígado levou à morte o Consolidador. A República vestiu seu mais pesado luto: o povo acorreu às ruas. Muitos se dirigiram à sua fazenda do Paraíso, em trens especiais, para render-lhe a última homenagem. Quando o corpo chegou à capital, uma multidão compacta, calculada em 30.000 pessoas, acompanhou o féretro, que um cronista da época definiu como “uma verdadeira apoteose”. No cemitério São João Batista, Irineu Machado, Nicanor Nascimento e Raul Pompéia, seus mais fiéis seguidores, proferiram discursos que terminavam com as aclamações “Viva Floriano” , “Morra Prudente. ”(Raul Pompéia, florianista roxo, suicidou-se seis meses depois, como que solidário com seu herói).

Alguns dias depois divulgou-se a última carta de Floriano (que seus partidários chamaram de testamento político): *“Diz-se e repete-se que ela (a República) está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta, mas contínua e surda. Alerta, pois”*.

Após a morte de Floriano, o movimento jacobino se desarticulou, mas as desordens aumentaram: jornais situacionistas foram empastelados e fundaram-se novos jornais florianistas, como O *Nacional e O Jacobino,* o mais virulento. Um verdadeiro grito de guerra foi a resposta dos florianistas à paz e à anistia concedidas no Sul; muitos vira-casacas ou homens de algumas, como José do Patrocínio, tiveram de fugir da cidade. A Escola Militar da Praia Vermelha, baluarte do Florianismo, manifestou-se contra o governo em março de 1895.

No mesmo mês, desafiando a onda de xenofobia, Prudente de Morais reatou as relações diplomáticas com Portugal, interrompidas por Floriano Peixoto, porque dois navios portugueses, o Mindelo e o Afonso de Albuquerque, haviam dado asilo a participantes da Revolta da Armada. O antilusitanismo dos cafés e das redações dos jornais xenófobos ameaçavam as casas e armazéns portugueses. Prudente de Morais decidiu, então, extinguir o Florianismo definitivamente. Desligou alunos e oficiais depois da Revolta da Escola Militar ; determinou completo remanejamento dos cargos públicos e vetou o aumento de quadros; exonerou oficiais e transferiu outros; dissolveu os batalhões patrióticos (criados no tempo de Floriano, durante a Revolta da Armada) e opôs-se a qualquer movimento favorável ao militar-político. Com sua firmeza e decisão, Prudente esclareceu que o governo era civil e os militares deviam voltar definitivamente à caserna. Empenhado em sustentar esta opinião, chegou a cogitar um projeto que cancelaria o nome de Floriano do Almanaque Militar.

A situação econômico-financeira do Brasil, no quatriênio de Prudente de Morais, era péssima. A herança de um Império escravista, os dezessete empréstimos para pagar que ele legou à República recém-proclamada, a especulação dos bancos estrangeiros através da retenção dos estoques de ouro, o déficit crônico, os efeitos do encilhamento e os gastos com as guerras civis foram algumas das dificuldades que Rodrigues Alves, Ministro da Fazenda, teve de enfrentar. Mas o maior problema econômico-financeiro da época foi a crise do café de 1896. Três meses após o início da safra de 1895, 8 milhões de sacas abarrotavam os armazéns dos portos, sem condições de resistir ao clima úmido do litoral. A produção havia duplicado e o preço caído de quatro para meia libra por saca de sessenta quilos. A crise de superprodução aterrorizou os cafeicultores: eles pediram intervenção federal, exigiram projetos de queima de estoques e de auxílio ao lavrador, publicaram tratados sobre a economia de sobremesa. Os capitais estrangeiros refluíram devido à baixa do câmbio e às incertezas da guerra civil. O Jacobinismo afugentou famílias inglesas e portuguesas.

No exterior, o Brasil era considerado como mais uma "republiqueta" de bananas. Os cafeicultores e os meios financeiros internacionais exigiram do governo de Prudente o saneamento das finanças. Mas esta era tarefa impossível, que só o homeopata Joaquim Murtinho conseguiria executar durante a presidência de Campos Sales. Rodrigues Alves só pode recorrer ao velho remédio da nossa história financeira: em Londres, os Rothschilds, tradicionais credores do Brasil, concederam o primeiro empréstimo obtido pelo governo civil (e segundo da República) no valor de 7,5 milhões de libras, graças ao qual se adiou, por pouco tempo, uma crise de inusitadas proporções.

Devido aos interesses das forças que haviam estabelecido o Reinado do Café, o Ministério da Fazenda abandonou a linha nacionalista de seus titulares anteriores, Rui Barbosa e Serzedelo Correia. A ofensiva latifundiária e imperialista determinou um recuo na política de auxílio à indústria e de nacionalização das principais fontes de riqueza do país. A progressiva desnacionalização destes recursos (veementemente denunciada pelos dois governos anteriores) levou à alienação de empresas brasileiras por firmas estrangeiras que controlavam 87% das transações comerciais. Na Câmara, o Senador Alfredo Ellis declarava: *"Antigamente, os exportadores de café, representantes dos trustes e sindicatos, contentavam-se em mungir vacas, dando-lhes, entretanto, o suficiente para não morrer de fome. Hoje não existe só o leite: querem o bife também, pouco lhes importando que a vaca pereça"*.

Em novembro de 1896, cálculos biliares obrigaram o Presidente a se retirar de Teresópolis; Prudente entregou o governo, provisoriamente, ao vice-presidente Manuel Vitorino, ignorando que o Florianismo

tramava sua deposição através de seu substituto. O Presidente interino, descendente de um marceneiro português, era baiano, republicano histórico, médico, jornalista e florianista. Fora se distanciando ideologicamente do Presidente, à medida que a aversão deste pelo Militarismo se traduzia em perseguição aos florianistas. Vitorino transformou-se no símbolo da exaltação republicana contra os reacionários, inclusive contra o frio e austero Prudente de Morais. Tornou-se o salvador, o homem forte que reergueria a República, “tão enferma no país quanto o Presidente em Teresópolis”.

A primeira providência de Vitorino foi transferir o governo para o Palácio do Catete, comprado ao barão de Nova Friburgo. Em seguida, modificou o Ministério: Bernardino de Campos, ex-governador de São Paulo, substituiu Rodrigues Alves na pasta da Fazenda, Joaquim Murtinho foi nomeado para a Viação, e Amaro Cavalcanti para a Justiça. O problema financeiro continuou na mesma: o novo ministro pediu mais dois empréstimos à Inglaterra, de 19 e de 2 milhões de libras. A situação parecia melhorar para os jacobinos, quando ocorreu o episódio de Canudos.

A Crise de Canudos

Canudos apresenta-se como uma crise que se desdobra em dois níveis: no primeiro deles, *Canudos é um episódio local*, motivado pela conjuntura específica do Nordeste no final do século 19; no segundo, *Canudos, em função da “maré” florianista contra Prudente, torna-se uma crise política de âmbito nacional.*

Enquanto crise localizada, Canudos é um dos mais típicos e característicos exemplos de uma “revolução arcaica” . Noutros termos, Canudos é uma contestação das estruturas prevalecentes no Nordeste, contestação esta inserida no quadro de uma visão ideológica passadista, reacionária, nostálgica e ultra-conservadora. Expliquemos.

O Nordeste, região cujo sistema produtor latifundiário encontrava-se em decadência (com efeito, os tradicionais produtos da área - açúcar e algodão - tinham sido alijados dos mercados internacionais), fora abandonado pelos governos republicanos. No final do século XIX, a área nordestina já apresentava, de forma aguda, os seus, hoje, tradicionais problemas estruturais: seca, latifúndios em crise, hiper-exploração da mão-de-obra, unidades minifundiárias miseráveis, etc. Num tal ambiente, a consciência, inevitavelmente primária, do homem que aí luta ingloriamente pela sobrevivência, tem diante de si, como opções ideológicas, o messianismo (a crença na salvação pelo milagre, o mito da superação religiosa dos problemas reais: “o sertão vai virar mar”) e/ou o cangaço (ação violenta, o saque, a solução pelo banditismo). Sem dúvida, o messianismo (a “visão sebastianista”) e a prática da violência são componentes essenciais de Canudos enquanto crise regional.

A simples presença da comunidade autônoma de Canudos, fundada por Antônio Conselheiro no interior da Bahia, desligada das formas de apropriação fundiária tradicionais do Nordeste, contestava o latifúndio; a religiosidade messiânica existente no famoso arraial punha em dúvida a efetiva assimilação do catolicismo por parte das massas sertanejas; ademais, desencontrados com a República (“a lei do cão”, no dizer de conselheiro), os moradores de Canudos, por impossibilidade de opções ideológicas radical-revolucionárias, apegaram-se a um monarquismo ingênuo e idealizado, o que negava o regime já então vigente no País.

Diante da negatividade revolucionária arcaica expressa por Canudos, o governo estadual da Bahia envia

contra o arraial duas expedições policiais, que são, inapelavelmente, batidas. Destas derrotas decorreu o pedido, por parte da administração baiana, de apoio federal. O governo da República envia contra Canudos uma expedição do Exército comandada pelo coronel Moreira César, uma das mais representativas figuras do "jacobismo florianista". Para a surpresa geral, Moreira César, o herói do esmagamento da revolução Federalista, é vencido e morto pelos Seguidores do Conselheiro. Chegada a notícia ao Sul do País, ocorrem manifestações "jacobinas", ouve-se o suave e melífluo rumor da boataria: "a República está em perigo", "o Brasil é vítima de uma conspiração " , etc. Devemos, então, ressaltar: Canudos tornou-se uma questão nacional por força da morte do ídolo "florianista" Moreira César. Para se ver livre de qualquer suspeita de vinculação com eventuais restauradores, Prudente foi forçado a esmagar Canudos. Com efeito, as expedições dos generais Artur Oscar e Savaget contra Canudos e, notadamente, as forças militares, coordenadas pelo Ministro da Guerra Machado Bittencourt, que esmagaram o arraial, estavam, erroneamente, diga-se de passagem, crentes de que eram "guardiãs" e mantenedoras da República, curadoras da herança do Marechal Floriano Peixoto.

Da Crise da Moção Seabra à Tentativa de Homicídio

No início de 1897, Prudente enfrenta, com energia, uma pequena crise envolvendo os cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha, tradicional reduto "jacobino". Visando dar apoio parlamentar à administração Prudente, o deputado baiano J.J. Seabra propôs a aprovação de uma moção de solidariedade à enérgica atitude do supremo mandatário em face da sublevação dos jovens militares. Francisco Glicério, o "jacobino" líder do PRF, discursa no Congresso, ressaltando não poder apoiar uma moção em detrimento do que "há de melhor na juventude brasileira: a juventude militar".

O presidente da Câmara, o governista Artur Rios, coloca seu cargo em jogo a favor da aprovação da Moção, mas esta, surpreendentemente, não foi aprovada, o que motivou a renúncia de Rios.

Objetivando não perder o suporte parlamentar, Prudente manobra no sentido de cindir o PRF. Com efeito, Glicério mantém a liderança sobre o PRF "senior" , o minoritário e "jacobino" grupo dos "concentrados", enquanto as bases adesistas do "perrefismo" formam o grupo dos "Republicanos". Em conseqüência da cisão, a "Moção Seabra" é aprovada e Rios volta à presidência da Câmara.

Afastados, os florianistas tomam a atitude extrema: o anspeçada Marcelino Bispo, em novembro de 1897, braço executante de um complô "jacobino", tenta matar o Presidente da República, sendo salvo pelo Ministro da Guerra, Machado Bittencourt, que é morto em seu lugar. A malograda tentativa de homicídio desmoraliza a liderança de Glicério, abala o PRF "senior" e imobiliza o "florianismo". Sem dúvida, Prudente vencera a "reação jacobina", podendo eleger o seu sucessor: Campos Sales, o homem que irá significar a consolidação da República Oligárquica.

Mecanismos da República Oligárquica

O Governo de Campos Salles (1898/1902)

O presidente mais impopular da República do Café foi Manuel Ferraz de Campos Sales, fazendeiro paulista, jornalista, político, republicano histórico, ex-Ministro da Justiça do Governo Provisório, ex-Governador do Estado de São Paulo e eterno conservador.

Foi o Presidente que melhor serviu à República Oligárquica, em detrimento do País. Os cafeicultores e as finanças internacionais deveram a ele o saneamento das finanças nacionais, o estrangulamento da indústria nacional e a instalação de uma poderosa máquina política oligárquica. O povo deveu-lhe um dos quatriênios mais sofridos de sua vida.

O problema financeiro ocupou todas as atenções do governo de Campos Sales. Quando assumiu o poder, os florianistas estavam encarcerados ou apaziguados e o Rio Grande do Sul pacificado, mas as greves e agitações de rua permaneciam incontroláveis, a inflação galopante e a crise do café (de 1896) sem solução. O Ministério, escolhido a dedo, compunha-se de pessoas de sua inteira confiança e sem ligações partidárias.

Campos Sales aboliu o despacho coletivo, e decidiu que “quem mandava no Brasil era o Presidente”: concentrou em suas mãos a maior soma de poderes da República Civil.

A grande figura do governo de Campos Sales foi Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda. As idéias deste médico homeopata e solteirão, descendente de ricos fazendeiros de Mato Grosso, político de dia e farmacêutico de noite, nada tinham de novo. Para ele, o fundamental era “ *equilibrar o orçamento nem que isso arruinasse pelo desamparo às melhores iniciativas, contanto que a saúde financeira se espelhasse - como a do organismo na limpidez dos olhos - no câmbio”*. Frio, cético, homem de negócios, darwinista por instinto e educação, Joaquim Murtinho pretendia curar os males do Brasil da mesma forma como tratava de seus clientes, isto é, pela dieta. Para ele, o problema essencial do Brasil era o desequilíbrio do Tesouro. Para resolvê-lo, eram indispensáveis : a deflação, a implacável contenção de despesas, o aumento dos impostos, o abandono das obras públicas, o retorno aos campos e o afastamento do Estado de qualquer atividade industrial. Não tinha a mais vaga idéia de que o problema financeiro estava diretamente ligado ao problema econômico. Considerava o simples saneamento da moeda suficiente para incentivar a livre-concorrência que, automaticamente, reergueria as forças econômicas do País. Os mais fracos ou menos adaptáveis sucumbiriam na concorrência, como acontecia no processo biológico de Darwin.

Ninguém entendia melhor Joaquim Murtinho do que o Presidente, que concordava com ele. "*É tempo de tomarmos o caminho certo. E nos esforçarmos para exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições do que nós."* O Brasil produzia melhor café, algodão, açúcar, erva-mate, borracha, cacau e minérios. Os outros países produziam, melhor que o Brasil, máquinas, ferramentas, objetos industrializados de todo o tipo. Os menos desavisados perceberiam, nesta teoria, os conceitos básicos da ideologia colonialista do "Brasil essencialmente agrícola". Murtinho e Campos Sales pretendiam liquidar a indústria nacional, desfazer o esforço industrialista dos ministérios da República da Espada e atrair braços e capitais estrangeiros. Estes, entretanto, haviam sido afugentados pelo descalabro financeiro e só retornariam se o governo equilibrasse as finanças, aumentasse a taxa cambial e eliminasse o iminente perigo da bancarrota total.

Campos Sales já havia removido os obstáculos aos investimentos estrangeiros: cinco meses antes assinara um contrato, mediante o qual os Rothschilds forneceriam o "funding-loan" de que o Brasil necessitava. Foram necessários seis meses de conversações, uma viagem de Campos Sales à Europa e uma visita do Sr. Toothal, emissário de London and River Plate Bank.

O "funding-loan" (solução adotada também pelo governo de Pellegrini, na Argentina) consistia no seguinte: os famosos banqueiros ingleses emprestariam ao Brasil 10 bilhões de libras em títulos depositados em Londres, garantidos pela hipoteca das rendas alfandegárias do Rio de Janeiro (e de outros portos em caso de necessidade), das rendas do serviço de abastecimento de águas da capital e da estrada de Ferro Central do Brasil. O prazo de amortização da dívida era de dez anos, com juros anuais de 5 % . O contrato determinava também a queima total de papel-moeda em quantidades iguais às das prestações vencidas em Londres. Procurava-se assim deflacionar a economia brasileira, elevar o câmbio e restabelecer a confiança dos meios financeiros internacionais no Brasil.

O "funding-loan" não foi a única medida financeira tomada pelo governo de Campos Sales. O ministro Joaquim Murtinho criou o imposto de consumo e o do selo (todos os produtos comercializados deviam ser selados). Estendeu a rede fiscal por todo o País, arrendou estradas de ferro a companhias estrangeiras, elevou as taxas alfandegárias e conteve rigidamente os salários e todo tipo de despesas. O resultado foi imediato: a deflação arrasou o poder aquisitivo, o comércio e o crédito bancário (o Banco da República do Brasil fechou as portas); as falências sucederam-se; caíram os preços das exportações e subiram aos das importações.

O governo Campos Sales encerrou sua gestão com saldo em ouro nos bancos londrinos, mas o Brasil havia se empobrecido ainda mais. O tesouro estava rico e os Rothschilds satisfeitos, mas a carestia de vida, o problema da moradia, o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade, o desemprego e a estagnação econômica fizeram com que grevistas e descontentes saíssem às ruas: em 1898 os foguistas da Central do Brasil, em 1899 os operários de uma fábrica de fósforos em Vila Mariana (São Paulo) , cruzaram os braços. Seguiram-se os da fábrica de tecidos em São Caetano. No ano seguinte, por três dias os cocheiros do Rio armaram piquetes; em 1901 os ferroviários da Estrada de Ferro Paulista solidarizaram-se com os grevistas da Estrada de Ferro Sorocabana. Também os monarquistas: em 1900, Campos Sales teve de sufocar dois levantes monarquistas sem importância mas sintomáticos. Campos Sales seria para sempre o "Presidente do imposto do selo" e um dos homens públicos mais odiados da República Velha.

A uma comissão que foi reclamar contra os impostos excessivos, o Presidente respondeu: *"Não posso obrigar ninguém a ser patriota. Mas, concordem ou não concordem, protestem ou não protestem, hei de fazer cumprir a lei."* Campos Sales parecia não dar muita importância aos protestos, mas, para impedi-los, criou uma máquina perfeita, que só seria destruída pela Revolução de 1930. O Presidente não admitira oposição: queria as Câmaras funcionando a todo vapor, aprovando suas iniciativas e sua política financeira e orçamentária. Com essa finalidade, mudou o estatuto da Câmara dos Deputados e instalou a Comissão de Verificação de Poderes, também conhecida como reconhecimento, degola ou guilhotina. De acordo com as disposições de Campos Sales, o presidente da nova Comissão seria o presidente da Câmara de gestão anterior.

Nomearia os quatro membros da Comissão Verificadora, que confirmaria ou não os candidatos eleitos em nível federal e estadual. Através desse mecanismo, o presidente da Comissão seria conhecido antecipadamente e a oposição nunca teria vez, pois a Comissão só reconhecia aqueles que recebem diploma, ou seja, uma ata geral, assinada pela maioria da Câmara Municipal. Em outras palavras, só entravam na "panelinha" a situação, os candidatos do partido oficial e dos partidos estaduais.

Dominar o Congresso não era suficiente. Era necessário que o mecanismo da Comissão de Verificação atingisse o interior, isto é, os Estados e os grandes latifúndios.

Com essa finalidade, o saneador de moeda introduziu na República Velha a política dos governadores. Segundo este acordo tácito entre os presidentes e os governadores estaduais, o governo federal ajudaria a manter os políticos favoráveis ao governo nos Estados e, em troca, os governos estaduais se comprometeriam a apoiar maciçamente a política do governo federal. Esta troca de favores garantiria a permanência da República do Café no governo federal e dos grandes latifundiários nos governos estaduais.

Uma boa explicação do funcionamento desse acordo foi dada por João Pinheiro, então governador de Minas Gerais, em resposta a alguém que lhe pedia orientação política: *"Não há nenhuma dificuldade. Diga sempre que é solidário com o governo. Tudo se reduz a obedecer. Obedeça e terá acertado politicamente. Do contrário, o senhor sabe, estou aqui com o facão na mão, para chamar à ordem aqueles que se insurgirem. A minha missão principal é esta: manobrar o facão, ou em cima, quando se trata de política federal, ou embaixo, quando estadual"*. Uma das maiores conseqüência da política dos governadores foi o fortalecimento do coronelismo e das oligarquias estaduais. O termo coronel origina-se de patente da guarda Nacional, concedida ou comprada pelos grandes fazendeiros, comerciantes ou industriais, espalhando-se as instituições praticamente por todos os municípios.

"O uniforme e as insígnias tornam-se símbolos representativos de privilégios legais. A fragilidade dos poderes centrais permite a formação de lideranças dos mais aptos e poderosos. Socialmente, o coronel exerce uma série de funções que o fazem temido e obedecido. É o chefe do clã, título que engloba não só a sua família, mas o cabroal que vive em função do seu prestígio, da sua força, do seu dinheiro. Aos agregados, ele dispensa favores: dá-lhes terra, tira-os da cadeia e ajuda-os quando doentes; em compensação, exige fidelidade, serviços, permanência infinita nas suas terras, participação nos grupos armados, etc. É juiz, é comerciante e agricultor, é conselheiro. Quando ele quer, ninguém o contraria; quando ele dita, todos o obedecem. Seu aliado e complemento é o doutor. O termômetro da afirmação do coronel está na manifestação popular do povo. É através deste que ele mantém o prestígio e pressiona para obter os favores necessários para continuar e dominar internamente. Porém, só se conseguem

favores quando se é partidário do governo." (Edgar Carone).

O Coronelismo, fenômeno típico do latifúndio, ganha maior força com a política dos Governadores. O sistema eleitoral foi bem definido por um coronel: "Dêem-me um delegado, que ganharei qualquer eleição". Como em todo país cujo sistema eleitoral não se baseava no voto secreto, as eleições, no Brasil, eram controladas pela mesa eleitora, que chamava a votar vivos e mortos, voluntários de cabresto e eleitores fantasmas. Devido ao Coronelismo, o Brasil transformou-se na grande e bem-comportada fazenda, governada sem oposição, pelas grandes famílias regionais. Os Acioli tomaram conta do Ceará; os Nery, do Amazonas; os Rosa e Silva, de Pernambuco; os Murtinho, de Mato Grosso.

Campos Sales não tinha mais problemas com a oposição; seu programa financeiro desenvolvia-se exatamente de acordo com seus planos. Seu principal objetivo era, como ele próprio afirmava, "acabar com as grandes reuniões políticas, onde a maioria deliberava pois esta é uma função que pertence a poucos e não à coletividade". Além do domínio das oligarquias da legalização da violência, da degola da oposição e do fortalecimento do Coronelismo, a política dos governadores proporcionou aos Estados de maior população (e maior colégio eleitoral), absoluto controle político. Dessa forma, somente São Paulo e Minas Gerais apresentavam candidatos à presidência: a um paulista sempre sucedia um mineiro e vice-versa. Um jornalista deu a esta gangorra política o nome de Política do Café-com-Leite. Várias vezes, o governo de Campos Sales, os grupos oligárquicos disputaram a liderança estadual. Mato Grosso, São Paulo e Pernambuco foram palco de várias dissidências e agitações, reprimidas por intervenções apesar da promessa de neutralidade do Presidente.

Em Mato Grosso, Campos Sales confiou o governo a seus amigos, os Murtinho; em São Paulo, enfrentou a oposição de Prudente de Morais e em Pernambuco, a da família do vice-presidente Rosa e Silva. Mais tarde, em 1910, o grande caudilho da República Velha, Pinheiro Machado, encontraria uma solução para este problema: as salvações através da regulamentação da intervenção governamental, que seriam utilizadas para salvar as oligarquias situacionistas.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, geógrafo e historiador, foi a maior figura política externa da República. Durante a presidência de Prudente de Morais, o grande diplomata (titular do Ministério das Relações Exteriores de 1902 a 1912) defendera, brilhantemente, os direitos do Brasil sobre a região das Palmas ou das Missões, no extremo oeste de Santa Catarina. A questão entre a Argentina e o Brasil foi submetida ao arbitramento (solução constitucional para as questões externas) do presidente dos Estados Unidos, Cleveland, que decidiu a favor do Brasil (1895). No mesmo ano, os ingleses se estabeleceram na Ilha da Trindade (Espírito Santo). O Brasil recorreu novamente ao arbitramento: o Rei D. Carlos I, de Portugal, deu-lhe ganho de causa. Da mesma forma, foi solucionada a Questão do Amapá; a Guiana Francesa pretendia que sua fronteira com o Brasil se estendesse além do Rio Oiapoque. Esta pendência de difícil solução teve grande repercussão: em Paris falava-se num novo Texas brasileiro. Em 1900, o Conselho Federal suíço arbitrou a favor do Brasil, novamente defendido pelo Barão do Rio Branco.

Campos Sales havia escolhido secretamente o nome do sucessor. Joaquim Murtinho, provável candidato, não foi escolhido por ser solteiro; Bernardino de Campos por ser contra sua política monetária. Campos Sales queria garantir a continuidade de seu programa político-financeiro, por isso decidiu não indicar para sua sucessão um republicano histórico: apresentou à convenção do Partido Republicano os nomes de Rodrigues Alves e Silviano Brandão (setembro de 1901). As eleições a bico de pena de 1º de março de 1902 apontaram, como sempre, a tranqüila vitória dos situacionistas contra a suposta oposição de Quintino Bocaiúva e Justo Chermont. A 15 de novembro de 1902, Campos Sales pagou pesado tributo ao descontentamento que sua gestão provocara; uma imensa vaia acompanhou-o durante o trajeto do Palácio do Catete à estação ferroviária, onde embarcaria para São Paulo. Perto da Estação e durante a passagem do trem pelos subúrbios cariocas, milhares de pessoas assobiaram e vaiaram o Presidente que se retirava. Apesar de profundamente ferido em sua vaidade, o saneador das finanças partia tranqüilo: os partidos não tinham mais nenhuma expressão nacional, a imprensa estava subvencionada para defender o partido situacionista, o câmbio estava alto, o Tesouro estava rico para facilitar a gestão da nova presidência, os Estados estavam sob controle e, acima de tudo, seu sucessor, Rodrigues Alves, estava eleito. O último serviço que Campos Sales prestou à pátria foi escolher um monarquista para sucedê-lo.

A presidência de Rodrigues Alves (1902/1906)

Francisco de Paula Rodrigues Alves, paulista de Guaratinguetá, obteve 316.248 contra os 23.500 dados a seu opositor Quintino Bocaiúva, nas eleições presidenciais de 1º de março de 1902, graças ao esquema político de Campos Sales.

Rodrigues Alves, conservador e monarquista, servira ao antigo regime como Presidente da Província de São Paulo (novembro de 1887 / abril de 1888); anteriormente, fora deputado à Assembléia Provincial de São Paulo pelo Partido Conservador. Em seu passado político, havia várias atitudes paradoxais para um homem conservador: em 1873 bateu-se pelo ensino primário obrigatório, medida defendida pelos comunistas e radicais socialistas, pois, segundo ele mesmo, *"para que apresentá-lo (o ensino primário obrigatório) como meio revolucionário de comunistas e socialistas ? ...Eles querem estribar sua democracia na ilustração e luzes do povo; querem que o homem, que se alista sob as suas bandeiras, tenha conhecimento dos princípios que eles apregoam, eu não os censuro por isso."* Como deputado geral apoiou o projeto de Rodrigo da Silva, que declarava extinta a escravidão, confirmando sua anterior adesão à propaganda pacífica do Abolicionismo. Sobre a fuga em massa de escravos e a natural

desorganização da lavoura que precederam à abolição, advertira que “a transição para o trabalho livre não pode deixar de operar-se sem a provocação de crises dolorosas para a lavoura e as indústrias que a ela se prendem”. Foi um dos primeiros a apoiar a entrada de imigrantes e capitais estrangeiros para o desenvolvimento da produção econômica.

Na República, embora membro do Partido Católico ao lado de outros monarquistas, o Presidente contribuiu para a consolidação do novo regime, ocupando a pasta da Fazenda no governo de Floriano. Tornou-se homem de confiança de Prudente de Morais e um dos grandes defensores da política dos governadores no governo de Campos Sales.

Na gestão de Rodrigues Alves, o embelezamento e saneamento do Rio de Janeiro foi obra prioritária. O prefeito Pereira Passos, o ministro da Aviação Lauro Severino Muller e o urbanista Paulo de Frontin construíram grandes avenidas, regulamentaram as construções, criaram o serviço de limpeza pública, alargaram praças, construíram um porto moderno e derrubaram cortiços.

Rodrigues Alves cercou-se de Ministros capazes: Leopoldo de Bulhões (Fazenda), vice-almirante Júlio Cesar de Noronha (Marinha), José Joaquim Seabra (Interior), José Maria da Silva Paranhos Jr, barão do Rio Branco (Relações Exteriores) e Lauro Muller (Aviação). A política econômica deflacionista de Campos Sales e a ótima situação creditícia permitiam a Rodrigues Alves construir portos no Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia, o Teatro Municipal, o Palácio Monroe, a biblioteca Nacional e a Fortaleza de Laje, na Baía da Guanabara, melhorar as principais estradas de ferro e instalar a fábrica de pólvora de Piquete.

Rodrigues Alves decidira também eliminar a febre amarela, a disenteria, a peste bubônica, a varíola e outras doenças endêmicas que faziam do Rio de Janeiro um lugar perigoso e desagradável. O Decreto de 02 de janeiro de 1903 unificou os organismos sanitários, até então distribuídos entre os governos federal e municipal, com a criação da Diretoria Geral de Saúde Pública, dirigida por Oswaldo Cruz, então jovem e desconhecido médico do Instituto Manguinhos. A 28 de junho de 1904, o governo enviou ao Congresso o anteprojeto da vacina obrigatória. Após acaloradas discussões, foi sancionada, a 31 de outubro, a Lei nº 1261, que tornava “obrigatória em toda a República a vacinação e a revacinação contra a varíola”. Desencadeou-se grande campanha contra a obrigatoriedade da vacina. “*Os positivistas afirmavam que o materialismo médico não respeitava o pudor, nem a delicadeza feminina, nem a bondade para com as crianças, nem o acatamento à velhice. A vacinação obrigatória teria contra ela a ciência e a moralidade positivista* “.

(Cruz Costa, in O positivismo na República)

A população aderiu à ação dos positivistas. As reformas da cidade haviam deslocado milhares de pessoas de suas casas, provocando descontentamento geral. Além disso, *à crise comercial de maio de 1904, que leva muitos comerciantes à falência, é agravada pela constante alta do custo de vida, devido ao câmbio em alta. Desta maneira, aumentam o desemprego e a revolta exacerbando-se as críticas ao governo.”*

(Edgar Carone)

A regulamentação da vacina (09 de novembro de 1904) serviu de pretexto para se dar início aos distúrbios e choques entre populares e forças políticas. A 11, realizou-se um comício contra a vacina no largo de São Francisco de Paula, violentamente reprimido; muitas prisões foram efetuadas. A 13, a desordem tomou proporções inesperadas: arruaceiros quebravam lampiões, cortavam fios telefônicos e incendiavam veículos. "*Desde o meio-dia a multidão enchia a praça Tiradentes, o largo do Rocio e outros locais... Logo começam as vaias e manifestações hostis ao governo. O chefe de polícia, general Piragibe, manda a cavalaria carregar; tiros partem do meio do povo, aos quais a polícia responde" (Edgar Carone).* Em meio à agitação popular, o general Silvestre Travassos, o senador Lauro Sodré e o deputado Barbosa Lima incentivaram a mocidade da Escola Militar da Praia Vermelha a "salvar a República".

A movimentação militar começou no dia 15 de novembro: pretendia derrubar Rodrigues Alves. O general Silvestre Travassos depôs o general Alípio Constallat, comandante da Escola Militar, e marchou à frente de setecentos cadetes contra o governo. Na rua da Passagem, ao enfrentar tropas comandadas pelo general Antonio Carlos da Silva Piragibe, Travassos foi atingido na perna. Houve muitos feridos e mortos; os legalistas debandaram. Rodrigues, informado da derrota de Piragibe, e instado por alguns assessores a se refugiar em uma belonave, respondeu: "Aqui é meu lugar, e dele só sairei morto". A 16, solicitou ao Congresso o estabelecimento de estado de sítio e controlou a revolta popular. O levante militar terminou com a marcha da brigada do Exército (1º Regimento da Cavalaria, 24º e 38º Batalhão de Infantaria, duas Baterias do 2º Regimento de Artilharia de Campanha) contra os cadetes amotinados. Simultaneamente caía o último núcleo de resistência, situado na zona portuária, que havia tomado o nome de Porto Artur, em homenagem à fortaleza russa que durante meses resistiu ao cerco japonês. A vitória do Presidente da República ratificou a supremacia do poder civil, mas persistia a lembrança da trágica cena da rua da Passagem, "manchada com o sangue do general Travassos, que veio a perecer no chão de uma cadeia, à míngua de socorros médicos". Ainda em 1904, houve uma tentativa de rearticulação monarquista. Os monarquistas financiavam o comércio do Brasil, jornal de Alfredo Varela, que atacava o governo da República. A crise de novembro aliou monarquistas, militares e republicanos oposicionistas. "O acordo é feito... precisamente para que este levante apagasse o de 1889. Isto feito, os monarquistas aceitaram o novo regime, que para eles começaria a ser contado de 15 de novembro em diante".

(Jornal do Comércio, 26.11.1904)

O progresso alcançado durante o governo Rodrigues Alves prosseguiu após os levantes de 1904. O povo, orgulhoso do desenvolvimento, entusiasmou-se pelo Presidente, que pôde assim terminar seu mandato, embora continuassem os motins e pronunciamentos: a Revolta da Fortaleza de Santa Cruz (08 de novembro de 1905) e dificuldades políticas de Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Sergipe, cujo governador, Guilherme de Sousa Campos, foi deposto pela polícia e reconduzido ao poder pelo Exército. O grande triunfo do governo foi conseguido na política externa, graças à habilidade diplomática do Barão de Rio Branco nas questões relativas à demarcação das fronteiras. Ao assumir a pasta de Relações Exteriores (1902), Rio Branco encontrou em situação crítica a Questão do Acre, complicada pela ocupação da região boliviana do Rio Acre por seringueiros brasileiros. Os exploradores, em "pé de guerra", não aceitavam o domínio da Bolívia: proclamaram a independência da região, após vencerem as forças enviadas para expulsá-los. Para agravar a situação, a Bolívia arrendara o território à companhia americana Bolivian Syndicate, concedendo-lhe amplos poderes sobre o território do Acre. O Brasil, para defender os interesses dos brasileiros estabelecidos no território, resolveu ocupá-lo militarmente e negociá-lo com a Bolívia. O tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903) incorporou definitivamente a região acreana ao Brasil, que pagou 2 milhões de libras esterlinas como indenização à Bolívia e à empresa americana.

O Brasil comprometeu-se a construir a estrada de ferro Madeira Mamoré, fundamental para a economia boliviana. Nas ruas o povo saudava com muito espírito e sem cerimônia os triunfos diplomáticos e dizia: "Dinheiro haja, senhor barão".

A escolha do conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena para sucessor de Rodrigues Alves mostrou a coesão do Partido Republicano Mineiro que, desejoso de privilégios federais, contestava a insistência do Partido Republicano Paulista em impor nomes de políticos paulistas. O renascimento do PRM, desarticulado após a Proclamação da República, fora demonstrado pela indicação de Rodrigues Alves em 1902. O mineiro Silvino Brandão, eleito vice-presidente da República com Rodrigues Alves, morrera antes da posse e fora substituído por Afonso Pena, que desde 1904 passou a ser vagamente indicado como sucessor de Rodrigues Alves. Bernardino de Campos, chefe do Partido Republicano Paulista, era o nome mais cotado para a Presidência da República. Os impasses criados pelas demais candidaturas levaram à escolha de Afonso Pena como candidato conciliatório. Sua indicação foi feita oficialmente no início de 1905, em Minas Gerais . "As demarches finais para a sua escolha se fazem sem muitos incidentes... em 1º de setembro um Manifesto Político à nação, contendo 150 assinaturas de líderes políticos, confirma a adesão da maior parte dos Estados." (Edgar Carone)

A Presidência de Afonso Pena (1906/1909)

Afonso Pena confirmou as promessas de candidato, centralizando as atenções de seu governo nos problemas econômico-financeiros. Em seu primeiro pronunciamento, o novo Presidente reafirmou sua decisão de "obter, quando possível, a estabilidade (da moeda) indispensável à segurança dos cálculos dos que trabalham". Desde 1905, a intranqüilidade dominava os setores produtivos, temerosos da meteórica ascensão do Câmbio. A política de valorização do café foi uma das medidas de recuperação econômica de Afonso Pena.

A queda de preços, a acumulação de estoques causada pela superprodução e o controle quase total do comércio cafeeiro pelas companhias exportadoras estrangeiras obrigaram o governo a estabelecer uma política estatal de proteção ao café.

"Desde 1901, a Sociedade Paulista de Agricultura participa de estudos teóricos para a solução da crise; em 1903, Alexandre Siciliano publica o seu plano, cujas conclusões são fundamentais para o futuro convênio de Taubaté. Desenvolveu-se o plano de valorização: criar-se-ia um sindicato que compraria, sem concorrência, 15 ou 16 milhões de sacas de café por ano, pelos seguintes preços; 5$500 por 10 quilos do tipo 7-New York, no primeiro ano; 6$500, nos seis anos seguintes. Por sua vez, o governo proibira por seis anos novas plantações de café, compraria e distribuiria toda a produção que excedesse aos 16 milhões de sacas anuais e daria ao sindicato bonificação de 1$500 por saca no primeiro ano, 1$750 no ano seguinte, 2$000 nos seis anos restantes. Para controle do preço, a organização estocaria 3 milhões de sacas de café, e em condições determinadas, poria paulatinamente o café no mercado, evitando a baixa e combatendo o estoque excessivo. Em oito anos, a produção ficaria estacionada na casa de 16 milhões de sacas anuais, e o consumo iria aumentando progressivamente: logo, os estoques diminuiriam e no prazo estipulado desapareceriam. E o preço do café subira." (Edgar Carone).

O governador do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, tomou as primeiras iniciativas de proteção ao café. Sob intensa pressão dos cafeicultores, diminuiu os impostos sobre o produto e facilitou seu financiamento. A 26 e 27 de fevereiro de 1906, reuniram-se em Taubaté os governadores Jorge Tibiriçá, Nilo Peçanha e Francisco Sales, firmando um convênio, a primeira intervenção estatal para proteger um produto brasileiro. Rodrigues Alves, adversário da estabilização cambial e da proteção aos cafeicultores, opôs-se à medida. Afonso Pena, entretanto, considerava-a útil à agricultura. A valorização trouxe um inesperado aumento de preço graças à garantia estatal dada à produção.

Foram ministros de Afonso Pena:

- Rio Branco (Relações Exteriores).
- Miguel Calmon Dupin e Almeida (Aviação e Obras Públicas, responsável por amplo programa ferroviário que completou as ligações São Paulo - Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro - Espírito Santo).
- Davi Campista (Fazenda, executor do programa financeiro).
- Contra-almirante Alexandre Faria de Alencar (Marinha).
- Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (Guerra).

Hermes da Fonseca introduziu novos conceitos e sistemas no Exército brasileiro. Exigiu absoluta limpeza

nas casernas e exercícios práticos: as tropas desfilaram garbosas e bem formadas pelas ruas. Procurou resolver os problemas de suprimentos de novas armas, reorganização administrativa e construção de novos quartéis, devido à má impressão que tivera ao visitar estabelecimentos militares.

O governo Afonso Pena manteve o ritmo da gestão Rodrigues Alves. O progresso do País foi mostrado na grande Exposição Nacional de 1908, centenário da Abertura dos Portos. Incentivou-se a imigração do elemento europeu, aproximadamente 100.000 colonos chegaram ao Sul do País, na maioria procedentes da Itália. A Marinha recebeu novas unidades, entre elas os encouraçados Minas Gerais e São Paulo, de 13.000 toneladas cada um, dotados dos mais modernos recursos técnicos.

A gestão Afonso Pena foi marcada pelas relações tensas entre o Presidente da República e o Congresso, dominado por Pinheiro Machado. Em seu Manifesto Político no lançamento oficial de sua candidatura, Afonso Pena mostrava-se disposto a resistir a todas as pressões. Sobre as relações Executivo-Legislativo, dizia: “Sem dúvida o governo e o congresso têm esferas de ação distintas, claramente marcadas na Constituição; mas são de tal maneira íntimas e freqüentes as suas relações, tantas vezes é exigida a cooperação de ambos para a solução dos negócios que mais de perto tocam ao progresso e bem-estar da nação, que dificilmente se consegue o funcionamento do aparelho governamental do modo útil e eficaz aos seus fins, dado o divórcio entre os dois poderes. Entendo que o zelo com que cada um dos grandes ramos do poder público deve usar de suas atribuições concilia-se perfeitamente com mútuo auxílio e a harmonia de vistas. Nem o poder Executivo deve procurar legislar, nem o Congresso governar.” (Jornal do Comércio, 13.10.1905). Manifestou sua rebeldia contra a tutela de Pinheiro Machado no banquete de Belo Horizonte, a ele oferecido dias antes de sua posse: “Quem faz política sou eu” . Por isso, escolheu como ministros políticos jovens e de confiança (Miguel Calmon, Davi Campista e o líder Carlos Peixoto Filho). Essas indicações desagradavam às lideranças estaduais que, por questão de prestígio, pretendiam que pessoas mais velhas fossem escolhidas ou ocupassem posições mais relevantes. A juventude de seus assessores políticos valeu-lhes o apelido de “jardim da infância”.

A melhor prova de que Afonso Pena começara a perder apoio político foi o aparecimento prematuro da questão sucessória. Em 1907, na metade de seu mandato, surgiram rumores sobre prováveis candidatos. De início cogitava-se de João Pinheiro, jovem governador de Minas Gerais; sua morte (outubro de 1908) reabriu a questão sucessória. Afonso Pena articulava a candidatura de Davi Campista, que não gozava de simpatias políticas devido às suas fracas ligações partidárias.

“Ninguém deles cogitaria para o lugar de chefe da nação... no seu próprio Estado a opinião não o classifica entre os filhos mais beneméritos.” (Rui Barbosa). As pretensões de Davi Campista sofreram sério abalo com a campanha aberta contra ele pelo jornal de Quintino Bocaiúva, o País, e pela Gazeta de Notícias.

Em abril de 1909, com uma entrevista de Bias Fortes, líder do PRM, o País desmantelou a candidatura do jovem ministro de Afonso Pena. O próprio Presidente da República foi obrigado a declarar que Campista não era candidato do governo. Em maio, três candidaturas pareciam consolidadas: Hermes da Fonseca, Rui Barbosa e Rio Branco. Campista, sem o apoio da velha liderança mineira, desistiu da candidatura e pediu demissão do Ministério das Finanças, recusada por Afonso Pena. A Candidatura Hermes da Fonseca se consolidava, ameaçando as pretensões governamentais. Era a figura mais popular do Ministério; além disso os militares, que haviam perdido o poder com Floriano, viam em Hermes a forma legal de

reconquistá-lo. O Ministro da Guerra, em vez de negar o movimento em prol da candidatura, declarava que, embora não desejasse ser candidato, não concordava com a exclusão dos militares da chefia da nação.

Finalmente, na noite de 14 de maio, o Marechal aceitou a candidatura e demitiu-se do Ministério da Guerra. Afonso Pena, ao receber o pedido de demissão, sentiu-se mal; a 14 de junho, acometido de uma gripe, falecia. A carta de demissão de Hermes e uma posterior visita do Marechal teriam sido os motivos de seu traumatismo moral, causa política da morte do Presidente.

A Presidência de Nilo Peçanha (1909/1910)

O vice-presidente Nilo Peçanha assumiu a presidência no mesmo dia do falecimento de Afonso Pena. Peçanha, um dos mais novos abolicionistas e propagandistas da República, reformulou todo o Ministério. Permaneceram apenas Alexandrino de Alencar e Rio Branco. Foram nomeados: General Carlos Eugênio de Andrade Guimarães (Guerra), Esmeraldino Bandeira (Justiça e Interior), Francisco de Sá (Aviação e Obras Públicas), Leopoldo de Bulhões (Fazenda). Em seu governo foi restaurado o antigo Ministério da Agricultura e Comércio, entregue a Cândido Rodrigues. Até mesmo os ministros de Nilo Peçanha eram favoráveis ao Marechal Hermes. O curto período do governo de Nilo Peçanha (um ano e cinco meses) foi um dos mais intranqüilos da República Velha. Sua maior realização foi a criação do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e de uma organização de pesquisa de mão-de-obra. Localização de Trabalhadores Nacionais. O coronel Cândido Rondon foi o primeiro diretor do SNPI.

A 22 de agosto de 1909, realizou-se no teatro Lírico do Rio de Janeiro uma convenção que escolheu Rui Barbosa como candidato civil ao pleito presidencial de 1910. A intensa campanha de Rui Barbosa caracterizou-se pelo seu brilho oratório e pela vibração do povo. Os temas abordados (na campanha civilista) são diferentes em cada um dos momentos, mas são informadas sempre as origens de sua candidatura; afirma-se que Hermes da Fonseca é um militar e que não tem programa; acena-se com o perigo do militarismo, aponta-se a necessidade de rever a Constituição em certos pontos; a necessidade do combate às oligarquias; da transformação da Justiça; das medidas em benefício da educação; da reforma eleitoral; do voto secreto; da estabilidade cambial e do incentivo à imigração.

As primeiras cidades do Brasil assistiam, constantemente, a pequenos comícios hermistas imediatamente seguidos de manifestações civilistas. São Paulo, que apoiava a candidatura de Rui, juntamente com a Bahia, foi ocupado por tropas do exército, a pretexto de manobras. Pela primeira vez, tinha-se a impressão da participação efetiva do povo em uma campanha. Os civilistas excursionavam por São Paulo, Bahia e Minas Gerais e voltavam ao Rio com a certeza da vitória. A 1º de março de 1910, o pleito foi realizado em absoluta tranqüilidade. Os dois lados proclamavam-se vencedores antecipadamente. Em julho, o Congresso ratificava a vitória de Hermes da Fonseca, que obteve 403.867 sufrágios contra 222.822 do candidato civilista.

REPÚBLICA VELHA- Parte 2

As Crises Intermitentes: De Hermes a Epitácio

A Presidência do Marechal Hermes da Fonseca (1910/1914)

O Marechal Hermes assumiu o poder numa atmosfera de discórdia; sua promessa de não realizar um governo de paixão foi desmentida nas primeiras semanas. A 22 de novembro de 1910, revoltaram-se as tripulações dos dois navios da Armada Brasileira, os encouraçados São Paulo e Minas Gerais. As causas remotas da revolta dos marinheiros são um pouco confusas, considera-se sua causa próxima a questão do uso da chibata, sintoma indisfarçável de anacronismo dos processos disciplinares da Armada. Além dos maus-tratos, os marinheiros queixavam-se da péssima alimentação e do trabalho pesado e excessivo. Os revoltosos, comandados por um simples marinheiro, o negro João Cândido, prenderam ou mataram alguns oficiais, suboficiais e marinheiros dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo e do scout Bahia. Os amotinados, após obterem a adesão da maioria dos navios encouraçados na Guanabara, ameaçaram bombardear as cidades e belonaves que não apoiassem o levante. O governo foi obrigado a parlamentar contrariando a opinião da maioria da oficialidade naval. José Carlos de Carvalho foi enviado, como emissário do governo, a bordo do Minas Gerais: verificou que os navios não tinham sido danificados e que o cofre de bordo estava intacto, e ouviu as reivindicações dos marujos. Enquanto a Câmara discutia o projeto de anistia aos amotinados, os oficiais da Marinha atacaram os navios sublevados com os destroyers Barroso e Timbira, mas foram rechaçados com facilidade. Novamente José Carlos de Carvalho foi a bordo dos navios revoltosos e propôs-lhes uma fórmula conciliatória para evitar a impressão de que o Congresso concederia a anistia pressionado pelo levante. Os marinheiros concordaram com o artifício e telegrafaram ao marechal Hermes: *"Arrependidos do ato que praticamos, em nossa defesa, por amor da ordem, da justiça e da liberdade, depomos as armas confiando que nos seja concedida anistia pelo Congresso Nacional, abolindo, como manda a lei, o castigo corporal, aumentando o ordenado e o pessoal, para que o serviço de bordo possa ser feito sem o nosso sacrifício. Ficamos a bordo obedientes às ordens de V Sª, em quem muito confiamos. "Os marujos assinaram: "Os Reclamantes"*

No dia 25, os revoltosos aceitaram a anistia e posteriormente entregaram os navios aos oficiais. Mas, a tensão e a hostilidade entre marinheiros e oficiais, resultantes da Revolta da Chibata, provocariam novo levante, a 09 de dezembro de 1910: às onze da noite, o scout Rio Grande do Sul e seiscentos marinheiros da Ilha das Cobras se revoltaram. No dia seguinte, os canhões do Exército e dos encouraçados, simultaneamente, bombardearam a ilha: Hermes da Fonseca aproveitou a ocasião para obter do Congresso a decretação do Estado de Sítio. Os líderes das revoltas foram executados ou aprisionados e mil marinheiros foram exonerados.

O ministério de Hermes da Fonseca foi o mais instável da República Velha. A maioria de seus membros servia-se de seus cargos para satisfazer suas ambições e as dos estados de onde provinham. Francisco Antônio de Sales (Fazenda), J.J. Seabra (Viação e Obras Públicas) , Rivadávia da Cunha Correa (Justiça e Negócios Interiores), Rio Branco (Exterior), Joaquim Marques Batista e Leão (Marinha), Emygdio Dantas Barreto (Guerra) e Pedro de Toledo (Agricultura, Comércio e Indústria) formavam o ministério do Marechal Hermes.

O verdadeiro orientador da política interna brasileira, durante a gestão presidencial de Hermes da Fonseca, foi o senador gaúcho Pinheiro Machado, que chegou a fundar uma agremiação partidária de âmbito nacional (o Partido Republicano Conservador) para pressionar o Presidente da República e os militares. Esses, por seu turno, fiéis ao Jacobinismo dos tempos de Floriano Peixoto, pretendiam eliminar as oligarquias políticas estaduais, na maioria favoráveis ao caudilho Pinheiro Machado.

Com efeito, a vitória de Hermes da Fonseca teve como conseqüência o reavivamento da disputa entre as facções oligárquicas e o Exército. Além disso, a acusação de Afonso Pena revelara o declínio relativo do poder das oligarquias, que foram obrigadas a escolher um oficial do Exército como seu candidato presidencial. Realmente, o marechal Hermes da Fonseca não fora eleito somente com o apoio militar, eram também responsáveis por seu sucesso eleitoral as oligarquias dominantes em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e outros estados.

Dessa maneira, Hermes da Fonseca encontrava-se entre forças antagônicas: de um lado, estavam os que pretendiam a manutenção dos situacionistas estaduais, entre eles Pinheiro Machado e seu efêmero Partido Republicano Conservador e, de outro, os que ambicionavam conquistar o poder, ou seja, as oligarquias oposicionistas, quase sempre apoiadas pelo Exército. O Marechal hesitava, vendo-se muitas vezes frente a realidades das quais não podia fugir. A união das alas conflitantes, que o haviam conduzido ao poder, duraria pouco tempo. A revolta dos marinheiros permitia uma conciliação temporária, mas, passado o impacto do levante encabeçado por João Cândido, as divergências reapareceram. A luta entre o “pinheirismo “e os militares, elemento gerador da “política das salvações”, girou em torno das sucessões estaduais, iniciadas entre 1911 e 1912. Basicamente, as “salvações” consistiram em intervenções federais nos estados, garantidas pelo Exército, visando à derrubada das velhas oligarquias e à instalação, no poder, das “facções”. Estas desempenharam o papel de mero mecanismo de substituição de oligarquias no poder, não representando qualquer modificação da estrutura social dos quadros políticos, pois os “salvadores” nada mais eram do que setores da classe dominante até então no ostracismo.

Inúmeras eram as técnicas de intervenção utilizadas pelos “salvadores” e quase todas feriam preceitos constitucionais. Uma das fórmulas mais usadas consistia na formação, após as eleições estaduais, de duas assembléias legislativas, uma situacionista e outra oposicionista. Dessa maneira, eram empossados no cargo de governador do Estado tanto o candidato da situação quanto o da oposição, que tinham suas “vitórias” reconhecidas pelas respectivas assembléias. Nessa altura, alegando atuar em nome da “pureza das instituições democráticas” , o governo federal intervinha, garantindo a posse do governador de sua preferência e dissolvendo a assembléia adversária.

Iniciado no Amazonas, o “salvacionismo” , alastrando-se com extrema rapidez, abalou a estrutura política de todo o Norte e Nordeste. Na Bahia, após cerrado bombardeio da capital por canhões do Exército, instalou-se no poder o “salvador” J.J. Seabra. Em Pernambuco, onde foram travadas sangrentas lutas entre as forças estaduais e federais, a “salvação do regimento republicano” coube ao general Dantas Barreto. Em seguida, também no Pará, Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro, os “salvadores” depuseram as antigas oligarquias e instalaram as suas. Em Alagoas, tirando proveito do “salvacionismo”, um primo de Hermes assumiu o governo do Estado. Aliás, graças à política das salvações, toda a parentela do Presidente da República, a grande família Fonseca, estabeleceu-se nos principais cargos do país. Finalmente , no Ceará, o poder também seria entregue a um “salvador”, o coronel Franco Rabelo.

Quase todas essas derrubadas de governo locais, entretanto, feriam os interesses de Pinheiro Machado, cuja base de apoio político era o velho coronelismo oligárquico. Pouco a pouco, agindo com muita habilidade, o caudilho gaúcho se desembaraçou dos familiares de Hermes, seus principais concorrentes políticos, conseguindo recuperar toda sua antiga ascendência sobre o Presidente da República. Em seguida, Pinheiro Machado usou o prestígio readquirido para ajustar contas com o “salvador” do Ceará, o já citado coronel Franco Rabelo. Nessa oportunidade, o político rio-grandense contou com o apoio do mais famoso líder místico do Nordeste, o Padre Cícero Romão Batista, que, encabeçando uma revolta de sertanejos de Juazeiro, cercou Fortaleza e declarou deposto o governador. Imediatamente, o Ceará foi vítima de uma intervenção federal que afastou o coronel Rabelo, dando ganho de causa a Pinheiro Machado.

Assim terminava a “política das salvações” que, após sacudir o país do Amazonas ao Rio de Janeiro, em nada alterava a essência da estrutura oligárquica vigente.

O marechal Hermes enfrentou um problema semelhante ao de Canudos, também marcado pelo messianismo e pelo fanatismo religioso, que ocorreu no Contestado, território em litígio, disputador por Paraná e Santa Catarina. Nessa região, um beato, o “monge “Zé Maria, reuniu em torno de si as populações pobres do interior, vítimas dos abusos de uma companhia madeireira britânica, dando início a uma série de assaltos e outros atos de violência.

Embora a questão do Contestado tivesse chegado ao conhecimento de Hermes da Fonseca, ela somente seria resolvida na gestão presidencial de Wenceslau Brás.

O governo de Marechal Hermes terminou melancolicamente. A instabilidade política gerada pelas “salvações” agravara a situação financeira do país. Além disso, na Amazônia, o período de ouro da borracha brasileira chegava ao fim. Finalmente, a diminuição das receitas públicas, a falta de produtos exportáveis e a retração dos capitais estrangeiros obrigaram a administração federal a negociar um

empréstimo com moratória, um novo funding-loan que abalaria ainda mais as precárias estruturas financeiras do país. Complementando o fracasso da gestão, a reforma do ensino, fruto da atuação de Rivadávia Correia no Ministério do Interior e Justiça, trouxe conseqüências catastróficas para o setor educacional brasileiro. Com efeito, as unidades universitárias, beneficiadas pela ampla liberdade a elas concedida, multiplicaram-se desordenadamente, agravando-se o problema de profissionais incompetentes.

Ao terminar o quadriênio presidencial de Hermes da Fonseca, irrompeu a guerra na Europa. Dias difíceis estariam reservados ao Brasil.

No início de 1913, Pinheiro Machado, após ter readquirido sua ascendência sobre Hermes da Fonseca, era o virtual candidato governista à Presidência da República. Entretanto, muitas oligarquias dominantes em estados poderosos eram contrárias às pretensões do político gaúcho. São Paulo, por exemplo, temendo ser atingida por um movimento “salvacionista”, via na candidatura de Pinheiro Machado um perigo para seu governo de feições “civilistas". Também os governos de Pernambuco e Bahia, ainda em mãos de “salvadores”, eram inimigos do senador rio-grandense. Progressivamente, o Rio de Janeiro e políticos dissidentes do PRM (Partido Republicano Mineiro) aderiram ao “antipinheirismo”.

Em abril de 1913, São Paulo e os dissidentes mineiros recompunham o “café-com-leite”, assinando o Pacto de Ouro Fino, pelo qual era vetada a candidatura de Pinheiro Machado. Em seguida, na Câmara Federal, formou-se um agrupamento político cerrado ao Partido Republicano Conservador.

Pinheiro Machado, ciente de que “caíra em desgraça”, sugeriu então o nome de Campos Sales para a sucessão presidencial. Prontamente, os coligados aceitaram a indicação do senador gaúcho. Entretanto, em janeiro de 1914, falecia o político paulista, era o momento propício para uma candidatura de conciliação. Aproveitando-se da situação, os dissidentes mineiros, apoiados pelos "ortodoxos" do PRM, lançaram Wenceslau Brás à sucessão presidencial.

A presidência de Wenceslau Brás (1914/1918)

Já em 1912 despontavam os eventuais sucessores de Hermes da Fonseca; Nilo Peçanha, Pinheiro Machado e Rodrigues Alves eram os mais cotados. Em fevereiro de 1913, Pinheiro Machado era lançado publicamente e tentava articular uma convenção do Partido Republicano Conservador para ratificar sua candidatura. Entretanto, muitos estados não aprovaram; Minas Gerais e São Paulo vetaram sua indicação e esvaziaram definitivamente a candidatura de Pinheiro Machado. Posteriormente, Campos Sales foi apontado como candidato de conciliação. Sua candidatura era uma tentativa de harmonização dos interesses dos grandes estados e dos líderes do Partido Republicano Conservador. Porém, várias correntes estaduais recusaram-se a apoiá-lo, levando-o a retirar sua candidatura.

Em conseqüência, impuseram-se as candidaturas do mineiro Wenceslau Brás para presidente e do maranhense Urbano dos Santos para vice-presidente, que obtiveram o apoio absoluto de Minas Gerais e São Paulo e não encontraram oposição em outros estados. Havia um único obstáculo a essas candidaturas: Rui Barbosa pretendia continuar a campanha civilista, como repercussão do relançamento de seu nome nos grandes estados forçou-o, juntamente com Alfredo Elio, seu companheiro de chapa, a retirar oficialmente sua candidatura através do Manifesto de 31 de dezembro de 1913. Candidatos únicos, Wenceslau Brás e Urbano dos Santos venceram as eleições de 1º de março de 1914.

A posse de Wenceslau Brás Pereira Gomes, a 15 de novembro de 1914, significou inicialmente um verdadeiro alívio para o país em tensão. Hermes da Fonseca, com as salvações nacionais, prisões arbitrárias e crises econômicas, conhecera um desgaste inaudito, o anti-hermismo era o sentimento mais difundido entre os brasileiros. Na constituição de seu ministério, entretanto, Wenceslau Brás foi obrigado a assumir compromissos e a aceitar os conselhos de Pinheiro Machado, figura dominante no governo de Hermes da Fonseca. A primeira composição foi quase inteiramente vetada pelo líder gaúcho. Finalmente, após algumas concessões, Wenceslau Brás nomeou o seguinte ministério: general Caetano de Farias (Guerra), Sabino Barroso (Fazenda), Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (Justiça e Negócios Interiores), Lauro Muller (Exterior), almirante Alexandre de Alencar (Marinha), Augusto Tavares de Lyra (Viação) e João Pandiá Calógeras (Agricultura).

O declínio de Pinheiro Machado começou com a agitada sucessão do governo do estado do Rio de Janeiro. Em janeiro de 1914, eram apontados como candidatos à sucessão estadual o tenente Feliciano Sodré, apadrinhado por Pinheiro Machado e, como seu oponente, Nilo Peçanha. As eleições, realizadas calmamente a 12 de julho de 1914, logo gerariam conflitos. Os deputados governistas, ligados ao antigo governador Oliveira Botelho, outro protegido de Pinheiro Machado, procuraram interditar a entrada dos partidários de Nilo Peçanha no prédio das Assembléias Legislativas, cada qual proclamando seu candidato eleito.

Pinheiro Machado reclamou, inutilmente, a intervenção federal; Nilo Peçanha foi considerado eleito pela Comissão de Verificação de Poderes. O Supremo Tribunal Federal concedeu habeas corpus a Nilo Peçanha, garantindo seu legítimo direito de posse. Wenceslau Brás, após tentar um entendimento entre as facções, determinou que a ordem judiciária fosse cumprida com o apoio de tropas federais. A liderança do caudilho enfraqueceu-se ainda mais com a renovação do Senado. Pinheiro Machado apoiava Rosa e Silva, cuja vitória eleitoral foi recebida sob protestos de estudantes no Recife e no Rio. Wenceslau afastou Sabino Barroso do Ministério da Fazenda e substituiu-o por Pandiá Calógeras, em seguida, entregou a

Pasta da Agricultura a José Bezerra. Pinheiro Machado passou a ser o homem mais hostilizado politicamente no Brasil. Um deputado de Pernambuco chegou a propor um curioso projeto na Câmara Estadual: “Elimine-se Pinheiro Machado”. A animosidade que se manifestava contra o caudilho nas ruas, nos jornais e nas conversas de salão, onde ele era considerado o responsável por todas as desgraças nacionais, chegou ao fim a 08 de setembro de 1915, quando Pinheiro Machado estava no vestíbulo no Hotel dos Estrangeiros, hoje demolido, na praça José de Alencar. Era uma visita política. Um homem paranóico - Manso de Paiva - atravessa célere o pequeno grupo e crava o punhal nas costas do antigo guerrilheiro dos Pampas, atravessando-lhe o coração. Atingido, a mão direita mergulha rápida no colete para sacar o punhal - preferia a arma branca. Mas, a hemorragia interna roubou-lhe as forças. Transportaram-no a uma farmácia próxima inutilmente.

O quadriênio de Wenceslau Brás iniciou-se enquanto a Primeira Guerra Mundial ensangüentava a Europa. O Exército, apesar de ter o apoio da alta burguesia paulista, procurou afastar-se da política e preparar-se para uma total remodelação administrativa e militar. Esse reaparelhamento começara no período em que Hermes da Fonseca fora Ministro da Guerra. De início, a influência alemã dominou a filosofia militar brasileira. Novas práticas e teorias foram impostas ao Exército, provocando grande reação dos velhos oficiais, acostumados à antiga rotina. Entre os reformistas estavam Estevão Leite de Carvalho e Bertoldo Klinger, que divulgavam seus conceitos militares através das publicações Revista dos Militares e a Defesa Militar. Essa reforma só assumiu caráter oficial na gestão Wenceslau.

A renovação dos tradicionais esquemas militares iniciou-se efetivamente com o Decreto de 1915, que determinava a reorganização completa das unidades. A implantação da reforma foi possível graças à ação do Ministro da Guerra, general José Caetano de Faria e da pressão exercida pelos jovens turcos, ou seja, os jovens oficiais sob influência alemã que pretendiam a renovação das práticas militares. O governo de Wenceslau Brás caracterizou-se também pelas primeiras manifestações políticas da baixa oficialidade. Curiosamente, a alta oficialidade, que, até então fora ativa na participação política, suspendeu seus pronunciamentos políticos no mesmo momento em que os escalões inferiores procuravam desenvolver uma ação política decisiva. O marco inicial desse processo, que atingira o clímax com o fenômeno do tenentismo, foram as revoltas de 1915, que assumiram, a princípio , aspectos reivindicatórios, pois os soldados exigiam o recebimento de salários atrasados e a concessão de direitos políticos a eles. Um dos levantes de maiores proporções foi do 16º Grupo de Artilharia, da cidade do Rio Grande: cinqüenta soldados saíram dos quartéis, exigindo o pagamento dos soldos atrasados. O outro, de maior gravidade, foi a revolta dos sargentos.

A rebelião se iniciou em janeiro de 1915; Maurício Lacerda, deputado da oposição, recebeu um abaixo-assinado de membros dos escalões inferiores do Exército, que exigia eliminação das diferenças entre as classes dos sargentos. O Exército brasileiro possuía as classes de sargentos-ajudantes, primeiro, segundo e terceiro sargentos. Os signatários do documento pediam a unificação das classes de sargentos sob a designação de suboficiais, que lhes proporcionaria paridade de vencimentos. O não-atendimento dessa exigência e a reprovação do Ministério da Guerra levaram os sargentos a tomar várias atitudes, consideradas demonstrações de falta de disciplina , lealdade e dedicação para com os superiores. Realizou-se então sob a inspiração de elementos inferiores do Exército, uma reunião na Vila Militar, presenciada por espiões, que avisaram o governo sobre a necessidade de tomar medidas de repressão e salva-guarda.

Em agosto de 1915, falava-se em conspiração declarada, da qual participavam homens, cujo objetivo era acabar com o atual sistema de governo, sendo estabelecida a República Parlamentar, eliminar Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca e confiscar os bens dos políticos que se têm enriquecido à custa do regime. O plano se concretizaria a 18 de dezembro, os conspiradores militares e civis prenderiam o Presidente da República. A articulação abrangia líderes políticos, como Maurício Lacerda, oficiais do Exército, da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros. O governo, entretanto, antecipou-se à iniciativa: 256 sargentos foram condenados, eliminados do Exército e remetidos para pontos extremos do Brasil. Contra os deputados, o governo nada pôde fazer: a Câmara não concedeu licença para serem processados Maurício de Lacerda e seus companheiros. Foram feitas várias tentativas de rearticulação do movimento dos sargentos, as principais em fevereiro e março de 1916, ambas novamente encabeçadas por Maurício de Lacerda. Embora esses levantes pouco ou nada conseguissem de imediato, revelavam um desejo de mudança que seria cristalizado na ideologia tenentista.

A morte de Pinheiro Machado (e do Partido Republicano Conservador) facilitou a ação do governo federal na resolução dos problemas ligados às sucessões estaduais. As unidades da federação passaram a ser dominadas pelos grupos mais chegados ao governo federal.

No Espírito Santo, o governo da União apoiou a candidatura de Pinheiro Júnior ao governo do estado, para impedir as pretensões de continuidade do oligarca local Jerônimo Monteiro. Mas, as eleições de 25 de março de 1916 deram a vitória à oligarquia. Na noite de 24 de maio de 1916, a oposição, com o auxílio de tropas federais, tentou o golpe armado. As forças estaduais reagiram e Pinheiro Júnior foi obrigado a formar um governo paralelo em Colatina. Wenceslau Brás procurava conseguir a aprovação, no congresso Federal, de um pedido de intervenção no Espírito Santo. Entretanto, Antônio Carlos, líder do governo na Câmara Federal, ambicionava o cargo de Governador de Minas Gerais. Para obter o apoio da oligarquia mineira, um dos sustentáculos políticos de Jerônimo Monteiro, Antônio Carlos, provocou a derrota do pedido de intervenção. A passividade forçada da União facilitou a tomada de Colatina pelas forças de Jerônimo Monteiro.

Em Mato Grosso, o governo federal foi obrigado a decretar a intervenção para resolver os conflitos militares entre a situação, o Partido Republicano Conservador, e a oposição, o Partido Republicano Mato-grossense. O conflito se iniciou com a eleição do general Caetano Manoel Faria e Albuquerque ao governo do estado. Embora eleito pelo partido situacionista, o novo governador rebelou-se contra a orientação partidária, nomeando políticos da oposição para os mais diversos cargos.

Em conseqüência, o Partido Republicano Conservador rompeu com o governo estadual e esse se aproximou da oposição. Em agosto de 1916, tropas federais, sob o comando do general Carlos de Campos, chegaram a Cuiabá para policiar a capital; travaram-se combates em todo o estado. Apesar da presença das forças federais, as lutas continuaram em Poconé, Arica, Itaici e outras regiões. Como de hábito, os deputados oposicionistas reuniram-se em Corumbá e criaram uma assembléia paralela à estadual. Essa pediu habeas corpus para impedir a continuidade do governador. Apesar das derrotas militares, o habeas corpus foi concedido à assembléia oposicionista e o coronel Escolástico Virgílio assumiu o governo do estado. O impasse foi resolvido por uma série de entendimentos entre as duas facções, que aceitaram a intervenção federal, a renúncia dos mandatários municipais e estaduais, a nomeação de Camilo Soares de Moura Filho como interventor e a convocação de eleições livres para a escolha de novo governador.

A sucessão do governador Enéias Martins, em 1917, deu início a uma insurreição no estado do Pará. O governador indicara como candidato Silva Rosado, e a oposição, Lauro Sodré, que já fora governador de 1892 a 1898. As eleições realizaram-se normalmente, mas a 28 de dezembro de 1916, partidários de Sodré assaltaram o palácio do governo e dominaram Belém até 1º de fevereiro de 1917, quando a vitória de Sodré foi finalmente reconhecida. Antonio Lemos, líder oligárquico local que apoiava Enéias Martins, pediu intervenção federal, em vão, Lauro Sodré consolidou-se no poder. Também Piauí, Amazonas e Alagoas estavam conturbados; no Amazonas, o governador foi deposto e depois reempossado, em Alagoas, houve a posse simultânea de dois governadores e no Piauí ocorreu uma crise política, provocada pela renúncia do Félix Pacheco do cargo de deputado federal.

O Brasil manteve-se neutro em relação ao conflito europeu até 1917 e, após o afundamento do navio mercante brasileiro “Paraná”, rompeu relações diplomáticas com o Império de Guilherme II. Eram notórias as simpatias das elites brasileiras pela causa aliada, enquanto o prosseguimento da atividade submarina alemã contra a frota brasileira levou o presidente Wenceslau Brás a pedir ao Congresso Nacional a declaração de guerra, formalizada a 26 de outubro de 1917. Para enfrentar a emergência, o governo federal decretou estado de sítio até o término das hostilidades européias. A participação militar do Brasil consistiu, fundamentalmente, em operações de patrulhamento das águas africanas por uma divisão naval brasileira. Também foi enviada à Europa uma missão médica do Brasil e muitos oficiais do Exército nacional integraram as forças aliadas que lutavam no Continente Europeu. O Brasil forneceu aos aliados (e os transportou por mar) gêneros de primeira necessidade, essenciais ao prosseguimento das operações contra a Alemanha. Além disso, outros acontecimentos marcaram esse quatriênio. A 1ª de janeiro de 1917, foi promulgado o Código Civil Brasileiro. No término da gestão Wenceslau Brás, o Brasil foi vitimado, a exemplo de outros países, por uma das conseqüências do morticínio europeu: a epidemia da gripe espanhola, que provocou 15.000 mortes em nosso país.

Devido à guerra e à acentuada queda do câmbio, era impossível importar produtos manufaturados dos países que os forneciam habitualmente ao Brasil. Esses fatores provocaram no Brasil um surto industrial que, embora não planificado, desencadearia substancial mudança na estrutura econômica do país, até então fundamentalmente agrícola. A história do industrialismo brasileiro, no período final do Império e durante a República Velha, apresenta as seguintes fases:

- surto industrializante de 1880/1890.
- surto industrializante de 1890/1900.
- surto industrializante iniciado em 1901 e encerrado com a crise econômica de 1914.
- avanço industrial de 1914 a 1929.
- o incremento da imigração, que trouxe a exigência de melhor nível de vida e grande contribuição técnica.
- expansão da cultura cafeeira, cujos lucros, cada vez maiores, permitiram o surgimento do mercado interno, graças ao aumento da riqueza, da população e de uma reserva de poupança significativa.
- medidas protecionistas, raramente decretadas em benefício da indústria nacional, ditada pelas necessidades fiscais do Tesouro Público.
- surgimento de mão-de-obra barata e flutuante - numa economia agrária escravista como a nossa, a grande massa dos homens livres fica à margem. É o que se verifica, efetivamente, os sintomas disto são a desocupação e a vadiagem, que representaram sempre um estado normal de uma grande parte da população da Colônia. Aí a indústria nascente encontrará um amplo abastecimento de mão-de-obra.
- surgimento da indústria algodoeira, graças à grande produção de algodão em várias regiões do país.

Esse surto resultou na multiplicação dos estabelecimentos industriais de pouco mais de duzentos em 1881, para 626 no fim da década, considera do sintomático o total de 12% na importação de ferro e aço, somente em 1886. Na década seguinte, outros fatores impulsionaram o industrialismo brasileiro:

- barateamento da energia elétrica, com a construção de grandes usinas hidrelétricas no Rio e em São Paulo.
- aperfeiçoamento tecnológico, com o auxílio de alemães e americanos.
- melhoria dos meios de comunicação.
- crise do café, que liberou um grande contingente de mão-de-obra.
- inflação, que tornou proibitivos os preços das manufaturas estrangeiras.

A industrialização, apesar de sucessivas interrupções, ocorreu de maneira linear. O surto verificado (a partir da proclamação da República) é contínuo, apesar de uma série de fatores desfavoráveis e da irrupção de crises mais ou menos prolongadas. É assim que, de 626 estabelecimentos em 1889, registra-se, em 1907, a existência de 3.120, com 149.018 operários. Em 1914, os estabelecimentos são 7.430, com 153.163 operários. Em 1910, 13.336 estabelecimentos e 2.036.000 operários. Esses dados comprovam o salto quantitativo do processo de industrialização do Brasil a partir da Primeira Guerra Mundial. A fase

industrializante iniciada em 1914, quando o Brasil foi obrigado a aumentar sua produção para atender à demanda interna, pode ser subdividida em dois momentos-limite: o primeiro até 1920 e o segundo até 1930. O Brasil, impedido de comerciar normalmente com os países beligerantes, viu-se forçado a criar condições para diversificar até certo ponto a produção e suprir as necessidades dos países em conflito, embora preponderassem as indústrias alimentícias. Pela primeira vez, os produtos industriais tornaram-se uma fração importante no volume das exportações brasileiras.

É essa uma indústria de substituição, que alivia as importações, mas passa a ter um papel indispensável no conjunto da economia brasileira. Não apresenta progresso técnico expressivo, não disputa mercados, não revela alterações qualitativas. Em 1920, evidenciar-se-ia sua debilidade: a reorganização da produção mundial e a normalização do comércio; após o fim da Grande Guerra, afastaram do mercado internacional os produtos brasileiros. A produção nacional, dispendiosa e inferior do ponto de vista técnico, não tinha condições de enfrentar o produto estrangeiro. Além desses, outros fatores contribuíram para debilitar a indústria brasileira:

- carência de capitais - a maioria dos recursos empregados na industrialização eram sobras da agricultura; além disso, o processo de capitalização é lento e muito débil. Não se chegará a formar no Brasil nada que se parecesse com um mercado de capitais semelhante ao de todos os países industriais da atualidade. Para isso, seria necessário o concurso de camadas apreciáveis da população que tivessem atingido um certo nível de prosperidade financeira. Isso não era possível nas condições econômicas e sociais predominantes no país. A débil acumulação popular mal dará para os empréstimos públicos. O Estado, sempre grandemente necessitado de recursos, e oferecendo uma aplicação de capital muito mais certa e segura que indústrias, absorverá todas as disponibilidades das modestas poupanças acumuladas.
- as dificuldades de crédito.
- individualidade das firmas manufatureiras - assim, os fundos necessários para a indústria dependerão unicamente do concurso individual de seus indicadores. Mesmo as sociedades anônimas são quase que sempre muito mais de nome do que de fato; o seu capital pertence efetivamente, no mais das vezes, a simples indivíduos, famílias ou pequeníssimos grupos, a que se associam, quando necessário, alguns sócios fictícios para completar o número de sete que a lei exige como mínimo das sociedades anônimas.
- A acumulação capitalista, no Brasil, ainda é essencialmente um fato individual restrito. Apesar desses fatores adversos, a indústria nacional começara a se firmar, como o demonstrava sobejamente o aumento do capital empregado em estabelecimentos manufatureiros.

Fator básico para o processo de industrialização, a indústria siderúrgica, durante a República Velha, apesar de sua expansão ascendente, apresentava produção extremamente diminuta. Muitas dificuldades técnicas entravavam o desenvolvimento da metalúrgica brasileira, principalmente a localização das jazidas em regiões afastadas dos núcleos populacionais, de difícil acesso, e a pobreza do carvão de pedra brasileira. Em 1905, o governo procurava favorecer a instalação da metalúrgica de ferro no Brasil, concedendo isenções de direitos alfandegários, reduções fiscais e outras facilidades a quem se propusesse instalar usinas siderúrgicas no país.

Entretanto, somente durante a Primeira Guerra Mundial, a metalúrgica começaria a despontar no Brasil. Em 1917, durante a gestão Wenceslau Brás, fundou-se a Companhia Siderúrgica Mineira, que sobreviveria à crise de 1920 e se reergueria com capitais franco-belgo-luxemburgueses, passando a denominar-se Companhia Belgo-Mineira, que implantou sua primeira usina dotada de alto forno em Sabará, no Estado de Minas Gerais. Várias pequenas empresas foram também fundadas, com pouca capacidade de produção, empregando, como combustível, carvão, lenha e coque importados. O Brasil começou a lutar contra o grande obstáculo à criação de sua indústria metalúrgica: o controle, por grupos internacionais, das principais jazidas brasileiras. Esses grupos impediram, por meio do controle de nossas reservas, que grupos concorrentes tivessem acesso a elas. Entre os grupos controlados estavam E. Sassel, Bering Bros. e a Itabira Iron Ore Co., ligados aos Rothschilds.

Os surtos de industrialização concentraram-se na região Centro-Sul do Brasil devido a vários motivos:

- maior densidade de consumo, proporcionada pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira.
- melhores sistemas de transportes.
- abundância de energia elétrica, graças à instalação de usinas construídas com capitais canadenses e americanos (a primeira usina elétrica paulista iniciou seu funcionamento em 1901).
- a imigração, que proporcionou à indústria nacional a habilitação técnica superior do trabalhador europeu.
- São Paulo, de início menos industrializado do que o Distrito Federal, tornou-se a região chave do industrialismo.

A supremacia dessa concentração industrial seria confirmada pelo censo de 1920. No Centro-Sul, localizavam-se 79,8% dos estabelecimentos industriais; 85,2% do capital, 84,8% do valor da produção e 79,2% do número de trabalhadores.

O setor mais sólido da indústria brasileira, desenvolvida a partir da guerra de 1914/18, era constituído pelas empresas subsidiárias das grandes firmas internacionais. Passaram a ser montadas no Brasil indústrias que eram verdadeiros prolongamentos das estrangeiras. A tarefa produtiva foi dividida em duas partes: a primeira era executada na matriz e a segunda na filial brasileira. Embora as primeiras indústrias subsidiárias tenham-se instalado no Brasil antes da Primeira Guerra Mundial, como a Pullman Standard Car Export Corporation, destinada à montagem de material ferroviário, depois do conflito haveria um grande afluxo de indústrias acessórias ao Brasil. Só as norte-americanas somavam dezesseis, todas de grande vulto, estabelecidas entre 1919 e 1932. Os ramos principais da sua produção eram: veículos motores, produtos farmacêuticos e químicos, aparelhamento elétrico, alimentação (farinha, conservas, etc.).

Wenceslau Brás, o “pescador de Itajubá”, herdou os encargos e as dívidas dos governos anteriores. Em 1915, o desemprego aumentou sensivelmente, a exportação de café declinou e a Primeira Guerra Mundial provocou a diminuição das importações e a conseqüente queda na arrecadação. O Brasil, impossibilitado de contrair empréstimos desde o funding-loan, possuía um tesouro sem recursos e uma massa enorme de dívidas. A União recorreu às emissões para proteger a lavoura, o comércio e a indústria. Pelo Decreto de 28 de agosto de 1915, chamado de Lei de Emergência, o governo ficava autorizado a realizar operações de crédito mediante a emissão, na quantia que fosse necessária, de títulos, de papel ou ouro, aos juros de 5% pagáveis no país, e de papel-moeda até o máximo de 350 mil contos de réis, destinados a liquidar compromissos e fomentar a produção. Conseqüentemente, após um alívio temporário, a continuidade de emissão duplicou o total em circulação e ocasionou a baixa do câmbio. Em 1917, complicou-se a situação financeira: o Brasil foi obrigado a evitar grandes quantidades de ouro ao exterior para compromissos vencidos.

O governo Wenceslau Brás enfrentou o conflito causado pelas disputas de terras entre Santa Catarina e o Paraná, que ficou conhecido como a Questão do Contestado. Desde o século XVIII havia nessa região uma tensão entre duas frentes pastoris: uma descendo para o sul - a paranaense - e a outra subindo a partir da metrópole santa-catarinense de Lages. Daí ter surgido uma questão fronteiriça, que o poder federal manipulava politicamente em vez de resolver.

Essa situação conflitante acentuou-se por causa do desenvolvimento da cultura de erva-mate, ao nível dos produtores, porque se realizava sem regras fixas e com um espírito de concorrência dominada simplesmente pela lei do mais forte. Ao nível dos intermediários - os comerciantes - pela luta feroz entre os dois Estados para impor um monopólio absoluto da exportação do produto. A essas tensões, que mantinham um clima permanente de violência, acrescentava-se a rigorosa estratificação, dominada pelos coronéis e capitães, isto é, os fazendeiros com grande poder político. Essa situação tornou-se explosiva quando a Companhia Brasileira Railway penetrou nesta região, desapropriando e apropriando-se das melhores terras de um lado e, de outro, introduzindo a exploração industrial de madeira.

Em meio a esse clima de tensão, surgiu um movimento, mistura explosiva de fanatismo messiânico e miséria campesina, liderado pelo monge João Maria e seu sucessor Zé Maria, que procuravam defender o povo simples do interior esmagado pelo conflito interestadual, pela estratificação oligárquica e pelas empresas estrangeiras. Os revoltosos catarinenses, isolando-se de um mundo que não entendiam, organizaram uma vida comunitária bastante original, de caráter religioso, em seus redutos santos. Reinava neles uma alegria mística e os sertanejos, que pensavam estar no paraíso, alienaram-se da realidade. Não procuravam dominar a sociedade, nem atacar o exército latifundiário, mas sim reorganizar sua vida tradicional, interrompida pelas mudanças estruturais que se processavam no Brasil naquele momento. Na Questão do Contestado, o messianismo surgiu como a única resposta possível, no nível de consciência do sertanejo, aos dilemas e aos paradoxos que o desenvolvimento rápido e desordenado ocasionara. Apesar de seu isolamento, os revoltosos foram esmagados, em 1915, por tropas federais comandadas pelo general Fernando Setembrio de Carvalho.

Após a gestão Wenceslau Brás, durante a qual a Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências econômicas foram fatores decisivos, a sucessão favoreceu a retomada do controle político para Minas Gerais e São Paulo. Como de hábito, os nomes para a sucessão eram apontados muito antes da época em que normalmente se deveria escolher os candidatos. Os líderes políticos mais cotados à sucessão presidencial eram Dantas Barreto, Rodrigues Alves e Lauro Muller. Este último, devido à sua origem germânica, não teria boas probabilidades. Dantas Barreto, cuja base política era Pernambuco, não tinha possibilidades nos grandes estados. Em março de 1917, Wenceslau Brás insiste com o seu líder na Câmara, Antônio Carlos, que adie para o mês de maio as primeiras demarches sucessórias, pois a antecipação do problema desprestigia seu governo.

A chapa Rodrigues Alves - Delfim Moreira obteve, ainda em março, o apoio dos estados do Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Amazonas e Pernambuco. Em junho de 1917 foi homologada a chapa Rodrigues Alves - Delfim Moreira por uma convenção de senadores, reunidos no edifício do Senado. Rui Barbosa protestou: *"principal força política do país é a opinião pública, e esta não me consta haja manifestado de modo inequívoco, apoio a tal consideração, considerando que nunca reconheci nem o país reconheceu aos deputados e senadores competência para esta função exorbitante dos termos do seu mandato regulado pela Constituição Nacional"*.

As eleições de 1º de março de 1918, apesar dos protestos de Rui, consagraram a tranqüila vitória de Rodrigues Alves e Delfim Moreira. O novo período presidencial inauguraria uma nova fase no quadro político brasileiro: o surgimento de uma nova classe, o operariado, que demonstraria sua força nas greves de 1918. A indústria se implantara definitivamente. O declínio das oligarquias era patente, a estrutura econômica em progresso não encontrava mais correspondência nas formas políticas obsoletas. O momento em que se iniciou esse quatriênio, verdadeiro prenúncio da crise, pode ser chamado de período das contestações. Pululavam os fatores internos de inquietações, anunciando a Revolução de 1930.

Os Mecanismos Políticos e Econômicos da República Velha

A sociedade brasileira da Primeira República era um organismo social em que predominavam os interesses do setor agrário-exportador, voltado para a produção de café, representado pela burguesia mineira. Esse setor, dependente de uma mercadoria sujeita às oscilações de preço do mercado internacional, tinha seu destino diretamente vinculado ao jogo de forças dos grandes centros consumidores, que lhe era impossível controlar. Essa vinculação externa era bastante profunda e, para garantir sua renda, o setor cafeeiro acionava mecanismos artificiais que o colocavam na inteira dependência do capital estrangeiro.

Esses mecanismos se resumiam num processo de socialização das perdas que as baixas do preço do café provocavam. Estas ocorriam devido à profunda tendência estrutural resultante da superprodução que, desde o início do século, abarrotava o mercado internacional.

A manutenção de um sistema fundamental para o café só se faria a um preço cada vez maior para toda a nação brasileira que a política de valorização (desde 1906) e os reajustes cambiais constantes tornaram insuportável na década de 1920. Além dos descontentamentos que provocava, esse sistema era estruturalmente instável, sua dependência das oscilações do mercado internacional o tornava extremamente vulnerável e a crise de 1929 lhe desferiria um golpe fatal. O direito de venda do café, negado ao povo brasileiro em benefício do setor exportador, não beneficiava somente os fazendeiros de café e as empresas exportadoras. Esses grupos eram “sócios menores” da operação de valorização do café. Grupos estrangeiros (Lazar Brothers, Rothschild, National City Bank of New York, Theodor Wille e outros) tinham as maiores vantagens, através do controle do comércio exterior e do pagamento de serviços de dívidas e juros de financiamentos.

Isso não passaria despercebido aos descontentes e contestadores do regime, cujas facções mais radicais (tenentes, por exemplo) defendiam abertamente posições nacionalistas que explodiram depois de 1930. A ligação do regime com o capital estrangeiro era estabelecida, às vezes, pela inclusão de políticos dos partidos republicanos em diretorias de firmas estrangeiras; Rodrigues Alves, duas vezes presidente da República, foi testa de ferro do grupo alemão Diederichsen durante a Primeira Guerra Mundial. Além disso, o banqueiro Rothschild chegava a telefonar pessoalmente, como em 1915, ao presidente Wenceslau Brás, para saber se certas atitudes políticas, como a intervenção federal do estado do Rio, poderiam prejudicar seus interesses. As manifestações nacionalistas não tardaram, desde o tom moderado de Roberto Simonsen (que em 1919 já pregava a urgente necessidade do aproveitamento nacional das nossas riquezas florestais e do minério de ferro) até o tom radical do tenente Luís Carlos Prestes que, em maio de 1930, pregava a nacionalização de todas as empresas estrangeiras e a suspensão do pagamento das dívidas externas.

A burguesia cafeeira impôs ao país sua hegemonia política durante os três primeiros decênios do século. Essa hegemonia baseava-se num monolítico bloco de oligarcas de todos os estados, intimamente ligados à propriedade latifundiária. A corrupção, o filhotismo, a violência dos coronéis, o voto fraudado de uma democracia meramente formal eram os suportes dessa oligarquia. Não é sem motivo que todos os grupos de oposição, ao final da Primeira República, tivessem como lema a moralização política e a queda das oligarquias.

Os grupos marginalizados da vida política, que cresceram muito em importância e número na década de

1920, batalharam por uma participação mais efetiva no processo eleitoral, pelo voto secreto e por uma democracia autêntica. O país, aos poucos, cansava-se do café-com-leite, da sucessão monótona de presidentes paulistas e mineiros.

Na década de 1920, iniciaram-se sérias cisões nas oligarquias dominantes e outros estados reivindicaram maior participação na política federal, como reflexo, até certo ponto, do interesse de grupos agrários desvinculados do café em receber do governo um tratamento tão privilegiado quanto o que os cafeicultores recebiam. As cisões entre as oligarquias dominantes revelavam também o esclerosamento do sistema político, baseado formalmente na contradição regionalismo/presidencialismo, autonomias estaduais/poder federal, que quase sempre se manifestava sob a forma de violentas lutas políticas e intervenções armadas do governo federal nos estados. A elite dominante do Rio Grande do Sul, até 1922, concordara em ficar em segundo plano na sucessão presidencial, mas, por ser o Rio grande do Sul quase tão rico e populoso (e, portanto, com tanta força eleitoral) quanto São Paulo e Minas Gerais, seus chefes desejaram uma oportunidade de chegar à presidência na década de 20, e na revolução de 1930 o papel desses oligarcas dissidentes foi fundamental.

O Brasil continuava essencialmente rural e a população do campo, que em 1900 representava 64% do total, havia crescido para 70% em 1920. Essa porcentagem parece não ter-se alterado muito até 1930. Porém, desde o início do século, o próprio comércio do café dinamizara a rede urbana. Com a industrialização, que teve grande impulso durante a Primeira Guerra Mundial, as cidades particularmente as do Centro-Sul, tiveram um crescimento muito rápido.

São Paulo cresceu quase dez vezes entre 1890 e 1920 e seu crescimento continuaria a se acelerar durante a década de 1920. Em outras capitais, essa tendência também se manifestava: Recife, João Pessoa, Natal e outras duplicaram suas populações entre 1900 e 1920, a de Porto Alegre multiplicou-se ainda mais. As cidades médias próximas ao Rio de Janeiro e São Paulo experimentaram amplo crescimento.

Nessa vida urbana emergente, a indústria fez surgir novos grupos sociais, com comportamentos novos, atitudes diferenciadas e atitudes políticas mais modernas e críticas, como o operariado industrial que, em 1889, constituía-se de 54.000 trabalhadores e, em 1920, atingia os 275.000. Na década de 1920, o número de operários continuou a crescer, chegando aos 450.000 em 1930. Boa parte desse contingente de imigrantes, com predominância de italianos, trouxe ao Brasil as formas de organização e reivindicação da classe operária européia da época. Isso foi decisivamente importante para que o proletariado urbano pudesse fazer frente às péssimas condições de trabalho reinantes: jornada de até treze horas de trabalho, sem férias, sem descanso remunerado nem qualquer espécie de assistência, sequer para as mulheres e as crianças, que mesmo de pouca idade eram também obrigadas a trabalhar, inclusive em período noturno. As condições de vida refletiam as péssimas condições de trabalho: escassez de habitação, cortiços, favelas, aluguéis caros, custo de vida elevado, absoluta insuficiência dos salários, que sofreram violenta baixa durante a Primeira Guerra Mundial, enquanto os gêneros de primeira necessidade escasseavam e subiam de preço.

Em pouco tempo, começaram a se formar organizações de reivindicação e luta política da classe operária, baseadas nos modelos europeus: corporações caixas beneficentes, entidades de socorros mútuos, sociedades de resistência, bolsas de trabalho e principalmente sindicatos. Preocupados inicialmente em proporcionar auxílio e assistência a trabalhadores, essas organizações passaram a lutar por melhores condições de trabalho e melhores salários. Sua principal arma era a greve. Entre 1917 e 1918, as principais capitais brasileiras foram abaladas por uma série de greves, que revelaram um grau razoavelmente elevado de organização e combatividade. Em São Paulo, os grevistas chegaram a contar com o apoio de parte da Força Pública, o que levou os patrões a buscarem um acordo com os líderes proletários e a fazer várias concessões.

As tensões entre capital e trabalho, isto é, "a questão social", foram alguns dos fatores de desagregação da Primeira República. O caráter patriarcal, e até certo ponto aristocrático, do Estado e da elite dirigente não permitia a existência de mecanismos reguladores das tensões industriais. Embora uma Lei de 1907 tenha definido vagamente os sindicatos, estes não eram realmente reconhecidos nem suas reivindicações levadas em conta. Os governantes costumavam tratar as reivindicações operárias apenas com atitudes repressivas, prisões, violências e deportações. “A questão social é um caso de polícia”, disse significativamente o presidente Washington Luís. Essa atitude arbitrária era mal vista até pelos capitães-de-indústria mais progressistas, como Jorge Street e Roberto Simonsen, que preferiam ter relações mais racionais com seus empregados; eles sentiam, como a maioria da população urbana, que a ausência de instituições políticas capazes de diminuir as tensões da questão social era um obstáculo à própria modernização do país.

O desprezo pelas reivindicações dos operários e a violência dos choques desses com os patrões e com a polícia radicalizaram as posições proletárias. Inicialmente, a ideologia dos principais sindicatos era fortemente influenciada pelo anarquismo, sob cuja égide se criou a Confederação Operária Brasileira (1908). Também o socialismo se desenvolvia; foram fundados vários partidos socialistas de 1892 até 1925. Na década de 1920, o socialismo marxista-leninista iniciou sua trajetória no Brasil, com a fundação do Partido Comunista brasileiro (1922). O PCB cresceu rapidamente graças à organização de frentes eleitorais com os outros grupos de esquerda proletária, como o Bloco Operário e camponês (1927). Havia também uma certa simpatia da classe média e de alguns intelectuais para com a esquerda socialista. Mas, o pouco tempo de existência deveu-se a que a maioria dos grupos oposicionistas à oligarquia, graças à sua

atividade, defendeu na década de 1920 algumas reivindicações de melhoria social a que a Primeira República foi incapaz de atender e cuja gravidade não conseguiu perceber.

A mentalidade conservadora dos políticos levava-os a admirar frases como esta de Joaquim Murtinho, modelo de Ministro da Fazenda (da época de Campos Sales): “A idéia de que a grandeza industrial de nossa Pátria depende de nossa libertação do estrangeiro é errônea e anti-social... O emprego de capitais e operários em indústrias artificiais representa um esbanjamento da fortuna nacional.” Mesmo depois da Primeira Guerra Mundial, quando a indústria já era uma realidade em algumas cidades brasileiras, o presidente Epitácio Pessoa chegou a esboçar medidas cambiais extremamente prejudiciais à indústria, que só não foram postas em prática devido à veemente oposição dos industriais que lutaram pela sua revogação. A luta pela industrialização tomou, assim, um caráter político na Primeira República: os industriais se organizaram em defesa de seus interesses, em confederações e centro e em 1928, foi fundado o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), que desenvolveria ação fundamental na política industrial brasileira. Nomes como Roberto Simonsen e Jorge Street batalhavam pelo parque industrial nacional.

Politicamente, a burguesia urbana começava lentamente a se organizar; foram fundados a Liga Nacionalista (1917), o Partido da Mocidade e a Liga do Voto Secreto (1925). Esses grupos não contestavam o regime, reclamavam apenas de certos aspectos dele. O Partido Democrático, fundado em 1926, como uma tomada de posição mais madura da burguesia oposicionista, não preconizava atitudes radicais, ligou-se aos jornais “O Estado de São Paulo” e “O Correio da Manhã “; em seu programa moderado, estavam incluídos os seguintes itens: “Defender os princípios democráticos e liberais consagrados na Constituição, tornando uma realidade o governo do povo pelo povo, opor-se a qualquer restrição às garantias de liberdades individuais, pugnar pelo voto secreto, suscitar e defender todas as medidas que interessam à questão social”. Sua preocupação, na verdade, era acabar com o monopólio do poder pelas oligarquias agrárias, permitindo maior papel político ao setor urbano, mas sem destruir o regime vigente. Em suma, era uma posição reformista moderada, não-revolucionária, porém, importante para o declínio da Primeira República.

Dentro da realidade urbana emergente, é importante salientar também o papel das classes médias, pequenos lojistas, pequenos fabricantes, elementos ligados ao comércio, militares, funcionários públicos e de empresas, profissionais liberais, intelectuais, jornalistas, etc. Esses grupos, extremamente heterogêneos e diferenciados, não chegaram a construir uma força política nem a ter uma atitude ideológica comum. A camada da classe média ligada ao funcionalismo público, por exemplo, tinha muito mais vantagens e facilidades que a camada de funcionários do comércio; enquanto estes chegavam a trabalhar doze horas por dia, aqueles tinham horário mais curto e tempo para lazer e estudo. Além disso, o funcionalismo era uma das bases políticas da Primeira República, já que todos os cargos públicos eram conseguidos por apadrinhamento de políticos, filhotismo e corrupção , é o que os sociólogos chamam de o estado cartorial brasileiro, onde o aparelho de Estado é considerado um patrimônio a ser disputado e desfrutado.

Entretanto, a maioria das classes médias tendia a se opor ao regime, devido a seu próprio caráter agrário e à dependência e submissão que impunha às camadas médias urbanas. A República há muito tempo desvanecera os sonhos de democracia e igualdade das classes urbanas. Em 1924, intelectuais de renome (Oliveira Viana, Tristão de Athayde e outros) escreveram o livro *À Margem da História da República*, um rosário de lamentações e descrenças. A partir da Campanha Civilista de Rui Barbosa (1910) , na maioria das camadas médias dos grandes centros urbanos é que surgiram novas atitudes culturais, rompendo com o conservadorismo patriarcal brasileiro. Em 1930, o índice de analfabetismo no Brasil ainda era alto (75%) , mas, desde a República, o ensino apresentava sensíveis progressos, principalmente depois do início da industrialização. Enquanto, em 1889, para uma população de 14 milhões de habitantes, havia só 250.000 nas escolas primárias, em 1924, dos 30 milhões de habitantes, 1,5 milhões estava cursando o primário (esse pequeno número de alunos evidenciava os obstáculos que o regime impunha à modernização). Mas, as classes médias urbanas começaram a procurar avidamente as escolas como meio de ascensão social. Na década de 1920, já estavam ocupando, juntamente com os filhos da burguesia e da aristocracia, os 350 estabelecimentos de ensino secundário e os duzentos de ensino superior.

Alguns desses intelectuais saídos das escolas salientaram-se em movimentos de renovação cultural, como o importante movimento Modernista de 1922 que teve inúmeros significados históricos. Em primeiro lugar, representou uma cultura nacional: Oswald e Mário de Andrade exaltaram essa característica na literatura. Essa busca da cultura nacional levou os modernistas a romper com o traço aristocrático da vida intelectual da época e a se aproximar do povo; tanto as mulatas de Di Cavalcanti quanto O Italianinho de Mário de Andrade têm o significado político, embora vago e distante, de rompimento com a tradicional exaltação das classes dominantes que o intelectual brasileiro desenvolvia até então. As aspirações das classes médias frustradas no plano econômico pela elevação constante dos preços, fazia-as identificar como suas, nesse aspecto, as reivindicações proletárias, e pela socialização das perdas que a política de valorização do café impunha, principalmente aos consumidores, todos pagavam impostos indiretos ao governo oligárquico.

O movimento tenentista foi fator fundamental para o desastre político da Primeira República. A juventude militar sublevou-se contra o regime; esse movimento foi a forma mais acentuada de contestação às oligarquias na década de 20. Seu programa político, embora vago e às vezes contraditório, caracterizava-se pelo reformismo radical, que se refletia em algumas tomadas de posição francamente revolucionárias. Suas reivindicações principais eram: voto secreto, reforma administrativa, independência do judiciário, reforma do ensino e sua gratuidade, moralização das instituições e das eleições e várias aberturas democráticas,

algumas radicais.

Além disso, a ala esquerdista do tenentismo pregava reformas sociais, melhorias para os operários, nacionalismo e até melhoria da situação dos camponeses. Os tenentistas exigiam, unânimes, queda das oligarquias. As causas desse movimento ainda são discutidas por historiadores e sociólogos, alguns de seus aspectos mais importantes são:

- o movimento tenentista foi um movimento de classe média, segundo Nelson Werneck Sodré, Virgílio Santa Rosa, Octávio Malta, Octávio Ianni e Francisco Weffort. Autores como Boris Fausto e Paula Beiquelman contestam os precedentes, argumentando que a classe média era um grupo excessivamente heterogêneo e, em parte, dependendo dos setores agrários; além disso, os movimentos tenentistas quase não tiveram apoio popular ativo. De qualquer forma, vários pontos do programa tenentista iam de encontro aos interesses dos setores médios urbanos, que manifestavam evidente simpatia pelas ações tenentistas, embora de forma não organizada.
- os tenentes eram “membros do Exército”, e essa vinculação não é indiferente ao se fazer uma caracterização ideológica. Desde o início da República, existia uma tendência à oposição entre certos grupos militares e a oligarquia civil, os casacas, como eram ironicamente chamados nos quartéis. Durante o governo de Hermes da Fonseca, processou-se uma acomodação entre a oligarquia e as altas cúpulas militares, mas a oficialidade média e baixa não se integrou nessa acomodação, formaram-se então os primeiros grupos rebeldes do tenentismo, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, com a reforma do Exército Brasileiro.

O que os idealistas da reforma do exército não viam, precisamente, é que não poderia existir exército organizado, eficiente, moderno, compatível com as exigências da sociedade brasileira, com o predomínio de velhas relações de produção, entre as quais se destacava o latifúndio, pois ao mesmo tempo que se pretende dar ao exército organizado modelar eficiência, surgem graves questões políticas que o envolvem. Se por um lado, o tenentismo tem o impulso desenvolvimentista e de reformismo burguês, ele está permeado de apelos do exército como salvador nacional. J. Nunes de Oliveira escrevia, em 1925: “*O povo... sem ilustração e sem vida, que jaz... onde muitas vezes não chega, nem sequer, sombra de civilização... só por si nada poderá fazer, mas se à sua frente estiver a síntese desse mesmo povo - o Exército Brasileiro - ... esse povo terá alcançado um nível bem mais elevado do que aquele em que vive hoje aos olhos do estrangeiro ganancioso e audaz*”.

A Presidência de Epitácio Pessoa (1919/1922)

Ao assumir a Presidência da República, em julho de 1919, Epitácio Pessoa procurou evitar o critério político na nomeação de seus assessores, formando um ministério composto exclusivamente por técnicos de reconhecida capacidade. Em obediência a essa orientação, Epitácio entregou as pastas da Guerra e da Marinha a dois civis - Pandiá Calógeras e Raul Soares - contrariando o hábito republicano de sempre confiar esses ministérios a altas patentes militares.

Essa medida presidencial causou profunda irritação nas Forças Armadas, o que não impediu, entretanto, que Calógeras remodelasse o Exército, procedendo à construção de quartéis e à aquisição de modernos equipamentos bélicos.

No campo econômico, o Presidente, de início, mostrou-se contrário ao protecionismo alfandegário, às facilidades de crédito e às emissões de papel-moeda. Na realidade, Epitácio Pessoa pretendia reduzir as despesas públicas e realizar uma administração financeira marcada pela austeridade. No entanto, a queda das exportações brasileiras e dos preços mundiais do café obrigaram Epitácio Pessoa a intervir na defesa do nosso principal produto, realizando empréstimos internacionais no valor de 9 milhões de libras esterlinas, com os quais adquiriu consideráveis estoques de café, retendo-os nos portos nacionais de embarque.

Mais tarde, em 1921, ao criar a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, órgão destinado a facilitar o crédito por meio de desconto de títulos, Epitácio abandonaria definitivamente o seu objetivo inicial de austeridade financeira, passando a desenvolver uma política inflacionária.

Do ponto de vista social, a mais importante realização do governo de Epitácio Pessoa foi a execução de um gigante programa de obras contra as secas do Nordeste. Com efeito, no curto espaço de três anos, foram aplicados 50 milhões de dólares naquela desolada área, tendo sido construídos 220 poços e 205 açudes. Além disso, a administração Epitácio Pessoa remodelou a parte central da cidade do Rio de Janeiro e contraiu um empréstimo de 25 milhões de dólares destinado a incentivar a construção ferroviária nacional. Na área do ensino, foi de grande importância a criação, a 7 de setembro de 1920, da primeira universidade brasileira - a do Rio de Janeiro - depois denominada do Brasil e, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ainda em 1920, a gestão presidencial de Epitácio Pessoa conheceria a sua primeira crise política: os incidentes e conflitos gerados pela sucessão estadual da Bahia. O fato gerador dessa questão foi o êxito obtido pelo oligarca José Joaquim Seabra nas eleições para o cargo de presidente do estado. Alegando a ocorrência de fraudes e violências eleitorais, a oposição baiana, orientada por Rui Barbosa e constituída por um grande número de “coronéis” do interior, promoveu uma bem armada insurreição camponesa. Temendo as conseqüências políticas desse conflito, Epitácio, após muitas hesitações, decretou a intervenção federal na Bahia, com a finalidade de garantir a posse de J.J. Seabra.

Em janeiro de 1921, interessado em reprimir as atividades do movimento operário, cuja primeira manifestação de importância fora a greve de julho de 1917 em São Paulo, Epitácio Pessoa baixou a lei de repressão ao Anarquismo. Em conseqüência dessa medida, as entidades e as lideranças proletárias, ainda influenciadas pela ideologia anarquista, foram sendo progressivamente eliminadas. A recomposição e a reorganização tática e estratégica do movimento político operário dar-se-iam a partir de 1922, com a

fundação do Partido Comunista do Brasil (posteriormente Partido Comunista Brasileiro).

Como ficara acertado pelas lideranças políticas das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, ainda nos primeiros momentos da campanha eleitoral de Epitácio Pessoa, o candidato governista às eleições presidenciais de 1922 seria Arthur Bernardes, presidente de Minas Gerais. Entretanto, ao se aproximar o momento da homologação nacional dessa candidatura, as oligarquias de alguns estados considerados politicamente secundários passaram a fazer oposição ao nome imposto pelo "café-com-leite". A primeira unidade da Federação a tomar a iniciativa foi o Rio Grande do Sul, então governado pelo caudilho positivista Borges de Medeiros. Pouco depois, a atitude dissidente dos gaúchos foi imitada pela Bahia e por Pernambuco, cujas oligarquias viram frustrada sua pretensão de indicar o vice-presidente da chapa oficial, pois Epitácio Pessoa, demonstrando rara inabilidade política, havia apontado o maranhense Urbano Santos para o referido cargo.

Interessados em contestar o situacionismo federal, as oligarquias do Rio Grande do Sul, da Bahia e de Pernambuco, acompanhadas pelos chefes políticos fluminenses, lançaram as candidaturas de Nilo Peçanha e J.J. Seabra, respectivamente, à presidência e à vice-presidência da República. Era essa chapa fundamentalmente, a aglutinação de alguns estados politicamente secundários, contra a hegemonia do "café-com-leite".

A Reação Republicana, embora fruto de uma composição de facções oligárquicas, baseou sua campanha eleitoral na necessidade de moralização dos costumes políticos brasileiros, pregando o voto secreto e o combate ao filhotismo político, e aos "currais eleitorais" gerados pela política dos coronéis. Graças ao caráter reformista de sua plataforma, a Reação Republicana ganhou a adesão das massas urbanas, notadamente das camadas médias e das elites políticas mais esclarecidas. No decorrer da acirrada disputa eleitoral, a crescente agressividade dos partidários de Nilo Peçanha exacerbou os ânimos nacionais. Por toda parte, Artur Bernardes, candidato governista, era vítima de vaias populares e de pesados ataques pela imprensa e por parlamentares oposicionistas.

Em outubro de 1921, um acontecimento escandaloso - o famoso episódio das "Cartas falsas"- tornaria ainda mais tensa a atmosfera política brasileira. Com efeito, nessa oportunidade, um grande jornal do Rio de Janeiro publicou a primeira de uma série de cinco cartas supostamente escritas por Artur Bernardes, contendo expressões ofensivas ao Marechal Hermes e à honra do Exército. Interessado em evitar novos problemas políticos, Bernardes aceitou que uma comissão do Clube Militar apreciasse a autenticidade da carta que lhe fora atribuída. Formada por elementos hostis ao candidato situacionista, a comissão considerou autêntica a missiva. Pouco a pouco, associavam-se as duas oposições, a civil e a militar.

Em março de 1922, apesar dos escândalos e do apoio popular à Reação Republicana, as urnas, manobradas pelas oligarquias dos grandes estados, deram a vitória a Bernardes. Prontamente, eclodiram motins em diversas unidades da Federação. Em maio, outra crise, desta feita relacionada com a sucessão estadual de Pernambuco, abalaria os momentos finais da gestão de Epitácio Pessoa. Acusado de usar tropas do Exército para apoiar o seu candidato à sucessão pernambucana, o Presidente da República passou a ser alvo de sistemática oposição por parte da oficialidade. Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, chegou a enviar um telegrama a Pernambuco, concitando a guarnição federal a não obedecer às ordens governamentais. Imediatamente, o Clube Militar foi fechado, sendo Hermes da Fonseca detido por vinte e quatro horas. Em represália, a 05 de junho, o capitão Euclides da Fonseca liderou uma sublevação do forte

de Igrejinha em Copacabana. No dia seguinte, esmagado o movimento insurgente pelas forças legislativas, um grupo de jovens oficiais, repudiando a capitulação, morria nas ruas do Rio de Janeiro. Esse feito heróico - o famoso episódio dos dezoito do Forte - marcaria o início da contestação tenentista. A Primeira República aproximava-se do fim.

O Declínio das Oligarquias- de Bernardes a Washington Luiz

A Presidência de Artur Bernardes (1922/1926)

Em novembro de 1922, estando ainda a nação brasileira submetida às medidas de exceção tomadas pelo governo federal quando do levante tenentista do Forte de Copacabana, Artur Bernardes e Epitácio Coimbra assumiram, respectivamente, a presidência e a vice-presidência da República. Entretanto, a posse do novo mandatário não significou a pacificação e a normalização institucional do país, pois o quadriênio Bernardes, um dos mais conturbados de toda a história republicana, transcorreu praticamente todo sob estado de sítio.

Nos primeiros momentos de sua gestão, Bernardes teve pela frente o grave problema da precária situação da economia e das finanças brasileiras. Com efeito, nos mercados internacionais, os preços de nossos principais gêneros de exportação caíam vertiginosamente, o que desequilibrava a nossa balança de comércio, além de provocar a desvalorização cambial e contínuos déficits orçamentários. Procurando auxiliar o setor exportador a superar a crise, o Presidente da República foi obrigado a adotar, de início, uma política de cunho inflacionário, criando, em 1923, a Carteira de Emissão do Balanço do Brasil. Mais tarde, no último biênio de seu mandato, Artur Bernardes, tendo em vista os sinais de vitalidade e recuperação econômica demonstrados pelo capitalismo mundial, retornou à tradição deflacionista de quase todas as administrações da República Velha, levando a efeito uma política de elevação cambial e renegociando a dívida externa.

No plano político, Artur Bernardes procurou fortalecer o Executivo e assegurar ao situacionismo federal uma sólida e ampla base de apoio, intervindo nas questões políticas regionais da Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e expulsando do Congresso um bom número de vozes oposicionistas.

A mais importante intervenção levada a cabo pelo oficialismo federal foi a que atingiu o Rio Grande do Sul em 1923, quando do pleito para a sucessão estadual. O caudilho Borges de Medeiros, que há vinte anos governava aquele estado sulino, era mais uma vez candidato à reeleição pelo Partido Republicano Rio-grandense, enquanto a oposição local - os “maragatos” do Partido Libertador - lançava a candidatura de Assis Brasil. Vitorioso novamente o situacionismo, a oposição “libertadora “, depois de malogradas todas as tentativas de acordo, partiu para a luta armada, esperançosa de que Bernardes interviesse em seu favor, já que recebera seu apoio na campanha presidencial e, inversamente, fora combatido pelos comandados de Borges de Medeiros.

Finalmente, em dezembro de 1923, o general Setembrino de Carvalho, atuando como representante do Presidente da República, conseguiu conciliar os dois grupos litigantes mediante um acordo que passou a ser designado pelo nome de Pacto de Pedras Altas. Segundo ele, Borges de Medeiros permanecia à testa do governo do Estado, mas a Constituição rio-grandense seria reformada, eliminando-se as cláusulas que permitiam a reeleição do governador e a nomeação do vice-governador pelo Executivo. Além disso, o sistema eleitoral do Rio Grande do Sul conheceu profundas alterações, o que possibilitou ao Partido Libertador manter uma representação na bancada federal gaúcha.

A gestão presidencial de Artur Bernardes foi abalada por sucessivos levantes militares, provocados pela crescente politização da baixa oficialidade do Exército Brasileiro. Com efeito, durante a década de 20, os elementos mais conscientes da juventude militar, que passariam a ser conhecidos pela designação genérica de “tenentes”, insatisfeitos com a realidade política da República - marcada pela incompetência técnica, pela descentralização administrativa, pelas constantes, fraudes eleitorais e pelo domínio das oligarquias dos “grandes estados” - estavam dispostos a derrubar as carcomidas lideranças civis e a impor reformas institucionais destinadas a moralizar os costumes políticos e a “salvar “ o regime.

Durante todo o ano de 1923, os tenentes, visando a se recuperar dos abalos sofridos quando da repressão governamental ao levante do Forte de Copacabana, trataram de rearticular os seus esquemas golpistas, estabelecendo contatos clandestinos políticos e militares simpatizantes do movimento. Nessa tarefa, destacaram-se Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Ricardo Hall, Joaquim Távora e o general Isidoro Lopes. Finalmente com a adesão de algumas lideranças políticas civis e de muitas guarnições militares à causa revolucionária, Joaquim Távora marcou a data de um novo levante tenentista, que deveria eclodir em São Paulo, em 05 de julho de 1924.

Isidoro considerava a data muito prematura, mas o processo já estava praticamente desencadeado: os tenentes haviam conseguido o apoio de alguns regimentos da Força Pública paulista comandados pelo major Miguel Costa e contavam com diversas unidades bem armadas graças ao capitão Estillac Leal.

O 05 de julho de 1924 - Durante o dia 05 de julho , após sangrentos combates, os rebeldes, liderados por Isidoro Dias Lopes, Juarez Távora e seu irmão Joaquim, tomaram boa parte dos quartéis da capital paulista. Entretanto, a inexperiência dos soldados sublevados, em sua maioria recrutas recentemente incorporados, e a falta de organização de alguns regimentos tenentistas possibilitaram uma violenta reação por parte das tropas fiéis ao governo, comandada pelo general Abílio de Noronha. Em conseqüência, os combates tornaram-se mais encarniçados, alastrando-se pelas ruas da cidade, o que provocou a fuga do governador Carlos de Campos. A partir do dia 11 de julho, os legalistas, agora consideravelmente reforçados, passaram a bombardear São Paulo com artilharia de grosso calibre, atingindo, de maneira indiscriminada, instalações militares, prédios públicos, residências e estabelecimentos comerciais.

Amedrontada e praticamente alheia aos motivos e propósitos da insurreição tenentista, a população começou a se refugiar nas cidades circunvizinhas. A 27 de julho, Isidoro Dias Lopes, ciente de que o prosseguimento da resistência rebelde na capital paulista significaria o sacrifício inútil de milhares de vidas, resolveu transferir a luta para o interior. Imediatamente, os revolucionários, apoiados pelas forças do tenente Joio Cabanas, tomaram as estradas de ferro paulista e mogiana, além de alguns ramais da Sorocabana, dirigindo-se em seguida para as barrancas do rio Paraná. Ali, o Batalhão São Paulo, dos tenentes, reforçado por guarnições rebeldes do interior, permaneceu até abril de 1925, atacando cidades e quartéis legalistas de Mato Grosso e do Paraná.

Paralelamente aos acontecimentos de São Paulo, os ventos da revolução convulsionaram diversos outros pontos do país. No Amazonas, um governo insurreto de caráter tenentista, responsável pela expropriação de várias fortunas ilicitamente acumuladas e por algumas melhorias sociais, resistiu quase um mês ao assédio de poderoso contingente de tropas legalistas. Igualmente em Sergipe, em Mato Grosso, no Pará e em Pernambuco, instalaram-se administrações rebeldes, todas esmagadas por unidades militares federais, cuja tarefa de repressão era apoiada pelas milícias estaduais e até mesmo por civis armados. Apesar da violência governamental , em toda a nação brasileira vozes oposicionistas corajosamente secundavam as reivindicações do movimento tenentista: voto secreto, independência do Poder Judiciário, extinção dos currais eleitorais e do filhotismo político, reformulação do ensino, reforma administrativa, e proibição de reeleição de presidente, governadores estaduais, senadores e deputados, a não ser que reunissem 2/3 do eleitorado.

Nas grandes cidades, diariamente os jornais noticiavam prisões por motivo políticos e a polícia comunicava a descoberta de conjuras de inspiração tenentista. No Congresso Nacional, a imensa maioria dos parlamentares, simples porta-vozes das oligarquias dominantes nas diversas unidades de Federação, condenou a movimentação política dos tenentes, taxado-a de “mero motim de soldados”, ou de “injustificado e arbitrário plebiscito dos quartéis”.

Em novembro de 1924, influenciada pelo clima de intranqüilidade política então reinante, a tripulação do encouraçado São Paulo sublevou-se , ameaçando bombardear o palácio presidencial do Catete. Porém, os amotinados não conseguiram o apoio do resto da esquadra e abandonaram a baía da Guanabara, dirigindo-se para o Uruguai, onde obtiveram asilo político.

A longa marcha - Em outubro de 1924, a maré revolucionária chegava ao Rio Grande do Sul. Apoiados pelos setores mais radicais do Partido Libertador, os tenentes Luís Carlos Prestes, Juarez Távora, João Alberto, Siqueira Campos e Mário Fagundes Portela, encabeçando as aguerridas guarnições militares de

Uruguaiana, São Borja e Santo Ângelo, tomaram a região noroeste do estado sulino. Em janeiro de 1925, atendendo a um apelo de Isidoro Dias Lopes, os rebeldes gaúchos começaram a subir para o norte, ao encontro do Batalho São Paulo, divididos em três destacamentos. Em abril, os insurretos sul-rio-grandenses e paulistas se uniram nas barrancas do rio Paraná e decidiram partir para a guerra de movimento, que deveria estender-se por todo o território nacional, com a finalidade de solapar as bases de sustentação do governo Bernardes.

Nascia, assim, a legendária Coluna Prestes, guerrilha que, sob o comando de Prestes e Miguel Costa, percorreu os sertões brasileiros, do sul ao Marrando, do centro ao nordeste, do norte ao Mato Grosso, aterrorizando as oligarquias e "*fazendo vibrar as expectativas populares, num país amordaçado pelo estado de sítio e pela censura*" (Edgar Carone). Em sua jornada de mais de 24.000 quilômetros, a Coluna do Cavaleiro da Esperança, como era então chamado Luís Carlos Prestes pelo povo brasileiro, enfrentou forças regulares do Exército, polícias estaduais, milícias várias e até mesmo cangaceiros assalariados.

Em março de 1927, já no governo de Washington Luís, a Coluna foi dissolvida, internando-se seus remanescentes na Bolívia.

Apesar de não ter conseguido sensibilizar as massas rurais, tradicionalmente submetidas ao paternalismo dos "coronéis "e influenciadas pela propaganda governamental, a Coluna Prestes, pela repercussão que seu programa de reforma sociais e políticas alcançou entre as camadas médias e populares urbanas, desgastou profundamente o mecanismo de poder das oligarquias, desempenhando papel de decisiva importância na derrocada da Primeira República.

Em meados da década de 20, as bases do federalismo brasileiro - abaladas pelas constantes intervenções do poder central nos estados e ideologicamente contestadas pelo movimento tenentista e pelos setores de vanguarda da classe média urbana - mostravam evidentes sinais de desgastes e enfraquecimento. Cientes da inexorabilidade desse processo de debilitamento dos preconceitos federalistas, o presidente Artur Bernardes, contando com o apoio da maioria dos integrantes do Congresso, promoveu, no final de seu mandato, uma revisão constitucional destinada a fortalecer o poder da União e a autoridade do Executivo. Dentre as modificações então introduzidas no texto da Primeira Carta republicana destacaram-se:

- a ampliação dos limites do poder da intervenção federal nos Estados.
- a limitação do direito do habeas corpus.
- a regulamentação da expulsão dos elementos estrangeiros considerados nocivos à ordem sócio-política vigente.
- a declaração ao Presidente da República do direito de veto parcial aos projetos do legislativo.
- a proibição da "causa orçamentária", ou seja, da faculdade de os deputados legislarem sobre os adendos ou créditos adicionais ao orçamento da União.

Basicamente, a reforma constitucional do governo Artur Bernardes, em virtude de ter sido voltada para a centralização administrativa, foi o primeiro passo no sentido de se fazer do Estado o grande elemento integrador da realidade brasileira.

O pleito presidencial de 1926, embora realizado numa atmosfera de aparente tranqüilidade, deixou entrever o crescente processo de deteriorização das instituições republicanas. Com efeito, nos últimos meses da administração Bernardes, a contestação política havia feito grande progresso em praticamente todos os rincões do território nacional. Até mesmo em São Paulo, principal sustentáculo da "República Oligárquica", surgira uma agremiação oposicionista, o Partido Democrático, cujos integrantes provinham dos setores liberais da lavoura cafeeira, das finanças, da indústria e da pequena burguesia. Liderado por Francisco Morato, o PD que resultara da fusão de alguns partidos menores (o Popular, de Antônio Prado, o Evolucionista, de Marrey Júnior, o Liberal, de Valdemar Ferreira e o da Mocidade), conheceu um rápido crescimento, o que evidenciava a insatisfação das áreas mais esclarecidas da burguesia e da pequena burguesia das cidades paulistas com a corrupção, o autoritarismo e os vícios político-eleitorais que sufocavam as esperanças de progresso social da nação brasileira.

Totalmente alheio à nova realidade do país e fiel súdito dos interesses do "café-com-leite", Artur Bernardes colocou o aparelho estatal a serviço das candidaturas de Washington Luís Pereira de Souza, ex-governador de São Paulo, e de Fernando de Melo Viana, governador de Minas Gerais, respectivamente à presidência da República. Em resposta, as forças oposicionistas nacionais lançaram à competição presidencial o gaúcho Assis Brasil, que encabeçava uma chapa que passou a ser conhecida pelo nome de Aliança Libertadora. Mais uma vez, entretanto, a máquina eleitoral oligárquica funcionaria de modo eficiente, garantindo a vitória dos candidatos governistas.

A Presidência de Washington Luís (1926/1930)

No início de sua gestão, o novo presidente, interessado em acalmar os ânimos nacionais, apresentou-se como liberal, suspendendo o estado de sítio que amordaçava o país desde os últimos meses do governo Epitácio Pessoa. Entretanto, temendo pela sorte do regime, Washington Luís recusou-se a conceder anistia aos tenentes exilados e obrigou o Congresso a aprovar, em 1929, a Lei Celerada, que cerceava a liberdade de imprensa e permitia a aplicação de penas aos acusados de "delito ideológico". Essa medida de caráter repressivo se dirigia não só contra a contestação tenentista, mas visava também a abalar as oligarquias operárias. Com efeito, no final da década de 20, o movimento sindical, após livrar-se das lideranças "amarelas", isto é, corrompidas pelo governo e pelo patronato, conhecera um rápido e sólido crescimento. Além disso, a ideologia marxista se enraizava cada vez mais nos meios proletários e o Partido Comunista, apesar de violentamente reprimido em 1927, conseguiu formar, com outras organizações esquerdistas, o Bloco Operário e Camponês.

Em 1928, o BOC, atuando no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Recife, elegeu um deputado e diversos vereadores, cuja posse, entretanto, foi impedida pelo governo federal. Cientes de que não tinham condições de enfrentar isoladamente a escalada repressiva das autoridades, as organizações operárias de

esquerda passaram a buscar o apoio dos tenentes. Passaram das intenções aos atos Astrogildo Pereira, um dos mais importantes líderes do PCB, e Pedro Mota Lima, redator do jornal “A Esquerda”, em 1927. O dirigente comunista Leôncio Basbaum procurou formar uma frente eleitoral com os tenentes, entrevistando-se também em Buenos Aires com Prestes, Siqueira Campos e Juarez Távora. Porém, o acordo desejado pelo PCB não foi firmado, pois os jovens oficiais exilados se recusaram incluir em seu programa político uma série de reivindicações esquerdistas, notadamente a nacionalização de todas as empresas estrangeiras que operavam no Brasil, a jornada de trabalho de oito horas, a nacionalização de terras, a abolição das dívidas externas e a legalização do Partido Comunista.

Duas grandes preocupações assinalaram o programa administrativo do governo de Washington Luís: construção de estradas e reformulação das finanças nacionais.

Com efeito, dias depois da cerimônia de posse do ex-governador paulista no cargo de supremo mandatário da nação, foi iniciada a abertura de duas grandes rodovias: a Rio-São Paulo e a Rio-Petrópolis, que justificaram o lema da última gestão presidencial da República Velha: “governar é abrir estadas”.

No plano das finanças , Washington Luís, auxiliado pelo seu Ministro da Fazenda Getúlio Vargas, político que por várias vezes declarava ser desconhecedor de assuntos econômicos, elaborou um plano destinado a sanear o meio circulante brasileiro através da formação de reservas metálicas, inicialmente obtidas por empréstimos.

A reforma financeira propugnada pelo Presidente da República foi levada a cabo em três fases: na primeira, estabilizou-se a moeda a câmbio baixo (o famoso “câmbio vil”, no valor de pence por mil réis), a fim de preparar a sua conversibilidade, na segunda, deu-se o resgate do papel-moeda não conversível, na terceira, instituiu-se o cruzeiro, padrão da Caixa de Estabilização, à qual foi concedida a faculdade emissora de papel-moeda contra empréstimos em ouro conseguidos e depositados em Londres e Nova Iorque (outubro de 1929), o aumento da procura do padrão-cruzeiro e a retirada dos empréstimos-ouro pelos países estrangeiros determinaram o colapso da Caixa de Estabilização.

Politicamente, a situação do país não era tranqüila. A representação popular durante a Primeira República sempre fora uma farsa. As fraudulentas eleições feitas pelos chefes políticos das oligarquias estaduais, embora mantivessem no poder seus representantes provocavam um desejo de reformas, que encontraria eco entre a classe média e a oficialidade mais jovem do Exército. A escolha dos candidatos à sucessão de Washington Luís funcionou como estopim para a mais importante revolução da história republicana. Apresentavam-se como prováveis candidatos Júlio Prestes, governador de São Paulo e dono das simpatias do Catete, Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul e líder da Frente Única Gaúcha (agremiação que resultara da fusão do Partido Republicano Rio-grandense e do Partido Libertador) e Antônio Carlos de Andrada, governador de Minas Gerais.

Os entendimentos políticos evoluíram no sentido de se agruparem em torno do candidato sulino as hostes oposicionistas. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba tornaram-se os grandes focos de rebeldia à política dominante, formando-se assim a chamada Aliança Liberal, cujo programa era vagamente reformista. Com a transformação do tenentismo numa força política ponderável, o clima que então se formava já era revolucionário quando chegaram ao Brasil os efeitos do colapso da bolsa de Nova York. São Paulo, como tradicional fornecedor de café aos países capitalistas desenvolvidos, abalados então pela Grande Depressão, foi a principal vítima brasileira da crise de 1929. Enfraqueceu-se dessa forma o Estado, que sempre fora o pilar do regime oligárquico.

Em conseqüência da derrocada econômica e dos descontentamentos que então grassavam nas camadas médias, nas oligarquias dos estados menores e no Exército, a campanha presidencial de 1930 apresentou um alto grau de violência.

Na própria Câmara Federal anunciavam-se "prélios terríveis pelas armas". A oposição tornava-se cada vez mais agressiva: um deputado governista fora morto a tiros por outro da oposição no recinto do Parlamento. Os tenentes, ainda no exílio, apoiavam as candidaturas de Vargas e João Pessoa aos mais altos cargos da nação salvo o capitão Luís Carlos Prestes, que aderira ao marxismo e assinalava o jogo das contradições oligárquicas.

Apesar de tudo, o governo federal estava otimista: dezessete estados estavam ao lado dos candidatos oficiais. Realizadas as eleições, a 1º de março de 1930, comprovou-se que as esperanças de continuísmo da oligarquia paulista eram bem fundadas: as candidaturas governistas triunfaram com facilidade. Entretanto, Júlio Prestes e seu companheiro de chapa, Vital Soares, não chegariam a tomar posse: 22 dias antes de terminar o mandato de Washington Luís, a revolução ganharia as ruas.

REVOLUÇÃO DE 30

Os grupos que participaram da Revolução de outubro de 1930:

As fases da Revolução de Outubro de 1930

Primeira Fase

- O Presidente Washington Luís veta a candidatura do governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, à sucessão federal.
- O desrespeito de Washington Luís à política do "café-com-leite "mobiliza importantes setores da oligarquia tradicional (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba) contra o governo; a candidatura do gaúcho Vargas é lançada pela Aliança Liberal.

Segunda Fase

- A derrota eleitoral de Vargas e o assassinato de João Pessoa possibilitaram a militança política mais agressiva da "jovem guarda" da Aliança Liberal.
- As velhas lideranças das oligarquias dissidentes, temendo represálias por parte da administração de

Júlio Prestes, são conduzidas pela “nova geração” de políticos civis a um rápido processo de radicalização.

Terceira Fase

- Prepara-se um dispositivo militar para a ação revolucionária: “a jovem guarda” da Aliança Liberal estabelece contatos com os “tenentes “ no exílio.
- Os “tenentes” , com exceção de Luís Carlos Prestes, tornaram-se o “braço armado” das oligarquias dissidentes.

Quarta Fase

- A “velha guarda” oligárquica, temendo o revolucionarismo dos “tenentes”, entra em contato com as lideranças militares tradicionais.
- A “velha guarda” da oficialidade, ligada por laços de parentesco com as oligarquias dissidentes, aceita participar da ação revolucionária, atuando como força moderadora e permitindo a transição pacífica e sem grandes abalos estruturais da Primeira para a Segunda República.

“Não creio na exeqüibilidade da revolução desencadeada pela massa inerme do proletariado das cidades, dos colonos das fazendas.... Temos que fazê-la com o concurso de todos os homens de boa vontade... Deverá haver, assim, lugar em suas fileiras para o socialista, o revolucionário moderado, o liberal e o conservador, para o civil e o militar, para o burguês e o proletariado” (Juarez Távora, junho de 1930).

Devido à diversidade e complexidade das forças responsáveis pela revolução de outubro de 1930, ainda hoje existem polêmicas sobre seu caráter, revolução burguesa para alguns, acomodação de elites para outros, revolução de classes médias para terceiros; o movimento que derrubou a Primeira República rejeita sistematicamente as etiquetas simplificadoras.

Entretanto, tem importância fundamental para a compreensão do Brasil contemporâneo: esse movimento, no seu desenrolar, trouxe à tona todas as contradições e problemas mais profundos da realidade brasileira. O processo revolucionário de 1930 assinala o fim da República Velha, cujo declínio se deveu aos seguintes fatores principais:

- a nefasta influência da política de valorização do café na economia nacional, que prolongou artificialmente o sistema agrário-exportador, em profunda crise estrutural desde o início do século.
- o desgaste do sistema político da Primeira República, que dominava de forma oligárquica uma nação cansada de corrupção, do filhotismo, das farsas eleitorais e da violência dos coronéis.
- as cisões entre as próprias elites oligárquicas, que se acentuaram nas eleições presidenciais de 1922 e 1930.
- a emergência de novos grupos sociais urbanos, a burguesia, que lutava pela industrialização e participação no poder; o proletariado, que lutava por reformas sociais, e a classe média, frustrada e marginalizada do processo político, simpatizantes das atitudes oposicionistas, os movimentos armados tenentistas, vanguarda armada da Revolução que desde 1922 minava e desmoralizava as oligarquias da República Velha e concitavam as Forças Armadas a retirar seu apoio ao regime.

Desde o segundo ano de sua presidência, Washington Luís parecia ter o controle da situação nacional. Reorganizando as finanças, conseguira um certo equilíbrio; sua política repressiva, consubstanciada na Lei Celerada e na recusa de anistia aos tenentes fez calar momentaneamente os setores mais radicais da oposição. Centenas de rebeldes continuavam exilados e embora sua ação fosse intensa, sua repercussão no Brasil era pequena, diminuída ainda pela censura à imprensa. Os revolucionários continuavam esperançosos, mas tinham que contar com as "realidades desanimadoras da hora presente", como diria Juarez Távora em 1927. Nesse ano, o jovem tenente enviava circular reservada aos líderes tenentistas, informando-os sobre uma conversa com Luís Carlos Prestes, na qual o Cavaleiro da Esperança declarava:

- ainda não dispomos de elementos na Força Armada para iniciar um levante inicialmente forte.
- os elementos políticos com que temos tido entendimentos ainda não entraram numa fase de eficiente organização.
- os recursos financeiros julgados indispensáveis para a útil e rápida coordenação e mobilização de esforços ainda não puderam ser cobertos.
- somente em época mais ou menos remota se poderá esperar que tenhamos reunido elementos para um movimento sério.

Apesar das dificuldades e do controle governamental, as forças de oposição continuavam se articulando. As dissidências burguesas de São Paulo, reunidas no Partido Democrático (1926), sob o comando de Antônio Prado e Frederico Steidel, conseguiram reunir delegações de 87 cidades paulistas no seu primeiro congresso. Além do apoio de "O Estado de São Paulo", contavam com o "Diário Nacional", de grande circulação e influência, fundado, em julho de 1927, por elas. O partido Democrático conseguiu eleger três deputados nas eleições estaduais de 1927, não repetindo a façanha nas eleições municipais de 1928 devido a fraudes oficiais. Compreendendo a necessidade de expandir suas forças, os democratas paulistas se uniram à dissidência burguesa carioca de Adolfo Bergamini, aos oposicionistas rio-grandenses do Partido Libertador de Assis Brasil e Batista Luzardo, a 21 de abril de 1927, o Partido Democrático Nacional (PDN).

O programa do PDN era uma cópia do programa dos democratas paulistas, acrescido de um item sobre a Lei Celerada e outro relativo à política externa. Tinha, portanto, a mesma moderação dos paulistas, revelando a ausência de contradições profundas entre os setores urbano e agrário da burguesia. Seus pontos principais (voto secreto, reformas de ensino, moralização das eleições) não iam além dos horizontes da Constituição; mais tarde, pregariam uma revisão constitucional vaga e superficial. Mas, apesar de moderação, os democratas procuravam aliar-se aos tenentes exilados, para quem a revolução era idéia central. Prestes foi procurado em La Guaíba por Luís Amara, recebendo depois um telefonema de felicitações de Antônio Prado. Depois de discutir, em março de 1928, a necessidade de uma revolução, aos membros do Partido Libertador do Rio Grande do Sul procuravam no Uruguai o tenente Miguel Costa, que não se definiu de imediato, porque aguardava ordens de Prestes, àquela altura chefe máximo do tenentismo. Paulo Nogueira Filho e Assis Brasil chegaram a encontrar-se com Prestes, aderindo às idéias revolucionárias.

Mas os democratas e libertadores, na verdade, preferiam táticas eleitorais a atitudes subversivas. Em setembro de 1928, Luís Carlos Prestes denunciava esse comportamento, acusando o jornal “O Estado de São Paulo” de desviar-se dos objetos revolucionários. Os democratas se limitavam, habilmente, a aguardar os acontecimentos, enquanto crescia lentamente o descontentamento das massas urbanas com o regime e a movimentação dos exilados. A esquerda operária também se movimentava. Sua atuação tornou-se clandestina após a promulgação da Lei Celerada, que proibia suas ações legais.

Além de organizar cada vez mais células nas grandes cidades, o Partido Comunista Brasileiro desenvolvia contatos com os tenentes no exílio. Os contatos fracassaram na execução de uma aliança, mas difundiu entre eles o socialismo marxista, levando alguns tenentes a uma radicalização de suas idéias.

O problema da sucessão presidencial trouxe a crise final que selou o destino do regime. Pela primeira vez na história da República, a tendência de cisão entre as oligarquias surgiu no próprio centro do regime, com o rompimento entre São Paulo e Minas Gerais. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, membro de tradicional família de políticos e latifundiários, nata da oligarquia mineira, governava Minas Gerais desde 1926.

Nesse ano, o paulista Washington Luís assumiu a presidência da República, sucedendo ao mineiro Artur Bernardes; em 1930, outro mineiro deveria ocupar a presidência, de acordo com a política do café-com-leite. Durante o quadriênio de Washington Luís, porém, surgiram dissenções entre as oligarquias do café-com-leite, Minas Gerais e São Paulo divergiam quanto à política orçamentária de valorização do café. Isso teria pouca importância, não fosse a pretensão de Washington Luís de afastar o mineiro Antônio Carlos da sonhada presidência em 1930. O Presidente exigia que o debate sucessório fosse adiado para setembro de 1929, e sua manifesta antipatia por Antônio Carlos fazia-se sentir na atitude cada vez mais intransigente do governo federal com Minas Gerais.

Entretanto, Antônio Carlos preparava-se para lançar a sua candidatura. *"De conservador, transforma-se em liberal, patrocinando congressos; faz sua propaganda gastando dinheiro público e subvencionando jornais; aproxima-se da Igreja adotando o ensino religioso obrigatório nas escolas públicas, e pede reformas como o voto secreto, para agradar o povo."* Esse político, que ascendeu rapidamente no PRP, fora defensor principal do plano orçamentário presidencial da Câmara e, com a morte de Carlos Campos, tornava-se governador de São Paulo. Washington Luís procurava conseguir apoio do Rio Grande do Sul para, no momento oportuno, comprometer a oligarquia gaúcha com a candidatura de Júlio Prestes. Antônio Carlos, pressentindo a intenção dos paulistas, procurou habilmente atrair o Rio Grande do Sul para a oposição ao nome de Júlio Prestes. Ofereceu a presidência ao governador rio-grandense Getúlio Vargas, herdeiro do castilhismo e do velho oligarca Borges de Medeiros. Getúlio, político de grande sagacidade, mantinha publicamente uma atitude esquiva, apoiando Washington Luís (de quem fora ministro da fazenda) e procurando, internamente, neutralizar a oposição do Partido Liberal com concessões. Porém, secretamente, articulava-se com os mineiros, aceitando o acordo de 17 de junho de 1929, segundo o qual Minas Gerais e Rio Grande do Sul vetariam o nome de Júlio Prestes, propondo uma candidatura gaúcha à presidência. Estavam lançados os alicerces da Aliança Liberal, movimento que, em 1929/1930, aglutinaria as oposições.

Em julho-agosto de 1929, em carta ao presidente Washington Luís, Getúlio Vargas revelava sua disposição de candidatar-se à presidência. Washington Luís reagiu, insistindo no nome de Júlio Prestes, e logo os líderes gaúchos e mineiros passaram a criticar o governo, na Câmara. Estava formada a oposição, que tomou o nome de Aliança Liberal e procurou o apoio dos Partidos Democráticos e Libertador, das dissidências oligárquicas estaduais, dos tenentes e das massas urbanas. Nessas articulações e críticas ao governo, tiveram papel destacado alguns políticos relativamente jovens, que mais tarde teriam papel fundamental na história política do país: Afrânio de Melo Franco, João Neves da Fontoura, Francisco Campos, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e outros. O programa da Aliança era vago e vacilante como o programa dos democratas; suas principais reivindicações eram o voto secreto e a anistia, de grande repercussão popular. Mas, era tal o descontentamento com o regime, que os aliancistas, apesar de suas vacilações e das tentativas conciliatórias de outubro de 1929, galvanizaram quase toda a oposição.

A candidatura de Getúlio foi estrondosamente aplaudida pelas massas urbanas, nos comícios de dezembro de 1929 e janeiro de 1930, em São Paulo e Rio de Janeiro. No Norte e Nordeste do país, Getúlio empolgou, com seus discursos, o povo dos grandes centros conseguindo a adesão da oligarquia da Paraíba, que indicou o governador João Pessoa à vice-presidência. O governo Washington Luís se sentia seguro: a máquina eleitoral das oligarquias de dezessete estados estava quase toda a favor do seu candidato, Júlio Prestes. O clima político, porém, era tenso, comícios da Aliança provocaram distúrbios em Natal, Vitória, Montes Claros: "*um deputado governista fora morto a tiros por outro da oposição, no próprio recinto da Câmara*". O poder do perrepismo e das fraudes eleitorais, porém, era ainda muito sólido. Nas eleições de março de 1930, apesar do enorme apoio a Getúlio, a vitória coube a Júlio Prestes: 1.027.000 votos contra 809.307.

Poucos membros da Aliança Liberal aceitaram o resultado das urnas. Líderes como Assis Brasil, Flores da Cunha, Lindolfo Collor e Osvaldo Aranha protestaram veemente acusando o governo de fraude. O recurso às armas parecia ser a única saída para a oposição, alternativa que os tenentes defendiam há tempos. A conspiração se iniciou em contato com os jovens militares, aos quais foram oferecidos alguns comandos

regionais da Revolução: Juarez Távora chefiaria o levante na Paraíba, Leopoldo Néri em Minas Gerais, Siqueira Campos em São Paulo. No primeiro semestre do ano, porém, a Revolução esteve em perigo, com muitas vacilações. Getúlio mantinha-se numa posição enigmática; sua cautela e habilidade , uma constante em toda a sua carreira, levavam-no a assumir uma posição indefinida, ora articulando a luta armada, ora opondo-se a ela, surpreendendo, com isso, seus aliados. A mesma cautela era manifestada por Antônio Carlos. João Pessoa, por sua vez, era francamente contrário à ação revolucionária.

A revolução sofreu um golpe sério em maio de 1930, pois Luís Carlos Prestes, líder incontestável dos tenentes, recusou a oferta de Getúlio para assumir o comando militar do movimento. Aderindo ao socialismo marxista, lançou um manifesto em maio, condenando abertamente a revolução das oligarquias. Numa análise do panorama nacional, mostrava ele a posição dependente do Brasil em relação ao estrangeiro. A situação de miséria nos campos e cidades, a exploração burguesa e latifundiária, propunha um programa revolucionário marxista, a ser executado pelas massas trabalhadoras. Muitos tenentes aliaram-se ao líder Prestes, mas a maioria dos líderes como Juarez Távora, Estillac Leal, João Alberto e outros, continuou a se articular com os aliancistas . Eles não deram importância às palavras do chefe mineiro Antônio Carlos: "*Façamos a revolução antes que o povo a faça*"

As vacilações revolucionárias chegaram ao ponto crítico em setembro, com o assassinato do paraibano João Pessoa. O velho aliancista foi morto a mando de um grupo interno, de oposição. Como o governo federal estimulava esses oposicionistas, a responsabilidade do crime foi atribuída a Washington Luís e seus correligionários. A indignação tomou conta do país. Não havia como evitar a guerra civil. A revolução foi marcada para o dia 03 de outubro, sob chefia de Getúlio e o comando militar de seu fiel assessor, o coronel Góis Monteiro. "A rápida aglutinação, obtida em poucos meses, não pode ser explicada se afastarmos da interpretação dos fatos um dado que transcende o quadro nacional: a crise econômica mundial de 1929. A crise só repercutiu no Brasil, com toda a intensidade, em 1931. Mesmo assim, o preço médio do café no exterior caiu de 4,71 libras, em 1929, para 2,69 em 1930; a produção em 1929 atingiu 28.941.000 sacas e a exportação chegou a 14.281.000, sem falar nos estoques acumulados. Independentemente do fato de que a oposição não teve plena consciência do seu alcance e não a utilizou a fundo, a crise golpeou o governo, ao produzir o desencontro entre o Estado, como representante político da burguesia cafeeira, e os interesses imediatos da classe. O problema do excesso de produção recoloca-se, o esquema de valorização caiu por terra, dada a impossibilidade de contar com novos empréstimos externos. As duas reivindicações da lavoura, missão para o financiamento e moratória são recusadas por Washington Luís. Os elementos radicais (da oposição) sentiram a possibilidade de êxito, diante da vulnerabilidade do poder central e conseguiram realizar uma frente única, embora precária, aproximando os políticos e os tenentes."

O apoio das Forças Armadas foi fundamental para a Revolução. Góis Monteiro, hábil militar, neutralizou os militares dissidentes, conseguindo montar, pela primeira vez na história nacional, uma estratégia de levante extremamente eficaz. A fraqueza do esquema legalista ficou patente: às 17 horas e 30 minutos do dia 03 de outubro, a revolução eclodiu em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, e no dia 05 todo o Rio Grande do Sul estava em poder de Getúlio. Em Minas Gerais, só Belo Horizonte resistiu por cinco dias. Embora se atrasasse um dia no ataque ao Recife, Juarez Távora não encontrou dificuldades em tomar a cidade com a ajuda da população.

Em seguida, dominou a Paraíba e enviou tropas à Bahia e ao Pará, comandadas respectivamente por

Juracy Magalhães e Landry Salles. Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Alagoas e Sergipe foram facilmente ocupados pelos tenentes. São Paulo foi o único foco sério de resistência à revolução, eliminado, entretanto, após os primeiros combates em Itararé.

Washington Luís foi deposto a 24 de outubro por um grupo de altas patentes militares, algumas das quais aderiram no último instante diante do ímpeto da revolução.

Chefiados por Tasso Fragoso, Malan D'Angrogna, Leite de Castro e outros, os generais e almirantes formaram uma Junta Pacificadora. As colunas armadas vindas do Rio Grande do Sul com Getúlio, sob o comando de Etchegoyen e Miguel Costa, chegaram a São Paulo a 29 de outubro e foram recebidas com grande entusiasmo pela população urbana. Getúlio foi carregado pela multidão que o esperava na estação Sorocabana. No Rio, Vargas recebeu da Junta Pacificadora de Góis Monteiro o poder federal, na qualidade de presidente provisório, a 03 de novembro de 1930. Iniciava-se um novo e fundamental período de nossa história: a Era de Vargas.

*"Pensávamos estar fazendo uma revolução liberal quando iniciávamos uma revolução social." (*Afonso Arinos de Melo Franco).

56_26

Era Vargas

Nos dias que se seguiram à vitória da Revolução, a população comemorava nas ruas; os heróis do dia eram festejados como salvadores, ovacionados em centenas de comícios improvisados: " *...os decaídos (elementos do governo deposto), desde logo chamados carcomidos, eram forçados a buscar refúgios para evitar os insultos e as ameaças de agressão por parte dos populares mais exaltados."*

Na esteira dos tenentes, as massas urbanas começavam a atuar no cenário político, às vezes com grande violência, como nos casos de depredação e saque de edifícios ligados à situação deposta. Isso era apenas uma pálida amostra das grandes movimentações populares dos anos seguintes. Em São Paulo, a massa apenas festejava a vitória; mais tarde, porém, ela se mobilizaria espontaneamente ou por orientação de grupos, para políticos, para apoiar ou refutar as inúmeras propostas surgidas depois de outubro para resolver a grande crise brasileira que se iniciara com a Revolução. A maioria dos historiadores concorda que, após 1930, se iniciou um período em que as massas passaram a desempenhar papel importante no cenário político nacional. Não se pode desvincular isso do fenômeno econômico da Grande Depressão, que provocou em todo o mundo capitalista sérias mudanças em sua estrutura e formas políticas.

Iniciada com a queda da Bolsa de Nova Iorque (outubro de 1929), a Grande Depressão assolou o Ocidente durante vários anos. No Brasil , seus efeitos mais intensos se fizeram sentir de 1931 a 1993. Extremamente dependente das flutuações do mercado internacional, o café sofreu violentamente os reflexos do " crack " de Nova Iorque. Seu valor-ouro chegou a cair de 4 para apenas 1 libra a saca. Quase 50 % dos estoques de 1931 não foram vendidos. O Governo Provisório de Getúlio, recém-instalado, resolveu tomar algumas providências através do ministro da Fazenda, o paulista José Maria Whitaker, do Partido Democrático.

Criou-se o Conselho Nacional do Café que, diante do desespero dos cafeicultores, à beira da falência, tomou algumas medidas radicais em escada nacional: comprou estoques para queima, chegando a incinerar 70 milhões de sacas até 1937, proibiu o plantio do café por três anos e sugeriu a redução dos salários dos trabalhadores rurais em 50 %. Essas últimas medidas vieram agravar atingindo grandes proporções com a falência das fazendas. Muitos trabalhadores rurais se dirigiram para as cidades, famintos e marginalizados, engrossando as fileiras de descontentes das camadas urbanas. Nas cidades, a crise fez baixar a produção industrial, contando-se, então, cerca de 2 milhões de desempregados e semi-empregados.

A crise nas cidades era agravada pelo fato de os investidores estrangeiros recambiarem seus capitais para os países de origem: as reservas-ouro do Brasil baixaram violentamente *"de 31 milhões de libras em setembro de 1929 para uma insignificância em dezembro de 1930"*. Dessa maneira, escasseavam os meios de produção (capitais, equipamentos, combustíveis, etc.). Parte das indústrias teve que fechar as portas ou reduzir a jornada de trabalho, mantendo semi-empregados, e as que mantiveram a jornada normal reduziram os salário. A fome decorrente dessa situação gerou um clima de elevada tensão social. Grupos de operários e pobres em geral assaltavam armazéns e protestavam contra a carestia, ao mesmo tempo que se radicalizava a posição das organizações proletárias. Passeatas e greves, porém, eram dissolvidas a bala pela política do novo regime, enquanto operários eram presos e deportados para regiões distantes. O tenente João Alberto, interventor em São Paulo, chegou a arquitetar um plano para recrutar os operários urbanos e forçá-los a trabalhar no interior, em fazendas. E dizia, segundo nos conta Maurício de Lacerda: *Se eles recusarem esse convite, e vierem para a rua fazer mazorca, tenho que prendê-los e meter o pau.*

Diante da crise, que evidenciava de modo brutal os problemas e tensões mais profundas da sociedade brasileira, o governo provisório de Getúlio não apresentava soluções. Vacilava e debatia-se entre as divergências das correntes que haviam tomado o poder e depois entraram em choque. "O compromisso de correntes antagônicas fatalmente rendia a desagregar-se depois da vitória. A unidade era superficial, a realidade, violentamente contraditória. Interesses da classe média e das oligarquias, presente e passado, entravam em choque em condições novas, abertas pela conjuntura de um país em grave crise econômica e política. A situação apresentava-se mais complexa pelo alento que tomava o proletariado. As vicissitudes políticas e sociais surgirão através de um prisma novo e mais complexo". Entre 1931 e 1932, as agitações atingiram também o exército. Ocorreram nos quartéis inúmeros levantes, choques de soldados com oficiais, assaltos e saques militares a estabelecimentos comerciais, que refletiam a desorientação política do início da Era de Vargas e também as lutas entre os tenentes e os políticos da oligarquia, além dos choques entre os próprios políticos que tinham feito a Revolução. De fato, em pouco tempo, Getúlio se afastou dos políticos rio-grandenses que patrocinaram sua candidatura e pensavam em poder controlá-lo. A Aliança Liberal se esboroava pela inconsistência de seu programa e pela heterogeneidade de suas forças. O próprio Getúlio o reconheceu em 1933. "Movimento geral de opinião, não possuía (a Aliança), para guiar-lhe a ação reconstrutora, princípios orientadores, nem postulados ideológicos definidos e propagados".

O ano de 1930, vitoriosa a Revolução de 03 de outubro, findou com o poder, no Brasil, dividido entre os tenentes e os políticos da Aliança Liberal (resíduos em última análise, da oligarquia combatida pelos tenentes). Quando Getúlio desmontou, em todo o país, o aparelho de Estado da República Velha, os tenentes conseguiram postos importantes. Todos os antigos prefeitos, governadores, deputados, senadores, etc, foram depostos. O Governo Provisório colocou em seus lugares inúmeros jovens militares como interventores. Toda a região do Espírito Santo até Amazonas ficou sob o controle de Juarez Távora, que tinha cargo de coordenador político do Norte (vice-rei do Norte, como muitos o chamavam). Juarez entregou os governos estaduais da região a tenentes de destaque: Joaquim Barata no Pará, Landry Salles no Piauí, Juracy Magalhães na Bahia, etc. Entretanto o governo de Pernambuco foi entregue a Carlos de Lima Cavalcanti, sendo usineiro, de tradicional família de oligarcas. Em São Paulo, o governo foi entregue ao tenente João Alberto Lins e Barros, o que provocaria sérias reações do Partido Democrático. Em Goiás, foi empossado como interventor Pedro Ludovico, um tenente civil.

Contudo o tenentismo não conseguiu se representar no ministério do Governo Provisório. Os cargos foram preenchidos por políticos que participaram da Revolução; alguns eram membros das velhas oligarquias, como o gaúcho Assis Brasil, que ficou com a Pasta da Agricultura, ou o mineiro Francisco Campos (Chico Ciência) que, embora jovem, se formara no PRM (Partido Republicano Mineiro), sob a influência de Antônio Carlos. Na escolha dos ministros, Getúlio revelou disposição em estabelecer um modus vivendi entre as várias facções: a grande burguesia paulista se identificava com o ministro da Fazenda, o banqueiro José Maria Whitaker; a nova geração de políticos da Aliança estava representada nas seguintes Pastas: Justiça, pelo gaúcho Oswaldo Aranha; Exterior, por Afrânio de Mello Franco e Viação, pelo escritor paraibano José Americo de Almeida; o revolucionário gaúcho Batista Luzardo conseguiu a chefia de política, e a burguesia dissidente carioca ganhou a prefeitura do Distrito Federal, através de Adolfo Bergamine, jornalista do " Correio da Manhã".

Os tenentes também não conseguiram o poder no Rio Grande do Sul, onde o governo foi entregue a Flores da Cunha, amigo de Borges e dos velhos castilhistas e chefe do grupo paramilitar dos "provisórios". Em Minas Gerais, Olegário Maciel foi mantido no governo e os políticos mineiros procuraram-se adaptar à nova ordem, mudando suas atitudes apenas na aparência: por exemplo o PRM passou a se chamar Partido Social Nacionalista. No Nordeste, os tenentes tiveram que se unir aos latifundiários para governar, permitindo, com isso, que a oligarquia nordestina se recompusesse e passasse a neutralizar quaisquer medidas reformistas. Entretanto, a maioria dos tenentes insistia em tornar sua a Revolução. Além de reivindicar cargos, pleiteava reformas profundas, algumas de cunho social. Dizia Oswaldo Aranha, percebendo as tendências tenentistas, em dezembro de 1930: "Uma revolução como esta que acabamos de fazer...excede os limites previstos, avançando rapidamente no sentido da esquerda."

Mas os tenentes não conseguiram concretizar um programa de esquerda nem ter uma visão clara da realidade, oscilando entre posições conservadoras e radicais. A própria origem pequeno-burguesa do movimento impedia uma tomada de consciência clara das contradições sociais, com exceção dos tenentes João Alberto e Miguel Costa, que organizaram em São Paulo legiões revolucionárias de operários, impedindo que a classe operária fizesse greves e reivindicasse melhorias salariais. De Miguel Costa dizia-se que "guardava o marxismo no coração e os marxistas na cadeia". Os tenentes também não conseguiram formular nenhum plano de reformas sociais no campo, deixando intacto o poder latifundiário. Apenas o grupo isolado de Luís Prestes tinha um programa - a reforma agrária - , mas seus integrantes eram simplesmente tachados de comunistas e postos na prisão.

Revolução de 1932

Os jovens militares pleiteavam reformas, embora sem defini-las, pos isso, entraram em choque com os políticos que lutavam pela reconstitucionalização imediata com o apoio, cada vez maior das situações depostas. O período de 1930 a 1934 se caracterizava pelas disputas entre o tenentismo e os quadros políticos tradicionais, enquanto Getúlio procura manter uma posição de aparente equilíbrio, acima dos grupos em luta.A ofensiva dos tenentes no sentido de formar um forte movimento político nacional começou em fevereiro de 1931, com a fundação do Clube 3 de Outubro, que procurava aglutinar tenentes militares e civis. Virgínio Santa Rosa, em O Sentido do Tenentismo, considera o Clube (onde haviam surgido algumas idéias radicais) como uma tentativa de organização da classe média, “pleiteando grandes modificações internas, profundas transformações sociais”. O Clube intervinha em decisões de Getúlio - como na decretação de leis relativas ao trabalho, por exemplo - e procurava atrair as massas falando em nacionalizações, salário mínimo, proteção à mulher e ao menor.

A reação dos políticos se deu com a conquista do recém-criado Ministério do Trabalhador por Lindolfo Collor, elemento ligado à oligarquia gaúcha, Collor acalmou os temores das burguesias paulista e carioca, permitindo a dispensa de operários de esquerda e criando uma lei de sindicalização, que não reconhecia direitos políticos de associações sindicais. O Clube 3 de Outubro conseguiu depor Lindolfo, mas o Ministério do Trabalho continuou a manter sob controle os sindicatos.

No Rio Grande do Sul, republicanos e libertadores uniram-se sob a chefia de Borges de Medeiros, numa frente única destinada a enfrentar os tenentes. Os políticos gaúchos tentaram controlar Getúlio sem consegui-lo e passaram à oposição. Em São Paulo, membros do Partido Democrático que haviam perdido a interventoria para o tenente João Alberto, reconciliaram-se com os velhos oligarcas do PRP e acabaram por formar também uma frente única. Em Minas Gerais, a velha oligarquia, além de formar o estranho Partido Social Nacionalista, antecipou-se à ação dos tenentes, organizando o Clube 3 de Outubro e tentando atrair as massas. Enquanto isso, Getúlio se mantinha indefinido e misterioso, acumulando forças. Assis Chateaubriand o chamava de “Chuchu” (legume que muda de sabor conforme o molho). Na verdade, os tenentes queriam a continuação da ditadura de Getúlio: sabiam que se fossem realizadas eleições, os políticos triunfariam, usando suas bases e currais do interior. Getúlio aproveitava para se fortalecer, conquistando a confiança de muitos tenentes, afastando aos poucos os que tinham atitudes muito independentes e procurando atrair os políticos que aceitassem sua liderança. “Os recursos de seu oportunismo e da sua astúcia... explicariam os constantes êxitos por quase um quarto de século no trato com políticos de todas as colorações.” Mais tarde, Assis Chateaubriand deixaria de chamá-lo de Chuchu para denominá-lo Maquiavel dos Trópicos. O ano de 1932 se iniciou com alguns pontos de vantagem para os tenentes sobre os políticos; a disputa tomaria novos rumos nesse mesmo ano, com acontecimentos de São Paulo.

A oligarquia paulista, a grande derrotada de 1930, não iria aceitar em silêncio a perda total do poder quase absoluto que desfrutara na Primeira República. As lutas entre políticos e tenentes, a crise social e a agitação operária em São Paulo permitiram aos velhos perrepistas tentar a desforra, Os tenentes João Alberto e Miguel Costa haviam conquistado poder em São Paulo, em 1930, com o apoio de Getúlio. Desde então, os membros do Partido Democrático começaram a fazer oposição ao Governo Provisório, alegando que ele traíra a Revolução. Pediam um interventor civil e paulista como justo prêmio para sua participação na vitória revolucionária. A política de João Alberto e Miguel Costa contribuiu para afastar os paulistas: as atitudes ambíguas dos tais tenentes, que organizavam legiões de operários e ao mesmo tempo impediam manifestações, descontentavam tanto o proletáriado quanto a burguesia. O Partido Democrático, habituado a ver rigorosamente reprimidas as reinvidicações operárias, sobressaltava-se com a discussão aberta de reformas favoráveis aos trabalhadores: a burguesia industrial paulista juntava sua voz à dos setores mais reacionários, repetindo com o arcebispo de São Paulo: “O soldado de outubro trouxe na mochila, para São Paulo, a erva daninha do comunismo”.

Inicialmente, João Alberto por sugestão de Getúlio, tentou acalmar os democratas, concedendo-lhes postos em seu secretariado. Mas, em meados de 1931, Miguel Costa mandou invadir a sede do Partido Democrático e estabeleceu a censura à imprensa. O partido renunciou às prefeituras que ocupava e lançou um manifesto condenando o “destino administrativo e político” que os interventores davam a São Paulo. Os militares paulistas se dividiram: a ala que apoiava os políticos cresceu quando o general Isidoro Dias Lopes, muito popular desde a Revolução de 1924, foi substituído no comando da segunda Região Militar pelo general Góis Monteiro, homem de confiança de Getúlio. João Alberto foi obrigado a renunciar em julho de 1931, entretanto, Getúlio e os tenentes recusavam-se a aceitar um civil e paulista no governo, por não confiarem nos políticos paulistas: acreditavam, no fundo, que os democratas e perrepistas eram os mesmos. Seguiram-se várias interventorias de curta duração, de julho de 1931 a março de 1932: Plínio Barreto, Laude de Camargo, Manuel Rabelo e, por fim, Pedro de Toledo.

Nesse período, definiu-se o programa constitucionalista. Os democratas exigiram a imediata convocação de uma assembléia constituinte e romperam com Getúlio, acusando-o de ditador e continuísta. Mobilizou-se a juventude das escolas e formou-se a Liga de Defesa Paulista. A velha oligarquia perrepista aproveitou o momento para atacar Vargas e os tenentes, aproximando-se dos democratas. A 15 de fevereiro de 1932, formou-se a Frente Única de São Paulo, com os democratas, o PRP e a Liga de Defesa. A tensão não se limitava a São Paulo: articulava-se a contra-ofensiva da oligarquia também no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, que também exigia uma Constituição. A 24 de fevereiro de 1932, Getúlio aprovara , por decreto, o Código Eleitoral, que previa a eleição de uma Constituinte, mas a tensão persistia.

O atentado contra o “Diário Carioca”, do ministro Maurício Cardoso, realizado por elementos do Clube 3 de Outubro, provocou a renúncia de quatro ministros, contrários aos tenentes. A partir de março, a oligarquia começou a contra-revolução.

Em abril e maio, Isidoro e a Frente Única tentaram obter o apoio do Exército para a conspiração, enquanto prosseguiram as agitações populares contra Vargas. A tensão tornou-se insuportável a partir de 23 de maio: quatro estudantes constitucionalistas foram mortos em um choque de rua com as legiões de Miguel

Costa. Os paulistas radicais aproveitaram as iniciais dos nomes dos mortos (Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo) para fundar um movimento que exigia a luta armada imediatamente e a autonomia de São Paulo: MMDC.

Vargas ainda tentou, em junho, acalmar os paulistas, através de negociações com Pedro de Toledo e com os chefes mineiros e gaúchos. Mas, era tarde: o MMDC, os militares de Isidoro e o Partido Democrático já estavam preparados. A firme pressão dos tenentes impediu que Getúlio cedesse. No dia 9 de julho, as negociações foram suspensas: iniciou-se a movimentação militar em São Paulo, em Mato Grosso, onde o coronel Bertold Klinger, conspirador constitucionalista, conseguira sublevar a maioria das guarnições, vindo em seguida para São Paulo comandar os revolucionários. Era enorme o entusiasmo popular na capital paulista, particularmente da burguesia e da classe média. Os estudantes de Direito abriam inscrições para voluntários, no que eram seguidos por inúmeras escolas, clubes e associações profissionais. Iniciava-se com grande euforia uma terrível luta. Em três meses, centenas de paulistas morreriam: a revolta terminaria com uma trágica derrota. Em resumo, as principais razões da derrota paulista foram:

o isolamento

Os democratas de São Paulo tinham como certo o apoio de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Em Minas Gerais, Olegário Maciel e Afrânio de Melo Franco, embora oscilantes até o último momento, garantiram o apoio mineiro a Vargas. A oligarquia dirigida por Artur Bernardes tentou um golpe após 09 de julho, mas seus chefes, cercados em Juiz de Fora, foram presos. No Rio Grande do Sul, o interventor Flores da Cunha afastou-se da Frente Única, rebelde no último momento, após interceptar um radiograma do paulista Júlio de Mesquita Filho, no qual Borges de Medeiros era apontado como seu substituto no governo rebelde. No dia 10 de julho, Flores resolveu enviar tropas contra São Paulo: a 20 de setembro, conseguira derrotar o grupo de Borges. A São Paulo só restava o apoio de Mato Grosso.

o temor do separatismo

Certos grupos paulistas, foram inconformados com a perda da importância que a elite de São Paulo possuía antes de 1930, julgavam que São Paulo poderia constituir uma unidade autônoma dentro do Brasil. Homens como Luís Sales, Eurico Sodré, Levem Campré e outros defendiam abertamente a separação de São Paulo do resto da nação. Até M. Lobato chegou a dizer, em 1932: “Ou São Paulo assume a hegemonia política a qual lhe dá a hegemonia de fato que já conquistou pelo seu trabalho no campo econômico e cultural, ou separa-se”. A população dos demais Estados , mesmo quando simpática à idéia de uma Constituição, não via com bons olhos essa propaganda separatista. Getúlio soube explorar esse fato para manter e aumentar o isolamento paulista.

o “revanchismo” oligárquico

A liderança da Revolução fora entregue a elementos burgueses do Partido Democrático e do Velho PRP. Já vimos que esses dois grupos não tinham antagonismos profundos, da mesma forma que a burguesia paulista industrial não tinha contradições profundas com a burguesia agrária do café. Em 1932, a oligarquia perrepista se aproveitou do descontentamento popular e da crise para tentar voltar ao poder e fazer valer seus interesses, profundamente atingidos pela Revolução de 1930. Além disso, o único representante da burguesia paulista no ministério de Vargas, José Maria Whitaker, tinha sido substituído pelo gaúcho Oswaldo Aranha. Não foi difícil aos tenentes demonstrar à opinião pública dos demais

Estados o caráter contra-revolucionário e revanchista do levante de São Paulo. È importante lembrar que a classe operária paulista, em sua maioria, se manteve indiferente ao movimento. O proletariado não esqueceria facilmente que, para os perrepistas, “a questão era um caso de polícia”, como dissera Washington Luís e que, dois meses antes de 09 de julho, uma greve operária geral em São Paulo tinha sido reprimida a ferro e fogo, e os líderes do movimento encarcerados na Ilha Grande.

fraqueza militar

Os suprimentos e munições de Quintaúna revelaram-se escassos desde os primeiros dias de ocupação da cidade de São Paulo. Getúlio conseguiu bloquear o porto de Santos, impedindo que os paulistas recebessem munições e matérias-primas para as indústrias de armamentos. À euforia dos primeiros momentos, segue-se a apreensão, consequência do total despreparo para a luta armada. Batalhões se preparavam para a guerra como se tivessem de ir a um piquenique, levando na mochila mais doces e conservas do que munições. Alguns rapazes das famílias mais ricas mandavam fazer suas fardas em alfaiates da moda. Despediram-se de suas famílias e amigos como se estivessem partindo para um weekend no Guarujá. A campanha “Ouro Para o Bem de São Paulo”, destinada a arrecadar fundos para o movimento, embora bem-sucedida, foi inútil: o dinheiro não pôde ser utilizado em tempo hábil para a compra de material bélico.

Face ao avanço contínuo e irresistível das forças legalistas à sua superioridade bélica (Vargas ordenou também ataques aéreos a São Paulo) e à desorganização, despreparo e indisciplina das tropas rebeldes, o coronel Herculano de Carvalho, comandante da Força Pública, depôs Pedro de Toledo e assinou a paz com o governo federal, logo depois que Bertold Klinger telegrafou pedindo paz (final de setembro).

Quando os paulistas depuseram as armas, os verdadeiros derrotados foram os tenentes. Vargas encontrara o caminho da reconstitucionalização, que o libertaria dos militares. A história que se escreve, depois da Guerra Paulista até a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, é a crise do tenentismo. Aparentemente, os tenentes haviam obtido uma segunda vitória político militar com a derrota dos paulistas. Mas, seu vago e inconsciente programa político se diluía cada vez mais. O espírito de grupo dos tenentes já não mais existia. O Clube 3 de Outubro, algum tempo depois, seria transformado num apêndice do Partido Republicano liberal, que Getúlio e Oswaldo Aranha organizaram no Rio Grande do Sul, rearticulando a oligarquia gaúcha sob seu comando. Juarez Távora, com o apoio de parte do Clube, formou o Partido Socialista e Ação Trabalhista, de curta duração: só serviram para que, através deles, Vargas aumentasse seu prestígio junto às massas. Quando Juarez foi empossado do Ministério da Agricultura, já não era mais um tenente e sim um representante dos latifundiários nordestinos, com quem os tenentes cada vez mais se confundiam no Nordeste. Graças a Juarez, criou-se o Instituto do Açúcar e do Álcool, em maio de 1933, para defender os interesses dos usineiros.

Colapso do Tenentismo e Constituição de 34

Boa parte dos jovens militares revolucionários passara a atacar as ordens de Getúlio, em troca de cargos e favores. Segundo Pedro Calmon, quando alguém perguntava a Vargas como acabara com os tenentes, ele respondia: “Promovendo-os a capitães”. Os tenentistas que não se adaptaram ao esquema getulista, nem foram colocados no ostracismo, tomariam outras atitudes ideológicas, de esquerda ou de direita, conforme as tendências em voga no mundo. O tenentismo foi definitivamente liquidado com as eleições de 1933 para a Assembléia Constituinte. Ao permití-las, Getúlio contentava os políticos dos Estados maiores que, apesar da derrota do levante paulista, continuavam exigindo uma Constituição. O PRP fora extinto, mas Vargas sabia que lhe era necessário o apoio da burguesia de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul para governar e que só seria possível rearticular esses grupos através de eleições. Nessa época, a maioria do eleitorado brasileiro continuava sob o controle dos currais eleitorais: a base do poder local, o latifúndio, não fora trocada. Assim, nas eleições de 1933, as velhas elites agrárias conseguiram eleger a maioria dos deputados. Surgiram novos nomes, novas lideranças, mas sua origem social e sua base política continuavam as mesmas.

Mesmo com a rearticulação das velhas oligarquias, a Revolução de 1930 e os acontecimentos subseqüentes não se caracterizavam como uma volta ao passado. A oligarquia agrária, embora reorganizada, não mais conseguiria governar sozinha, de acordo com os seus interesses exclusivos. Vários setores da burguesia urbana, das classes médias e Exército começaram a participar do poder. O Estado que nasce em 1930 encontrará condições de abrir-se a todos os tipos de pressões sem se subordinar, exclusivamente aos objetivos imediatos de qualquer delas. Em outros termos: já não é uma oligarquia. Assim, as eleições para a Assembléia Constituinte foram mais um golpe mortal contra o tenentismo do que uma vitória exclusiva do latifúndio. Os interesses da nova burguesia urbana estavam representados na Assembléia e também não de maneira exclusiva.

O próprio "bonapartismo" de Vargas, sua facilidade de reunir elementos de várias colorações políticas e grupos sociais explica esse caráter mais amplo do novo Estado brasileiro que então se institucionalizava.

As propostas de reforma social dos tenentes não deixaram de repercutir na Assembléia Constituinte. Os elementos da burguesia urbana que desejavam um controle mais radical e não somente repressivo da classe operária delas se utilizariam. Além disso, a Constituição de 1934, elaborada pela assembléia, demonstra que o Capitalismo brasileiro procurava oferecer às massas emergentes algumas válvulas de escape políticas e institucionais, atenuando as lutas de classe. Por isso, foram introduzidas várias inovações: o direito do voto foi estendido a todos os brasileiros alfabetizados maiores de dezoito anos (antes só votavam os maiores de 21 anos), as mulheres também passaram a ter a garantia trabalhista, velhas reivindicações do proletariado: férias remuneradas, aposentadoria, pensões para gestantes, jornada de oito horas de trabalho e regulamentação do trabalho do menor. Para racionalizar os conflitos trabalhistas, criou-se a Justiça do Trabalho. Instituiu-se o ensino primário obrigatório e gratuito. Foi admitida a representação classista no Congresso, com a eleição de deputados representantes dos sindicatos de patrões e operários. Essas e outras concessões à classe operária criaram a base para a futura “política trabalhista” que Getúlio e um setor da burguesia desenvolveriam como forma de controle e mobilização de massas.

Polarização Ideológica

O tenentismo, embora moribundo, conseguiu influenciar a Carta de 1934. O destino dos tenentes seria determinado pelas novas correntes de esquerda e direita que se formaram no país a partir de 1934, com o retorno ao regime constitucional. De início, a Constituição, por si só, não foi capaz de acalmar as profundas tensões sociais que os últimos anos haviam despertado, muitas de suas inovações demorariam para serem postas em prática. O amplo capítulo referente às liberdades públicas irritava alguns grupos militares e o próprio Getúlio Vargas, que consideravam a carta "excessivamente liberal" .

Além disso, o Brasil não poderia escapar às novas atitudes políticas em voga no mundo capitalista, conseqüência da Grande Depressão, que substituíram o liberalismo, desaparecido com a crise de 1929.

Uma dessas tendências era o fascismo. Na Itália, os "camisas-negras" de Benito Mussolini haviam tomado o poder em 1922. Na Alemanha, "os camisas-pardas" e as SS de Adolf Hitler, no poder desde 1933, perseguiam judeus e comunistas.

No Brasil, as tendências de direita nacionalista e anticomunista começaram a ter expressão logo depois de 1930, com a Legião de Outubro, de Francisco Campos, o Partido Fascista Nacional, de J. Fabiano, o Partido Nacional Regenerador, do Dr. Sardinha, e outras organizações menores. Alguns tenentes, como Miguel Costa, diziam abertamente que era preciso "acabar com os carcomidos" (velhos políticos), e ao mesmo tempo, "acabar pela força com os comunistas e o nacionalismo conservador, atitudes preconizadas pelo ideário fascista". Plínio Salgado, ex-membro do PRP, ao visitar a Itália de Mussolini, empolgou-se com o fascismo.

Ao voltar ao Brasil fundou, em outubro de 1932, a Ação Intregralista Brasileira (AIB), que incorporou os elementos místicos e irracionalistas da Doutrina Fascista (uniformes - camisas-verdes, símbolos de sigma, imitando a suástica) à defesa das tradições nacionais e da regeneração do país. Seu lema era "Deus, Pátria e Família". Em 1933, os camisas-verdes, na maioria recrutados em alguns setores da classe média, frustrados com a Revolução de 1930 e o declínio do tenentismo, inauguraram no Brasil a violência fascista, com marchas e demonstrações agressivas; tentavam atrair a burguesia arvorando-se "Guardiões da sociedade contra o comunismo", entrando em constantes e violentos choques contra os grupos de esquerda. Alguns capitalistas e latifundiários lhes deram dinheiro, mas a burguesia geral os via apenas como uma arma a mais na luta contra a ascensão da classe operária. Getúlio permitia a atuação dos integralistas: após a aprovação da Constituição (1934), Vargas tinha interesse no fortalecimento de um grupo antidemocrático, defensor do estado autoritário, pois alimentava esperanças de se tornar ditador. Por essa razão, o líder do Estado Novo protegia os comícios realizados pelos integralistas.

Intentona Comunista

Enquanto isso, as esquerdas, ante a ascensão do nazi-fascismo na Europa, adotaram a tática das Frentes Populares, coligação de partidos comunistas, socialistas e social democráticos, todos antifascistas. No Brasil, o crescimento do fascismo também estimulou esse tipo de composição de esquerda, consubstanciado na Aliança da ANL deveu-se à franca ascensão que experimentava o movimento operário nessa época. A liberdade sindical concedida pela Carta de 1934 permitia a organização reivindicatória e política do proletariado. A burguesia, para proteger-se, fez aprovar, em março de 1935, a Lei de Segurança Nacional, restringindo atividades políticas. Vários tenentes protestaram contra essa medida: foram afastados de seus postos ou presos. Com o declínio do tenentismo depois de 1933, os tenentes mais radicais perderam fracamente para a esquerda à exceção dos que acompanharam Plínio Salgado. Luís Carlos Prestes, o último grande líder revolucionário anterior a 1930, havia-se ligado ao Partido Comunista.

Dessa maneira, foi possível aglutinar, numa frente ampla de esquerda, comunistas, socialistas, democratas mais radicais, tenentes e elementos independentes antifascistas. A ANL era uma aliança entre o proletariado e alguns setores da classe média; seus chefes eram os tenentes Hercolino Cascardo, Trifino Correia, João Cabanas e os civis Edgar Bastos, Benjamin Cabelo e outros. Seu presidentes de honra e líder supremo era Luís Carlos Prestes. O programa da ANL era nacionalista e popular: preconizava a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária, a suspensão do pagamento da dívida externa e a instauração de governo popular e democrático. A ANL assustou as classes dominantes pelo seu impressionante crescimento: era, na História do Brasil, o primeiro movimento autêntico de massas, com um programa definido de esquerda. A ANL criou, em quatro meses, mais de 1.600 núcleos, com uma média de 3.000 inscrições por dia. Seus comícios de maio e junho de 1935 foram marcados por violentos choques com os integralistas. O governo, alegando que a agitação deveria ser reprimida, dissolveu a ANL em julho, mas permitiu que a Ação Integralista (que servia a seus propósitos) continuasse a funcionar. Muitas prisões foram feitas, soldados e oficiais foram punidos. Tolhidos em suas ações legais, os líderes da ANL resolveram escolher o caminho da luta armada.

ESTADO NOVO

O governo implantado pela Revolução de 1930 caracterizou-se simultaneamente pelo declínio político da aristocracia cafeeira e pela inexistência de quaisquer classes ou grupos aptos a assumir e a exercer sozinhos o poder: o movimento de 1930 criara um vazio político. Entre 1930 e 1937, o Brasil tornou-se um Estado de compromissos, hesitantes entre as postulações revolucionárias e os obstáculos criados pela existência de um grande número de tendências e interesses antagônicos. Os primeiros anos do getulismo, marcados pela Revolução Constitucionalista de 1932, pelo descrédito popular, pela frágil política do tenentismo, pelo surgimento e crescimento da Ação Integralista Brasileira e pelo movimento insurrecional de 35, foram uma fase preparatória, em cujos sucessivos episódios se verifica uma nova composição das forças em presença (N.W. Sodré). A instabilidade reinante, principalmente após a Intentona Comunista de 1935, favorecia os planos de continuísmo do governo Vargas que se justificariam pela necessidade de impedir a subversão e a guerra civil. Segundo Pedro Calmon, ainda em setembro de 1935, Getúlio Vargas consultara Flores da Cunha sobre as perspectivas e possibilidades de sua eventual permanência no cargo de Presidente da República.

O panorama internacional contribuía para o agravamento das contradições brasileiras; na Europa, surgia o Fascismo e intensificara-se a agitação comunista. A exemplo dos países europeus, o Brasil tornou-se palco de cada vez mais sangrentos conflitos entre esquerdistas e direitistas. A instabilidade reinante e a violência inaudita do levante comunista de 1935 facilitaram as pretensões de permanência no poder que Getúlio Vargas alimentava. Em contrapartida, opunham-se a seus sonhos continuístas:

Flores da Cunha: governador do Rio Grande do Sul que pretendia sucedê-lo e mantinha, em seu Estado, formações paramilitares, os provisórios, para garantir sua posse, se eventualmente fosse eleito.

Armando Salles de Oliveira: candidato paulista à presidência da República, que representava as esperanças de São Paulo de retomar o poder, desta vez legalmente, por meio de eleições, que deveriam realizar-se em fins de 1937.

A Legalidade Institucional, isto é, a existência de uma Constituição e de um Congresso.

Além de Armando Salles de Oliveira, apresentava-se como candidato à presidência da república José Américo de Almeida, ex-ministro da Viação e Obras Públicas, apoiado pelos comunistas, e Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista brasileira, que se proclamou candidato a 24 de maio de 1937. Par Getúlio, restava apenas uma alternativa: evitar as eleições por meio de um golpe ou designar um candidato próprio. Embora preferisse a primeira, Getúlio, de início, dava à opinião pública a impressão de tomar as eleições a sério: chegou mesmo a lançar a candidatura de Macedo Soares, político paulista de enorme prestígio, para abalar as pretensões de Armando Salles de Oliveira. Como São Paulo rejeitasse essa candidatura, por perceber as intenções claras de divisionismo, lembrou-se Vargas de José Américo, antigo tenente paisano e escritor que se popularizara graças a um bom romance lançado pouco antes. (Leôncio Basbaum).

Getúlio, que em fins de 1936 encarregara o professor Francisco Campos de preparar a Nova constituição, necessitava criar um ambiente emocional de conspiração e golpes de Estado que permitisse e justificasse medidas de salvação nacional. Para criar essas condições, Vargas continuou com a providencial ajuda das tétricas revelações contidas no plano Cohen. Tratava-se de um suposto esquema de subversão comunista, descoberto em 1937, que incluía o assassinato de figuras importantes da política brasileira e visava à instalação de um regime esquerdista em nosso país. O documento, que recebeu esse nome devido ao fato de estar assinado pelo tal Cohen, causou estardalhaço na imprensa e pânico na população e na elite da política nacional. Surgiram várias dúvidas sobre a autenticidade do documento. O próprio general Góis Monteiro, figura de proa do governo, acusou Olímpio Mourão de forjar o plano; Olbiano de Melo, secretário-geral da Câmara dos Quarenta, o mais alto órgão político da Ação Integralista, também negou a autenticidade do plano: O documento divulgado não era nada mais nada menos que um decalque, uma adaptação do trabalho do capitão Mourão. De ofensivo, que era o dele (Mourão), o (plano) divulgado oficialmente apresentava-se com o caráter ofensivo, a ser desfechado logo pelos comunistas. (Olbiano de Melo in A Marcha da Revolução Social no Brasil, Edições O Cruzeiro, 1957, pág. 104).

Na verdade, o capitão Olímpio Mourão nada teve a ver com a falsificação de seu documento original, como foi provado, em 1956, por um Conselho de Justificação, requerido pelo próprio Mourão para apurar a verdade sobre o episódio Cohen. Autêntico ou não, o documento serviu a Getúlio: a imprensa e

a população, principalmente as áreas conservadoras, temiam a agitação bolchevique. Faltava-lhe somente conquistar o apoio dos governadores a seu esquema continuísta. Como seu emissário direto, Vargas escolheu o deputado Francisco Negrão de Lima, que visitou todas as capitais obtendo o apoio da maioria dos governadores e prometendo-lhes a permanência geral do status quo. *Alguns, por não merecerem confiança, não foram consultados: Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, Juracy Magalhães, da Bahia, e Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco. Juracy Magalhães e Carlos de Lima renunciaram. Tropas federais foram enviadas ao Rio Grande do Sul a pretexto das comemorações de 07 de setembro: Flores da Cunha, sentindo-se isolado de suas formações paramilitares, refugiou-se em Montevidéu. Com a concordância da maioria dos governadores estaduais, Getúlio tinha o caminho livre para o golpe. Somente um de seus ministros, o titular da Agricultura Odilon Braga, recusou-se a participar do esquema getulista e renunciou ao cargo.*

A 09 de novembro, José Carlos de Macedo Soares, titular do Ministério da Justiça, foi substituído por Francisco Campos, por ordem de Vargas. Imediatamente, numa tentativa de resistência, foi lido na Câmara o Manifesto de Armando Salles de Oliveira às Forças Armadas, que constituía um apelo patético para que garantissem as instituições e o respectivo processo democrático; à noite, o ministro da Guerra foi informado que tal documento seria fartamente distribuído nos quartéis. Sem perda de um minuto, entendeu-se com o presidente; tomadas as medidas militares, que consistiam em fechar as casas do Parlamento e obstar a que elas fossem os que podiam abri-las, amanheceu o dia 10 com a revolução branca triunfante e incontestada. (Pedro Calmon). *O apoio militar, confirmado pela colocação de tropas à frente do Congresso, o apoio dos governadores e o cansaço popular de anos de agitação política permitiram a Getúlio um golpe sem derramamento de sangue. Na manhã do dia 10 de novembro, alguns comandos militares foram substituídos, os governadores passaram à categoria de interventores federais e o "Diário Oficial " publicou a constituição outorgada. Iniciava-se o Estado Novo também chamado de Ordem Nova, Democracia Autoritária, Estado Nacional e muitos outros nomes.*

A Constituição de 1937, que visava à eliminação do Liberalismo, baseava-se na Constituição polonesa de Pilsudsky, daí ter recebido o nome popular de A Polaca. Caracterizava-se o novo documento constitucional pela centralização administrativa e pelas exageradas atribuições conferidas ao Poder Executivo. O presidente seria a autoridade suprema do Estado, que coordena os órgãos representativos de grau superior, dirige a política legislativa de interesse nacional e superintende a administração do país. (Trecho da Constituição de 1937).

A carta do Estado Novo eliminava o federalismo e as bandeiras estaduais e substituía os governadores por delegados do governo federal. Estabelecia, também em suas disposições Transitórias, que seria realizado um plebiscito, através do qual o povo aprovaria ou não a nova Constituição. Esse dispositivo jamais foi cumprido e sequer lembrado. A nova Constituição, que enfeixava nas mãos do Executivo os poderes Legislativo e Executivo, permitia ao governo demitir funcionários por motivos ideológicos e eliminava a independência e pluralidade sindicais. Foi completada pelo decreto de 02 de dezembro de 1937, que dissolvia todos os partidos políticos. A Constituição outorgada encerrou o golpe continuísta de Getúlio, que começara com a decretação de estado de guerra pelo Congresso, a 1º de outubro, para enfrentar a perturbação da ordem, e tivera seu clímax no golpe branco de 10 de novembro.

"Putsch" Integralista

A 08 de outubro de 1932, foi fundada, em São Paulo, a Ação Integralista Brasileira. Seu criador foi Plínio Salgado, nascido em São Bento do Sapucaí. Autodidata, obrigado a abandonar seus estudos regulares aos dezesseis anos, a formação intelectual de Plínio Salgado desde o início esteve impregnada de sentimentos religiosos e nacionalistas (*Flávio Galvão). O líder integralista iniciou sua vida política em nível local; daria prosseguimento a ela como membro do oligárquico Partido Republicano Paulista. Posteriormente, ao mudar-se para São Paulo, foi revisor do órgão do PRP - o "Correio Paulista" - e estabeleceu contatos com um grupo de intelectuais como Augusto Frederico Schimdt, Cassiano Ricardo e Raul Bopp. Participou do movimento de renovação literária do Modernismo em 1922, manifestando suas iniciações nacionalistas. Segundo o professor Hélcio Henrique Trindade, a* evolução de Salgado para a ação ideológica enraizava-se mais profundamente na revolução literária do que nas suas atividades políticas no seio dos partidos tradicionais.

Em abril de 1930, Plínio Salgado, em viagem à Europa, descobriu o Fascismo. Ele próprio confessaria, mais tarde, que o movimento fascista italiano causara grande impressão sobre ele e, ainda na Europa, refletiria sobre a necessidade de dar ao povo brasileiro um ideal que conduza a uma finalidade histórica. Essa finalidade, capaz de levantar o povo, é o nacionalismo, impondo no interior a ordem e a disciplina e impondo no exterior a hegemonia brasileira na América do Sul. (Plínio Salgado). Ao voltar ao Brasil, Plínio Salgado foi bem-recebido pelos revolucionários de 1930, que consideravam suas idéias antiliberais totalmente de acordo com o espírito do movimento revolucionário tenentista. Até 1932, Plínio Salgado exerceu atividades de jornalista, colaborando no jornal "A Razão ", empastelado a 23 de maio de 1932, quando o povo paulista manifestava, nas ruas, sua repulsa à ditadura. O manifesto de outubro de 1932 e a conseqüente criação da Ação Integralista Brasileira, sob forte influência do nazismo alemão e do fascismo italiano, atraíram a atenção e o apoio de importantes elementos das Forças Armadas, da Igreja Católica e das áreas conservadoras. É assim que, apenas um mês depois da divulgação do Manifesto de Outubro, um grupo de acadêmicos da tradicional Faculdade de Direito de Recife lançava também o manifesto, apoiando o movimento interrompido nas terras bandeirantes. (*Hélio Silva).*

*O integralismo, com sua própria mística e liturgia, seu símbolo - o sigma - a saudação "indígena do braço para o ar", o grito "anauê" e as camisas -verdes, foi a versão brasileira dos fascismos euro*peus. Suas características principais eram: o anticomunismo, o anticapitalismo, a defesa da autoridade e da família, a moralização política e o combate cerrado aos partidos políticos em nome da representação profissional. O Estado Integralista repousaria sobre quatro grandes pilares: o grupo biológico - a família; o grupo político - o município; o grupo profissional - a corporação e o grupo espiritual - a Igreja. Pressupunha uma determinada visão do mundo e do homem: "Ser dotado de uma vida racional que deve dominar a vida orgânica, levando-a a uma vida espiritual que é independente de todo determinismo material". (Tristão de Athayde).

O Movimento Integralista opunha-se ao voto universal e direto e defendia uma vida política estreitamente ligada ao municipalismo. O município no Brasil é essencialmente grupo político espontâneo. (Santiago Dantas). Dos fascismos europeus, o integralismo retirou suas maiores características: uma mística de visão e participação política, à qual não faltaram gestos e atitudes esteticistas, até certo ponto inerentes aos movimentos fascistas em todo mundo, como se pode comprovar em certos trechos da carta enviada por Plínio Salgado a Getúlio Vargas a 28 de janeiro de 1938: "... ensinei-lhes a mística da Pátria total. Ao fim de cinco anos, eu e os apóstolos que me seguiam tínhamos conseguido despertar a alma da Pátria; a Independência do Brasil de toda e qualquer influência estrangeira; o culto das tradições e de símbolos nacionais; ... a brasilidade mais pura". (Plínio Salgado)

Não faltam a essa carta traços denotadores de certo romantismo próprio do fascismo. O "filósofo" oficial da Alemanha nazista, o doutor Alfred Rosemberg, dizia, em seu livro do Mito do Século XX, que o nazismo era um romantismo, mas só romantismo de aço. O "filósofo" oficial do integralismo dizia."... todos os nossos sacrifícios eram compensados por coisas bem simples: o uniforme, o simbólico gesto que buscáramos no índio brasileiro, a palavra de saudação também indígena, o sinal matemático (o sigma) tirado do cálculo integral e indicativo da estrela polar austral, que figura na Bandeira do Brasil. Os integralistas amavam estas coisas até o delírio. Basta dizer que nenhum integralista, à hora da morte, seja qual for sua idade, deixa de pedir que o enterrem com uma camisa verde". Também estão presentes nessa carta o ascetismo e o moralismo que caracterizam o Movimento Integralista: Eles (os integralistas) arrancaram milhares de moços das orgias da jogatina, do lupanar, do alcoolismo e das futilidades de uma vida de comodismo e os transformaram em seres saudáveis, otimistas, patrióticos, esportivos, estudiosos e enérgicos. (Plínio Salgado).

Desde a fundação da AIB (Ação Integralista Brasileira) até sua dissolução por Vargas a 03 de dezembro de 1937, os integralistas haviam construído no Brasil mais de 4.000 centros de estudo nacionalistas e de difusão cultural, fundando milhares de escolas de alfabetização, centenas de ambulatórios médicos, lactários, praças de esporte, bibliotecas e cursos profissionais. Possuíam oito jornais diários e cem periódicos.

Uma das mais importantes publicações integralistas era a revista “Anauê”, “rotulada de verde e chancelada pelo sigma”, cujo primeiro número saiu em janeiro de 1935, trazendo um retrato de Plínio: Não deverá faltar nos lares brasileiros o retrato do Chefe Nacional... que cada chefe de família convide seus amigos, vizinhos e parentes e, ao som do hino da pátria, renove o juramento de fidelidade ao Chefe Nacional Plínio Salgado, diante da vida e da morte. (Revista Anauê)

O mais importante órgão político da AIB era a Câmara dos Quarenta, seguida hierarquicamente pela Câmara dos Quatrocentos. Esses órgãos tinham função legislativa e eram responsáveis, com a Chefia Suprema, do Conselho Superior e dos vários secretariados, pela direção do movimento. As mais diversas classes e categorias profissionais estavam representadas na AIB: advogados, professores, dentistas, contabilistas, comerciários, médicos e mesmo operários, agricultores e oficiais das Forças Armadas.

Inúmeros incidentes marcaram a história do integralismo de 1932 a 1938. Eram freqüentes os conflitos entre os integralistas e seus opositores nas ruas das principais cidades brasileiras; muitas vezes foi necessária a presença da polícia para evitar maior derramamento de sangue. A 09 de junho de 1935, em Petrópolis, o operário Leonardo Candu foi assassinado quando assistia a um Comício da Aliança Nacional Libertadora (de orientação comunista), violentamente dissolvido por milícias integralistas. A 26 de setembro do mesmo ano, uma reunião integralista em Bonsucesso foi desmantelada a bala por populares. Apesar desses episódios sangrentos, o integralismo mantinha relações cordiais com Getúlio. Muitos de seus membros encararam o golpe getulista de 10 de novembro de 1937 como uma porta aberta ao domínio (ou pelo menos à colaboração integralista). Os integralistas sentiam-se suficientemente fortes, organizados, disciplinados e bem-estruturados para impressionar e intimidar o ditador. Chegaram a organizar um desfile-monstro em todo o país; o do Rio foi assistido pelo próprio presidente (1º de novembro de 1937). Todo o desfile tinha um ar ao mesmo tempo ingênuo e agressivo, como se já estivesse dominado o país ou em vésperas de fazê-lo. (Leôncio Basbaum).

Vargas chegara a consultar Plínio Salgado pouco antes do golpe de 10 de novembro para certificar-se do apoio ou, pelo menos, da neutralidade integralista. Esses encontros são relatados pelo próprio Plínio Salgado em carta enviada a Getúlio no dia 28 de janeiro de 1938: "Foi nessa ocasião que me procurou o doutor Amaro Lanari. Ele me falou dizendo-se autorizado pelo senhor presidente da República, e me entregou o original de um projeto da Constituição que deveria ser outorgada, num Golpe de Estado, ao país. Estávamos no mês de setembro de 1937. O dr. Francisco Campos, dizendo sempre falar após entendimentos com V. Excelência, pediu o meu apoio para o Golpe de Estado e a minha opinião sobre a Constituição, dando-me 24 horas para a resposta. Pediu-me 24 horas para a resposta. Pediu-me também o mais absoluto sigilo".

Após o golpe de 10 de novembro, Vargas sentiu-se mais forte: sua permanência no poder seria garantida pelo apoio que lhe davam as Forças Armadas e as camadas conservadoras. As milícias integralistas deixaram de lhe ser úteis para se tornarem uma ameaça, pela penetração que tinham em todas as camadas

sociais. O ditador, temendo consequências futuras, decretou a dissolução de seus distintivos, fardas e anauês. Plínio Salgado e seus adeptos, tomados de surpresa pelo fechamento de sua organização, passaram à propaganda oculta e transformaram a AIB em um clube "Cívico-recreativo". Os integralistas da avenida Niemeyer, um quartel-general guarnecido de sentinelas fardados, lembrando o ninho da águia, que o nazismo criara nos montes verdes (nome popular dos integralistas) foram perseguidos pela polícia de Getúlio; vários núcleos do movimento foram invadidos pelas forças de segurança, que neles apreenderam grandes quantidades de armas, símbolos, panfletos e farto material de propaganda.

Desesperados, alguns mentores integralistas, ao que parece sem o conhecimento e concordância dos chefes, planejaram e tentaram um golpe, sob a liderança do médico Belmiro Valverde e de um oficial do Exército, o tenente Severo Fournier, cuja filiação ao integralismo parece ser bastante discutível. Na madrugada de 11 de maio de 1938, desencadeou-se um ataque contra o Palácio Guanabara, onde residia o ditador. Um grupo de civis, marinheiros e fuzileiros navais conseguiu transpor os portões do jardim e metralhar o interior do palácio. Simultaneamente, o general Canrobert da Costa, assessor do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, foi aprisionado pelos revoltosos, "os quais não souberam o que fazer com ele". Também o Ministério da Marinha foi atacado; ante a inesperada resistência, os integralistas se retiraram. Os sitiados do Palácio Guanabara, entre eles Getúlio e sua filha Alzira Vargas, procuraram resistir com revólveres e tentaram pedir socorro: surpreendentemente, as linhas telefônicas estavam cortadas; só funcionava uma linha secreta ligada diretamente a uma delegacia de Polícia. Essa, situada a 100 metros do Palácio, prometeu reforços, que chegaram com cinco horas de atraso. Muitos revoltosos foram presos e fuzilados, não se sabe se antes ou depois de desarmados.

Foram feitas várias acusações a Benjamin (vulgo Beijo) Vargas, irmão de Getúlio. Com o fracasso da tentativa, o tenente Severo Fournier fugiu e asilou-se na Embaixada italiana, provocando uma questão internacional: a Embaixada se recusou a entregar o asilado.

Fournier conseguiu entrar na sede diplomática oculto na mala do automóvel dos capitães Manoel Aranha, Paiva, Lacerda e Maia. A embaixada permanecia envolta em um anel de ferro dos policiais de Filinto Muller. A cabeça de Fournier valia 100.000 cruzeiros. Quando os investigadores viram um auto com tantos capitães do Exército, deixaram-no passar. Lá dentro, Fournier pulou da mala em atitude desafiadora. O embaixador italiano, Vicente Lajacono, botou as mãos na cabeça: "Estou desgraziato", lamentava-se em mau português. Telegrafou imediatamente a Mussolini. Esse, que tinha uns 20 milhões congelados no Brasil, respondeu: "Troque o homem pelo dinheiro".

O governo do Brasil aceitou. Dois coronéis do Exército procuraram convencê-lo a se render ao Exército ou à polícia: 'Escolha, Fournier". O chefe dos rebeldes escolheu: "Quero sair com uma arma na mão. (David Nasser). Finalmente, acreditando nas promessas de Vargas, o pai do tenente demoveu-o da idéia de resistir e convenceu-o a entregar-se. Fournier, após escrever uma carta isentando o embaixador italiano de culpa, foi para a prisão; abandonado, sem tratamento, pouco depois morreria de tuberculose pulmonar, adquirida no cárcere. Plínio Salgado, que não participou da intentona, acompanhou o movimento pelo rádio. Testemunhas oculares falaram de seu entusiasmo diante das primeiras notícias e de seus rasgados elogios a Belmiro Valverde. No entanto, suas expectativas não se confirmaram. Os ataques falharam um a um; Plínio soube do fracasso também pelo rádio. Mais tarde, alegaria que aquela não era a "sua" Revolução. Mesmo assim, após ter recusado a paternidade do movimento abortado, seguiu melancolicamente para o exílio.

O Brasil na Segunda Guerra Mundial

Após os fracassos dos golpes comunistas e integralistas, Getúlio exerceu absoluto controle sobre o país. Criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), para controlar a imprensa e censurar o que podia ou não ser publicado. Esse organismo especial, além de censurar a imprensa, orientava a opinião pública e fazia propaganda pessoal do ditador. O DIP só permitia a publicação de notícias favoráveis ao Estado Novo, redigidas pelos próprios colaboradores. Não eram publicadas notícias de greve ou prisões; nem mesmo informações de caráter policial sobre crimes comuns eram isentas de censura. O noticiário internacional era rigorosamente controlado: o DIP manifestava especial predileção pelos telegramas que narravam as vitórias de Franco na Espanha e as de Hitler na Polônia e outros territórios europeus. Os triunfos do Eixo-Roma-Berlim-Tóquio eram ruidosamente festejados pelo DIP.

As vitórias dos fascismos europeus nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial entusiasmavam os círculos estadonovistas. A 11 de julho de 1940, data da derrocada francesa, o ditador pronunciou um célebre discurso, manifestando evidente simpatia pelas potências totalitárias : *Sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio... uma nova era começa. Torna-se necessário remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis.* (Getúlio Vargas).

A imprensa, subvencionada pelo DIP, saudava com entusiasmo a nova era. (Leôncio Basbaum). A espionagem nazista penetrava no Rio de Janeiro e no Sul do Brasil: na costa brasileira, espiões alemães instalavam e operavam radiotransmissores para informar os movimentos dos navios aliados aos submarinos teutônicos.

Inicialmente, o Estado Novo procurou manter em equilíbrio suas relações diplomáticas e comerciais com o exterior. O ditador empenhou-se em aumentar as exportações; novamente a Europa foi o principal mercado consumidor de nossos produtos. Concomitantemente, aumentaram o valor e o volume dos capitais europeus introduzidos no Brasil. Com a Segunda Guerra Mundial, essa política de equilíbrio se alterou. As exportações sofreram sensível queda e a importação foi praticamente eliminada. Como já acontecera na Primeira Guerra Mundial, desenvolveu-se um esforço industrial para atender o mercado interno, já bem mais amplo e diversificado, que exigia suprimentos para a indústria de bens de produção. *A indústria brasileira entrou em novo surto de desenvolvimento. Graças à guerra, a vida econômica brasileira entrou em novo equilíbrio provisório. A indústria brasileira não será solicitada unicamente pelo mercado interno; alguns de seus setores mais desenvolvidos e habilitados (como em particular o de tecidos de algodão) encontrarão também alguns mercados externos, como nos países da América Latina e na África do Sul às voltas com as mesmas dificuldades de abastecimento que nós. Os próprios Estados Unidos se tornam grandes importadores de tecidos brasileiros. A exportação de tecido constituirá um elemento ponderável de reforçamento de nossa balança comercial, chegando a figurar em segundo lugar na pauta das exportações, depois do café* (Caio Prado Jr.)

Nesse período, o Brasil enfrentou grandes privações, motivadas pelo declínio das importações. Os fornecimentos europeus, suspensos devido ao conflito, foram impedidos também pela intensidade da guerra submarina, que diminuiu e abalou consideravelmente o tráfego marítimo. As privações assumiram proporções alarmantes, com a drástica redução das importações de petróleo e derivados: a falta de combustível forçou a adaptação dos motores de explosão ao consumo de gases pobres, daí a produção de gasogênios. As importações e o consumo de trigo também sofreram sensível corte; o Brasil tentou superar a carência de combustíveis devastando matas para extrair lenha e carvão vegetal. Alguns setores das classes proprietárias enriqueceram com a extraordinária valorização da propriedade imobiliária, principalmente a urbana. Essa valorização foi causada pela diminuição do poder aquisitivo da moeda e o espantoso crescimento das cidades, reflexo do êxodo das populações rurais para as concentrações urbanas; nessas, surgira grande número de fábricas em decorrência da expansão da indústria brasileira. *Em consequência do aumento da exportação e declínio das importações, desaparece momentaneamente o sintoma mais expressivo pelo qual se manifestavam as contradições de nosso sistema econômico, a saber, o desequilíbrio crônico da balança de pagamentos exteriores.* (Caio Prado Jr.)

A entrada dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial, após o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, levou o Brasil a declarar guerra às potências do Eixo. A 29 de janeiro de 1942, o Ministério do Exterior publicava o comunicado: Foto de Getúlio e Roosevelt. texto: “O governo brasileiro tomou as necessárias providências, a fim de que os representantes dos países com os quais foram suspensas as relações diplomáticas e econômicas possam continuar sua vida nas cidades onde residem, sem qualquer constrangimento”. Essa liberalidade do governo brasileiro, que facilitou e até incentivou as atividades de espionagem da Alemanha, foi “retribuída”com a atividade dos submarinos germânicos, que afundaram 37 navios brasileiros. De 15 a 17 de agosto de 1942, cinco navios brasileiros da Marinha Mercante (14.822 toneladas brutas) foram a pique: o Baependi, o Itajiba, o Araraquara, o Aníbel Benévolo e o Araras. O total de perdas foi de 125.535 toneladas e mais de mil homens. Os ataques alemães provocaram a indignação popular. O povo, em efusivas manifestações de rua, exigia a declaração de guerra. A 22 de agosto, Vargas declarou guerra à Alemanha e à Itália. Ainda em 1942, foi criado o Território Federal de Fernando de Noronha como ponto de apoio à defesa do litoral brasileiro. Em 1943,

foram criados cinco novos territórios federais nas regiões fronteiriças dos Estados a que pertenciam: Rio Branco, separado do Amazonas; Amapá, do Pará; Ponta Porã, do Mato Grosso; Guaporé, do Amazonas e Iguaçu, do Paraná e Santa Catarina (Iguaçu e Ponta Porã foram, mais tarde, extintos).

De início, o apoio militar brasileiro limitou-se ao fornecimento de bases navais e aéreas no Nordeste. Além disso, a frota brasileira auxiliou na vigilância do Atlântico Sul, dando cobertura aos navios que levaram materiais estratégicos para os aliados. A 16 de junho de 1944, desembarcou em Nápoles o primeiro escalão da FEB (Força Expedicionária Brasileira), sob o comando do general Zenóbio da Costa. Esse foi seguido de mais quatro escalões com os quais formou-se a Primeira Divisão Brasileira na Europa (25.000 homens). A FEB, sob as ordens de seu comandante-chefe, general João Batista Mascarenhas de Moraes, dirigiu-se ao norte da Itália para participar da ofensiva dos Estados Unidos; deixaram 451 companheiros mortos nos campos de batalha de Camaiore, Monte Castelo, Castelnuovo, Montese e Fornovo. O núcleo da FEB, cujo emblema era “a cobra fumando”, era formado por uma das unidades da elite do Exército Brasileiro, o regimento Sampaio. Além da FEB, o Brasil enviou à Itália o 1º grupo de Caça da Força Aérea Brasileira, sob o comando do Major Nero de Moura.

A Redemocratização

A participação brasileira na luta contra os totalitarismos nazi-fascistas nos campos de batalha europeus revelou um paradoxo: jovens brasileiros morriam para livrar o mundo de regimes que, guardadas as devidas proporções, eram muito semelhantes ao regime ditatorial getulista.

Em 1943, como prova do desejo geral de que o país voltasse à normalidade democrática, foi publicado o Manifesto dos Mineiros, cujos signatários foram severamente punidos pelo governo. “Tratava-se (O manifesto dos Mineiros) apenas de um lamento de um grupo de banqueiros desgostosos com a desapropriação das ações de um banco”. “Porém, em meio ao silêncio ditatorial, o gemido dos banqueiros ecoou como um grito”. “No dia 22 de fevereiro de 1945, o senhor José Américo, antigo chefe revolucionário, ex-ministro do senhor Getúlio Vargas e que fora candidato à sua sucessão em 1937, dá a um grande jornal incisiva entrevista, chamando pelas eleições”. (José Maria Belo). Essa primeira brecha no sólido bloqueio da censura do DIP provocou o surgimento, em número cada vez maior, de vozes oposicionistas que, paulatinamente, tornavam-se mais audaciosas. As Forças Armadas entenderam que a mudança era imperiosa: o Estado Novo não servia mais como solução política para o Brasil. Em abril de 1945, o general Góis Monteiro, um dos artífices do estado Novo, ao voltar de uma missão diplomática no Uruguai, declarou à imprensa que retornava para “acabar com o Estado Novo”. Em fins de 1944, o próprio ditador, percebendo a mudança, encarregou seus ministros de sugerir as providências de caráter prático para a consulta nacional”. A 28 de fevereiro de 1945, foi publicada uma emenda constitucional que regulava “o alistamento e as eleições para a presidência da República, governadores estaduais, Parlamento Nacional e Assembléias Legislativas”.

Por volta de março e abril de 1945, começaram a se formar novos partidos: o Partido Trabalhista Brasileiro, que reunia os apaziguados do Estado Novo, a União Democrática Nacional, reduto dos mais acirrados oposicionistas de Getúlio, e o Partido Social Democrata, representante das tradicionais oligarquias estaduais, cujo sustentáculo era o coronelismo agrário; outros como o Partido Libertador, do Rio Grande do Sul, o Partido Comunista Brasileiro, então legalizado, e o Partido de Representação Popular, de Plínio Salgado, que reagrupou os integralistas. Em abril de 1945, foi decretada ampla anistia política, iniciando a fase de redemocratização do país. Mesmo assim, muitos adeptos do getulismo, ainda fiéis àVargas, decidiram realizar uma campanha, com sede no Partido Trabalhista Brasileiro, visando à permanência do ditador na Presidência da República. O “slogan” da campanha - “queremos Getúlio”- valeu-lhe o nome de queremista. Getúlio resolveu testar as possibilidades de continuísmo. Um dia resolve dar uma mexida no caldeirão fervente. Se tudo corresse bem, não haveria problemas. (Leôncio Basbaum). A 29 de outubro de 1945, nomeou seu irmão Benjamin (Beijo) Vargas para o cargo de chefe de polícia. Alegaria mais tarde que tomara tal medida contra uma conspiração da UDN (União Democrática Nacional). Esta foi a última provocação: os generais Góis Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e Cordeiro de Farias, entre outros oficiais do Exército, movimentaram carros de combate e tropas, depuseram o ditador.

O Governo do Ministro José Linhares (1945/46)

O governo foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, de origem cearense, magistrado de carreira, alheio às atividades político-partidárias.

Seu governo, meramente circunstancial, não pôde empreender reformas ou formular um programa de ação: a manutenção da ordem interna, a normalidade dos serviços públicos e a realização de eleições, não só para a nova Assembléia Nacional Constituinte, foram suas principais realizações.

A Assembléia Constituinte que promulgou a Constituição de 1946 foi integrada pelos deputados e senadores eleitos a 02 de setembro de 1945. Promulgada a 16 de setembro de 1946, a nova Carta não era muito diferente da de 1934. Foram mantidos os princípios do federalismo e do presidencialismo, com algumas ressalvas. Deu-se maior prestígio e fortaleceu-se o governo da União em relação ao estados e procurou-se incentivar o comparecimento dos ministros de Estado ao Congresso para responder a interpelações, evitando-se o presidencialismo estrito. Como forma de governo, foi estabelecida a República Federalista, dividida em vinte Estados; cada uma das unidades da Federação poderia suprir lacunas da Constituição Federal por meio de Constituições próprias. Fiel aos princípios liberais, a Constituição de 1946 procurou resguardar os direitos fundamentais e as liberdades mínimas do homem. Firmou os princípios da inviolabilidade da correspondência, da livre manifestação do pensamento, da liberdade de associação para fins lícitos, do direito de defesa, da liberdade de crença, do direito de propriedade e subordinou, pela primeira vez, a propriedade privada aos interesses da coletividade. Aos municípios foram assegurados a autonomia e os recursos necessários para seu desenvolvimento. No âmbito judiciário, criou-se o Tribunal Federal de Recursos. A Constituição de 1946 procurou, como reflexo das novas condições sociais, proteger a economia popular: os crimes contra a economia do povo passaram a ser considerados crimes contra o Estado.

57_29

República Liberal Populista

Governos Militares 01 a 12

A PRESIDÊNCIA DO GENERAL EURICO GASPAR DUTRA (1946/51)

Às eleições presidenciais de 02 de dezembro de 1945 concorreram: pela UDN, o Brigadeiro Gomes, símbolo do liberalismo e da resistência à ditadura; pelo PSD e PTB, esse último temeroso da candidatura udenista e seu ferrenho opositor, o general Dutra, numa tentativa de conciliação entre os restos do estadonovismo e a democracia nova. O Partido Comunista também apresentou seu candidato, o engenheiro Yeddo Fiúza, que conseguiria 600.000 votos entre os cinco milhões de eleitores. A vitória do general Dutra, com 1.200.000 votos de vantagem sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes, pode ser explicada pelo apoio dado ao general pelos proprietários agrícolas, os coronéis, e pela existência da máquina estatal getulista. Os primeiros temiam o “risco das experiências sociais” udenistas, isto é, o abandono do campo pela cidade; os getulistas sabiam que a vitória do Brigadeiro seria sua absoluta destruição como força política. O general Dutra, em sua gestão, seguiu uma política conservadora; procurou dar tranqüilidade social e intangibilidade à estrutura econômico-social do Brasil. Sua posse se deu a 31 de janeiro de 1946. Fora Ministro de Guerra de Vargas e um dos principais artífices de sua deposição. No plano político, procurou unir os partidos de centro e formar “uma muralha contra o perigo vermelho”. Em seu governo, o Brasil rompeu relações com a União Soviética e o Partido Comunista Brasileiro foi colocado na ilegalidade: os mandatos de seus deputados e do senador Luís Carlos Prestes foram cassados.

Seu governo iniciou sob a pressão da inflação. O papel-moeda e o crédito cresceram descontroladamente, diminuindo o poder aquisitivo do povo e provocando uma assustadora alta de preços.

Os primeiros anos da gestão recordavam a época do Encilhamento no início da República Velha. *"Fundavam-se diariamente novas companhias por ações para explorar petróleo, grandes usinas siderúrgicas, imensas fábricas de alumínio, que desapareciam antes de começar a funcionar, ao mesmo tempo que os espertos incorporadores começavam a vender ações de porta em porta e cada pequeno funcionário, cada empregado do comércio, cada entregador de pão, cada empregada doméstica já se via recebendo lucros e dividendos por ações que não valiam o papel em que estavam impressas."(Leôncio Basbaum). Ainda no plano econômico, durante a presidência do general Dutra, as importações, que haviam cessado devido à Segunda Guerra Mundial, aumentaram extraordinariamente.*

As causas desse fenômeno foram a necessidade de reposição do material desgastado e não substituído durante o conflito europeu e o enriquecimento de alguns setores da população, beneficiados pela intensa especulação que caracterizou a vida financeira do Brasil no período Vargas. "Isto é facilmente verificado na pauta das importações, em que se destacam os gêneros e artigos suntuários, sem outra significação que a de alimentarem o bem-estar e luxo das classes possuidoras." (Caio Prado Jr.). No fim da gestão Dutra, o café, acompanhando a alta geral de preços das matérias-primas e gêneros alimentares, experimentou considerável valorização. "O ano de 1950 trará para o Brasil um saldo comercial vultuoso reequilibrando-se, em conseqüência, as contas externas do país." (Caio Prado Jr.)

Na política exterior, Dutra consolidou a aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, colaborando ativamente na tarefa de aproximação continental, através da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1947, a cidade de Petrópolis sediou a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e Segurança no Continente, prestigiada pela presença do Presidente dos Estados Unidos da América, Harry Truman. Nessa ocasião, assinou-se o Tratado de Assistência Recíproca e criou-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A administração Dutra realizou ainda importantes obras: a pavimentação da rodovia Rio-São Paulo (Via Presidente Dutra), a abertura da rodovia Rio-Bahia e a instalação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que iniciaria o aproveitamento da energia hidráulica fornecida pela cachoeira de Paulo Afonso. "A pasta da Agricultura intensificou a campanha do trigo nacional, melhorando a situação do abastecimento do Distrito Federal e de todo o país." (José Maria Bello). Para a maioria dos historiadores, o período Dutra foi "uma cura de convalescença", lembrando, nesse sentido, a gestão Wenscelau Brás, imediatamente posterior ao agitado período Hermes da Fonseca.

O retorno de Getúlio Vargas à presidência da República foi possível devido ao surgimento de novas lideranças na vida política brasileira durante o período Dutra. O general procurou, em vão, unir os partidos democráticos em torno de um candidato comum à sua sucessão. Vários nomes foram apontados, graças às costumeiras rivalidades e ambições pessoais de grupo e mesmo regionais. A UDN apresentou novamente como candidato o Brigadeiro Eduardo Gomes, acusado de ser "antipovo" e de ter chamado os pobres e operários de "marmiteiros". O PSD, seguindo a velha estratégia político-eleitoral de escolher candidatos de estados ricos e influentes, indicou Cristiano Machado, antigo político mineiro e membro dos quadros pessedistas. Outros nomes foram cogitados: Adhemar de Barros que desfrutava de enorme prestígio pessoal em São Paulo, Plínio Salgado e até um membro do minúsculo Partido Socialista, João Mangabeira. "A divisão dos partidos e suas indecisões permitiam a possibilidade de uma outra candidatura - a de Getúlio Vargas, pelo PTB." (José Maria Bello)

Inicialmente, o ex-ditador não acreditou na vitória; não confiava na força do PTB, por isso procurou um aliado em São Paulo: Adhemar de Barros, que possuía grande força eleitoral no PSP (Partido Social

Progressista). “A rota aérea São Paulo-Rio Grande do Sul tornou-se mais freqüentada. Litros de saliva foram gastos em conversações para atrair o candidato Adhemar de Barros a uma combinação.” (Leôncio Basbaum)

O esquema foi encontrado: aliaram-se o PTB e o PSD, ambos representantes do populismo; um membro do PSP, Café Filho, seria o companheiro de chapa de Getúlio, disputando a vice-presidência. Em contrapartida, os governos dos territórios, a prefeitura do Rio de Janeiro, alguns ministérios e todos os cargos de livre nomeação do presidente seriam ocupados por membros do PSP. Além disso, combinou-se também que a mesma máquina eleitoral populista que se formara apoiaria Adhemar nas eleições de 1955. O PSD, reconhecendo o dinamismo da candidatura Vargas, ordenou à sua máquina eleitoral que apoiasse o antigo ditador para não perder suas posições governamentais. A 03 de outubro de 1950, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, vencendo com extrema facilidade seus concorrentes: Eduardo Gomes, Cristiano Machado e João Mangabeira. “A UDN é mais uma vez derrotada e o PSD, com sua hábil manobra de sacrificar seu próprio candidato, continuava no governo.” (Leôncio Basbaum)

SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951/54)

Getúlio, limitado pela Constituição de 1946, não era o mesmo homem. “O feiticeiro havia envelhecido e suas mágicas já não impressionavam”. Ao assumir o poder procurou desenvolver, segundo suas próprias palavras, “uma política de rígido saneamento financeiro, base da recuperação econômica”, mas aconteceu exatamente o contrário: a importação cada vez mais desenfreada de artigos de luxo e a insensata acumulação de estoques na previsão de uma possível generalização da guerra da Coréia, que faria aumentar novamente as exportações, consumiram o resto das divisas brasileiras. A inflação desordenada tomou conta do país, ocasionando uma prosperidade de fachada, um orgiástico desregramento dos costumes e um ostensivo desejo de luxo e exibição por parte das elites dominantes. Simultaneamente, iniciou-se uma intensa pregação nacionalista, que se propagou e se firmou como a bandeira de redenção da pátria. A campanha nacionalista, iniciada no período 1949/1951, com o slogan “o petróleo é nosso”, provocou, durante a gestão constitucional de Vargas, o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo, através da Petrobrás, totalmente fechada à participação de estrangeiros. Até brasileiros, se casados com estrangeiros, não podiam ser acionistas da companhia petrolífera nacional.

Em seu quatriênio constitucional, um dos mais agitados da História do Brasil, Getúlio procurou consolidar sua política de aproximação com as massas. Uma de suas primeiras medidas foi a fixação do salário mínimo. Um dos principais executores dessa política de aproximação com o povo foi o jovem ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart. Jango, como era chamado pelo povo, intervinha diretamente nos sindicatos, através dos pelegos, seus olheiros nas organizações trabalhistas que se mantinham às custas dos impostos sindicais. Entre as realizações positivas de Getúlio, incluem-se a expansão da Siderúrgica de Volta Redonda e da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso. Algumas de suas medidas protecionistas e a inflação estimularam o desenvolvimento de indústrias urbanas, principalmente em São Paulo e no Rio. Em algumas regiões do país, como, por exemplo, no norte do Paraná, houve incremento da produção agrícola, proporcionado mais pela conquista de novas terras do que pelo maior rendimento das terras exploradas.

A oposição a Getúlio aumentava; o Brasil estava em péssima situação econômica e proliferavam boatos de que Vargas, apoiado na simpatia das camadas populares, tentaria o golpe e a instauração no Brasil de uma República Sindicalista, nos moldes da ditadura de Juan Domingo Perón na Argentina. Além da acusação de procurar introduzir o justicialismo (nome dado ao movimento peronista), corriam rumores, muitas vezes verdadeiros, sobre mal versações de toda a natureza, peculatos, enriquecimentos ilícitos e estranhos financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil a apaniguados do ex-ditador. Em 1954, Getúlio tinha contra si boa parte do povo: seus eleitores perceberam que o salário mínimo não resistia à inflação; a UDN, outros grupos partidários e a quase totalidade das Forças Armadas faziam-lhe oposição cerrada.

Tomaram-se as primeiras medidas militares contra os escândalos que abalavam a autoridade de Vargas. Um documento de oficias do Exército - o Manifesto dos Coronéis - forçou o ex-ditador a demitir João Goulart do Ministério do Trabalho, sob a direção de ser o grande inspirador do justicialismo brasileiro, da eventual implantação de um governo semelhante ao de Perón no Brasil. A exoneração de Jango não eliminou, entretanto, a inquietação geral, e contribuiu para aumentá-la. Na madrugada de 05 de agosto de 1954, o jornalista e deputado Carlos Lacerda, diretor do vespertino carioca “Tribuna da Imprensa”, líder da UDN, acompanhado de um oficial da Força Aérea Brasileira, o major Rubem Florentino Vaz, ao descer do automóvel à porta do edifício onde morava, foi alvejado a tiros. Em conseqüência do crime da rua Toneleros, como ficou conhecido o atentado, o major Vaz morreu e Lacerda ficou ferido. Um grupo de oficiais da aeronáutica resolveu antecipar-se à polícia e descobrir a identidade dos criminosos. O grupo de pistoleiros que atacara Lacerda e assassinara o major Vaz obedecera a ordens de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do Presidente da República. Gregório “tinha poderes e influência quase iguais aos de um ministro, dentro do governo... vários políticos, inclusive alguns generais, haviam tido conhecimento prévio da emboscada e a haviam estimulado. Descobriu-se ainda que vários destes guarda-costas eram selecionados entre eufiões, bicheiros, traficantes de toda a espécie, era o que então se chamou de rio de lama.” (Leôncio Basbaum)

As forças armadas exigiram a renúncia de Vargas. Na tarde do dia 23 de agosto de 1954, essa solução foi proposta a Getúlio, mas ele recusou. Um manifesto assinado por oficiais do Exército exigia, senão a renúncia, pelo menos um afastamento temporário do Presidente da República. A noite de 23 de agosto transcorreu num ambiente de vigília e tensão. O ex-ditador parecia inclinado a concordar com o afastamento temporário, com o que não mais concordavam os militares. Na madrugada do dia 24 de agosto, Vargas retirou-se para seus aposentos e, às 8 da manhã, suicidou-se com um tiro no peito. “Horas, todo um dia, de angústia na cidade, no país estarrecido... largamente se divulgaria a derradeira mensagem do presidente suicida, ou, como seria classificada, o seu testamento político.” (José Maria Bello). O suicídio evitou o pior, a ordem pública foi mantida. O vice-presidente, Café Filho assumiu a presidência da República. Getúlio fora colocado ante uma opção extremamente difícil: ou se apoiava nas camadas populares, ou fazia o jogo de seus próprios inimigos. Apoiar-se em bases populares significaria a criação de enormes forças oposicionistas, apoiar-se nas camadas conservadoras seria sua destruição política. Seu suicídio marcou “o fim de uma época, o fim de uma política”.

A CRISE DE 55

Após a morte do presidente Vargas, assumiu a presidência da República o vice-presidente João Café Filho, líder do PSP, que fora eleito graças ao acordo firmado entre Ademar de Barros e Getúlio Vargas. Em seu ministério havia elementos ligados à UDN.

A maioria dos membros do gabinete era conservadora: Eugênio Gudin, adepto de uma política ortodoxa (Fazenda), almirante Amorim do Vale (Marinha) e Brigadeiro Eduardo Gomes (Aeronáutica); antigetulistas, o general Henrique Teixeira Lott (Guerra), desvinculado das áreas políticas do Exército, Cândido Mota Filho (Educação) e Raul Fernandes (Relações Exteriores). A designação de Alencastro Guimarães, líder dissidente do PTB, para o Ministério do Trabalho, demonstrou, entretanto, que o novo governo tinha certos laivos populistas. Em sua gestão presidencial, Café Filho deixou claro que considerava seu governo um hiato na vida política brasileira e procurou, acima de tudo, garantir a realização de eleições. O primeiro teste (no sentido de manter a legalidade) que Café Filho enfrentou foi as eleições para o Congresso realizadas a 03 de outubro de 1954. Os resultados revelaram sensível crescimento do PSD e ligeiro enfraquecimento do PTB e da UDN. “O resultado indicava que quem quer que fosse eleito presidente em 1955 enfrentaria um congresso com a mesma perplexidade política substancial daquele que Vargas havia enfrentado.” (Thomas Skidmore)

Além de seus propósitos de realizar eleições para a presidência, Café Filho tomou medidas de estabilização econômica. Eugênio Gudin, ministro da Fazenda, procurou diminuir os déficits governamentais e combater o processo inflacionário. Inicialmente, Gudin restringiu as reservas monetárias e estabeleceu que metade de todos os novos depósitos dos bancos comerciais deveriam ser recolhidos na SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), órgão monetário do governo, dirigido por Otávio Gouveia de Bulhões. Vários bancos, principalmente em São Paulo, foram à falência, estabelecendo-se então um início de pânico. A política econômica governamental, além de seus efeitos drásticos na área bancária, provocou séria crise nas indústrias paulistas. O governador de São Paulo, Jânio Quadros, foi obrigado a negociar com o Presidente da República uma alteração nas medidas econômicas, visando a aliviar a política de restrição de créditos sustentada por Gudin. Este, em sinal de protesto, temeroso de que seu programa antiinflacionário tivesse “caído em desgraça”, demitiu-se. Foi substituído pelo banqueiro paulista José Maria Whitaker, que procurou abrandar a campanha antiinflacionária de seu antecessor.

Café Filho conseguiu relativo sucesso no campo da estabilização de preços. O aumento do custo de vida no Rio de Janeiro, que fora de 26% em 1954, caiu para 19% em 1955. Além disso, o Brasil, por meio de cortes radicais nas importações, conseguiu equilibrar sua balança de pagamentos e liquidar mais de 230 milhões de dólares de dívidas. Entretanto, o governo não tinha condições, pelo seu próprio caráter interino, de manter, por muito tempo, sua política financeira de grandes restrições.

Para a sucessão procurou-se, inicialmente, um candidato de "união nacional", inutilmente. Movimentaram-se as áreas políticas getulistas e antigetulistas. O primeiro partido a escolher candidato foi o PSD: o médico Juscelino Kubitschek de Oliveira, governador de Minas Gerais, foi apontado na convenção do partido (fevereiro de 1955).

Em abril de 1955, confirmando rumores que haviam deixado em pânico os antigetulistas, realizou-se uma aliança eleitoral. Kubitschek para presidente e João Goulart, antigo ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, para vice-presidente. Em maio, Adhemar de Barros, "com os olhos voltados para o palácio presidencial, que no seu entender lhe fora prometido na barganha eleitoral com Vargas em 1950", também se declarou candidato. Em junho, a UDN desistiu de seu candidato inicial, Etelvino Lins, lançou o antigo tenente Juarez Távora, chefe da Casa Militar do Governo Café Filho. Távora, também indicado pelo Partido Democrata Cristão (PDC) fora importante aliado de Vargas nos idos da Revolução de 1930, mas havia rompido com o regime do ditador em 1937. Nessa oportunidade, deixara o país para tornar-se adido militar no Chile, e após 1945, identificara-se com os militares anti-Vargas, atuara na Cruzada Democrática e chegara a ser comandante da Escola Superior de Guerra. Completou o quadro de candidatos à presidência da República o ex-chefe nacional do integralismo, Plínio Salgado.

A campanha eleitoral baseou-se nos conflitos entre o moralismo udenista, temeroso de um retorno ao getulismo, e a pregação desenvolvimentista em Kubitschek. "Na convenção nacional da UDN, em junho, o líder João Agripino pintou um lúgubre retrato do abuso da liberdade no Brasil" e sugeriu que seria melhor "viver limpo num cárcere do que livre nesta podridão." (Thomas Skidmore). Kubitschek procurou apelar, em sua obstinada defesa da industrialização acelerada, para as classes empresariais e, a fim de garantir o processo eleitoral, para os sentimentos democráticos da classe média e do Exército.

A 03 de outubro de 1955, os eleitores sufragaram os nomes de Kubitschek e Goulart. O Governador de Minas, que só obteve grande votação em seus estado natal, foi eleito pela maioria: obteve 33% dos votos contra 30% conseguidos por Juarez Távora. Devido à pequena diferença entre Juscelino e os demais candidatos ocorreram rumores de que as eleições seriam anuladas. Algumas áreas antigetulistas, lideradas por Carlos Lacerda, procuraram impedir a posse de Kubitschek e Goulart: publicaram um documento, a "Carta Brandi", procurando provar que João Goulart mantivera contatos com Perón visando à compra de armamentos para equipar uma milícia operária no Brasil. A UDN, sustentando que, segundo a Constituição os candidatos vencedores deveriam ter maioria absoluta, tentou impedir a posse dos eleitos, levando o caso à Justiça Eleitoral. A medida não surtiu efeito e as áreas anti-Vargas desesperaram.

A tensão começou a crescer a 1º de novembro de 1955, quando foi enterrado o general Canrobert Pereira da Costa, um dos líderes da deposição de Vargas de 1954. Nessa ocasião, o coronel Jurandir Bizarria Mamede, um dos signatários do Manifesto dos Coronéis em 1954, defendeu e justificou o impedimento dos candidatos eleitos. Atacou os políticos que usavam a pseudo-legalidade imoral e corrompida para justificar seus apetites de poder e mando. A oração fúnebre, nitidamente política, irritou o ministro da

Guerra, o general Lott, que resolveu punir Mamede. O pronunciamento do coronel era um desafio às tentativas de Lott de evitar as vinculações políticas do Exército. Na manhã de 03 de novembro, Café Filho, vitimado por um ataque cardiovascular, foi forçado a transferir os poderes presidenciais. A 08 de novembro, o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, adversário de Kubitschek dentro do PSD, assumiu inteiramente a presidência da República. O novo Presidente se recusou a concordar com a punição de Mamede e, como represália, a 10 de novembro, substituiu Lott pelo general Fiúza de Castro, na Pasta da Guerra.

No dia 11 de novembro de 1955, Lott ordenou que as forças do Exército ocupassem prédios públicos, estações de rádio e os principais jornais. Carlos Luz foi obrigado a pedir refúgio num cruzador, o Tamandaré, ao lado de vários ministros de seu governo e de Carlos Lacerda. A belonave, após disparar contra as baterias instaladas na baía da Guanabara, dirigiu-se para Santos; seus ocupantes planejavam instalar um governo em São Paulo. O Congresso entrou em sessão. No mesmo dia, a Câmara dos Deputados legitimou a posse de Nereu Ramos, presidente do Senado, na presidência da República, embora sem votar o impedimento de Carlos Luz. Uma semana depois, a 21 de novembro, Café Filho, já convalescente, anunciou sua disposição de reassumir a presidência. Novamente, o Exército interveio, repetindo-se a mobilização militar e os desfiles de tropas e tanques pelas ruas do Rio. No dia seguinte, a Câmara dos Deputados confirmou Nereu Ramos como presidente até a posse de Kubitschek e votou o estado de sítio por trinta dias, prazo que seria prorrogado em dezembro.

“Em termos de conflito político, as lições de novembro foram notáveis. A oposição liberal, que aparentemente ganhara tanto com a morte de Vargas, em agosto de 1954, perdeu todas as possibilidades de um caminho extralegal para o poder a curto prazo. Os militares esforçaram-se por se afastar da tentação de impor sua própria opinião aos políticos. A intenção de Lott era garantir as regras do processo eleitoral, porém a ironia de sua devoção à legalidade repousara no fato de que essa mesma legalidade teve de ser garantida pelo ato arbitrário do golpe militar. O resultado foi que se criou uma nova divisão no meio da oficialidade, a divisão entre o movimento de 24 de agosto e o grupo de 11 de novembro.” (Thomas Skidmore)

GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956/61)

Juscelino tomou posse a 31 de janeiro de 1956. Sua gestão, vivia sob o signo da confiança, tornou-se conhecida pelas realizações econômicas. Procurou justificar, enquanto presidente, seu slogan que prometia, “50 anos de progresso em 5 anos de governo”. Indubitavelmente, o Brasil, de 1956 a 1961, apresentou um efetivo crescimento econômico, cuja base foi a expansão da produção industrial. Durante o governo Kubitschek, o Brasil atingiu alta taxa de crescimento, graças ao grande mercado interno, à capacidade suficiente de recursos em áreas-chave do país e à disposição de homens de negócios estrangeiros para investir no Brasil.

Juscelino procurou incentivar de várias maneiras as firmas estrangeiras interessadas em operar no Brasil. Seu governo isentou-se da necessidade de cobertura cambial externa para importar equipamentos, desde que fossem associados a empresas brasileiras. Procurou fomentar, com ajuda governamental, as operações e investimentos dos setores privados: estabeleceu grupos executivos em indústrias como a automobilística e a de aparelhos elétricos. O desenvolvimento nacionalista de Juscelino não repousou somente na empresa privada: seu governo empreendeu uma série de investimentos públicos, principalmente nos setores da produção de energia e no sistema rodoviário. Além disso, estabeleceu contatos com as agências internacionais de empréstimos, a fim de obter investimentos públicos externos para poder operar na área pública interna.

O símbolo do desenvolvimento de Juscelino foi a nova capital do país, a cidade de Brasília, inaugurada a 21 de abril de 1960. Construída no Planalto Central, em território antes pertencente ao Estado de Goiás, Brasília, exemplo da arrojada arquitetura de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, concretizou a previsão de uma nova capital da Constituição de 1891. No setor agrário, Juscelino amparou decididamente os plantadores de café, permitindo altas periódicas nos bônus pagos aos exportadores.

Além disso, Juscelino, bem treinado na escola política do PSD mineiro, não se preocupou em alterar as estruturas da propriedade rural, conquistando assim a simpatia dos latifundiários. Uma das razões de seu sucesso foi a adoção, por seu governo, de uma política de aumentos salariais, assim, a classe trabalhadora, que poderia ter sido foco de agitações e problemas políticos, aquietou-se. Suas metas econômicas provocaram, porém, o agravamento da situação inflacionária. O ambicioso programa de industrialização do Brasil fez com que o país apresentasse, em 1957, um déficit de 286 milhões de dólares. Acentuava-se também a espiral ascendente do custo de vida. “Entre janeiro e agosto de 1958, o custo de vida subiu 10% no Rio de Janeiro.” A situação econômica obrigou a renúncia do ministro da Fazenda, José Maria Alkimin, que foi substituído por Lucas Lopes. Este estabeleceu um programa de estabilização da moeda e combate inflacionário. O interesse de Kubitschek no plano de estabilização financeira foi avivado por pressões internas e estrangeiras.

O processo inflacionário desestimulava a poupança interna e os credores externos pediam provas de que o Brasil estava tomando providências no sentido de acelerar o pagamento de suas dívidas. “O principal índice de opinião externa era o Fundo Monetário Internacional, cuja aprovação para qualquer plano de estabilização social era essencial. A aprovação americana para a solicitação de empréstimos de 300 milhões de dólares dependia da concordância do FMI.” (Thomas Skidmore)

Os empréstimos eram indispensáveis ao programa desenvolvimentista de Juscelino. Apesar do desgaste

político que o programa antiinflacionário acarretaria, o Presidente foi favorável à estabilização, mas prometeu impedir a estagnação econômica. Nasceu no Brasil uma controvérsia sobre a estratégia adequada ao desenvolvimento. Formaram-se três correntes: o nacionalismo radical, apoiado pela extrema esquerda; o nacionalismo desenvolvimentista, sustentado pelo Presidente da República, e o neoliberalismo, defendido pelos direitistas, que consideravam a situação brasileira propícia à instalação do "comuno-nacionalismo". Juscelino, ante o dilema de optar entre suas metas desenvolvimentistas e a estabilidade econômica, preferiu as primeiras. Recusou-se a aceitar os argumentos de Lucas Lopes e apresentou-se como líder do nacionalismo brasileiro; falando no Clube Militar, afirmou ser o Brasil já adulto. "Não somos mais os parentes pobres, relegados à cozinha e proibidos de entrar na sala de visitas". Confiante nos telegramas de congratulações e manifestações de apoio que recebera, substituiu Lucas Lopes por Sebastião Paes de Almeida na pasta da Fazenda, consumando-se assim a derrota dos "entreguistas".

No plano político, Kubitschek foi obrigado a várias concessões para impor ao povo brasileiro seu desenvolvimento. O primeiro obstáculo que o Presidente enfrentou foi a revolta de um grupo de oficiais direitistas da Força Aérea, que se estabeleceram na Base Aérea de Jacareacanga, na Amazônia (1956). Após o fracasso da revolta, liderada pelo então major Velloso, Juscelino concedeu anistia geral aos implicados no movimento.

Sempre atento aos reclamos dos militares, o Presidente atendeu a seus pedidos de melhores vencimentos e procurou reequipar as Forças Armadas. Em dezembro de 1956, comprou para a Marinha o porta-aviões Minas Gerais e remodelou-o totalmente. Empenhou-se também em tranqüilizar os anticomunistas por meio de repetidas declarações e de uma política externa totalmente de acordo com o chamado mundo livre. Suas medidas anticomunistas, como o fechamento do Sindicato dos Trabalhadores Portuários, foram contrabalançadas por atitudes antidireitistas, como a apreensão do jornal "Tribuna da Imprensa" em agosto de 1956. Kubitschek procurou eliminar os radicalismos e apoiar-se nas opiniões "centristas" da maioria das Forças Armadas. Seu sucesso deveu-se também a seus bem-sucedidos contatos com os governadores estaduais e com o Congresso, cujos elementos hostis ao desenvolvimento, principalmente os udenistas, estavam em minoria.

No plano internacional, Juscelino obteve grande êxito com o estreitamento das relações Brasil-Estados Unidos. Sabia que grande parte de seu esforço desenvolvimentista dependia do apoio do capital e do governo dos Estados Unidos. Propôs em carta ao presidente Eisenhower o programa Operação Pan-americana, destinado a promover o desenvolvimento econômico da América Latina a longo prazo. Sua idéia, de início, foi recebida friamente, mais tarde, tornar-se-ia uma das bases da Aliança para o Progresso, idealizada pelo presidente John Kennedy. Os propósitos reais da ambiciosa Operação Pan-americana eram o estabelecimento de acordos favoráveis quanto ao preço dos produtos primários e à obtenção de empréstimos das autoridades governamentais.

Na área interna, Kubitschek enfrentou, simultaneamente, o início da radicalização política no campo (surgimento das primeiras Ligas Camponesas) e o crescimento do populismo. O Brasil passara, desde 1945, por um surto de progresso material. Sua população crescera, nesse período, de 45 para 70 milhões de pessoas, a industrialização provocara um enorme êxodo rural e grande contingentes populacionais haviam-se estabelecido nas grandes cidades. Os líderes populistas, como Leonel Brizola, prometiam às massas uma fatia maior do "bolo" da prosperidade nacional e uma política econômica nacionalista como resposta à presença maciça de investimentos estrangeiros, facilitados pela Instrução nº 113, da SUMOC, que autorizava a importação de equipamentos sem cobertura cambial. Os sinais do despertar político popular, tanto no campo quanto na cidade, assustavam os grandes proprietários rurais, as Forças Armadas e a classe média urbana, temerosa quanto a seu futuro num período de rápidas transformações. Além disso, a inflação estava servindo como catalisador das insatisfações populares e seria habilmente aproveitada pela oposição nas eleições de sucessão presidencial, a 03 de outubro de 1960.

Em meio à inflação, ao desenvolvimento e ao início das radicalizações políticas, apareceu com grande força política o governador de São Paulo, Jânio da Silva Quadros. Iniciou sua carreira política como vereador, passando, em seguida, a prefeito da cidade de São Paulo. Em 1954, desmontou a máquina eleitoral ademarista ao vencer as eleições para governador do Estado. Apresentava-se ao público como "apolítico", capaz, pela habilidade administrativa, de promover uma mudança radical nos hábitos e costumes políticos. "Dirigia seu apelo aos eleitores da classe média e média baixa, para os quais sua capacidade de administrador honesto e eficiente em São Paulo parecia quase miraculosa. A atração que poderia exercer sobre os eleitores da classe trabalhadora sustentava-se no desafio aos padrões de vestiário da classe média e nas dramáticas demonstrações de independência pessoal." (Thomas Skidmore). Para enfrentar o "outsider" Jânio Quadros, o indivíduo em oposição ao "sistema", as áreas governistas escolheram o general Lott. Apesar de sua inexperiência política, Lott foi apontado como candidato pela aliança eleitoral PSD-PRB. A UDN, seguindo o apelo feito por Carlos Lacerda na convenção de novembro de 1959, apoiou Jânio, o único homem que, por seu carisma, poderia destruir o esquema governamental, procurando-se colocar acima das estruturas partidárias convencionais; foram fundados, com absoluta tolerância do candidato comitês Jan-Jan, que faziam campanha em favor de Jânio para presidente e de "Jango" Goulart, elemento governista e companheiro de chapa de Lott, para vice-presidente.

A 03 de outubro de 1960, Quadros obteve 48% da votação, Lott 28% e Adhemar de Barros, em sua segunda tentativa presidencial, 23%. João Goulart foi eleito vice-presidente, vencendo Milton Campos, a personificação da UDN, por pequena margem de votos.

"A primeira conclusão a tirar de resultado das eleições é que o povo, na realidade, não votou a favor dessa ou daquela corrente política, desse ou daquele partido. Votou apenas contra. Votou contra o custo de vida, contra o governo e tudo que ele representava, contra a inflação, contra a corrupção e os escândalos financeiros..." (Leôncio Basbaum). A UDN, abalada pela derrota de seu candidato à vice-presidência, percebeu que a vitória de Jânio não era propriamente sua: revelava mais a decomposição do PSD do que um pretenso entusiasmo udenista do povo brasileiro.

A PRESIDÊNCIA DE JÂNIO QUADROS (1961)

Em seu discurso de posse, a 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros enfatizava seu principal inimigo: a crise financeira. Seu governo lançou prontamente um programa de combate à inflação: reformou o sistema cambial, reduziu os subsídios para importações e investiu no setor exportador, a fim de superar as deficiências nessa área e desenvolveu drástica restrição financeira, através da limitação de créditos, congelamento de salários e corte dos subsídios à importação, visando o saneamento econômico. Essas medidas entusiasmaram os credores estrangeiros. Foi anunciada a concessão de novo empréstimo, de mais de 2 milhões de dólares. Além disso, Jânio contava com a simpatia do governo dos Estados Unidos, sob a presidência de John Kennedy, que parecia inaugurar uma nova política americana para a América Latina. No entanto, o entusiasmo externo não era acompanhado pelo interno. O rigoroso programa antiinflacionário encarecera a gasolina, o pão e os transportes e provocara a desaprovação geral de trabalhadores, consumidores e empresários. Após seis meses de administração, Quadros, convencido do desgaste político provocado pelo severo programa de estabilização, resolveu abandonar sua política de austeridade e tornou-se receptivo às teses desenvolvimentistas. Jânio pretendeu combater a insuficiência e corrupção da administração pública de maneira totalmente inadequada: enviava "bilhetinhos" a todas as repartições, querendo controlar o aparelho administrador através da imposição de sua personalidade aos negócios públicos.

Ainda no plano interno, Quadros, que sempre procurara se colocar acima do partidos, sofreu desgaste. Suas campanhas moralistas afetavam não só o pessoal administrativo, mas também os antigos detentores do poder. Imediatamente após assumir o governo, deu início a uma série de investigações sobre os escândalos financeiros das gestões anteriores. Em maio de 1961, veio a público um relatório sobre eventuais irregularidades no trato dos fundos da Previdência Social. Na "tramóia", estariam envolvidos, além do vice-presidente João Goulart, elementos da antiga aliança governista PSD-PTB. "Quadros poderia a curto prazo pensar em obter prestígio entre a classe média, com sua cruzada de honestidade e eficiência burguesa. Mas, a longo prazo, teria de lutar com o Congresso." (Thomas Skidmore), cuja maioria era composta por elementos do PSD e do PRB. Além disso, suas atitudes desenvolvimentistas preocupavam a UDN. As bases políticas de Jânio, no entanto, foram definitivamente minadas pela orientação imposta às questões relativas aos negócios exteriores. Com o apoio de Afonso Arinos de Melo Franco, ministro das Relações Exteriores, procurou levar o Brasil a uma "política externa independente". Atitudes como a defesa da não-intervenção americana em Cuba, apoio à participação da China Comunista na ONU e, principalmente, a condecoração de Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul irritaram os conservadores e as Forças Armadas. Na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda, "o mais descontraído porta-voz da UDN", acusou o ministro da Justiça, Oscar Pedroso d'Horta, de preparar um golpe, no sentido de serem ampliados os poderes do Presidente da República. "O significado mais amplo do desafio de Lacerda a Quadros está na maneira pela qual os problemas da política externa tinham invadido a política interna. Através de sua política externa independente, Quadros começara a identificar-se com a posição nacionalista." (Thomas Skidmore). Essa era vista, pela classe média e pelos militares anticomunistas, como antiamericano e populismo de esquerda. A 25 de agosto, Jânio submeteu sua renúncia ao Congresso e as Forças Armadas apoiaram a continuação de seu governo. O Congresso, contrariando suas expectativas, prontamente aceitou a renúncia.

A CRISE DA RENÚNCIA E O PARLAMENTARISMO

O vice-presidente João Goulart encontrava-se em viagem pela China comunista quando da renúncia do presidente Quadros. A Constituição de 1946 o apontava, pelo artigo 79, como sucessor legal do Presidente. Na ausência de Goulart, de acordo com o preceito constitucional, assumiu a chefia do governo o deputado Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara. A 28 de agosto, o Presidente interino remeteu ao Congresso uma mensagem dos ministros militares - general Odílio Denys (Guerra), brigadeiro Moss (Aeronáutica) e almirante Sílvio Heck (Marinha) - informando que o retorno de João Goulart ao país seria "inconveniente à segurança nacional". O Congresso, entretanto, negou-se a vetar a posse de Jango. Os ministros militares esperavam impedir Goulart de assumir a presidência e realizar novas eleições no prazo de sessenta dias.

A crise tornou-se pública quando o general Machado Lopes, comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, exigiu a posse do sucessor legal; o país estava à beira da guerra civil.

"O Rio Grande do Sul estava pronto para a luta. Além disso, o comandante do III Exército tinha o apoio de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de João Goulart. Brizola também organizou rapidamente demonstrações populares em Porto Alegre, em apoio ao seu conterrâneo. Uma cadeia de estações de rádio pró-Jango, intitulada Voz da Legalidade, foi imediatamente mobilizada a fim de galvanizar a opinião do resto do Brasil." (Thomas Skidmore).

As dissidências na área militar e o surgimento, na opinião pública, de uma corrente "legalista", que defendia o direito constitucional de Jango de assumir a Presidência, levaram o Congresso a uma solução de improviso para contornar a crise. A 02 de setembro de 1961, foi votado um Ato Adicional à Constituição de 1946: foi instaurado o sistema parlamentarista de governo no Brasil, com poderes limitados, Goulart tomou posse da Presidência da República a 07 de setembro de 1961.

JOÃO GOULART: FASE PRESIDENCIALISTA

Jango, como era conhecido popularmente o Presidente, procurou nos primeiros meses de governo sossegar a oposição conservadora e dela ganhar respeito.

O primeiro gabinete parlamentarista era formado por membros da maioria dos partidos. O PSD, ainda majoritário, recebeu quatro ministérios, incluindo o cargo de Primeiro-Ministro, que coube a Tancredo Neves, ex-ministro da Justiça de Getúlio Vargas.

Até mesmo a UDN, arquiinimiga de Jango, foi "presenteada" com dois Ministérios. Para consolidar sua posição política, Goulart foi a Washington, discursou no Congresso dos Estados Unidos e manteve longo contato com o presidente Kennedy (abril de 1962). No plano interno, foi atraído pela campanha esquerdista em favor das reformas de base. Em discurso pronunciado a 1º de maio de 1962, Jango pediu a reforma agrária, aderindo publicamente, ainda que apenas de maneira parcial, aos planos do populismo de esquerda.

Em junho de 1962, Tancredo Neves renunciou. San Tiago Dantas, então ministro do Exterior, foi apontado por Jango para o cargo de Primeiro-Ministro. Mobilizaram-se as áreas políticas e os grupos de pressão: a UDN não aceitava o petebista San Tiago, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria entrou em greve geral. Jango apontou, então, o prof. Francisco de Paula Brochado da Rocha para formar o novo governo. A Câmara concordou; Brochado da Rocha comprometeu-se a iniciar um programa antiinflacionário, a manter a política exterior "independente" e procurou abreviar o prazo estabelecido no Ato Adicional para a realização de um plebiscito, que deveria decidir a continuação ou não do sistema parlamentar, previsto para 1965. "Havia um amplo apoio, tanto no centro quanto na esquerda, em favor de um pronto retorno ao sistema presidencial. Quase todos os observadores, independente de sua opinião política, concordavam que o Brasil necessitava de um poder executivo federal forte. Essa havia sido a lição desde 1930." (Thomas Skidmore)

O general Dantas Ribeiro, comandante do III Exército (Rio Grande do Sul), telefonou às autoridades federais, informando-as que não poderia garantir a ordem se o povo se levantasse contra a recusa do Congresso em marcar o plebiscito dentro de um prazo relativamente curto. Em setembro de 1962, Brochado renunciou e Hermes Lima, conhecido socialista, foi nomeado Primeiro-Ministro. Dias após a renúncia de Brochado, o Congresso marcou o plebiscito para 6 de janeiro de 1963: o povo brasileiro votou esmagadoramente contra o parlamentarismo e a favor da volta do sistema presidencial. Após o plebiscito que devolveu a João Goulart os poderes que lhe haviam sido retirados pelo Ato Adicional, radicalizaram-se as posições. Os antijanguistas mais radicais, que conspiravam desde 1962, pregavam um golpe militar que estabelecesse um regime discriminatório para impedir o povo brasileiro de cair sob as garras da demagogia "jango-síndico-comunista". Os líderes dessa corrente eram os antigos ministros da Guerra, general Odílio Denys, e da Marinha, almirante Sílvio Heck; no plano civil, Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal "O Estado de São Paulo". Outros setores antijanistas, reunidos na Frente Patriótica Civil Militar, procuravam substituir a corrupção janguista pela mobilização autêntica das massas. "Além da Frente Patriótica, os militares anti-Jango podiam contar com um novo e bem financiado movimento de homens de negócios paulistas, que tinha como centro o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, ou IPES, fundado em 1961. Este grupo começou com o objetivo de mobilizar "o sentimento puro e democrático" contra os esquerdistas em torno de Jango." (Thomas Skidmore)

Haviam formado inúmeras frentes radicais de esquerda: o Comando Geral de Greve, O Pacto Sindical de Unidades de Ação, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as diversas alas do extinto Partido Comunista. O mais destacado líder do radicalismo esquerdista era Leonel Brizola, deputado federal pelo PTB da Guanabara. Enquanto se consolidava o extremismo, uma série de decretos abalaria a opinião pública conservadora. Em novembro de 1961, a Câmara dos Deputados votou uma lei restringindo as remessas de lucros das empresas internacionais. Pouco depois, em fevereiro de 1962, Leonel Brizola, ainda governador do Rio Grande do Sul, expropriava a companhia telefônica local, propriedade da International Telephone and Telegraph Co. Cedendo à pressão esquerdista, em fins de dezembro de 1963, Goulart decretou o monopólio estatal da importação de petróleo e derivados. Ainda no mês seguinte, Jango regulamentaria definitivamente as remessas de lucros para o exterior e, no comício de 13 de março de 1964, daria início à reforma agrária. Essas medidas transformaram a política nacional em uma onda de choques, pois muitos políticos e parte da classe média estavam ligados aos sistemas manipulados pelo capital internacional e pelo latifúndio.

A irritação militar aumentou quando irrompeu no país, já marcado por greves e agitações populares, uma série de levantes nos escalões inferiores das Forças Armadas, entre os quais a rebelião dos sargentos em Brasília (12 de setembro de 1963). Os revoltosos, algumas centenas de sargentos, fuzileiros e soldados da Marinha e da Aeronáutica tentaram assumir o controle do governo, isolaram a capital de qualquer comunicação com o resto do país e chegaram a prender o Presidente da Câmara dos Deputados e um Ministro do Supremo Tribunal Federal. “Essa experiência impressionou profundamente os parlamentares conservadores. Se uma rebelião de sargentos tão mal coordenada podia ser tão eficiente, que dizer de um golpe militar vindo de cima?”(Thomas Skidmore).

A rebelião evidenciava a crescente esquerdização dos elementos inferiores das Forças Armadas. Sabia-se que "os cabeças" da revolta mantinham contato com os líderes mais radicais da CGT. O oficialato, agastado pela quebra de disciplina, via com crescente suspeita a atitude dúbia e neutra do Presidente da República em relação aos rebeldes. João Goulart parecia estar preparando seu próprio golpe contra os processos constitucionais.

O governo de João Goulart, orientado para a realização de amplas reformas sociais e econômicas, encarregou Celso Furtado, criador da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), de preparar um plano que viabilizasse o rápido desenvolvimento econômico e simultânea estabilização dos preços. O programa de Celso Furtado, apoiado pelo ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, preconizava a necessidade de uma ação simultânea para combater a inflação e obter alto índice de crescimento. O governo pretendia reduzir o índice de inflação a 10%, mantendo a taxa de crescimento a 7%. “O declínio na taxa de crescimento seria, do ponto de vista social, bem mais negativo que o desenvolvimento presente, com todas as suas deficiências.” (Celso Furtado). O plano de Celso Furtado e San Tiago Dantas reduziria a inflação através do financiamento contínuo do investimento público em alto nível, não por meio de emissões da moeda, mas pela criação de pesados impostos para os mais ricos. Além disso, era defendida a necessidade de assegurar a capacidade de importação por meio de um refinanciamento da dívida externa do país. “Em muitos aspectos, o plano era uma maneira, relativamente ortodoxa, de encarar o perene problema da inflação. Sua novidade consistia na ênfase ao encarar as medidas antiinflacionárias como parte de um programa global de planejamento econômico e social.” (Thomas Skidmore).

Apesar do plano, os preços continuaram a subir, em março de 1963, o índice inflacionário aumentou em 9%, provocando um acréscimo, para os três primeiros meses do mesmo ano, de 16%. A política salarial do governo contribuiu para o descrédito do programa antiinflacionário. A administração Goulart, por interesses políticos, determinava continuamente polpudos aumentos de salários e vencimentos. O fracasso do programa de San Tiago Dantas e Celso Furtado provocou a nomeação do moderado Carvalho Pinto para o Ministério da Fazenda. O ex-governador paulista teve de enfrentar, além do altíssimo índice da inflação, o problema da desastrosa situação do balanço de pagamentos. Os débitos do Brasil no exterior somavam 3 bilhões de dólares.

Correram rumores de que o Brasil declararia uma moratória; seriam suspensos todos os pagamentos até 1965. Os boatos provocaram pânico entre os credores externos e uma severa advertência do “New York Times” de que o Brasil só “mereceria ajuda depois de dar provas concretas de estar cumprindo a sua promessa de deter a inflação”. Carvalho Pinto, após lutar em vão para negociar a dívida externa brasileira, foi substituído, em dezembro, por Nei Galvão. O novo Ministro da Fazenda deparou-se com a inflação acelerada, com o custo de vida elevando-se a 81% e com o déficit orçamentário descontrolado. O governo procurou, em pânico, reformar a estrutura da taxa de câmbio e atacar diretamente o problema do aumento dos gêneros de primeira necessidade. No caso dos produtos alimentícios, a fiscalização seria exercida pela SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento). A catastrófica situação levava a crer que Jango perdera totalmente o controle. Enquanto isso, a oposição procurava reforçar à opinião pública a idéia de que o Presidente deliberadamente fomentava o caos econômico, preparando-se para um golpe continuísta.

A atmosfera política, já carregada de boatos sobre conspiração e golpes, tornou-se mais instável com o lançamento de cinco candidaturas à Presidência da República. O primeiro era o eterno candidato Adhemar de Barros, ultrapassado líder populista, que esperava satisfazer suas ambições presidenciais através da força de seu eleitorado de São Paulo. O segundo era Juscelino Kubitschek, cujos planos de retorno já eram conhecidos desde 1961. O terceiro elemento do páreo eleitoral era Carlos Lacerda, que fora deputado federal e era, naquele momento, governador do Estado da Guanabara. Jornalista brilhante e hábil administrador, Lacerda, antijanguista radical, atraía o eleitorado centrista, desapontado com os fiascos Jânio Quadros e João Goulart, e os temerosos latifundiários. O quarto candidato era o governador mineiro, Magalhães Pinto, rival de Lacerda nas hostes udenistas. O quinto aspirante ao poder era o governador esquerdista de Pernambuco, Miguel Arraes.

Goulart, que primava pela indefinição, foi vítima do otimismo esquerdista. Seus conselheiros radicais, como Samuel Wainer do jornal “Última Hora”, Darci Ribeiro, chefe da Casa Civil, e Raul Riff, chefe do

serviço da Imprensa da Presidência da República, pressionavam-no para que tomasse medidas extremas. Segundo eles, todos os problemas do Brasil, notadamente os econômicos, estavam relacionados à espoliação do país por forças ocultas internas e inimigos externos. Os radicais sugeriam a Jango atitudes inequívocas, como a intimidação ou fechamento do Congresso e a realização de uma série de comícios monstro. Uma dessas concentrações foi marcada para o dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, reduto do lacerdismo.

"Os preparativos indicavam que aquela não seria uma concentração política como as outras. O local, cuidadosamente escolhido, era a enorme praça em frente à principal estação ferroviária do Rio de Janeiro. Semanas antes, o governo mobilizou os que deviam tomar parte na concentração. Os trabalhadores da Petrobrás, das refinarias do estado do Rio de Janeiro e os elementos de vanguarda dos sindicatos operários seriam transportados à custa do governo. Ao aproximar-se o instante de seu comparecimento, Jango ficou nervoso. Desejava chegar à concentração depois dos oradores que deviam precedê-lo. Chegou a tempo de ouvir o seu cunhado Leonel Brizola eletrizar a multidão. Chegou finalmente a vez do Presidente. Fortalecido pela presença dos chefes das Casas Civil e Militar, Darci Ribeiro e Assis Brasil, assinou dramaticamente dois decretos. O primeiro nacionalizava todas as refinarias de petróleo particulares. O segundo era o da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), declarando sujeitas à desapropriação todas as propriedades que ultrapassassem 100 hectares localizadas numa faixa de 10 quilômetros à margem de 30 hectares quando situadas nas zonas que constituem bacias de irrigação nos açudes públicos federais." (Thomas Skidmore)

O comício de 13 de março foi uma grande vitória dos radicais que cercavam o Presidente. A concentração fortaleceu o excesso de confiança da esquerda, que perdeu a capacidade de avaliação das reais condições de sua força. "Foi como se o desejo se tornasse a concretização da realidade". Os conspiradores anti-janguistas passaram ao ataque. A 20 de março, Castelo Branco enviou um memorando a seus subordinados. Nesse documento, além de mencionar o comício de 13 de março, atacou a proposta brizolista de se formar uma assembléia constituinte. Também na área civil se iniciou a mobilização. No dia 19 de março, realizou-se em São Paulo uma passeata pública, com a presença de mais de 500.000 pessoas, que demonstrava a oposição da burguesia paulista ao comício de 13 de março e a tudo que ele significava.

A ação militar contra Jango precipitou-se com a determinação do ministro da Marinha, almirante Mota, de prender o marinheiro José Anselmo. Em sinal de protesto, mais de mil marinheiros e fuzileiros navais se revoltaram a 26 de março na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Os radicais que assessoravam o Presidente convenceram-no a demitir Mota e nomear, como novo Ministro, um velho almirante reformado, Paulo Rodrigues. O novo Ministro concedeu ampla anistia aos rebeldes e deixou claro que, com o apoio da presidência, estava disposto a romper a disciplina militar. A demissão do Ministro da Marinha foi o sinal para a deposição de João Goulart. A 29 de março, foi marcada a data para a derrubada do presidente e a 02 de abril seria realizada nova manifestação popular contra o governo, no Rio de Janeiro, como se fizera em São Paulo. No entanto, o discurso-suicida pronunciado pelo presidente Goulart na noite de 30 de março, numa reunião de sargentos no Automóvel Clube, apressou a movimentação militar. A fala de Jango, ultrapassando os limites da prudência, levou o general Olímpio Mourão Filho a ordenar que suas tropas, sediadas em Juiz de Fora, marchassem para o Rio de Janeiro. A sorte de Jango foi selada pela adesão do general Amauri Kruel, comandante do II Exército, enviando tropas para deter as de Mourão, mas os blindados de Kruel também se insurgiram. Na noite de 1º de abril, Goulart viajou para Porto Alegre, onde

foi apenas esboçada uma tentativa de reação. A 04 de abril, Jango pediu asilo político ao Uruguai. Pouco antes, o senador Auro de Moura Andrade declarava vaga a Presidência da República, foi empossado como presidente em exercício Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados.

MECANISMOS BÁSICOS QUE REGERAM A VIDA NACIONAL DESDE 1945

O Brasil, até fins do século XIX, era um país de estrutura social bem definida; em um pólo, situava-se uma camada dominante de fazendeiros e, em outro, uma enorme massa rural (esta fundamentalmente servil, vivendo em nível de subsistência e sem qualquer participação política ou econômica). No interior desse quadro simplificado, a classe média era um pequeno estrato, que se desenvolveria gradualmente em virtude do processo de urbanização da segunda metade do período imperial.

A primeira fase da emergência da classe média terminaria em fins da década de 20, quando a crise da estrutura oligárquica levou à destruição da República Velha e ao surgimento de um novo tipo de Estado. De fato, a Revolução de 30 traria modificações irreversíveis para o país:

- *enfraquecimento progressivo da oligarquia rural.*
- *a conquista do aparelho de Estado por representantes da burguesia e da classe média.*

Resumindo, é o deslocamento do núcleo do poder da oligarquia agrária para a classe média urbana.

Antes de prosseguirmos, devemos esclarecer o significado da expressão classe média: a denominação média - ou pequena burguesia - tinha, no século XIX, um significado bem restrito, compreendia os proprietários de pequenos meios de produção (o vendeiro, o boticário, o lojista - como dizia-se na época). Em síntese, a pessoa que operava seu capital em pequena escala, normalmente com a ajuda de um reduzido número de empregados e da própria família (o “cara” que juntava um “tutuzinho” e estabelecia-se por conta própria).

Nas sociedades contemporâneas surge, graças à complexidade crescente dos meios técnicos e da vida econômica, um novo tipo de classe média, composta por pessoas que exercem funções para as quais estão habilitadas, ou por diploma universitário, ou através de escola de formação técnico-profissional (burocratas públicos ou privados, engenheiros, advogados, administradores de empresas, etc.). Em suma, gente que não empata capital em um pequeno negócio, mas cujo "investimento inicial" é um diploma, sinal distinto de capacidade técnica específica, possibilitando a ocupação de um cargo em um dos níveis das diversas burocracias que caracterizam a vida moderna.

Em 1930, quando toma o poder revolucionariamente, a classe média brasileira, embora ainda constituída, em sua grande maioria, por pequenos proprietários, já possuía um certo número de administradores e técnicos burocráticos. É claro que com a progressiva industrialização do país esse último grupo acabaria por tornar-se dominante (você já deve ter notado isso: antigamente, mamãe dizia para o "filhinho": "Faça um pé-de-meia", "abra um "negocinho". Hoje, ela diz: "Estude, pegue um diploma, trabalhe numa boa companhia, de preferência estrangeira").

O que mais aconteceu após a Revolução de 30?

- *Transformações do Brasil em um Estado Moderno (estrutura administrativa mais complexa, operada, como vimos, pelos setores médios).*
- *Aceleração do processo de industrialização.*

O Brasil no século XX - principalmente após a Primeira Guerra Mundial - conheceu inúmeros movimentos armados, atos isolados de violência, motins, golpes e contragolpes. Esses acontecimentos resultaram das tensões provocadas pela transição de uma civilização agrária para uma urbano-industrial. Com efeito, a industrialização, gerando novos padrões políticos, econômicos e culturais, levaria à dolorosa (e sangrenta) ruptura com a "sociedade tradicional" (a fábrica foi responsável pelo enterro do Brasil arcaico).

Para melhor compreendermos o impacto da industrialização, precisamos definir as três etapas do seu desenvolvimento.

Primeira etapa

Formação do setor industrial, dentro de uma economia do tipo semicolonial (economia semicolonial = relativa independência política e dependência econômica).

Até 1930, como sabemos, a economia brasileira estava organizada de acordo com o modelo "agroexportador". Era a cafeicultura que simbolizava o padrão de desenvolvimento nacional. Por esse motivo, foram precisamente as crises do setor cafeeiro, aliadas a acontecimentos externos, como, por exemplo, o primeiro conflito mundial, que incentivaram a produção fabril. Exemplifiquemos: a redução do consumo internacional de café ou a baixa dos preços externos (o que dá no mesmo) diminuíram os lucros dos cafeicultores. Então, o Governo Federal desvalorizava a moeda (os nossos pobres mil-réis), de modo que o produtor de café continuasse recebendo um mesmo volume de renda monetária, em número nacional. Dessa forma, ele (o cafeicultor) tinha menos prejuízo e continuava fazendo a única coisa que sabia: produzir café. Como você deve ter percebido, o aumento relativo do câmbio (mais dinheiro brasileiro em troca da mesma quantidade de divisas estrangeiras) diminuía a capacidade importadora do país. Em conseqüência, surgiram fortes estímulos para as indústrias de transformação. Além disso, o café,

graças à experiência acumulada em sua produção, beneficiado pelo interesse “protetor” do poder público (“política de valorização do café”) e responsável pela “respeitabilidade” financeira do Brasil no exterior, sempre foi o “grande fiador” de toda e qualquer outra atividade econômica em nosso território. Portanto, direta e indiretamente, o capital agrícola foi a base dos primeiros surtos da industrialização (capital agrícola = fundamento do capital industrial).

Segunda etapa

Implantação do modelo substituição de importações.

Em virtude da incapacidade do padrão agroexportador (abalado pela crise de 29), para entender às crescentes demandas do mercado interno (mais amplo e exigente a partir de 1930), o Brasil assistiu ao nascimento da segunda etapa de seu desenvolvimento industrial: o modelo de substituição de importações (tentativa de industrialização autônoma, isto é, com recursos totalmente nacionais). Esse modelo, característico do período entre 1930 e 1945, foi responsável pela reformulação dos vínculos tradicionais entre o setor agrário e o aparelho estatal. Com efeito, abandonando seu “carinho” exclusivo pelos interesses rurais (você deve estar lembrado da “política de valorização do café”, na República Velha), o Estado nascido em 1930 procurou conciliar a necessidade de divisas, ainda geradas pela exportação de produtos primários e as exigências de investimentos para a dinamização do setor industrial. Assim, responsabilizando-se pela manutenção desse equilíbrio, o Estado passou a ser o centro mais importante das decisões sobre a política econômica. Tanto que o poder público começou a formular, orientar e até executar alguns dos pontos dos programas de desenvolvimento.

Além do dirigismo estatal, outro aspecto fundamental do “modelo de substituição de importações” foi o “fenômeno do populismo”.

Podemos definir o populismo como a combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e áreas industriais da burguesia. Esse acordo tático e circunstancial destinava-se, basicamente, a favorecer a expansão do setor industrial. Por quê?

É simples. O desenvolvimento criou novos empregos, aumentou os salários e permitiu a transferência de mão-de-obra do campo (onde o homem vivia em dependência semifeudal) para a cidade (onde predominavam as formas relativamente livres do trabalho industrial). Interessados na ampliação desses benefícios, as camadas assalariadas passaram a apoiar a industrialização e suas lideranças. Por outro lado, também a burguesia industrial desejava a melhoria da situação do assalariado. A razão é a seguinte: a sustentação econômica do desenvolvimento industrial autônomo era o mercado interno. Ora, até 1960, somente 20% da população brasileira possuía condições de consumo. Portanto, aos dirigentes industriais era vital o alargamento do mercado, o que possibilitaria maiores lucros e impediria eventuais crises. Você entendeu por que interessava aos setores urbanos, ligados à industrialização o pacto social do populismo? (é claro que o “Brasil arcaico” - agrário e semifeudal - achava o populismo verdadeira “aliança com o demônio”, que precisava ser exorcizado).

No aspecto político, o pacto social do populismo levou à criação do Estado Populista (denominação dada ao sistema de governo vigente no Brasil de 1945 a 1964). Resultante, como vimos, da aliança entre a burguesia industrial e as camadas assalariadas, o Estado Populista foi levado a criar instituições relativamente democráticas, destinadas a permitir o acesso do povo a uma pequena parcela do poder. Além

disso, procurou atender às reivindicações mais urgentes do movimento trabalhista, tais como a instituição do salário mínimo, em 1940, e a elaboração da consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943. Em suma, as medidas do Estado Populista (ou "Democracia Populista") aceleraram a ruptura com a sociedade agrária tradicional, possibilitando o florescimento do "modelo econômico de importações".

Terceira Etapa

Introdução do Modelo de Desenvolvimento Associado.

A partir do Programa de Metas, sustentado por maciços financiamentos e investimentos externos, do governo Juscelino Kubitschek (1956/1960), o Brasil entrou na terceira e atual etapa de sua industrialização, desenvolvimento econômico baseado na associação direta e indireta entre capitais nacionais e estrangeiros (modelo de desenvolvimento associado).

Inúmeros fatores levaram à internacionalização do setor industrial brasileiro:

Segunda etapa

Implantação do modelo substituição de importações.

Em virtude da incapacidade do padrão agroexportador (abalado pela crise de 29), para entender às crescentes demandas do mercado interno (mais amplo e exigente a partir de 1930), o Brasil assistiu ao nascimento da segunda etapa de seu desenvolvimento industrial: o modelo de substituição de importações (tentativa de industrialização autônoma, isto é, com recursos totalmente nacionais). Esse modelo, característico do período entre 1930 e 1945, foi responsável pela reformulação dos vínculos tradicionais entre o setor agrário e o aparelho estatal. Com efeito, abandonando seu "carinho" exclusivo pelos interesses rurais (você deve estar lembrado da "política de valorização do café", na República Velha), o Estado nascido em 1930 procurou conciliar a necessidade de divisas, ainda geradas pela exportação de produtos primários e as exigências de investimentos para a dinamização do setor industrial. Assim, responsabilizando-se pela manutenção desse equilíbrio, o Estado passou a ser o centro mais importante das decisões sobre a política econômica. Tanto que o poder público começou a formular, orientar e até executar alguns dos pontos dos programas de desenvolvimento.

Além do dirigismo estatal, outro aspecto fundamental do "modelo de substituição de importações" foi o "fenômeno do populismo".

Podemos definir o populismo como a combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e áreas industriais da burguesia. Esse acordo tático e circunstancial destinava-se, basicamente, a favorecer a expansão do setor industrial. Por quê?

É simples. O desenvolvimento criou novos empregos, aumentou os salários e permitiu a transferência de mão-de-obra do campo (onde o homem vivia em dependência semifeudal) para a cidade (onde predominavam as formas relativamente livres do trabalho industrial). Interessados na ampliação desses benefícios, as camadas assalariadas passaram a apoiar a industrialização e suas lideranças. Por outro lado, também a burguesia industrial desejava a melhoria da situação do assalariado. A razão é a seguinte: a sustentação econômica do desenvolvimento industrial autônomo era o mercado interno. Ora, até 1960, somente 20% da população brasileira possuía condições de consumo. Portanto, aos dirigentes industriais

era vital o alargamento do mercado, o que possibilitaria maiores lucros e impediria eventuais crises. Você entendeu por que interessava aos setores urbanos, ligados à industrialização o pacto social do populismo? (é claro que o "Brasil arcaico" - agrário e semifeudal - achava o populismo verdadeira "aliança com o demônio", que precisava ser exorcizado).

No aspecto político, o pacto social do populismo levou à criação do Estado Populista (denominação dada ao sistema de governo vigente no Brasil de 1945 a 1964). Resultante, como vimos, da aliança entre a burguesia industrial e as camadas assalariadas, o Estado Populista foi levado a criar instituições relativamente democráticas, destinadas a permitir o acesso do povo a uma pequena parcela do poder. Além disso, procurou atender às reivindicações mais urgentes do movimento trabalhista, tais como a instituição do salário mínimo, em 1940, e a elaboração da consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943. Em suma, as medidas do Estado Populista (ou "Democracia Populista") aceleraram a ruptura com a sociedade agrária tradicional, possibilitando o florescimento do "modelo econômico de importações".

- *necessidade experimentada pelo setor industrial de evoluir técnica e organizadamente. Isso impôs a associação do capital brasileiro com grandes empresas internacionais, possuidoras de centros de pesquisa, laboratórios, tecnologia e métodos administrativos altamente sofisticados.*
- *incapacidade do reduzido mercado interno brasileiro para sustentar, por si só, o desenvolvimento industrial.*
- *as crises políticas geradas pelo conflito crescente entre a democracia paulista, forma política do desenvolvimento autônomo, e os setores agrários tradicionais, aliados aos defensores da internacionalização da economia brasileira.*
- *a radicalização progressiva, para a esquerda, dos movimentos de massas (as camadas assalariadas do Estado Populista desejavam fatias cada vez maiores do "bolo" nacional).*

GOLPE DE 1964

No dia 25 de agosto de 1961, o Brasil foi surpreendido com a notícia da renúncia do então presidente da República, Jânio Quadros. O presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, foi empossado no cargo, pois o vice-presidente, João Goulart, achava-se em viagem pelo Oriente. Ao tomar conhecimento da renúncia de Jânio Quadros, ele retornou ao Brasil para ocupar o cargo que legalmente lhe cabia. No entanto, muitos círculos políticos e militares opunham-se à sua posse, por considerá-lo comprometido com as esquerdas. Em São Paulo, os eletivos do II Exército chegaram a ser deslocados e houve tentativas de levante na Aeronáutica (São Paulo e Brasília). Por outro lado, no Rio Grande do Sul houve forte reação em favor de João Goulart, e as forças do Estado, encabeçadas pelo governador Leonel Brizola, foram mobilizadas com o objetivo de marchar para o Norte, para assegurar a posse de João Goulart. Embora refreado pelo Congresso, que a 02 de setembro aprovou uma alteração da Constituição instituindo o regime parlamentarista no país, Goulart tomou posse da presidência da República no dia 07 de setembro. Desde o início do governo teve de enfrentar problemas econômico-financeiros: inflação, desvalorização da moeda, alta de custo de vida e dívida externa do país. A 23 de janeiro de 1963, após um plebiscito no qual cerca de 10 milhões de brasileiros optaram pela não-manutenção do Parlamentarismo (07/01/1963), o Ato Adicional nº 4 foi revogado e o país voltou ao Presidencialismo.

Apoiado pelo seu partido, o PTB, e por uma parte do PSD, além de associações e sindicatos, o Presidente prometia grandes reformas sociais, nacionalização das empresas estrangeiras e a realização da reforma

agrária, principalmente no Norte e Nordeste do país. Mas as contradições entre seu governo e os setores oposicionistas se acentuavam cada vez mais. Os membros mais importantes da oposição eram os governadores dos estados de São Paulo (Adhemar de Barros), Minas Gerais (José Magalhães Pinto), Guanabara (Carlos Lacerda) e Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti).

A 13 de março de 1964, num comício realizado em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, Goulart assinou publicamente dois decretos: o de nacionalização de todas as refinarias de petróleo particulares e o de criação da SUPRA (Superintendência de Reforma Agrária). A oposição, entretanto, já preparava uma resposta: no dia 19 de março houve em São Paulo uma passeata - a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" - organizada pela União Cívica Feminina, da qual participaram 500 mil pessoas. No dia 20, a Associação dos Marinheiros Navais pedia, numa quebra da disciplina e da hierarquia, a exoneração do ministro da Marinha, Sílvio Mota, que impedira um pronunciamento político do almirante Aragão, do Corpo de Fuzileiros Navais. Alguns marinheiros, cabeças do movimento, foram presos. No dia 25, a Associação voltou a se reunir no Sindicato dos Metalúrgicos, juntamente com representantes do Comando Geral dos Trabalhadores, para exigir a libertação dos colegas presos, além da destituição do Ministro da Marinha, em cujo lugar deveria ser nomeado um "almirante do povo". No dia 27, os marinheiros amotinados (1200 homens) entregaram-se ao Exército, atendendo a um apelo de João Goulart, que horas depois os punha em liberdade, exonerava Sílvio Mota e atendia a outras reivindicações dos rebeldes.

Em Minas Gerais, quartel-general da oposição, o governador Magalhães Pinto, os generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, o marechal Odílio Denys e outros preparavam a reação. No dia 29 de março ficou decidido que a revolta militar que derrubaria Jango se iniciaria no dia 02 de abril. Mas, no dia 30 de março, em reunião comemorativa do aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, João Goulart reafirmou em discurso seu propósito de manter a política que vinha adotando. No dia 31, os generais Olímpio Mourão Filho (IV Região Militar) e Carlos Luís Guedes (IV Infantaria Divisória) deflagraram o movimento. O governo mineiro lançou, então, por uma cadeia de emissoras de rádio, o manifesto-senha da revolução, cuja autoria é atribuída ao senador Milton Campos.

Iniciada a rebelião em Minas, as atenções voltaram-se para São Paulo, onde, depois de muita expectativa, os revolucionários conseguiram a adesão do general Kruel, comandante do II Exército. Imediatamente, tropas mineiras marcharam em direção ao Rio e a Brasília. João Goulart encontrava-se na Guanabara e, tendo recebido o manifesto no qual o general Mourão Filho exigia sua renúncia, partiu para Brasília, onde esperava poder controlar a situação. Mas, ao ver que não contava com o dispositivo militar nem com o apoio armado dos grupos que os sustentavam, fugiu para Porto Alegre, no dia 1º de abril. O presidente do senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República e empossou como presidente em exercício, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli.

No Rio Grande do Sul, Goulart encontrou-se com Brizola, que insistia que seu Estado poderia resistir. Goulart recusou qualquer tentativa de resistência e, a 04 de abril de 1964, pediu asilo político ao Uruguai. No dia 09, os ministros militares, brigadeiro Correio de Melo, almirante Augusto Rademaker e general Arthur da Costa e Silva assinaram o Ato Institucional nº 1.

A 11 de abril, o Congresso Nacional elegeu presidente da República o general Humberto de Alencar Castello Branco, que tomou posse no dia 15.

END OF FILE